ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLIX Nº 14 Brasília - DF, quinta-feira, 21 de janeiro de 2021 SEÇÃO 1

Sumário

Atos do Poder Executivo 1
Presidência da República 2
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 2
Ministério da Cidadania 4
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações 7
Ministério das Comunicações 15
Ministério da Defesa 19
Ministério do Desenvolvimento Regional 20
Ministério da Economia 20
Ministério da Educação 93
Ministério da Infraestrutura 99
Ministério da Justiça e Segurança Pública 119
Ministério de Minas e Energia 126
Ministério das Relações Exteriores 131
Ministério da Saúde 131
Ministério do Turismo 138
Ministério Público da União 139
Poder Legislativo 139
Poder Judiciário 141
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 141

..... Esta edição completa do DOU é composta de 141 páginas .....

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 10.603, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

Dispõe sobre o Comitê Nacional de Pesquisas Antárticas.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre o Comitê Nacional de Pesquisas Antárticas - Conapa, instituído no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, nos termos da Política Nacional para Assuntos Antárticos.

Art. 2º Ao Conapa, órgão colegiado de assessoramento, compete:

I - assessorar o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações nos assuntos relacionados às atividades e aos interesses científicos e tecnológicos na Antártica;

II - propor ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações diretrizes orientadoras da atuação do órgão no âmbito da Política Nacional para Assuntos Antárticos;

III - examinar e orientar o encaminhamento, a órgãos e a entidades governamentais responsáveis pela execução da Política Nacional para Assuntos Antárticos, de proposições e projetos relativos a assuntos antárticos, especificamente em matérias técnico-científicas;

IV - acompanhar os trabalhos de foros deliberativos e de instâncias administrativas nacionais e internacionais que versem sobre a pesquisa antártica, e as atividades de pesquisa em execução;

V - assessorar a participação de representantes nacionais em conclaves de organismos do Sistema do Tratado da Antártica, relacionados a assuntos científicos e tecnológicos;

VI - prestar assessoramento a outros organismos nacionais ligados às atividades antárticas brasileiras; e

VII - conduzir o processo de relacionamento institucional com o Comitê Científico sobre Pesquisa Antártica (**Scientific Committee on Antarctic Research** - **SCAR**).

Art. 3º O Conapa é composto por representantes dos seguintes órgãos:

I - dois do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, dos quais um da Secretaria de Pesquisa e Formação Científica, que o coordenará;

II - um da Marinha do Brasil do Ministério da Defesa;

III - um do Ministério das Relações Exteriores;

IV - um da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

V - um do Ministério do Meio Ambiente; e

VI - um do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

§ 1º Cada membro do Conapa terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e seus impedimentos.

§ 2º Os membros do Conapa e os respectivos suplentes serão indicados pelos titulares dos órgãos que representam e designados pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações.

§ 3º Serão convidados a participar do Conapa até oito cientistas brasileiros com reconhecida atuação, competência e produção científica em estudos antárticos, abrangidas as áreas científicas em que o País atua na Antártica.

§ 4º Os cientistas serão convidados, indicados e designados pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações para subsidiar tecnicamente as discussões do Conapa.

Art. 4º O Conapa se reunirá, em caráter ordinário, semestralmente e, em caráter extraordinário, mediante convocação de seu Coordenador.

§ 1º As reuniões ordinárias serão convocadas pelo Coordenador do Conapa, com pautas previamente estabelecidas.

§ 2º As reuniões extraordinárias serão convocadas pelo Coordenador do Conapa, com antecedência mínima de dez dias, por correspondência eletrônica oficial.

§ 3º O quórum de reunião e de aprovação do Conapa é de maioria simples.

Art. 5º Fica vedada a criação de subcolegiados no âmbito do Conapa.

Art. 6º Os membros do Conapa que se encontrarem no Distrito Federal se reunirão presencialmente ou por videoconferência, nos termos do disposto no Decreto nº 10.416, de 7 de julho de 2020, e os membros que se encontrarem em outros entes federativos participarão da reunião por meio de videoconferência.

Art. 7º A Secretaria-Executiva do Conapa será exercida pela Secretaria de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações que apoiará, inclusive, a atuação de seus integrantes junto ao Comitê Científico sobre Pesquisa Antártica.

Art. 8º A participação no Conapa será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 9º Ficam revogados:

I - o Decreto nº 1.791, de 15 de janeiro de 1996;

II - o Decreto nº 6.074, de 3 de abril de 2007; e

III - o Decreto nº 6.724, de 12 de janeiro de 2009.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de janeiro de 2021; 200º da Independência e 133º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Marcos César Pontes

DECRETO Nº 10.604, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

Altera o Decreto nº 9.921, de 18 de julho de 2019, que consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática da pessoa idosa.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso,

D E C R E T A :

Art. 1º O Decreto nº 9.921, de 18 de julho de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"CAPÍTULO I
DA POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO

Art. 3º As competências dos órgãos e das entidades da administração pública federal, na implementação da Política Nacional do Idoso, são as estabelecidas neste Capítulo." (NR)

"Seção I
Das competências e da implementação da Política Nacional do Idoso

Art. 4º .....

I - coordenar a Política Nacional do Idoso;

.....

IV - participar, em conjunto com os demais órgãos e entidades da administração pública referidos neste Decreto, da formulação, do acompanhamento e da avaliação da Política Nacional do Idoso;
....." (NR)

"Art. 8º.....
.....

III - incentivar e promover, em articulação com os Ministérios da Educação, da Saúde, da Ciência, Tecnologia e Inovações e da Cidadania e, ainda, junto às instituições de ensino e de pesquisa, a elaboração de estudos para aprimorar as condições de habitabilidade para as pessoas idosas, além de sua divulgação e de sua aplicação aos padrões habitacionais vigentes; e

AVISO

Foi publicada em 20/1/2021 a edição extra nº 13-A do *DOU*.
Para acessar o conteúdo, clique aqui.

IMPRENSA NACIONAL
Conexão com a informação oficial

....." (NR)

"Art. 10. Compete ao Ministério da Educação, em articulação com órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, distrital e municipal de educação:

....." (NR)

"Art. 12. Compete ao Ministério do Turismo, por meio dos seus órgãos e de suas entidades vinculadas, criar programa de âmbito nacional, com vistas a:

.....

Parágrafo único. Compete às entidades vinculadas ao Ministério do Turismo, no âmbito de suas competências, a implementação de atividades específicas, conjugadas à Política Nacional do Idoso." (NR)

"Art. 13. Os Ministérios que atuam nas áreas de habitação e urbanismo, de saúde, de educação e desporto, de trabalho, de previdência e assistência social, de cultura e de justiça elaborarão proposta orçamentária, no âmbito de suas competências, que contemple o financiamento de programas compatíveis com a Política Nacional do Idoso." (NR)

"Art. 14. Compete aos Ministérios envolvidos na Política Nacional do Idoso, no âmbito de suas competências, promover a capacitação de recursos humanos destinados ao atendimento da pessoa idosa.

....." (NR)

"Art. 15. Compete aos conselhos setoriais, no âmbito da seguridade social, a formulação, a coordenação, a supervisão e a avaliação da Política Nacional do Idoso, respeitadas as suas esferas de atribuições administrativas." (NR)

"Art. 21. .....

Parágrafo único. O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, por meio da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, operacionalizará a Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa." (NR)

"Art. 22. .....

.....

III - a orientação por políticas públicas destinadas ao envelhecimento populacional e à efetivação da Política Nacional do Idoso, de que trata a Lei nº 8.842, de 1994, e do Estatuto do Idoso, instituído pela Lei nº 10.741, de 2003;

....." (NR)

"Art. 26. .....

I - .....

.....

e) apoiar tecnicamente os Municípios na elaboração do diagnóstico e do plano de que tratam os incisos II e III do **caput** do art. 25 e na execu'ção das suas ações, em conjunto com os demais parceiros;

.....

g) identificar os Municípios que atendam aos critérios estabelecidos pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, com vistas a habilitá-los ao reconhecimento de que trata o inciso V do **caput** do art. 25; e

....." (NR)

Art. 2º Ficam revogados os seguintes dispositivos do Decreto nº 9.921, de 2019:

I - o inciso II do **caput** do art. 22;

II - o inciso IV do **caput** do art. 25; e

III - as Seções III e IV do Capítulo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor cento e vinte dias após a data de sua publicação.

Brasília, 20 de janeiro de 2021; 200º da Independência e 133º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Onyx Lorenzoni
Gilson Machado Guimarães Neto
Damares Regina Alves

Presidência da República

DESPACHO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 13, de 20 de janeiro de 2021. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do nome do Senhor LUCIANO GODOI MARTINS, para exercer o cargo de Ouvidor da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, na vaga decorrente do término do mandato de Thiago Cardoso Henriques Botelho.

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS

DEFIRO o descredenciamento da AR BANCO DO BRASIL. Processo n° 00100.000005/2021-47.

DEFIRO o descredenciamento da AR SOU VOCÊ CERTIFICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES. Processo n° 00100.000093/2021-87.

CARLOS ROBERTO FORTNER
Diretor-Presidente

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DA MINISTRA

INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA Nº 2, DE 19 DE JANEIRO DE 2021

Estabelece as normas para avaliação das viabilidades técnica e econômica para fins de fomento e de fiscalização das entidades turfísticas.

A MINISTRA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.291 de 19 de dezembro de 1984, no Decreto nº 96.993, de 17 de outubro de 1988, e o que consta do Processo nº 21000.011313/2018-09, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidas as normas para avaliação das viabilidades técnica e econômica para fins de fomento e de fiscalização das entidades turfísticas, na forma desta Instrução Normativa.

Art. 2º Para fins desta Instrução Normativa define -se:

I - viabilidade técnica: capacidade de autogerenciamento das entidades turfísticas com foco nas boas práticas agropecuárias e saúde única, que inclui a saúde animal, humana e ambiental, considerando o cavalo como ser senciente e dotado de necessidades fisiológicas e comportamentais básicas; e

II - viabilidade econômica: demonstração do gerenciamento administrativo e contábil conforme regras estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. A viabilidade econômica está relacionada com os recursos financeiros existentes para executar as atividades da entidade, tendo em conta as receitas esperadas.

Art. 3º As entidades turfísticas ficam obrigadas a disponibilizar ao Ministério da Agricultura,Pecuária e Abastecimento todas as informações e documentos julgados necessários para a avaliação de viabilidade técnica e econômica.

Art. 4º Sempre que a entidade promover alterações no seu Plano Geral de Apostas deverá submeter o novo Plano à homologação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

CAPÍTULO I

DA AVALIAÇÃO DA VIABILIDADE TÉCNICA

Art. 5º As entidades turfísticas devem manter Plano de Boas Práticas escrito, descrevendo os procedimentos, os critérios e os limites críticos adotados, no âmbito das dependências sob responsabilidade da entidade, a fim de garantir boa qualidade de vida aos animais alojados, a segurança e saúde das pessoas e o equilíbrio ambiental.

Parágrafo único. O Plano de Boas Práticas deve incluir os procedimentos e frequências de monitoramento, registros dos achados, medidas corretivas e as penalidades a serem adotadas em caso de descumprimento dos limites e procedimentos previstos.

Art. 6º O Plano de Boas Práticas deve ser validado e aprovado pela diretoria da entidade turfística e pelo Médico Veterinário Responsável Técnico pelo estabelecimento.

Art. 7º A diretoria da entidade t urfística será responsável pela implementação do Plano de Boas Práticas devendo sensibilizar e capacitar todos os profissionais e proprietários envolvidos na atividade turfística, no âmbito das dependências sob responsabilidade da entidade.

Art. 8º O Médico Veterinário Responsável Técnico pelo estabelecimento será responsável pelo monitoramento do Plano de Boas Práticas.

§ 1º O Médico Veterinário Responsável Técnico deverá manter registros auditáveis sobre as ocorrências e as notificações emitidas.

§ 2º A diretoria da entidade turfística disponibilizará equipe suficiente para apoio às atividades do Médico Veterinário Responsável Técnico.

Art. 9º O Plano de Boas Práticas deve estar embasado em informações científicas e nos princípios de bem-estar animal, devendo contemplar, minimamente:

I - boas práticas para uma boa alimentação:

a) procedimentos e registros sobre alimentação dos animais, incluindo frequência mínima de refeições;

b) quantidade, qualidade e disponibilidade de volumoso;

c) disponibilidade e qualidade da água; e

d) disponibilidade de sal mineral.

II - boas práticas para uma boa saúde:

a) procedimentos e registros para manutenção da saúde, incluindo controle sanitário para ingresso e egresso de animais, observando obrigatoriamente os requisitos sanitários estabelecidos em legislação vigente;

b) procedimentos de avaliação de saúde para participação de corridas;

c) monitoramento do uso de medicamentos nos animais;

d) plano e controle antidopagem, considerando as drogas proibidas e controladas pela Federação Equestre Internacional - FEI e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

PEDRO CESAR NUNES FERREIRA MARQUES DE SOUSA
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral - Interino

ARIOSTO ANTUNES CULAU
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Publicação de Jornais Oficiais

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

e) monitoramento da morbidade e mortalidade, contemplando acidentes e todas as doenças de notificação obrigatória conforme legislação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

f) equipe veterinária e estrutura para execução do seu trabalho;

g) protocolos para eutanásia; e

h) destinação dos resíduos, incluindo cadáveres, médico-hospitalares e agrotóxicos;

III - boas práticas para bom alojamento:

a) procedimentos e registros para manutenção das instalações, incluindo equipamentos utilizados pelos animais, pistas, baias, estruturas para atendimento médico-veterinário, embarcadouros, quarentenário, veículos utilizados no transporte de animais;

b) espaço mínimo por animal;

c) quantidade e qualidade da cama;

d) qualidade da ventilação nas baias;

e) qualidade da iluminação nas baias;

f) procedimentos de controle de pragas; e

g) manejo populacional humanitário de outras espécies.

IV - boas práticas para comportamentos adequados:

a) procedimentos e registros para a identificação e monitoramento de estereotipias;

b) monitoramento das práticas de treinamento e competições, incluindo a proibição de práticas baseadas na dor e intimidação;

c) monitoramento das práticas de transporte;

d) monitoramento do tempo de treinamento/tempo em descanso; e

protocolos de enriquecimento ambiental.

Art. 10. O Plano de Boas Práticas e os registros gerados devem estar disponíveis na entidade turfística para análise e avaliação nas auditorias de viabilidade técnica in loco do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Parágrafo único. A entidade turfística encaminhará o Plano de Boas Práticas e seus registros ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sempre que solicitado.

Art. 11. Para a realização de corrida de cavalos são condições mínimas:

I - manutenção adequada das pistas, dos padoques e dos partidores;

II - controle antidoping;

III - atendimento médico veterinário nos dias de reunião;

IV serviços de ambulância e atendimento médico para jóqueis nos dias de reunião; e

V - Plano de Boas Práticas implementado.

CAPÍTULO II

DA AVALIAÇÃO DA VIABILIDADE ECONÔMICA

Art. 12. As entidades turfísticas ficam obrigadas a remeter ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, anualmente, até 30 de maio:

I - demonstrativo financeiro e contábil, comparado, em conformidade com o inciso II do art. 2º desta Instrução Normativa;

II - parecer contábil apresentado por empresa de auditoria ou auditor independente;

III - ata do Conselho Fiscal e ata do Conselho de Administração; e

IV - outros documentos julgados necessários.

Art. 13. As entidades turfísticas deverão entregar ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento mensalmente, até o dia 15 do mês subsequente, o Movimento Geral de Apostas, com as seguintes indicações:

I - número de corridas realizadas;

II - total de apostas de cada reunião;

III - total dos prêmios pagos, em cada reunião, separadamente, a proprietários, criadores e profissionais do turfe;

IV - percentagem do Movimento Geral de Apostas que é distribuída em prêmios;

V - percentual de retiradas feitas, em cada modalidade de apostas, pela entidade turfística;

VI - total de contribuição a ser recolhida ao Ministério da Agricultura, Pecuária e

Abastecimento; e

VII - cópia da Guia de Recolhimento a União - GRU, quando houver recolhimento da contribuição.

§ 1º Os relatórios a que se refere o caput do artigo devem estar assinados pelo diretor financeiro da entidade ou responsável em cargo equivalente.

§ 2º Em caso de ausência de reuniões dentro do mês, o envio do relatório deverá ser mantido.

Art. 14. As entidades turfísticas, a fim de garantirem sua viabilidade econômica, poderão captar apostas em corridas realizadas em outros hipódromos, transmitidas em tempo real, desde que devidamente autorizadas pelo detentor da imagem.

Art.15. As movimentações de apostas geradas pela transmissão de corridas devem ser incluídas pela entidade turfística no somatório do Movimento Geral de Apostas.

Parágrafo único. Para fins de cálculo das contribuições previstas no art. 11 da Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984, considera-se uma reunião o conjunto de todas as corridas transmitidas e realizadas no âmbito das dependências sob responsabilidade da entidade em um dia.

CAPÍTULO III

DAS PENALIDADES

Art.16. Em caso de infrações a esta Instrução Normativa serão aplicadas as penalidades previstas na Lei nº 7.291, de 1984, e no Decreto nº 96.993, de 1998.

Art. 17. Caso não haja viabilidade técnica ou econômica, a entidade estará sujeita às penalidades de advertência, multa e cassação da carta patente, sendo-lhe resguardado o direito à ampla defesa e ao contraditório, devendo ser utilizadas as instâncias e prazos definidos no Decreto nº 96.993, de 1998.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. As entidades turfísticas terão prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias a contar da entrada em vigor desta Instrução Normativa para elaborar e implantar o Plano de Boas Práticas referido no art. 5º.

Art. 19. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento expedirá normas complementares para fiscalização das entidades turfísticas em relação ao disposto nesta Instrução Normativa.

Art. 20. Ficam revogadas:

I - a Instrução Normativa nº 13, de 27 de dezembro de 2002; e

II - a Instrução Normativa nº 48, de 8 de setembro de 2008.

Art. 21. Esta Instrução Normativa entra em vigor em 1º de fevereiro de 2021.

TEREZA CRISTINA CORREA DA COSTA DIAS

PORTARIA Nº 18, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

A MINISTRA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no § 1º do art. 5º do Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, alterado pela Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, e o que consta do Processo SEI nº 21200.004732/2020-44, resolve:

Art. 1º Publicar os preços mínimos para os produtos extrativos da safra 2020, relacionados no Anexo desta Portaria, fixados pelo Conselho Monetário Nacional por meio do Voto nº 121/2020 - CMN, de 18 de dezembro de 2020.

Art. 2º Os preços mínimos de que trata esta Portaria são estabelecidos em favor dos produtores.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TEREZA CRISTINA CORREA DA COSTA DIAS

ANEXO

TABELA DE PREÇOS MÍNIMOS DOS PRODUTOS DE EXTRATIVISMO - SAFRA 2021

Produtos	Regiões e estados amparados	Preços Mínimos (R$/kg)		Variação	Período de Vigência
		2020	2021		
Açaí (fruto)	Nordeste e Norte	1,41	1,41	0,00%	Jan/2021 a Dez/2021
Andiroba (amêndoa)	Nordeste e Norte	0,94	0,94	0,00%	
Babaçu (amêndoa)	Nordeste, Norte e MT	3,82	3,82	0,00%	
Baru (amêndoa)	Centro-Oeste, MG, SP e TO	25,50	25,50	0,00%	
Borracha natural (cernambi)	Norte (exceto TO) e norte do MT[1]	5,58	5,58	0,00%	
Buriti (fruto)	Norte	1,24	1,24	0,00%	
Cacau (amêndoa)	AC, AM, AP, PA	7,79	7,79	0,00%	
Castanha-do-brasil (com casca)	Norte (exceto AM) e MT	1,75	1,75	0,00%	
	AM	2,44	2,44	0,00%	
Juçara (fruto)	Sul	1,98	1,98	0,00%	
	Sudeste	3,24	3,24	0,00%	
Macaúba (fruto)	Nordeste e Norte	0,44	0,44	0,00%	
	Centro-Oeste e Sudeste	0,40	0,40	0,00%	
Mangaba (fruto)	Nordeste	2,36	2,36	0,00%	
	Centro-Oeste e Sudeste	1,91	1,91	0,00%	
Murumuru (fruto)	Norte	1,03	1,03	0,00%	
Pequi (fruto)	Centro-Oeste, Nordeste, Norte e Sudeste	0,56	0,56	0,00%	
Piaçava (fibra)	Norte e BA	2,41	2,41	0,00%	
Pinhão (fruto)	Sul, MG e SP	3,49	3,49	0,00%	
Pirarucu (de manejo)	AM	7,83	7,83	0,00%	
Umbu (fruto)	Nordeste e MG	0,84	0,84	0,00%	

[1] Borracha no norte do MT: apenas os municípios de Alta Floresta, Aripuanã, Barra do Garças, Brasnorte, Castanheira, Colider, Colniza, Comodoro, Cotriguaçu, Gaúcha do Norte, Juara, Juína, Juruena, Nobres, Nova Mutum, Novo Horizonte, Paranatinga, Porto dos Gaúchos, Rondolândia, São José do Rio Claro, Vera, Nova Lacerda, Vila Bela da Santíssima Trindade, Porto Espiridião, Indiavaí, Rio Branco, Lambari D'Oeste e Denise.

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

RETIFICAÇÃO

Na Instrução Normativa Nº 113, de 16 de dezembro de 2020, publicada no D.O.U. de 18 de dezembro de 2020, Edição 242, Seção 01, página 05, promove-se as retificações descritas a seguir:

Onde se lê:

Art. 9º A densidade na granja deve ser ajustada de acordo com as condições ambientais, de manejo e de comportamento dos animais, podendo ser utilizadas as densidades máximas abaixo estipuladas, conforme comprovação da evolução dos resultados dos indicadores do Art. 5º: ...

VIII ...equação A= k x PV0,667, sendo A igual a área útil mínima em metros quadrados, k uma constante de valor igual a 0,036 (zero vírgula zero trinta e seis) e PV o peso vivo do animal.

Leia-se:

Art. 9º A densidade na granja deve ser ajustada de acordo com as condições ambientais, de manejo e de comportamento dos animais, podendo ser utilizadas as densidades máximas abaixo estipuladas, conforme comprovação da evolução dos resultados dos indicadores do Art. 5º: ...

VIII ...equação $A = k \times PV^{0,667}$, sendo A igual a área útil mínima em metros quadrados, k uma constante de valor igual a 0,036 (zero vírgula zero trinta e seis) e PV o peso vivo do animal.

DEPARTAMENTO DE SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS
COORDENAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES

DECISÃO Nº 15, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

O Serviço Nacional de Proteção de Cultivares, em cumprimento ao art. 46, da Lei nº 9456, de 25 de abril de 1997, resolve tornar público(a) o DEFERIMENTO dos pedidos de proteção de cultivar das espécies relacionadas:

ESPÉCIE	DENOMINAÇÃO	PROTOCOLO Nº
Olea europaea L.	BITSYOAC	21806.000186/2018
Brachiaria ruziziensis (R. Germ. & C. M. Evrard) Crins	BRS Integra	21806.000117/2019
Glycine max (L.) Merr.	NS8400IPRO	21806.000044/2020
Avena strigosa Schreb.	BRS Pampeana	21806.000091/2020
Avena strigosa Schreb.	BRS Tropeira	21806.000092/2020
Triticum aestivum L.	BRS Jacana	21806.000101/2020
Mandevilla sanderi (Hemsl.) Woodson	TVMD196	21806.000113/2020
Mandevilla sanderi (Hemsl.) Woodson	TVMD242	21806.000114/2020
Mandevilla sanderi (Hemsl.) Woodson	TVMD294	21806.000115/2020
Mandevilla sanderi (Hemsl.) Woodson	TVMD303	21806.000116/2020
Eruca sativa Mill.	Sasha	21806.000117/2020
Eruca sativa Mill.	Lorena	21806.000118/2020

Fica aberto o prazo de 60 (sessenta) dias para recurso, contados da publicação desta decisão.

RICARDO ZANATTA MACHADO
Coordenador

Ministério da Cidadania

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MC Nº 593, DE 19 DE JANEIRO DE 2021

Dispõe sobre as fases do pleito, os procedimentos de inscrição, os critérios para indicação de eventos esportivos e os critérios objetivos para concessão da Bolsa-Atleta.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIDADANIA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e no Decreto nº 5.342, de 14 de janeiro de 2005, resolve:

Capítulo I

Do objeto

Art. 1º Estabelecer critérios e procedimentos complementares para a concessão e a renovação da Bolsa-Atleta, critérios para reconhecimento de competições, prazos, forma de ingresso, prestação de contas de que trata a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e o Decreto nº 5.342, de 14 de janeiro de 2005, obedecerão ao disposto na presente Portaria.

Capítulo II

Das disposições preliminares

Art. 2º Para os fins desta Portaria, considera-se:

I - atleta candidato/elegível: atleta que se enquadra em ao menos 1 (uma) uma das categorias de bolsas descritas no art. 3º desta Portaria.

II - atleta inscrito: atleta candidato que tenha realizado a inscrição on-line e esta tenha sido confirmada mediante recebimento de correspondência eletrônica do Ministério da Cidadania.

III - atleta apto: atleta inscrito que cumpra todos os procedimentos e requisitos previstos para inscrição.

IV - atleta contemplado: atleta apto, selecionados conforme o disposto em Edital, que tenha seu nome publicado no Diário Oficial da União.

V - atleta bolsista: atleta contemplado que encaminhe o Termo de Adesão na forma e no prazo regulamentar.

VI - modalidade individual: aquelas em que o atleta inscrito na competição não possa, por motivos técnicos, ser substituído durante a competição e cuja classificação oficial seja apresentada de forma nominal.

VII - modalidade coletiva (equipe): aquelas em que o atleta inscrito na competição possa, por motivos técnicos, ser substituído por um atleta reserva, igualmente inscrito, durante a competição e cuja classificação oficial seja apresentada de forma coletiva.

VIII - modalidades Olímpicas ou Paralímpicas: aquelas indicadas no programa de competições dos Jogos Olímpicos e dos Jogos Paralímpicos, reguladas pelo Comitê Olímpico Internacional e Comitê Paralímpico Internacional, respectivamente, e administradas, no Brasil, por entidades vinculadas ao Comitê Olímpico do Brasil (COB) ou ao Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), conforme o caso.

IX - dirigente esportivo: todo aquele que exerça, de fato ou de direito, poder de decisão na gestão das Entidades Nacionais de Administração do Desporto, inclusive seus administradores, não compreendendo os atletas designados ou eleitos como representantes dos demais atletas filiados à entidade, inclusive os integrantes das comissões de atletas.

Capítulo III

Das categorias de bolsa

Art. 3º Para fins de concessão deste benefício, os atletas serão subdivididos nas seguintes categorias:

I - Atleta Pódio: destinada aos atletas de modalidades individuais olímpicas e paralímpicas, integrantes da seleção nacional de sua modalidade esportiva e obrigatoriamente vinculados ao Programa Atleta Pódio;

II - Atleta Olímpico ou Paralímpico: destinada aos atletas que tenham representado o Brasil nos últimos Jogos Olímpicos ou Paralímpico adultos organizados pelo Comitê Olímpico Internacional ou Comitê Paralímpico Internacional como titulares em modalidades individuais ou com seus nomes presentes nas súmulas de modalidades coletivas, que continuem treinando para futuras competições oficiais internacionais e cumpram os outros critérios fixados neste artigo;

III - Atleta Internacional: destinada aos atletas que tenham integrado a seleção nacional de sua modalidade esportiva, representando o Brasil em campeonatos ou jogos sul-americanos, pan-americanos ou mundiais, obtendo até a terceira colocação em competições reconhecidas pela confederação da modalidade como um dos principais eventos, e que continuem treinando para futuras competições oficiais internacionais;

IV - Atleta Nacional: destinada aos atletas que tenham participado do evento máximo da temporada nacional ou que integrem o ranking nacional da modalidade, obtendo, em qualquer caso, até a terceira colocação e que continuem treinando para futuras competições oficiais nacionais;

V - Atleta Estudantil: destinada aos atletas que tenham participado dos Jogos Estudantis Nacionais (escolares ou universitários) no ano anterior ao pleito, desde que tenham obtido até a terceira colocação nas provas de modalidades individuais ou tenham sido considerados um dos três melhores atletas, por sexo, em modalidade coletiva, e que continuem a treinar para futuras competições oficiais;

VI - Atleta de Base: destinada aos atletas da subcategoria etária iniciante que tenham obtido até a terceira colocação, em competições indicadas pela respectiva entidade nacional de administração do desporto, nas modalidades individuais ou que tenham sido eleitos entre os dez melhores atletas do ano anterior ao pleito, no caso de modalidade coletiva, e que continuem treinando para futuras competições oficiais nacionais.

§ 1º O atleta candidato, que preencha os requisitos do inciso II, poderá pleitear o benefício na categoria Atleta Olímpico ou Paralímpico nos 3 (três) anos do ciclo olímpico subsequente, desde que, anualmente, participe de competições do circuito mundial relacionadas no calendário oficial da respectiva Federação Internacional da modalidade e seja referendada pelo Comitê Olímpico do Brasil ou Comitê Paralímpico Brasileiro ou Entidade Nacional de Administração do Desporto, conforme o caso.

§ 2º Nos casos de atletas da categoria Atleta Olímpico ou Paralímpico que disputem modalidades em que não ocorreram competições mundiais no ano anterior ao pleito, a sua participação nas competições Pan-Americanas, Sul-Americanas ou Jogos Pan-Americanos ou Parapan-Americanos será considerada para efeito de concessão do benefício, na forma do §1º.

§ 3º O atleta candidato, que preencha os requisitos do inciso II do art. 3º desta Portaria, que não cumprir o disposto no §1º e §2º, poderá ser remanejado para outra categoria, de acordo com o nível da competição (nacional ou internacional) que tenha participado no ano anterior ao pleito, desde que cumpra os requisitos da categoria para a qual for remanejado, salvo nos casos de justificativa fundamentada, aceita pelo Ministério da Cidadania.

§ 4º As categoriais dos incisos III e IV, para efeito de concessão da Bolsa-Atleta, serão subdivididas nas três subcategorias etárias principal, intermediária e iniciante, também conhecidas, respectivamente, por adulta, juniores/juvenis e infantil ou equivalente.

§ 5º A metodologia de seleção dos atletas de modalidades coletivas enquadrados nos incisos V e VI deverá ser definida pelas entidades organizadoras dos Jogos Estudantis Nacionais e/ou pelas respectivas entidades nacionais de administração do desporto, conforme o caso.

Capítulo IV

Dos pleitos

Art. 4º O procedimento de seleção de atletas será dividido em duas fases, ficando a segunda fase condicionada ao término da primeira e aos recursos orçamentários disponíveis, conforme disposto no art. 5º da Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004:

I - Primeira fase: destinada aos atletas das modalidades que fazem parte do Programa de competições dos Jogos Olímpicos ou Paralímpicos; e

II - Segunda fase: destinada aos atletas das modalidades que não compõem o Programa de competições dos Jogos Olímpicos ou Paralímpicos.

§ 1º Todas as provas, classes, categorias de peso e classificações funcionais pertencentes ou não aos Programas Olímpico e Paralímpico comporão a primeira fase do pleito, desde que vinculadas as modalidades citadas no inciso II do Art. 4º, conforme §2º, art. 1º, da Resolução nº 41/2014 do Conselho Nacional do Esporte.

§ 2º Antes da abertura de inscrições, os critérios suplementares para concessão da Bolsa-Atleta aos praticantes de modalidades que não fazem parte dos programas olímpico ou paralímpico serão enviados ao Conselho Nacional de Esporte (CNE) para análise e deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 10.891 de 2004.

Capítulo V

Da indicação de eventos

Art. 5º A indicação de eventos ao programa Bolsa-Atleta compreenderá os dados gerais das competições previstas nos calendários esportivos anuais e respectivos resultados oficiais, a ser realizada nos moldes estabelecidos neste artigo.

§ 1º O(s) evento(s) esportivos da temporada, indicados para as Categorias de Bolsa-Atleta Internacional, Nacional e de Base será(ão) indicado(s) anualmente, antes da abertura de inscrições on-line, pela respectiva Entidade Nacional de Administração do Desporto, observada a forma prevista nos §§ 15 e 16 deste artigo.

§ 2º As respectivas entidades poderão indicar ao Ministério da Cidadania 1 (um) evento mundial, 1 (um) evento pan-americano, 1 (um) sul-americano e 1 (um) evento nacional, por modalidade, prova, subcategoria etária (principal, intermediária, iniciante) e sexo, conforme o caso.

§ 3º Os eventos internacionais que não tiverem brasileiros entre os três primeiros colocados, poderão ser substituídos por evento da mesma categoria (internacional), desde que constem no Calendário Esportivo da Entidade e respeitem os critérios previstos nesta Portaria.

§ 4º Os eventos mundiais indicados devem ter representatividade mínima de 2 (dois) continentes e os eventos pan-americanos de no mínimo 2 (duas) Américas, observado o que trata o § 12º.

§ 5º No caso de categoria Atleta de Base, a entidade poderá indicar 1 (um) evento nacional de base por sexo, obrigatoriamente da subcategoria iniciante, por modalidade ou por prova, conforme o caso.

§ 6º Para as modalidades que não fazem parte do programa olímpico ou paralímpico, subdivididas em categorias de acordo com a massa corporal (peso) dos atletas, ou que possuem diferentes tipos de manifestação ou prática, a indicação deverá:

I - observar o que dispõe o § 1º deste artigo;

II - limitar-se a 3 (três) categorias de massa corporal e até 2 (duas) formas diferentes de manifestação ou prática da modalidade, se for o caso; e

III - considerar apenas os resultados conquistados individualmente.

§ 7º Somente serão aceitas as indicações de eventos internacionais, compreendidos os mundiais, pan-americanos e sul-americanos, quando estes forem realizados e/ou reconhecidos pelas Federações Internacionais às quais a Entidade Nacional esteja formalmente vinculada ou filiada, acompanhada pelo número e nome dos países participantes por prova, pela classificação obtida pelos atletas ou equipes do Brasil e pelo número de atletas brasileiros medalhistas em cada modalidade e/ou prova, conforme o caso.

§ 8º O reconhecimento dos eventos que trata o § 7º do art. 5º deverá ser comprovado por meio de documento da Federação Internacional, devendo ser enviado ao Ministério da Cidadania em complementação a indicação do evento.

§ 9º Todas as indicações de eventos esportivos deverão conter a denominação do evento, especificando-se as modalidades e provas que os compõem, por sexo e subcategoria etária (principal, intermediária, iniciante), a lista de Estados ou países participantes de cada modalidade e/ou prova, bem como a lista nominal dos atletas participantes e o resultado final das provas indicadas.

§ 10. Na indicação de eventos de modalidades esportivas disputadas em competições constituídas por várias etapas, será considerado elegível o atleta participante que alcançar, no mínimo, a terceira colocação na classificação geral e final do circuito da competição.

§ 11. Cada disputa por prova, categoria de peso e/ou classificação funcional que compõem os eventos indicados como válidos para o Programa Bolsa-Atleta, para efeito de concessão do benefício, devem ter no mínimo:

I - cinco equipes ou competidores que se inscreveram e participaram da competição, de cinco Estados diferentes, no caso dos eventos nacionais; ou

II - cinco equipes ou competidores que se inscreveram e participaram da competição, de cinco Países diferentes, no caso de eventos internacionais.

§ 12. As disputas de provas, categorias de peso e/ou classificação funcional que compõem os Programas Olímpico e Paralímpico poderão apresentar número inferior de equipes e competidores previstos nos incisos I e II do § 11 do art. 5º, mediante justificativa da Entidade Nacional de Administração do Esporte, aceita pelo Ministério da Cidadania.

§ 13. Os atletas das categorias descritas nos incisos III, IV e VI do art. 3º desta Portaria não poderão solicitar inscrição perante o Programa Bolsa-Atleta, caso a Entidade Nacional não informe os eventos máximos da temporada.

§ 14. A indicação dos eventos esportivos é de competência exclusiva das Entidades Nacionais de Administração do Desporto ou dos Comitês Olímpico e Paralímpico Brasileiros, no período fixado pelo Ministério da Cidadania, ficando a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento responsável pelo controle da indicação, conforme o disposto neste artigo.

§ 15. As indicações de eventos esportivos deverão ser realizadas por meio do sistema eletrônico do Programa Bolsa-Atleta, acessado mediante login e senha. De forma alternativa, as indicações poderão ser realizadas por correio eletrônico oficial da Entidade, sendo que o Ministério da Cidadania disponibilizará, em sua página eletrônica, modelo de formulário para tanto.

§ 16. As Entidades Nacionais de Administração do Desporto também poderão indicar ao Ministério da Cidadania 1 (um) ranking nacional por sexo, por modalidade e, se for o caso, por prova.

§ 17. O ranking indicado pela Entidade Nacional de Administração de cada modalidade, de acordo com o § 16 do art. 5º desta Portaria, deverá ser composto por representantes de, pelo menos, cinco estados diferentes, à exceção de provas que compõem o Programa Olímpico e Paralímpico, que poderão ser aceitos representantes de número inferior de estados, mediante justificativa da Entidade Nacional de Administração do Desporto, aceita pelo Ministério da Cidadania.

Capítulo VI

Da inscrição de atletas

Art. 6º Para fins de inscrição, além de preencherem o formulário on-line, no prazo fixado pelo Ministério da Cidadania, disponibilizado em sua página eletrônica (www.esporte.gov.br), os atletas candidatos deverão encaminhar os dados e documentos abaixo relacionados para a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento:

I - do documento de identidade;

II - do CPF (Cadastro de Pessoa Física);

III - Declaração da Entidade de prática desportiva, dispensada no caso de Bolsa-Atleta na categoria estudantil, atestando que o atleta:

a) está vinculado a ela e se encontra em plena atividade esportiva; e

b) participa regularmente de treinamento para futuras competições nacionais ou internacionais;

IV - declaração da Entidade Nacional de Administração do Desporto (confederação) da respectiva modalidade, dispensada no caso de Bolsa-Atleta na categoria estudantil, acompanhada de cópia da súmula da competição com resultado oficial que habilita o atleta, atestando que o atleta:

a) está regularmente inscrito perante ela;

b) mantém vínculo com a respectiva entidade estadual de administração do desporto; e

c) participou e obteve a primeira, segunda ou terceira colocação na competição esportiva de âmbito nacional ou internacional, conforme o caso, indicada no ato da inscrição online, no ano imediatamente anterior àquele em que pleiteia a concessão do benefício.

V - tratando-se de pedido de Bolsa-Atleta na categoria estudantil, declaração da instituição de ensino atestando que o atleta:

a) está regularmente matriculado, com indicação do respectivo curso e nível de estudo;

b) encontra-se em plena atividade esportiva e participa regularmente de treinamento para futuras competições.

VI - declaração sobre valores recebidos como patrocínio de pessoas jurídicas públicas ou privadas, incluindo qualquer montante percebido eventual ou regularmente, diverso do salário, e qualquer tipo de apoio em troca de vinculação de marca; e

VII - plano esportivo anual, com plano de treinamento, objetivos e metas esportivas para o ano do recebimento do benefício.

§1º Os atletas contemplados com a Bolsa-Atleta no exercício imediatamente anterior ficam dispensados da apresentação dos dados que se referem os incisos I e II do caput deste artigo.

§ 2º Para fins de inscrição, serão considerados os documentos comprobatórios e informações declaradas pelos atletas candidatos por meio do sistema eletrônico específico do Programa Bolsa-Atleta ou, de forma alternativa, por via postal.

§ 3º Os documentos comprobatórios enviados por via postal devem, preferencialmente, seguir os modelos disponibilizados pelo Ministério da Cidadania e, obrigatoriamente, conter todas as informações neles exigidas.

§ 4º O Ministério da Cidadania não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada da documentação a seu destino.

§ 5º O acesso à página eletrônica do Ministério da Cidadania e o preenchimento on-line do formulário de inscrição são de responsabilidade exclusiva do Atleta Candidato elegível ao Programa Bolsa-Atleta, a ser realizado mediante o uso de login e senha.

§ 6º O Ministério da Cidadania não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação e/ou conexão, congestionamento das linhas de comunicação ou por outros fatores que impossibilitem a transferência de dados, bem como por aquelas solicitadas fora do prazo estabelecido.

§ 7º As informações prestadas na solicitação de inscrição serão de inteira responsabilidade do Atleta Candidato, dispondo o Ministério da Cidadania do direito de invalidar ou desconsiderar o pleito daquele que não preencher o formulário de forma completa e correta.

§ 8º A inscrição on-line é confirmada após o envio da solicitação ao Ministério da Cidadania, registrada na área restrita do atleta candidato no sistema Bolsa-Atleta.

§ 9º Somente os atletas com inscrição on-line confirmada, inclusive os de que trata o §1º deste artigo, terão cumprido a primeira etapa do pleito e serão considerados Atletas Inscritos.

§ 10. É de obrigação exclusiva do Atleta Inscrito o acompanhamento do pleito por meio da área restrita na página eletrônica do Ministério da Cidadania, acessada com o login e senha gerada previamente no portal do Governo Federal.

§ 11. A gestão do cadastro efetivado no portal do Governo Federal deverá ser realizada pelo atleta interessado diretamente no referido portal, incluindo recuperação de senha e conta, não tendo o Ministério da Cidadania qualquer responsabilidade sobre tais procedimentos.

§ 12. Caso não demonstrado o atendimento dos requisitos previstos neste artigo o Atleta Inscrito será notificado pelo Ministério da Cidadania, por meio do sistema eletrônico específico do Programa Bolsa-Atleta, para, no prazo de 30 (trinta) dias, complementar a documentação ou as informações declaradas, sob pena de indeferimento do pedido.

§ 13. Considera-se notificado o atleta que tiver seu pedido de Bolsa-Atleta analisado e constar em sua área restrita, acessada mediante login e senha, registro compreendendo a data, situação e observação sobre do pleito.

§ 14. Somente os atletas que cumprirem o disposto neste artigo, nos termos e prazos estipulados por edital a cada abertura de inscrição, serão considerados Atletas Aptos e concorrerão ao benefício.

Capítulo VII

Da seleção de atletas

Art. 7º O procedimento de seleção dos atletas aptos, conforme disposto neste artigo, será realizado, pelo Ministério da Cidadania, conforme a chegada das informações declaradas pelos atletas inscritos e documentos comprobatórios, até o limite previsto para sua entrega e eventual complementação e/ou correção.

§ 1º A concessão da Bolsa-Atleta decorrente do processo de seleção, limitada sempre à disponibilidade orçamentária, obedecerá à seguinte ordem de preferência entre as categorias e atletas aptos, observado o disposto no §1º do art. 3º desta Portaria:

I - Atleta Pódio;

II - Atleta Olímpico ou Paralímpico;

III - Atleta Internacional;

IV - Atleta Nacional;

V - Atleta de Base; e

VI - Atleta Estudantil.

§ 2º Na hipótese de existência limitada de dotação orçamentária, terá preferência o atleta habilitado e/ou melhor colocado, observada a seguinte ordem:

I - atletas que já recebem o benefício em qualquer categoria de bolsa e que conquistaram medalhas na última edição dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos;

II - na Categoria Atleta Pódio:

a) atletas que já recebem o benefício e encontram-se em processo de renovação;

b) novas adesões ao Programa Atleta Pódio; e

c) o atleta melhor ranqueado mundialmente.

III - nas demais Categorias de bolsa:

a) em provas individuais de modalidades individuais;

b) em provas coletivas de modalidades individuais;

c) em modalidades coletivas;

d) na subcategoria principal;

e) na subcategoria intermediária;

f) na subcategoria iniciante;

g) na competição que os habilitou ao pleito;

h) no ranking internacional de cada modalidade; e

i) no ranking nacional de cada modalidade.

§ 3º Com exceção do disposto no § 1º do art. 6º, a prioridade estabelecida ou a efetiva concessão da Bolsa-Atleta em anos consecutivos não desobrigam o atleta ou seu procurador legal de obedecerem a todos os procedimentos, inclusive os de inscrição on-line e os de envio de documentos, além dos prazos estabelecidos pelo Ministério da Cidadania, bem como da apresentação da respectiva prestação de contas e da atualização dos dados cadastrais.

Art. 8º A concessão do benefício para os atletas participantes de modalidades individuais e coletivas que não fazem parte do programa olímpico ou paralímpico fica limitada a 15% (quinze por cento) dos recursos orçamentários disponíveis para o Programa Bolsa-Atleta, nos termos do art. 1º, §§ 3º e 4º da Lei nº 10.891, de 2004, observando-se, ainda, o disposto no art. 5º, caput, da mesma Lei.

Art. 9º Antes da publicação, no Diário Oficial da União, da lista de atletas contemplados, cada Entidade Nacional de Administração do Esporte deverá declarar, preferencialmente por meio do Sistema Bolsa-Atleta, que:

I - Ratifica a habilitação dos atletas filiados ou vinculados a ela, especificamente no que diz respeito:

a) a continuidade da atividade esportiva em treinamentos e competições oficiais;

b) que os atletas estão regularmente inscritos perante ela;

c) que os atletas mantém vínculo com a respectiva entidade estadual de administração do desporto;

d) que os atletas a serem contemplados não ocupam cargo de dirigente na entidade nacional de administração do desporto; e

e) não atuam na subcategoria master.

II - Se compromete a informar ao Ministério da Cidadania, no momento do ocorrido, os casos em que atletas bolsistas vinculados ou filiados a ela:

a) sofrerem sanção disciplinar ou suspensão por dopagem, com o respectivo período de suspensão/punição;

b) se desfiliarem ou desvincularem da Entidade; e

c) comunicarem o encerramento da carreira esportiva.

§ 1º O disposto no art. 9 não se aplica aos atletas habilitados na categoria de bolsa "Atleta Estudantil".

Art. 10. Deferida a concessão aos atletas aptos, selecionados nos termos do Edital aplicável e após publicação de seus nomes no Diário Oficial da União, estes serão considerados atletas contemplados.

Art. 11. Parágrafo único. Os interessados poderão recorrer da decisão indeferitória da contemplação da Bolsa-Atleta no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação oficial do resultado.

Capítulo VIII

Da concessão da Bolsa-Atleta

Art. 12. Após a contemplação mencionada no art. 10, o Ministério da Cidadania disponibilizará na área restrita do atleta no sistema Bolsa-Atleta, Termo de Adesão para anuência das partes, a ser formalizada no referido Sistema, mediante uso de login e senha pessoais.

§ 1º Caso o atleta contemplado seja menor de 18 anos, o Termo de Adesão deverá ter anuência do atleta e seu responsável legal.

§ 2º O Termo de Adesão deverá ser enviado ao Ministério da Cidadania por meio do Sistema Bolsa-Atleta, no prazo de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período pelo Ministério da Cidadania, desde que comprovada justa causa, contados a partir da data de publicação da lista de atletas contemplados descrita no art. 10 desta Portaria.

§ 3º Os atletas contemplados que encaminharem o Termo de Adesão no prazo regulamentar e tiverem seus nomes publicados no Extrato de Adesão na Imprensa Nacional serão considerados atletas bolsistas.

§ 4º Antes do envio do Termo de Adesão o atleta deverá informar, por meio da área restrita do sistema Bolsa-Atleta, os dados bancários em que o crédito da Bolsa-Atleta será efetivado, devendo ser conta bancária individual aberta no agente financeiro do Programa Bolsa-Atleta em nome do atleta.

§ 5º A concessão da Bolsa-Atleta somente gerará efeitos financeiros para cada atleta contemplado no mês subsequente ao envio do Termo de Adesão pelo beneficiário e/ou seu responsável legal, nos termos do art. 5º do Decreto nº 5.342, de 14 de janeiro de 2005.

§ 6º Caso o pagamento seja rejeitado pelo agente financeiro o Ministério da Cidadania notificará o atleta interessado, por meio do Sistema Bolsa-Atleta, para que retifique as informações no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 7º Terá o benefício cancelado o atleta que:

I - não encaminhar o Termo de Adesão, na forma e no prazo fixado nesta Portaria; ou

II - não atenda a diligência na forma e no prazo estabelecido no § 6º do art. 12.

§ 8º Os recursos financeiros oriundos do cancelamento de benefícios serão utilizados para contemplação de outros atletas aptos ainda não contemplados, desde que selecionados à luz do mesmo Edital, considerando os critérios de concessão dispostos nos §§ 1º e 2º do art. 7º e art. 8º desta Portaria, conforme o caso.

Art. 13. O Termo de Adesão, a ser firmado entre o Ministério da Cidadania e o atleta, observará modelo disponibilizado no sistema eletrônico, contendo as seguintes cláusulas:

I - a qualificação das partes;

II - a categoria, o valor total e de cada parcela da Bolsa;

III - as obrigações do atleta bolsista;

IV - as obrigações do Ministério da Cidadania; e

V - as hipóteses de perda do benefício pelo atleta, dentre elas:

a) condenação/suspensão por doping;

b) comprovação de uso de documento ou declaração falsa para obtenção do benefício;

c) deixar de treinar ou faltar às competições oficiais de que deva participar, sem justa causa; e

d) não estar regularmente matriculado em instituição de ensino, para a categoria estudantil.

Capítulo IX

Da prestação de contas

Art. 14. O atleta beneficiado deverá apresentar ao Ministério da Cidadania prestação de contas no prazo de trinta dias, contados do recebimento da última parcela.

Art. 15. A prestação de contas deverá conter:

I - declaração da entidade desportiva, ou da instituição de ensino na categoria Atleta Estudantil, atestando que o atleta manteve-se em plena atividade esportiva durante o período de recebimento do benefício; e

II - declaração da entidade nacional de administração do desporto, dispensada na categoria Atleta Estudantil, atestando que o atleta:

a) manteve-se regularmente inscrito junto à entidade; e

b) participou de competição promovida pela entidade no período de recebimento do benefício, especificando denominação, data, local e resultados obtidos.

Art. 16. Ficam dispensados da apresentação da declaração de que trata o inciso II do art. 15 os atletas que tenham obtido o primeiro, segundo ou terceiro lugar em competição esportiva de âmbito nacional ou internacional durante o recebimento do benefício, desde que tal competição tenha sido indicada pela respectiva entidade nacional de administração do desporto, na forma do Art. 5º desta Portaria.

Capítulo X

Das hipóteses de suspensão, cancelamento e ressarcimento ao erário

Art. 17. Constitui motivo para suspensão do pagamento, a título de medida cautelar, ao atleta que estiver cumprindo suspensão preventiva/provisória imposta por órgãos da Justiça Desportiva nacional ou internacional por resultado adverso em exame oficial de antidoping ou violação das regras antidoping contidas na Convenção Internacional contra o Doping nos Esportes e Código Mundial Antidopagem;

Art. 18. A inscrição, contemplação ou benefício serão cancelados, assegurado o prévio exercício do contraditório e da ampla defesa:

I - caso o atleta encerre sua carreira esportiva, não participe regularmente de treinamentos e competições oficiais, sofra sanção disciplinar ou deixe de satisfazer quaisquer dos requisitos exigidos para a sua concessão;

II - diante de condenação por uso de doping ou caso comprovada utilização de documento ou declaração falsos para obtenção do benefício Bolsa-Atleta;

III - na hipótese prevista no § 2º, Art. 7º do Decreto nº 5.342, de 14 de janeiro de 2005;

Art. 19. Caso configurada as hipótese previstas no art. 18 desta Portaria, o atleta beneficiado ou seu representante legal estará obrigado a ressarcir à Administração Pública os valores recebidos indevidamente, devidamente atualizados, no prazo de sessenta dias, a partir da data da notificação do devedor.

Art. 20. O ressarcimento de recursos recebidos indevidamente pelo atleta poderá ser realizado de forma parcelada, de acordo com procedimento estabelecido pelo Ministério da Cidadania.

Capítulo XI

Das vedações

Art. 21. É vedada a inscrição, contemplação ou concessão da Bolsa-Atleta:

I - à subcategoria master;

II - à atletas-guias;

III - de forma simultânea de mais de uma bolsa, ao mesmo atleta, ainda que cumpra os requisitos de outras categorias, hipótese em que somente será considerado o pleito referente à categoria de maior precedência.

IV - ao atleta que, no processo de renovação, estiver inadimplente com o ressarcimento devido em razão da suspensão ou cancelamento do benefício.

V - ao candidato que ocupe cargo de dirigente esportivo em Entidades Nacionais de Administração do Desporto.

VI - ao atleta que estiver cumprindo suspensão imposta por Tribunal de Justiça Desportiva, em sentença transitada em julgado, por resultado adverso em exame oficial de antidoping ou violação das regras antidoping contidas na Convenção Internacional contra o Doping nos Esportes, ratificada pelo Decreto Legislativo nº 306, de 26 de outubro de 2007;

VII - ao atleta que tiver sido condenado, com trânsito em julgado, mais de 1 (uma) vez, por Tribunal de Justiça Desportiva, por violação das regras antidoping contidas na Convenção Internacional contra o Doping nos Esportes, ratificada pelo Decreto Legislativo nº 306, de 26 de outubro de 2007.

§1º Aos atletas beneficiados pela Bolsa-Atleta que forem enquadrados na situação descritas no inciso VII, do caput, serão imputados a vedação de concorrência à nova Bolsa-Atleta nos dois primeiros exercícios subsequentes ao da última condenação, nos termos do art. 3º, § 1º e § 2º da lei nº 10.891/2004.

Art. 22 Fica revogada a Portaria GM/ME nº 164, de 6 de outubro de 2011.

Art. 23 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ONYX DORNELLES LORENZONI

PORTARIA MC Nº 594, DE 19 DE JANEIRO DE 2021

Estabelece critério para a seleção de atletas de modalidades dos programas olímpico e paralímpico a serem beneficiados pelo Programa Bolsa Atleta, no exercício de 2021, em razão da situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (Covid-19).

O MINISTRO DE ESTADO DA CIDADANIA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e no Decreto nº 5.342, de 14 de janeiro de 2005, resolve:

Art. 1º Para seleção de atletas de modalidades dos programas olímpico e paralímpico a serem beneficiados pelo Programa Bolsa Atleta, na forma do Edital a ser publicado em 2021, poderão ser considerados os resultados esportivos obtidos pelos atletas candidatos no ano de 2019 e de 2020, desde que obtidos em período anterior ao Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, que reconhece a ocorrência no Brasil do estado de calamidade pública.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ONYX DORNELLES LORENZONI

PORTARIA MC Nº 595, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DA CIDADANIA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e no Decreto nº 5.342, de 14 de janeiro de 2005, resolve:

Art. 1º Instituir a Chamada Pública para seleção de atletas de modalidades dos programas olímpico e paralímpico a serem beneficiados pelo Programa Bolsa Atleta, na forma do Edital nº 01/2021, publicado na Seção 3 do Diário Oficial da União de 21 de janeiro de 2021.

Art. 2º Os interessados deverão cumprir com as exigências descritas no Edital em relação às fases dos pleitos, aos procedimentos de inscrição e aos critérios objetivos para concessão dos respectivos benefícios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ONYX DORNELLES LORENZONI



Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

GABINETE DO MINISTRO

COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE CONTROLE DE EXPORTAÇÃO DE BENS SENSÍVEIS

RESOLUÇÃO Nº 31, DE 14 DE OUTUBRO DE 2020

A COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE CONTROLE DE EXPORTAÇÃO DE BENS SENSÍVEIS (CIBES), no uso da competência que lhe foi outorgada pelo art. 5º, incisos I e II, da Lei nº 9.112, de 10 de outubro de 1995, e art. 4º, incisos I e II, do Decreto nº 4.214, de 30 de abril de 2002, resolve:

Art. 1º Aprovar a atualização da Lista de Bens Relacionados a Mísseis e Serviços Diretamente Vinculados, incluídas as devidas explicações e definições, conforme anexo.

Art. 2º Fica revogada a Resolução CIBES nº 25, de 2 de fevereiro de 2016, publicada no DOU de 7 de março de 2016.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO ANTÔNIO FRAZÃO ARAUJO
Secretário Executivo

ANEXO

LISTA DE BENS RELACIONADOS A MÍSSEIS E SERVIÇOS DIRETAMENTE VINCULADOS

INTRODUÇÃO

(a) Esta Lista consiste em duas categorias de itens, que incluem equipamentos, materiais, "software" ou "tecnologia". Itens de Categoria I são todos aqueles que estão nos Itens 1 e 2 da Lista e são aqueles itens de maior sensibilidade. Se um item de Categoria I estiver incluso em um sistema, esse sistema também será considerado Categoria I, exceto quando o item incorporado não puder ser separado, removido ou duplicado. Itens de Categoria II são aqueles itens da Lista que não estão listados na Categoria I.

(b) Ao analisar as solicitações de transferência de sistemas completos de foguete e de veículos aéreos não tripulados, descritos nos Itens 1 e 19, e de equipamentos, materiais, "software" ou "tecnologia", constantes nesta Lista, para potencial uso em tais sistemas, o Governo levará em consideração a capacidade de permuta entre "alcance" e "carga paga".

(c) Nota Geral sobre Tecnologia:

A transferência de "tecnologia" diretamente associada a qualquer item controlado nesta Lista também é controlada de acordo com o estabelecido em cada Item. A aprovação da exportação de qualquer item também autoriza a exportação, para o mesmo usuário final, da "tecnologia" mínima exigida para instalação, operação, manutenção ou reparo do item.

Nota:

Esses controles não se aplicam à "tecnologia" "de domínio público" ou à "pesquisa científica básica".

(d) Nota Geral sobre Software:

Esta Lista não controla "software" que seja:

1. Disponível ao público em geral por ser:

a. Vendido sem restrição no varejo, por meio de:

1. Venda de balcão (presencial); ou
2. Transação por via postal; ou
3. Transação eletrônica; ou
4. Transação telefônica; e

b. Projetado para instalação pelo usuário sem apoio adicional significativo por parte do fornecedor; ou

2. "De domínio público".

Nota:

A Nota Geral sobre "Software" aplica-se apenas a "software" geral, de grande mercado.

(e) Nota Geral sobre "Software" Mínimo:

A autorização de exportação de qualquer item da Lista também autoriza a exportação ou transferência, para o mesmo usuário final, do "software" mínimo, excluindo código fonte, necessário para a instalação, operação, manutenção ou reparo do item, a fim de garantir a segurança da operação do item, tal qual originalmente previsto.

Nota:

A Nota Geral sobre Software Mínimo também autoriza a exportação de "software" planejado para corrigir defeitos (bugs) em um item prévia e legalmente exportado, desde que a capacidade e/ou performance do item não tenha sido ampliada.

(f) Números do Chemical Abstracts Service (CAS):

Em alguns casos, as substâncias químicas são listadas por nome e por número CAS. Substâncias químicas de mesma fórmula estrutural (incluindo hidratos) são controladas independentemente de seu nome ou número CAS. Números CAS foram incluídos para auxiliar a determinar se uma substância química em particular ou uma mistura é controlada, independentemente de nomenclatura. Números CAS não podem ser utilizados como únicos identificadores, porque diferentes fórmulas estruturais de uma mesma substância química listada podem possuir diferentes números CAS, e misturas contendo uma substância química listada também terão outros números CAS.

DEFINIÇÕES

Para os propósitos desta Lista, aplicam-se as seguintes definições:

"Precisão"

Geralmente medida em termos de imprecisão, significa o desvio máximo, positivo ou negativo, de um valor indicado em relação a um valor padrão aceito ou verdadeiro.

"Pesquisa científica básica"

Trabalho experimental ou teórico realizado principalmente para adquirir novos conhecimentos sobre os princípios fundamentais de fenômenos ou fatos observáveis, e não para atingir um resultado prático específico.

"Desenvolvimento"

Está relacionado a todas as fases anteriores à "produção", tais como:

- projeto
- pesquisa
- análise de projeto
- concepção de projeto
- montagem e teste de protótipos
- esquemas-piloto de produção
- dados de projeto
- processo de transformação dos dados de projeto em um produto
- projeto de configuração
- projeto de integração
- esquemas

"De domínio público"

Significa "software" ou "tecnologia" disponibilizados sem restrições à sua disseminação. (Restrições de direitos de autor não impedem que "software" ou "tecnologia" sejam considerados "de domínio público".)

"Microcircuito"

Dispositivo no qual elementos passivos e/ou ativos são considerados indivisivelmente associados a uma estrutura contínua para desempenhar a função de um circuito.

"Microprogramas"

Uma sequência de instruções elementares conservadas em uma memória especial, cuja execução é iniciada pela introdução de seu registro de instrução de referência.

"Carga paga"

A massa total que pode ser transportada ou entregue por determinado sistema de foguete ou de veículo aéreo não tripulado (VANT) e que não é utilizada para manter o voo.

Nota:

Os equipamentos, subsistemas ou componentes a serem incluídos na "carga paga" dependem do tipo e da configuração do veículo sob consideração.

Notas Técnicas:

1. Mísseis Balísticos

a. A "carga paga" para sistemas com veículos de reentrada (VR) separáveis inclui:

1. Os VR, incluindo:

a. Equipamento dedicado de guiamento, navegação e controle;

b. Equipamento dedicado de contramedidas;

2. Munições de qualquer tipo (ex.: explosivas ou não explosivas);

3. Estruturas de sustentação e mecanismos de acoplamento para as munições (ex.: equipamento usado para acoplar ou separar o VR do seu estágio propulsivo pós-lançamento) que possam ser removidos sem violar a integridade estrutural do veículo;

4. Mecanismos e dispositivos de segurança, armação, acionamento ou disparo;

5. Quaisquer outros equipamentos de contramedidas (ex.: chamarizes, embaralhadores de sinal ou lançadores de chaff) que se separem do estágio propulsivo pós-lançamento do VR;

6. O estágio propulsivo pós-lançamento do VR ou o módulo de controle de atitude e ajuste de velocidade, não incluindo os sistemas e subsistemas essenciais para a operação dos outros estágios.

b. A "carga paga" para sistemas com veículos de reentrada não separáveis inclui:

1. Munições de qualquer tipo (ex.: explosivas ou não explosivas);

2. Estruturas de sustentação e mecanismos de acoplamento para as munições que possam ser removidos sem violar a integridade estrutural do veículo;

3. Mecanismos e dispositivos de segurança, armação, acionamento ou disparo;

4. Quaisquer equipamentos de contramedidas (ex.: chamarizes, embaralhadores de sinal ou lançadores de chaff) que possam ser removidos sem violar a integridade estrutural do veículo.

2. Veículos de Lançamento Espacial

"Carga paga" inclui:

a. Veículo Espacial (único ou múltiplo), inclusive satélites;

b. Adaptadores entre o Veículo de Lançamento Espacial e o Veículo Espacial incluindo, se for o caso, motores de apogeu/perigeu ou sistemas de manobra e sistemas de separação.

3. Foguetes de Sondagem

"Carga paga" inclui:

a. Equipamentos necessários para uma missão, tais como dispositivos para coleta, gravação ou transmissão dos dados específicos da missão;

b. Equipamento de recuperação (ex.: paraquedas) que possa ser removido sem violar a integridade estrutural do veículo.

4. Mísseis de Cruzeiro

"Carga paga" inclui:

a. Munições de qualquer tipo (ex.: explosivas ou não explosivas);

b. Estruturas de sustentação e mecanismos de acoplamento para as munições que possam ser removidos sem violar a integridade estrutural do veículo;

c. Mecanismos e dispositivos de segurança, armação, acionamento ou disparo;

d. Equipamentos de contramedidas (ex.: chamarizes, embaralhadores de sinal ou lançadores de chaff) que possam ser removidos sem violar a integridade estrutural do veículo;

e. Equipamento de alteração da assinatura que possa ser removido sem violar a integridade estrutural do veículo.

5. Outros VANT

"Carga paga" inclui:

a. Munições de qualquer tipo (ex.: explosivas ou não explosivas);

b. Mecanismos e dispositivos de segurança, armação, acionamento ou disparo;

c. Equipamentos de contramedidas (ex.: chamarizes, embaralhadores de sinal ou lançadores de chaff) que possam ser removidos sem violar a integridade estrutural do veículo;

d. Equipamento de alteração da assinatura que possa ser removido sem violar a integridade estrutural do veículo;

e. Equipamentos necessários para uma missão, tais como dispositivos de coleta, gravação ou transmissão dos dados específicos da missão e estruturas de sustentação, que possam ser removidos sem violar a integridade estrutural do veículo;

f. Equipamento de recuperação (ex.: paraquedas) que possa ser removido sem violar a integridade estrutural do veículo.

g. Estruturas de suporte de munições e mecanismos de acoplamento que possam ser removidos sem violar a integridade estrutural do veículo.

"Produção"

Significa todas as fases de produção, tais como:

- engenharia de produção
- manufatura
- integração
- montagem
- inspeção
- teste
- controle de qualidade

"Equipamento de produção"

Significa ferramental, modelos, gabaritos, mandris, moldes, matrizes, fixações, mecanismos de alinhamento, equipamentos de teste, outros componentes e maquinário para tal fim, limitados àqueles especialmente projetados ou modificados para "desenvolvimento" ou para uma ou mais fases de "produção".

"Meios de produção"

Significa "equipamentos de produção" e "software" especialmente concebidos para tal fim integrados a instalações para "desenvolvimento" ou para uma ou mais fases de "produção".

"Programas"

Uma sequência de instruções para realizar um processo em forma executável por um computador eletrônico, ou convertível nessa forma.

"Resistentes à radiação"

Significa que o componente ou equipamento é projetado ou dimensionado para suportar níveis de radiação iguais ou superiores a uma dose total de irradiação de 5×10^5 rad (Si).

"Alcance"

A distância máxima que o sistema de foguete ou de veículo aéreo não tripulado (VANT) especificado é capaz de percorrer em voo estabilizado conforme medida pela projeção da sua trajetória sobre a superfície terrestre.

Notas Técnicas:

1. Para a determinação do "alcance", será levada em consideração a capacidade máxima baseada nas características de projeto do sistema, quando totalmente carregado com combustível ou propelente.

2. O "alcance" para sistemas de foguete e sistemas de VANT será determinado independentemente de quaisquer fatores externos, tais como restrições operacionais, limitações impostas pela telemetria, enlace de dados ou outras restrições externas.

3. Para sistemas de foguete, o "alcance" será determinado utilizando a trajetória que maximiza o "alcance", considerando-se uma atmosfera padrão OACI com vento nulo.

4. Para os sistemas de VANT, o "alcance" será determinado por uma distância só de ida, utilizando o perfil de voo mais econômico (ex.: velocidade e altitude de cruzeiro), considerando-se uma atmosfera padrão OACI com vento nulo.

"Software"

Uma coleção de um ou mais "programas", ou "microprogramas", armazenada em qualquer meio tangível.

"Tecnologia"

Significa informação específica necessária para o "desenvolvimento", a "produção" ou o "uso" de um produto. A informação pode assumir a forma de "dados técnicos" ou "assistência técnica".

"Assistência técnica"

Pode assumir formas tais como:

- instrução
- habilidades
- treinamento
- conhecimento de trabalho
- serviços de consultoria

"Dados técnicos"

Podem assumir formas tais como:

- desenhos técnicos
- planos
- diagramas
- modelos
- fórmulas
- projetos e especificações de engenharia
- manuais e instruções escritas ou registadas em outros meios ou dispositivos, tais como:
- disco
- fita
- memórias ROM

"Uso"

Significa:

- operação
- instalação (incluindo a instalação no local)
- manutenção
- reparo
- inspeção
- reforma

TERMINOLOGIA

Ao aparecerem no texto, as expressões seguintes devem ser entendidas de acordo com as explicações abaixo:

(a) "Especialmente projetado" descreve equipamentos, peças, componentes, materiais ou "software", os quais, como resultado de "desenvolvimento", apresentam propriedades únicas que os distinguem para certos fins predeterminados. Por exemplo, uma peça de equipamento "especialmente projetada" para o "uso" em um míssil somente será considerada como tal se não possuir qualquer outra função ou "uso". Do mesmo modo, um equipamento de fabricação "especialmente projetado" para produzir um determinado tipo de componente somente será considerado como tal se não for capaz de produzir outros tipos de componentes.

(b) "Projetado ou modificado" descreve equipamentos, peças ou componentes os quais, como resultado de "desenvolvimento" ou modificação, apresentam propriedades especificadas que os tornam aptos a determinada aplicação. Equipamentos, peças, componentes ou "software" "projetados ou modificados" podem ser usados para outras aplicações. Por exemplo, uma bomba revestida de titânio projetada para um míssil pode ser usada com fluidos corrosivos que não sejam propelentes.

(c) "Utilizável em", "utilizável para", "utilizável como" ou "capaz de" descrevem equipamentos, peças, componentes, materiais ou "software" adequados para um fim específico. Não é necessário que os equipamentos, peças, componentes ou "software" tenham sido configurados, modificados ou especificados para tal fim específico. Por exemplo, qualquer circuito de memória com especificação militar seria "capaz de" operar em um sistema de guiamento.

(d) "Modificado", no contexto de "software", o termo descreve "software" que tenha sido intencionalmente alterado de tal forma que apresente propriedades que o tornem apto para fins ou aplicações especificadas. Suas propriedades também podem torná-lo adequado para fins ou aplicações diferentes daquelas para as quais foi "modificado".

ITENS DE CONTROLE

CATEGORIA I

ITEM 1 - SISTEMAS COMPLETOS DE MÍSSEIS

1.A. EQUIPAMENTOS, CONJUNTOS E COMPONENTES

1.A.1. Sistemas completos de foguetes (incluindo mísseis balísticos, veículos de lançamento espacial e foguetes de sondagem) capazes de transportar uma "carga paga" de pelo menos 500 kg com "alcance" de pelo menos 300 km.

1.A.2. Sistemas completos de veículos aéreos não tripulados (incluindo mísseis de cruzeiro, alvos aéreos, sistemas aéreos de reconhecimento) capazes de transportar uma "carga paga" de pelo menos 500 kg com "alcance" de pelo menos 300 km.

1.B. EQUIPAMENTOS DE TESTE E PRODUÇÃO.

1.B.1. "Meios de produção" especialmente projetados para os sistemas especificados em 1.A.

1.C. MATERIAIS

Nenhum.

1.D. SOFTWARE

1.D.1. "Software" especialmente projetado ou modificado para o "uso" dos "meios de produção" especificados em 1.B.

1.D.2. "Software" especialmente projetado ou modificado para coordenar a função de mais de um subsistema em sistemas especificados em 1.A.

Nota:

Para uma aeronave tripulada convertida para operar como veículo aéreo não tripulado especificado em 1.A.2., o Item 1.D.2. inclui "software", como segue:

a. "Software" especialmente projetado ou modificado para integrar o equipamento de conversão com as funções do sistema da aeronave;

b. "Software" especialmente projetado ou modificado para operar a aeronave como um veículo aéreo não tripulado.

1.E. TECNOLOGIA

1.E.1. "Tecnologia", de acordo com a Nota Geral sobre Tecnologia, para o "desenvolvimento", "produção" ou "uso" dos equipamentos ou "software" especificados em 1.A., 1.B. ou 1.D.

ITEM 2 - SUBSISTEMAS COMPLETOS UTILIZÁVEIS EM SISTEMAS COMPLETOS DE MÍSSEIS

2.A. EQUIPAMENTOS, CONJUNTOS E COMPONENTES

2.A.1. Subsistemas completos utilizáveis nos sistemas especificados em 1.A., como segue:

a. Estágios individuais de foguetes, utilizáveis nos sistemas especificados em 1.A.;

b. Veículos de reentrada utilizáveis nos sistemas especificados em 1.A., e, como segue, equipamentos projetados ou modificados para tal fim, exceto conforme a Nota abaixo do Item 2.A.1. para aqueles projetados para cargas pagas não bélicas:

1. Proteções térmicas e componentes para este fim, fabricados de material cerâmico ou ablativo;

2. Dissipadores de calor e componentes para este fim, fabricados de materiais leves e de alta resistência térmica;

3. Equipamentos eletrônicos especialmente projetados para veículos de reentrada.

c. Subsistemas propulsivos de foguete, utilizáveis nos sistemas especificados em 1.A., como se segue:

1. Motores-foguetes a propelente sólido ou motores-foguetes híbridos com capacidade de impulsão total igual ou superior a 1,1 x 10^6 N.s;

2. Motores-foguetes a propelente líquido ou motores-foguetes a propelente gel integrados, ou projetados, ou modificados para serem integrados, em um sistema propulsivo a propelente líquido ou a propelente gel com capacidade de impulsão total igual ou superior a 1,1 x 10^6 N.s.

Nota:

Motores de apogeu a propelente líquido ou motores de manutenção de órbita especificados em 2.A.1.c.2., projetados ou modificados para uso em satélites, podem ser tratados como Categoria II, se o subsistema é exportado sujeito a declaração de uso e usuário final e em quantidades limites apropriadas para a exceção de uso final declarada acima, quando o empuxo no vácuo não for maior que 1 kN.

d. 'Conjuntos de guiamento', utilizáveis nos sistemas especificados em 1.A., capazes de conferir ao sistema "precisão" igual ou inferior a 3,33% do "alcance" (ex.: um 'CEP' igual ou inferior a 10 km para um "alcance" de 300 km), exceto aqueles indicados na Nota abaixo do Item 2.A.1. para aqueles projetados para mísseis com um "alcance" inferior a 300 km ou aeronaves tripuladas;

Notas Técnicas:

Um 'conjunto de guiamento' integra o processo de medição e computação de posição e velocidade de um veículo (ex.: navegação) com o da computação e envia comandos para o sistema de controle de voo do veículo para corrigir a trajetória;

No Item 2.A.1.d., CEP (Erro Circular Provável ou Círculo de Igual Probabilidade) é uma medida de "precisão", definido como o raio do círculo centrado no alvo, para um "alcance" específico, no qual atingem 50% das "cargas pagas" lançadas.

e. Subsistemas para controle do vetor empuxo, utilizáveis nos sistemas especificados em 1.A., exceto conforme a Nota abaixo do Item 2.A.1. para aqueles projetados para sistemas de foguetes que não os especificados em 1.A.;

Nota Técnica:

O Item 2.A.1.e. inclui os seguintes métodos para o controle do vetor empuxo:

Tubeira flexível;

Injeção secundária de fluido ou gás;

Motor ou tubeira móvel;

Defletores de gases de escape (palhetas e sondas);

Compensadores de empuxo.

f. Mecanismos de segurança, de armar, de espoletagem e de disparo de armas ou cabeças de guerra de mísseis, utilizáveis nos sistemas especificados em 1.A., exceto conforme a Nota abaixo do Item 2.A.1. para aqueles projetados para sistemas que não aqueles especificados em 1.A.

Nota:

As exceções em 2.A.1.b., 2.A.1.d., 2.A.1.e. e 2.A.1.f. acima podem ser tratadas como Categoria II, se o subsistema for exportado sujeito a declaração de uso e usuário final e em quantidades apropriadas para o uso final declarado acima.

2.B. EQUIPAMENTOS DE TESTE E PRODUÇÃO

2.B.1. "Meios de produção" especialmente projetados para os subsistemas especificados em 2.A.

2.B.2. "Equipamentos de produção" especialmente projetados para os subsistemas especificados em 2.A.

2.C. MATERIAIS

Nenhum.

2.D. "SOFTWARE"

2.D.1. "Software" especialmente projetado ou modificado para o "uso" dos "meios de produção" especificados em 2.B.1.

2.D.2. "Software" especialmente projetado ou modificado para o "uso" de motores-foguetes a propelente sólido ou líquido especificados em 2.A.1.c.

2.D.3. "Software" especialmente projetado ou modificado para operação ou manutenção dos conjuntos de guiamento especificados em 2.A.1.d.

Nota:

O Item 2.D.3. inclui "software" especialmente projetado ou modificado para melhorar o desempenho de conjuntos de guiamento para alcançar ou exceder a "precisão" especificada em 2.A.1.d.

2.D.4. "Software" especialmente projetado ou modificado para operação ou manutenção de subsistemas ou equipamentos especificados em 2.A.1.b.3.

2.D.5. "Software" especialmente projetado ou modificado para operação ou manutenção de subsistemas em 2.A.1.e.

2.D.6. "Software" especialmente projetado ou modificado para operação ou manutenção de subsistemas em 2.A.1.f.

Nota:

Sujeito à declaração de uso e de usuário final apropriada para a exceção de uso final, o "software" controlado pelos Itens 2.D.2. a 2.D.6. pode ser tratado como Categoria II, como segue:

Sob 2.D.2. se especialmente projetado ou modificado para motores de apogeu a propelente líquido ou motores de manutenção de órbita, projetados ou modificados para aplicação em satélite como especificado na Nota do Item 2.A.1.c.2.;

Sob 2.D.3. se projetado para mísseis com um "alcance" inferior a 300 km ou aeronaves tripuladas;

Sob 2.D.4. se especialmente projetado ou modificado para veículos de reentrada projetados para "cargas pagas" pacíficas;

Sob 2.D.5. se projetado para sistemas de foguetes que não os especificados em 1.A.;

Sob 2.D.6. se projetado para sistemas diversos daqueles especificados em 1.A.

2.E. TECNOLOGIA

2.E.1. "Tecnologia" para o "desenvolvimento", "produção" ou "uso" dos equipamentos ou "software" especificados em 2.A., 2.B. ou 2.D.

CATEGORIA II

ITEM 3 - EQUIPAMENTOS E COMPONENTES DE PROPULSÃO

3.A. EQUIPAMENTOS, CONJUNTOS E COMPONENTES

3.A.1. Motores turbojatos e turbofan, como segue:

Motores que tenham todas as seguintes características:

Capacidade máxima de empuxo superior a 400 N excluindo motores civis certificados com capacidade máxima de empuxo superior a 8,89 kN;

Consumo específico de combustível igual ou inferior a 0,15 kg N^{-1} h^{-1};

Peso seco inferior a 750 kg; e

Diâmetro do rotor do primeiro estágio inferior a 1 m;

Notas Técnicas:

1. Capacidade máxima de empuxo é o empuxo máximo demonstrado pelo fabricante para o tipo de motor não instalado ao nível do mar e nas condições estáticas de atmosfera padrão definida pela OACI. O valor do empuxo com certificação civil será igual ou menor ao empuxo máximo demonstrado pelo fabricante para o tipo de motor não instalados.

2. Consumo específico de combustível é determinado no empuxo contínuo máximo para o tipo de motor não instalado, ao nível do mar e nas condições estáticas de atmosfera padrão definida pela OACI.

3. Peso seco' é o peso do motor sem fluidos (combustível, fluido hidráulico, óleo, etc.) e não inclui a nacele (invólucro).

4. Diâmetro do rotor do primeiro estágio é o diâmetro do primeiro estágio rotativo do motor, seja uma hélice (fan) ou um compressor, medido no bordo de ataque das pontas das pás.

Motores projetados ou modificados para sistemas especificados em 1.A. ou 19.A.2., independente do empuxo, do consumo específico de combustível, peso seco ou diâmetro do rotor do primeiro estágio.

Nota:

Os motores especificados em 3.A.1. podem ser exportados como parte de aeronave tripulada ou em quantidades apropriadas para peças de reposição para uma aeronave tripulada.

3.A.2. Motores ramjet, scramjet, pulsojato, de detonação, ou de ciclos combinados, incluindo dispositivos reguladores de combustão, e componentes especialmente projetados para tal fim, utilizáveis nos sistemas especificados em 1.A. ou 19.A.2.

Notas Técnicas:

1. No Item 3.A.2., motor de ciclos combinados é o motor que emprega dois ou mais ciclos dos seguintes tipos de motores: turbina a gás (turbojato, turboélice, turbofan e turboeixo), ramjet (motores estatojatos), scramjet (motores estatojatos de combustão supersônica), pulsojatos, de detonação ou motores-foguetes (a propelente liquido, gel, sólido e híbrido).

2. No Item 3.A.2, motores de detonação utilizam detonação para produzir um aumento na pressão efetiva através da câmara de combustão. Exemplos de motores de detonação incluem motores de detonação pulsada, motores de detonação rotativa ou motores de detonação por ondas contínuas.

3.A.3. Envelopes-motores de foguetes, componentes isolantes térmicos e tubeiras para motores foguetes a propelente sólido ou híbridos, utilizáveis nos subsistemas especificados em 2.A.1.c.1. ou 20.A.1.b.1.

Nota Técnica:

Em 3.A.3., isolante térmico para ser aplicado aos componentes do motor-foguete (ex.: envelope-motor, tubeiras, tampas de fechamento do envelope-motor) inclui componentes de borracha composta curada ou semicurada, constituindo uma manta de material isolante ou refratário. Pode, também, ser incorporado como dispositivo para alívio de tensão (boots ou flaps).

Nota:

Ver o Item 3.C.2. sobre material isolante térmico em forma bruta ou em forma de folhas.

3.A.4. Mecanismos de fixação, de separação de estágios e interestágios, utilizáveis nos sistemas especificados em 1.A.

Nota:

Ver também Item 11.A.5.

Nota Técnica:

Mecanismos de fixação e mecanismos de separação, especificados em 3.A.4. podem conter alguns dos seguintes componentes:

- Parafusos, porcas e manilhas pirotécnicos;
- Esferas de travamento;
- Dispositivos de corte circular;
- Cargas ocas lineares e flexíveis.

3.A.5. Sistemas de controle de propelentes líquidos, pastosos e gel (incluindo oxidantes) e, componentes especialmente projetados para tal fim, utilizáveis nos sistemas especificados em 1.A., projetados ou modificados para operar em ambientes com níveis de vibração superiores a 10 g rms entre 20 Hz e 2 kHz.

Notas:

As únicas servo-válvulas, bombas e turbinas a gás especificadas em 3.A.5. são como segue:

Servo-válvulas projetadas para uma taxa de vazão igual ou superior a 24 l/min, a uma pressão absoluta igual ou superior a 7 MPa, que tenham um tempo de resposta do atuador inferior a 100 ms;

Bombas, para propelentes líquidos, com velocidade de rotação de eixo igual ou superior a 8.000 rpm no modo de operação máximo ou com pressões de saída iguais ou superiores a 7 Mpa;

Turbinas a gás, para turbobombas a propelente líquido, com velocidade de rotação de eixo igual ou superior a 8.000 rpm no modo de operação máximo.

Os sistemas e componentes especificados em 3.A.5. podem ser exportados como parte de um satélite.

3.A.6. Componentes especialmente projetados para motores-foguetes híbridos, especificados em 2.A.1.c.1. ou 20.A.1.b.1.

3.A.7. Rolamento de esferas radial com todas as tolerâncias especificadas de acordo com o "ISO 492 Tolerance Class 2" (ou o "ANSI/ABMA Std 20 Tolerance Class ABEC-9" ou outro equivalente nacional) ou melhor, e tendo todas as seguintes características:

Um anel interno com diâmetro entre 12 e 50 mm;

Um anel externo com diâmetro entre 25 e 100 mm; e

Uma largura entre 10 e 20 mm.

3.A.8. Tanques para propelente líquido ou gel, especialmente projetados para os propelentes controlados no Item 4.C. ou outros propelentes líquidos ou gel usados nos sistemas especificados em 1.A.1.

3.A.9. Sistemas de motores turboélices especialmente projetados para os sistemas em 1.A.2. ou 19.A.2., e componentes especialmente projetados para tal fim, possuindo uma potência máxima superior a 10 kW (obtida com motor não instalado, ao nível do mar e em condições estáticas, considerando a atmosfera padrão definida pela OACI), excluindo motores com certificação civil.

Nota Técnica:

Para os propósitos do Item 3.A.9., um sistema de motor turboélice incorpora todas as seguintes características:

Motor turboeixo; e

Sistema de transmissão de potência para transferir potência para uma hélice.

3.A.10. Câmaras de combustão e tubeiras para motores-foguetes a propelente líquido ou gel usados nos subsistemas especificados em 2.A.1.c.2. ou 20.A.1.b.2.

3.B. EQUIPAMENTOS DE TESTE E "PRODUÇÃO"

3.B.1. "Meios de produção" especialmente projetados para os equipamentos ou materiais especificados em 3.A.1., 3.A.2., 3.A.3., 3.A.4., 3.A.5., 3.A.6., 3.A.8., 3.A.9., 3.A.10. ou 3.C.

3.B.2. "Equipamentos de produção" especialmente projetados para equipamentos ou materiais especificados em 3.A.1., 3.A.2., 3.A.3., 3.A.4., 3.A.5., 3.A.6., 3.A.8., 3.A.9., 3.A.10. ou 3.C.

3.B.3. Máquinas de extrusão rotativa utilizáveis na "produção" de componentes e equipamentos de propulsão (ex: envelopes-motores e interestágios) para sistemas especificados em 1.A., tendo tudo o que segue, e componentes especialmente projetados para tal fim:

Equipados com, ou que de acordo com a especificação técnica do fabricante, possam ser equipados com unidades de controle numérico ou um computador de controle; e

tenham mais de dois eixos que podem ser coordenados simultaneamente para controle da forma.

Nota Técnica:

Máquinas que combinem as funções de repuxo rotativo (spin-forming) e de extrusão rotativa (flow-forming) são, para o propósito deste Item, vistas como máquinas de extrusão rotativa.

3.C. MATERIAIS

3.C.1. Material de revestimento interno utilizável em envelopes-motores de foguetes nos subsistemas especificados em 2.A.1.c.1. ou especialmente projetado para subsistemas especificados em 20.A.1.b.1.

Nota Técnica:

No Item 3.C.1., o material de revestimento interno adequado para fazer a interface de colagem entre o propelente sólido e o envelope-motor ou o revestimento de isolamento térmico é usualmente um polímero líquido baseado na dispersão de materiais de isolamento ou refratários, por exemplo, HTPB com Carbono disperso ou outro polímero com agentes de cura pulverizados ou espalhados uniformemente sobre o interior do envelope-motor.

3.C.2. Material isolante térmico em forma bruta utilizável em envelopes-motores de foguetes nos subsistemas especificados em 2.A.1.c.1. ou especialmente projetado para subsistemas especificados em 20.A.1.b.1.

Nota Técnica:

Em 3.C.2., o material isolante térmico a ser aplicado nos componentes de um motor-foguete (ex.: envelope-motor, tubeiras, tampas de fechamento do envelope-motor) inclui uma manta de borracha composta curada ou semicurada, contendo um material isolante ou refratário. Pode, também, ser incorporado como dispositivo para alívio de tensão (boots ou flaps) especificado em 3.A.3.

3.D. SOFTWARE

3.D.1. "Software" especialmente projetado ou modificado para o "uso" dos "meios de produção" e das máquinas de extrusão rotativa (flow-forming) especificadas em 3.B.1. ou 3.B.3.

3.D.2. "Software" especialmente projetado ou modificado para o "uso" dos equipamentos especificados em 3.A.1., 3.A.2., 3.A.4., 3.A.5., 3.A.6. ou 3.A.9.

Notas:

"Software" especialmente projetado ou modificado para o "uso" dos motores especificados em 3.A.1. pode ser exportado como parte de uma aeronave tripulada ou como "software" de reposição para tal fim;

"Software" especialmente projetado ou modificado para o "uso" dos sistemas de controle de propelente especificados em 3.A.5. pode ser exportado como parte de um satélite ou como "software" de reposição para tal fim.

3.D.3. "Software" especialmente projetado ou modificado para o "desenvolvimento" dos equipamentos especificados em 3.A.2., 3.A.3. ou 3.A.4.

3.E. TECNOLOGIA

3.E.1. "Tecnologia", de acordo com a Nota Geral sobre Tecnologia, para o "desenvolvimento", "produção" ou "uso" de equipamentos, materiais ou "software" especificados em 3.A.1., 3.A.2., 3.A.3., 3.A.4., 3.A.5., 3.A.6., 3.A.8., 3.A.9., 3.A.10., 3.B., 3.C. ou 3.D.

ITEM 4 - PROPELENTES, PRODUTOS QUÍMICOS E PRODUÇÃO DE PROPELENTES

4.A. EQUIPAMENTOS, CONJUNTOS E COMPONENTES

Nenhum.

4.B. EQUIPAMENTOS DE TESTE E PRODUÇÃO

4.B.1. "Equipamentos de produção" e componentes especialmente projetados, para a "produção", manuseio ou para ensaios e testes de qualificação de propelentes líquidos ou de seus constituintes especificados em 4.C.

4.B.2. "Equipamentos de produção", exceto aqueles descritos em 4.B.3., e componentes especialmente projetados, para a "produção", manuseio, mistura, cura, moldagem, prensagem, usinagem, extrusão ou ensaios e testes de qualificação de propelentes sólidos ou de seus constituintes especificados em 4.C.

4.B.3. Equipamentos, como a seguir, e componentes especialmente projetados para tal fim:

Misturadores/maceradores de batelada tendo todas as seguintes características:

1. Projetado ou modificado para efetuar mistura sob vácuo, na faixa de zero a 13,326 kPa;
2. Capaz de controlar a temperatura da câmara de mistura;
3. Uma capacidade volumétrica total igual ou superior a 110 litros; e
4. Pelo menos um eixo misturador/amasssador montado fora do centro.

Nota:

No Item 4.B.3.a.4., o termo eixo misturador/amassador não se refere a desaglomeradores ou hastes com facas.

Misturadores/maceradores contínuos tendo todas as seguintes características:

1. Projetado ou modificado para efetuar mistura sob vácuo, na faixa de zero a 13,326 kPa;
2. Capaz de controlar a temperatura da câmara de mistura; e
3. Tendo qualquer dos seguintes:
a. Dois ou mais eixos (misturadores/amassadores); ou
b. Todas as seguintes características:
1. Um único eixo rotativo e oscilante com dentes/pinos amassadores; e
2. Dentes/pinos amassadores dentro do invólucro da câmara de mistura.

Moinhos de energia de fluidos para triturar ou moer substâncias especificadas em 4.C.;

"Equipamento de produção" de pós metálicos, utilizável para a "produção", em ambiente controlado, de materiais em partículas esféricas, esferoidais ou atomizadas especificados em 4.C.2.c., 4.C.2.d. ou 4.C.2.e.

Nota:

O Item 4.B.3.d. inclui:

Geradores de plasma (arco-jato de alta frequência) utilizáveis para obtenção de pós metálicos esféricos ou granulados formados por meio do método de spray em um ambiente de argônio úmido (argônio-água);

Equipamentos de eletroexplosão para obtenção de pós metálicos esféricos ou granulados formados por meio do método de spray em um ambiente de argônio úmido (argônio-água);

Equipamentos utilizados para "produção" de pós de alumínio esférico pela pulverização de alumínio fundido em meio inerte (ex.: nitrogênio).

Notas:

Os únicos misturadores/maceradores de batelada e misturadores/maceradores contínuos utilizáveis para propelentes sólidos ou substâncias especificadas em 4.C., e moinhos de energia de fluidos especificados em 4.B., são aqueles especificados em 4.B.3.

"Equipamentos de produção" de pós metálicos não especificadas em 4.B.3.d. devem ser avaliadas de acordo com 4.B.2.

4.C. MATERIAIS

4.C.1. Propelentes de base dupla compósitos e compósitos modificados.

4.C.2. Substâncias combustíveis como segue:

Hidrazina (CAS 302-01-2) com concentração superior a 70%;

Derivados de hidrazina, como segue:

Monometilhidrazina (MMH) (CAS 60-34-4);

Dimetilhidrazina assimétrica (UDMH) (CAS 57-14-7);

(Mono)nitrato de hidrazina (CAS 13464-97-6);

Trimetilhidrazina (CAS 1741-01-1);

Tetrametilhidrazina (CAS 6415-12-9);

N,N dialilhidrazina (CAS 5164-11-4);

Alil-hidrazina (CAS 7422-78-8);

Etileno dihidrazina (CAS 6068-98-0);

Dinitrato de monometilhidrazina;

Nitrato de dimetilhidrazina assimétrica;

Azida de hidrazônio (CAS 14546-44-2);

1,1 Azida de dimetilhidrazônio (CAS 227955-52-4)/ 1,2 Azida de dimetilhidrazônio (CAS 299177-50-7);

Dinitrato de hidrazônio (CAS 13464-98-7);

Diimido ácido oxálico dihidrazina (CAS 3457-37-2);

Nitrato de 2-hidroxietilhidrazina (HEHN);

Perclorato de hidrazônio (CAS 27978-54-7);

Diperclorato de hidrazônio (CAS 13812-39-0);

Nitrato de metilhidrazina (MHN) (CAS 29674-96-2);

1,1 Nitrato de dietilhidrazina (DEHN)/ 1,2 Nitrato de dietilhidrazina (DEHN) (CAS 363453-17-2);

Nitrato de 3,6-dihidrazina tetrazina (DHTN).

Nota Técnica:

Nitrato de 3,6-dihidrazina tetrazina é também chamado de Nitrato de 1,4-dihidrazina.

Alumínio em pó (CAS 7429-90-5) com partículas esféricas ou esferoidais com tamanho de partícula inferior a 200 x 10^{-6} m (200 µm), e um teor de alumínio igual ou superior a 97% do peso, se pelo menos 10% do peso total é composto de partículas com diâmetro inferior a 63 µm, de acordo com a norma ISO 2591-1:1988 ou normas nacionais equivalentes;

Nota Técnica:

Um tamanho de partícula de 63 µm (ISO R-565) corresponde a 250 mesh (Tyler) ou 230 mesh (ASTM padrão E-11).

Pós metálicos de qualquer um dos seguintes: zircônio (CAS 7440-67-7), berílio (CAS 7440-41-7), magnésio (CAS 7439-95-4) ou suas ligas, se pelo menos 90% do total de partículas, por volume ou por peso de partícula, for composto por partículas menores que 60 µm (determinado por técnicas de medição como o uso de peneiramento, de difração a laser ou de escaneamento óptico), quer esféricas, atomizadas, esferoidais, em flocos ou moídas, consistindo em percentual de peso igual ou superior a 97% de qualquer dos metais acima mencionados;

Nota:

Em uma distribuição multimodal de partículas (ex.: misturas de diferentes tamanhos de grãos) em que um ou mais modos são controlados, a mistura inteira é controlada.

Nota Técnica:

O teor natural de háfnio (CAS 7447-58-6) no zircônio (tipicamente de 2% a 7%) é contado com o Zircônio.

Pós metálicos de boro (CAS 7440-42-8) ou de ligas de boro com teor de boro igual ou superior a 85% em peso, se pelo menos 90% do total de partículas, por volume ou por peso de partícula, for composto por partículas menores que 60 µm (determinado por técnicas de medição como o uso de peneiramento, de difração a laser ou de escaneamento óptico), quer esféricas, atomizadas, esferoidais, em flocos ou moídas;

Nota:

Em uma distribuição multimodal de partículas (ex.: misturas de diferentes tamanhos de grãos) em que um ou mais modos são controlados, a mistura inteira é controlada.

Materiais de alta densidade de energia, utilizáveis nos sistemas especificados em 1.A. ou 19.A., como se segue:

1. Combustíveis mistos que incorporam combustíveis sólidos e líquidos, tais como pasta de boro, tendo densidade de energia por massa de 40 x 10^6 J/kg ou superior;

2. Outros combustíveis de alta densidade de energia e aditivos para combustíveis (por exemplo, cubano, soluções iônicas, JP-10), tendo densidade de energia por volume de 37,5 x 10^9 J/m^3, medida a 20˚C e à pressão de uma atmosfera (101,325 KPa).

Nota:

Item 4.C.2.f.2. não controla combustíveis fósseis refinados e biocombustíveis produzidos a partir de vegetais, incluindo combustíveis de motores certificados para uso na aviação civil, a menos que especificamente formulados para os sistemas especificados em 1.A. ou 19.A.

Combustíveis de substituição de hidrazina, como segue:

1. 2-Dimetilaminoetilazida (DMAZ) (CAS 86147-04-8).

4.C.3. Oxidantes/combustíveis como segue:

a. Percloratos, cloratos, ou cromatos misturados com metais em pó ou com outros componentes combustíveis de alta energia.

b. Nitrato de hidroxilamônio (HAN) (CAS 13465-08-2).

4.C.4. Substâncias oxidantes como segue:

Substâncias oxidantes usadas em motores-foguetes a propelente líquido como segue:

Trioxido de dinitrogênio (CAS 10544-73-7);

Dióxido de nitrogênio (CAS 10102-44-0) / tetraóxido de dinitrogênio (CAS 10544-72-6);

Pentóxido de dinitrogênio (CAS 10102-03-1);

Misturas de Óxidos de Nitrogênio (MON);

Nota Técnica:

Misturas de óxidos de nitrogênio (MON) são soluções de óxido nítrico em tetróxido de dinitrogênio / dióxido de nitrogênio (N2O4/NO2) que podem ser usadas em sistemas de mísseis. Há uma gama de composições que podem ser representadas como MONi ou MONij, onde i e j são números inteiros representando a percentagem de óxido nítrico na mistura (ex.: MON3 Contém 3% de óxido nítrico, MON25 25% de óxido nítrico. Um limite máximo é MON40, 40% em peso).

Ácido nítrico vermelho fumegante inibido (IRFNA) (CAS 8007-58-7);

Compostos de flúor e um ou mais dos outros halogênios, oxigênio ou nitrogênio.

Nota:

O Item 4.C.4.a.6. não controla trifluoreto de nitrogênio (NF3) (CAS 7783-54-2) em estado gasoso, uma vez que não é utilizável para aplicações em mísseis.

Substâncias oxidantes usadas em motores-foguetes a propelente sólido como segue:

Perclorato de amônio (AP) (CAS 7790-98-9);

Dinitramida de amônio (ADN) (CAS 140456-78-6);

Nitroaminas (ciclotetrametilenotetranitramina ou octogênio (HMX) (CAS 2691-41-0); ciclotrimetilenotrinitramina ou hexogênio (RDX) (CAS 121-82-4);

Composto de hidrazina e ácido nitrofórmico na proporção de 1:1 (NHF) (CAS 20773-28-8);

2,4,6,8,10,12 - hexanitrohexaazaisowurtzitane (CL-20) (CAS 135285-90-4).

4.C.5. Substâncias poliméricas, como segue:

Polibutadieno com terminação carboxilada (incluindo polibutadieno terminado em carboxila) (CTPB);

Polibutadieno com terminação hidroxilada (incluindo polibutadieno terminado em hidroxila) (HTPB) (CAS 69102-90-5);

Poliglicidilazida (GAP), incluindo GAP com terminação hidroxilada;

Polibutadieno - ácido acrílico (PBAA);

Polibutadieno - ácido acrílico - acrilonitrila (PBAN) (CAS 25265-19-4 / CAS 68891-50-9);

Politetrahidrofurano polietilenoglicol (TPEG);

Nota Técnica:

Politetrahidrofurano polietilenoglicol (TPEG) é um copolímero em bloco de poli 1,4-butanodiol (CAS 110-63-4) e polietilenoglicol (PEG) (CAS 25322-68-3).

Nitrato de poliglicidil (PGN ou poly-GLYN) ou poli(nitratometiloxirano) (CAS 27814-48-8).

4.C.6. Outros aditivos e agentes para propelentes, como segue:

Agentes de ligação (bonding agents), como segue:

Óxido tris (1-(2-metil)aziridinil) fosfina ou metil aziridina óxido de fosfina (MAPO) (CAS 57-39-6);

1,1',1"-trimesoil-tris(2-etilaziridina) (HX-868, BITA) (CAS 7722-73-8);

Tepanol (HX-878), produto da reação de tetraetilenopentamina, acrilonitrila e glicidol (CAS 68412-46-4);

Tepan (HX-879), produto da reação de tetraetilenopentamina e acrilonitrila (CAS 68412-45-3);

Amidas aziridinas polifuncionais com estrutura isoftálica, trimésica, isocianúrica ou trimetiladípica, tendo também um grupo 2-metil ou 2-etilaziridina.

Nota:

Item 4.C.6.a.5. inclui:

1. 1,1'-Isoftaloil-bis (2-metilaziridina) (HX-752) (CAS 7652-64-4);

2. 2,4,6-tris(2-ethyl-1-aziridinyl)-1,3,5-triazine (HX-874) (CAS 18924-91-9);

3. 1,1'-trimethyladipoylbis(2-ethylaziridine) (HX-877) (CAS 71463-62-2).

Catalisadores de reação de cura como segue:

Trifenil bismuto (TPB) (CAS 603-33-8);

Aditivos modificadores de taxa de queima, como segue:

Carboranos, decarboranos, pentaboranos e seus derivados;

Derivados de ferroceno, como segue:

Catoceno (CAS 37206-42-1);

Etil ferroceno (CAS 1273-89-8);

n-Propil ferroceno (CAS 1273-89-8) / iso-propil ferroceno (CAS 12126-81-7);

N-butil ferroceno (CAS 31904-29-7);

Pentil ferroceno (CAS 1274-00-6);

Diciclopentil ferroceno (CAS 125861-17-8);

Diciclohexil ferroceno;

Dietil ferroceno (CAS 1273-97-8);

Dipropil ferroceno;

Dibutil ferroceno (CAS 1274-08-4);

Dihexil ferroceno (CAS 93894-59-8);

Acetil ferroceno (CAS 1271-55-2) / 1,1- diacetil ferroceno (CAS 1273-94-5);

Ácido carboxílico ferroceno (CAS 1271-42-7) / 1,1-ácido dicarboxílico ferroceno (CAS 1293-87-4);

Butaceno (CAS 125856-62-4);

Outros derivados de ferroceno utilizáveis como aditivos modificadores de taxa de queima para propelente de foguetes.

Nota:

O Item 4.C.6.c.2.o. não controla derivados de ferroceno que contenham um grupo funcional aromático com seis carbonos ligado à molécula de ferroceno.

Esteres de nitratos e plasticizadores nitratados, como segue:

Dinitrato de trietilenoglicol (TEGDN) (CAS 111-22-8);

Trinitrato de trimetiloletano (TMETN) (CAS 3032-55-1);

1,2,4-trinitrato de butanotriol (BTTN) (CAS 6659-60-5);

Dinitrato de dietilenoglicol (DEGDN) (CAS 693-21-0);

4,5 diazidometil-2-metil-1,2,3-triazol (iso- DAMTR);

Plasticizadores de base nitratoetilnitroamina (NENA), como segue:

Metil-NENA (CAS 17096-47-8);

Etil-NENA (CAS 85068-73-1);

Butil-NENA (CAS 82486-82-6).

Dinitropropil, como se segue:

Bis (2,2-dinitropropil) acetal (BDNPA) (CAS 5108-69-0);

Bis (2,2-dinitropropil) formol (BDNPF) (CAS 5917-61-3).

Estabilizadores, como segue:

2-nitrodifenilamida (CAS 119-75-5);

N-metil-paranitroanilina (CAS 100-15-2).

4.C.7. Propelentes Gel especialmente projetados para uso nos sistemas especificados em 1.A., 19.A.1. ou 19.A.2.

Nota Técnica:

Um propelente gel é uma formulação combustível ou oxidante, utilizando um gelificante como silicato, caulim (argila), carbono ou qualquer polímero gelificante.

N.B. Os números CAS incluídos no Item 4.C. são Notas Técnicas. Para o uso de números CAS nesta Lista, consulte o Capítulo 1 -Introdução, Seção (f).

Nota Técnica:

As substâncias agrupadas no item 4.C. (ex. combustíveis, oxidantes, etc.) descrevem aplicações típicas das substâncias propelentes. Uma substância permanece especificada pelo Item 4.C mesmo quando usada em uma aplicação diferente daquela típica indicada pelo seu grupo (ex.: perclorato de hidrazônio (CAS 27978-54-7) está agrupado como um combustível, mas também pode ser usado como um oxidante).

4.D. SOFTWARE

4.D.1. "Software" especialmente projetado ou modificado para a operação ou manutenção de equipamento especificado em 4.B. para "produção" e manuseio dos materiais especificados em 4.C.

4.E. TECNOLOGIA

4.E.1. "Tecnologia", de acordo com a Nota Geral sobre Tecnologia, para o "desenvolvimento", "produção" ou "uso" dos equipamentos ou materiais especificados em 4.B. e 4.C.

ITEM 5 - RESERVADO PARA USO FUTURO

ITEM 6 - PRODUÇÃO DE COMPÓSITOS ESTRUTURAIS, DEPOSIÇÃO PIROLÍTICA E DENSIFICAÇÃO, E MATERIAIS ESTRUTURAIS

6.A. EQUIPAMENTOS, CONJUNTOS E COMPONENTES

6.A.1. Estruturas, laminados e seus produtos manufaturados em materiais compósitos, especialmente projetados para uso nos sistemas especificados em 1.A., 19.A.1. ou 19.A.2. e nos subsistemas especificados em 2.A. ou 20.A.

6.A.2. Componentes pirolisados densificados (ex.: carbono-carbono) tendo todos dos seguintes:

Projetados para sistemas de foguetes; e

Utilizáveis nos sistemas especificados em 1.A. ou 19.A.1.

6.B. EQUIPAMENTOS DE TESTE E PRODUÇÃO

6.B.1. Equipamentos para a "produção" de compósitos estruturais, fibras, pré-impregnados ou pré-formados, utilizáveis nos sistemas especificados em 1.A., 19.A.1. ou 19.A.2., como segue, e componentes especialmente projetados e acessórios para tal fim:

Máquinas de bobinar filamentos ou máquinas de deposição de fibras/feixes, cujos movimentos de posicionamento, enrolamento, e bobinagem de fibras podem ser coordenados e programados em três ou mais eixos, projetadas para fabricar estruturas em materiais compósitos ou laminados de materiais fibrosos ou filamentosos, e seus controles de coordenação de posicionamento e programação;

Máquinas de bobinagem de fitas, cujos movimentos de posicionamento e colocação das fitas podem ser coordenados e programados em dois ou mais eixos, projetadas para fabricar estruturas aeronáuticas e de mísseis em materiais compósitos;

Nota:

Para 6.B.1.a. e 6.B.1.b., aplicam-se as seguintes definições:

Uma faixa de filamentos é uma fita, um feixe ou uma fibra, parcial ou totalmente impregnada de resina, com largura única e contínua. Faixas de filamentos, parcial ou totalmente impregnadas de resinas, incluem aquelas revestidas com pó seco, que se prende com aquecimento.

Máquinas de deposição de fibras/feixes e máquinas de bobinagem de fitas são máquinas que desempenham processos similares, que usam cabeçotes comandados por computador para depositar uma ou várias faixas de filamentos em um molde para criar uma peça ou uma estrutura. Essas máquinas têm a habilidade de cortar e reiniciar o percurso de 'faixas de filamentos' individuais durante o processo de deposição.

Máquinas de deposição de fibras/feixes têm a habilidade de depositar uma ou mais faixas de filamentos com larguras menores ou iguais a 25,4 milímetros. Isso se refere à largura mínima de material que a máquina pode depositar, independentemente da capacidade total da máquina.

Máquinas de bobinagem de fitas têm a habilidade de depositar uma ou mais faixas de filamentos com larguras menores ou iguais a 304,8 milímetros, mas que não podem depositar faixas de filamentos menores ou iguais a 25,4 milímetros. Isso se refere à largura mínima de material que a máquina pode depositar, independentemente da capacidade total da máquina.

Máquinas de tecer multidirecionais, multidimensionais ou máquinas de entrelaçar, incluindo adaptadores e kits de modificação para tecer, entrelaçar ou trançar fibras para fabricar estruturas em materiais compósitos.

Nota:

O Item 6.B.1.c. não controla maquinaria têxtil não modificada para os usos finais acima referidos.

Equipamentos projetados ou modificados para produção de materiais fibrosos ou filamentares, como segue:

Equipamentos para conversão/transformação de fibras poliméricas (tais como poliacrilonitrila, rayon, policarbosilano), incluindo dispositivo especial para tracionar a fibra durante o aquecimento;

Equipamentos para deposição, sob a forma de vapor, de elementos ou de compostos sobre substratos filamentares aquecidos;

Equipamentos para fiação por via úmida de cerâmicas refratárias (tais como óxido de alumínio).

Equipamento projetado ou modificado para tratamento especial da superfície de fibras ou para produção de pré-impregnados e preformas, incluindo roletes, tensionadores, equipamentos de revestimento, equipamentos de corte e mordentes de encaixe.

Nota:

Exemplos de componentes e acessórios para as máquinas especificadas em 6.B.1. são moldes, mandris, matrizes, dispositivos de fixação e ferramental para prensagem, cura, moldagem, sinterização ou colagem de preformas de estruturas, laminados e seus produtos manufaturados em materiais compósitos.

6.B.2. Injetores especialmente projetados para os processos referidos em 6.E.3.

6.B.3. Prensas isostáticas tendo todas as seguintes características:

Pressão máxima de trabalho igual ou superior a 69 MPa (10.000 psi);

Projetadas para atingir e manter um meio ambiente térmico controlado igual ou superior a 600°C; e

Câmara com diâmetro interno igual ou superior a 254 mm (10 polegadas).

6.B.4. Fornos para deposição química, projetados ou modificados para densificação de compósitos carbono-carbono.

6.B.5. Equipamentos e controles de processos, exceto aqueles especificados em 6.B.3. ou 6.B.4., projetados ou modificados para densificação e pirólise de compósitos estruturais de tubeiras de foguetes e de veículos de reentrada.

6.C. MATERIAIS

6.C.1. Pré-impregnados de fibra impregnada com resina e preformas de fibras com revestimento metálico, para os bens especificados em 6.A.1. feitos com matriz orgânica ou matriz metálica utilizando reforços fibrosos ou filamentares com uma 'resistência específica à tração' superior a $7,62 \times 10^4$ m e um 'módulo específico' superior a $3,18 \times 10^6$ m.

Nota:

Os únicos pré-impregnados de fibra impregnada com resina especificados em 6.C.1. são aqueles que utilizam resina com uma temperatura de transição vítrea (Tg), após cura, excedendo 145ºC como determinado pela ASTM D4065, ou equivalentes nacionais.

Notas Técnicas:

1. No item 6.C.1. 'resistência específica à tração' é o valor máximo de tração em N/m^2 dividido pelo peso específico em N/m^3, medido a uma temperatura de (296 ± 2)K ((23 ± 2)°C) e uma umidade relativa de (50 ± 5)%;

2. No item 6.C.1. 'módulo específico' é o módulo de Young em N/m^2 dividido pelo peso específico em N/m^3, medido a uma temperatura de (296 ± 2)K ((23 ± 2)°C) e a uma umidade relativa de (50 ± 5)%.

6.C.2. Materiais densificados pirolisados (ex.: carbono-carbono) tendo todos os seguintes:

Projetados para sistemas de foguetes; e

Utilizáveis nos sistemas especificados em 1.A. ou 19.A.1.

6.C.3. Blocos de grafites de grãos finos com uma massa específica aparente de pelo menos 1,72 g/cm^3 medida a 15ºC e, tendo partículas de tamanho igual ou inferior a 100×10^{-6} m (100 µm) utilizáveis em tubeiras de foguetes e ogivas/coifas de veículos de reentrada, dos quais podem ser usinados quaisquer dos seguintes produtos:

Cilindros com diâmetro igual ou superior a 120 mm e 50 mm de comprimento;

Tubos com diâmetro interno igual ou superior a 65 mm, espessura de parede igual ou superior a 25 mm e comprimento igual ou superior a 50 mm; ou

Blocos com tamanho igual ou superior a 120 mm x 120 mm x 50 mm.

6.C.4. Grafites pirolíticos ou reforçados com fibras, utilizáveis em tubeiras de foguetes ou ogivas/coifas de veículos de reentrada utilizáveis em sistemas especificados em 1.A. ou 19.A.1.

6.C.5. Materiais compósitos cerâmicos (constante dielétrica inferior a 6 medida a qualquer frequência entre 100 MHz e 100 GHz), para uso em radomes de mísseis utilizáveis em sistemas especificados em 1.A. ou 19.A.1.

6.C.6. Materiais cerâmicos de alta temperatura, como segue:

Cerâmica sem tratamento térmico, usinável, reforçada com carbeto de silício, utilizável em ogivas/coifas utilizáveis em sistemas especificados em 1.A. ou 19.A.1.;

Compostos cerâmicos reforçados de carbeto de silício utilizáveis para ogivas/coifas, veículos de reentrada, flaps de tubeiras, utilizáveis nos sistemas especificados em 1.A. ou 19.A.1.

Materiais compósitos cerâmicos usináveis constituídos por uma matriz de Cerâmica de Ultra Alta Temperatura com um ponto de fusão igual ou superior a 3000°C e reforçada com fibras ou filamentos, utilizável para componentes de mísseis (como ogivas, veículos de reentrada, bordos de ataque, defletores de gases de escape, superfícies de controle ou inserções de garganta de tubeira de motor-foguete) nos sistemas especificados em 1.A., 19.A.1. ou 19.A.2.

Nota:

O Item 6.C.6.c. não controla Cerâmicas de Ultra Alta Temperatura' em forma não compósita.

Nota Técnica:

Cerâmicas de Ultra Alta Temperatura' incluem:

1. Diboreto de titânio (TiB2);
2. Diboreto de zircónio (ZrB2);
3. Diboreto de nióbio (NbB2);
4. Diboreto de háfnio (HfB2);
5. Diboreto de tântalo (TaB2);
6. Carbeto de titânio (TiC);
7. Carbeto de zircônio (ZrC);
8. Carbeto de nióbio (NbC);
9. Carbeto de háfnio (HfC);
10. Carbeto de tântalo (TaC).

6.C.7. Materiais para fabricação de componentes de mísseis nos sistemas especificados em 1.A., 19.A.1. ou 19.A.2., como segue:

Tungstênio e ligas em forma particulada com teor de tungstênio, em peso, igual ou superior a 97 % e tamanho de partícula igual ou inferior a 50×10^{-6} m (50 µm);

Molibdênio e ligas em forma particulada com teor de molibdênio, em peso, igual ou superior a 97 % e tamanho de partícula igual ou inferior a 50×10^{-6} m (50 µm);

Materiais de tungstênio na forma sólida contendo todas as características que se seguem:

Qualquer uma das composições de materiais que se seguem:

Tungstênio e ligas com teor de tungstênio, em peso, igual ou superior a 97 %;

Tungstênio infiltrado por cobre com teor de tungstênio, em peso, igual ou superior a 80%; ou

Tungstênio infiltrado por prata com teor de tungstênio, em peso, igual ou superior a 80 %; e

Capaz de ser usinado até qualquer um dos produtos que se seguem:

Cilindros com diâmetro igual ou superior a 120 mm e com comprimento igual ou superior a 50 mm;

Tubos com diâmetro interno igual ou superior a 65 mm e com espessura de parede igual ou superior a 25 mm e com comprimento igual ou superior a 50 mm; ou

Blocos tendo o tamanho igual ou superior a 120 mm x 120 mm x 50 mm.

6.C.8. Aços martensíticos (maraging steels), utilizáveis em sistemas especificados em 1.A. ou 19.A.1., contendo tudo o que se segue:

a. Com tensão última, medida a 20 ºC, igual ou maior que:

0,9 GPa em estado solubilizado; ou

1,5 GPa em estágio endurecido por precipitação; e

b. Qualquer uma das formas:

Lâminas, placas ou tubos com espessura de parede ou placa igual ou menor que 5,0 mm; ou

Formas tubulares com espessura de parede igual ou menor que 50 mm e com diâmetro interno igual ou maior que 270 mm.

Nota Técnica:

Aços martensíticos (maraging steels) são ligas de ferro:

Geralmente caracterizadas por elevado teor de níquel e baixíssimo teor de carbono e pela utilização de elementos de substituição ou precipitados para produzir um aumento na resistência e o endurecimento por envelhecimento da liga; e

Sujeitas a ciclos de tratamento térmico para facilitar o processo de transformação martensítica (estado solubilizado) e, subsequentemente, endurecidas por envelhecimento (estágio endurecido por precipitação).

6.C.9. Aço inoxidável duplex estabilizado com titânio (Ti-DSS), utilizável em sistemas especificados em 1.A. ou 19.A.1. e tendo tudo o que segue:

Tendo todas as seguintes características:

Contendo entre 17,0% e 23,0 % de seu peso em cromo e entre 4,5% e 7,0%, em níquel;

Tendo um teor de titânio superior a 0,10% em peso; e

Uma microestrutura ferrítica austenítica (também conhecida como uma microestrutura bifásica) da qual pelo menos 10% do volume (de acordo com ASTM E-1181-87 ou equivalentes nacionais) é austenita; e

Qualquer das seguintes formas:

Lingotes ou barras que tenham um tamanho igual ou superior a 100 mm em cada dimensão;

Lâminas que tenham largura igual ou superior a 600 mm e espessura igual ou inferior a 3 mm; ou

Tubos que tenham diâmetro exterior igual ou superior a 600 mm e uma espessura de parede igual ou inferior a 3 mm.

6.D. SOFTWARE

6.D.1. "Software" especialmente projetado ou modificado para operação ou manutenção de equipamento especificado em 6.B.1.

6.D.2. "Software" especialmente projetado ou modificado para os equipamentos especificados em 6.B.3., 6.B.4. ou 6.B.5.

6.E. TECNOLOGIA

6.E.1. "Tecnologia", de acordo com a Nota Geral sobre Tecnologia, para o "desenvolvimento", "produção" ou "uso" dos equipamentos, materiais ou "software" especificados em 6.A., 6.B., 6.C. ou 6.D.

6.E.2. "Dados técnicos" (inclusive condições de processamento) e procedimentos para a regulagem de temperatura, pressões ou atmosfera em autoclaves ou hidroclaves quando usados para a produção de compósitos ou compósitos processados parcialmente, utilizáveis para equipamentos ou materiais especificados em 6.A. ou 6.C.

6.E.3. "Tecnologia" para a "produção" de materiais derivados piroliticamente, formados em moldes, mandris ou outro substrato, a partir de gases precursores que se decompõem em uma faixa de temperatura entre 1.300º C e 2.900º C sob pressões entre 130 Pa (1 mm Hg) e 20 KPa (150 mm Hg), incluindo a "tecnologia" para composição de gases precursores, vazão, programas e parâmetros de controle de processo.

ITEM 7 - RESERVADO PARA USO FUTURO

ITEM 8 - RESERVADO PARA USO FUTURO

ITEM 9 - INSTRUMENTAÇÃO, NAVEGAÇÃO E ORIENTAÇÃO

9.A. EQUIPAMENTOS, CONJUNTOS E COMPONENTES

9.A.1. Sistemas integrados de instrumentos de voo que incluam estabilizadores giroscópicos ou pilotos automáticos, projetados ou modificados para uso nos sistemas especificados em 1.A., 19.A.1. ou 19.A.2., e componentes especialmente projetados para tal fim.

9.A.2. Bússolas giro-astro ou outros dispositivos capazes de fornecer posição ou orientação por meio do rastreamento automático de corpos celestes ou satélites, e componentes especialmente projetados para tal fim.

9.A.3. Acelerômetros lineares, projetados para uso em sistemas de navegação inercial ou em sistemas de guiamento de qualquer tipo, utilizáveis nos sistemas especificados em 1.A., 19.A.1. ou 19.A.2., tendo todas as seguintes características, e componentes especialmente projetados para tal fim:

'Repetibilidade' do 'fator de escala' menor (melhor) que 1250 ppm; e

'Repetibilidade' da 'deriva' menor (melhor) que 1250 µg.

Nota:

O item 9.A.3. não controla acelerômetros especialmente projetados e desenvolvidos como sensores MWD (Measurement While Drilling), para uso em operações de perfuração de poços.

Notas Técnicas:

'Deriva' é definida como a saída do acelerômetro quando nenhuma aceleração é aplicada;

'Fator de escala' é definido como a relação entre a mudança na saída e uma mudança na entrada que a ocasiona;

A medida de 'deriva' e de 'fator de escala' se refere ao desvio padrão de 1 o com respeito a uma calibração fixa pelo período de um ano;

'Repetibilidade' é definida de acordo com a norma IEEE 528-2001 para Terminologia de Sensor Inercial, na seção Definições, parágrafo 2.214, intitulado como repetibilidade (giro, acelerômetro) como segue: "a aproximação entre medições repetidas da mesma variável sob as mesmas condições operacionais, quando mudanças nas condições operacionais ou períodos não operacionais ocorram entre as medições".

9.A.4. Todos os tipos de giroscópios utilizáveis nos sistemas especificados em 1.A., 19.A.1. ou 19.A.2., que tenham 'taxa de deriva' com 'estabilidade' inferior a 0,5 grau (1 o ou rms) por hora em um ambiente de 1g, e componentes especialmente projetados para tal fim.

Notas Técnicas:

'Taxa de deriva' é definida como o componente de saída do giroscópio que é funcionalmente independente da rotação de entrada e é expressa como uma variação angular. (IEEE STD 528-2001 parágrafo 2.56);

'Estabilidade' é definida como uma medida de habilidade de um mecanismo específico ou coeficiente de desempenho para manter-se invariável quando continuamente exposto a uma condição fixa de operação. (Essa definição não se refere a estabilidade dinâmica ou servo-estabilidade.) (IEEE STD 528-2001 parágrafo 2.247).

9.A.5. Acelerômetros ou giroscópios de qualquer tipo, projetados para uso em sistemas de navegação inercial ou em sistemas de guiamento de qualquer tipo, especificados para funcionar em níveis de aceleração superiores a 100g e, componentes especialmente projetados para tal fim.

Nota:

O Item 9.A.5. não inclui acelerômetros projetados para medição de vibrações ou choques.

9.A.6. 'Equipamentos ou sistemas de medição inercial', utilizando acelerômetros especificados em 9.A.3. ou 9.A.5. ou giroscópios especificados em 9.A.4. ou 9.A.5., e componentes especialmente projetados para tal fim.

Nota:

O Item 9.A.6. inclui:

a. Sistemas de Referência de Atitude e Rumo (AHRS);
b. Bússolas giroscópicas;
c. Unidades de Medição Inercial (IMU);
d. Sistemas de Navegação Inercial (INS);
e. Sistemas de Referência Inercial (IRS);
f. Unidades de Referência Inercial (IRU).

Nota Técnica:

'Equipamentos ou sistemas de medição inercial' especificados em 9.A.6. incorporam acelerômetros e giroscópios para medir alterações na velocidade e na orientação, a fim de determinar ou manter rumo ou posição sem requerer referência externa, uma vez alinhados.

9.A.7. 'Sistemas integrados de navegação' projetados ou modificados para os sistemas especificados em 1.A., 19.A.1. ou 19.A.2. e capazes de propiciar uma precisão de navegação igual ou inferior a 200m de CEP.

Notas Técnicas:

1. Um 'sistema integrado de navegação' incorpora tipicamente todos os seguintes componentes:

Um dispositivo de medição inercial (ex.: sistema de referência de atitude e rumo, unidade de referência inercial ou sistema de navegação inercial);

Um ou mais sensores externos para atualização periódica ou contínua, durante o voo, dos dados de posição e ou velocidade (ex.: receptor de navegação por satélite, radar altímetro, e/ou radar Doppler); e

Hardware e "software" de integração.

2. No Item 9.A.7., CEP (Círculo de Erro Provável ou Círculo de Igual Probabilidade) é uma medida de "precisão", definido como o raio do círculo dentro do qual há 50% de probabilidade de uma medição individual estar localizada.

NB. Para "software" de integração, veja Item 9.D.4.

9.A.8. Sensores de rumo magnético de três eixos, com todas as seguintes características, e componentes especialmente projetados para tal fim:

a. Compensação interna de inclinação nos eixos de arfagem (+/- 90 graus) e rolamento (+/- 180 graus);

b. Precisão azimutal melhor (menor) do que 0,5 graus rms nas latitudes de +/- 80 graus, referenciada ao campo magnético local; e

c. Projetados ou modificados para serem integrados com sistemas de controle de voo e navegação.

Nota:

Sistemas de controle de voo e navegação no item 9.A.8. incluem estabilizadores giroscópicos, pilotos automáticos e sistemas de navegação inercial.

9.B. EQUIPAMENTOS DE TESTE E PRODUÇÃO

9.B.1. "Equipamentos de produção" e outros equipamentos de teste, calibração e alinhamento, exceto aqueles descritos em 9.B.2., projetados ou modificados para serem usados com os equipamentos especificados em 9.A.

Nota:

Os equipamentos especificados em 9.B.1. incluem o seguinte:

Para giroscópios a laser, os seguintes equipamentos usados para caracterizar espelhos, tendo um limiar de precisão igual ou melhor:

Medidor de espalhamento de luz (Scatterometer) (10 ppm);

Reflectômetro (50 ppm);

Perfilômetro (5 Angstroms).

Para outros equipamentos inerciais:

Equipamento de teste de Unidade de Medição Inercial (Módulo IMU);

Equipamento de teste da plataforma IMU;

Dispositivo de manuseio do elemento estável da IMU;

Dispositivo de balanceamento da plataforma IMU;

Estação de teste de sintonia do giroscópio;

Estação de balanceamento dinâmico do giroscópio;

Estação de teste de funcionamento do motor/giroscópio;

Estação de evacuação e enchimento do giroscópio;

Dispositivo de fixação em centrífuga para os rolamentos do giroscópio;

Estação de alinhamento dos eixos do acelerômetro;

Estação de teste/ensaio do acelerômetro;

Máquina de bobinamento de fibra óptica para giroscópio.

9.B.2. Equipamentos como segue:

Máquinas de balanceamento tendo todas as seguintes características:

Incapazes de balancear rotores/conjuntos com massa superior a 3kg;

Capazes de balancear rotores/conjuntos a uma velocidade superior a 12.500 rpm;

Capazes de corrigir um desbalanceamento em dois ou mais planos; e

Capazes de corrigir desbalanceamento de até 0,2 g mm por kg de massa do rotor.

Cabeças Indicadoras (também conhecidas como instrumentação de balanceamento) projetadas ou modificadas para uso com as máquinas especificadas em 9.B.2.a.

Simuladores de movimento/mesa de deslocamento angular (equipamento capaz de simular movimento), tendo todas as seguintes características:

Dois ou mais eixos;

Projetados ou modificados para incorporar anéis deslizantes ou dispositivos integrados sem contato capazes de transferir energia elétrica, informações por meio de sinais, ou ambos; e

Tendo qualquer das seguintes características:

Para qualquer eixo, tendo todos os seguintes:

Capaz de velocidades angulares iguais ou superiores a 400 graus/s, ou iguais ou inferiores a 30 graus/s; e

Uma resolução de velocidade angular igual ou menor que 6 graus/s com "precisão" igual ou menor que 0,6 graus/s.

Tendo uma estabilidade da velocidade angular, no pior caso (worst-case rate stability), igual ou melhor (menos) que + 0,05% com a média calculada sobre 10 graus ou mais; ou

Uma "precisão" de posicionamento igual ou menor (melhor) que 5 segundos de arco.

Mesas de posicionamento (equipamento capaz de posicionamento angular preciso em qualquer dos eixos), tendo todas as seguintes características:

Dois ou mais eixos; e

Uma "precisão" de posicionamento igual ou menor (melhor) que 5 segundos de arco.

Centrífugas capazes de produzir acelerações maiores que 100 g e projetadas ou modificadas para incorporar anéis deslizantes ou dispositivos integrados sem contato capazes de transferir energia elétrica, informações por meio de sinais, ou ambos.

Notas:

As únicas máquinas de balanceamento, cabeças indicadoras, simuladores de movimentos, mesas de deslocamento angular, mesas de posicionamento e centrífugas especificadas no Item 9 são aquelas especificadas em 9.B.2.;

O Item 9.B.2.a. não controla máquinas de balanceamento projetadas ou modificadas para equipamentos odontológicos ou outros equipamentos médicos;

Os Itens 9.B.2.c. e 9.B.2.d. não controlam mesas rotatórias projetadas ou modificadas para máquinas-ferramentas ou equipamentos médicos;

Mesas de deslocamento angular não controladas por 9.B.2.c. e providas de características de uma mesa de posicionamento devem ser avaliadas de acordo com 9.B.2.d.;

Equipamentos que possuem as características especificadas em 9.B.2.d., que também possuem as características de 9.B.2.c. serão tratados como equipamentos especificados em 9.B.2.c.;

O Item 9.B.2.c. se aplica estejam ou não instalados, no momento da exportação, os anéis deslizantes ou dispositivos integrados sem contato ;

O Item 9.B.2.e. se aplica estejam ou não instalados, no momento da exportação, os anéis deslizantes ou dispositivos integrados sem contato.

9.C. MATERIAIS

Nenhum.

9.D. SOFTWARE

9.D.1. "Software" especialmente projetado ou modificado para o "uso" dos equipamentos especificados em 9.A. ou 9.B.

9.D.2. "Software" de integração para os equipamentos especificados em 9.A.1.

9.D.3. "Software" de integração especialmente projetado para os equipamentos especificados em 9.A.6.

9.D.4. "Software" de integração projetado ou modificado para 'sistemas integrados de navegação' especificados em 9.A.7.

Nota:

Uma forma comum de "software" de integração emprega Filtro de Kalman.

9.E. TECNOLOGIA

9.E.1. "Tecnologia", de acordo com a Nota Geral sobre Tecnologia, para o "desenvolvimento", "produção" ou "uso" dos equipamentos ou "software" especificados em 9.A., 9.B. ou 9.D.

Nota:

Equipamentos ou "software" especificados em 9.A. ou 9.D. podem ser exportados como parte de aeronave tripulada, satélite, veículo terrestre, embarcação marítima, submarino ou equipamento de estudo/levantamento geofísico ou em quantidades apropriadas para peças de reposição para tais aplicações.

ITEM 10 - CONTROLE DE VOO

10.A. EQUIPAMENTOS, CONJUNTOS E COMPONENTES

10.A.1. Sistemas pneumático, hidráulico, mecânico, eletro-óptico ou eletromecânico de controle de voo (incluindo sistemas fly-by-wire e fly-by-light) projetados ou modificados para os sistemas especificados em 1.A.

10.A.2. Equipamentos de controle de atitude projetados ou modificados para os sistemas especificados em 1.A.

10.A.3. Válvula servo-hidráulicas de controle de voo projetadas ou modificadas para os sistemas especificados em 10.A.1. ou 10.A.2., e projetadas ou modificadas para operar em um ambiente de vibração maior que 10 g rms entre 20 Hz e 2 kHz.

Notas:

Sistemas, equipamentos ou válvulas especificados em 10.A. podem ser exportados como parte de uma aeronave tripulada ou satélite ou em quantidades apropriadas para peças de reposição para aeronaves tripuladas.

Para a conversão de aeronaves tripuladas para operarem como veículos aéreos não tripulados especificados em 1.A.2., o Item 10.A. inclui os sistemas, equipamentos e válvulas projetados ou modificados para habilitar operação de aeronaves tripuladas como veículos aéreos não tripulados.

10.B. EQUIPAMENTOS DE TESTE E PRODUÇÃO

10.B.1. Equipamentos para teste/ensaio, calibração e alinhamento especialmente projetados para os equipamentos especificados em 10.A.

10.C. MATERIAIS

Nenhum.

10.D. SOFTWARE

10.D.1. "Software" especialmente projetado ou modificado para o "uso" dos equipamentos especificados em 10.A. e 10.B.

Nota:

O "software" especificado em 10.D.1. pode ser exportado como parte de uma aeronave tripulada ou satélite ou em quantidades apropriadas para peças de reposição para aeronaves tripuladas.

10.E. TECNOLOGIA

10.E.1. "Tecnologia" de projeto para integração de fuselagem de veículos aéreos, sistemas de propulsão e superfícies de controle de sustentação, projetados ou modificados para os sistemas especificados em 1.A.2. ou 19.A.2., para otimizar o desempenho aerodinâmico durante todo o regime de voo de um veículo aéreo não tripulado.

10.E.2. "Tecnologia" de projeto para integração de controle de voo, guiamento, e dados de propulsão em um sistema de gerenciamento de voo, projetados ou modificados para os sistemas especificados em 1.A.1. ou 19.A.1., para otimização da trajetória de um sistema de foguete.

10.E.3. "Tecnologia", de acordo com a Nota Geral sobre Tecnologia, para "desenvolvimento", "produção" ou "uso" dos equipamentos ou "software" especificados em 10.A., 10.B. ou 10.D.

ITEM 11 - AVIÔNICA

11.A. EQUIPAMENTOS, CONJUNTOS E COMPONENTES

11.A.1. Sistemas de radar e sistemas de radar laser, incluindo altímetros, projetados ou modificados para uso nos sistemas especificados em 1.A.

Nota Técnica:

Sistemas de radar laser incorporam técnicas especializadas de transmissão, varredura, recepção e processamento de sinais, para utilização de laser em telemetria, determinação de direção e discriminação de alvos, pelas suas características de localização, velocidade radial e reflexão.

11.A.2. Sensores passivos para determinação da orientação para fontes eletromagnéticas específicas (equipamento de orientação) ou características do relevo, projetados ou modificados para uso nos sistemas especificados em 1.A.

11.A.3. Equipamento de recepção para sistemas de navegação por satélite, tendo qualquer das seguintes características, e componentes especialmente projetados para tal fim:

Projetados ou modificados para uso em sistemas especificados em 1.A.; ou

Projetados ou modificados para aplicações em voo e tendo qualquer dos seguintes:

Capaz de fornecer informações de navegação em velocidades que excedam 600 m/s;

Empregando descriptografia projetada ou modificada para serviços militares ou governamentais, para prover acesso a sinais/dados seguros de um sistema de navegação por satélite; ou

Especialmente projetado para empregar características anti-interferência (anti-jam) (ex.: antenas com nulos móveis ou antenas com varredura eletrônica) para funcionar em um ambiente de contramedidas ativas ou passivas.

Nota:

11.A.3.b.2. e 11.A.3.b.3. não controlam equipamentos projetados para serviços comerciais, civis ou de segurança de vida (ex.: integridade de dados, segurança de voo) de sistema de navegação por satélite.

Nota Técnica:

No Item 11.A.3., sistema de navegação por satélite inclui Sistemas de Navegação Global por Satélite (GNSS; ex.: GPS, GLONASS, Galileo ou BeiDou) e Sistemas de Navegação Regional por Satélite (RNSS; ex.: NavIC, QZSS).

11.A.4. Conjuntos e componentes eletrônicos, projetados ou modificados para uso nos sistemas especificados em 1.A. ou 19.A. e especialmente projetados para uso militar e operação a temperaturas que excedam 125ºC.

Nota:

Os equipamentos especificados em 11.A.1., 11.a.2., 11.a.3. e 11.a.4. incluem os seguintes:

Equipamento para mapeamento de relevo em curvas de nível;

Equipamento de mapeamento e correlação de imagem (digital e analógico);

Equipamento radar de navegação Doppler;

Interferômetro passivo;

Sensor de imagem (ativo e passivo).

11.A.5. Conectores elétricos umbilicais e de interestágios especialmente projetados para sistemas especificados em 1.A.1. e 19.A.1.

Nota Técnica:

Conectores de interestágios referidos em 11.A.5. também incluem conectores elétricos instalados entre sistemas especificados em 1.A.1. e 19.A.1. e a sua "carga paga".

Nota:

Equipamentos especificados em 11.A. podem ser exportados como parte de aeronave tripulada ou satélite ou em quantidades apropriadas para peças de reposição para aeronave tripulada.

11.B. EQUIPAMENTOS DE TESTE E PRODUÇÃO

Nenhum.

11.C. MATERIAIS

Nenhum.

11.D. SOFTWARE

11.D.1. "Software" especialmente projetado ou modificado para o "uso" dos equipamentos especificados em 11.A.1., 11.A.2. ou 11.A.4.

11.D.2. "Software" especialmente projetado para o "uso" dos equipamentos especificados em 11.A.3.

11.E. TECNOLOGIA

11.E.1. "Tecnologia" de projeto para proteção de equipamentos de aviônica e de subsistemas elétricos contra danos causados por pulsos eletromagnéticos (EMP) e interferência eletromagnética (EMI) provenientes de fontes externas, como segue:

"Tecnologia" de projeto para sistemas de blindagem;

"Tecnologia" de projeto para configuração de circuitos e subsistemas elétricos robustecidos;

"Tecnologia" de projeto para determinar o critério de robustecimento para os subitens acima.

11.E.2. "Tecnologia", de acordo com a Nota Geral sobre Tecnologia, para o "desenvolvimento", "produção" ou "uso" dos equipamentos ou "software" especificados em 11.A. ou 11.D.

12. SUPORTE A LANÇAMENTO

12.A. EQUIPAMENTOS, CONJUNTOS E COMPONENTES

12.A.1. Aparelhos e dispositivos projetados ou modificados para manuseio, controle, ativação e lançamento dos sistemas especificados em 1.A., 19.A.1. ou 19.A.2.

12.A.2. Veículos projetados ou modificados para o transporte, manuseio, controle, ativação e lançamento dos sistemas especificados em 1.A.

12.A.3. Gravímetros ou gradiômetros de gravidade, projetados ou modificados para uso aerotransportado ou marítimo, utilizáveis para sistemas especificados em 1.A., e componentes especialmente projetados, como se segue:

Gravímetros tendo todas as seguintes características:

Precisão estática ou operacional igual ou menor (melhor) que 0,7 mGal; e

Tempo de registro para o estado estacionário igual ou inferior a 2 minutos;

Nota Técnica:

No item 12.A.3.a.2 tempo de registro para o estado estacionário (também referenciado como tempo de resposta do gravímetro) é o tempo necessário para que perturbações provocadas pela aceleração induzida pela plataforma (ruído de alta frequência) sejam reduzidas.

Gradiômetros de gravidade.

12.A.4. Equipamentos de telemetria e telecomando, incluindo equipamento de solo, projetados ou modificados para sistemas especificados em 1.A., 19.A.1. ou 19.A.2.

Notas:

O Item 12.A.4. não controla equipamentos projetados ou modificados para aeronaves tripuladas ou satélites;

O Item 12.A.4. não controla equipamentos de solo projetados ou modificados para aplicações terrestres ou marítimas;

O Item 12.A.4. não controla equipamentos projetados para serviços GNSS comerciais, civis ou de segurança de vida (ex.: integridade de dados, segurança de voo).

12.A.5. Sistemas de rastreio de precisão utilizáveis para sistemas especificados em 1.A., 19.A.1. ou 19.A.2., como segue:

Sistemas de rastreio que usam um decodificador instalado sobre o foguete ou sobre o veículo aéreo não tripulado em associação quer com referências de superfície ou de bordo, quer com sistemas de navegação por satélites, para fornecer, em tempo real, medidas de posição e velocidade em voo;

Radares-telêmetros, associados a rastreadores ópticos/infravermelhos com todas as seguintes capacidades:

Resolução angular melhor que 1,5 mrad;

Alcance igual ou superior a 30 km com uma resolução de alcance melhor que 10 m rms; e

Resolução de velocidade melhor que 3 m/s.

12.A.6. Baterias térmicas projetadas ou modificadas para os sistemas especificados em 1.A., 19.A.1. ou 19.A.2.

Nota:

O Item 12.A.6. não controla baterias térmicas especialmente projetadas para sistemas de foguetes ou veículos aéreos não tripulados que não são capazes de um "alcance" igual ou superior a 300 km.

Nota Técnica:

Baterias térmicas são baterias de uso único que contém um sal inorgânico sólido não-condutor como eletrólito. Essas baterias incorporam um material pirolítico que, quando acionado, funde o eletrólito e ativa a bateria.

12.B. EQUIPAMENTOS DE TESTE E PRODUÇÃO

Nenhum.

12.C. MATERIAIS

Nenhum.

12.D. SOFTWARE

12.D.1. "Software" especialmente projetado ou modificado para o "uso" dos equipamentos especificados em 12.A.1.

12.D.2. "Software" que realiza tratamento pós-voo dos dados registrados (durante o voo), habilitando a determinação da posição do veículo durante toda a sua trajetória de voo, especialmente projetado ou modificado para sistemas especificados em 1.A., 19.A.1. ou 19.A.2.

12.D.3. "Software" especialmente projetado ou modificado para o "uso" dos equipamentos especificados em 12.A.4. ou 12.A.5., utilizável por sistemas especificados em 1.A., 19.A.1. ou 19.A.2.

12.E. TECNOLOGIA

12.E.1. "Tecnologia", de acordo com a Nota Geral sobre Tecnologia, para o "desenvolvimento", "produção" ou "uso" dos equipamentos ou "software" especificados em 12.A. ou 12.D.

ITEM 13 - COMPUTADORES

13.A. EQUIPAMENTOS, CONJUNTOS E COMPONENTES

13.A.1. Computadores analógicos, computadores digitais ou analisadores diferenciais digitais, projetados ou modificados para uso nos sistemas especificados em 1.A., tendo qualquer das seguintes características:

Especificados para operação contínua a temperaturas entre -45º C e +55º C; ou

Projetados como robustos ou "resistentes à radiação".

13.B. EQUIPAMENTOS DE TESTE E PRODUÇÃO

Nenhum.

13.C. MATERIAIS

Nenhum.

13.D. SOFTWARE

Nenhum.

13.E. TECNOLOGIA

13.E.1. "Tecnologia", de acordo com a Nota Geral sobre Tecnologia, para o "desenvolvimento", "produção" ou "uso" dos equipamentos especificados em 13.A.

Nota:

Os equipamentos do Item 13 podem ser exportados como parte de aeronave tripulada ou satélite ou em quantidades apropriadas para peças de reposição para aeronave tripulada.

ITEM 14 - CONVERSORES ANALÓGICO-DIGITAIS

14.A. EQUIPAMENTOS, CONJUNTOS E COMPONENTES

14.A.1. Conversores analógico-digitais, utilizáveis nos sistemas especificados em 1.A., tendo qualquer das seguintes características:

Projetados para satisfazer especificações militares para equipamento robusto; ou

Projetados ou modificados para uso militar e sendo um dos seguintes tipos:

"Microcircuitos" conversores analógico-digitais que sejam "resistentes à radiação" ou que tenham todas as seguintes características:

Especificados para operar em temperatura variando entre abaixo de -54ºC e acima de +125ºC; e

Fechados hermeticamente; ou

Placas de circuitos impressos ou módulos de conversores analógico-digitais, que tenham todas as seguintes características:

Especificados para operar em temperatura variando entre abaixo de -45ºC e acima de +80ºC; e

Incorporando os "microcircuitos" especificados em 14.A.1.b.1.

14.B. EQUIPAMENTOS DE TESTE E PRODUÇÃO

Nenhum.

14.C. MATERIAIS

Nenhum.

14.D. SOFTWARE

Nenhum.

14.E. TECNOLOGIA

14.E.1. "Tecnologia", de acordo com a Nota Geral sobre Tecnologia, para o "desenvolvimento", "produção" ou "uso" dos equipamentos especificados em 14.A.

ITEM 15 - EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES DE TESTE

15.A. EQUIPAMENTOS, CONJUNTOS E COMPONENTES

Nenhum.

15.B. EQUIPAMENTOS DE TESTE E PRODUÇÃO

15.B.1. Equipamentos para testes de vibração, utilizáveis para os sistemas especificados em 1.A., 19.A.1. ou 19.A.2. ou os subsistemas especificados em 2.A. ou 20.A., e componentes para tal fim, como segue:

Sistemas de testes de vibração que empregam técnicas de realimentação ou de malha fechada e incorporando um controlador digital, capazes de vibrar um sistema a uma aceleração igual ou superior a 10 g rms na faixa de frequência compreendida entre 20 Hz e 2 kHz enquanto aplica forças iguais ou superiores a 50 kN, medidas a mesa vazia;

Controladores digitais, combinados com "software" de teste de vibração especialmente projetado, com uma largura de banda de controle em tempo real superior a 5 kHz, e projetada para uso com sistemas de testes de vibração especificados em 15.B.1.a.;

Nota Técnica:

Largura de banda de controle em tempo real é definida como a máxima taxa em que o controlador pode executar ciclos completos de amostragem, processamento de dados e transmissão de sinais de controle.

Vibradores (shaker units) com ou sem amplificadores associados, capazes de aplicar forças iguais ou superiores a 50 kN, medidas a mesa vazia, e utilizáveis em sistemas de testes de vibração especificados em 15.B.1.a.;

Estruturas de fixação de corpos de prova e unidades eletrônicas projetadas para combinar múltiplas unidades vibratórias em um sistema vibratório completo capaz de fornecer uma força combinada efetiva igual ou superior a 50 kN, medida a mesa vazia, e utilizáveis em sistemas de testes de vibração especificados em 15.B.1.a.

Nota Técnica:

Os sistemas de teste de vibração que incorporam um controlador digital são aqueles cujas funções são, parcial ou integralmente, controladas automaticamente por sinais elétricos armazenados e codificados de modo digital.

15.B.2. Instalações de ensaios aerodinâmicos para velocidades iguais ou superiores a Mach 0,9, utilizáveis para sistemas especificados em 1.A. ou 19.A. ou subsistemas especificados em 2.A. ou 20.A.

Nota:

O Item 15.B.2. não controla túneis de vento para velocidades iguais ou menores que Mach 3 com tamanho de seção transversal de ensaio igual ou menor que 250 mm.

Notas Técnicas:

Instalações de ensaios aerodinâmicos incluem túneis de vento e túneis de choque para o estudo do fluxo de ar sobre objetos;

O tamanho de seção transversal de ensaio significa o diâmetro do círculo, ou o lado do quadrado, ou o maior lado do retângulo, ou o maior eixo da elipse na localização em que a seção transversal de ensaio é maior. A seção transversal de ensaio é a seção perpendicular à direção de fluxo.

15.B.3. Bancos ou bancadas de ensaio, utilizáveis para os sistemas especificados em 1.A., 19.A.1. ou 19.A.2. ou os subsistemas especificados em 2.A. ou 20.A., que têm capacidade para suportar foguetes a propelente sólido ou líquido, motores com empuxo superior a 68 kN ou que são capazes de medir simultaneamente as três componentes do empuxo axial.

15.B.4. Câmaras ambientais, como segue, utilizáveis para os sistemas especificados em 1.A. ou 19.A. ou os subsistemas especificados em 2.A. ou 20.A.:

Câmaras ambientais tendo todas as seguintes características:

Capaz de simular qualquer uma das seguintes condições de voo:

Altitude igual ou superior a 15 km; ou

Faixa de temperatura desde abaixo de -50ºC até acima de +125ºC; e

Incorporando, ou projetada ou modificada para incorporar, um equipamento de vibração ou outro equipamento de teste de vibração para produzir ambientes de vibração iguais ou superiores a 10 g rms, medidos na 'mesa vazia', entre 20 Hz e 2 kHz enquanto aplica forças iguais ou superiores a 5 kN.

Notas Técnicas:

O Item 15.B.4.a.2. descreve sistemas que são capazes de gerar um ambiente de vibração com uma onda simples (ex: onda senoidal) e sistemas capazes de gerar uma banda larga de vibração aleatória (ex.: espectro de potência);

No Item 15.B.4.a.2., projetado ou modificado significa que a câmara ambiental provê interfaces apropriadas (ex.: dispositivos de selagem) para incorporar um equipamento de vibração ou outro equipamento de teste de vibração conforme especificado neste Item.

Câmaras ambientais capazes de simular todas as seguintes condições de voo:

Ambientes acústicos com um nível de pressão total do som igual ou superior a 140 dB (referente a 2 x 10^{-5} N/m^2) ou com nível especificado de potência acústica total de saída igual ou superior a 4 kW; e

Qualquer das seguintes:

Altitude igual ou superior a 15 Km; ou

Faixa de temperatura desde abaixo de -50ºC até acima de +125ºC.

15.B.5. Aceleradores capazes de liberar radiação eletromagnética produzida por bremsstrahlung de elétrons acelerados a níveis de energia iguais ou superiores a 2 MeV, e equipamentos contendo esses aceleradores, utilizáveis para os sistemas especificados em 1.A., 19.A.1. ou 19.A.2. ou os subsistemas especificados em 2.A. ou 20.A.

Nota:

O Item 15.B.5. não controla equipamentos especialmente projetados para propósitos médicos.

Nota Técnica:

No Item 15.B., mesa vazia significa uma mesa plana ou superfície sem peças de fixação ou acessórios.

15.B.6. Instalações de ensaio aerotermodinâmico, utilizáveis para os sistemas especificados em 1.A. ou 19.A. ou para os subsistemas especificados em 2.A. ou 20.A., tendo qualquer uma das seguintes características:

a. Potência elétrica maior ou igual a 5 MW; ou

b. Fornecimento de gás com pressão total maior ou igual a 3MPa.

Nota Técnica:

Instalações de ensaio aerotermodinâmico incluem instalações de arco de jato de plasma e túneis de vento de plasma para o estudo dos efeitos térmicos e mecânicos do fluxo de ar em objetos.

15.C. MATERIAIS

Nenhum.

15.D. SOFTWARE

15.D.1. "Software" especialmente projetado ou modificado para o "uso" dos equipamentos especificados em 15.B., utilizável para sistemas de testes especificados em 1.A., 19.A.1. ou 19.A.2. ou subsistemas especificados em 2.A. ou 20.A.

15.E. TECNOLOGIA

15.E.1. "Tecnologia", de acordo com a Nota Geral sobre Tecnologia, para o "desenvolvimento", "produção" ou "uso" dos equipamentos ou "software" especificados em 15.B. ou 15.D.

ITEM 16 - MODELAGEM, SIMULAÇÃO E PROJETO DE INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS

16.A. EQUIPAMENTOS, CONJUNTOS E COMPONENTES

16.A.1. Computadores híbridos (combinação analógico/digital) especialmente projetados para modelagem, simulação ou projeto de integração de sistemas especificados em 1.A. ou os subsistemas especificados em 2.A.

Nota:

Este controle somente se aplica quando o equipamento é provido com o "software" especificado em 16.D.1.

16.B. EQUIPAMENTOS DE TESTE E PRODUÇÃO

Nenhum.

16.C. MATERIAIS

Nenhum.

16.D. SOFTWARE

16.D.1. "Software" especialmente projetado para modelagem, simulação, ou projeto de integração dos sistemas especificados em 1.A. ou os subsistemas especificados em 2.A. ou 20.A.

Nota Técnica:

A modelagem inclui em particular a análise aerodinâmica e termodinâmica dos sistemas.

16.E. TECNOLOGIA

16.E.1. "Tecnologia", de acordo com a Nota Geral sobre Tecnologia, para o "desenvolvimento", "produção" ou "uso" dos equipamentos ou "software" especificados em 16.A. ou 16.D.

ITEM 17 - SISTEMAS FURTIVOS

17.A. EQUIPAMENTOS, CONJUNTOS E COMPONENTES

17.A.1. Dispositivos para redução de características observáveis tais como refletividade radar, assinaturas ultravioleta/infravermelha e acústica (isto é, tecnologia furtiva ou stealth), para aplicações utilizáveis para os sistemas especificados em 1.A. ou 19.A. ou os subsistemas especificados em 2.A. ou 20.A.

17.B. EQUIPAMENTOS DE TESTE E PRODUÇÃO

17.B.1. Sistemas especialmente projetados para medição da seção reta radar, utilizáveis para os sistemas especificados em 1.A., 19.A.1. ou 19.A.2. ou os subsistemas especificados em 2.A.

17.C. MATERIAIS

17.C.1. Materiais para redução de características observáveis tais como refletividade radar, assinaturas ultravioleta/infravermelha e acústica (isto é, tecnologia furtiva), para aplicações utilizáveis para os sistemas especificados em 1.A. ou 19.A. ou os subsistemas especificados em 2.A.

Notas:

O Item 17.C.1. inclui materiais estruturais e revestimentos (incluindo tintas) especialmente projetados para refletividade ou emissividade reduzidas ou ajustadas nos espectros de micro-ondas, ultravioleta ou infravermelho.

O Item 17.C.1. não controla revestimentos (incluindo tintas) quando especialmente usados para controle térmico de satélites.

17.D. SOFTWARE

17.D.1. "Software" especialmente projetado para redução de características observáveis tais como refletividade radar, assinaturas ultravioleta/infravermelha e acústica (isto é, tecnologia furtiva), para aplicações utilizáveis para os sistemas especificados em 1.A. ou 19.A. ou os subsistemas especificados em 2.A.

Nota:

O Item 17.D.1. inclui "software" especialmente projetado para análise de redução de assinatura.

17.E. TECNOLOGIA

17.E.1. "Tecnologia", de acordo com a Nota Geral sobre Tecnologia, para o "desenvolvimento", "produção" ou "uso" de equipamentos, materiais ou "software" especificados em 17.A., 17.B., 17.C. ou 17.D.

Nota:

O Item 17.E.1. inclui banco de dados especialmente projetado para análise de redução de assinatura.

ITEM 18 - PROTEÇÃO CONTRA EFEITOS NUCLEARES

18.A. EQUIPAMENTOS, CONJUNTOS E COMPONENTES

18.A.1. "Microcircuitos" "resistentes à radiação" utilizados para proteção de sistemas de foguetes e veículos aéreos não tripulados contra efeitos nucleares (ex.: pulsos eletromagnéticos, raios-X, efeitos combinados de sopro e calor) e utilizáveis para os sistemas especificados em 1.A.

18.A.2. 'Detectores' especialmente projetados ou modificados para proteção de sistemas de foguetes e veículos aéreos não tripulados contra efeitos nucleares (ex.: pulsos eletromagnéticos, raios-X, efeitos combinados de sopro e calor) e utilizáveis para os sistemas especificados em 1.A.

Nota Técnica:

Um 'detector' é definido como um dispositivo mecânico, elétrico, óptico ou químico, que identifica e grava automaticamente, ou registra um estímulo tal como uma mudança de pressão ou de temperatura do ambiente, um sinal elétrico ou eletromagnético ou radiação proveniente de um material radioativo. Isto inclui dispositivos que detectam a um tempo operação ou falha.

18.A.3. Radomes projetados para resistir a um choque térmico superior a $4{,}184 \times 10^6$ J/m^2 combinado a uma sobrepressão de pico superior a 50 kPa, utilizados para a proteção de sistemas de foguetes e veículos aéreos não tripulados contra efeitos nucleares (ex.: pulsos eletromagnéticos, raios-x, efeitos combinados de sopro e calor) e, utilizáveis para os sistemas especificados em 1.A.

18.B. EQUIPAMENTOS DE TESTE E PRODUÇÃO

Nenhum.

18.C. MATERIAIS

Nenhum.

18.D. SOFTWARE

Nenhum.

18.E. TECNOLOGIA

18.E.1. "Tecnologia", de acordo com a Nota Geral sobre Tecnologia, para o "desenvolvimento", "produção" ou "uso" dos equipamentos ou "software" especificados em 18.A.

ITEM 19 - OUTROS SISTEMAS COMPLETOS DE MÍSSEIS

19.A. EQUIPAMENTOS, CONJUNTOS E COMPONENTES

19.A.1. Sistemas completos de foguetes (incluindo mísseis balísticos, veículos de lançamento espacial e foguetes de sondagem), não especificados em 1.A.1., com "alcance" de pelo menos 300 km.

19.A.2. Sistemas completos de veículos aéreos não tripulados (incluindo mísseis de cruzeiro, alvos aéreos, sistemas aéreos de reconhecimento), não especificados em 1.A.2., com "alcance" de pelo menos 300 km.

19.A.3. Sistemas completos de veículos aéreos não tripulados, não especificados em 1.A.2. ou 19.A.2., que tenham tudo o que segue:

Tenham qualquer um dos seguintes quesitos:

Uma capacidade de controle de voo autônomo e de navegação autônoma; ou

Capacidade de voo controlado fora do alcance da visão direta envolvendo um operador humano; e

Tenham qualquer um dos seguintes quesitos:

Incorporem um mecanismo/sistema de dispersão de aerossol com uma capacidade maior que 20 litros; ou

Sejam projetados ou modificados para incorporar um mecanismo/sistema de dispersão de aerossol com uma capacidade maior que 20 litros.

Nota:

O Item 19.A.3. não controla aeromodelos especialmente projetados para fins de recreação ou de competição.

Notas Técnicas:

Um aerossol consiste de um particulado ou líquido, que não componentes, subprodutos e aditivos de combustíveis, como parte da "carga paga" a ser dispersa na atmosfera. Exemplos de aerossóis incluem pesticidas líquidos para pulverização de plantações e produtos químicos secos para semeadura de nuvens.

Um mecanismo/sistema de dispersão de aerossol contém todos os dispositivos (mecânico, elétrico, hidráulico, etc.) necessários para o armazenamento e a dispersão de um aerossol na atmosfera. Isso inclui a possibilidade de injeção do aerossol no vapor da descarga da combustão e na esteira de ar da hélice.

19.B. EQUIPAMENTOS DE TESTE E PRODUÇÃO

19.B.1. "Meios de produção" especialmente projetados para os sistemas especificados em 19.A.1. ou 19.A.2.

19.C. MATERIAIS

Nenhum.

19.D. SOFTWARE

19.D.1. "Software" que coordena a função de mais de um subsistema, especialmente projetado ou modificado para "uso" nos sistemas especificados em 19.A.1. ou 19.A.2.

Nota:

Para uma aeronave tripulada convertida para operar como veículo aéreo não tripulado especificado em 19.A.2., o Item 19.D.1. inclui "software", como segue:

a. "Software" especialmente projetado ou modificado para integrar o equipamento de conversão com as funções do sistema da aeronave;

b. "Software" especialmente projetado ou modificado para operar a aeronave como um veículo aéreo não tripulado.

19.E. TECNOLOGIA

19.E.1. "Tecnologia", de acordo com a Nota Geral sobre Tecnologia, para o "desenvolvimento", "produção" ou "uso" dos equipamentos especificados em 19.A.1. ou 19.A.2.

ITEM 20 - OUTROS SUBSISTEMAS COMPLETOS

20.A. EQUIPAMENTOS, CONJUNTOS E COMPONENTES

20.A.1. Subsistemas completos, como segue:

Estágios individuais de foguetes, não especificados em 2.A.1., utilizáveis em sistemas especificados em 19.A.;

Subsistemas propulsivos de foguetes, não especificados em 2.A.1., utilizáveis nos sistemas especificados em 19.A.1., como se segue:

Motores-foguetes a propelente sólido ou motores-foguetes híbridos com capacidade de impulsão total igual ou superior a $8{,}41 \times 10^5$ N.s, mas inferior a $1{,}1 \times 10^6$ N.s;

Motores-foguetes a propelente líquido ou motores-foguetes a propelente gel integrados, ou projetados ou modificados para serem integrados, a um sistema propulsivo a propelente líquido ou a propelente gel com capacidade de impulsão total igual ou superior a $8{,}41 \times 10^5$ N.s, mas inferior a $1{,}1 \times 10^6$ N.s.

20.B. EQUIPAMENTOS PARA TESTE E PRODUÇÃO

20.B.1. "Meios de produção" especialmente projetados para os subsistemas especificados em 20.A.

20.B.2. "Equipamentos de produção" especialmente projetados para os subsistemas especificados em 20.A.

20.C. MATERIAIS

Nenhum.

20.D. SOFTWARE

20.D.1. "Software" especialmente projetado ou modificado para os sistemas especificados em 20.B.1.

20.D.2. "Software", não especificado em 2.D.2., especialmente projetado ou modificado para o "uso" de motores-foguetes a propelente sólido ou líquido especificados em 20.A.1.b.

20.E. TECNOLOGIA

20.E.1. "Tecnologia", de acordo com a Nota Geral sobre Tecnologia, para o "desenvolvimento", "produção" ou "uso" dos equipamentos ou "software" especificados em 20.A., 20.B. ou 20.D.

UNIDADES, CONSTANTES, ACRÔNIMOS E ABREVIATURAS USADAS NESTA LISTA	
ABEC	Comitê de Engenheiros de Rolamentos Anulares da ABMA
ABMA	Associação dos Fabricantes Americanos de Rolamentos
ANSI	Instituto Nacional Americano de Padrões
Angstrom	10^{-10} metro
ASTM	Sociedade Americana para Testes e Materiais
bar	unidade de pressão
°C	grau Celsius
cc	centímetro cúbico
CAS	Chemical Abstracts Service (Serviço de Resumos de Produtos Químicos)
CEP	Erro Circular Provável ou Círculo de Igual Probabilidade
dB	decibel
g	grama; ou também, aceleração devido à gravidade
GHz	gigahertz, ou 10^6 ciclos por segundo.
GNSS	Sistema de Navegação Global por Satélite, por exemplo: 'BeiDou' 'Galileo' 'GLONASS' - Globalnaya Navigatsionnaya Sputnikovaya Sistema 'GPS' - Global Positioning System
h	hora
Hz	hertz
HTPB	Polibutadieno com Hidroxilas Terminais (PBHT)
ICAO	Organização Internacional de Aviação Civil (OACI)
IEEE	Instituto de Engenheiros Eletricistas e Eletrônicos
IR	Infravermelho
ISO	Organização Internacional para Padronização
J	joule, unidade de energia
JIS	Padrão Industrial Japonês
K	Kelvin, unidade de temperatura
kg	quilograma
kHz	quilohertz
km	quilômetro
kN	quilonewton
kPa	quilopascal
kW	quilowatt
m	metro
MeV	milhão de elétrons-volt ou mega elétrons-volt
MHz	megahertz
mGal	10^{-5} m/s^2 (também chamado de miliGal, mgal ou miligalileo)
mm	milímetro
mmHg	milímetro de mercúrio
MPa	megapascal
mrad	miliradiano
ms	milisegundo
µm	micrometro
N	Newton
Pa	Pascal
ppm	partes por milhão (10^{-6})
rads (Si)	dose absorvida de radiação
RF	radiofrequência
rms	valor eficaz ou raiz do valor quadrático médio
RNSS	Sistema de Navegação Regional por Satélite, por exemplo: 'NavIC' - Sistema Indiano de Navegação Regional por Satélite 'QZSS' - Sistema de Satélite Quasi Zenith
rpm	rotações por minuto ou revoluções por minuto
RV	Veículos de Reentrada
s	segundo
Tg	Temperatura de transição vítrea
Tyler	Escala de malha Tyler, ou peneira padrão série Tyler

UV	Ultravioleta
VANT	Veículo Aéreo Não Tripulado

SECRETARIA EXECUTIVA

RETIFICAÇÃO

Na publicação do DOU nº 12, de 19 de janeiro de 2021, Seção 1, pág. 21, que Retifica a Portaria nº 4.280/2020/SEI-MCTI, de 8 de janeiro de 2021, que determinou a suspensão do cronograma de retorno às atividades presenciais dos servidores, empregados públicos e estagiários, no âmbito do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA, e alterou a Portaria nº 3220/2020- SEI-MCTIC, de 26 de agosto de 2020, onde se lê: PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 4.379, DE 18 DE JANEIRO DE 2021, leia-se: PORTARIA Nº 4.379, DE 18 DE JANEIRO DE 2021.

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 7.172/2020

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 235ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 08 de outubro de 2020, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01245.005906/2020-62

Requerente: CTI Clinical Brasil Serviços de Pesquisas Clínicas e Comércio Ltda.

CQB: 504/20

Endereço: Av. Francisco Matarazzo, n.o 1400, Cond. Milano, conj. 142 - 14º andar, Água Branca, São Paulo - SP.

Assunto: Solicitação de Análise de Biossegurança para Estudo Clínico nomeado "PBFT02-001- Passage Bio Phase 1b FTD Study".

Extrato Prévio: 7289/20 publicado no DOU em 18 de setembro de 2020.

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação da solicitação de parecer técnico para execução de Estudo Clínico nomeado "PBFT02-001- Passage Bio Phase 1b FTD Study" com OGMs da classe 1de risco biológico, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. A Representante Legal e a Presidente da Comissão Interna de Biossegurança da CTI Clinical Brasil Serviços de Pesquisas Clínicas e Comércio Ltda., Dra. Jaqueline Aguiar e a Dra. Tatiana Doubles, respectivamente, solicitam emissão de parecer técnico para a proposta de estudo clínico nomeado "PBFT02-001- Passage Bio Phase 1b FTD Study" a ser utilizada em seres humanos. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO DE 18 DE JANEIRO DE 2021

9ª RELAÇÃO DE PESQUISADORES CREDENCIADOS À IMPORTAÇÃO - Lei 8.010/90

PORTAL GOV.BR

CÓDIGO	NOME	CPF	VENCIMENTO
732	José Geraldo Mill	***.387.137-**	18/01/2026
740	João Hermínio Martins Da Silva	***.272.577-**	18/01/2026
745	Silvia Midori Saito	***.561.429-**	18/01/2026
749	Gabriel Lima Barros De Araújo	***.232.848-**	18/01/2026
767	Anielle Cristhine De Medeiros Takahashi	***.343.988-**	18/01/2026
798	Tiago Branquinho Oliveira	***.500.751-**	18/01/2026
847	Célio Lopes Silva	***.365.588-**	18/01/2026
850	Mario Henrique De Barros	***.905.688-**	18/01/2026
855	Carlos Eduardo Fonseca Alves	***.499.391-**	18/01/2026
856	Kátia De Angelis Lobo D Ávila	***.979.930-**	18/01/2026
866	Daniel Alexandre Boullosa Alvarez	***.288.591-**	18/01/2026

FABIO EDUARDO MADIOLI

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO Nº 330, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, tendo em vista o que consta na Nota Técnica nº 21170/2017/SEI-MCTIC e no PARECER n° 00036/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, constante no Processo n° 53504.004024/2013-56, resolve conhecer o recurso interposto pela TELEVISÃO BANDEIRANTES DE PRESIDENTE PRUDENTE LTDA, Fistel n° 50400199637, face à Portaria nº 230/2017/SEI-MCTIC, de 3 de fevereiro de 2017, que aplicou à entidade a penalidade suspensão, convertida em multa, por infringência ao disposto no art. 46, inciso V, do Decreto n° 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, para no mérito negar-lhe provimento, nos termos da legislação vigente.

FABIO SALUSTINO MESQUITA DE FARIA

DESPACHO Nº 347, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, tendo em vista o que consta na Nota Técnica nº 20330/2017/SEI-MCTIC e no PARECER n° 00009/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, constantes no Processo n° 53508.001220/2013-39, resolve conhecer o recurso interposto pela RÁDIO DIÁRIO DE PETRÓPOLIS LTDA, Fistel n° 01022887475, face à Portaria nº 2222/2017/SEI-MCTIC, de 9 de maio de 2017, que aplicou a penalidade de suspensão à entidade, convertida pelo mesmo ato em multa, por infringência ao disposto na alínea "e" do artigo 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para no mérito negar-lhe provimento, nos termos da legislação vigente.

FABIO SALUSTINO MESQUITA DE FARIA

DESPACHO Nº 413, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, resolve:

Processo nº: 53504.001697/2013-54

Interessado(a): ALPHA FM LTDA

Assunto: Recurso Administrativo contra decisão proferida nos autos do processo nº 53504.001697/2013-54

DECISÃO: Vistos os autos do processo em referência, e com fulcro nas Notas Técnicas nº 17185/2017/SEI-MCTIC e 8172/2020/SEI-MCTIC, bem como Parecer nº 00105/2020/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (6076429), da Consultoria Jurídica deste Ministério, cujos fundamentos adoto nos termos do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, conheço do recurso administrativo e, no mérito, nego-lhe provimento, mantendo, na íntegra, a Portaria nº 1553/2017/SEI-MCTIC, de 27 de março de 2017, da Secretária de Radiodifusão, que aplicou à ALPHA FM LTDA a penalidade de multa, no valor de R$ 13.324,12 (treze mil trezentos e vinte e quatro reais e doze centavos).

FABIO SALUSTINO MESQUITA DE FARIA

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

PORTARIA Nº 1.640, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta da Nota Técnica nº 7671/2020/SEI-MCTIC, que integra o Processo nº 53000.006657/2013-70, cujos fundamentos encontram-se motivados na forma prevista no art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, decide não conhecer o pedido de revisão apresentado pela RÁDIO CLUBE DE INDAIAL LTDA., Fistel nº 14008002693, executante do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na localidade de Indaial/SC, em razão do não preenchimento dos requisitos de admissibilidade previstos no art. 65 da Lei n° 9.784, de 29 de janeiro de 1999, mantendo integralmente a decisão recorrida.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

DESPACHOS

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso das atribuições que lhe confere, resolve:
Dar publicidade aos recursos das entidades abaixo relacionadas:

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Reconsideração/Recurso	Despacho nº
53900.025460/2014	Associação Comunitária Educativa Rádio Tropical Fm	RADCOM	Pinheiral	RJ	Conhece e nega	Nº 363, de 10/12/2020
53000.031228/2013	Fundação Educativa E Cultural De Mantena	FME	Mantena	MG	Conhece e nega	Nº 417, de 22/12/2020
53900.015506/2015	Associação Comunitária Amigos Do Olheiro	RADCOM	Pureza	RN	Conhece e nega	Nº 13, de 05/01/2021

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

PORTARIA Nº 1.298, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2020

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta da Nota Técnica nº 5326/2020/SEI-MC, que integra o processo nº 53504.012545/2013-87 na forma prevista no artigo 50, § 1°, da Lei n° 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Reconsiderar a decisão exarada pela Portaria nº 6754/2017/SEI-MCTIC, de 06 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2017, acatando o recurso administrativo interposto pela CÂMARA DOS DEPUTADOS, autorizada a executar o serviço de radiodifusão de sons e imagens digital, no canal 61, na localidade de Barretos, estado de São Paulo, ficando revogada a citada portaria, com o consequente cancelamento do respectivo crédito no Sistema de Gestão de Créditos da Anatel - SIGEC.

THIAGO AGUIAR SOARES

PORTARIA Nº 1.591, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2020

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, observados os critérios e parâmetros estabelecidos pelas Portarias n° 112, de 22 de abril de 2013, e n° 562, de 22 de dezembro de 2011, e tendo em vista o que consta da Nota Técnica nº 6897/2020/SEI-MCOM, que integra o Processo nº 53900.052595/2016-77, cujos fundamentos encontram-se motivados na forma prevista no art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Retificar, de ofício, o valor da multa constante da Portaria nº 1437/2019/SEI-MCTIC, de 16 de setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 14 de outubro de 2019, aplicada à FUNDAÇÃO QUILOMBO, Fistel nº 50011916613, outorgada para executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, por meio do canal nº 297 E, na localidade de Palmeira dos Índios, estado de Alagoas, para que, em vez de: R$ 3.838,22 (três mil, oitocentos e trinta e oito reais e vinte e dois centavos), passe a constar: R$ 1.285,12 (mil, duzentos e oitenta e cinco reais e doze centavos).

THIAGO AGUIAR SOARES

PORTARIAS DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, no uso de suas atribuições, observados os critérios e parâmetros estabelecidos pelas Portarias n° 112, de 22 de abril de 2013, e/ou n° 294, de 30 de janeiro de 2015 e/ou n° 562, de 22 de dezembro de 2011, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades, abaixo relacionadas, a penalidade de multa.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53900.048359/2016	Rádio Difusora De Mossoró S/A	OM	Mossoró	RN	Multa	3.838,22	Art. 62 da Lei n° 4.117/62.	Portaria DECEF n° 59 de 30/12/2020	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53563.000498/2018	Tv Ponta Negra Ltda	TV	Natal	RN	Multa	10.472,72	Item 5.1, "a" c/c item 7.1, alínea "g", da Portaria nº 310/2006.	Portaria DECEF n° 1158 de 30/12/2020	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53000.055135/2013	Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte - Ufrn	TVE	Natal	RN	Multa	4.369,41	Art. 62 da Lei n° 4.117/62 e Parágrafo Único, do art. 13, do Decreto-Lei nº 236/67.	Portaria DECEF n° 1679 de 30/12/2020	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, no uso de suas atribuições, observados os critérios e parâmetros estabelecidos pelas Portarias n° 112, de 22 de abril de 2013, e n° 562, de 22 de dezembro de 2011, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Reconsiderar a decisão exarada pela Portaria nº 5720/2019/SEI-MCTIC, de 18 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 21 de janeiro de 2020, e alterar o valor da multa.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.010730/2014	Associação De Moradores Do Conjunto Hawthorne	RADCOM	Peabiru	PR	Multa	913,86	Art. 40, XXIX, do Decreto n° 2.615/98.	Portaria DECEF n° 1506 de 30/12/2020	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Reconsiderar decisão anterior e arquivar os processos, abaixo relacionados sem aplicação de sanção.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Portaria
53000.034780/2013	Associação Educativa E Cultural De Radiodifusão Comunitária Vila Nova	RADCOM	Gaspar	SC	Portaria DECEF n° 1505 de 30/12/2020
53900.008919/2016	Tv Gazeta De Alagoas Ltda	RTV	Santana do Ipanema	AL	Portaria DECEF n° 1515 de 30/12/2020
53560.200489/2015	Associação Beneficente Manoel Ferreira Veras	RADCOM	Barroquinha	CE	Portaria DECEF n° 1519 de 30/12/2020
53000.055245/2011	Rádio Itaguara Ltda	FM	Itaguara	MG	Portaria DECEF n° 1530 de 30/12/2020
53504.001203/2015	Associação Cultural O Caminho	RADCOM	Bragança Paulista	SP	Portaria DECEF n° 1533 de 30/12/2020

RODRIGO CRUZ GEBRIM

PORTARIAS DE 7 DE JANEIRO DE 2021

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, no uso de suas atribuições, observados os critérios e parâmetros estabelecidos pelas Portarias n° 112, de 22 de abril de 2013, e/ou n° 294, de 30 de janeiro de 2015 e/ou n° 562, de 22 de dezembro de 2011, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades, abaixo relacionadas, a penalidade de multa ou suspensão, que por este ato, fica convertida em multa.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
01250.004602/2018	Del Rey Radiodifusao Ltda - Epp	FM	Belo Horizonte	MG	Multa	22.206,86	Art. 38, "e", da Lei n° 4.117/62	Portaria DECEF n° 1596 de 07/01/2021	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53900.038650/2014	Associação Comunitária De Comunicação E Cultura Dos Amigos De Itamarandiba	RADCOM	Itamarandiba	MG	Multa	534,32	Art. 40, XXIX, do Decreto n° 2.615/98.	Portaria DECEF n° 1597 de 07/01/2021	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015

RODRIGO CRUZ GEBRIM

DESPACHO Nº 395, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2020

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere, resolve:

Dar publicidade ao recurso da entidade abaixo relacionada

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Reconsideração/Recurso	Despacho nº
53000.077232/2013	RÁDIO TRÊS DE MAIO LTDA	OM	Imbutiva	PR	Não conhecer	395

THIAGO AGUIAR SOARES

DESPACHO Nº 436, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere, resolve:

Dar publicidade ao recurso da entidade abaixo relacionada

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Reconsideração/Recurso	Despacho nº
53000.054179/2013	ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE CAPIVARI DE BAIXO	RADCOM	Capivari de Baixo	SC	Não conhecer	436

RODRIGO CRUZ GEBRIM

COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO

PORTARIA Nº 1.497, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2020

A CORDENADORA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO, SUBSTITUTA no uso de suas atribuições, observados os critérios e parâmetros estabelecidos pela Portaria n° 112, de 22 de abril de 2013, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar à Entidade, abaixo relacionada, a penalidade de advertência.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53551.000324/2017	Boa Sorte Rádio E Televisão Ltda	FM	Gurupi	TO	Advertência	Art. 40, XII, do Decreto nº 2.615/98.	Portaria CGFM n° 1497 de 17/12/2020	Portaria MC n° 112/2013

ANA CLARA SILVA LOPES

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DO CEARÁ

ATO Nº 418, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

Expedir autorização à Erivando Agapito Dourado da Rocha, CPF/CNPJ nº 995.499.723-72, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

WANDERSON MOREIRA BRITO
Gerente

ATO Nº 420, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

Expedir autorização à Boanerges Maia Barbosa, CPF/CNPJ nº 391.819.953-34, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

WANDERSON MOREIRA BRITO
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATOS DE 20 DE JANEIRO DE 2021

Outorga aos abaixo identificados, autorização para uso de radiofrequência associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado:

Nº 422 - Processo nº 53516.002906/2020-77, COPEL TELECOMUNICAÇÕES S.A., CNPJ nº 04.368.865/0001-66;

Nº 423 - Processo nº 53516.000078/2021-13, INVIOLÁVEL ARAPONGAS COMÉRCIO DE ALARMES LTDA, CNPJ nº 07.990.154/0001-17.

MÁRCIO ANTÔNIO PROTZEK
Gerente
Substituto

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

ATOS DE 15 DE JANEIRO DE 2021

Nº 285 Expedir autorização à V&G Empreendimentos e Participações Ltda, CNPJ nº 32.347.855/0001-80, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 287 Expedir autorização a Everton Alves Andrade, CPF nº ***.073.336-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional

Nº 291 Expedir autorização a Alexandre Valladão Novais, CPF nº ***.553.366-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 308 Outorga autorização para uso de radiofrequências ao Consórcio Capim Branco Energia, CNPJ 04.569.007/0001-80, associada a autorização do Serviço Limitado Privado.

OTÁVIO BARBOSA DA SILVA SOARES
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATO Nº 336, DE 18 DE JANEIRO DE 2021

Processo nº 53504.007354/2020-22. Expede autorização ao Caue Oliveira Longhi, CPF nº ***.030.998-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 348, DE 18 DE JANEIRO DE 2021

Processo nº 53504.007640/2020-98. Expede autorização ao Rafael Lucena Perico, CPF nº ***.987.888-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 350, DE 18 DE JANEIRO DE 2021

Processo nº 53504.007569/2020-43. Expede autorização à LUIS FERNANDO ASSESSORIA ESPORTIVA LTDA., CNPJ nº 09.099.871/0001-89, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 356, DE 18 DE JANEIRO DE 2021

Processo nº 53504.007582/2020-01. Expede autorização à AGUASSANTA NEGÓCIOS S.A., CNPJ nº 35.233.631/0001-35, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 382, DE 19 DE JANEIRO DE 2021

Processo nº 53504.007595/2020-71. Expede autorização ao Eslin Pampanini Saldanha , CPF nº ***.323.498-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 383, DE 19 DE JANEIRO DE 2021

Processo nº 53504.007325/2020-61. Expede autorização ao Amaury Ferrari de Oliveira, CPF nº ***.994.908-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 384, DE 19 DE JANEIRO DE 2021

Processo nº 53504.007451/2020-15. Expede autorização ao Julio Cesar Zacarias da Rocha, CPF nº ***.449.948-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 391, DE 19 DE JANEIRO DE 2021

Processo nº 53504.007666/2020-36. Expede autorização à SERVY PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 11.508.558/0001-07, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 397, DE 19 DE JANEIRO DE 2021

Processo nº 53504.006683/2020-56. Expede autorização à Aymara Cristina Lopes Davalos , CPF nº ***.558.718-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 404, DE 19 DE JANEIRO DE 2021

Processo nº 53504.007637/2020-74. Expede autorização à JUCECASSIA M DE SANTANA - TRANSPORTES, CNPJ nº 12.496.818/0001-26, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 405, DE 19 DE JANEIRO DE 2021

Processo nº 53504.007450/2020-71. Expede autorização à S.P. COMUNICAÇÕES & PUBLICIDADE LTDA, CNPJ nº 04.359.734/0001-12, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 409, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

Processo nº 53504.007990/2020-54. Expede autorização ao CLUBE DE TIRO BASE ARMALITE LTDA, CNPJ nº 28.684.692/0002-34, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 411, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

Processo nº 53504.007476/2020-19. Consolidar e adaptar as autorizações expedidas em favor de Carlos Alberto Maciel Duraes, CPF nº ***.144.388-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS

UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

ATO Nº 364, DE 18 DE JANEIRO DE 2021

Processo nº 53548.001771/2020-55. Expede autorização ao FRANCIS CARLO BORGE DA SILVA, CPF nº ***.651.321-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, PARAÍBA E ALAGOAS

ATO Nº 290, DE 15 DE JANEIRO DE 2021

Expedir autorização a Alex Lustosa de Souza, CPF: XXX.274.134-XX, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito.

FELIPE DA MOTA PAZZOLA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO AMAZONAS, ACRE, RONDÔNIA E RORAIMA

ATOS DE 18 DE JANEIRO DE 2021

Outorga autorização de uso de radiofrequências, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, à(ao):

Nº 366 - Processo nº 53578.000002/2021-63 - Inviseg Rondônia Segurança Eireli, CNPJ nº 10.226.121/0001-00.

Nº 368 - Processo nº 53578.000007/2021-96 - Madeflona Industrial Madeireira Ltda, CNPJ nº 10.372.884/0001-69.

Nº 369 - Processo nº 53578.000013/2021-43 - Tiene Vieira de Oliveira, CPF ***.502.612-**.

Nº 370 - Processo nº 53578.000015/2021-32 - Ricardo Alexander Pagotto, CPF ***.244.629-**.

RICARDO TOSHIO ITONAGA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO GERÊNCIA DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES

ATOS DE 16 DE DEZEMBRO DE 2020

Nº 7.775 Processo 53500.054225/2020-63. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Geradora de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Birigui/SP.

Nº 7.780 Processo 53500.065701/2020-71. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à V & N IMAGEM E SOM LTDA, CNPJ 00.711.015/0001-68, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Senador Guiomard/AC.

Nº 7.781 Processo nº 53500.065838/2020-26.Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO RADIO EDUCATIVA QUADRANGULAR, CNPJ 25.466.707/0001-19, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Belo Horizonte/MG.

RENATO SALES BEZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 17 DE DEZEMBRO DE 2020

Nº 7.832 Processo 53500.068179/2020-80. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EXTREMO DO NORTE COMUNICACOES LTDA, CNPJ 11.836.816/0001-76, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Alto Paraíso/RO.

Nº 7.833 Processo 53500.068728/2020-16. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO NATIVA FM LTDA, CNPJ 12.152.393/0001-38, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de João Lisboa/MA.

RENATO SALES BEZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 5 DE JANEIRO DE 2021

Nº 41 Processo 53500.062393/2020-22. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV MUCURIPE LTDA, CNPJ 01.757.090/0001-22, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Crateús/CE.

Nº 42 Processo 53500.062394/2020-77. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV MUCURIPE LTDA, CNPJ 01.757.090/0001-22, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Crato/CE.

Nº 43 Processo 53500.062395/2020-11. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV MUCURIPE LTDA, CNPJ 01.757.090/0001-22, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Quixeramobim/CE.

Nº 44 Processo 53500.063147/2020-98. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE METROPOLITANA DE RADIO E TELEVISAO LTDA - ME, CNPJ 04.257.461/0001-03, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Paço do Lumiar/MA

Nº 46 Processo 53500.068793/2020-41. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO IGREJINHA FM LTDA, CNPJ 91.623.702/0001-87, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Igrejinha/RS.

Nº 51 Processo 53500.069943/2020-34. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à MEGA RADIODIFUSAO LTDA - EPP, CNPJ 10.716.689/0001-09, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Guapó/GO.

Nº 52 Processo 53500.069944/2020-89. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO EDUCACAO E CULTURA DE RIO CLARO LTDA - EPP, CNPJ 56.384.324/0001-25, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, na localidade de Rio Claro/SP.

Nº 53 Processo 53500.069954/2020-14. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO CULTURAL DE CAMPOS, CNPJ 28.977.742/0001-90, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Campos dos Goytacazes/RJ.

Nº 54 Processo 53500.070093/2020-17. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à VALLE & SILVA LTDA, CNPJ 03.958.216/0001-52, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Itapoá/SC.

Nº 55 Processo 53500.070205/2020-30. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO CAMPO MAIOR DE QUIXERAMOBIM LTDA, CNPJ 07.545.429/0001-03, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, na localidade de Quixeramobim/CE.

Nº 56 Processo 53500.070399/2020-73. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO ESTRELA DO SUL FM LTDA., CNPJ 01.952.897/0001-16, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Getúlio Vargas/RS.

Nº 57 Processo 53500.070536/2020-70. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO NOVOS HORIZONTES LTDA, CNPJ 90.371.535/0001-61, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Santo Ângelo/RS.

Nº 58 Processo 53500.070565/2020-31. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO CULTURAL E ASSISTENCIAL AGUA VIVA, CNPJ 06.345.350/0001-76, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Macapá/AP.

Nº 59 Processo 53500.070812/2020-08. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO EDUCATIVA DE RADIODIFUSAO PROFESSOR LOURENCO FILHO, CNPJ 66.833.450/0001-73, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Porto Ferreira/SP.

Nº 60 Processo 53500.070818/2020-77. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO DIFUSORA SAO JOSE DO RIO PARDO LTDA, CNPJ 59.895.623/0001-12, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de São José do Rio Pardo/SP.

Nº 61 Processo 53500.071022/2020-31. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO EDUCATIVA NORDESTE, CNPJ 88.535.612/0001-20, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Lagoa Vermelha/RS.

Nº 62 Processo 53500.071029/2020-53. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SOCIEDADE RADIO DIFUSORA ENCANTADENSE LTDA, CNPJ 92.322.502/0001-57, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Encantado/RS.

Nº 63 Processo 53500.071030/2020-88. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO CULTURAL DA SERRA, CNPJ 02.342.151/0001-53, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de GaribaldiQRS.

Nº 64 Processo 53500.071034/2020-66. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO GAURAMA LTDA, CNPJ 89.809.172/0001-14, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Gaurama/RS.

Nº 65 Processo 53500.071035/2020-19. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ 04.484.313/0001-13, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Irineópolis/SC.

Nº 66 Processo 53500.071036/2020-55. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE ITAPUA DE RADIOS LTDA, CNPJ 90.559.048/0001-27, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Júlio de Castilhos/RS.

Nº 67 Processo 53500.071037/2020-08. Outorgar Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO LITORAL LTDA, CNPJ 90.918.343/0001-22, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Imbé/RS.

Nº 68 Processo 53500.071338/2020-23. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO ALTO TAQUARI LIMITADA, CNPJ 92.775.329/0001-42, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, na localidade de Estrela/RS.

Nº 69 Processo 53500.071479/2020-46. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO CLUBE DE CACOAL LTDA, CNPJ 05.600.069/0001-70, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Cacoal/RO.

Nº 70 Processo 53500.071489/2020-81. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO GUANAMBI FM ESTEREO LTDA, CNPJ 13.732.599/0001-08, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Guanambi/BA.

Nº 71 Processo 53500.000105/2021-27. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO UNIVERSAL LTDA, CNPJ 03.778.046/0001-24, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Içara/SC.

RENATO SALES BEZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 7 DE JANEIRO DE 2021

Nº 165 Processo 53500.065937/2020-16. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Sinop/MT.

Nº 166 Processo 53500.065952/2020-56. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Porto Seguro/BA.

Nº 167 Processo 53500.070625/2020-16. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO RADIO FM EDUCADORA ITAGUARY N. S. DA CONCEICAO, CNPJ 02.858.045/0001-27, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Curralinho/PA.

Nº 168 Processo 53500.000207/2021-42. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO RIO MADEIRA LTDA, CNPJ 04.817.565/0001-17, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, na localidade de Manicoré/AM.

Nº 169 Processo 53500.000403/2021-17. Outorgar Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO EDUCATIVA E CULTURAL GERMIM LOUREIRO, CNPJ 04.113.473/0001-56, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de João Monlevade/MG.

Nº 170 Processo 53500.000538/2021-82. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO SAO CARLOS LTDA.ME, CNPJ 59.609.776/0001-56, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, na localidade de São Carlos/SP.

Nº 171 Processo 53500.000745/2021-37. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL, CNPJ 88.648.761/0001-03, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Bento Gonçalves/RS.

RENATO SALES BEZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 14 DE JANEIRO DE 2021

Nº 275 Processo 53508.010497/2019-48. Outorga autorização de uso de radiofrequências, à CONVERGE TELECOM LTDA., CNPJ/CPF: 09.398.731/0001-01, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado em caráter precário e secundário.

Nº 281 Processo 53500.000236/2021-12. Expede autorização à JR NET SERVICOS E COMERCIO DE INFORMATICA EIRELI , CNPJ/MF nº 23.147.866/0001-25, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 282 Processo 53500.058906/2020-09. Expede autorização à HQCOM TELECOMUNICACOES - EIRELI , CNPJ/MF nº 32.818.449/0001-58, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 283 Processo 53500.069604/2020-58. Expede autorização à URAINET FIBER SERVICO DE PROVEDORES DE ACESSO LTDA , CNPJ/MF nº 38.001.429/0001-76, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

RENATO SALES BEZERRA AGUIAR
Gerente

ATO Nº 289, DE 15 DE JANEIRO DE 2021

Processo 53500.000321/2021-72. Outorga autorização de uso de radiofrequências, à ALGAR TELECOM S/A, CNPJ nº 71.208.516/0001-74, associada à autorização para execução do STFC/Radiotelefônico - Estações Terrestres, pelo período já definido na outorga em caráter primário ao Serviço Móvel Pessoal.

RENATO SALES BEZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 19 DE JANEIRO DE 2021

Nº 392 - Autoriza UNIVERSAL TELECOM S.A. , CNPJ nº 03.197.023/0001-26, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação na cidade de São Paulo/SP, no período de 20/01/2021 a 22/01/2021.

Nº 393 - Autoriza LUCAS LEMES GONDIM, CPF nº 76187713168, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação no Parque do Morumbi/SP, no período de 21/01/2021 a 21/03/2021.

Nº 394 - Autoriza Marco Aurelio Ribeiro da Costa, CPF nº 06788533636, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação na cidade de Jundiaí/SP, no período de 23/01/2021 a 24/01/2021.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 4.182/GM-MD, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2020

Estabelece procedimentos administrativos para a elaboração e a tramitação, no âmbito do Ministério da Defesa, do Termo de Licitação Especial - TLE.

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, considerando o disposto no art. 3º, § 1º, da Lei nº 12.598, de 21 de março de 2012, no Decreto nº 7.970, de 28 de março de 2013, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 60314.000107/2020-06, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Portaria estabelece procedimentos administrativos para a elaboração e a tramitação, no âmbito do Ministério da Defesa, do Termo de Licitação Especial - TLE.

Art. 2º Para os efeitos desta Portaria, considera-se:

I - Termo de Licitação Especial - TLE - documento que precede os procedimentos licitatórios que tenham por objeto as seguintes aquisições de que trata o § 1º do art. 3º da Lei nº 12.598, de 21 de março de 2012:

a) destinado exclusivamente à participação de Empresa Estratégica de Defesa - EED quando envolver fornecimento ou desenvolvimento de Produto Estratégico de Defesa - PED;

b) destinado exclusivamente à compra ou à contratação de Produto de Defesa - Prode ou Sistema de Defesa - SD produzido ou desenvolvido no País ou que utilize insumos nacionais ou com inovação desenvolvida no País, e, caso o SD envolva PED, aplica-se o disposto na alínea "a" deste inciso; e

c) que assegure à empresa nacional produtora de Prode ou à Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação - ICT, no percentual e nos termos fixados no edital e no contrato, a transferência do conhecimento tecnológico empregado ou a participação na cadeia produtiva;

II - Área Requisitante - unidade da administração central do Ministério da Defesa ou das Forças Armadas que demande a contratação de uma solução;

III - Reunião Técnica da Comissão Mista da Indústria de Defesa - RT-CMID - reunião de assessores técnicos dos ministérios integrantes da CMID, das Forças Armadas ou de órgãos e entidades públicas ou privadas, para analisar estudos e propor soluções para os assuntos a serem apresentados à CMID; e

IV - Reunião Deliberativa da Comissão Mista da Indústria de Defesa - RD-CMID - reunião plenária de membros titulares ou suplentes da Comissão, tendo por finalidade assessorar o Ministro de Estado da Defesa em processos decisórios e em proposições de atos relacionados à indústria nacional de defesa.

Art. 3º As compras, as contratações e o desenvolvimento de Prode, PED e SD deverão observar o disposto na Lei nº 12.598, de 2012, e no Decreto nº 7.970, de 28 de março de 2013.

Parágrafo único. Os editais e contratos referentes a PED ou a SD deverão conter as cláusulas a que se refere o § 2º do art. 3º da Lei nº 12.598, de 2012.

Art. 4º A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, será aplicada de forma subsidiária aos procedimentos licitatórios e aos contratos regidos pela Lei nº 12.598, de 2012.

CAPÍTULO II

ELABORAÇÃO DO TERMO DE LICITAÇÃO ESPECIAL

Art. 5º O TLE será elaborado pela Área Requisitante, com indicação do objeto de forma clara e precisa, análise entre benefício e custo e indicação das razões pela opção de utilização do procedimento licitatório abrangido pela Lei nº 12.598, de 2012.

§ 1º O objeto da licitação deverá estar relacionado com as características de Prode, PED e SD já classificado pelo Ministério da Defesa.

§ 2º Na hipótese de o objeto da licitação ter por finalidade o aperfeiçoamento ou a concepção de um produto derivado de um PED existente, o produto em desenvolvimento deverá ser classificado no Ministério da Defesa.

§ 3º O pedido de classificação de PED a que se refere o § 2º deverá ser formalizado pela empresa vencedora até a assinatura do contrato, o que deverá ser verificado pela Área Requisitante.

Art. 6º O TLE, no que couber, indicará:

I - percentual mínimo de conteúdo nacional;

II - capacidade inovadora exigida;

III - contribuição para aumentar a capacidade tecnológica e produtiva da base industrial de defesa, esperada como resultado da contratação;

IV - sustentabilidade do ciclo de vida do Prode;

V - garantia de continuidade das capacitações tecnológicas e produtivas a serem exigidas;

VI - possíveis condições de financiamento; e

VII - parâmetros para valoração da relação entre benefício e custo.

Art. 7º O TLE deverá prever que os editais e os contratos conterão cláusulas relativas:

I - à transferência do conhecimento tecnológico empregado ou a participação na cadeia produtiva para empresa nacional produtora de Prode ou à ICT, na hipótese do inciso III do § 1º do art. 3º da Lei nº 12.598, de 2012;

II - às garantias que devem ser apresentadas pelas Empresas de Defesa - ED e EED, quando participarem de licitações, a que se refere o art. 9º do Decreto nº 7.970, de 2013;

III - à entrega do Relatório Anual de Resultados da Base Industrial de Defesa - RARBID de que trata o art. 10 do Decreto nº 7.970, de 2013, pela empresa vencedora; e

IV - à possibilidade de cadastramento como ED a qualquer tempo, mesmo após a abertura do procedimento licitatório, nos moldes do art. 13 do Decreto nº 7.970, de 2013.

Parágrafo único. O TLE e o edital devem estabelecer cláusulas prevendo que a empresa vencedora, caso não tenha o produto objeto do certame licitatório classificado pelo Ministério da Defesa, deverá iniciar o processo de classificação até a assinatura do contrato, o que deverá ser verificado pela Área Requisitante.

Art. 8º Compete ao Ministro de Estado da Defesa, ouvida a CMID, autorizar o procedimento licitatório nos casos previstos no inciso I do art. 2º desta Portaria.

§ 1º A autorização do procedimento licitatório a que se refere o caput é válida por três anos, a contar da publicação do despacho decisório do Ministro de Estado da Defesa no Diário Oficial da União - DOU.

§ 2º O TLE permanece válido e eficaz, no período de três anos a que se refere o § 1º, para contratações relativas ao mesmo objeto, desde que resguardada a capacidade inovadora de que trata o inciso II, do § 2º, do art. 12, do Decreto nº 7.970, de 2013.

Art. 9º O edital e o contrato farão menção ao TLE.

Art. 10. O TLE será amplamente divulgado.

CAPÍTULO III

TRAMITAÇÃO DO TERMO DE LICITAÇÃO ESPECIAL

Art. 11. A tramitação do TLE observará as seguintes fases:

I - envio do TLE pela Área Requisitante, por meio de ofício, via cadeia de comando, ao Diretor do Departamento de Produtos de Defesa;

II - inclusão do TLE na pauta da RT-CMID com data mais próxima, que verificará a conformidade legal do documento, e poderá concluir:

a) pelo encaminhamento do TLE para deliberação da RD-CMID, com parecer favorável ou desfavorável; ou

b) pela indicação de ajustes a serem efetivados no TLE pela Área Requisitante;

III - inclusão do processo na pauta da RD-CMID, que poderá emitir parecer favorável ou desfavorável;

IV - envio de ofício ao Presidente da CMID, pela Secretaria-Executiva, com a nota técnica e a minuta de despacho decisório, que serão submetidos ao Ministro de Estado da Defesa para autorização do procedimento licitatório;

V - envio do despacho decisório assinado à Assessoria de Atos e Procedimentos - ASSAP para publicação no DOU; e

VI - inclusão de cópia do ato publicado no processo pela ASSAP e envio ao Departamento de Produtos de Defesa, para ciência, comunicação à Área Requisitante e arquivamento.

§ 1º A CMID poderá se reunir em caráter extraordinário, por meio de convocação de seu Presidente, para fins de análise do TLE.

§ 2º Na hipótese a que se refere a alínea "b" do inciso II do caput, a RT-CMID poderá solicitar:

I - que o documento, após ajustes, seja encaminhado, através de comunicação eletrônica institucional, à Secretaria-Executiva da CMID, para apresentação à RD-CMID pela Área Requisitante; ou

II - a designação de data para apresentação do novo documento em reunião.

§ 3º O Departamento de Produtos de Defesa é a unidade responsável pela Secretaria-Executiva da CMID, conforme o art. 2º-F do Decreto nº 7.970, de 2013.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. A Área Requisitante deverá verificar a possibilidade de aplicação das normas relativas ao Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa - Retid, instituído pela Lei nº 12.598, de 2012.

Art. 13. O Ministério da Defesa disponibilizará em seu sítio eletrônico, no espaço reservado às publicações da CMID, modelo explicativo e instruções complementares para orientar e esclarecer eventuais dúvidas na elaboração do TLE.

Art. 14. Esta Portaria entra em vigor em 1º de fevereiro de 2021.

FERNANDO AZEVEDO E SILVA

PORTARIA GM-MD Nº 104, DE 11 DE JANEIRO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e de conformidade com o disposto no inciso IX do art. 1º do Anexo I do Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018, observado o disposto no inciso II do art. 8º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e considerando o que consta no Processo Administrativo nº 60041.001094/2020-31, resolve:

Art. 1º Fica revogada a Portaria Normativa nº 619/MD, de 16 de junho de 2004, publicada no Diário Oficial da União nº 116, Seção 1, página 12, de 18 de junho de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 1º de fevereiro de 2021.

FERNANDO AZEVEDO E SILVA

PORTARIA GM-MD Nº 249, DE 18 DE JANEIRO DE 2021

Revoga a Portaria Normativa nº 587/MD, de 8 de abril de 2008.

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e de conformidade com o disposto no inciso IX do art. 1º do Anexo I do Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018, observado o disposto no inciso I do art. 8º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e considerando o que consta no Processo Administrativo nº 60041.001030/2020-31, resolve:

Art. 1º Fica revogada a Portaria Normativa nº 587/MD, de 8 de abril de 2008, publicada no Diário Oficial da União nº 68, Seção 1, página 13, de 9 de abril de 2008.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 1º de fevereiro de 2021.

FERNANDO AZEVEDO E SILVA

HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

DESPACHO

Da análise dos autos do Processo Administrativo número 60550.033581/2020-13 instaurado com o objetivo de apurar o descumprimento de cláusulas constantes no Edital de Licitação na modalidade Pregão Eletrônico número 03/2019 (Sistema de Registro de Preços), UASG: 160423, praticado pela empresa MEDEFE PRODUTOS MÉDICOS, inscrita no CNPJ 25.463.374/0001-74, tendo em vista o fato da mesma não ter fornecido o material, referente à Nota de Empenho 2020NE800923, durante o prazo de entrega, ensejando em descumprimento total da obrigação, resolvo:

Determinar a rescisão unilateral do vínculo contratual existente entre as partes, representado pela Nota de Empenho 2020NE80092, com fulcro no art. 77 da Lei 8.666/1993, bem como aplicar a penalidade de SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM O HFA, por 6 (seis) meses, com fulcro no item 12.3.3 do Termo de Referência, Anexo I do Edital em comento e no art. 87, III da Lei 8.666/1993. Tal punição abrange o Ministério da Defesa, bem como todos os órgãos a ele vinculados, em respeito ao princípio da unidade administrativa no âmbito do Ministério da Defesa.

KLADSON TAUMATURGO FARIAS - Coronel
Ordenador de Despesas

DESPACHO

Da análise dos autos do Processo Administrativo número 60550.032146/2020-71 instaurado com o objetivo de apurar o descumprimento de cláusulas constantes no Edital de Licitação na modalidade Pregão Eletrônico número 13/2020 (Sistema de Registro de Preços), UASG: 112408, praticado pela empresa INOVEN COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, inscrita no CNPJ 21.473.097/0001-20, tendo em vista o fato da mesma não ter fornecido o material, referente às Notas de Empenho 2020NE801905 e 2020NE801955, durante o prazo de entrega, ensejando em descumprimento total da obrigação, resolvo:

Determinar a rescisão unilateral do vínculo contratual existente entre as partes, representado pelas Notas de Empenho 2020NE801905 (2797274) e 2020NE801955 (2797284), com fulcro no art. 77 da Lei 8.666/1993, bem como aplicar a penalidade de SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM O HFA, por 9 (nove) meses, com fulcro no item 12.2.5. do Termo de Referência, Anexo I do Edital em comento e no art. 87, III da Lei 8.666/1993. Tal punição abrange o Ministério da Defesa, bem como todos os órgãos a ele vinculados, em respeito ao princípio da unidade administrativa no âmbito do Ministério da Defesa.

KLADSON TAUMATURGO FARIAS - Coronel
Ordenador de Despesas

DESPACHO

Da análise dos autos do Processo Administrativo número 60550.033581/2020-13 instaurado com o objetivo de apurar o descumprimento de cláusulas constantes no Edital de Licitação na modalidade Pregão Eletrônico número 55/2019 (Sistema de Registro de Preços), UASG: 112408, praticado pela empresa DROGUISTA CEARENSE EIRELI, inscrita no CNPJ: 16.632.133/0001-10, tendo em vista o fato da mesma não ter fornecido o material, referente à Nota de Empenho 2020NE801194, durante o prazo de entrega, ensejando em descumprimento total da obrigação, resolvo:

Determinar a rescisão unilateral do vínculo contratual existente entre as partes, representado pela Nota de Empenho 2020NE801194, com fulcro no art. 77 da Lei 8.666/1993, bem como aplicar a penalidade de SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM O HFA, por 11 (onze) meses, com fulcro no item 12.2.5 do Termo de Referência, Anexo I do Edital em comento e no art. 87, III da Lei 8.666/1993. Tal punição abrange o Ministério da Defesa, bem como todos os órgãos a ele vinculados, em respeito ao princípio da unidade administrativa no âmbito do Ministério da Defesa.

KLADSON TAUMATURGO FARIAS - Coronel
Ordenador de Despesas

Ministério do Desenvolvimento Regional

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 114, DE 19 DE JANEIRO DE 2021

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação, previsto no art. 4° da Portaria n. 698, de 17 de dezembro de 2021, que autorizou o empenho e a transferência de recursos ao Município de Paulistas - MG, para ações de Defesa Civil, para até 24/03/2021.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO

ÁREA DE REGULAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

ATO Nº 115, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 8/05/2020, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA em sua 813ª Reunião Deliberativa Ordinária, realizada em 18 de janeiro de 2021, nos termos do art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, com fundamento nas Resoluções ANA nº 1.938, de 30/10/2017, resolveu indeferir o pedido de outorga de direito de uso de recursos hídricos de:

ASSOCIACAO DE IRRIGACAO PASSO MAGNUS E POCO NEGRO, rio Mampituba, Município de São João do Sul/SC, irrigação.

O inteiro teor do Indeferimento de Outorga, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site www.gov.br/ana.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

Ministério da Economia

GABINETE DO MINISTRO

CONSELHO DO PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS

RESOLUÇÃO CPPI Nº 148, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2020

Opina pela qualificação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos de empreendimento público federal do setor rodoviário, para fins de relicitação, e aprova a sua modalidade operacional.

O CONSELHO DO PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS, tendo em vista o disposto no art. 4º, inciso II, e no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, caput, inciso I e IV, da Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, no art. 2º da Lei nº 13.448, de 5 de junho de 2017, e no art. 6º do Decreto nº 9.957, de 6 de agosto de 2019, resolve:

Art. 1º Opinar favoravelmente e submeter à deliberação do Presidente da República, para qualificação, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI, o empreendimento público federal BR-163/MS, no trecho entre a Divisa entre os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e a Divisa entre os Estados de Mato Grosso do Sul e Paraná, para fins de relicitação.

Art. 2º Aprovar, na modalidade de concessão comum, a desestatização do sistema rodoviário a que se refere o art. 1º.

Art. 3º Opinar que a qualificação de que trata o art. 1º perca sua eficácia e seja considerada extinta para todos os efeitos, caso não seja firmado Termo Aditivo ao Contrato de Concessão do empreendimento público do setor rodoviário BR-163/MS, no trecho entre a divisa entre os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e a divisa entre os Estados de Mato Grosso do Sul e Paraná, para fins de relicitação, no prazo de até 90 (noventa) dias a contar da publicação do respectivo Decreto.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO GUEDES
Ministro de Estado da Economia

MARTHA SEILLIER
Secretária Especial do Programa de Parcerias de Investimentos

ANEXO I

CRONOGRAMA

Projeto	Estimativa de publicação de edital	Estimativa de leilão
BR-163/MS	1º Semestre de 2022	2º Semestre de 2022

RESOLUÇÃO ME Nº 159, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2020

Opina pela qualificação de política para fomentar parcerias com a iniciativa privada para estudar alternativas habitacionais destinadas à locação social, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República - PPI.

O CONSELHO DO PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - CPPI, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, § 1º, inciso II, o artigo 4º, inciso III, e o artigo 7º, incisos I e V, alínea "a", todos da Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, Considerando a necessidade de diversificar os instrumentos para a solução da questão habitacional no Brasil para além de ações de produção habitacional; Considerando a enorme quantidade de assentamentos precários nas cidades brasileiras, onde existe um déficit habitacional estimado em cerca de 6,35 milhões de unidades habitacionais; Considerando que os programas tradicionais de provisão habitacional não se mostram suficientes, nem muitas vezes adequados, para equacionar o déficit habitacional para famílias que vivem em estado de pobreza absoluta; Considerando o incremento da participação do componente ônus excessivo do aluguel no déficit habitacional brasileiro, demandando a estruturação de abordagens inovadoras para seu enfrentamento; Considerando a necessidade de ampliar as oportunidades de investimento e emprego no País e de estimular o desenvolvimento econômico nacional, em especial por meio de ações centradas na ampliação e na melhoria da infraestrutura e dos serviços voltados ao cidadão; e Considerando a necessidade de melhorar as condições da habitação e ampliar os instrumentos de promoção de moradia digna. resolve:

Art. 1º Opinar favoravelmente e submeter à deliberação do Presidente da República a qualificação, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República - PPI, da política de fomento a parcerias com a iniciativa privada para estudar alternativas habitacionais destinadas à locação social. Parágrafo único. Os estudos referidos no caput terão por finalidade inicial a estruturação de projetos piloto, cuja seleção será definida em ato da Secretaria do Programa de Parcerias de Investimento da Presidência da República - SPPI, ouvido o Ministério do Desenvolvimento Regional.

Art. 2º Os Estudos a que se refere o art. 1º desta resolução poderão ser apoiados pelo Fundo de Apoio À Estruturação e ao Desenvolvimento de Projetos de Concessão e Parcerias Público-Privadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - FEP, criado pela Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, ouvido o seu conselho gestor - CFEP.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO GUEDES
Ministro de Estado da Economia

MARTHA SEILLIER
Secretária Especial do Programa de Parcerias de Investimentos

RESOLUÇÃO ME Nº 162, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2020

Opina pela qualificação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI das Florestas Nacionais de Balata-Tufari, de Pau Rosa e de Jatuarana, localizadas no Estado do Amazonas, para fins de concessão florestal.

O CONSELHO DO PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 7º, caput, incisos I e IV, da Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, Considerando a necessidade de conservar a cobertura vegetal das florestas brasileiras; Considerando a necessidade de gerenciar o patrimônio florestal brasileiro de forma a combater a grilagem de terras e evitar a exploração predatória dos recursos naturais existentes, evitando assim a conversão do uso do solo para outros fins; Considerando que a concessão permite a obtenção do recurso florestal por meio de técnicas de manejo sustentável e exploração de impacto reduzido; e Considerando que a concessão florestal favorece municípios e comunidades vizinhos à área concedida com a geração de empregos e com investimentos em serviços e infraestrutura, permitindo a melhoria da qualidade de vida da população que vive no seu entorno e estimulando a economia formal com produtos e serviços oriundos de florestas manejadas, resolve:

Art. 1º Opinar favoravelmente e submeter à deliberação do Presidente da República para qualificação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI das Florestas Nacionais de Balata-Tufari, de Pau Rosa e de Jatuarana, localizadas no Estado do Amazonas, para fins de concessão florestal.

Art. 2º O Serviço Florestal Brasileiro, enquanto órgão gestor, será responsável por disciplinar e conduzir o processo de outorga da concessão florestal, nos termos do art. 53 c/c art. 55, inciso I, da Lei nº 11.284 de 2 de março de 2006.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO GUEDES
Ministro de Estado da Economia

MARTHA SEILLIER
Secretária Especial do Programa de Parcerias de Investimentos

JUNTA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 15 DE JANEIRO DE 2021

Altera o Anexo da Resolução nº 1, de 11 de maio de 2020, que aprova o Regimento Interno da Junta de Execução Orçamentária - JEO.

A JUNTA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - JEO, instituída pelo Decreto nº 9.884, de 27 de junho de 2019, no âmbito de suas competências e considerando o disposto no inciso IV, do § 2º, do art. 2º do referido Decreto nº 9.884, de 2019, resolve:

Art. 1º Alterar o Anexo da Resolução nº 1, de 11 de maio de 2020, da Junta de Execução Orçamentária, que passa a vigorar nos termos do Anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO GUEDES
Ministro de Estado da Economia

WALTER SOUZA BRAGA NETTO
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DA JUNTA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CAPÍTULO I

DA NATUREZA E FINALIDADE

Art. 1º A Junta de Execução Orçamentária - JEO, instituída pelo Decreto nº 9.884, de 27 de junho de 2019, com sede no Distrito Federal, reger-se-á pelas disposições deste Regimento Interno e da legislação relacionada.

Art. 2º A JEO é o órgão responsável por assessorar diretamente o Presidente da República na condução da política fiscal do Governo Federal, com vistas ao equilíbrio da gestão dos recursos públicos, à redução de incertezas no ambiente econômico e à sustentabilidade intertemporal do endividamento público.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 3º São atribuições dos membros da JEO:

I - apresentar propostas, indicações, requerimentos e comunicações para inclusão na pauta de reunião;

II - solicitar o adiamento da votação de assuntos incluídos na pauta ou submetidos extrapauta;

III - solicitar vistas de proposta constante da pauta ou apresentada extrapauta;

IV - participar das discussões, votar e fazer declaração de voto; e

V - solicitar o convite para participar das reuniões, de representantes de outros órgãos e entidades da administração pública federal, sem direito a voto, quando constarem da pauta assuntos de sua área de atuação.

Art. 4º São atribuições do Coordenador da JEO:

I - determinar a data, a hora e a forma da realização de cada reunião, abrir as sessões e dirigir os trabalhos, observadas as disposições deste Regimento;

II - definir a pauta de assuntos a serem discutidos em cada reunião;

III - aprovar a inclusão de assuntos extrapauta, quando revestidos de caráter de urgência, relevante interesse ou de natureza sigilosa;

IV - conceder em reunião vistas de assuntos constantes da pauta ou extrapauta até a reunião subsequente, salvo se expressamente conceder prazo maior;

V - autorizar o adiamento da votação de assuntos incluídos na pauta ou extrapauta;

VI - convidar para participar das reuniões, representantes de outros órgãos e entidades da administração pública federal, sem direito a voto, quando constarem da pauta assuntos de sua área de atuação, caso entenda necessário; e

VII - requerer preferência para votação de assunto incluído na pauta ou apresentado extrapauta.

Art. 5º É atribuição dos titulares de órgãos específicos singulares integrantes da Comissão Técnica de Gestão Orçamentária e Financeira - CTGOF, de que trata o art. 5º do Decreto nº 9.884, de 2019, sem prejuízo das atribuições constantes do Regimento Interno da Comissão, apresentar as proposições, os relatórios, os estudos, as informações e os documentos necessários à formulação de recomendações da CTGOF para a JEO.

§1º O Regimento Interno da CTGOF, a ser aprovado pela JEO até sessenta dias após a aprovação deste Regimento, disporá, entre outros temas, sobre o processo de trabalho e as atribuições de cada um dos seus membros, bem como os prazos para recebimento das informações, de modo a garantir à JEO o exercício do disposto no art. 2º do Decreto nº 9.884, de 2019.

§ 2º Cada membro da CTGOF terá até dois suplentes, que o substituirá em suas ausências e seus impedimentos.

§ 3º Os membros suplentes da CTGOF serão indicados pelos titulares dos órgãos que representam e designados pelo Coordenador da JEO.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS DA SECRETARIA-EXECUTIVA

Art. 6º À Secretaria-Executiva da JEO compete:

I - receber as propostas, indicações, requerimentos e comunicações dos membros e organizar a pauta das reuniões da JEO;

II - manter controle unificado das propostas apresentadas pelos membros da JEO;

III - elaborar proposta de pauta, abrangendo todas as propostas que se encontrarem em estágio de pauta, submetendo-a à apreciação do Coordenador da JEO;

IV - encaminhar aos membros a pauta, a documentação, os materiais de discussão, os registros das reuniões e adotar as medidas necessárias à realização das reuniões;

V - comunicar aos membros da JEO a data, a hora e o local das reuniões;

VI - consolidar as manifestações prévias e os documentos técnicos da CTGOF, a fim de coordenar os trabalhos que subsidiarão as discussões das reuniões da JEO;

VII - registrar as atas das reuniões, bem com digitalizá-las e mantê-las em arquivo, bem como classificar o grau de sigilo desses documentos; e

VIII - praticar os atos administrativos e operacionais necessários ao funcionamento da JEO.

CAPÍTULO IV

DO FUNCIONAMENTO DAS REUNIÕES, DELIBERAÇÕES E DO PROCESSO DE TRABALHO

Art. 7º As reuniões serão convocadas com antecedência mínima de:

I - cinco dias úteis para as reuniões ordinárias; e

II - dois dias úteis para as reuniões extraordinárias.

Parágrafo único. O quórum de reunião da Junta de Execução Orçamentária é de todos os seus membros e o quórum de aprovação é o consenso.

Art. 8º A convocação de reuniões extraordinárias da JEO será feita a qualquer tempo e por qualquer de seus membros.

Art. 9º A ordem dos trabalhos nas reuniões da JEO é a seguinte:

I - discussão e votação dos assuntos incluídos em pauta;

II - discussão e votação dos assuntos extrapauta; e

III - assuntos de ordem geral.

Art. 10. As reuniões terão caráter reservado.

Art. 11. Das reuniões da JEO serão lavradas atas em até quarenta e cinco dias, as quais informarão o local e a data de sua realização, nome dos membros presentes e demais participantes e convidados, resumo dos assuntos apresentados e debates ocorridos e as deliberações tomadas.

§ 1º As atas receberão autenticação da Secretaria-Executiva e assinaturas do Coordenador e demais membros da Junta presentes à reunião.

§ 2º Os membros da CTGOF poderão solicitar o acesso às atas das reuniões da JEO, a qualquer momento, cabendo à Secretaria-Executiva da JEO a adoção de providências para o seu atendimento.

§ 3º A expedição, a tramitação, o recebimento, a manutenção e guarda de documentos relacionados às atas da JEO deverão observar as regras e os procedimentos previstos na legislação que regula o acesso à informação, quando aplicável.

Art. 12. As propostas de que tratam o art. 3º, inciso I, deverão ser entregues à Secretaria- Executiva, com as justificativas das propostas e minutas dos normativos pertinentes.

Art. 13. As propostas com pedido de vistas concedido de proposta constante da pauta ou apresentada extrapauta devem retornar na reunião subsequente, salvo se o Coordenador da JEO conceder prazo maior.

Art. 14. As solicitações mencionadas nos incisos II e III, do art. 3º, deverão observar os prazos legais para edição dos atos referidos no inciso I do art. 2º do Decreto n° 9.884, de 2019, bem como dos relatórios de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 15. Não serão incluídas na pauta das reuniões da JEO as propostas:

I - em desacordo com as disposições deste Regimento; e

II - que necessitem de estudos complementares ou de informações de posse de outros órgãos e entidades da Administração para sua instrução.

Art. 16. Os documentos recebidos ou elaborados pela Secretaria-Executiva que comporão a pauta das reuniões da JEO serão encaminhados aos membros e aos titulares de órgãos específicos singulares integrantes da CTGOF até o dia subsequente ao da convocação das reuniões.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 17. Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelos membros da JEO.

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 15 DE JANEIRO DE 2021

Altera o Anexo da Resolução nº 2, de 20 de julho de 2020, que aprova o Regimento Interno da Comissão Técnica de Gestão Orçamentária e Financeira - CTGOF.

A JUNTA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - JEO, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 7º, do Decreto nº 9.884, de 27 de junho de 2019, resolve:

Art. 1º Alterar o Anexo da Resolução nº 2, de 20 de julho de 2020, da Junta de Execução Orçamentária, que passa a vigorar nos termos do Anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO GUEDES
Ministro de Estado da Economia

WALTER SOUZA BRAGA NETTO
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO TÉCNICA DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

CAPÍTULO I

DA NATUREZA, FINALIDADE E COMPOSIÇÃO

Art. 1º A Comissão Técnica de Gestão Orçamentária e Financeira - CTGOF, instância consultiva que integra a Junta de Execução Orçamentária - JEO, instituída pelo Decreto nº 9.884, de 27 de junho de 2019, reger-se-á pelas disposições deste Regimento Interno, sem prejuízo das demais disposições aplicáveis, constantes da legislação em vigor.

Art. 2º A CTGOF é responsável por:

I - manifestar-se previamente sobre os votos encaminhados à JEO;

II - subsidiar tecnicamente a atuação da JEO; e

III - desempenhar as atribuições que lhe forem cometidas pela JEO.

Art. 3º A CTGOF é composta pelo:

I - Secretário de Orçamento Federal da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia, que a coordenará;

II - Secretário do Tesouro Nacional da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia;

III - Secretário de Política Econômica da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia;

IV - Secretário Especial da Receita Federal do Brasil;

V - Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República;

VI - Subchefe de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República;

VII - Secretário-Executivo da Casa Civil da Presidência da República;

VIII - Secretário-Executivo da Secretaria de Governo da Presidência da República; e

IX - Secretário Especial de Relações Governamentais da Casa Civil da Presidência da República.

§ 1º O Secretário Especial da Receita Federal do Brasil poderá ser substituído pelo Subsecretário-Geral da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia.

§ 2º Cada membro da CTGOF terá até dois suplentes, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.

§ 3º Os membros suplentes da CTGOF serão indicados na respectiva ordem de substituição pelos titulares dos órgãos que representam e designados pelo Coordenador da JEO.

§ 4º A Secretaria-Executiva da CTGOF será exercida pela Secretaria de Orçamento Federal da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

Art. 4º São atribuições comuns a todos os membros da CTGOF:

I - encaminhar à Secretaria-Executiva da CTGOF proposições, relatórios, estudos, documentos, indicações, requerimentos e comunicações relacionados a assuntos orçamentários e financeiros da administração pública federal para inclusão na pauta de reuniões ordinárias e extraordinárias;

II - solicitar ao coordenador da CTGOF, de forma justificada, o adiamento do exame de assuntos incluídos na pauta, com antecedência mínima de dois dias úteis da data de reuniões ordinárias e de um dia útil para as reuniões extraordinárias da Comissão;

III - participar das reuniões da CTGOF;

IV - comunicar à Secretaria-Executiva da CTGOF, no prazo de dois dias úteis de antecedência para reuniões ordinárias e de um dia útil para reuniões extraordinárias da Comissão, a impossibilidade de seu comparecimento em reunião;

V - participar das reuniões da JEO, quando convidados;

VI - manifestar-se, nas reuniões da CTGOF, sobre recomendações e votos a serem encaminhados à JEO;

VII - solicitar ao Coordenador da CTGOF, de forma justificada, o agendamento de reunião extraordinária da Comissão;

VIII - solicitar ao Coordenador da CTGOF, de forma justificada, a participação nas reuniões da CTGOF, de representantes de órgãos e entidades da administração pública federal, sem representação na Comissão; e

IX - atuar, observadas as respectivas competências institucionais, com vistas a buscar a adequada interlocução entre os membros da CTGOF e os responsáveis legais de órgãos setoriais, cujos pleitos são submetidos à JEO, para que as solicitações sejam acompanhadas de informações e documentos necessários e suficientes ao exame e manifestação da Comissão, quando de sua recomendação à JEO.

Art. 5º São atribuições, como membro da CTGOF, sem prejuízo das competências do respectivo órgão de atuação:

I - do Secretário de Política Econômica da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia - SPE/ME, elaborar e fornecer a grade de parâmetros macroeconômicos com projeções de indicadores que subsidiarão a elaboração de projeções de receitas e despesas de responsabilidade dos demais membros da CTGOF, em conformidade com a matriz de responsabilidades aprovada pela JEO;

II - do Secretário Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia - SERFB/ME, elaborar e fornecer as projeções de receitas administradas pela SERFB/ME, conforme matriz de responsabilidades aprovada pela JEO;

III - do Secretário do Tesouro Nacional da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia - STN/ME:

a) apresentar à Comissão as informações relativas às metas fiscais da União previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO;

b) elaborar a programação financeira mensal e anual do Tesouro Nacional;

c) elaborar e fornecer as projeções de outras receitas e despesas, em conformidade com a matriz de responsabilidades aprovada pela JEO;

d) consolidar as receitas e despesas constantes da Necessidade de Financiamento do Governo Central - NFGC, em articulação com a Secretaria de Orçamento Federal - SOF, em conformidade com a matriz de responsabilidades aprovada pela JEO;

e) subsidiar a Comissão nos assuntos financeiros de que tratam o Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, nas informações sobre monitoramento da suficiência das fontes de recursos e disponibilidades financeiras e sobre a inscrição e execução de restos a pagar; e

f) dar conhecimento aos Órgãos Setoriais das decisões da JEO nos assuntos de respectiva competência regimental.

IV - do Secretário de Orçamento Federal da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia - SOF/ME:

a) elaborar e fornecer as projeções de outras receitas e despesas, em conformidade com a matriz de responsabilidades aprovada pela JEO;

b) consolidar as receitas e despesas constantes da Necessidade de Financiamento do Governo Central - NFGC, em articulação com a Secretaria do Tesouro Nacional e apresentá-las à CTGOF;

c) apresentar à CTGOF os pleitos de créditos adicionais que devem ser objeto de avaliação da JEO, observado o art. 20 deste Regimento Interno;

d) apresentar à CTGOF propostas para o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO, bem como para o Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA;

e) subsidiar à Comissão nos assuntos orçamentários, em especial os relacionados ao Decreto de Programação Orçamentária e Financeira; e

f) dar conhecimento aos Ministérios das decisões da JEO nos assuntos de respectiva competência regimental.

V - do Subchefe de Análise e Acompanhamento da Política Governamental da Casa Civil da Presidência da República - SAG/CC, assessorar tecnicamente o Ministro de Estado Chefe da Casa Civil, procedendo à análise do mérito, da oportunidade e da compatibilidade das propostas e dos projetos governamentais submetidos à JEO;

VI - do Subchefe de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República - SAM/CC, monitorar e informar as necessidades orçamentárias e financeiras de Programas e Projetos Prioritários de Governo, a partir da articulação institucional da Casa Civil junto às áreas de governo executoras de ações estratégicas;

VII - do Secretário-Executivo da Casa Civil da Presidência da República - SE/CC, consolidar e apresentar a posição estratégica da Casa Civil em assuntos orçamentários e financeiros da administração pública federal analisados pela JEO;

VIII - do Secretário-Executivo da Secretaria de Governo da Presidência da República - SE/SEGOV, apresentar informações estratégicas sobre o relacionamento com o Poder Legislativo quanto às matérias orçamentárias e financeiras da administração pública federal analisadas pela JEO; e

IX - do Secretário Especial de Relações Governamentais da Casa Civil da Presidência da República - SERG/CC, assessorar tecnicamente o Ministro de Estado, em articulação com a Secretaria-Executiva da Casa Civil, em circunstâncias que demandem considerações de ordem orçamentária e financeira, em especial sua participação no âmbito da Junta de Execução Orçamentária.

§ 1º Os membros a que se referem os incisos I, II, III e IV do caput deverão observar:

I - o atendimento das respectivas atribuições previstas em matriz de responsabilidades aprovada pela JEO; e

II - a fixação de prazos para atendimento das atribuições de que trata o inciso I do § 1º do caput para o exercício, a ser aprovada pela JEO na última reunião ordinária do exercício imediatamente anterior.

§ 2º A matriz de responsabilidades aprovada pela JEO poderá prever atribuições e prazos para outros órgãos que não tenham representatividade na CTGOF, adotando-se as providências necessárias à comunicação tempestiva aos órgãos responsáveis.

§ 3º As projeções anuais de responsabilidade dos membros de que tratam os incisos I, II, III e IV do caput deverão ser realizadas para o período que abrange o ano referente ao exercício financeiro corrente e os três subsequentes.

§ 4º Caberá a cada membro da CTIGOF e demais representantes de órgãos da administração pública federal sem representação na Comissão manter arquivados nos seus respectivos órgãos ou entidades, e disponibilizá-las quando requerido pela Secretaria-Executiva da Comissão, relatórios, estudos, pareceres, notas técnicas e quaisquer outros documentos que foram objeto de proposição, indicação e exame durante as discussões no âmbito da CTGOF, sem prejuízo de que os mesmos sejam disponibilizados na reunião aos membros da Comissão.

Art. 6º São atribuições do Coordenador da CTGOF:

I - propor à Comissão, nos termos do § 2º do art. 5º do Decreto nº 9.884, de 2019, o calendário anual de reuniões ordinárias da CTGOF, para o exercício seguinte, observadas as datas previstas para a realização das reuniões da JEO;

II - avaliar e deliberar quanto às solicitações apresentadas pelos membros da Comissão, relativas:

a) ao agendamento de reuniões extraordinárias; e

b) ao adiamento do exame ou da deliberação de assuntos incluídos na pauta ou submetidos extra pauta.

III - convocar reuniões extraordinárias, com antecedência mínima de dois dias úteis da sua realização;

IV - justificar a não inclusão de proposições encaminhadas pelos demais membros na pauta;

V - aprovar a inclusão de assuntos extra pauta, quando revestidos de caráter de urgência, relevante interesse ou de natureza sigilosa;

VI - solicitar, fixando prazo para atendimento, aos titulares dos órgãos específicos singulares integrantes da CTGOF e de demais órgãos e entidades da administração pública federal sem representação na Comissão, informações, documentos e estudos relacionados aos assuntos que constarão em pauta de reunião da CTGOF;

VII - convidar para participar de reunião da Comissão representantes de outros órgãos ou entidades da administração pública federal, sem representação na CTGOF, sempre que a participação for necessária à elucidação de questões relacionadas às respectivas competências técnicas;

VIII - indicar, se necessário, relator de matéria a ser apreciada em reunião da JEO;

IX - abrir as reuniões da CTGOF e dirigir os trabalhos; e

X - autorizar o adiamento da deliberação de assuntos incluídos na pauta ou extra pauta.

Art. 7º À Secretaria-Executiva da CTGOF compete:

I - receber as proposições, relatórios, estudos, documentos, indicações, requerimentos e comunicações dos membros e demais órgãos da administração pública federal sem representação na CTGOF e organizar a pauta das reuniões da Comissão;

II - elaborar e submeter ao Coordenador da Comissão, proposta de pauta, abrangendo todas as proposições que se encontrarem aptas para inclusão em pauta;

III - encaminhar previamente aos membros da CTGOF a pauta, a documentação, os materiais de discussão e adotar as medidas necessárias à realização das reuniões;

IV - comunicar aos membros da CTGOF a data, a hora, a forma de realização e o local das reuniões da Comissão;

V - fazer o registro das reuniões e mantê-lo em arquivo eletrônico;

VI - preparar as propostas de pauta para as reuniões da JEO; e

VII - praticar os demais atos administrativos e operacionais necessários ao funcionamento da CTGOF.

Parágrafo único. Os registros das reuniões prévias da CTGOF às reuniões da JEO integrarão a ata da reunião da JEO a que se referem como anexo.

CAPÍTULO III

DO FUNCIONAMENTO GERAL DAS REUNIÕES

Art. 8º O cronograma anual de reuniões ordinárias será estabelecido pelo Coordenador da CTGOF na última reunião do ano antecedente.

§ 1º O Coordenador da CTGOF poderá fixar, de forma justificada, data distinta da prevista no cronograma para a realização de reunião ordinária.

§ 2º A decisão de alteração de data de reunião ordinária será comunicada pela Secretaria-Executiva da Comissão aos membros da CTGOF.

Art. 9º A convocação para participação nas reuniões ordinárias será formalizada aos membros, pela Secretaria-Executiva da Comissão, com antecedência mínima de cinco dias úteis à realização da reunião.

§ 1º A comunicação da convocação de que tata o caput será feita ao e-mail dos membros da Comissão e conterá a data, a hora, a forma, o local, a pauta e os documentos, objeto da reunião.

§ 2º É admitido, excepcionalmente, o não envio prévio dos documentos objeto da reunião, desde que devidamente justificado na mensagem que encaminhar a convocação.

Art. 10 As reuniões extraordinárias serão convocadas com ao menos dois dias úteis anteriores à sua realização, na forma prevista para as reuniões ordinárias.

Art. 11 Todas as reuniões da CTGOF estão restritas ao apoio às decisões da JEO, não sendo permitidas convocações de reuniões que tenham propósitos diferentes àqueles mencionados no § 3º do art. 5º do Decreto nº 9.884, de 2019.

Art. 12 As proposições, indicações, requerimentos e comunicações dos membros para inclusão na pauta de reunião ordinária, nos termos do inciso I do art. 4º deste Regimento Interno, deverão ser encaminhadas à Secretaria-Executiva da CTGOF com antecedência mínima de cinco dias úteis ao prazo previsto para a convocação de reuniões, quando se tratar de reunião ordinária.

Art. 13 A inclusão de itens extra pauta somente será admitida se contar com a aprovação da totalidade dos membros e desde que sejam apresentados até o início de cada reunião.

Art. 14 Não serão consideradas aptas para inclusão em pauta as proposições:

I - em desacordo com as disposições deste Regimento Interno;

II - relacionadas a demandas de crédito adicional e de limite de empenho e de pagamento que não forem previamente instruídas na forma, estabelecida pela Secretaria de Orçamento Federal - SOF e pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, e não respeitarem o prazo estabelecido no artigo 12; e

III - que necessitem de estudos ou informações complementares consideradas essenciais à inclusão do tema em pauta.

Art. 15 As solicitações de adiamento do exame de assuntos incluídos na pauta de reunião, referidas neste Regimento Interno, deverão observar os prazos legais para edição dos atos referidos no inciso I do art. 2º do Decreto n° 9.884, de 2019, bem como dos relatórios de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 16 Os assuntos das reuniões da CTGOF serão tratados na seguinte ordem:

I - discussão e deliberação dos assuntos incluídos em pauta;

II - discussão e deliberação dos assuntos extra pauta; e

III - assuntos de ordem geral.

Art. 17 As reuniões da Comissão terão caráter reservado.

Art. 18 O quórum de reunião da CTGOF é de maioria dos seus membros e suas recomendações e manifestações acerca de votos a serem encaminhados à JEO se darão pelo consenso dos presentes.

Parágrafo único. Na hipótese de não haver consenso entre os presentes, o assunto será levado ao conhecimento da JEO, incluídos os diversos cenários e alternativas identificados para decisão da JEO.

Art. 19 As reuniões da CTGOF poderão ser realizadas em ambiente virtual por meio de solução tecnológica de videoconferência, aplicando, quando couber, todas as regras previstas para as reuniões da CTGOF previstas neste regimento interno.

Parágrafo único. Propostas de votos a serem encaminhados à JEO poderão ser submetidas à manifestação dos membros da CTGOF por meio de mensagem eletrônica pela Secretaria-Executiva da CTGOF.

CAPÍTULO IV

DA AVALIAÇÃO DE PLEITOS DE CRÉDITOS ADICIONAIS E DE LIMITES FINANCEIROS

Art 20 Os pleitos de créditos adicionais, organizados e submetidos pela SOF, que utilizem ou concorram para utilização de margem para abertura de créditos, decorrente de restrições orçamentárias fixadas por dispositivos constitucionais e legais que estabeleçam metas fiscais, limites de despesas ou aplicação mínima de recursos, serão avaliados pela CTGOF, considerando, quando relevante:

I - a situação atual das restrições de que trata o caput e o respectivo impacto dos pleitos de crédito adicional;

II - o histórico de execução orçamentária e financeira;

III - os valores constantes da proposta orçamentária, da lei orçamentária e de créditos adicionais; e

IV - os demais dados e informações pertinentes à análise do pleito de créditos adicionais.

Art. 21 Os pleitos de ampliação de limite de movimentação financeira, encaminhados pelos órgãos setoriais ao Ministério da Economia, organizados e submetidos pela STN, serão avaliados pela CTGOF, considerando:

I - as restrições financeiras fixadas por dispositivos constitucionais ou legais que estabeleçam regras fiscais, tais como metas de resultado, limites de despesas, dentre outras, ou ainda, estabelecidas por decisões judiciais;

II - a disponibilidade de reserva financeira e riscos financeiros associados;

III - o histórico de pagamentos dos órgãos, quando relevante para a análise;

IV - o montante de recursos disponibilizados e não utilizados pelos órgãos no exercício;

V - as justificativas apresentadas e sua conformidade com as diretrizes normativas vigentes; e

VI - a possibilidade de otimizar a utilização dos recursos financeiros entre os órgãos setoriais do Poder Executivo.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 22 A participação dos membros na CTGOF é considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 23 Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Regimento Interno serão solucionados pelos membros da CTGOF ou, no espaço entre as reuniões, ad referendum por seu Coordenador.

CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR
COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO

RESOLUÇÃO GECEX Nº 141, DE 19 DE JANEIRO DE 2021

Aplica direito antidumping definitivo, por um prazo de até 5 (cinco) anos, às importações brasileiras de lápis de escrever, desenhar e/ou colorir, composto por madeira, resinas termoplásticas (resinas plásticas) ou outros materiais, contendo mina de grafite ou de cor, à base de carbonatos tingidos por pigmentos ou corantes, originárias da República Popular da China.

O COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o art. 7º, inciso VI, do Decreto nº 10.044, de 4 de outubro de 2019, e considerando o que consta dos autos do Processo SECEX 52272.003183/2019-37 conduzido em conformidade com o disposto no Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013 e do Processo SEI/ME 19972.101420/2019-61, conduzido em conformidade com a Portaria SECEX nº 13, de 29 de janeiro de 2020, e o deliberado em sua 177ª Reunião, ocorrida nos dias 17 e 18 de dezembro de 2020, resolve:

Art. 1º Encerrar a investigação com aplicação de direito antidumping definitivo, por um prazo de até 5 (cinco) anos, às importações brasileiras de lápis de escrever, desenhar e/ou colorir, composto por madeira, resinas termoplásticas (resinas plásticas) ou outros materiais, contendo mina de grafite ou de cor, à base de carbonatos tingidos por pigmentos ou corantes, comumente classificados no subitem 9609.10.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, originárias da República Popular da China, a ser recolhido sob a forma de alíquota específica fixada em dólares estadunidenses por quilograma, nos montantes abaixo especificados:

Origem	Produtor/Exportador	Direito Antidumping Definitivo (em US$/kg)
China	Axus Stationery (Shanghai) Co. Ltd.	5,55
	Zhejiang Pengsheng Stationery Co Ltd.	2,78
	Jiangxi Jishui Jixing Stationery Co Ltd.	0,57
	Zhejiang Jiangshan Longteng Pen Industry Co. Ltd.	0,36
	Suzhou Huazhong Stationery Co. Ltd	5,55
	Beifa Group Co. Ltd, Binzhou Psl Pencil Co., Ltd, Bnw Fortune Co.,Limited, Caran Dache S.A., Colart Tianjin Art Materials Co Ltd, Dalian Asian Stationery Co., Ltd, Dalian Golden Time Enterprise Co., Ltd, Derwent, Dongyang Sewing Equipment, Fila Dixon Stationery 9kunshai Co., Ltd, Guangdong Youngly Stationery Co., Ltd, Guangming Pencil Co., Ltd, Hebei Ambang Industry Group Limited, Hebei Sinotools Industrial Co.,Ltd., Histar International Limited, Jiande Yuanfeng Tool Co., Ltd, Jiangsu Sainty Sumex Tools Corp. Ltd., Jiangsu Universal Industrial Co., Ltd., Jiangyan Jingong Tools Product Co.,Ltd, Jinan Bee Writing Instrument Co Ltd, Jinan Famefirst Stationery Co, Lta, Jinan Sinocolor Trade Co., Ltd, Jinxu Import & Export Co., Limited, Linshu Deshili Import and Export Co Ltd, Lishui Deyuan Arts and Stationery Co.,Ltd, Linyi Guangming Pencil Co Ltd, Lishui Beike Trade Co., Ltd, Luohe Shuangye Stationery Co Ltd, Mitsubishi Pencil (China) Ltd, Mengcheng County Jinyuanda Pen Making Co., Ltd, Nanjing Codeal Corp, Ltd., Ningbo Alaska Packing and Manufacturing Ltd., Ningbo Doublefly Imp and Exp Corp, Ningbo Epene Stationery Co.,Ltd, Ningbo Fengya Industry & Trade Co., Ltd, Ningbo Hengrui Culture and Education Appliance Co., Ltd, Ningbo Jiandong Fortune, Ningbo Kaikai Stationery Co.,Ltd, Ningbo Senior Stationery Co., Ltd, Ningbo Whole Sun Stationery Co., Ltd, Ningbo Xinteng Needle Co.,Ltd, Qingyuan Hongyun Pen Industry Co., Ltd, Quzhou Down Stationery Co., Ltd, Shanghai Amc International Trading Co., Ltd, Shanghai Harden Tools Co.,Ltd, Shanghai Ming Bao Tools Co Ltd, Shanghai Pioneer Stationery Co. Ltd, Shanghai Reach Industrial Co Ltd, Shantou Chenghai Canxin Plastic Factory, Shenzhen Xinhua Ling Stationery Manufacturing Co Ltd, Shenzhen Flanger Musical Instruments Co., Limited, Shenzhen Hart Stationery Co. Ltd., Skyglory (China) Industrial Company Limited, Skyglory (Yw) Stationery Co. Ltd, Suzhou Aipiteke Co., Ltd, Suzhou Maped Office Supplies Mfg Co., Ltd, Weihai Gold Horse Pen Industry Co., Ltd, Wenzhou Evengrown Stationery and Gift Co. Ltd., Yiwu King Top Import & Export Co.,Ltd, Yiwy Hengyu Pencil Factory, Yongkang Fuda Tools Co.,Ltd, Yuyao Hualun Import and Export Co., Ltd., Zhangqiu Hongda Pencil Co., Ltd., Zhanjiang Youngly Stationery Co., Ltd., Zhejiang Abd Industry Trade Co., Ltd, Zhejiang Hongye Pencil Industry Co Ltd, Zhejiang Huaxing Pencil Co., Ltd, Zhejiang Sailing Imp&Exp Co.,Ltd, Zhejiang Zhendong Stationery Co. Ltd	1,77
	Demais empresas	5,55

Art. 2º O disposto no art. 1º não se aplica aos produtos lápis de cera, lápis giz e lápis borracha.

§ 1º Consideram-se lápis de cera aqueles fabricados com parafina e resinas plásticas, apresentando-se em forma única, com ou sem invólucros de madeira ou outro material.

§ 2º Consideram-se lápis giz aqueles fabricados com gizes naturais brancos, gizes artificiais ou gizes de alfaiate.

§ 3º Consideram-se lápis borracha aqueles que contém mina de borracha para apagar.

Art. 3º Encerrar a avaliação de interesse público instaurada por meio da Circular SECEX nº 51, de 15 de agosto de 2019.

Art. 4º Tornar públicos os fatos que justificaram as decisões contidas nesta Resolução, conforme consta dos Anexos I e II.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Presidente do Comitê-Executivo de Gestão
Substituto

ANEXO I

1. DO PROCESSO

1. Dos antecedentes

Em 24 de novembro de 1995, as empresas A. W. Faber-Castell S.A. e a Massa Falida da Indústria Brasileira de Lápis S.A. - Labra apresentaram petição de abertura de investigação antidumping nas exportações da China para o Brasil de lápis de madeira com mina de cor e de grafite, classificadas na NCM 9609.10.00, mediante o Processo MICT/SAG/CGSS 52100-000401/1995-33. A investigação foi iniciada por meio da Circular SECEX nº 11, de 16 de fevereiro de 1996, aditada pela Circular SECEX nº 22, de 2 de abril de 1996, publicadas no Diário Oficial da União (DOU) em 21 de fevereiro e 8 de abril de 1996, respectivamente.

Com a publicação, em 26 de agosto de 1996, da Portaria Interministerial MICT/MF nº 10, de 1º de julho de 1996, foi estabelecida a alíquota ad valorem de 288,5%, correspondente ao direito antidumping provisório que passou a incidir nas importações brasileiras de lápis de madeira com mina de cor e de grafite originárias da China, pelo período de seis meses.

Por meio da Portaria Interministerial MICT/MF nº 2, de 20 de fevereiro de 1997, publicada no DOU de 26 de fevereiro de 1997, impôs-se direito antidumping definitivo sob a forma de alíquota ad valorem de 301,5% nas importações brasileiras de lápis de madeira com mina de grafite e de 202,3% nas importações brasileiras de lápis de madeira com mina de cor, ambas originárias da China.

Em 6 de novembro de 2001, as empresas A.W. Faber-Castell S.A. e a Massa Falida da Labra Indústria Brasileira de Lápis S.A. apresentaram petição para abertura de revisão com o fim de prorrogar o prazo de aplicação do direito antidumping sobre as importações brasileiras de lápis de madeira com mina de cor e de grafite originárias da China. A Circular SECEX nº 8, de 9 de fevereiro de 2002, publicada no DOU de 21 de fevereiro de 2002, iniciou a revisão. Assim, a aplicação do direito manteve-se até o término da revisão.

O Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), por meio da Resolução nº 6, de 7 de fevereiro de 2003, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2003, decidiu, com base no Parecer DECOM nº 23, de 5 de dezembro de 2002, prorrogar o prazo de aplicação dos direitos antidumping nas importações brasileiras de lápis de madeira com mina de cor e de grafite originários da China, reduzindo o percentual relativo aos lápis de madeira com mina de grafite para 201,4% e mantendo o atinente aos lápis de madeira com mina de cor em 202,3%.

Em 8 de novembro de 2007, a empresa A. W. Faber-Castell S.A. e a Massa Falida da Indústria Brasileira de Lápis - Labra protocolaram petição com vistas à prorrogação do direito antidumping aplicado nas importações brasileiras de lápis de madeira com mina de cor e de grafite da China. A Circular SECEX nº 6, de 11 de fevereiro de 2008, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2008, deu início à revisão. Assim, a aplicação do direito manteve-se em vigor até o término dessa segunda revisão.

O Conselho de Ministros da CAMEX, por meio da Resolução nº 2, de 3 de fevereiro de 2009, publicada no DOU de 4 de fevereiro de 2009, que entrou em vigor no dia 12 de fevereiro de 2009, decidiu, com base no Parecer DECOM nº 2, de 13 de janeiro de 2009, prorrogar o prazo de aplicação do direito antidumping sobre lápis de madeira com mina grafite e sobre lápis de madeira com mina de cor - excluídos os lápis com mina grafite de papel reciclado, lápis carpinteiro, lápis profissional para desenho e crayons, lápis borracha, lápis para maquiagem, lápis para marcar couro, lápis de cera e lápis para marcar textos - com a manutenção dos direitos antidumping em vigor, a serem recolhidos sob a forma das alíquotas ad valorem de 201,4% para o lápis com mina grafite e de 202,3% para os lápis com mina de cor.

Em 6 de janeiro de 2011, a empresa A. W. Faber Castell S.A. protocolou petição de abertura de investigação de existência de práticas elisivas com o propósito de frustrar a aplicação da medida antidumping então em vigor sobre as importações de lápis de madeira com mina de grafite e lápis com mina de cor, originárias República Popular da China.

Por meio da Circular SECEX nº 32, de 14 de junho de 2011, publicada no DOU de 17/06/2011, decidiu-se não iniciar a investigação, uma vez verificada a inexistência de indícios suficientes que caracterizassem as referidas práticas.

Em 29 de abril de 2013, a BIC Amazônia S.A. protocolou petição para a abertura de investigação antidumping nas exportações da China para o Brasil de lápis de resina. A Circular SECEX nº 51, de 13 de setembro de 2013, publicada no DOU de 16 de setembro de 2013, deu início à referida investigação, que foi encerrada, a pedido da peticionária, pela Circular SECEX nº 77, de 18 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 19 de dezembro de 2013.

Em 2 de setembro de 2013, a empresa A.W. Faber Castell S.A. protocolou petição com vistas à prorrogação do direito antidumping aplicado sobre as importações brasileiras de lápis de madeira com mina de cor e lápis de madeira com mina de grafite da China. A Circular SECEX nº 4, de 7 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 10 de fevereiro de 2014, deu início à revisão, objeto do Processo MDIC/SECEX 52272.003247/2013-12. Assim, a aplicação do direito manteve-se em vigor até o encerramento dessa terceira revisão.

A referida revisão foi encerrada, sem prorrogação da medida, por meio da Circular SECEX nº 1, de 2 de fevereiro de 2015, publicada no DOU de 3 de fevereiro de 2015, por não terem sido disponibilizadas, no prazo legal, informações imprescindíveis à avaliação da necessidade de prorrogação da medida antidumping aplicada às importações brasileiras de lápis de madeira com mina de grafite e mina de cor originárias da China.

1. 2 Da petição

Em 30 de abril de 2019, a A.W. Faber Castell S.A. (Faber Castell) e a BIC Amazônia S.A., doravante também denominadas peticionárias, protocolaram, por meio do Sistema DECOM Digital (SDD), petição de início de investigação de dumping nas exportações para o Brasil de lápis de escrever, desenhar e/ou colorir, composto por madeira, resinas termoplásticas (resinas plásticas) ou outros materiais, contendo mina de grafite ou de cor, quando originárias da China.

A SDCOM, no dia 3 de junho de 2019, por meio do Ofício nº 2.911/2019/CGMC/SDCOM/SECEX, solicitou às peticionárias, com base no § 2º do art. 41 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, doravante também denominado Regulamento Brasileiro, informações complementares àquelas fornecidas na petição. Diante do prazo de resposta, a peticionária solicitou sua prorrogação, a qual foi concedida, observando-se o art. 194 do Decreto nº 8.058, de 2013. Em 24 de junho de 2019, as informações solicitadas pela Subsecretaria foram apresentadas tempestivamente.

1. 3 Da notificação ao governo do país exportador

Em 7 de agosto de 2019, em atendimento ao que determina o art. 47 do Decreto nº 8.058, de 2013, o governo da República Popular da China foi notificado, por meio dos Ofícios nºs 3.916 e 3.917/2019/CGMC/SDCOM/SECEX, da existência de petição devidamente instruída, protocolada na SDCOM, com vistas ao início de investigação de dumping de que trata o presente processo.

1. 4 Do início da investigação

Considerando o que constava do Parecer SDCOM nº 22, de 14 de agosto de 2019, tendo sido verificada a existência de indícios suficientes de prática de dumping nas exportações de lápis da República Popular da China para o Brasil, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, foi recomendado o início da investigação.

Dessa forma, com base no parecer supramencionado, a investigação foi iniciada em 16 de agosto de 2019, por meio da publicação no D.O.U da Circular SECEX nº 51, de 15 de agosto de 2019.

1. 5 Das notificações de início e da solicitação de informação às partes

Em atendimento ao que dispõe o art. 45 do Decreto nº 8.058, de 2013, foram notificados acerca do início da investigação, além das peticionárias, outros produtores nacionais, os produtores/exportadores da República Popular da China, os importadores

brasileiros - identificados por meio dos dados oficiais de importação fornecidos pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) -, e o governo da República Popular da China, tendo sido encaminhado o endereço eletrônico no qual pôde ser obtida a Circular SECEX nº 21, de 9 de maio de 2018.

Considerando o § 4º do mencionado artigo, foi também encaminhado, aos produtores/exportadores chineses e ao governo da República Popular da China, o endereço eletrônico no qual pôde ser obtido o texto completo não confidencial da petição que deu origem à investigação, bem como suas informações complementares.

Ademais, conforme disposto no art. 50 do Decreto nº 8.058, de 2013, foram encaminhados aos produtores/exportadores e aos importadores, nas mesmas notificações, os endereços eletrônicos nos quais poderiam ser obtidos os respectivos questionários, que tiveram prazo de restituição de trinta dias, contado a partir da data de ciência, nos termos do art. 19 da Lei nº 12.995, de 2014.

1. 6 Dos pedidos de habilitação

A Associação Brasileira de Fabricantes e Importadores de Artigos Escolares (ABFIAE), em 4 de setembro de 2019, e a China Chamber of Commerce for Import and Export of Light Industrial Products and Arts-Crafts (CCCLA) e a China Writing Instrument Association (CWIA), em 9 de setembro de 2019, apresentaram pedido de habilitação como partes interessadas na presente investigação e foram consideradas como partes interessadas nos termos do § 2º do art. 45 do Decreto nº 8.058, de 2013.

As produtoras/exportadoras chinesas Lishui Deyuan Arts & Stationery Co Ltd (Deyuan), Mengcheng County Jinyuanda Pen Making Co. Ltd. (Jinyuanda), Ningbo Binbin Import & Export Co. Ltd. (Binbin) e Ningbo Zelynn Stationery Co. Ltd (Zelynn), que não haviam sido inicialmente identificadas por meio dos dados da RFB, também solicitaram, em 9 de setembro de 2019, pedido de habilitação como partes interessadas.

Em relação à Jinyuanda, com base nas informações submetidas em seu pedido, foi possível comprovar a exportação de lápis ao Brasil, razão pela qual foi considerada como parte interessada, nos termos do § 2º do art. 45 do Decreto nº 8.058, de 2013.

Em relação à Zelynn, Binbin e Deyuan, tendo em vista não ter sido possível identificar as operações de importação com base nos dados de importação RFB, solicitou-se o envio de documentos adicionais que pudessem comprovar a efetivação da exportação de lápis ao Brasil, por meio dos Ofícios nº 4636/2019/CGMC/SDCOM/SECEX, encaminhado à Zelynn, nº 4.637/2019/CGMC/SDCOM/SECEX, encaminhado à Binbin, ambos em 7 de outubro de 2019, e nº 5.087/2019/CGMC/SDCOM/SECEX, encaminhado à Deyuan em 10 de outubro de 2019.

Em 8 de novembro de 2019, esta Subsecretaria recebeu documentos adicionais da Deyuan, que comprovaram a realização de operações de exportações do produto objeto ao Brasil, e a Deyuan foi considerada como parte interessada, nos termos do § 2º do art. 45 do Decreto nº 8.058, de 2013. Não houve resposta da Binbin ou da Zelynn.

1. 7 Recebimento das informações solicitadas

1. 7 1. Do produtor nacional

As empresas Faber-Castell e BIC Amazônia apresentaram suas informações na petição de início da presente investigação e quando da apresentação de suas informações complementares. Não houve resposta ao questionário do produtor nacional por parte dos outros produtores conhecidos.

1. 7 2 Dos importadores

As empresas Pacific Indústria e Comércio Ltda e Braft do Brasil Importação e Exportação Ltda apresentaram respostas ao questionário do importador em 27 e 30 de setembro de 2019 respectivamente, portanto, dentro do prazo inicial previsto. Entretanto, ambas as empresas submeteram informações confidenciais desacompanhadas de resumos restritos. Nesse sentido, nos termos do §2º do art. 51 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, as respostas ao questionário do importador referidas foram desconsideradas deste processo. A Braft do Brasil Importação e Exportação Ltda foi notificada desse fato por meio do Ofício nº 5.312/2019/CGMC/SDCOM/SECEX, e a Pacific Indústria e Comércio Ltda, pelo Ofício nº 5.313/2019/CGMC/SDCOM/SECEX, ambas em 15 de outubro de 2019.

As empresas Apex Tool Group Indústria e Comércio de Ferramentas Ltda., BRW Suprimentos Escolares e Escritório Ltda., Comércio e Importação Sertic Ltda, Fila Canson do Brasil Produtos de Arte e Escolar Ltda., Industria Gráfica Foroni Eireli, Kian Importação Ltda., Leonora Comércio Internacional Ltda., Maped do Brasil Ltda., Master - Comércio, Importação e Exportação Ltda., Master Indústria Comércio e Representações Ltda., Molin do Brasil Comercial e Distribuidora Ltda., O.V.D. Importadora e Distribuidora Ltda., Summit Comércio Importação e Exportação Ltda. e Tilibra Produtos de Papelaria Ltda. solicitaram, tempestivamente, prorrogação do prazo para restituição das respectivas respostas.

A Apex Tool Group Indústria e Comércio de Ferramentas Ltda. encaminhou resposta tempestivamente, mas unicamente em versão confidencial. A referida empresa foi notificada, nos termos do § 2º do art. 51 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, de que as informações por ela enviadas foram desconsideradas deste processo, por meio do Ofício nº 5.445/2019/CGMC/SDCOM/SECEX, em 20 de novembro de 2019.

A Leonora Comércio Internacional Ltda., a despeito do pedido de prorrogação mencionado, não submeteu resposta ao questionário do importador.

As demais empresas que solicitaram prorrogação apresentaram resposta ao questionário do importador tempestivamente. Ao total, 12 questionários de importadores foram considerados no âmbito deste processo.

1. 7 3 Dos produtores/exportadores

Em virtude do expressivo número de produtores/exportadores chineses identificados, de forma que se tornaria impraticável eventual determinação de margem individual de dumping, consoante previsão contida no inciso II do art. 28 do Decreto nº 8.058, de 2013, e no Artigo 6.10 do Acordo Relativo à Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio - GATT/1994 (Antidumping da Organização Mundial do Comércio - ADA), foram selecionados, para envio do questionário, quatro produtores/exportadores responsáveis pelo maior percentual razoavelmente investigável do volume de exportações do produto objeto para o Brasil, que responderam por 70,36% das importações originárias da China ao Brasil em P5, de acordo com dados da RFB. As empresas selecionadas foram Zhejiang Pengsheng Stationery Co Ltd, Suzhou Huazhong Stationery Co Ltd, Jiangxi Jishui Jixing Stationery Co Ltd e Zhejiang Jiangshan Longteng Pen Industry Co. Ltd.

Três empresas - Zhejiang Pengsheng Stationery Co Ltd (doravante Pengsheng), Jiangxi Jishui Jixing Stationery Co Ltd (doravante Jixing) e Zhejiang Jiangshan Longteng Pen Industry Co. Ltd (doravante Longteng) - solicitaram tempestivamente prorrogação do prazo para restituição da resposta.

A Pengsheng enviou resposta ao questionário do produtor/exportador em 1º de novembro de 2019. A Longteng submeteu resposta no dia 4 de novembro de 2019. A Jixing enviou resposta, juntamente com informações da trading company Shenzhen Shiechen Industrial Co Ltd (Shiechen), também em 4 de novembro de 2019. Conforme indicado no item 1.9.3 infra, ambas as empresas foram consideradas partes relacionadas para fins de apuração de margem de dumping.

Foram também recebidas, em 7 de outubro de 2019, portanto, dentro do prazo estipulado, respostas voluntárias de dois produtores/exportadores chineses não selecionados, Axus Stationery (Shanghai) Co. Ltd (doravante Axus) e Zhejiang Hongye Pencil Industry Co Ltd (Hongye).

Dada a seleção inicialmente efetuada de 4 produtoras/exportadoras chinesas para responder o questionário do exportador e em vista da impossibilidade prática de analisar todas as respostas voluntárias, considerou-se a resposta ao questionário da Axus, responsável pelo maior volume exportado entre as duas empresas não selecionadas que submeteram resposta voluntária.

Foram solicitadas informações complementares à Pengsheng (Ofício nº 5.403/2019/CGMC/SDCOM/SECEX), Jixing/Shiechen (Ofícios nº 5.441 e 5.442/2019/CGMC/SDCOM/SECEX), Longteng (Ofício nº 5.404/2019/CGMC/SDCOM/SECEX) e Axus (Ofício nº 5.443/2019/CGMC/SDCOM/SECEX), para envio de resposta até o dia 2 de dezembro de 2019. As referidas empresas apresentaram as informações solicitadas tempestivamente.

A Hongye foi notificada da desconsideração, no âmbito deste processo, da resposta voluntária ao questionário ao produtor/exportador por ela enviada, por meio do Ofício nº 6.145/2019/CGMC/SDCOM/SECEX, de 23 de dezembro de 2019, em face do disposto no § 7º, art. 28 do Decreto nº 8.058/2013.

1. 8 Das verificações in loco

1. 8 1. Das verificações in loco na indústria doméstica

Com base no §3º do art. 52 do Decreto nº 8.058, de 2013, a SDCOM realizou a verificação in loco dos dados apresentados pela indústria doméstica.

Nesse contexto, esta Subsecretaria solicitou, por meio dos Ofícios nº 4.250 e 4.482/2019/CGMC/SDCOM/SECEX, em face do disposto no art. 175 do Decreto nº 8.058, de 2013, anuência para realização de verificação in loco dos dados apresentados pela A.W. Faber Castell S.A., no período de 30 de setembro a 4 de outubro de 2019, na cidade de São Carlos, e pela BIC Amazônia S.A., no período de 21 a 25 de outubro de 2019, na cidade de Cajamar, ambas em São Paulo.

Mediante concordância das empresas, a SDCOM realizou verificação in loco nos períodos propostos, com o objetivo de confirmar e obter maior detalhamento dos dados apresentados pelas empresas na petição e nas respostas ao pedido de informações complementares.

Cumpriram-se os procedimentos previstos nos roteiros previamente encaminhados às empresas, tendo sido verificadas as informações prestadas. Também foram verificados o processo produtivo de lápis e a estrutura organizacional de cada empresa. Finalizados os procedimentos de verificação, a SDCOM considerou válidas as informações fornecidas pelas peticionárias, depois de realizadas as correções pertinentes.

Em atendimento ao disposto no § 9º do art. 175 do Decreto nº 8.058, de 2013, as versões restritas dos relatórios das verificações in loco foram juntadas aos autos restritos do processo. Todos os documentos colhidos como evidência dos procedimentos de verificação foram recebidos em bases confidenciais. Cabe destacar que as informações constantes neste Parecer incorporam os resultados da referida verificação in loco.

1. 8 2 Das verificações in loco nos produtores/exportadores

Com base no §1º do art. 52 do Decreto nº 8.058, de 2013, mediante anuência das empresas e notificado o governo da China, as equipes técnicas da SDCOM realizaram verificações in loco nas dependências da Pengsheng, na cidade de Quzhou, de 11 a 13 de dezembro de 2019; da Jixing, na cidade de Jian, de 9 a 13 de dezembro de 2019; da Longteng, na cidade de Jiangshan, e da Axus, em Xangai, ambas no período de 16 a 20 de dezembro de 2019, com o objetivo de confirmar e obter mais detalhes das informações prestadas pelas empresas nas respostas aos questionários de produtor/exportador e aos pedidos de informações complementares.

Em 3 de dezembro de 2019, a Pengsheng encaminhou solicitação para que a verificação in loco naquela empresa se restringisse à análise do preço de exportação para o Brasil, alegando que "em razão do exíguo prazo para apresentação respostas às informações complementares solicitadas pela SDCOM, não foi possível o levantamento e apresentação dos itens de custo, nos moldes solicitados no ofício".

Ressalte-se que a Pengsheng havia inicialmente anuído, em 12 de novembro de 2019, à realização da verificação in loco de todos os dados reportados previamente, incluindo os referentes à apuração do valor normal. Em vista da solicitação de 3 de dezembro de 2019, o período de verificação in loco limitou-se a três dias, entre 11 e 13 de dezembro de 2019.

Cumpriram-se os procedimentos previstos nos roteiros previamente encaminhados às empresas, tendo sido verificadas as informações prestadas. Também foram verificados o preço de exportação para o Brasil, a estrutura organizacional das empresas e, quando aplicável, as vendas no mercado interno da China e os custos de produção. Conforme indicado no item 1.9 infra, com base nas conclusões acerca dos resultados das verificações in loco, as empresas foram informadas acerca da utilização dos fatos disponíveis.

Conforme previsto no §9º do art. 175 do Decreto nº 8.058, de 2013, as versões restritas dos relatórios das verificações in loco foram juntadas aos autos restritos do processo. Todos os documentos colhidos como evidência do procedimento das verificações foram recebidos em bases confidenciais.

Tendo em vista os resultados das verificações in loco, em 21 de fevereiro de 2020, por meio dos Ofícios nºs 698, 699, 709 e 710/2020/CGMC/SDCOM/SECEX, destinados, respectivamente, à Axus, Jixing, Longteng e Pengsheng, as referidas empresas produtoras/exportadoras foram notificadas a respeito das considerações da SDCOM acerca da utilização dos fatos disponíveis, conforme descrito detalhadamente no item 1.9 a seguir.

As empresas produtoras/exportadoras foram informadas, na ocasião, que novas explicações poderiam ser protocoladas até o dia 12 de março de 2020. A Jixing, Longteng e Axus apresentaram explicações dentro do prazo previsto. A Pengsheng solicitou, tempestivamente, prorrogação para o envio de explicações, e foi concedido prazo até 17 de março de 2020, data em que foram encaminhadas as explicações dessa empresa.

1. 9 Da utilização da melhor informação disponível

1. 9 1. Da utilização da melhor informação disponível da Axus

1. 9 1. 1. Do ofício de notificação da utilização dos fatos disponíveis da Axus

Em 21 de fevereiro de 2020, por meio do Ofício nº 698/2020/CGMC/SDCOM/SECEX, considerando o que determina o artigo 181 do Decreto nº 8.058/2013, a empresa foi notificada a respeito da utilização dos fatos disponíveis no que tange às vendas no mercado interno e às exportações para o Brasil, tendo em conta os resultados da verificação in loco realizada na Axus, de 16 a 20 de dezembro de 2019.

Os dados reportados pela Axus foram julgados inadequados e não verificáveis tendo em conta que, conforme reportado no relatório de verificação, juntado aos autos do processo no dia 04 de fevereiro de 2020, não foi possível concluir que a empresa reportara a totalidade de suas vendas e de seus custos de produção, dadas as dificuldades encontradas pela empresa para demonstrar a origem dos dados reportados em sua resposta ao questionário.

A desconsideração desses dados tem guarida no artigo 180 e no §3º do artigo 50, ambos do Regulamento Brasileiro, os quais estabelecem que: (i) serão levados em conta, quando da elaboração de determinações, as informações verificáveis que tenham sido apresentadas tempestivamente e de forma adequada e, portanto, passíveis de utilização na investigação; (ii) caso qualquer parte interessada negue acesso a informação necessária, não a forneça tempestivamente ou crie obstáculos à investigação, o parecer referente às determinações preliminares ou finais será elaborado com base na melhor informação disponível.

A Axus, na ocasião, foi informada de que novas explicações poderiam ser protocoladas até o dia 12 de março de 2020.

1. 9 1. 2 Da manifestação da Axus

Em resposta ao Ofício de fatos disponíveis decorrente dos resultados da verificação in loco, em 12 de março de 2020, a Axus enfatizou que cooperou com a investigação. As diferenças apuradas nas conciliações teriam sido pequenas e negligenciáveis. Requereu, assim, a utilização dos dados de seus dados de vendas e custos no cálculo do valor normal e da margem de dumping da empresa.

Em relação ao Relatório de Verificação in loco, indicou, inicialmente, que o custo total de [CONFIDENCIAL] RMB a que se refere o parágrafo 85 do relatório consistiria no custo total de lápis (custo de produção acrescido de despesas gerais e administrativas e despesas financeiras). A quantidade de [RESTRITO] grosas produzidas em P5 se referiria, por sua vez, à quantidade produzida de todos os produtos da Axus, incluindo, portanto, produtos não objeto da investigação. A quantidade de lápis produzida em P5 seria de [RESTRITO] grosas e o custo de produção de lápis, de [CONFIDENCIAL] RMB, os quais poderiam ser conciliados com o montante e volume reportados no Apêndice VI. As diferenças apontadas no relatório, portanto, não seriam procedentes.

Em relação ao parágrafo 14 do Relatório, a empresa indicou que não houve compreensão, por parte da equipe investigadora, dos sistemas utilizados pela Axus. Reiterou que a empresa não detém sistema [RESTRITO] unificado que integre os processos de ordens, produção, vendas e contabilidade financeira.

Os quatro sistemas utilizados pela Axus - [RESTRITO] - não operariam de forma integrada. Assim, os dados dos sistemas [RESTRITO] seriam exportados para o [RESTRITO] e submetidos a ajustes manuais, registrados pela área contábil. Os dados extraídos do [RESTRITO] seriam mantidos em pastas da contadora responsável para posteriormente alimentar o [RESTRITO].

No curso da verificação in loco, foram apresentados os referidos arquivos em Excel referentes aos anos de 2018 e 2017, com alterações realizadas em 2019. Em relação a esses dados, a empresa informou que as modificações realizadas seriam anteriores ao início da investigação, o que comprovaria que essas planilhas não foram criadas para atender a investigação da prática de dumping.

Nesse sentido, reiterou que a empresa empreendeu esforços para reconciliar os dados originários de seus diferentes sistemas. Em relação às vendas totais, a diferença entre as receitas registradas no [RESTRITO] e no [RESTRITO] seria de apenas [CONFIDENCIAL] RMB, correspondente a 0,002% da receita total da empresa. Em relação aos custos, a diferença apontada no parágrafo 84 entre os dois sistemas, de [CONFIDENCIAL] RMB, corresponderia a apenas 0,0073% do total dos custos. No entendimento da empresa, seriam diferenças "pequenas e negligenciáveis".

1. 9 1. 3 Dos comentários da SDCOM

Em relação ao parágrafo 85 do Relatório de Verificação in loco, reconhece-se, inicialmente, o erro apontado em relação ao custo total de produção. O relatório indica, nesse parágrafo:

"Ressalte-se que o custo de produção total, reportado no apêndice VI das minor corrections, foi [CONFIDENCIAL] RMB, já o custo total demonstrado durante a verificação foi [CONFIDENCIAL] RMB, o que significa uma diferença de [CONFIDENCIAL] RMB, ou 4,4%, a menor. Ademais, a quantidade produzida identificada durante a verificação foi [RESTRITO] grosas. Já a quantidade produzida reportada nas minor corrections foi [RESTRITO] grosas."

De fato, conforme apontou a empresa, o valor de [CONFIDENCIAL] RMB correspondeu, de acordo com os dados do Apêndice VI, ao custo de produção acrescido de despesas gerais e administrativas e despesas financeiras. O parágrafo do relatório, portanto, compara itens distintos e não comparáveis.

Destaca-se, de outra parte, que, na verificação in loco, conforme relatório e os documentos que compõem seu Anexo 9, a empresa logrou conciliar apenas os dados de custo total de todos os seus produtos. A comprovação foi realizada apenas para os dados relativos a [CONFIDENCIAL] RMB e [RESTRITO] grosas. Não houve verificação dos dados de custo específicos de lápis, produto objeto da investigação. O relatório detalha as dificuldades encontradas pela empresa na conciliação dos dados extraídos nos diversos sistemas:

"81. A equipe investigadora solicitou que fossem apresentados os custos reportados no apêndice VI. A metodologia adotada inicialmente foi por meio do arquivo extraído do [RESTRITO] e utilizado para o teste de totalidade (que continha informações sobre custo de produção), filtrar as informações de modo a obter o custo repostado à SDCOM. O custo inicialmente extraído do [RESTRITO] foi [CONFIDENCIAL] RMB.

82. A partir deste arquivo foram aplicados filtros para se alcançar o custo reportado à SDCOM. (...) Apesar dos filtros aplicados, a empresa não conseguiu apresentar a informação que havia sido previamente reportada à SDCOM.

83. Até o final do quarto dia não havia sido possível concluir a verificação dos custos de produção em razão das inconsistências de dados extraídos. No dia seguinte, foi concedida à empresa oportunidade para apresentar seus custos de produção.

84. No último dia de verificação foi retomada a demonstração dos custos de produção. (...) Todos estes ajustes totalizaram [CONFIDENCIAL] RMB; já o custo de produtos vendidos extraído do [RESTRITO] totalizaria [CONFIDENCIAL] RMB, o que reduziria a diferença para [CONFIDENCIAL] RMB.

85. Ressalte-se que o custo de produção total, reportado no apêndice VI das minor corrections, foi [CONFIDENCIAL] RMB, já o custo total demonstrado durante a verificação foi [CONFIDENCIAL] RMB, o que significa uma diferença de [CONFIDENCIAL] RMB, ou 4,4%, a menor. Ademais, a quantidade produzida identificada durante a verificação foi [RESTRITO] grosas. Já a quantidade produzida reportada nas minor corrections foi [RESTRITO] grosas.

86. Ressalte-se que não foi possível verificar as rubricas individuais referentes aos custos de produção reportados nas minor corrections.

87. Importa ressaltar ainda que os arquivos utilizados para o teste de totalidade e para a verificação dos custos de produção foram os mesmos. Deste modo, cabe ressaltar que no teste de totalidade verificou-se que, além de os dados extraídos do [RESTRITO] serem alterados manualmente fora do sistema antes de serem levados ao [RESTRITO], eles não foram integralmente considerados. Deste modo, não é possível concluir que os dados utilizados representam a totalidade dos custos de produção incorridos pela empresa."

Tendo em vista que os dados reportados como custos de produção de lápis não foram objeto de verificação, refuta-se a hipótese de utilizá-los para a o cálculo do valor normal da empresa.

Em relação aos sistemas da empresa e a comprovação da totalidade das vendas, destacam-se novamente trechos do relatório:

"22. A equipe investigadora solicitou então comprovação das vendas no mercado doméstico, exportação para o Brasil e para terceiros mercados. Inicialmente, a Axus, por meio do [RESTRITO], extraiu um arquivo, por trimestre, contendo todas as suas vendas e dados de custo, para todos os mercados e para todos os produtos. Os dados extraídos foram exportados para o Excel e consolidados. (...)

24. A empresa explicou que, para conciliar os dados extraídos, seria necessário aplicar filtros apresentados a seguir. Inicialmente, foram excluídas as vendas de 2018, registradas em 2019 e incluídas as vendas de 2017, registradas em 2018. Na sequência, a empresa explicou que, para separar as vendas por mercados de destino, seria necessário conciliar os dados extraídos do [RESTRITO] com dados que seriam extraídos dos sistemas [RESTRITO], dado que os arquivos destes dois sistemas conteriam informações como país de destino, quantidade comercializada, valor em USD, nome do cliente, número da fatura, dentre outras.

25. Questionada acerca da necessidade de se utilizar estes sistemas dado que o arquivo extraído do [RESTRITO] continha colunas contendo a região (cidade, país) de destino das vendas, foi explicado pela empresa que os arquivos extraídos destes sistemas [RESTRITO] conteriam, com mais precisão o destino das vendas.

26. A empresa explicou que os dados extraídos do [RESTRITO] são, usualmente, submetidos à conferência manual antes de serem incluídos no sistema [RESTRITO]. A partir desta conferência, são realizados ajustes manuais, que não são realizados diretamente nos referidos sistemas, mas no computador do funcionário responsável por conferir os dados. Questionada, foi explicado que os ajustes são necessários tendo em conta a concessão de descontos (em certas ocasiões a empresa concede descontos de até 100%), envio de amostras, descontos devido à qualidade, taxas adicionais devido a pequenos pedidos, recuperação do VAT devido a alguns tipos de materiais (como tintas). Ademais, foi explicado que as vendas no mercado doméstico para clientes multinacionais, como a [CONFIDENCIAL], são posteriormente exportadas e são objeto de recuperação do VAT, por isso estas operações também são ajustadas manualmente.

27. A empresa, após extrair arquivos do [RESTRITO], informou que teria que refazer os ajustes que foram realizados manualmente pela funcionária. Para tanto, a empresa buscou alterar a planilha extraída de acordo com as alterações que constavam na planilha que seria a planilha de trabalho da funcionária da empresa. Questionada, a área contábil da Axus indicou que armazena os dados extraídos mensalmente do [RESTRITO] em uma pasta intitulada [CONFIDENCIAL], que contém arquivos em Excel, dos anos de 2016 a 2019.

28. A equipe investigadora solicitou que fossem apresentados os arquivos de trabalho usualmente mantidos pela empresa. Apresentados os arquivos, observou-se que estes se encontravam organizados por mês. Observou-se que todos os arquivos referentes a 2018 haviam sido modificados em 2019, conforme registrado na coluna "Data de modificação", registrada no Windows Explorer. Na sequência foi solicitada também a abertura das pastas referentes a 2017. Observou-se que nenhum dos arquivos havia sido alterado depois de 2017.

29. Foi solicitado que fossem apresentados os arquivos referentes a dezembro de 2018 e a julho de 2017. Observou-se que os arquivos destes dois períodos eram distintos, dado que não continham as mesmas colunas e não tratavam dos mesmos dados. Ademais, o arquivo de 2017 estava com o título das colunas em chinês, já o arquivo de 2018 estava com o título das colunas traduzido para o inglês. Questionada, a empresa explicou que a empresa somente teria começado a fazer as revisões dos arquivos originários do [RESTRITO] em maio de 2017 e que aprimorou os procedimentos em 2018, razão pela qual os arquivos eram distintos. Em relação ao título das colunas, a empresa explicou que havia incluído a tradução para facilitar o entendimento para a verificação.

30. A equipe investigadora alertou que não seriam aceitas planilhas elaboradas para fins da verificação.

31. Ressalte-se que os dados de totalidade, mesmo após dois dias de trabalho, não haviam sido verificados, pois a empresa não conseguia refazer a metodologia utilizada para extração dos dados e para segregação das vendas por mercados de destino.

32. Em função das inconsistências apresentadas, a equipe investigadora ressaltou que não poderia manter a investigação parada na verificação da totalidade e que iria prosseguir na verificação dos demais itens do roteiro até que a empresa estivesse em condições de concluir o teste de totalidade.

33. Na manhã do último dia da verificação, a empresa reapresentou o teste de totalidade, buscando demonstrar a extração dos dados do [RESTRITO] e sua conciliação com o [RESTRITO] e buscando ainda demonstrar a segregação das vendas entre os mercados domésticos, exportações para o Brasil e exportações para terceiros mercados.

34. A empresa retomou a explicação, argumentando que, a partir do arquivo extraído do [RESTRITO], contendo todas as vendas da Axus, seriam realizados filtros para segregar as informações e se chegar aos dados reportados nas minor correction.

(...)

36. Ademais, para alcançar os montantes reportados seria necessário corrigir os montantes de acordo com os percentuais de VAT, que passaram de 17% para 16% em maio de 2018. O montante reportado nas minor corrections foi [CONFIDENCIAL] RMB; já o montante extraído, após os ajustes, foi [CONFIDENCIAL] RMB, uma diferença de 0,89% a menor.

37. Em relação às quantidades, a empresa ressaltou que, quando reportou as minor corrections, teria incluído indevidamente as amostras, de modo que a quantidade reportada ([RESTRITO] grosas) estaria incorreta. Verificou-se que as quantidades extraídas por meio da mesma planilha utilizada para se apurar os montantes das vendas e aplicando-se os mesmos filtros foi [RESTRITO] grosas, uma diferença de 0,07% a menor do que o dado previamente reportado.

39. A equipe investigadora, ao buscar conferir se todas as faturas identificadas como vendas ao Brasil no [RESTRITO] tinham sido devidamente reportadas, identificou 2 faturas que eram classificadas como exportações para o Brasil no [RESTRITO] e que não haviam sido consideradas na extração realizada pela empresa e que não haviam sido reportadas no apêndice V das minor corretions do questionário do exportador (...) Questionada, a Axus explicou que enviou estes carregamentos por meio de remessa expressa para os clientes e não tratou tais operações como exportação, mas como envio de amostras.

40. A Axus apresentou dois documentos de remessa expressa: O primeiro documento apresentado, com data de 19 de maio de 2018, tratava de remessa para a [CONFIDENCIAL], no valor de [CONFIDENCIAL] USD e [CONFIDENCIAL] kg, cuja descrição era [CONFIDENCIAL]. Contudo, no [RESTRITO], a operação fora registrada como de venda no valor de [CONFIDENCIAL] USD e [CONFIDENCIAL] grosas, cuja descrição era [CONFIDENCIAL] . Ou seja, nem a descrição, a data, os montantes e as quantidades apresentados nos documentos de remessa conciliavam com as informações contidas no [RESTRITO].

41. O outro documento apresentado, datado de 28 de junho de 2018, tratava de remessa para a [CONFIDENCIAL] no valor de [CONFIDENCIAL] USD e [CONFIDENCIAL] kg, cuja descrição era [CONFIDENCIAL]. Observou-se, contudo, que no [RESTRITO] a venda fora registrada como sendo de [CONFIDENCIAL] grosas e [CONFIDENCIAL] USD, cuja descrição era [CONFIDENCIAL]. Ou seja, nem a descrição, nem os montantes e quantidades apresentados nos documentos conciliavam com as informações contidas no [RESTRITO].

42. Ademais, importa ressaltar que a empresa utiliza códigos específicos para tratar o envio de amostras ([CONFIDENCIAL]) e o envio de material promocional ([CONFIDENCIAL]). Ademais, todas as exportações são identificadas no sistema com o código inicial [CONFIDENCIAL], justamente o código das duas faturas não reportadas.

43. Cabe ressaltar que os dados extraídos do [RESTRITO] e do CRM são os dados que a empresa utiliza para identificar o destino das vendas que, posteriormente, são registradas no U8. Contudo, observou-se que, além de os dados extraídos destes sistemas serem alterados manualmente fora do sistema, eles não foram integralmente considerados na segregação das vendas por mercados de destino.

44. Registre-se ainda a dificuldade encontrada durante a verificação para comprovação da informação. Mesmo tendo-se iniciado o teste de totalidade na manhã do segundo dia de verificação, a empresa somente conseguiu dar continuidade à segregação das vendas por mercado de destino no último dia da verificação.

(...)

48. Cabe ressaltar que no teste de totalidade verificou-se que, além de os dados extraídos do [RESTRITO] e do CRM serem alterados manualmente fora do sistema antes de serem levados ao [RESTRITO], eles não foram integralmente considerados. Deste modo, não é possível concluir que os dados utilizados representam a totalidade das vendas realizadas pela empresa."

Ressalte-se que, diferentemente do que manifesta a Axus, a utilização dos fatos disponíveis não decorre apenas da alteração dos arquivos de dados extraídos do [RESTRITO], referentes a 2018, em 2019, mas também de uma miríade de inconsistências observadas no curso da verificação, agravadas pela dificuldade da empresa de demonstrar, de forma coerente e sistematizada, a conciliação dos dados extraídos de seus diversos sistemas. Em suma, apesar dos melhores esforc–os da empresa, esta autoridade investigadora entende que a Axus não logrou comprovar os dados reportados em sua resposta ao questionário, mantendo, dessa forma, a decisão informada por meio do Ofício nº 698/2020/CGMC/SDCOM/SECEX, o que ensejará a utilização dos fatos disponíveis para fins de determinação final.

1. 9 2 Da utilização da melhor informação disponível da Pengsheng

1. 9 2 1. Do ofício de notificação da utilização dos fatos disponíveis da Pengsheng

Em 21 de fevereiro de 2020, por meio do Ofício nº 710/2020/CGMC/SDCOM/SECEX, a empresa foi notificada a respeito da utilização dos fatos disponíveis no que tange ao cálculo do valor normal, tendo em vista que, por solicitação da empresa, em pedido protocolado no Sistema Decom Digital em 3 de dezembro de 2019 e acatado pela SDCOM, a verificação in loco restringiu-se à análise dos dados de exportação reportados pela empresa.

A Pengsheng, na ocasião, foi informada de que novas explicações poderiam ser protocoladas até o dia 12 de março de 2020.

1. 9 2 2 Da manifestação da Pengsheng

Em 17 de março de 2020, a Pengsheng encaminhou resposta ao Ofício de fatos disponíveis, afirmando que "Pengsheng gives up its defense right that the pencil industry is operated under the market economy status", razão pela qual teria requerido a verificação in loco unicamente de seu preço de exportação.

No entendimento da Pengsheng, em razão da expiração específica do item 15(a)(ii), com a manutenção em vigor do restante do Artigo 15(a), transferiu-se o ônus da prova sobre a prevalência de condições de economia de mercado em determinado segmento produtivo objeto de investigação dos respondentes aos peticionários. A empresa prossegue afirmando que "if the whole investigation process is open on the market economy status, the respondents definitely should have the rights to give up the market economy status".

A empresa destaca que, antes de dezembro de 2016, apesar de existir a possibilidade de produtores/exportadores chineses declararem que operam em condições de economia de mercado e apresentarem seus dados de custo e vendas domésticas, a não apresentação desses dados nunca implicou a utilização da melhor informação disponível. Nessa linha, a Pengsheng afirma que "it is in accordance that the pencil sector is not a market economy sector, for this purpose, an alternative source for the Normal Value should be used".

A empresa argumenta que não pode ser considerada como empresa não cooperante por ter renunciado ao direito que alega ter de declarar que não opera em condições de economia de mercado.

Nessa linha, a Pengsheng requereu a utilização do valor normal calculado para a Lonteng para o cálculo de sua margem de dumping. Apresentou, para tanto, as razões a seguir: a distância entre a Pengsheng e a Longteng seria de apenas 60 km e, assim, os custos do direito ao uso da terra e da Mão de obra seriam iguais; e ambas as empresas produziriam apenas lápis de resina, seguindo o mesmo modelo de negócio. A Pensgsheng argumentou ainda que o ajuste significativo do valor normal construído entre o parecer de início e o parecer de determinação preliminar teria colocado em xeque a exatidão dos dados da petição e a legitimidade do processo. Teria ainda "disguisedly deprived Pengshengs opportunity to defense its best interest".

A Pengsheng reiterou ainda que parte significativa de suas exportações é de lápis de resina reciclada. Assim, a autoridade investigadora deveria levar em conta esse ajuste no custo da matéria-prima. A empresa argumenta que as diferenças de preços entre os lápis de resina reciclada e resina não reciclada podem ser estabelecidas por meio da checagem dos contratos de exportação e invoices.

1. 9 2 3 Dos comentários da SDCOM

A propósito do direito da Pengsheng neste processo, ressalta-se que a autoridade investigadora acatou a solicitação da empresa de submeter à verificação in loco apenas os dados referentes ao preço de exportação, em face da discussão no âmbito do processo acerca da prevalência de condições de economia de mercado no segmento produtivo em questão.

Recorda-se que a Pengsheng encaminhou tempestivamente sua resposta ao questionário e inicialmente havia anuído à realização da verificação in loco de todos os dados submetidos, conforme comunicação da empresa protocolada em 12 de novembro de 2019. Em 3 de dezembro de 2019, porém, encaminhou solicitação para que a verificação in loco se restringisse à análise do preço de exportação para o Brasil, alegando que "em razão do exíguo prazo para apresentação respostas às informações complementares solicitadas pela SDCOM, não foi possível o levantamento e apresentação dos itens de custo, nos moldes solicitados no ofício".

Por outro lado, o fato é que a empresa, por decisão própria, não apresentou custos de produção ou quaisquer outros dados que contribuíssem para a determinação de valor normal para a empresa, de modo que estava ciente de que sua resposta parcial poderia levar a resultados menos favoráveis.

Nesse sentido, nos termos do parágrafo único do art. 179 do Decreto nº 8.058, de 2013, foram utilizados os fatos disponíveis. Não obstante, acerca do pleito da Pengsheng de utilização do valor normal de outra produtora verificada que opera em localidade próxima para suprir a lacuna deixada pela ausência de dados relativos ao seu valor normal, esta Subsecretaria entende não ser justo e nem razoável atribuir à Pengsheng valor normal calculado para uma empresa que teve a diligência de submeter todos os seus dados à verificação. Ressalte-se, ademais, que o valor normal construído para a Pengsheng no âmbito da determinação preliminar considerou elementos extraídos de sua própria demonstração de resultados. Portanto, refuta-se a possibilidade de aplicar o valor normal calculado para Longteng à Pengsheng.

Em relação às alegadas diferenças de custo de produção e de preço em decorrência de utilização de resina reciclada, reitera-se que a empresa solicitou a desconsideração de seus dados de custo de produção e de valor normal, impossibilitando a verificação objetiva desse fator e a confirmação de suas alegações. Segundo os dados de importação da Secretaria Especial da Receita Federal, em P5, as importações do produto objeto da investigação contendo a descrição "resina reciclada" corresponderam a 21% do volume total importado. Pela análise dos dados da RFB, entretanto, não foram observadas relevantes e consistentes diferenças de preços entre os lápis importados identificados como de resina "reciclada" e aqueles identificados unicamente como de resina. Considerando, ademais, que a própria empresa não apresentou outros elementos materiais, trata-se de meras alegações.

Por fim, em relação o ajuste do valor normal construído para fins de início divulgado no parecer de determinação preliminar, o qual, no entendimento da Pengsheng, teria colocado em xeque a exatidão dos dados da petição e, ainda, prejudicado a oportunidade de a empresa oferecer sua defesa, ressalte-se, conforme item 4.1.4 infra, que o ajuste foi exclusivamente realizado no tocante à aplicação do fator de conversão de grosa para kg. Com a correção apontada pela SDCOM, a margem de dumping apurada pela SDCOM seria ainda maior do que a margem de dumping divulgada quando do parecer de início, o que não alteraria as conclusões da autoridade investigadora sobre a existência de indícios de prática de dumping a partir dos dados constantes da petição. Além disso, a Pengsheng foi notificada do início da investigação e recebeu o questionário elaborado pela SDCOM com vistas à coleta das informações necessárias para apuração de sua margem de dumping individual no período de investigação, com base em seus próprios dados. Desse modo, não possui embasamento a alegação da empresa de que seu direito de defesa teria sido prejudicado.

Recorda-se, ademais, que a determinação preliminar (Circular SECEX nº 12/2020) foi publicada no D.O.U. de 5 de março de 2020. Todas as partes interessadas tiveram prazo até 22 de julho de 2020, ou seja, 150 dias a partir da publicação da determinação preliminar, para manifestar-se sobre os dados e as informações constantes dos autos restritos do processo. Entretanto, a Pengsheng não fez uso dessa oportunidade para apresentar sua defesa no tocante ao referido ajuste. Após a publicação da Nota Técnica de Fatos Essenciais, anexada aos autos do processo em 21 de agosto de 2020, foi concedido prazo de 30 dias para manifestação das partes interessadas, mas a empresa absteve-se de apresentar qualquer manifestação. Nesse sentido, não prospera a alegação de que a Pengsheng não teve oportunidade de defender seus interesses, uma vez que a empresa não usufruiu seu direito de defesa, garantido pela autoridade investigadora, dentro dos amplos prazos previstos.

Dessa forma, mantém-se a decisão informada por meio do Ofício nº 710/2020/CGMC/SDCOM/SECEX, o que ensejará a utilização dos fatos disponíveis para fins de determinação final.

As considerações a respeito da prevalência de condições de economia de mercado no seguimento de lápis serão objeto de análise no item 4.3.3.

1. 9 3 Da utilização da melhor informação disponível da Jixing

1. 9 3 1. Do ofício de notificação da utilização dos fatos disponíveis da Jixing

Em 21 de fevereiro de 2020, por meio do Ofício nº 699/2020/CGMC/SDCOM/SECEX, considerando o que determina o art. 181 do Decreto nº 8.058/2013, a empresa foi notificada a respeito da utilização dos fatos disponíveis no que tange às vendas no mercado interno, à data de recebimento dos pagamentos e à taxa de conversão de grosas para quilogramas, tendo em conta os resultados da verificação in loco realizada na Jixing, de 9 a 13 de dezembro de 2019.

Os dados de venda reportados pela Jixing foram julgados inadequados, tendo em conta que há evidências de que volume significativo das vendas no mercado interno, reportadas pela empresa em sua reposta ao questionário de produtor/exportador, foi exportado para terceiros países. Neste sentido, importa ressaltar que, durante a verificação in loco, os representantes da Jixing foram questionados se teriam conhecimento acerca do destino da produção vendida no mercado doméstico chinês para as empresas [CONFIDENCIAL] e [CONFIDENCIAL], duas empresas que, de acordo com dados oficiais de importação brasileiros, realizaram exportações ao Brasil em P5, e para outras trading companies. Em resposta, os representantes da Jixing alegaram que as informações referentes aos clientes destas empresas não são compartilhadas com a Jixing por serem dados comercialmente sensíveis. Contudo, reconheceram que era possível que vendas reportadas como destinadas ao mercado doméstico chinês tenham sido exportadas posteriormente.

A desconsideração dos dados reportados pela Jixing tem guarida no art. 8º do Regulamento Brasileiro, que reza que a autoridade investigadora considera valor normal o preço do produto similar, em operações comerciais normais, destinado ao consumo no mercado interno do país exportador.

Ademais, ressalta-se que as instruções gerais contidas no questionário do produtor/exportador frisam que quaisquer informações consideradas relevantes ou pertinentes ao processo, mesmo que não tenham sido solicitadas, podem ser igualmente apresentadas. A partir dos elementos presentes no relatório de verificação in loco da Jixing, verifica-se que a empresa poderia ter informado o destino final dos lápis de fabricação própria inicialmente vendidos no mercado interno, dado que foi capaz de identificar o destino das vendas realizadas por meio da Schiechen, empresa que, alegadamente, seria independente.

Frise-se, além disso, que a fatura 05722967, referente a venda da Jixing no mercado interno para a empresa [CONFIDENCIAL], escolhida com o intuito de verificar a exatidão dos dados reportados, fazia referência ao produto identificado no contrato de venda como [CONFIDENCIAL] (ECO, ESCOLARES). Ademais a fatura 05587095 de vendas no mercado interno tratava de venda de produto cujo contrato de venda demandava gravação nos lápis a serem produzidos das palavras "Free Primary Education LESOTHO", portanto, a destinação seria o exterior. Ao serem perguntados acerca dos destinos finais destas operações, especialmente porque a primeira continha expressão em português e a segunda porque aparentemente se tratava de um produto que seria para exportação ("Lesotho"), os representantes da Jixing responderam que não tinham conhecimento. Ressalte-se que, segundo o relatório da UNICEF, Education Budget Brief - Fiscal Year 2018/2019 (disponível em: https://www.unicef.org/esaro/UNICEF-Lesotho-2018-Education-Budget-Brief.pdf, acessado em 20/02/2020), o Governo do Lesoto está comprometido em atingir educação primaria para todos e tem promovido ações para atingir este objetivo, como o aumento do orçamento destinado ao programa "Free Primary Education".

Em relação à taxa de conversão de grosas para quilogramas, identificou-se que a empresa apurou taxa de conversão a partir dos apêndices de vendas, de modo que o peso considerado pela empresa incluía o peso da embalagem, não apenas o peso do produto objeto da investigação. Assim, o custo de lápis por quilograma reportado pela empresa restava distorcido pelo peso das embalagens. Há de se lembrar, ainda, que a empresa foi instada a corrigir a informação durante a verificação in loco realizada nas premissas da empresa, mas optou por ignorar o pedido efetuado pelos analistas da SDCOM.

A Jixing foi igualmente comunicada, por meio do referido Ofício nº 699/2020/CGMC/SDCOM/SECEX, de que não foram aceitas as argumentações acerca da ausência de relacionamento entre a Jiangxi Jishui Jixing Stationery Co. Ltd e a empresa Shenzhen Shiechen Industrial Company Limited. Primeiramente, ressalte-se que as duas empresas apresentaram respostas complementares ao questionário do produtor/exportador e, ademais, durante a verificação in loco, foi observado que os representantes da Jixing possuíam a senha do sistema contábil da Shiechen e tinham em seu poder todos os recibos (vouchers) contábeis da Schiechen para o período investigado e que as empresas mantêm relação comercial próxima o suficiente para que a Jixing tivesse conhecimento de todos os clientes da Schiechen e dos preços por ela praticados, ainda que a própria Jixing tenha considerado que informações desta natureza não são compartilhadas com a Jixing pelos seus demais clientes. Pelos motivos expostos, a Jixing e a Schiechen foram consideradas relacionadas nos termos do inciso II c/c IX, §10 do artigo 14 do Regulamento Brasileiro.

A Jixing, na ocasião, foi informada de que novas explicações poderiam ser protocoladas até o dia 12 de março de 2020.

Convém ainda esclarecer que, caso a empresa Schiechen não fosse considerada relacionada à Jixing, nos termos descritos nos parágrafos anterior, a sua resposta parcial ao questionário do produtor/exportador apresentada pela empresa seria desconsiderada, dado que tal empresa não figura como produtora do produto objeto da investigação e sequer foi selecionada para apresentar resposta ao questionário quando do início da investigação.

A propósito das inconsistências apontadas nas datas de pagamento da fatura, destacam-se os trechos abaixo do relatório de verificação in loco:

"15. Em relação aos pagamentos recebidos pela empresa, foi informado que não seria possível estabelecer relação direta entre uma fatura e um pagamento. Isso porque a empresa receberia os pagamentos de forma rotativa (rolling payment ou open account), de tal maneira que o cliente não realizaria o pagamento correspondente à uma fatura específica, mas em relação a um montante em geral maior do que o devido, gerando uma espécie de "crédito rotativo". Verificou-se no sistema contábil que, para cada conta registrada no "contas a receber", assim como nos pagamentos aos fornecedores registrado no "contas a pagar", a Jixing possui recebimentos/pagamentos periódicos que não necessariamente correspondem à totalidade das faturas emitidas em um único mês, dado que os ajustes são realizados em períodos que podem variar de um a dois meses, os quais geram, periodicamente, ora "créditos" ora "débitos" nessas contas.

(...)

49. Em relação às faturas de vendas selecionadas, foram verificados a Fatura Proforma; Contrato com o cliente; comercial invoice, VAT invoice; Bill of Lading (B/L); packing list; Registro contábil do recebimento da venda (lançamento na conta clientes e a contrapartida na respectiva conta contábil); Extrato bancário referente ao recebimento do pagamento; Registro contábil do recebimento do pagamento. Em relação aos pagamentos recebidos pela Jixing, reiterou-se que, tendo em conta que estes não são efetuados por fatura emitida, mas por meio de open account (pagamentos rotativos), as datas de pagamento indicadas na resposta ao questionário foram estimadas considerando-se um prazo de um mês após a entrega da mercadoria. Importa ressaltar que, na resposta ao questionário submetido pela Jixing, as datas da fatura e da venda da mercadoria são as mesmas, já as datas de embarque da mercadoria não haviam sido reportadas.

50. Questionada sobre as datas - o recebimento do pagamento pela Jixing (31/8/2018) é posterior ao registro do voucher de exportação (13/7/2018) e o registro do recebimento do pagamento pela Jixing ocorre concomitantemente ao da Shiechen (31/8/2018) - o representante das empresas alegou que em primeiro lugar, é efetuada a entrega da mercadoria, que inicia o processo de exportação, por meio do registro do voucher. As faturas de VAT da Jixing seriam todas emitidas no final de cada mês. Em relação ao pagamento, reiterou que os recebimentos da Jixing não são realizados a cada fatura emitida (open account). Havendo "débitos" acumulados, a Siechen realizaria, periodicamente, pagamentos acima do valor devido, mantendo um "crédito" perante a Jixing."

1. 9 3 2 Da manifestação da Jixing

Em resposta ao Ofício de fatos disponíveis decorrente dos resultados da verificação in loco, em 12 de março de 2020, a Jixing manifestou que não mantém, em seus registros de vendas, as quantidades vendidas em quilogramas, mas apenas em grosas.

No preenchimento do questionário, a empresa teria, para reportar os dados no Apêndice V, utilizado os volumes em quilogramas registrados em algumas invoices. A empresa alegou ser impossível calcular com precisão um fator de conversão. Nesse sentido, a SDCOM deveria aceitar os fatores de conversão utilizados no referido Apêndice.

Relativamente às datas de pagamento, afirmou que a empresa mantém operações e recebimentos frequentes de seus clientes e adotam, entre elas, um sistema de pagamento "rotativo", muito comumente adotado, de acordo com a Jixing, entre as empresas chinesas. A Jixing e suas clientes fariam contabilização periódica das entregas de mercadorias e dos pagamentos recebidos sob forma de débitos e créditos em contas a receber e não por fatura emitida, razão pela qual a data de pagamento de cada fatura não poderia ser especificada.

Em relação ao preço de exportação, a empresa alega operar de forma independente da Schiechen. Informou que teve acesso ao sistema contábil e aos registros comerciais da Shiechen unicamente para possibilitar e tornar mais conveniente a verificação in loco das duas empresas, localizadas em cidades distintas. A relação comercial entre as duas empresas, ademais, envolveria a assinatura de contratos de vendas, a emissão de invoices de VAT e pagamentos, todos verificados pela SDCOM. Não haveria, portanto, de acordo com a empresa, prova de que os preços de venda da Jixing para a Schiechen não sejam confiáveis, tampouco justificativa para não considerar os preços de venda da Jixing à Schiechen como preço de exportação.

A propósito das vendas realizadas a duas empresas, classificadas pela Jixing como distribuidoras locais, mas que, de acordo com dados oficiais de importação brasileiros, realizaram exportações ao Brasil em P5 tanto como produtoras, quanto exportadoras, a Jixing argumentou que declarou integralmente suas vendas no Apêndice V, as quais foram, inclusive, verificadas.

Não haveria, assim, intenção de não cooperar ou ocultar informações. O contrato com palavras em português, obtido durante a verificação in loco, não constituiria prova de que os produtos desse contrato tenham sido destinados ao Brasil. Ademais, a empresa emitiu somente invoices de VAT de vendas domésticas, em conformidade com as normas da autoridade fiscal chinesa. Na ausência de conhecimentos de embarque, faturas comerciais ou pagamentos que efetivamente comprovem a exportação de produtos da Jixing, a SDCOM não deveria concluir que as vendas realizadas a duas distribuidoras locais tenham sido destinadas ao Brasil ou a qualquer outro país. Nesse sentido, os dados das vendas domésticas da Jixing deveriam ser considerados no cálculo do valor normal da empresa.

Em sede de manifestação final, protocolada em 10 de setembro de 2020, a Jixing reiterou os argumentos relativos às datas de pagamento e ao destino de suas vendas, reafirmando que empregou os melhores esforços para prestar todas as informações requeridas pela SDCOM.

1. 9 3 3 Dos comentários da SDCOM

Em relação à utilização do fator de conversão, ressalta-se que a empresa, por ocasião da verificação in loco, conforme parágrafo 30 do relatório, confirmou que os pesos em kg indicados nas faturas reportadas no Apêndice V incluíam o peso da embalagem com a qual o produto foi vendido para o consumidor final, além da embalagem destinada para exportação. A Jixing foi alertada de que os pesos e os fatores de conversão deles resultantes, portanto, não refletiam o peso líquido do lápis comercializado. Foi solicitada, no curso da verificação, a apresentação de fator de conversão que refletisse o peso líquido dos lápis produzidos e comercializados pela Jixing. A empresa, entretanto, não apresentou fator de conversão alternativo, razão pela qual foram utilizados, nos termos do parágrafo único do art. 179 do Decreto nº 8.058, de 2013, os fatos disponíveis. A título de comparação, a Longteng logrou apresentar os fatores de conversão e validar tais informações em sede de verificação in loco, diferentemente da Jixing, e tais dados foram considerados para fim de cálculo do valor normal.

Em relação ao cálculo do preço de exportação, ressalta-se que a verificação in loco envolveu as duas empresas - Jixing e Schiechen - uma vez que ambas apresentaram respostas ao questionário do exportador conjuntamente. Recorda-se que a empresa selecionada para envio do questionário foi a Jixing.

Conforme disposto no § 9º, art. 28 do Decreto nº 8.058, de 2013, para fins de determinação de margem individual de dumping e aplicação de direitos antidumping, pessoas jurídicas distintas poderão ser tratadas como um único produtor ou exportador quando demonstrado que a relação estrutural e comercial das entidades entre si é próxima o suficiente. Considerando a submissão de resposta do exportador de forma conjunta, bem como o acesso ao sistema contábil da Schiechen concedido à Jixing, esta autoridade investigadora considerou que a relação entre as duas empresas era próxima o suficiente. Por outro lado, caso Jixing e Schiechen não fossem consideradas relacionadas nos termos do inciso II c/c IX, §10 do artigo 14 do Regulamento Brasileiro, não seria possível a utilização dos dados da Schiechen para cálculo do preço de exportação. Conforme já esclarecido em sede de determinação preliminar, a resposta parcial da Schiechen ao questionário do produtor/exportador apresentada pela empresa seria desconsiderada, dado que tal empresa não figura como produtora do produto objeto da investigação e sequer foi selecionada para apresentar resposta ao questionário quando do início da investigação.

Relativamente à utilização dos fatos disponíveis no que tange às vendas no mercado interno, recorda-se o disposto no art. 8º do Regulamento Brasileiro, segundo o qual se considera "valor normal" o preço do produto similar, em operações comerciais normais, destinado ao consumo no mercado interno do país exportador. Assim, ainda que a empresa não identifique, em razão do desconhecimento de línguas estrangeiras, os termos dos contratos firmados e, por razões de sigilo comercial, não seja informado do destino final de seus produtos, a venda desses produtos a trading companies, que exportam para o Brasil, bem como a existência de contratos e ordens de produção em língua estrangeira, reforçam as evidências de que os referidos produtos não são destinados ao consumo no mercado interno. Ademais, como consta do relatório de verificação in loco, em face das evidências de que produtos reportados como vendas destinadas a consumo no mercado interno chinês em realidade eram destinadas à exportação pelas trading companies que são clientes da Jixing, a própria Jixing reconheceu que isso era possível.

Há de se destacar, por fim, que nos dados de importação oficiais da RFB constam nomes de trading companies ([CONFIDENCIAL]) que exportaram o produto objeto da investigação para o Brasil durante o período de investigação, as quais são clientes identificadas pela Jixing em seu apêndice de vendas no mercado interno chinês. Nesse sentido, reitera-se o entendimento exarado no parecer de determinação preliminar e a decisão emanada por meio do Ofício nº 699/2020/CGMC/SDCOM/SECEX, o que ensejará a utilização dos fatos disponíveis para fins de determinação final no que tange à forma de apuração do valor normal da empresa.

Por fim, relativamente às inconsistências nas datas de pagamento reportadas pela Jixing, apesar de a SDCOM compreender as explicações da empresa e a impossibilidade de definição da data de pagamento de cada fatura, dada a utilização do sistema de open account, o fato é que a empresa não logrou comprovar como foi apurada a estimativa que levou à média em número de dias reportada pela empresa na resposta ao questionário, tornando, desse modo, a informação não verificável, nos termos do art. 180 do Regulamento Brasileiro, o qual estabelece:

"Art. 180. O DECOM levará em conta, quando da elaboração de suas determinações, as informações verificáveis que tenham sido apresentadas tempestivamente e de forma adequada, e, portanto, passíveis de utilização na investigação."

Assim, resta justificado o porquê de a SDCOM não poder utilizar a data de pagamento reportada pela empresa, em face da ausência de comprovação do método de apuração e dos dados que levaram à média de dias para o pagamento adotada pela empresa em sua resposta ao questionário. De todo modo, dada a conclusão de que a empresa não reportou apenas vendas destinadas ao mercado interno chinês, esta SDCOM apurou o valor normal com base no valor construído para fins de determinação final, como será demonstrado no item 4.3.4. a seguir.

1. 9 4 Da utilização da melhor informação disponível da Longteng

1. 9 4 1. Do ofício de notificação da utilização dos fatos disponíveis da Longteng

Em 21 de fevereiro de 2020, por meio do Ofício nº 709/2020/CGMC/SDCOM/SECEX, considerando o que determina o artigo 181 do Decreto 8.058/2013, a empresa foi notificada a respeito da utilização dos fatos disponíveis no que tange às vendas no mercado interno e às exportações para o Brasil, tendo em conta o relatório de verificação in loco da Longteng, de 6 de fevereiro de 2020.

Os dados de vendas destinadas ao mercado interno reportados pela Longteng para fins de cálculo do valor normal foram julgados inadequados, tendo em conta que há evidências de que volume significativo das vendas no mercado interno, reportadas pela empresa em sua reposta ao questionário de produtor/exportador, foi exportado, inclusive para o Brasil. A desconsideração desses dados tem guarida no art. 8º do Regulamento Brasileiro, que reza que a autoridade investigadora considera valor normal o preço do produto similar, em operações comerciais normais, destinado ao consumo no mercado interno do país exportador.

Ademais, ressalta-se que as instruções gerais contidas no questionário do produtor/exportador frisam que quaisquer informações consideradas relevantes ou pertinentes ao processo, mesmo que não tenham sido solicitadas, podem ser igualmente apresentadas. A partir dos elementos presentes no relatório de verificação in loco da Longteng, considera-se que a empresa tinha informações sobre o destino final dos lápis de fabricação própria inicialmente vendidos no mercado interno, embora não tenha comunicado à autoridade investigadora em sua resposta ao questionário ou às informações complementares solicitadas a destinação final destes produtos.

Frise-se, além disso, que as faturas 06507829 e 06507830 referentes a vendas no mercado interno, escolhidas com o intuito de verificar a exatidão dos dados reportados, faziam referência ao contrato [CONFIDENCIAL]. Para o contrato em questão, a Longteng forneceu a foto da embalagem utilizada na venda desses produtos, sendo que a foto entregue pela empresa, que compõe o Anexo 22 do relatório de verificação in loco da Longteng, está no idioma português e faz alusão à marca [CONFIDENCIAL]. Ao serem perguntados se este produto poderia ter sido posteriormente exportado para o Brasil, os representantes da empresa responderam afirmativamente. Foram apresentadas outras fotos de embalagem que não estavam no idioma chinês, como, por exemplo para as notas NF 06507829 e NF 06507830, embora tais notas tenham sido reportadas como vendas no mercado interno da origem investigada.

Insta ressaltar que o volume exportado para o Brasil de produtos produzidos pela Longteng em P5 segundo dados da RFB totalizou [RESTRITO] kg, sendo que a empresa reportou [RESTRITO] kg no Apêndice VII - Exportações para o Brasil. De acordo com o relatório de verificação in loco da Longteng, a empresa esclareceu que todas as suas vendas no mercado interno em P5 foram realizadas para trading companies, sendo que muito provavelmente os produtos vendidos poderiam ter sido exportados em momento posterior, inclusive para o Brasil. Por consequência, os dados informados referentes a exportações para o Brasil também foram considerados inadequados para eventual cálculo de preço de exportação, estando sujeito ao uso dos fatos disponíveis, nos termos do art. 179 c/c o art. 180 do Regulamento Brasileiro.

A Longteng, na ocasião, foi informada de que novas explicações poderiam ser protocoladas até o dia 12 de março de 2020.

1. 9 4 2 Da manifestação da Longteng

Em resposta ao Ofício de fatos disponíveis decorrente dos resultados da verificação in loco, em 12 de março de 2020, a Longteng afirmou que as vendas da empresa a clientes domésticos deveriam ser consideradas vendas domésticas. A empresa alegou que não teria conhecimento do destino final de suas vendas. A Longteng afirmou que teria realizado contatos junto a seus clientes, mas muitos teriam recusado a informar o destino final das vendas, uma vez que essa informação seria considerada sigilosa, o que impossibilitou a Longteng de tê-la informado.

Para a Longteng, a emissão de invoices de VAT de vendas domésticas consistiria na base para determinar se uma venda é destinada ao mercado doméstico ou ao mercado externo e argumenta que preencheu o questionário seguindo esse critério.

No curso da verificação in loco, solicitou-se que a empresa fornecesse cópia de fotos de embalagem vinculadas a vendas no mercado interno. Nas embalagens apresentadas, foram observados nomes de marcas em português. A Longteng afirma que é possível que o produto tenha sido revendido ao Brasil, mas não teria meio de prova para confirmar essa informação, uma vez que o destinatário final das mercadorias não é revelado. De acordo com a empresa, o produto poderia ter sido vendido também a outros países europeus ou latinoamericanos.

No entendimento da Longteng, a autoridade investigadora concluiu que todas as vendas domésticas de todos os produtores poderiam ser exportados. Nessa linha, argumenta, nenhuma venda doméstica de nenhuma investigação poderá ser admissível.

No tocante às diferenças nos volumes exportados reportados pela Longteng e aqueles apurados nos dados da RFB, a Longteng alega ter submetido todas as informações em seu conhecimento. A discrepância entre os dados observados seria resultado das exigências para o desembaraço da mercadoria no Brasil e não tentativa da Longteng de omitir dados.

De acordo com a empresa, os importadores brasileiros exigiriam dos exportadores chineses certificação do INMETRO. O órgão manteria uma lista de importadores brasileiros e produtores chineses de forma vinculada, ou seja, haveria correspondência entre cada produtor certificado e cada importador. Um importador brasileiro pode ter vínculo com mais de um produtor chinês certificado, mas, tendo em vista o alto custo da certificação, a Longteng alega que haveria importadores que informam à RFB erroneamente o nome do produtor certificado ao qual se vinculam e não o verdadeiro produtor da mercadoria importada. Após o primeiro desembaraço das importações, os importadores não precisariam reapresentar a documentação de exportação à RFB para comprovar a verdadeira origem da mercadoria. Assim, mercadorias não produzidas pela Longteng poderiam ter sido erroneamente registradas como sendo produtos da empresa apenas para possibilitar o desembaraço aduaneiro. A Longteng alega ter confirmado, junto às trading companies às quais realizou vendas, que não houve exportação dos produtos da Longteng ao Brasil. Portanto, a diferença apurada não poderia ser atribuída à Longteng.

Em sede de manifestação final, protocolada em 10 de setembro de 2020, a Longteng encaminhou manifestação de igual teor, reiterando que envidou os melhores esforços para contatar seus clientes e inquirir sobre o destino das vendas efetuadas pela Longteng. Nessa linha, pediu, novamente, para que a autoridade investigadora reconsiderasse a utilização dos fatos disponíveis no que tange o cálculo do preço de exportação e do valor normal; reafirmou que a Longteng não tem conhecimento do destino final das mercadorias por ela vendidas e que, tendo indagado seus clientes, todos teriam negado que realizaram exportações ao Brasil; e que a discrepância observada entre os dados reportados pela Longteng e os dados da RFB seriam decorrentes de erros ou fraudes por parte dos importadores.

1. 9 4 3 Dos comentários da SDCOM

Relativamente à utilização dos fatos disponíveis no que tange às vendas no mercado interno, reitera-se o disposto no art. 8º do Regulamento Brasileiro, segundo o qual se considera "valor normal" o preço do produto similar, em operações comerciais normais, destinado ao consumo no mercado interno do país exportador.

Ainda que a empresa tenha envidado esforços para identificar o destino final das mercadorias, o qual muitas vezes não é revelado em razão de ser tratado como informação sigilosa, verificou-se a venda desses produtos a trading companies, que exportam para o Brasil, bem como a existência de embalagens de produtos com referências em língua estrangeira. Há, portanto, evidências concretas de que referidos produtos não foram destinados ao consumo no mercado interno. Nesse sentido, reitera-se o entendimento exarado no parecer de determinação preliminar.

Há de se reiterar que nos dados de importação oficiais da RFB constam nomes de trading companies que exportaram o produto objeto da investigação para o Brasil durante o período de investigação, além de os importadores brasileiros terem identificado a Longteng como produtora de tais produtos. Recorda-se que, nos dados da RFB, há campos que identificam, separadamente, o produtor e o exportador.

Com relação à possibilidade de erro ou fraude, por parte dos importadores brasileiros, no processo de despacho aduaneiro, o qual teria ocasionado a discrepância entre os dados de exportação reportados pela Longteng e os dados registrados na RFB, a justificativa será tratada como mera alegação, considerando que a empresa não aportou nenhum elemento material concreto.

Ressalta-se, ademais, que os dados da Secretaria Especial da Receita Federal constituem base para todas as investigações conduzidas pela Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público. Nessa linha, não serão aceitas meras ilações, desacompanhadas de elementos comprobatórios, acerca de possibilidade de erro, fraude ou falha na fiscalização das importações.

Nesse sentido, reitera-se o entendimento exarado no parecer de determinação preliminar e a decisão emanada por meio do Ofício nº 709/2020/CGMC/SDCOM/SECEX, o que ensejará a utilização dos fatos disponíveis para fins de determinação final no que tange à forma de apuração do valor normal e do preço de exportação da empresa.

1. 10 Da determinação preliminar

1. 10 1. Do pedido de aplicação de direitos provisórios

Em 20 de fevereiro de 2020, a BIC protocolou pedido de aplicação de direitos provisórios, tendo em vista o aumento no volume das importações originárias da China de P5 para P6. A solicitação de aplicação de direitos provisórios foi também reiterada pela Faber Castell em 2 de março de 2020.

Ressalte-se que, à exceção do item 2.3.1 (manifestações sobre o produto), as demais manifestações sobre a aplicação de direitos provisórios, recebidas antes de 5 de fevereiro de 2020, foram objeto de análise no parecer de determinação preliminar (Parecer SDCOM nº 6/2020).

1. 10 2 Da determinação preliminar

Com base no Parecer SDCOM nº 6, de 2 de março de 2020, nos termos do § 5º do art. 65 do Decreto nº 8.058, de 2013, por meio da Circular SECEX nº 12, de 3 de março de 2020, publicada no DOU de 5 de março de 2020, a SECEX tornou pública a conclusão por uma determinação preliminar positiva de existência de dumping nas exportações para o Brasil de lápis originárias da China e de dano material à indústria doméstica.

Recorda-se que, para fins de determinação preliminar, foram consideradas as manifestações das partes interessadas apresentadas à SDCOM até o 173º dia da investigação, ou seja, 5 de fevereiro de 2020. Considerando que referidas manifestações já foram objeto de posicionamento pela SDCOM, não serão reproduzidas na nota técnica de fatos essenciais ou no parecer de determinação final, para fins de economia processual, à exceção das manifestações acerca do produto objeto da investigação.

Tendo em vista a conclusão preliminar pela existência de nexo de causalidade entre as importações a preços de dumping e o dano supramencionado, recomendou-se o prosseguimento da investigação com aplicação de medida antidumping provisória, aplicando-se, nos termos do § 8º do art. 66 do Decreto nº 8.058, de 2013, um redutor de 10% à respectiva margem de dumping.

Na mesma ocasião, foram divulgados os prazos que serviriam de parâmetro para o restante da investigação, conforme previsto nos artigos 59 a 63 do Regulamento Brasileiro, os quais são reproduzidos a seguir:

Disposição legal - Decreto nº 8.058, de 2013	Prazos	Datas previstas
art.59	Encerramento da fase probatória da investigação	2 de julho de 2020
art. 60	Encerramento da fase de manifestação sobre os dados e as informações constantes dos autos	22 de julho de 2020
art. 61	Divulgação da nota técnica contendo os fatos essenciais que se encontram em análise e que serão considerados na determinação final	21 de agosto de 2020
art. 62	Encerramento do prazo para apresentação das manifestações finais pelas partes interessadas e Encerramento da fase de instrução do processo	10 de setembro de 2020
art. 63	Expedição, pelo SDCOM, do parecer de determinação final	30 de setembro de 2020

1. 10 3 Dos pedidos de reconsideração

Em 13 de março de 2020, a importadora Leonora protocolou, no Sistema DECOM Digital - SDD, pedido de reconsideração parcial dos dados da Recomendação do Parecer SDCOM nº 6/2020, às pp. 144 a 147, apresentados com a finalidade de subsidiar a decisão do Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior a propósito da necessidade de aplicação de direito provisório.

A Leonora contestou especificamente os dados das importações brasileiras classificadas na NCM 9609.10.00, referentes ao período de janeiro a dezembro de 2019, apresentados nos parágrafos 586 e 587 do parecer de determinação preliminar, extraídos do Comex Stat. A importadora elencou três razões para o pedido: (i) os dados não teriam sido submetidos ao contraditório das partes interessadas; (ii) os dados, resultantes de consulta no Comex Stat, não foram depurados e seriam, portanto, imprecisos e inverossíveis; e (iii) os dados referem-se a importações realizadas fora do período de investigação. Requereu, assim, que os dados fossem excluídos do parecer.

Em 16 de março de 2020, a também importadora Master Indústria, Comércio e Representações protocolou no SDD pedido de reconsideração, requerendo "revogar a determinação preliminar com a aplicação de direitos provisórios antidumping para as importações dos produtos provenientes da China".

A empresa justificou o pleito informando ser fornecedora de lápis no atacado e no varejo e sobretudo para atendimento de licitações públicas. A eventual aplicação de direitos provisórios prejudicaria a empresa, uma vez que, via de regra, a Master Indústria, Comércio e Representações manteria obrigações de fornecimento junto a órgãos públicos pelo prazo de um ano, com a fixação de preços dos produtos fornecidos por ocasião da tomada de preços/licitação correspondente, sem a possibilidade de readequação dos preços.

1. 10 4 Da decisão sobre a aplicação de direitos provisórios

Por meio da Resolução nº 19, de 25 de março de 2020, publicada no DOU de 26 de março de 2020, o Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior tornou pública a decisão de não aplicar, por razões de interesse público, direito antidumping provisório às importações brasileiras de lápis de escrever, desenhar e/ou colorir, originárias da China, comumente classificadas no item 9609.10.00 da NCM.

Tendo em vista a decisão do GECEX/CAMEX, os pedidos de reconsideração das empresas Leonora e Master Indústria, Comércio e Representações foram arquivados, sem análise do mérito, tendo em vista a perda de objeto dos pedidos de reconsideração, com fundamento no art. 52 da Lei nº 9.784, de 1999. As importadoras foram respectivamente informadas da decisão de arquivamento pelos Ofícios nº 1.315 e 1.316/2020/CGMC/SDCOM/SECEX, em 24 de abril de 2020.

1. 11 Do encerramento da fase probatória

Em conformidade com o disposto no caput do art. 59 do Decreto nº 8.058, de 2013, foi publicado no D.O.U, em 5 de março de 2020, por meio da Circular SECEX nº 12, de 3 de março de 2020, o prazo para encerramento da fase probatória da investigação, qual seja, 2 de julho de 2020, 120 dias após a emissão do Parecer de Determinação Preliminar.

1. 12 Do pedido de suspensão do prazo

Em 18 de junho de 2020, a Associação Brasileira de Fabricantes e Importadores de Artigos Escolares - ABFIAE protocolou no SDD solicitação de suspensão, por dois meses, do prazo de encerramento da fase probatória, com vistas a estender o prazo para restituição das respostas solicitadas à associação no âmbito do Processo de avaliação de interesse público nº 19972.101420/2019-61. Argumentou, para tanto, dificuldades para a apuração dos dados solicitados e as restrições provocadas pelo estado de emergência de saúde pública decorrente da pandemia da Covid-19.

A Faber Castell, em 25 de junho de 2020, protocolou manifestação contrária à suspensão de prazo, argumentando que a SDCOM já teria sido disponibilizado tempo suficiente às partes interessadas para a apresentação dos dados requeridos e que pedido de igual teor já teria sido indeferido, no âmbito do Processo nº 19972.101420/2019-61, por meio do Despacho Decisório 1930/2020/ME, datado de 24 de junho de 2020, mantendo-se o prazo de encerramento da fase probatória em 2 de julho de 2020.

Tendo em vista a ausência de fundamento para a suspensão solicitada, no âmbito da investigação da prática de dumping e considerando que, a despeito da declaração de calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19 (Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020), os prazos processuais relativos à investigações e revisões de final de período foram, na medida do possível, mantidos, o pleito da ABFIAE foi indeferido. A associação foi informada dessa decisão por meio do Ofício nº 1.463/2020/CGMC/SDCOM/SECEX, em 30 de junho de 2020.

1. 13 Da prorrogação da investigação

Em consonância com o disposto no art. 72 do Decreto nº 8.058, de 2013, o prazo para a conclusão da presente investigação foi prorrogado por até oito meses, a partir de 16 de junho de 2020, por meio da Circular SECEX nº 12, de 3 de março de 2020, publicada em 5 de março de 2020 no D.O.U.

1. 14 Da divulgação dos fatos essenciais sob julgamento

Em 21 de agosto de 2020, com base no disposto no caput do art. 61 do Decreto nº 8.058, de 2013, a autoridade investigadora divulgou e disponibilizou às partes interessadas a Nota Técnica nº 13, de 2020, contendo os fatos essenciais sob julgamento, que embasariam a determinação final a que faz referência o art. 63 do mesmo Decreto.

1. 15 Do encerramento da fase de instrução

De acordo com o estabelecido no parágrafo único do art. 62 do Decreto nº 8.058, de 2013, no dia 10 de setembro de 2020 encerrou-se o prazo de instrução da investigação em epígrafe. Naquela data completaram-se os 20 dias após a divulgação da nota técnica de fatos essenciais, previstos no caput do art. 62, para que as partes interessadas apresentassem suas manifestações finais por escrito. No transcurso do mencionado prazo, as peticionárias, as produtoras/exportadoras chinesas Jixing e Longteng, os importadores Leonora e Fila Canson, as associações chinesas CWIA e CCCLA e a ABFIAE apresentaram manifestações finais por escrito a respeito da referida nota técnica e dos elementos de fato e de direito que dela constam.

Cabe registrar que, atendidas as condições estabelecidas na Portaria SECEX nº 58, de 29 de julho de 2015, por meio do Sistema Decom Digital - SDD, foi assegurado, às partes interessadas, o acesso a todas as informações não confidenciais constantes do processo, tendo sido dada oportunidade para que defendessem amplamente seus interesses.

Ressalte-se ainda que a autoridade investigadora realizou reuniões com diversas partes interessadas, mediante solicitação, para tratar de assuntos específicos da investigação. Para efeitos de dar transparência ao processo e conhecimento às demais partes interessadas, foram lavrados termos de reunião, anexados aos autos restritos do processo.

2 DO PRODUTO E DA SIMILARIDADE

2 1. Do produto objeto da investigação

O produto objeto da investigação são os lápis de escrever, desenhar e/ou colorir, composto por madeira, resinas termoplásticas (resinas plásticas) ou outros materiais, contendo mina de grafite ou de cor, à base de carbonatos tingidos por pigmentos ou corantes, doravante "lápis", exportados da China para o Brasil.

Os lápis de mina de grafite apresentam, geralmente, as seguintes características: diâmetro de 7 a 8 mm e aproximadamente 180 mm de comprimento, de seção circular, triangular, sextavada ou qualquer outro formato, apontados ou não, com ou sem borracha, envernizados em uma ou mais cores ou impressão fantasia (figuras variadas). A mina de grafite apresenta, usualmente, diâmetro de 2 a 3 mm.

Os lápis de mina de cor apresentam, geralmente, as seguintes características: diâmetro de 7 a 8 mm e aproximadamente 180 mm de comprimento, de seção circular, triangular, sextavada ou qualquer outro formato, apontados ou não, envernizados em até 48 cores, de acordo com a cor da mina, gravados a quente. A mina pastel (colorida) apresenta, usualmente, diâmetro de 2 a 4 mm.

Os lápis para carpintaria e/ou marcenaria, também incluídos no objeto da investigação, usualmente apresentam aparência distinta específica, com aproximadamente 176 mm de comprimento, de seção normalmente oval ou quadrada com dimensões normalmente de 9,10 x 7,4 mm, contendo mina de grafite especial retangular de 5 x 2 mm, sendo apresentados, em geral, não apontado, sem borracha e envernizado em cores.

Cumpre destacar que, embora as dimensões acima sejam as mais usuais para a grande maioria dos lápis encontrados no mercado, é possível encontrar lápis de grafite ou lápis colorido com dimensões diferenciadas, tanto no diâmetro, quanto no cumprimento ou na aparência, segundo informado pelas peticionárias. Tais variações, contudo, não alterariam a característica e a finalidade dos produtos, destinando-se, da mesma forma, ao uso escolar, recreativo, educativo, profissional e escrita em geral.

Em relação às minas, a colorida é produzida à base de silicatos, estabilizantes e tingidos por pigmentos ou corantes. A preta (de grafite) é composta por argila e grafite, sendo a proporção empregada desses materiais o que caracteriza a gradação (dureza) do lápis e o grau de preto da mina (poder de cobertura). O padrão internacional utilizado para diferenciar os tipos de gradações são 9H até 2H, H, F, HB, B, 2B até 9B, começando do traço mais duro e claro até o mais macio e preto.

Desse modo, o produto objeto da investigação apresenta variações em razão do tipo de mina (grafite ou cor), da composição da parte externa (resina, madeira, material reciclado, outros materiais e mescla destes), de diferentes dimensões (diâmetros, comprimentos variados) e da forma de seção (circular, triangular, sextavada ou outro formato).

Em relação ao processo produtivo do lápis de madeira, seja com mina de grafite, seja com mina de cor, as etapas são basicamente as mesmas. Os equipamentos utilizados nos dois casos são os mesmos: descascador de toretes, serra de fita, secadores, balanças, batedores, misturadeiras, prensas, secadores, fornos, centrífugas, encoladeiras, máquinas de usinar madeira, envernizadeiras, carimbadeiras, apontadeiras, impressoras, guilhotinas, embaladoras e seladoras.

Inicialmente, as toras das árvores de reflorestamento (normalmente, tipo pinheiro) são descascadas, transportadas e cortadas no formato de tabuinhas. Após secagem em estufa, as espessuras das tabuinhas são definidas em razão do diâmetro dos lápis a serem fabricados.

Por sua vez, o processo de fabricação das minas é distinto para minas de grafite e minas de cor, devido às suas características intrínsecas. Para ambas as minas, procede-se à mistura e homogeneização das matérias-primas, prensagem, extrusão (para dar formato à mina), secagem, para minas de cor, ou sintetização, para minas de grafite. No processo de produção da mina de cor são utilizados pigmentos, aglutinantes, cargas inertes e ceras. Já na fabricação de minas de grafite, misturam-se argila tratada e grafite moído, obtendo-se uma massa prensada.

A próxima etapa é a fabricação do lápis cru, onde é feita uma ranhura na tabuinha, passada a cola e introduzida a mina (de grafite ou de cor) para, então, se fazer uma espécie de "sanduíche" com outra tabuinha, sendo o lápis, em seguida, usinado. Após, são aplicados as tintas e os vernizes para o acabamento, tanto no lápis de grafite quanto no lápis de cor.

Finalmente, os lápis de madeira de grafite e de cor são pintados, carimbados, envernizados, apontados e embalados. O embalamento, realizado com embalagens produzidas por terceiros, pode ser automático ou manual.

A fabricação do lápis de resina plástica, por sua vez, consiste em um processo de extrusão de resinas termoplásticas, que formam camadas ao redor de uma principal chamada "mina". As matérias-primas então se sobrepõem, formando o lápis. Sua principal matéria-prima são os polímeros à base de petróleo, como o poliestireno, resina termoplástica de fácil modelagem sob a ação do calor. O lápis pode ser fabricado integralmente com resinas plásticas ou com composto misto, de madeira e resina. As minas podem ser de grafite preto ou coloridas.

Apesar das diferenças nos insumos e no processo de fabricação, os lápis de resina plástica pouco se diferenciam, em termos de aparência, do lápis de madeira. Na etapa final de sua fabricação, o produto é conformado, resfriado, cortado, acabado e embalado de acordo com a necessidade.

No que se refere aos usos e aplicações, o lápis objeto da investigação é destinado ao uso escolar, educativo, recreativo, artístico e profissional.

No Brasil, o produto objeto da investigação está sujeito às seguintes normas (lista não exaustiva): (i) Norma ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) NBR 1536:2012, que trata da segurança de artigos escolares, (ii) Portaria Inmetro nº 481, de 7 de dezembro de 2010, que trata de Requisitos de Avaliação da Conformidade para Artigos Escolares; e (iii) Portaria Inmetro (Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial) nº 262, de 18 de maio de 2012, que trata de registro no Inmetro.

Acerca da categoria de cliente dos importadores, verificou-se, pela análise do campo "Aplicação da mercadoria" nas Declarações de Importações constantes na base da RFB, que o percentual correspondente a 1,73% do total do volume importado informou tratar-se de "Consumo" entre P1 e P5, indicando que se tratavam, possivelmente, de mercadorias destinadas a consumidores finais. Entre essas importações, todavia, foram observadas que os adquirentes constituíam empresas de comércio atacadista.

Nas respostas aos questionários, por sua vez, os importadores informaram destinar as mercadorias ao atacado e varejo em diferentes percentuais. Parte dos importadores também destinou parte das mercadorias para atendimento de licitações. Desta forma, foi considerado que a totalidade das importações se destinou a distribuidores.

2 2 Dos produtos excluídos do escopo do produto objeto da investigação

Os lápis a seguir estão excluídos do escopo do produto objeto da investigação:

a) Lápis de cera;
b) Lápis borracha;
c) Lápis giz;
d) Lápis para maquiagem (sombra, delineador, lápis para sobrancelhas e rímel);
e) Lápis para olhos;
f) Lápis labial; e
g) Lápis cosméticos.

Os lápis de cera são normalmente fabricados com parafina e resinas plásticas, apresentando-se em forma única, com ou sem invólucros de madeira ou outro material. O lápis borracha, por sua vez, tem mina de borracha para apagar, o que justifica sua exclusão do escopo do pleito, segundo a peticionária. Já os lápis para maquiagem possuem minas especiais, diferentes das utilizadas nos lápis objeto da investigação.

2 3 Do produto fabricado no brasil

O produto produzido no Brasil, assim como descrito no item 2.1 supra, é o lápis de escrever, desenhar e/ou colorir, composto por madeira, resinas termoplásticas (resinas plásticas) ou outros materiais, contendo mina de grafite ou de cor, à base de carbonatos tingidos por pigmentos ou corantes.

De acordo com as peticionárias, o lápis de madeira é produzido pela Faber Castell, seja com mina de grafite, seja com mina de cor. Ambos os lápis têm como características: corpo de madeira, com diâmetro de 7 a 8 mm e, com aproximadamente 180 mm de comprimento, seção circular ou sextavada, apontados ou não. Os lápis de mina de grafite podem ser com ou sem borracha, envernizado em uma ou mais cores ou impressão fantasia, com mina de grafite de 2 a 3 mm de diâmetro. Já os lápis de mina colorida podem ser envernizados em até 48 cores, de acordo com a cor da mina, gravado a quente, com mina pastel (colorida) de 2,6 a 4 mm de diâmetro e podem também ser "meio lápis", ou seja, apresentar metade do comprimento.

Por sua vez, o lápis de resina plástica é produzido pela BIC, com mina de grafite preto ou com mina de cor, com seção sextavada, circular, triangular ou qualquer outro formato, com ou sem borracha na extremidade, usualmente com dimensões 175 mm x 7 mm.

No que se refere aos usos e aplicações, o produto similar apresenta os mesmos usos que o produto importado: escolar, educativo, recreativo, artístico e profissional.

O processo de fabricação de lápis de madeira com mina de grafite e dos lápis de madeira com mina de cor da Faber Castell contempla, basicamente, as mesmas etapas dos lápis de madeira objeto da investigação.

O processo da Faber Castell se inicia com o corte das árvores de reflorestamento (normalmente, tipo pinheiro) em toras, seu descascamento e transporte. As toras de madeira são cortadas no formato tabuinha, nas medidas de comprimento e espessura necessárias para a produção de lápis. As tabuinhas são então levadas aos fornos para secagem.

O processo de fabricação das minas consiste, basicamente, na mistura e homogeneização das matérias-primas minerais, pigmento e ácidos graxos, prensagem, extrusão e secagem, no caso da mina de cor, ou sinterização (queima), em se tratando da mina de grafite. Para produção das minas de cor são utilizados pigmentos, aglutinantes, cargas inertes e ceras, misturados até formarem uma massa macia, posteriormente prensada em máquinas extrusoras, de onde sairão em formato de espaguete. O processo produtivo das minas de grafite é semelhante, mas utiliza mistura de argila tratada com grafite moído.

Na etapa seguinte, que consiste na produção do lápis cru, é feita uma ranhura na tabuinha e introduzida a mina (de grafite ou de cor) para formar um "sanduíche", usando outra tabuinha. O lápis é denominado cru porque ainda não recebeu nenhum acabamento superficial.

Na etapa de acabamento e embalagem, os lápis de madeira de grafite e de cor são pintados, carimbados, envernizados, apontados e embalados. São utilizados equipamentos bastante semelhantes, mas, por questões de escala de produção e organização de trabalho, as etapas de acabamento e embalagem dos lápis de grafite e dos lápis de cor são realizadas em equipamentos distintos. A embalagem, no caso da Faber Castell, pode ser automática ou manual.

A Faber utiliza vários tipos de embalagem para acondicionar e comercializar o lápis, como, por exemplo: cartelas de papel cartão contendo 2 a 12 lápis, de grafite ou cor; estojo de papel cartão com 6, 12, 24, 36, 48 ou 60 lápis, em cores sortidas; e estojo de papel cartão com 72 ou 144 lápis (preponderantemente de grafite). Há também acondicionamento de lápis a granel, de grafite ou cor, em caixas de papelão, em quantidades variadas.

Já o processo de fabricação de lápis de resina plástica standard pela BIC consiste na sobreposição de três camadas ao redor e uma principal chamada "mina". Tais camadas são formadas em um processo de extrusão das matérias-primas correspondentes a cada uma delas, sobrepondo-se uma à outra através de uma matriz chamada "cabeça de extrusão", formando o lápis.

Para a produção pela BIC do lápis de resina plástica standard são utilizados, em maior quantidade, poliestireno de alto impacto e poliestireno cristal, ambos recebidos a granel por caminhão cisterna e em sacaria, além de polipropileno, polietileno e corantes. Em seguida, para conseguir a configuração em camadas concêntricas do lápis, os materiais são extrusados, em um processo de alta precisão. Para isso, o setor de fábrica de lápis conta com três linhas de extrusão equipadas com um sistema de alimentação automática das matérias-primas plásticas poliestirenos cristal e de alto impacto, e um depósito funil para alimentação manual dos dosadores de corante para cada extrusora. O sistema suga todas as matérias-primas plásticas dos boxes e do silo de distribuição

Depois do processo de extrusão, o lápis de resina plástica standard já conformado (hexagonal ou redondo) é cortado com comprimento um pouco maior que o tamanho final. Este "lápis bruto" é esticado antes de entrar na máquina CMP (corta, marca e aponta), onde é realizado um segundo corte no lápis, mais preciso que o primeiro. A seguir, é feita a marcação do logotipo da empresa, via hot stamp, sendo o lápis, então, apontado ou não, de acordo com a necessidade.

Após o processo de acabamento, o lápis de resina é embalado em caixas denominadas "vai e vem" de até 2.000 peças. Essas caixas são colocadas em um pallet padrão de 100.000 peças, que, por sua vez, é armazenado na área de "material em processo" até que seja movimentado para uma máquina de embalagem específica.

Ao final, os lápis de resina podem ser embalados de três maneiras: (i) a granel, em caixa com 2.000 lápis, logo após a embalagem em caixa de papelão "vai e vem"; (ii) em caixa com 1.728 lápis, embalados em 12 caixas de 12 cartuchos com 12 lápis cada, por uma máquina automática chamada "encartuchadora"; e (iii) caixa com 1.728 lápis embalados com 24 cartuchos com 72 lápis cada, onde é utilizada uma máquina contadora de marca com alimentação manual de lápis em funil superior.

No que tange aos canais de distribuição da indústria doméstica, a Faber Castell classificou-as em vendas diretas e indiretas. Foram categorizadas como vendas diretas aquelas realizadas para funcionários. As vendas indiretas abarcariam três canais: (1) atacado/varejo; (2) clientes como escolas, hotéis e outras empresas, para os quais a Faber produz e vende o material personalizado com marca própria do cliente, categorizada como "marca própria"; e (3) o canal denominado "governo", de empresas que participam das licitações governamentais, ainda que a Faber não tenha participado diretamente de processos licitatórios. A empresa também realiza vendas para partes relacionadas [CONFIDENCIAL].

A Faber classificou a categoria de seus clientes de acordo com os seguintes critérios: 1- venda direta (funcionários); 2 - distribuidor autorizado; 3 - outros distribuidores; 4 - atacado/varejo; 5- marca própria e 6- licitação. Entre 2014 e 2018, os volumes direcionados a cada uma dessas categorias foram equivalentes a [CONFIDENCIAL].

Em relação às linhas de produtos, a Faber classificou as vendas em [CONFIDENCIAL].

A BIC produz unicamente sua marca e uma linha, denominada Evolution, em sua planta localizada em Manaus. A produção é transferida para os centros de distribuição, localizados em Manaus/AM (a partir de P3), Uberlândia/MG, Barueri/SP e Ipojuca/PE (a partir de P5). A BIC realiza vendas diretas a clientes localizados na região Norte. Os demais canais seriam o atacado e o varejo. As vendas para partes relacionadas (Pimaco, BIC Graphic e Grêmio) são destinadas à revenda.

A BIC classificou as categorias de clientes seguindo os seguintes critérios: 1- venda direta; 2- papelaria, mercearia, distribuidores e outros atacadistas; 3- papelaria varejo, supermercados e hipermercados e supermercados atacadista; 4- subsidiárias; e 5 - fornecedores, hotéis, clube atacadista e base militar. Entre 2014 e 2018, os volumes direcionados a cada uma dessas categorias foram equivalentes a, respectivamente, [CONFIDENCIAL].

2 3 1. Das manifestações das partes interessadas sobre o produto até a determinação preliminar

Em resposta ao questionário do importador, a BRW Suprimentos Escolares e Escritório Ltda., Comércio e Importação Sertic Ltda, Industria Gráfica Foroni Eireli, Maped do Brasil Ltda.e Molin do Brasil Comercial e Distribuidora Ltda. apresentaram considerações a respeito do Código de Identificação do Produto (CODIP) proposto pelas peticionárias em sua petição de início de investigação e adotado nos questionários encaminhados pela autoridade investigadora aos importadores e aos produtores/exportadores.

No entendimento das importadoras BRW, Foroni e Maped, o CODIP referente ao material externo, ao qual foi atribuído a letra A, deveria incluir como característica adicional um terceiro elemento (A3), resina reciclada, além dos propostos pelas peticionárias, madeira (A1) e resina (A2). Para a Molin, o CODIP deveria refletir, quanto ao material externo, os lápis de papel jornal.

Sobre o CODIP proposto pelas peticionárias, a Molin considerou que outras características como espessura do grafite ou da mina, espessura do corpo, tamanho, peso, grau de apagabilidade e de coloração foram desconsideradas, mas podem ter impacto sobre os preços dos produtos.

Além dessas características, a Sertic acrescentou que a aplicação de pingentes e acessórios aos lápis também teria impacto sobre os preços do produto.

Em relação ao produto, BRW destacou que o produto produzido pela indústria nacional seria de qualidade superior em relação ao produto objeto da investigação, razão pela qual apresentariam preços distintos e não poderiam ser comparáveis. A BRW apresentou tabela comparativa entre as minas dos lápis chineses importados por ela e os lápis produzidos pela indústria doméstica para demonstrar as diferenças entre os produtos investigado e o similar. Segundo a tabela, o lápis de resina com mina colorida da BIC, por exemplo, seria 51,22% superior ao lápis de resina com mina colorida importado pela BRW.

A Kian destacou que o produto por ela importado (lápis de carpinteiro), originário da China, seria de qualidade equivalente ao produzido pela indústria doméstica, mas o preço do produto chinês seria mais vantajoso em relação ao ofertado pelos concorrentes nacionais.

As importadoras Maped, Molin, Summit e Tilibra ressaltaram que as importações suprem uma demanda não atendida pela indústria nacional em termos de exigências de marca, qualidade, variedade de cores e inovação.

Em 1º de outubro de 2019, a Leonora Comércio Internacional Ltda. protocolou manifestação solicitando que na verificação in loco fossem realizados esclarecimentos adicionais junto à peticionária Faber-Castell em relação:

às diferenças na matéria-prima, custos de produção, qualidade, valor agregado pela marca e segmentação de mercado entre os lápis comercializados sob as marcas "Multicolor" e "Coramor" e a marca "Faber-Castell"; aos produtos "lápis carpinteiro" e "lápis profissional", para esclarecer eventuais diferenças no tocante à matéria-prima (qualidade da mina), custos de produção e diferenciação de preços em função de suas características; e adoção de um fator único de conversão para lápis de madeira (0,7740) e lápis de resina (0,7246), quando seria "mais adequado e preciso" a adoção de fatores de conversão que levem em consideração também a diferença entre lápis grafite e lápis de cor, CODIPs B1 e B2.

Em manifestação de 23 de dezembro de 2019, a Leonora reiterou os questionamentos, afirmando que as respostas aos esclarecimentos solicitados teriam sido, no Relatório de Verificação in loco, "elusivas" e não teriam deixado clara a realidade do mercado brasileiro de lápis em sua grande diversidade.

A Faber Castell teria se restringido a prestar informações sobre os lápis "Multicolor" e "Coramor", quando operaria também com outra "linha de combate", a "Greencastle". Teria, assim, se omitido de apresentar, à equipe investigadora, os dados dessa marca.

A Leonora afirmou, nesse sentido, que a segmentação de mercado, apontada pela peticionária como "trivial", seria, pelo contrário, determinante.

A diferenciação nos preços entre as linhas denominadas "de combate" e a "premium", justificada pela Faber em razão da "embalagem diferenciada", seria, no entendimento da importadora, decorrente da presença ou não da marca Faber Castell no rótulo do produto. Seus lápis deteriam um poder de marca que nenhum outro concorrente possuiria, o que permitiria à empresa precificar seus produtos em um patamar diferenciado.

As linhas de combate da Faber Castell representariam "estratégia de concorrer com os outros segmentos sem perder o valor da marca".

Assim, afirmou a Leonora, seria inegável que o mercado opera em dois segmentos muito distintos: "linha premium" e "linha de combate". Logo, a comparação entre os produtos importados pela Leonora, que se enquadrariam nas "linhas de combate", e a "linha vermelha" da Faber-Castell não faria sentido, de forma que qualquer cálculo de subcotação estaria inevitavelmente distorcido.

A Leonora destacou, ademais, que "a heterogeneidade das importações e dos produtos vendidos pela indústria doméstica não permite que mercadorias de características diferentes, destinados a públicos diferentes, com preços diferentes, sejam tratados como equivalentes". Assim, a separação do CODIP em madeira e resina, cor e grafite, não seria suficiente para abarcar essas particularidades.

No caso do lápis de carpinteiro, o produto seria classificado como lápis de madeira e de grafite. Os lápis de carpinteiro seriam destinados a uso de profissionais como carpinteiros, pintores, marceneiros, entre outros que necessitam de um produto que os permita escrever em madeira, cimento, gesso, entre outras superfícies. Os lápis pretos de uso escolar têm finalidade completamente distinta. Isso se refletiria, novamente, no preço das mercadorias.

Por fim, a importadora argumentou que "a assertividade da quantidade importada dos produtos sob investigação estaria prejudicada pelos fatores de conversão de grosas para quilos utilizados pelas peticionárias e indicados por estas para a SDCOM".

No entendimento da Leonora, no Parecer nº 22/2019, a SDCOM teria sido "clara ao indicar que por conta da grande variedade de formas de comercialização não pôde obter os volumes diretamente", fazendo referência ao parágrafo 108 do Parecer.

A Leonora solicitou, assim, ser necessária a segregação em CODIP em maior detalhe, considerando os lápis de carpinteiro, lápis-brinde e meio-lápis; a adoção de fatores de conversão diferentes daqueles utilizados para lápis de uso escolar e, portanto, atualização dos valores, volumes e preços das importações; e na análise de subcotação, separação dos lápis da "linha premium" das "linhas de combate". Os lápis de carpinteiro, lápis profissionais, lápis-brinde e meio-lápis também deveriam ter subcotações calculadas separadamente.

Em resposta às manifestações das importadoras, a Faber apresentou considerações em 3 de fevereiro de 2020, destacando sua capacidade de produção e oferta de produtos sustentáveis e inovadores. Ressaltou ainda que a indústria doméstica teria hoje capacidade instalada superior à demanda nacional, de forma que seria capaz de atender à totalidade do mercado brasileiro.

Em relação à questão do preço, a Faber Castell argumentou que "contrariamente ao que fazem acreditar tais partes interessadas, não é o custo da indústria doméstica que é inviável, mas, sim, os preços praticados nas importações originárias da China que são distorcidamente baixos em decorrência da prática de dumping, inviabilizando a concorrência por parte dos produtores nacionais".

Em nova manifestação, protocolada em 5 de fevereiro de 2020, a importadora Leonora reiterou o questionamento sobre as diferentes linhas de produtos, argumentando que a "segmentação de mercado é um dos pontos mais relevantes do processo em tela, já que os produtos da linha vermelha da Faber Castell são comercializados a preços em muito superiores àqueles das chamadas linhas de combate da mesma empresa".

2 3 2 Das considerações da SDCOM

Em relação às manifestações da BRW, Sertic, Foroni, Maped e Molin no sentido de incluir característica adicional ao CODIP, ressalta-se, inicialmente, que as importadoras se limitaram, nos respectivos questionários, a propor o acréscimo, sem apresentar fundamentação para as alterações propostas.

Em segundo lugar, as produtoras/exportadoras chinesas que responderam ao questionário do produtor/exportador e tiveram seus dados verificados in loco por esta autoridade investigadora não solicitaram alterações aos CODIPs originalmente propostos pelas peticionárias. A única ressalva é com relação à empresa Pengsheng, a qual alegou diferenças de custo de produção e de preço em decorrência de utilização de resina reciclada. Contudo, a empresa solicitou a desconsideração de seus dados de custo de produção e de valor normal, impossibilitando a verificação objetiva desse fator e a confirmação de suas alegações. Desse modo, a apuração das margens de dumping individuais no âmbito do presente processo de investigação de prática de dumping e de dano à indústria doméstica dele decorrente não poderá levar em consideração as características sugeridas pelos importadores supramencionados, dados que os próprios produtores dos produtos objeto da investigação não reportaram dados em seus questionários que reflitam tais diferenciações.

Segundo os dados de importação da Secretaria Especial da Receita Federal, em P5, as importações do produto objeto da investigação contendo a descrição "resina reciclada" corresponderam a [RESTRITO]% do volume total importado. A depuração dos dados de importação, recorda-se, é baseada na análise do campo descrição da mercadoria constante nas Declarações de Importação. Trata-se de campo de livre preenchimento por parte do importador e sujeito, assim, a conter diferentes graus de detalhamento.

De outra parte, pela análise dos dados da RFB, não foram observadas relevantes e consistentes diferenças de preços entre os lápis importados identificados como de resina "reciclada" e aqueles identificados unicamente como de resina, de tal forma que não se justificaria a criação de novo CODIP. Convém relembrar que o CODIP adotado para fins da investigação deve ser representado por uma combinação alfanumérica que reflete as características do produto, e que a combinação alfanumérica refletirá, em ordem decrescente, a importância de cada característica do produto, começando pela mais relevante. Logo, entende-se que não restou demonstrada a relevância de alteração do CODIP para incluir as características supramencionadas.

Ademais, verificou-se não ser viável avaliar a representatividade das importações de mercadorias de acordo com a espessura da mina ou do corpo, tamanho, peso, grau de apagabilidade e de coloração, assim como a aplicação de pingentes e outros acessórios, justamente porque o campo descrição da mercadoria nas Declarações de Importação não foi preenchido com esse grau de detalhamento, tampouco foram prestadas informações pelos importadores que responderam aos questionários que possibilitassem essa avaliação. Assim, também não se justifica a criação de CODIPs que reflitam essas características. Para que a autoridade investigadora possa proceder a ajustes com vistas à justa comparação, nos termos do Artigo 2.4 do ADA, é necessário que reste demonstrado que tais diferenças afetam a comparabilidade de preços, o que não é o caso para tais características físicas sugeridas pelos referidos importadores.

Em relação à manifestação da BRW, não foi possível concluir, com base nos dados aportados pela importadora, se o comparativo apresentado em relação às minas se referia ao peso, à espessura ou a outra característica das minas, razão pela qual não foi possível estabelecer as diferenças de qualidade e de preço alegadas.

Em relação à manifestação da Leonora sobre o produto, datada de 23 de dezembro de 2019, na qual destaca a necessidade de segregar em CODIP levando-se em consideração os lápis de carpinteiro, lápis brinde e meio lápis, destaca-se que é concedida aos importadores brasileiros, produtores/exportadores e outros produtores nacionais a oportunidade de manifestar-se sobre o modelo do produto e propor outra característica que deva ser refletida no CODIP proposto pelas peticionárias.

O prazo final para envio da resposta ao questionário do importador daqueles que tiveram prorrogações de prazo deferidas, como foi o caso da Leonora, encerrou-se em 1º de novembro de 2019. Para que as manifestações sobre os modelos de produtos sejam consideradas desde o início da investigação, é inclusive permitido que as partes interessadas submetam-nas antes mesmo da habilitação de represente legal, conforme dispõe o inciso III, §3º do art 2º da Portaria nº 30, de 7 de junho de 2018, que regulamenta o procedimento eletrônico relativo aos processos de defesa comercial.

Contudo, a despeito das oportunidades previstas na regulamentação de investigações de defesa comercial para a apresentação tempestiva de comentários sobre modelos de produto, observou-se que Leonora optou por não submeter questionário no âmbito deste processo. Sua manifestação a respeito do CODIP, de outra parte, é datada de 23 de dezembro de 2019, quando as verificações in loco tanto na indústria doméstica, quanto nas produtoras/exportadoras chinesas, já haviam sido concluídas. Esse fato demonstra a intempestividade da manifestação da parte interessada, uma vez que a coleta de dados primários e o processo de validação desses dados mediante verificação in loco nos produtores/exportadores que responderam ao questionário foram realizadas conforme a proposta de CODIP previamente informada a todas as partes interessadas nos questionários encaminhados quando do início do procedimento de investigação. Ressalte-se que as demais partes interessadas, em especial os produtores/exportadores chineses, não apresentaram pleitos de alteração de CODIP por conta os produtos mencionados pela Leonora (lápis de carpinteiro, lápis brinde e meio lápis).

De todo modo, procedeu-se à análise do pleito da importadora. Verificou-se, para tanto, a representatividade do lápis de carpinteiro, lápis brinde e meio lápis sobre o total das importações originárias da China.

A análise dos dados da RFB indica que, em P5, as importações de lápis de carpinteiro originários da China corresponderam a 2,75% do volume total importado daquela origem. Não houve registros de importação de lápis brinde em P5. Em relação a meio lápis, as descrições das mercadorias importadas fazem referências a "lápis meio sextavado" ou a "lápis meio redondo", o que gera dúvida se, de fato, se trataria do meio lápis a que se refere a importadora ou algum outro tipo de lápis. O volume dos lápis contendo referidas descrições em P5 foi de 3,5% do total das importações originárias da China.

Por todo o exposto, independentemente da intempestividade dos argumentos apresentados pela parte interessada, não se vislumbra justificativa para a criação de CODIPs específicos para referidos produtos ou cálculos de subcotação em separado.

Em relação ao fator de conversão de grosas para quilogramas calculado, cumpre esclarecer que, diferentemente do entendimento da Leonora, os volumes importados foram obtidos dos dados de importação da RFB já em quilograma. Para aquelas importações originárias da China em forma de kits, estojos, conjuntos, etc, que incluíam produtos diferentes de lápis, como apontador, borracha, régua compasso, entre outros, e que corresponderam, em P5, a 6% do volume total importado, foi utilizada a metodologia a seguir para apuração das quantidades importadas quilogramas referentes apenas ao produto objeto da investigação, explicitada no Parecer nº 22/2019:

"106. Para fins de apuração do preço de exportação de lápis de madeira e lápis de resina plástica, com mina de cor ou de grafite, da China para o Brasil, foram consideradas as respectivas exportações destinadas ao mercado brasileiro efetuadas no período de análise de indícios de dumping, ou seja, as exportações realizadas de janeiro a dezembro de 2018. Os dados referentes aos preços de exportação foram apurados tendo por base os dados detalhados das importações brasileiras, disponibilizados pela Receita Federal do Brasil (RFB), na condição FOB, excluindo-se as importações de produtos identificados como não sendo o produto objeto da investigação, conforme pode-se verificar no item 5.1 deste documento.

107. É necessário ressaltar que, entre os itens importados e considerados como objeto de investigação, encontram-se diversas formas de unidades de comercialização, entre elas: unidades de lápis, grosas (conjunto de 144 lápis), caixas, estojos, kits, cartuchos, pacotes, embalagens e latas.

108. Em algumas unidades de comercialização - estojos, kits, conjuntos, etc -, observaram-se produtos diferentes de lápis, como apontador, borracha, régua, compasso, cadernos, entre outros, que impactaram no peso e no valor registrado do item, tornando tanto o volume, como os valores em FOB e CIF constantes nessas importações específicas, métricas inapropriadas para contabilização. Essas importações corresponderam a aproximadamente 6% do total do volume importado em P5, sendo que a maior proporção encontrada no período de análise de dano foi em P4 (9%). Em P1 tal relação foi de cerca de 3%. Dessa forma, para se chegar ao real volume importado de lápis, foi feita análise da descrição dessas importações, depurando-se a quantidade de lápis comercializada em cada uma delas e convertendo-a em grosas."

No que tange à diferenciação nos preços entre a linha denominada "de combate" e a linha "premium", que inviabilizaria, no entendimento da Leonora, a comparação entre os produtos por ela importados, que se enquadrariam nas "linhas de combate", e a "linha vermelha" da Faber, destaca-se que a importadora não trouxe nenhum elemento de prova objetivo que possibilitasse a comprovação da alegação. Tampouco, em face da ausência de resposta ao questionário por parte da Leonora, foi possível concluir se a totalidade das importações por ela realizadas se enquadrariam, de fato, na linha denominada "de combate".

Por outro lado, apesar da natureza intangível das alegações sobre "marca", com vistas a buscar a justa comparação e esgotar, de forma conservadora, todas a eventuais diferenças que afetem a comparabilidade de preços, a análise de subcotação, no item 6.7.1 abaixo, foi realizada pela SDCOM em distintos cenários, buscando-se neutralizar também os alegados efeitos da "marca" sobre os preços da indústria doméstica, com base nos elementos constantes nos autos do processo, e considerando os dados da indústria doméstica validados em sede verificação in loco.

Ao se analisar a totalidade das evidências aportadas aos autos do processo pelas partes interessadas, não foi possível confirmar as alegações das importadoras BRW, bem como da própria Leonora, acerca de outras diferenças de qualidade que afetem a justa comparação, seja em termos de apuração de margem de dumping, seja em termos de apuração de efeitos das importações objeto da investigação sobre o preço do produto similar da indústria doméstica. À luz dos elementos de fatos constantes nos autos do processo até esta determinação preliminar e dos critérios objetivos previstos no art. 9º do Regulamento Brasileiro, conclui-se que o produto objeto da investigação e o produto similar produzido pela indústria doméstica são similares, conforme indicado no item 2.4 infra.

15 1. 1. Das manifestações das partes interessadas sobre o produto após a determinação preliminar

Em 2 de julho de 2020, a importadora OVD requereu a exclusão do lápis de carpintaria e/ou marcenaria do produto objeto da investigação. A importadora alegou que referidos lápis, que não alcançariam 3% das importações brasileiras, apresentariam aparência absolutamente distinta dos lápis ditos de uso escolar ou artístico. Ademais, os lápis de carpintaria e/ou marcenaria, durante todo o período de vigência da aplicação de medida antidumping sobre lápis de madeira, inclusive nas respectivas revisões, sempre teriam sido excluídos do processo investigatório.

Em 22 de julho de 2020, a Faber Castell refutou a manifestação da importadora OVD, argumentando que o fato de um modelo específico do produto objeto da investigação ter pouca representatividade no total importado de forma alguma significaria que não se trata de produto similar e, muito menos, que não causa dano à indústria doméstica produtora do produto similar.

Destacou ainda que o escopo da presente investigação antidumping se diferenciaria do escopo do direito antidumping anteriormente aplicado, como teria restado claro desde a petição inicial deste processo.

Além disso, a Faber ressaltou que, na resposta ao questionário do importador, a OVD não teria questionado a similaridade dos lápis carpinteiro, nem solicitado sua exclusão do escopo do processo, tendo apenas ratificado a similaridade entre o produto importado e aquele produzido pela indústria doméstica.

15 1. 2 Das considerações da SDCOM

A despeito de apresentarem aparência específica e terem sido excluídos em processos de investigações anteriores, os lápis de carpintaria e/ou marcenaria inserem-se na definição do produto objeto da investigação no presente processo, conforme exposto no item 2.9 supra, nos termos do art. 10 do Regulamento Brasileiro.

Recorda-se, ademais, que os dados da indústria doméstica e dos produtores/exportadores chineses, que já foram objeto de verificação in loco, bem como os dados de importação da RFB, incluem os dados referentes aos lápis de carpinteiro. Nesse sentido, refuta-se a manifestação da OVD, uma vez que não foram apresentados elementos objetivos para afastar a inclusão dos lápis de carpintaria e/ou marcenaria do escopo da investigação, nos termos do referido art. 10.

2 4 Da classificação e do tratamento tarifário

Os lápis de madeira ou de resina plástica com mina de cor ou mina de grafite são classificados no item 9609.10.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM), com a seguinte descrição: "Lápis", conforme descrito a seguir:

NCM	DESCRIÇÃO	TEC (%)
9609	Lápis, minas, pastéis, carvões, gizes para escrever ou desenhar e gizes de alfaiate.	18
9609.10.00	Lápis	

Durante o período de análise de dano, a alíquota de Imposto de Importação incidente sobre o produto classificado na NCM 9609.10.00 manteve-se inalterada em 18%.

Para as importações amparadas pelo Acordo de Livre Comércio Mercosul-Israel, há preferência tarifária estabelecida em 12,5%.

Para além do tratamento tarifário, convém destacar, ainda, que até 3 de fevereiro de 2015 (início de P2), vigorou o direito antidumping aplicado sobre as importações de lápis de madeira originárias da China, estabelecido pela Resolução no 2, de 3 de fevereiro de 2009, publicada no DOU de 4 de fevereiro de 2009, que prorrogou o direito por cinco anos. O direito foi mantido em vigor devido ao início da revisão estabelecido pela Circular SECEX nº 4, de 7 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 10 de fevereiro de 2014. Todavia, por meio da Circular SECEX nº 1, de 2 de fevereiro de 2015, publicada no DOU de 3 de fevereiro de 2015, que encerrou a revisão mencionada, o direito foi extinto.

Há ainda produtos não estão incluídos no escopo do produto objeto da investigação, mas que podem ser importados mediante classificação indevida. Nesse sentido, as peticionárias informaram que podem ser indevidamente classificadas no código 9609.10.00 os itens abaixo:

NCM	DESCRIÇÃO
9609.90.00	Outros
4016.92.00	Borrachas de apagar
3304.10.00	Produtos de maquiagem para os lábios
3304.20	Produtos de maquiagem para os olhos
3304.20.10	Sombra, delineador, lápis para sobrancelhas e rímel
3304.20.90	Outros

Ressalte-se que os referidos produtos não fazem parte do escopo do produto objeto da investigação, nos termos do item 2.2 deste documento.

2 5 Da similaridade

O § 1º do art. 9º do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece lista dos critérios objetivos com base nos quais a similaridade deve ser avaliada. O § 2º do mesmo artigo estabelece que tais critérios não constituem lista exaustiva e que nenhum deles, isoladamente ou em conjunto, será necessariamente capaz de fornecer indicação decisiva.

O produto objeto da investigação e o produto similar produzido no Brasil são, em geral, produzidos a partir das mesmas matérias-primas, quais sejam, madeira e/ou resina plástica e mina de grafite ou de cor. De acordo com informações da petição, da resposta ao pedido de informações complementares, que foram objeto de verificação in loco, as diferenças encontradas dizem respeito à forma de apresentação, inclusive o apelo visual e o número de unidades de lápis por embalagem. A composição química e as características físicas do produto objeto de investigação e do produto similar produzido no Brasil são basicamente as mesmas. Ademais, os lápis fabricados no Brasil e aqueles objeto da investigação são produzidos mediante processo produtivo semelhante.

No que se refere aos usos e aplicações dos lápis, não há diferenças entre o produto objeto da investigação e aquele fabricado no Brasil, sendo ambos destinados a ambientes escolares, educativos, recreativos, profissionais e de escrita em geral, tendo elevado grau de substitutibilidade.

Por fim, no que se refere aos canais de distribuição, verificou-se que tanto as importações objeto de investigação como o produto similar produzido pela indústria doméstica são destinados, em sua maioria, a distribuidores.

2 6 Da conclusão a respeito da similaridade

O art. 9o do Decreto nº 8.058, de 2013, dispõe que o termo "produto similar" será entendido como o produto idêntico, igual sob todos os aspectos ao produto objeto da investigação ou, na sua ausência, outro produto que, embora não exatamente igual sob todos os aspectos, apresente características muito próximas às do produto objeto da investigação.

Dessa forma, diante das informações apresentadas e da análise constante nos itens anteriores deste documento, concluiu-se que o produto produzido no Brasil é similar ao produto objeto da investigação, nos termos do art. 9º do Decreto no 8.058, de 2013.

3 DA INDÚSTRIA DOMÉSTICA

Segundo o art. 34 do Decreto nº 8.058, de 2013, o termo indústria doméstica será interpretado como a totalidade dos produtores do produto similar doméstico. Nos casos em que não for possível reunir a totalidade destes produtores, o termo indústria doméstica será definido como o conjunto de produtores cuja produção conjunta constitua proporção significativa da produção nacional total do produto similar doméstico.

Tendo em vista que as peticionárias representam mais de 95% da produção nacional do produto similar, tal qual explicitado no Parecer SDCOM nº 22, de 14 de agosto de 2019, definiu-se como indústria doméstica as linhas de produção de lápis de madeira, com mina de grafite ou mina de cor, da Faber-Castell, e de lápis de resina plástica, com mina de grafite ou mina colorida, da BIC.

4 DO DUMPING

De acordo com o art. 7º do Decreto n o 8.058, de 2013, considera-se prática de dumping a introdução de um bem no mercado brasileiro, inclusive sob as modalidades de drawback, a um preço de exportação inferior ao valor normal.

Na presente análise, utilizou-se o período de janeiro de 2018 a dezembro de 2018, a fim de se verificar a existência de indícios de prática de dumping nas exportações para o Brasil de lápis de madeira e de resina plástica, com mina de grafite ou mina de cor, originário da China.

4.1 Do dumping para efeito do início da investigação

4.1.1 Do valor normal para efeito do início da investigação

De acordo com item "iii" do Art. 5.2 do Acordo Antidumping, incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro por meio do Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, a petição deverá conter informação sobre os preços pelos quais o produto em questão é vendido quando destinado ao consumo no mercado doméstico do país de origem ou de exportação ou, quando for o caso, informação sobre os preços pelo quais o produto é vendido pelo país de origem ou de exportação a um terceiro país ou sobre o preço construído do produto (valor construído).

Para fins de início de investigação, apurou-se o valor normal construído na China. Ressalte-se que, tendo em vista a indisponibilidade da composição do custo de empresas chinesas produtoras/exportadoras do produto objeto da investigação, a estrutura de custo de produção para a construção do valor normal na China foi determinada a partir da estrutura de custo da Faber-Castell para o lápis de madeira e da estrutura de custo da BIC para lápis de resina.

No caso de lápis de madeira produzidos pela Faber-Castell, optou-se por utilizar a estrutura de custos dos produtos de códigos [CONFIDENCIAL] (lápis de cor) sem nenhum acessório e [CONFIDENCIAL] (lápis de grafite), uma vez que, conforme alegado pela peticionária, essas duas linhas de produtos seriam as mais vendidas pela Faber-Castell no período de análise de dumping (P5). A peticionária apresentou a estrutura do custo de produção, bem como o cálculo dos valores de matérias-primas, utilidades, outros materiais, outros custos variáveis, mão de obra operacional, outros custos fixos e depreciação, conforme metodologia explicada nos parágrafos seguintes.

Para fins de determinação dos preços das matérias-primas referentes à produção do lápis de madeira, optou-se por utilizar os preços médios ponderados das importações realizadas na China, conforme dados disponibilizados pelo TradeMap do International Trade Centre (ITC), relativamente aos meses de janeiro a dezembro de 2018, período de análise de dumping. Esses dados são apresentados na condição CIF. As matérias-primas consideradas, com suas respectivas subposições tarifárias do Sistema Harmonizado, foram: a) para lápis de madeira: grafite (SH 2504.10); nitrocelulose (SH 3912.90); e madeira (SH 4407.19).

Aos preços CIF obtidos foram adicionados valores relativos ao imposto de importação vigente no país importador (China), além de despesas de internação. Os dados de imposto de importação foram obtidos no sítio eletrônico da Organização Mundial do Comércio em sua Consolidated Tariff Schedules Database (CTS), mais especificamente as tarifas médias (Average of AV Duties) aplicadas (Applied_MFN).

Para o cálculo das despesas de internação considerou-se, para fins de início de investigação, conforme sugestão da peticionária, que tais despesas na China seriam semelhantes às despesas de internação no mercado brasileiro, tendo sido utilizado o percentual de 2,7%, o mesmo utilizado no Parecer DECOM nº 3, de 2014, do processo MDIC/SECEX no 52272.003247/2013-12, relativo à revisão do direito antidumping das importações de lápis de madeira, originárias da China.

Com relação às despesas de frete interno, optou-se, conservadoramente, por não atribuir valores a tais despesas, conforme sugerido pela peticionária, considerando a possibilidade de que o importador tenha sua planta próxima ao porto de importação.

Matérias-primas para lápis de madeira (a) (Valores em US$/kg)

	Preço CIF - US$/kg	Alíquota de Imposto de Importação	Imposto de Importação	Despesas Internação (2,7% Preço CIF)	Preço CIF Internado
Grafite (2504.10)	0,79	3,0%	0,024	0,021	0,84
Nitrocelulose (3912.90)	6,45	6,5%	0,419	0,174	7,04
Madeira (4407.19)	0,34	0,0%	-	0,009	0,35

No que se refere ao insumo "madeira (SH 4407.19)", as peticionárias alegaram que os preços apurados por meio do TradeMap não refletiam adequadamente a aquisição deste insumo no setor de lápis, razão pela qual solicitaram que fosse utilizado o valor pago pela [CONFIDENCIAL] referente à importação deste insumo. Para fins de início da investigação, a autoridade investigadora considerou que a utilização do preço sugerido pelas peticionárias não traria prejuízos para as produtoras/exportadoras chinesas por representar, de forma conservadora, valores mais baixos que os levantados nas estatísticas de importação na China. Deste modo, para a madeira foi utilizado o preço pago por esta empresa brasileira e não o preço apurado por meio do TradeMap.

Lápis de resina com mina de cor [CONFIDENCIAL]

Matérias-primas	Consumo (kg/grosa) (A)	Preço Importação China (US$) (B)	Custo Construído (US$/grosa) (A x B)
Mastercatch & expander	[CONFIDENCIAL]	1,49	[CONFIDENCIAL]
Poliestireno de Alto Impacto	[CONFIDENCIAL]	1,55	[CONFIDENCIAL]
Colouring compound	[CONFIDENCIAL]	2,13	[CONFIDENCIAL]
Custo de matérias-primas	-	-	[CONFIDENCIAL]

Lápis de resina com mina de grafite [CONFIDENCIAL]

Matérias-primas	Consumo (kg/grosa) (A)	Preço Importação China (US$) (B)	Custo Construído (US$/grosa) (A x B)
Grafite ou composto de grafite	[CONFIDENCIAL]	0,22	[CONFIDENCIAL]
Mastercatch & expander	[CONFIDENCIAL]	1,49	[CONFIDENCIAL]
Poliestireno de Alto Impacto	[CONFIDENCIAL]	1,55	[CONFIDENCIAL]
Custo de matérias-primas	-	-	[CONFIDENCIAL]

Ressalte-se que os custos das principais matérias-primas, conforme já descrito, foram apurados em US$/Grosa. Entretanto, para fins de utilização no Parecer de início, foram convertidos para US$/kg.

As taxas de conversão, para lápis de madeira e para lápis de resina, foram inferidas a partir dos dados de produção e estoques apresentados pelas peticionárias no Apêndice IX (Estoques) da petição, o qual possui dados tanto em grosas, como em quilogramas. Deste modo, apurou-se que, em P5, os fatores de conversão seriam: 0,7740 para lápis de madeira e 0,7246 para lápis de resina.

Destaca-se ainda que, na segunda revisão do direito antidumping sobre lápis de madeira com mina grafite e com mina de cor, que culminou com a prorrogação do prazo de aplicação do direito, conforme Parecer DECOM nº 2, de 13 de janeiro de 2009, o fator de conversão foi estabelecido por ocasião das verificações in loco nas empresas que, à época, compunham a indústria doméstica. Naquela oportunidade, foi selecionada uma cesta de lápis grafite e de cor a fim de se realizar a respectiva pesagem, obtendo-se, por conseguinte, o fator médio de conversão de 0,703 kg/grosa para os lápis grafite e de 0,729 kg/grosa para os lápis de cor. Esse fator foi utilizado para a conversão de todas as quantidades em grosas para kg então utilizadas.

No parecer de início desta revisão, optou-se por calcular o fator de conversão com base nos dados aportados pelas peticionárias, considerando que os dados do Parecer DECOM nº 2/2009 referem-se unicamente a lápis de madeira, bem como considerando que aqueles dados datam de 2008, de modo que os contidos no Apêndice IX (Estoques) da atual petição são mais atuais e refletem, com maior acurácia, os dados apresentados pela peticionária na presente investigação.

Deste modo foram apurados os custos das principais matérias-primas em US$/Kg, conforme apresentado no quadro a seguir:

Custo das matérias-primas principais [CONFIDENCIAL]

Matérias-primas	Custo de matérias-primas (US$/grosa)(A)	Fator de Conversão (B)	Custo de matérias-primas (US$/Kg) (A x B)
Lápis de madeira com mina de grafite	[CONFIDENCIAL]	0,77	[CONFIDENCIAL]
Lápis de madeira com mina de cor	[CONFIDENCIAL]	0,77	[CONFIDENCIAL]
Lápis de resina com mina de grafite	[CONFIDENCIAL]	0,72	[CONFIDENCIAL]
Lápis de resina com mina de cor	[CONFIDENCIAL]	0,72	[CONFIDENCIAL]

Para lápis de resina (b), foram considerados: composto de grafite (SH 2504.90), masterbatch & expander/expansor (SH 3903.11), poliestireno de alto impacto (SH 3903.19) e copolímeros de acrilonitrila-butadieno-estireno (ABS) (SH 3903.30). As despesas de internação foram apuradas por meio da metodologia aplicada às importações de insumos para lápis de madeira, conforme já reportado neste Parecer.

Em relação ao composto de grafite (SH 2504.90), as peticionárias haviam sugerido como fonte de preço as importações da China do resto do mundo, de acordo com os dados do TradeMap, desconsiderando as importações da Coreia do Sul. Inicialmente, destacou-se que, na verdade, a origem desconsiderada fazia referência à Coreia do Norte, e não à Coreia do Sul, conforme inicialmente informado na petição. Ademais, verificou-se que as importações chinesas originárias da Coreia do Norte, no SH 2504.90, corresponderam a 99,6% do total importado pela China em P5 (2018), sendo que o valor médio dessas importações foi US$ 0,11/kg. Com a exclusão das importações chinesas originárias da Coreia do Norte, o preço médio passaria para US$ 3,26/kg. Notou-se, portanto, divergência bastante significativa entre os preços médios das importações originárias da Coreia do Norte e das demais origens nas importações realizadas pela China.

A tabela a seguir ilustra volumes e preços médios dos cinco principais importadores de composto de grafite, expressos em US$/kg, por país e origem, em P5:

Preço do composto de grafite

Principais Importadores	Volume importado (mil t)	Principal Origem	Preço Importação Principal Origem (US$/kg)	Preço Importação médio (todas as origens, US$/kg)
China	45,1	Coreia do Norte	0,11	0,13
Malásia	20,8	Coreia do Sul	0,10	0,11
Japão	20,4	China	0,41	0,42
EUA	6,8	China	1,86	0,98
Filipinas	5	China	0,14	0,14

Nesse sentido, considerando os resultados encontrados na tabela acima, optou-se pela utilização do preço de US$0,21/kg, referente ao preço médio de importação de composto de grafite dos quatro principais destinos, à exceção da China, quais sejam, Malásia, Japão, EUA e Filipinas, considerados razoáveis para fins de início de investigação.

Matérias-primas para lápis de resina (b) (Valores em US$/kg)

	Preço CIF - US$/kg	Alíquota de Imposto de Importação	Imposto de Importação	Despesas de Internação (2,7% Preço CIF)	Preço CIF Internado
Composto de grafite (2504.90)	0,21	3,0%	0,006	0,006	0,22
Mastercatch & expander (3903.11)	1,36	6,5%	0,088	0,037	1,49
Poliestireno de Alto Impacto (3903.19)	1,42	6,5%	0,092	0,038	1,55
Colouring compound (3903.30)	1,95	6,5%	0,127	0,053	2,13

Para fins de determinação do índice de consumo das matérias-primas em questão, foram considerados os equivalentes as das fábricas das peticionárias. Abaixo são resumidos os dados em relação ao consumo de matéria-prima na fabricação de lápis de madeira ou lápis resina plástica, com mina de grafite ou mina de cor:

Lápis de madeira com mina de cor [CONFIDENCIAL]

Matérias-primas	Consumo (kg/grosa) (A)	Preço Importação China (US$) (B)	Custo Construído (US$/grosa) (A x B)
Nitrocelulose	[CONFIDENCIAL]	7,04	[CONFIDENCIAL]
Madeira*	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Custo de matérias-primas	-	-	[CONFIDENCIAL]

Lápis de madeira com mina de grafite [CONFIDENCIAL]

Matérias-primas	Consumo (kg/grosa) (A)	Preço Importação China (US$) (B)	Custo Construído (US$/grosa) (A x B)
Grafite ou composto de grafite	[CONFIDENCIAL]	0,83	[CONFIDENCIAL]
Nitrocelulose	[CONFIDENCIAL]	7,04	[CONFIDENCIAL]
Madeira (preço da ID)	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Custo de matérias-primas	-	-	[CONFIDENCIAL]

Na produção de lápis de madeira há o consumo de diversos produtos químicos e, na produção de lápis de resina, de diversas outras matérias-primas, que, isoladamente, não têm representatividade para serem separados dos demais insumos, mas que são fundamentais na fabricação do lápis. Com efeito, para apuração do preço dos outros produtos químicos utilizados na fabricação dos lápis de madeira, foi considerada a relação entre o dispêndio desses produtos sobre o custo das principais matérias-primas (grafite, nitrocelulose e madeira). De forma análoga, no caso dos lápis de resina, o preço das outras matérias-primas e da [CONFIDENCIAL] foi apurado a partir da relação entre o dispêndio com estes insumos em relação ao dispêndio com as principais matérias-primas (composto de grafite, masterbatch & expander, e poliestireno de alto impacto).

De forma semelhante, o custo das embalagens e o de outros custos variáveis, tanto para lápis de madeira como de resina, foi apurado a partir da relação entre o dispêndio de embalagem (ou de outros custos variáveis) e o dispêndio com as principais matérias-primas acrescida de outros produtos químicos.

No que diz respeito à construção do custo de energia elétrica por grosa, para ambos os tipos de lápis, foram levantados os consumos de energia elétrica por centro de custo nas fábricas das peticionárias. Para os centros de custo diretamente ligados à produção de lápis, foram atribuídos 100% do consumo. Já para centros de custos compartilhados com outros produtos, foi feito rateio por produção. Por sua vez, no tocante aos centros de custos que atendem todos os produtos da fábrica, o rateio foi feito por faturamento. Dessa forma, foi calculado um consumo de [CONFIDENCIAL] kWh/grosa para a fabricação de lápis de madeira (de mina de grafite ou de cor) e de [CONFIDENCIAL] kWh/grosa de lápis de resina plástica (de mina de grafite ou de cor). Os valores obtidos em Kwh/Grosa foram convertidos para KWh/kg aplicando-se a taxa de conversão para lápis de madeira e lápis de resina já apresentada deste documento.

Foram utilizadas as tarifas da Malásia, especificamente da categoria Tariff E1 - Medium Voltage General Industrial Tariff - For all the kWh, de características semelhantes àquelas em que a indústria doméstica se enquadra. Foi apurado um custo de energia elétrica de US$ 0,083 US$/kWh.

Segundo informam as peticionárias, a opção de se utilizar a Malásia se justifica por ser também um país asiático, para o qual estão disponíveis informações de fontes públicas oficiais. Para fins de início da revisão, acatou-se a sugestão da peticionária para utilização do preço de energia elétrica na Malásia. Quanto ao custo de outras utilidades, tanto para lápis de madeira como lápis de resina, verificou-se qual o custo total desta rubrica das peticionárias em P5 e qual o custo total relativo à energia elétrica. A relação entre o primeiro e o segundo valor foi aplicada ao custo da energia elétrica, obtendo-se o custo referente ao consumo de outras utilidades.

Para construir o custo de outros custos variáveis, para ambos os tipos de lápis, observou-se o custo total dessas rubricas das peticionárias em P5 e o custo total de matérias-primas mais outros produtos químicos/outras matérias-primas das peticionárias. A relação verificada entre o primeiro e o segundo valor foi aplicada ao custo construído das matérias-primas mais outros produtos químicos/outras matérias-primas da indústria doméstica.

Quanto ao custo de mão de obra, para ambos os tipos de lápis, foram utilizados novamente os dados da Malásia, retirados do sítio eletrônico de estatísticas oficiais do governo daquele país. O valor do salário médio para P5 verificado foi US$ 893,93. Segundo informam as peticionárias, a opção de se utilizar a Malásia se justifica por ser também um país asiático, para o qual estão disponíveis informações de fontes públicas oficiais. Além disso, cita o documento "Chinas Labour Market in Transition: Job Creation, Migration and Regulation", elaborado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômicos - OCDE (disponível em: www.oecd.org/migration/46616055.pdf), segundo o qual "mais de 200 milhões de pessoas têm sido levados a áreas urbanas por meio de migração oficial e não-oficial, a despeito de vários obstáculos à mobilidade laboral, incluindo o sistema de registro e associadas restrições ao acesso ao serviço social".

A autoridade investigadora considerou apropriada a sugestão da peticionária de se utilizar informações relativas à Malásia. Trata-se de informação que estava razoavelmente disponível à peticionária e que poderia representar as condições de mão de obra para a construção do valor normal do produto objeto de investigação, sendo, portanto, adequada para fins de início da investigação.

Considerando-se a quantidade de empregados alocados direta e indiretamente na produção e a quantidade produzida do produto similar nas peticionárias em P5, bem como o salário médio da Malásia, construiu-se o custo da mão de obra direta e indireta por grosa, conforme se segue:

Custo de mão de obra [CONFIDENCIAL] [RESTRITO]

	Lápis de Madeira - Cor	Lápis Madeira - Grafite	Lápis de Resina - Cor	Lápis de Resina - Grafite
Produção Lápis (em Grosas)	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Número de empregados diretos e indiretos	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Produção por empregado (grosas por empregado)	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Horas trabalhadas por ano	2.217,60	2.217,60	2.217,60	2.217,60
Grosas produzidas por hora por empregado	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Horas trabalhadas por empregado por grosa	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Valor Salário Mensal Malásia	893,93	893,93	893,93	893,93
Horas trabalhadas por mês	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Valor Salário Hora Malásia	4,84	4,84	4,84	4,84
Custo de mão de obra direta e indireta por grosa (US$/Grosa)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]

Tendo em conta que os valores apurados estão em US$/grosas, fez-se necessária conversão para US$/Kg, a qual foi realizada utilizando-se a taxa de conversão, para lápis de madeira e lápis de resina, já apresentada neste documento e reproduzida abaixo:

Custo de mão de obra [RESTRITO]

	Custo (US$/grosa) (A)	Conversão (Grosa/kg) (B)	Custo (US$/Kg) (A x B)
Lápis de madeira com mina de grafite	[RESTRITO]	0,77	[RESTRITO]
Lápis de madeira com mina de cor	[RESTRITO]	0,77	[RESTRITO]
Lápis de resina com mina de grafite	[RESTRITO]	0,72	[RESTRITO]
Lápis de resina com mina de cor	[RESTRITO]	0,72	[RESTRITO]

A construção dos custos de manutenção, outros custos fixos e depreciação foi feita, tanto para lápis de madeira, como para lápis de resina, de maneira análoga à utilizada para os custos de embalagem e custos variáveis. Verificou-se o total dessas rubricas das peticionárias em P5 e o custo total de matérias-primas mais outros produtos químicos/outras matérias-primas das peticionárias. A relação entre o primeiro e o segundo valor foi aplicada ao custo construído as matérias-primas mais outros produtos químicos/outras matérias-primas da indústria doméstica.

Deste modo foram apurados os custos de produção para o lápis de madeira - com mina de grafite ou colorida - e para o lápis de resina - com mina de grafite ou colorida.

Quanto à apuração das despesas/receitas operacionais, verificou-se a relação entre as despesas individuais - a saber (a) despesas gerais e administrativas, (b) despesas com vendas (exceto frete sobre vendas), (c) despesas e receitas financeiras e (d) outras despesas/receitas operacionais - e o custo dos produtos vendidos (CPV) da Faber-Castell, para lápis de madeira, e da BIC, para lápis de resina. Os percentuais assim apurados foram aplicados ao custo de produção de cada tipo de lápis, apurado conforme já explicado neste documento.

No que se refere à apuração da margem de lucro operacional, tanto para lápis de madeira como para lápis de resina, em face da limitada disponibilidade de dados para a construção do valor normal para fins de início da investigação, verificou-se a média da margem de lucro da Faber-Castell e da BIC, respectivamente, considerando o período de P1 para P5, e esta foi aplicada ao total de custos de produção acrescidas das despesas/receitas operacionais, conforme apresentado nas tabelas a seguir.

Margem de Lucro [CONFIDENCIAL]

Itens	Lápis de madeira	Lápis de resina
(A) Lucro operacional (P1 a P5)	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
(B) CPV + Despesas/Receitas Operacionais (P1 a P5)	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
(C = A/B) Relação (%)	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]

Desse modo, para fins de início de investigação, apurou-se o valor normal construído para a China, conforme metodologia descrita anteriormente e resumida nas tabelas abaixo para lápis de madeira com mina colorida, com mina de grafite, e lápis de resina com mina colorida e mina de grafite:

Valor normal para lápis de madeira com mina colorida [CONFIDENCIAL]

1. Custos Variáveis	Valor	%	US$/kg	Kg/Grosa	US$/Grosa		US$/Kg
1.1. Matérias-primas							[CONFIDENCIAL]
Madeira	[CONFIDENCIAL]		[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	0,77	[CONFIDENCIAL]
Nitrocelulose	[CONFIDENCIAL]		7,04	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	0,77	[CONFIDENCIAL]
Grafite	[CONFIDENCIAL]		0,84	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	0,77	[CONFIDENCIAL]
Outras matérias-primas (químicos)	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
1.2. Utilidades	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
Outras utilidades	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
Energia elétrica	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	0,17			0,77	[CONFIDENCIAL]
Embalagem	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
Outros custos variáveis	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
2. Mão de obra							[CONFIDENCIAL]
2.1. Mão de obra direta			1,53			0,77	[CONFIDENCIAL]
2.2 Mão de obra indireta							
3. Custos Fixos							[CONFIDENCIAL]
3.1 Depreciação	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
3.2 Manutenção	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
3.4 Outros custos fixos	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
4. Custo de produção							[CONFIDENCIAL]
5. Desp. gerais e adm.		[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
6. Desp. de vendas		[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
7. Desp. e receitas finan.		[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
8. Outras desp. e rec. operac.		[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
9. Custo + Despesas		[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
10. Lucro Operacional		[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
11. Valor Normal Construído							[CONFIDENCIAL]

Valor normal para lápis de madeira com mina de grafite [CONFIDENCIAL]

1. Custos Variáveis		%	US$/kg	Kg/Grosa	US$/Grosa		US$/Kg
1.1. Matérias-primas							[CONFIDENCIAL]
Madeira	[CONFIDENCIAL]		[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	0,77	[CONFIDENCIAL]
Nitrocelulose	[CONFIDENCIAL]		7,04	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	0,77	[CONFIDENCIAL]

Grafite	[CONFIDENCIAL]		0,84	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	0,77	[CONFIDENCIAL]
Outras matérias-primas (químicos)	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
1.2. Utilidades							[CONFIDENCIAL]
Outras utilidades	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
Energia elétrica	[CONFIDENCIAL]			0,17		0,77	[CONFIDENCIAL]
Embalagem	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
Outros custos variáveis	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
2. Mão de obra							[CONFIDENCIAL]
2.1. Mão de obra direta			1,53			0,77	[CONFIDENCIAL]
2.2 Mão de obra indireta							
3. Custos Fixos							[CONFIDENCIAL]
3.1 Depreciação	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
3.2 Manutenção	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
3.4 Outros custos fixos	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
4. Custo de Produção							[CONFIDENCIAL]
5. Desp. gerais e adm.		[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
6. Desp. de vendas		[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
7. Desp. e Receitas finan.		[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
8. Outras desp. e rec. operac.		[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
9. Custo + Despesas							[CONFIDENCIAL]
10. Lucro operacional		[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
11. Valor Normal Construído							[CONFIDENCIAL]

Valor normal para lápis de resina com mina colorida [CONFIDENCIAL]

1. Custos Variáveis		%	US$/kg	Kg/Grosa	US$/Grosa		US$/Kg
1.1. Matérias-primas							[CONFIDENCIAL]
Composto de grafite	[CONFIDENCIAL]			[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	0,72	[CONFIDENCIAL]
Masterbatch&Expander	[CONFIDENCIAL]		1,49	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	0,72	[CONFIDENCIAL]
Poliestireno de alto impacto	[CONFIDENCIAL]		1,55	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	0,72	[CONFIDENCIAL]
Colouring compound	[CONFIDENCIAL]		2,13	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]		[CONFIDENCIAL]
Outras matérias-primas (químicos)	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
1.2. Utilidades							[CONFIDENCIAL]
Outras utilidades	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
Energia elétrica	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	0,37			0,72	[CONFIDENCIAL]
Embalagem	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
Outros custos variáveis	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
2. Mão de obra							[CONFIDENCIAL]
2.1. Mão de obra direta			1,53			0,72	[CONFIDENCIAL]
2.2. Mão de obra indireta							
3. Custos Fixos							[CONFIDENCIAL]
3.1 Depreciação	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
3.2 Manutenção	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
3.4. Outros custos fixos	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]

4. Custo de Produção							[CONFIDENCIAL]
5. Desp. gerais e adm.		[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
6. Desp. de vendas		[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
7. Desp. e receitas finan.		[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
8. Outras desp. e rec. operac.		[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
9. Custo + Despesas							[CONFIDENCIAL]
10. Lucro operacional		[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
11. Valor Normal Construído							[CONFIDENCIAL]

Valor normal para lápis de resina com mina de grafite [CONFIDENCIAL]

1. Custos Variáveis		%	US$/kg	Kg/Grosa	US$/Grosa		US$/Kg
1.1. Matérias-primas							[CONFIDENCIAL]
Composto de Grafite	[CONFIDENCIAL]		0,22	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	0,72	[CONFIDENCIAL]
Masterbatch&Expander	[CONFIDENCIAL]		1,49	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	0,72	[CONFIDENCIAL]
Poliestireno de alto impacto	[CONFIDENCIAL]		1,55	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	0,72	[CONFIDENCIAL]
Colouring compound	[CONFIDENCIAL]						[CONFIDENCIAL]
[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
Outras matérias-primas (químicos)	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
1.2. Utilidades							[CONFIDENCIAL]
Outras utilidades	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
Energia elétrica	[CONFIDENCIAL]		0,37			0,72	[CONFIDENCIAL]
Embalagem	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
Outros custos variáveis	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
2. Mão de obra							[CONFIDENCIAL]
2.1. Mão de obra direta			0,23			0,72	[CONFIDENCIAL]
2.2 Mão de obra indireta							
3. Custos Fixos							[CONFIDENCIAL]
3.1 Depreciação	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
3.2 Manutenção	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
3.4 Outros custos fixos	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
4. Custo de Produção							[CONFIDENCIAL]
5. Desp. gerais e adm.		[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
6. Desp. de vendas		[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
7. Desp. e receitas finan.		[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
8. Outras desp. e rec. operac.		[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
9. Custo + Despesas							[CONFIDENCIAL]
10. Lucro operacional		[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
11. Valor Normal Construído							[CONFIDENCIAL]

Para se obter o valor normal, calcularam-se médias simples para cada um dos tipos de madeira quanto ao material externo (madeira ou resina) e, em seguida, foi feita a ponderação dos valores normais resultantes pelas quantidades importadas de lápis de madeira e lápis de resina.

Valor por tipo de lápis e tipo de mina [CONFIDENCIAL]

Tipo de Lápis	VN construído
Madeira/Colorido	[CONFIDENCIAL]
Madeira/grafite	[CONFIDENCIAL]
Resina/Colorido	[CONFIDENCIAL]
Resina/Grafite	[CONFIDENCIAL]

Valor normal [RESTRITO]

Tipo de Lápis	VN construído	Quantidades Importadas (kg)	VN ponderado
Madeira	10,44	[RESTRITO]	4,81
Resina	3,87	[RESTRITO]	

4.1.2 Do preço de exportação para efeito de início de investigação

Para fins de apuração do preço de exportação de lápis de madeira e lápis de resina plástica, com mina de cor ou de grafite, da China para o Brasil, no início da investigação, foram consideradas as respectivas exportações destinadas ao mercado brasileiro efetuadas no período de análise de indícios de dumping, ou seja, as exportações realizadas de janeiro a dezembro de 2018. Os dados referentes aos preços de exportação foram apurados tendo por base os dados detalhados das importações brasileiras, disponibilizados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), na condição FOB, excluindo-se as importações de produtos identificados como não sendo o produto objeto da investigação.

Entre os itens importados e considerados como objeto de investigação, foram encontradas diversas formas de unidades de comercialização, entre elas: unidades de lápis, grosas (conjunto de 144 lápis), caixas, estojos, kits, cartuchos, pacotes, embalagens e latas.

Em algumas dessas unidades de comercialização - estojos, kits, conjuntos, etc. -, observaram-se produtos diferentes de lápis, como apontador, borracha, régua, compasso, cadernos, entre outros, que impactaram o peso e o valor registrado do item, tornando tanto o volume, como os valores em FOB e CIF constantes nessas importações específicas, métricas inapropriadas para contabilização. Essas importações corresponderam a aproximadamente 6% do total do volume importado em P5, sendo que a maior proporção encontrada no período

de análise de dano foi em P4 (9%). Em P1 tal relação foi de cerca de 3%. Dessa forma, para se chegar ao real volume importado de lápis, foi feita análise da descrição dessas importações, depurando-se a quantidade de lápis comercializada em cada uma delas e convertendo-a em grosas.

O montante apurado por meio dessa depuração, em grosas, foi posteriormente convertido em quilogramas, utilizando-se a média do fator de conversão de grosas para quilogramas (0,7740 para lápis de madeira e 0,7246 para lápis de resina). Para se atribuir valor a estas operações, foi multiplicado o preço por quilograma encontrado nas demais importações de lápis, que representaram aproximadamente 94% em P5, pelo volume depurado. O valor calculado foi, então, somado ao restante das importações de lápis no período analisado.

Para o início da investigação, houve a classificação quanto ao material externo - madeira ou resina - do lápis comercializado. A fim de refletir tais diferenças e permitir a justa comparação com o valor normal apurado no item 4.1 supra, optou-se por apresentar o preço de exportação FOB para lápis de madeira e o preço de exportação para lápis de resina, separadamente, bem como o preço de exportação ponderado, conforme tabela a seguir:

Preço de Exportação [RESTRITO]

Produto	Valor FOB (US$)	Volume (kg)	Preço de Exportação FOB (US$/kg)
Lápis de madeira	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Lápis de resina	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
Total	[RESTRITO]	[RESTRITO]	2,83

Desse modo, dividindo-se o valor total FOB das importações do produto objeto da investigação, no período de análise de dumping, pelo respectivo volume importado, apurou-se o preço de exportação ponderado de US$ 2,83/kg (dois dólares e oitenta e três centavos por quilograma).

4.1.3 Da margem de dumping para efeito de início de investigação

Para fins de início da investigação, apurou-se o valor normal construído por tipo de produto, conforme descrito no item 4.1 supra, e, com base nos volumes exportados de lápis de madeira e de resina, conforme descrito anteriormente, foi realizada a ponderação tanto do valor normal como do preço de exportação. Dessa forma, considerou-se que o preço de exportação apurado em base FOB seria comparável com o valor normal construído, sendo a apuração conservadora, dado que o valor normal construído não inclui despesas de frete interno.

Apresentam-se a seguir as margens de dumping absoluta e relativa apuradas para a China.

Margem de Dumping

Valor Normal US$/kg	Preço de Exportação US$/kg	Margem de Dumping Absoluta US$/kg	Margem de Dumping Relativa (%)
4,81	2,83	1,97	69,7%

4.1.4 Dos ajustes necessários identificados após o início da investigação

Após o início da investigação, observou-se que, no parecer de início, a taxa de conversão kg/grosa foi aplicada de forma equivocada em alguns cálculos referente à construção do valor normal, devido ao fato de que a transformação requeria a divisão dos valores monetários por grosa pelo fator de conversão, enquanto a autoridade investigadora realizou a multiplicação dos valores monetários por grosa pelo fator de conversão.

Dessa forma, reapresentam-se, a seguir, as tabelas corrigidas.

Custo das matérias-primas principais - corrigido [CONFIDENCIAL]

Matérias-primas	Custo de matérias-primas (US$/grosa) (A)	Fator de Conversão (B)	Custo de matérias-primas (US$/Kg) (A / B)
Lápis de madeira com mina de grafite	[CONFIDENCIAL]	0,77	[CONFIDENCIAL]
Lápis de madeira com mina de cor	[CONFIDENCIAL]	0,77	[CONFIDENCIAL]
Lápis de resina com mina de grafite	[CONFIDENCIAL]	0,72	[CONFIDENCIAL]
Lápis de resina com mina de cor	[CONFIDENCIAL]	0,72	[CONFIDENCIAL]

Custo de mão de obra - corrigido [RESTRITO]

	Custo (US$/grosa) (A)	Conversão (Grosa/kg) (B)	Custo (US$/Kg) (A / B)
Lápis de madeira com mina de grafite	[RESTRITO]	0,77	[RESTRITO]
Lápis de madeira com mina de cor	[RESTRITO]	0,77	[RESTRITO]
Lápis de resina com mina de grafite	[RESTRITO]	0,72	[RESTRITO]
Lápis de resina com mina de cor	[RESTRITO]	0,72	[RESTRITO]

Valor normal para lápis de madeira com mina colorida (CODIP A1B1) [CONFIDENCIAL]

1. Custos Variáveis	Valor	%	US$/kg	Kg/Grosa	US$/Grosa		US$/Kg
1.1. Matérias-primas							[CONFIDENCIAL]
Madeira	[CONFIDENCIAL]		[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	0,77	[CONFIDENCIAL]
Nitrocelulose	[CONFIDENCIAL]		7,04	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	0,77	[CONFIDENCIAL]
Grafite	[CONFIDENCIAL]		0,84	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	0,77	[CONFIDENCIAL]
Outras matérias-primas (químicos)	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
1.2. Utilidades							[CONFIDENCIAL]
Outras utilidades	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
Energia elétrica	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	0,17			0,77	[CONFIDENCIAL]
Embalagem	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
Outros custos variáveis	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
2. Mão de obra							[CONFIDENCIAL]
2.1. Mão de obra direta			1,53			0,77	[CONFIDENCIAL]
2.2 Mão de obra indireta							
3. Custos Fixos							[CONFIDENCIAL]
3.1 Depreciação	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
3.2 Manutenção	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
3.4 Outros custos fixos	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
4. Custo de produção							[CONFIDENCIAL]
5. Desp. gerais e adm.		[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
6. Desp. de vendas		[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
7. Desp. e receitas finan.		[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
8. Outras desp. e rec. operac.		[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
9. Custo + Despesas							[CONFIDENCIAL]
10. Lucro Operacional		[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
11. Valor Normal Construído							[CONFIDENCIAL]

Valor normal para lápis de madeira com mina de grafite - corrigido (CODIP A1B2) [CONFIDENCIAL]

1. Custos Variáveis		%	US$/kg	Kg/Grosa	US$/Grosa		US$/Kg
1.1. Matérias-primas							[CONFIDENCIAL]
Madeira	[CONFIDENCIAL]		[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	0,77	[CONFIDENCIAL]
Nitrocelulose	[CONFIDENCIAL]		7,04	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	0,77	[CONFIDENCIAL]
Grafite	[CONFIDENCIAL]		0,84	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	0,77	[CONFIDENCIAL]
Outras matérias-primas (químicos)	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
1.2. Utilidades							[CONFIDENCIAL]
Outras utilidades	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
Energia elétrica	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]		0,17		0,77	[CONFIDENCIAL]
Embalagem	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
Outros custos variáveis	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
2. Mão de obra							[CONFIDENCIAL]
2.1. Mão de obra direta			1,53			0,77	[CONFIDENCIAL]
2.2 Mão de obra indireta							
3. Custos Fixos							[CONFIDENCIAL]
3.1 Depreciação	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
3.2 Manutenção	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]

3.4 Outros custos fixos	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
4. Custo de Produção							[CONFIDENCIAL]
5. Desp. gerais e adm.		[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
6. Desp. de vendas		[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
7. Desp. e Receitas finan.		[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
8. Outras desp. e rec. operac.		[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
9. Custo + Despesas							[CONFIDENCIAL]
10. Lucro operacional		[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
11. Valor Normal Construído							[CONFIDENCIAL]

Valor normal para lápis de resina com mina colorida - (CODIP A2B1) [CONFIDENCIAL]

1. Custos Variáveis		%	US$/kg	Kg/Grosa	US$/Grosa		US$/Kg
1.1. Matérias-primas							[CONFIDENCIAL]
Composto de grafite	[CONFIDENCIAL]		0,22	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	0,72	[CONFIDENCIAL]
Masterbatch&Expander	[CONFIDENCIAL]		1,49	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	0,72	[CONFIDENCIAL]
Poliestireno de alto impacto	[CONFIDENCIAL]		1,55	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	0,72	[CONFIDENCIAL]
Colouring compound	[CONFIDENCIAL]		2,13	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	0,72	[CONFIDENCIAL]
Outras matérias-primas (químicos)	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
1.2. Utilidades							[CONFIDENCIAL]
Outras utilidades	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
Energia elétrica	[CONFIDENCIAL]		0,37			0,72	[CONFIDENCIAL]
Embalagem	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
Outros custos variáveis	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
2. Mão de obra							[CONFIDENCIAL]
2.1. Mão de obra direta			1,53			0,72	[CONFIDENCIAL]
2.2. Mão de obra indireta							
3. Custos Fixos							[CONFIDENCIAL]
3.1 Depreciação	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
3.2 Manutenção	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
3.4. Outros custos fixos	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
4. Custo de Produção							[CONFIDENCIAL]
5. Desp. gerais e adm.		[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
6. Desp. de vendas		[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
7. Desp. e receitas finan.		[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
8. Outras desp. e rec. operac.		[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
9. Custo + Despesas							[CONFIDENCIAL]
10. Lucro operacional		[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
11. Valor Normal Construído							[CONFIDENCIAL]

Valor normal para lápis de resina com mina de grafite - corrigido (CODIP A2B2) [CONFIDENCIAL]

1. Custos Variáveis		%	US$/kg	Kg/Grosa	US$/Grosa		US$/Kg
1.1. Matérias-primas							[CONFIDENCIAL]
Composto de grafite	[CONFIDENCIAL]		0,22	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	0,72	[CONFIDENCIAL]
Masterbatch&Expander	[CONFIDENCIAL]		1,49	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	0,72	[CONFIDENCIAL]
Poliestireno de alto impacto	[CONFIDENCIAL]		1,55	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	0,72	[CONFIDENCIAL]
Colouring compound	[CONFIDENCIAL]						[CONFIDENCIAL]
[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
Outras matérias-primas (químicos)	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
1.2. Utilidades							[CONFIDENCIAL]
Outras utilidades	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
Energia elétrica	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	0,37			0,72	[CONFIDENCIAL]
Embalagem	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
Outros custos variáveis	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
2. Mão de obra							[CONFIDENCIAL]
2.1. Mão de obra direta			0,23			0,72	[CONFIDENCIAL]
2.2 Mão de obra indireta							
3. Custos Fixos							[CONFIDENCIAL]
3.1 Depreciação	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
3.2 Manutenção	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
3.4 Outros custos fixos	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
4. Custo de Produção							[CONFIDENCIAL]
5. Desp. gerais e adm.		[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
6. Desp. de vendas		[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
7. Desp. e receitas finan.		[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
8. Outras desp. e rec. operac.		[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
9. Custo + Despesas							[CONFIDENCIAL]
10. Lucro operacional		[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
11. Valor Normal Construído							[CONFIDENCIAL]

Valor por tipo de lápis e tipo de mina - corrigido [CONFIDENCIAL]

Tipo de Lápis	VN construído
Madeira/Colorido	[CONFIDENCIAL]
Madeira/grafite	[CONFIDENCIAL]
Resina/Colorido	[CONFIDENCIAL]
Resina/Grafite	[CONFIDENCIAL]

Valor normal - corrigido [RESTRITO]

Tipo de Lápis	VN construído	Quantidades Importadas (kg)	VN ponderado
Madeira	17,48	[RESTRITO]	8,81
Resina	7,36	[RESTRITO]	

O preço de exportação apontado no item 4.1.2 supra mantém-se inalterado, tendo alcançado [RESTRITO] e [RESTRITO] para o lápis de madeira e para o lápis de resina, respectivamente. Nesse sentido, o preço de exportação FOB médio ponderado correspondeu a US$ 2,83/kg. O quadro a seguir resume a margem de dumping apurada para fins de início após as devidas correções na apuração do valor normal:

Margem de Dumping

Valor Normal US$/kg	Preço de Exportação US$/kg	Margem de Dumping Absoluta US$/kg	Margem de Dumping Relativa (%)
8,81	2,83	5,98	210,9%

Dessa forma, verifica-se que, levadas em consideração as correções necessárias em face dos erros materiais cometidos em função da utilização dos fatores de conversão, reforça-se a existência de indícios de prática de dumping que justificaram o início desta investigação.

4.2 Do dumping para efeitos de determinação preliminar

A apuração do valor normal e do preço de exportação teve como base as respostas dos exportadores chineses selecionados ao questionário do produtor/exportador e suas informações complementares, levando em conta os resultados das verificações in loco, realizadas antes da emissão da determinação preliminar.

4.2.1 Da manifestação das peticionárias a respeito da prevalência de condições de economia de mercado no segmento produtivo em questão

Como indicado no item anterior, a determinação do valor normal em investigações de dumping sobre importações originárias da China encontra sua base legal nas disposições do Artigo 15 do Protocolo de Acessão da China à OMC. Como o Protocolo de Acessão foi incorporado à normativa brasileira na sua integralidade, com efeitos jurídicos concretos desde a entrada em vigor do Decreto nº 5.544, de 22 de setembro de 2005, a prática estabelecida pela SDCOM tem sido aquela descrita no item acima, não sendo adotada, a partir da expiração do Artigo 15(a)(ii) do referido protocolo, o tratamento automático como não economia de mercado antes conferido.

Nesse sentido, na determinação preliminar, analisou-se, nos termos do Artigo 15(a)(i) do Protocolo de Acessão da China, se existiam elementos probatórios que sinalizassem a prevalência ou não de condições de economia de mercado no segmento produtivo chinês investigado.

Em 27 de novembro de 2019, a A.W. Faber-Castell S.A. (doravante denominada "Faber"), manifestou-se sobre o setor do produto objeto da investigação, no sentido de que a China não poderia ser considerada uma economia de mercado.

Para a Faber, não obstante a implementação de várias reformas em diversos setores da economia, o governo chinês continuaria a interferir em aspectos macro e microeconômicos, de forma que os custos de produção e os preços do setor do produto objeto da investigação não seriam formados em condições de economia de mercado.

A Faber colacionou aos Autos documento denominado "Comission Staff Working Document on Significant Distortions in the Economy of the Peoples Republic of China for the Purposes of Trade Defense Investigations" (SWD(2017) 483 final/2), elaborado pela Comissão Europeia sobre a economia chinesa.

O documento de trabalho europeu, de acordo com a Faber, daria destaque aos artigos 6º, 7º e o artigo 33 da Constituição chinesa, bem como ao art. 1º da Lei "Law on State-Owned Assets in Enterprises", para argumentar que, em razão da forte interferência do Estado chinês, não prevaleceriam condições de economia de mercado em diversos setores produtivos daquele país.

A Constituição chinesa definiria a economia daquele país como uma "economia de propriedade do Estado", e o Estado asseguraria a consolidação e o crescimento da economia. Mesmo que nos últimos anos o papel do setor privado na economia tenha sido reconhecido, a Constituição deixaria claro que a China pratica uma "economia socialista de mercado", sendo a economia estatal a principal força da economia. Em se tratando do setor privado, o Estado não se limitaria a incentivar e apoiar, mas também a guiá-lo.

A Constituição chinesa definiria ainda a participação das organizações políticas em seus diversos níveis de atuação no âmbito das empresas estatais e das não estatais. Conforme disposto em seu artigo 33, os principais grupos membros do comitê ou comitês do partido de empresas estatais deveriam desempenhar um papel de liderança, garantir a implementação das políticas e princípios do partido, discutir e decidir sobre os principais problemas de sua empresa, de acordo com os regulamentos.

No caso de empresas não estatais, a Constituição chinesa concederia às organizações partidárias considerável influência, em especial no que tange à constituição dos sindicatos.

As organizações partidárias de nível primário em entidades do setor não público deveriam implementar os princípios e políticas do Partido, orientar e supervisionar a observância das leis e regulamentos estaduais de suas empresas, exercer liderança sobre sindicatos, organizações da Liga da Juventude Comunista e organizações de outros grupos, promover a unidade e coesão entre trabalhadores e funcionários de escritórios, salvaguardar os direitos e interesses legítimos de todas as partes e promover o desenvolvimento saudável de suas empresas.

Seguindo a linha socialista e de intervenção estatal, seria garantido que a propriedade pública seja dominante e que as entidades econômicas sob diversas formas de propriedade se desenvolvam lado a lado, com o fortalecimento e desenvolvimento do setor público da economia, além de incentivo, o apoio e orientação do desenvolvimento do setor não público.

O papel do governo local no desenvolvimento econômico da China seria substantivo. O sistema do governo chinês seria altamente centralizado nas nomeações oficiais, mas, ao mesmo tempo, bastante descentralizado nas atividades de desenvolvimento econômico.

O governo central controlaria o poder sobre a regulamentação, alocação de recursos, cotas e aprovação de inúmeras atividades; e, por outro lado, dependeria da cooperação dos governos locais na implementação e na consecução dos objetivos políticos definidos.

O papel decisivo do Estado na economia permaneceria intacto, com interconexões estreitas entre governo e empresas (indo muito além dos limites das empresas estatais); a política industrial chinesa seria marcadamente intervencionista e não haveria sinais de mudança no futuro próximo.

Em síntese, para a Faber, estaria constatada a influência do governo chinês na economia, mediante estabelecimento de diversos mecanismos de controle, não necessariamente relacionados à propriedade.

Os diversos Planos Quinquenais e outros documentos analisados no documento de trabalho europeu refletiriam tal fato, e o 13º Plano Quinquenal, especificamente, seria significativamente relevante, por se referir ao período de 2016 a 2020.

Portanto, para a Faber, embora hoje a economia chinesa seja em certa medida composta por atores não estatais, restaria clara a existência de forte interferência do governo chinês também no setor produtor/exportador dos lápis objeto da investigação.

Nesse contexto, a Faber destacou que realizou pesquisas na internet relativamente às empresas identificadas pela SDCOM como produtoras/exportadoras, listadas no Anexo 1 do Parecer SDCOM nº 22/2019. A despeito da pouca disponibilidade de informações sobre o setor de produção de lápis na China, a Faber concluiu que, da lista de empresas que efetivamente fabricam o produto objeto da investigação na China, todas estariam localizadas em províncias objeto de planos governamentais específicos, em consonância com o 13º Plano Quinquenal, o qual envolve o período de 2016 a 2020, englobando, portanto, parcela significativa do período de investigação de dano, incluindo o período de análise de dumping (P5).

Dessa forma, a Faber reiterou a conclusão de que o governo chinês continuaria a interferir em aspectos macro e microeconômicos, de forma que os custos de produção e os preços não seriam formados em condições de economia de mercado, o que já teria sido constatado por esta SDCOM em outros processos relativos a outros setores.

4.2.2 Do posicionamento preliminar da SDCOM a respeito da prevalência de condições de economia de mercado no segmento produtivo em questão para fins de cálculo do valor normal

Conforme exposto, a determinação do método de apuração do valor normal em cada caso dependerá dos elementos de prova apresentados nos autos do processo pelas partes interessadas acerca da prevalência ou não de condições de economia de mercado no segmento produtivo específico do produto similar.

Ressalta-se, inicialmente, que até o momento da emissão da determinação preliminar, a SDCOM considerou que não haviam sido trazidos pelas peticionárias aos Autos elementos suficientes que indicassem a existência de influência estatal distorciva especificamente no setor produtivo de lápis.

Na ocasião, foi reconhecido que o documento de trabalho europeu trazido aos Autos do processo de fato tratava das distorções da economia chinesa em razão da interferência estatal prevista, entre outros, na Constituição daquele país e nos planos quinquenais. Nesse sentido, teria particular importância o 13º Plano Quinquenal, que abrange o período de 2016 a 2020, que coincide, em boa parte, com o período de análise do dano desta investigação.

Esta Subsecretaria esclareceu, entretanto, que o foco da análise não seria a existência de políticas públicas em si, mas o grau de intervenção e o caráter mandatório de um planejamento governamental para o setor privado - em uma abordagem top-down - que limita as decisões privadas de investimento e as operações das empresas do setor, não condizentes com uma lógica de economia de mercado, conforme exposto, por exemplo, no Parecer SDCOM nº 21, de 23 de julho de 2019, de determinação final de revisão da medida antidumping incidente sobre Pneus novos de borracha para automóveis de passageiros, de construção radial, das séries 65 e 70, aros 13" e 14" e de bandas 165, 175 e 185, que culminou na publicação da Portaria SECINT nº 505, de 23 de julho de 2019.

Nesse sentido, as evidências trazidas pela Faber até aquele momento foram consideradas insuficientes para demonstrar se os comandos presentes na Constituição chinesa e no plano quinquenal influenciavam as decisões das empresas do segmento produtivo de lápis e de qual forma essa influência se daria na atuação dessas empresas.

Destacou-se, todavia, que em sede de verificação in loco nas empresas produtoras/exportadoras chinesas Pengsheng e Longteng, foram obtidas, pela autoridade investigadora, informações sobre o fornecimento de matéria-prima ([CONFIDENCIAL]) empregada pelas empresas em seu processo produtivo. Conforme consta dos relatórios de verificação in loco, há empresas estatais chinesas envolvidas na cadeia de fornecimento dessa matéria-prima, ainda que não [CONFIDENCIAL].

Dessa forma, no âmbito da determinação preliminar, concluiu-se que não era possível descartar que o Estado chinês, por meio do fornecimento de matérias-primas e insumos, beneficiaria as empresas produtoras de lápis localizadas naquele país com base em preços não condizentes com benchmarks de mercado. Assim, foi indicado que seria necessário aprofundar a análise por meio de manifestações e elementos de prova adicionais fornecidos pelas partes interessadas para que seja possível alcançar uma decisão final a respeito da prevalência ou não de condições de economia de mercado no segmento produtivo de lápis chinês.

4.2.3 Do dumping da Axus para efeitos de determinação preliminar

A apuração do valor normal e do preço de exportação para a Axus foi baseada na melhor informação disponível. O valor normal construído para a Axus foi calculado com base nos custos de produção apurados de acordo com a metodologia utilizada para fins de início da investigação, corrigido de acordo com o item 4.1.4 deste documento, acrescidos das despesas gerais e administrativas, despesas de vendas, despesas e receitas financeiras, despesas com pesquisa e desenvolvimento, apuradas de acordo com a demonstração de resultados da Axus. Por fim, foi acrescentada margem de lucro determinada com base na média entre as margens de lucro apuradas a partir das demonstrações de resultados das empresas produtoras/exportadoras chinesas.

O preço de exportação para a Axus foi calculado, por CODIP, com base nos dados oficiais de importação brasileiros fornecidos pela RFB, na condição FOB, ponderado pelo volume importado.

As margens de dumping absoluta e relativa estão explicitadas na tabela a seguir:

Margem de Dumping			
Valor Normal FOB (US$/Kg)	Preço de Exportação FOB (US$/kg)	Margem de Dumping Absoluta (US$/kg)	Margem de Dumping Relativa (%)
12,73	7,18	5,55	77,3

Concluiu-se, preliminarmente, pela existência de dumping de US$ 5,55/kg (cinco dólares estadunidenses e cinquenta e cinco centavos por quilograma) nas exportações da Axus para o Brasil, o equivalente à margem relativa de dumping de 77,3%.

4.2.4 Do dumping da Jixing para efeitos de determinação preliminar

A apuração do valor normal para a Jixing foi baseada na melhor informação disponível, uma vez que a empresa não reportou somente vendas destinadas a consumo no mercado interno chinês para fins de apuração do valor normal. A construção do valor normal foi realizada a partir da resposta da própria empresa ao Apêndice VI - Custo Total e às informações complementares e considerou as seguintes rubricas: (a) matérias-primas; (b) utilidades; (c) custos fixos; (d) depreciação; (e) despesas gerais e administrativas, de vendas e financeiras; e (e) lucro.

Ainda em relação ao cálculo do valor normal, a conversão originalmente utilizada pela empresa, de grosas para quilograma, não foi utilizada porque se considerou que a empresa não reportou adequadamente esta informação. Deste modo, para fins de determinação preliminar, foi utilizada como melhor informação disponível o fator de conversão das peticionárias, qual seja, 0,7740 para lápis de madeira e 0,7246 para lápis de resina. Os custos apurados em RMB/kg foram convertidos para USD/kg por meio da taxa média de P5, equivalente a 6,60. Por fim, ao custo de produção foi acrescentado percentual relativo à margem de lucro apurada com base nos dados fornecidos pela Jixing e verificados pela SDCOM.

Apurado o valor normal construído, na condição equivalente a FOB, de cada CODIP para o Brasil, calculou-se o valor normal médio ponderado pelo volume exportado.

O preço de exportação foi reconstruído considerando-se que Jixing e sua exportadora Schiechen são empresas relacionadas. Ressalta-se que todas as exportações reportadas da Jixing para o Brasil ocorreram por meio da Schiechen.

Foi inicialmente apurado o preço efetivamente recebido pelo exportador, por produto exportado ao Brasil. A partir do preço unitário bruto (US$/kg) reportado pela Shiechen, foram deduzidas as despesas gerais e administrativas, despesas comerciais e despesas financeiras da própria trading company (US$/kg); foi deduzido ainda o valor referente à margem de lucro da trading company independente Li&Fung Limited (2,2%), apurada por meio da demonstração de resultado desta empresa referente ao período de janeiro a dezembro de 2018 (disponível em: https://www.lifung.com/investors/financial-reports-presentations/?by_year=2018, acessado em 10/02/2020).

A partir do preço de exportação da Jixing, na condição FOB, por CODIP, foi calculado o preço de exportação médio ponderado pelo volume exportado, na condição FOB. As margens de dumping absoluta e relativa estão explicitadas na tabela a seguir:

Margem de Dumping			
Valor Normal FOB (US$/Kg)	Preço de Exportação FOB (US$/kg)	Margem de Dumping Absoluta (US$/kg)	Margem de Dumping Relativa (%)
2,67	2,10	0,57	27,4

Concluiu-se, preliminarmente, pela existência de dumping de US$ 0,57/kg (cinquenta e sete centavos de dólar estadunidense por quilograma) nas exportações da Jixing para o Brasil, o equivalente à margem relativa de dumping de 27,4%.

4.2.5 Do dumping da Longteng para efeitos de determinação preliminar

Tendo em vista a utilização dos fatos disponíveis no que tange às vendas no mercado interno, a construção do valor normal para a Longteng foi realizada a partir da resposta da empresa ao Apêndice VI - Custo Total e às informações complementares e considerou as seguintes rubricas: (a) matérias-primas; (b) utilidades; (c) custos fixos; (d) depreciação; (e) despesas gerais, administrativas e financeiras; e (e) lucro. Não foram somados ao custo total da empresa valores relativos a despesas de venda, uma vez que se buscou auferir valor normal construído na condição ex fabrica. Por fim, ao custo de produção foi acrescentado percentual relativo à margem de lucro, calculado com base na DRE auditada da empresa.

O valor normal por CODIP, em renminbi, foi convertido para dólares estadunidenses, utilizando-se a paridade diária média da moeda chinesa em relação ao dólar estadunidense do período de investigação de dumping, qual seja, 6,60 renminbi para cada dólar estadunidense.

Em relação ao significativo volume de lápis exportado para o Brasil em P5, cujo produtor indicado na base da RFB foi a Longteng, mas que não fora reportado pela produtora chinesa como exportações para o Brasil, aplicou-se a melhor informação disponível a fim de calcular o valor normal relativo a tal volume de exportação. Para esse volume adicional não capturado nos dados da empresa, aplicou-se a melhor informação disponível, considerando, para este volume, o valor normal construído a partir do custo de produção por quilograma reportado pela Longteng para o mês de fevereiro acrescido de despesas operacionais e montante a título de lucro

Apurado, para cada situação, o valor normal, calculou-se o valor normal médio, ponderado pelo volume exportado, na condição ex fabrica.

O preço de exportação da Longteng foi apurado a partir dos dados fornecidos pela empresa em resposta ao questionário do produtor/exportador e às informações complementares. Foram deduzidas do valor bruto de suas vendas destinadas ao mercado brasileiro as despesas de manuseio de carga e corretagem, frete internacional e despesas indiretas. Não foram deduzidas despesa financeira e custo de manutenção de estoque, além do custo de embalagem, já que este foi incluído no valor normal.

Para a diferença entre o volume encontrado nos dados da RFB e o volume reportado pela empresa, aplicou-se preço de exportação com base na melhor informação disponível, isto é, o menor preço encontrado nos apêndices de venda reportados pela Longteng no Apêndice V - Vendas no mercado interno.

Dessa forma, o preço de exportação da Longteng, na condição ex fabrica, é resultado da ponderação pelos CODIPs exportados pela empresa e pela diferença de volume encontrada entre os dados da RFB e os dados reportados pela empresa.

As margens de dumping absoluta e relativa estão apresentadas a seguir:

Margem de Dumping			
Valor Normal Ex Fabrica (US$/kg)	Preço de Exportação Ex Fabrica (US$/kg)	Margem de Dumping Absoluta (US$/kg)	Margem de Dumping Relativa (%)
1,97	1,61	0,36	22,7

Concluiu-se, preliminarmente, pela existência de dumping de US$ 0,36/kg (trinta e nove centavos de dólar estadunidense por quilograma) nas exportações da Longteng para o Brasil, o equivalente à margem relativa de dumping de 22,7%.

4.2.6 Do dumping da Pengsheng para efeitos de determinação preliminar

A apuração do valor normal para a Pengsheng foi baseada na melhor informação disponível. Considerou-se o custo de produção apurado, por CODIP, quando do início da investigação, corrigido de acordo com o item 4.1.4 deste documento.

Ao custo de produção calculado foram acrescidos montantes a título de despesas gerais, administrativas, financeiras e de vendas, bem como despesa de pesquisa e desenvolvimento extraídos das demonstrações de resultado auditadas da Pengsheng em 2018, calculados em RMB por quilograma e convertidos pela taxa de câmbio oficial do BACEN. Também foi considerado montante referente à margem de lucro, calculado por meio da razão entre o lucro operacional e custos operacionais mais as despesas mencionadas. Sublinha-se que foram consideradas despesas de venda, haja vista que o valor normal foi calculado na condição FOB.

A partir do valor normal calculado por CODIP foi calculado o valor normal médio ponderado pelo volume exportado, na condição FOB.

O preço de exportação da Pengsheng foi apurado a partir dos dados fornecidos pela empresa em resposta ao questionário do produtor/exportador e às informações complementares, relativos aos preços efetivos de venda de lápis ao mercado brasileiro.

Tendo em vista que o valor normal construído para fins de início de investigação foi calculado na condição FOB, privilegiando a justa comparação, não foram deduzidas despesas de manuseio de carga e corretagem, frete da planta até o porto e despesas indiretas, nem despesas financeira e custo de manutenção de estoque, reportadas pela empresa.

Com base no preço de exportação calculado para cada CODIP, foi calculado o preço de exportação médio da Pengsheng, na condição FOB, ponderado pelos CODIPs exportados pela empresa.

A tabela a seguir resume o cálculo realizado e as margens de dumping, absoluta e relativa, apuradas:

Margem de Dumping			
Valor Normal FOB (US$/kg)	Preço de Exportação FOB (US$/kg)	Margem de Dumping Absoluta (US$/kg)	Margem de Dumping Relativa (%)
5,59	2,81	2,78	98,9

Concluiu-se, preliminarmente, pela existência de dumping de US$ 2,78/kg (dois dólares estadunidenses setenta e oito centavos por quilograma) nas exportações da Pengsheng para o Brasil, o equivalente à margem relativa de dumping de 98,9%.

4.3. Do dumping para efeito da determinação final

4.3.1 Da manifestação das partes interessadas a respeito da prevalência de condições de economia de mercado no segmento produtivo em questão

Em 17 de março de 2020, em sua resposta ao Ofício de fatos disponíveis, a Pengsheng afirmou "it is in accordance that the pencil sector is not a market economy sector, for this purpose, an alternative source for the Normal Value should be used". Na mesma linha argumentativa, sustentou que abriu mão de seu direito de defesa acerca da prevalência de condições de economia de mercado chinês no seguimento de lápis, razão pela qual teria requerido a verificação in loco unicamente de seu preço de exportação. Alegou ainda que não poderia, em razão de ter renunciado ao seu direito de defesa, ser penalizada e tratada de forma desfavorável, com a utilização dos fatos disponíveis para o cálculo do valor normal da empresa.

Em 2 de julho de 2020, a Faber-Castell manifestou posicionamento no sentido de que a produtora/exportadora chinesa Pengsheng teria confirmado que o segmento produtivo de lápis não opera em condições de mercado na China e indicou que a determinação do valor normal para os produtores/exportadores chineses do produto objeto da investigação deveria se basear não em preços ou custos prevalecentes na China, mas em metodologia alternativa que não se baseie em uma comparação estrita com os preços internos ou custos prevalecentes naquele país.

No caso da Pengsheng, a peticionária argumentou que os dados de custo de produção e de vendas no mercado interno chinês foram solicitados não a título opcional no questionário enviado aos produtores/exportadores chinesas. A Pengsheng formalmente solicitou à SDCOM a verificação apenas de seus dados de exportação, deixando, por seu próprio juízo de valor e conveniência, de fornecer os dados solicitados relativos ao custo de produção e às suas vendas no mercado interno.

No entendimento da peticionária portanto, não seria plausível a solicitação da Pengsheng de que fossem utilizados, para a determinação de seu valor normal, os dados que mais lhe convenham, no caso, da Longteng.

Em 22 de julho de 2020, as produtoras/exportadoras Pengsheng, Jixing e Longteng, as associações chinesas CWIA e CCCLA e a importadora Leonora apresentaram manifestações acerca do tema.

Em resposta à manifestação da Faber, a importadora Leonora ressaltou inicialmente que a peticionária não solicitou tratamento de não economia de mercado para o setor de lápis chinês, tampouco sugeriu um terceiro país alternativo para a apuração do valor normal. Ao contrário, teria utilizado na petição dados de importação da China para a construção do valor normal.

A petição de abertura do caso foi protocolada em abril de 2019, a investigação foi oficialmente iniciada em agosto e, somente em dezembro de 2019, a Faber-Castell teria apensado aos Autos sua primeira manifestação (genérica) sobre o tema. Na manifestação da Faber, datada de 2 de julho, tampouco se apresentou qualquer novo elemento de prova que demonstrasse as distorções de preços no mercado de lápis causadas por interferência estatal.

A Leonora ressaltou que, para a construção do valor normal apurado na abertura, retificado na determinação preliminar, foram consideradas as estruturas de custos das produtoras nacionais, as estatísticas de importação disponibilizadas pelo Trademap a nível de subposição tarifária (o que em muitos casos significa a inclusão de produtos diversos) e os valores da madeira adquirida pelas peticionárias, uma vez que elas próprias teriam alegado que os dados apurados por meio do Trademap não refletiriam adequadamente a aquisição deste insumo no setor de lápis. Ainda, com base em estatísticas em nível de subposição, para o item composto de grafite, a peticionária optou por utilizar uma média dos preços de diferentes destinos, cujos preços médios apresentariam diferenças superiores a 700%, alegando ser razoável a sua utilização para fins de início do caso.

Nesse sentido, não seria razoável, entende a importadora, a solicitação da Faber-Castell para que a SDCOM utilize dados descolados da realidade do mercado de lápis da China, para o cálculo do valor normal, quando as produtoras chinesas teriam sido partes colaborativas na presente investigação. A grande diferença entre o valor normal da abertura da investigação e aquele apurado pela SDCOM após as verificações in loco corroboraria com o posicionamento da Leonora, considerando que, após as verificações in loco, três das quatro empresas verificadas tiveram o valor normal inferior àquele corrigido pela SDCOM.

Em relação à Pengsheng, a Leonora defende que a produtora/exportadora, ao renunciar ao seu direito de defesa na seara da determinação da China como economia de mercado, manifestou posicionamento que diria respeito apenas a ela e com consequências que recairiam apenas a esta produtora/exportadora.

As produtoras/exportadoras chinesas Jixing e a Longteng, bem como as associações CWIA e CCCLA, apresentaram manifestações de igual teor, também no sentido de refutar o entendimento da Faber.

As produtoras/exportadoras e as associações chinesas entendem que (i) o ônus da prova recai hoje sobre a parte interessada que alega a desconsideração da utilização dos custos e preços chineses; e (ii) as evidências apresentadas devem ser capazes de vincular as supostas distorções de mercado às práticas daquele segmento produtivo.

Desde a determinação preliminar e até o final da fase probatória, as peticionárias não teriam apresentado novas evidências que pudessem levar à conclusão de que o setor produtivo de lápis não é regulado por regras de uma economia de mercado. Assim, em face da ausência de novas evidências, as manifestantes entendem que não haveria razão para não usar os custos e preços da China para calcular o valor normal, observados demais requisitos aplicáveis para essa metodologia.

Em relação ao posicionamento da Pengsheng, as produtoras/exportadoras e as associações defendem que a manifestação da Pengsheng deve ser considerada na análise da SDCOM, mas não como uma prova irrefutável. A alegação da Pengsheng deveria ser acompanhada de elementos comprobatórios com capacidade de estabelecer vínculo entre essa prova e a suposta interferência no mercado pelo governo chinês. Nada disso teria acontecido neste caso.

A produtora/exportadora Pengsheng afirmou que a manifestação da Faber seria deliberadamente enganosa e buscou prestar esclarecimentos em relação a seu posicionamento.

De acordo com a Pengsheng, a SDCOM teria colocado injustamente o ônus da prova nos produtores/exportadores chineses, solicitando-lhes que fornecessem o custo de produção, as vendas domésticas, sem que houvesse definição em relação ao tratamento de economia de mercado à China. Não havendo definição, a Pengsheng entende ter direito a fornecer e a submeter à verificação apenas os dados de suas exportações.

Por fim, destacou que acredita que a indústria chinesa opera em condições de economia de mercado, razão pela qual solicitou a utilização do valor normal calculado para outra produtora/exportadora chinesa verificada, a Longteng.

Em 10 de setembro de 2020, as produtoras/exportadoras chinesas Jixing e a Longteng, bem como as associações CWIA e CCCLA, apresentaram novamente manifestações de igual teor, reiterando o posicionamento expresso em 22 de julho de 2020.

4.3.2 Dos comentários da SDCOM

Com relação à manifestação da peticionária Faber-Castell sobre a análise sobre prevalência ou não prevalência de condições de economia de mercado no segmento produtivo desta investigação, faz-se remissão às conclusões da autoridade investigadora constantes no item 4.3.3 deste documento. Vale registrar, de todo modo, que qualquer afirmação por parte de produtor/exportador de que o segmento não operaria em condições de prevalência de economia de mercado não é suficiente, por si só, para se concluir nesse sentido, uma vez que outras partes interessadas chinesas que cooperaram no âmbito da investigação e que argumentam em sentido contrário também seriam afetadas por essa situação. Nessa hipótese, considera-se que manifestações desse tipo, assim como todas as demais em uma investigação de defesa comercial, devam estar acompanhadas de elementos de prova, e não simples alegações. Registre-se, ainda, que a Pengsheng aparentemente alterou seu entendimento sobre a prevalência de condições de economia de mercado no seguimento produtivo de lápis da China em manifestação posterior, conforme consta do item anterior.

Relativamente aos comentários sobre o cálculo de valor normal para a produtora/exportadora Pengsheng, remete-se ao item 1.9.2.3 deste documento. Por oportuno, cumpre destacar que, consoante disposição do §3º do art. 50 do Regulamento Brasileiro, qualquer parte interessada estará sujeita à melhor informação disponível caso negue aceso à informação necessária ou não a forneça tempestivamente. Ainda com base na mesma normativa, seu Capítulo XIV, em especial o art. 184, assevera que "A parte interessada é responsável por cooperar com a investigação e por fornecer todos os dados e informações solicitadas, arcando com eventuais consequências decorrentes de sua omissão". No caso em tela, dada a lacuna deixada pela resposta da empresa, ao não apresentar o valor normal de suas operações em sede de informações complementares e abrir mão da verificação do valor normal, não restou alternativa à autoridade investigadora que não recorrer aos fatos disponíveis.

Com relação à manifestação da Leonora sobre o momento de apresentação de elementos de prova referentes à análise a respeito da prevalência ou não prevalência de condições de economia de mercado no segmento produtivo objeto desta revisão, destaca-se que as partes interessadas tiveram ampla oportunidade de apresentar a qualquer momento dentro da fase probatória elementos de prova que julgassem pertinentes à investigação para a defesa de seus interesses, nos termos dos artigos 49 e 54 c/c 59 do Regulamento Brasileiro. Remete-se ao item 4.3.3 deste documento sobre a conclusão desta Subsecretaria no tocante ao segmento produtivo de lápis na China.

No que diz respeito à alegada inadequação dos custos de matérias-primas e insumos utilizados na construção do valor normal para fins de início de investigação, cabe ressaltar que a Leonora se restringiu apenas a contestar o uso de tais dados e as solicitações feitas pelas peticionárias, não tendo apresentando outras informações consideradas mais adequadas à análise da autoridade investigadora.

Relativamente à manifestação da Pengsheng, ressalte-se ser descabida a afirmação de que a SDCOM teria colocado injustamente o ônus da prova nos produtores/exportadores chineses e de que os produtores/exportadores teriam que indicar indeterminadamente o tratamento de economia de mercado durante todo o processo da investigação. Alegar tais fatos denota aparente desconhecimento das normativas brasileiras referente à defesa comercial, em especial as disposições constantes do Decreto nº 5.544, de 2005, e incompreensão do entendimento desta Subsecretaria sobre a expiração do Artigo 15(a)(ii) do Protocolo de Acessão da China e suas consequências no âmbito dos processos de defesa comercial conduzidos pela autoridade investigadora brasileira.

Em segundo lugar, ao contrário do afirmado pela Pengsheng, a jurisprudência da SDCOM a respeito da análise sobre prevalência ou não prevalência de condições de economia de mercado no segmento produtivo objeto da investigação vai no sentido da alteração do ônus da prova. Isto é, caberá à peticionária ou às partes interessadas que assim desejarem a apresentação de elemento de prova indicando a não prevalência de condições de economia de mercado. A não apresentação de tais elementos ou a apresentação de elementos insuficientes possibilita, num primeiro momento, o uso, pela autoridade investigadora, de dados de vendas no mercado interno e custos de produção do produtor/exportador da origem investigada, que serão sujeitos a verificação nos termos do art. 52 do Regulamento Brasileiro.

Vale registrar que a Pengsheng, por decisão própria, dispensou o uso de seus dados de vendas no mercado interno e de custo de produção, conforme manifestação protocolada no SDD em 3 de dezembro de 2019, sendo o único produtor/exportador chinês a tomar decisão nesse sentido. Os dados de vendas no mercado interno e de custo de produção da empresa não foram, portanto, objeto de verificação in loco por parte da autoridade investigadora. Como cediço, qualquer parte interessada estará sujeita à melhor informação disponível caso negue aceso à informação necessária ou não a forneça tempestivamente, nos termos do § 3º do art. 50 do Regulamento Brasileiro. Ainda com base na mesma normativa, seu Capítulo XIV, em especial o art. 184, assevera que "A parte interessada é responsável por cooperar com a investigação e por fornecer todos os dados e informações solicitadas, arcando com eventuais consequências decorrentes de sua omissão".

No que concerne à solicitação de se usar, para Pengsheng, o valor normal da Longteng, indefere-se o pedido. Não é razoável admitir que um produtor/exportador selecionado, mas não cooperante, obtenha resultado mais benéfico não só diante de seus pares que cooperaram e tiveram seus dados validados, mas também diante de um resultado que poderia ser menos benéfico caso a empresa tivesse cooperado. Por fim, não cabe responsabilizar a autoridade investigadora pelo exercício do direito de não apresentar os dados solicitados adotado pela Pengsheng, nem se eximir das eventuais consequências de sua decisão, expressamente ressaltadas no Regulamento Brasileiro.

Por fim, quanto às manifestações das produtoras/exportadoras chinesas Jixing e a Longteng, bem como das associações CWIA e CCCLA, de 22 de julho e de 10 de setembro de 2020, no sentido de que o ônus da prova recai sobre a parte interessada que alega a desconsideração da utilização dos custos e preços chineses; e de que as evidências

apresentadas devem ser capazes de vincular as distorções de mercado ao segmento produtivo, esta SDCOM confirma que assiste razão às partes interessadas.

4.3.3 Da análise da SDCOM a respeito da prevalência de condições de economia de mercado no segmento produtivo em questão

Cabe às partes interessadas no processo apresentar elementos de prova suficientes de que não prevalecem condições de economia de mercado no segmento investigado. Caso isso aconteça, será adotada, nos termos do 15(a), uma metodologia que não se baseie em uma comparação estrita com os preços ou os custos domésticos chineses. Nesses casos, a utilização de metodologia alternativa para apuração do valor normal no caso específico não se confunde com a utilização dos fatos disponíveis, nos termos do Acordo Antidumping e das disposições do Regulamento Brasileiro. Do contrário, será utilizado o valor normal com base em preços e custos domésticos chineses, nos casos em que a autoridade investigadora brasileira tenha recebido resposta a questionário, contendo valor normal, submetida a procedimento de verificação in loco e validada.

Apesar de o Protocolo de Acessão da China não estabelecer os parâmetros e quais elementos seriam determinantes para se alcançar alguma conclusão, os elementos que ensejam a decisão precisam ser contundentes, e não meras alegações ou conjecturas.

A todas as partes interessadas no processo em tela foi concedida ampla oportunidade de apresentar a qualquer momento dentro da fase probatória elementos de prova que julgassem pertinentes à investigação para a defesa de seus interesses.

No curso da fase probatória, entretanto, conforme apontado pela Leonora, em sua manifestação datada de 22 de julho de 2020, bem como pelas associações chinesas CWIA e CCCLA e pelas produtoras/exportoras chinesas Jixing e Longteng, em 22 de julho e 10 de setembro de 2020, não foram apresentados novos elementos probatórios, e as manifestações limitaram-se a meras alegações.

Reitera-se que, após a expiração do item 15(a)(ii) do Protocolo de Acessão, houve alteração do ônus da prova, o que significa que a parte que põe em xeque a utilização dos custos e preços chineses para fins de apuração do valor normal deve ser capaz de vincular as distorções provocadas pela atuação o Estado Chinês, em seus diferentes níveis, ao segmento produtivo analisado, o que não se observou no curso deste processo.

Nesse sentido, esta autoridade investigadora entende que não foram apresentados elementos suficientes para alcançar a conclusão de que não prevalecem condições de economia de mercado no segmento produtivo em questão. Frise-se que essa constatação não pode e nem deve ser interpretada a contrário, ou seja, como uma afirmação de que prevalecem condições de economia de mercado no segmento produtivo de lápis chinês, o que tampouco restou comprovado.

Considerando que as provas necessárias para afastar a utilização dos custos e preços chineses não foram suficientes, são utilizados os preços e custos chineses para a apuração do valor normal das exportadoras daquele país, desde que atendidas as demais condições previstas no Acordo Antidumping e no Regulamento Brasileiro.

Destaque-se que isso também não impede que, em procedimentos futuros, à luz de novos elementos e evidências acerca da não prevalência de condições de economia de mercado no segmento produtivo em questão, a autoridade investigadora brasileira entenda que deva ser utilizada metodologia alternativa que não os custos e preços chineses para apuração do valor normal, dado que não houve uma conclusão de que prevalecem condições de economia de mercado no segmento produtivo em questão, nos termos do item 15(d) do Protocolo de Acessão.

4.3.4 Do dumping da Axus para fins de determinação final

Para fins de determinação final, mantém-se o entendimento registrado em sede de determinação preliminar. Dessa forma, reitera-se que a margem de dumping foi apurada com base na melhor informação disponível, conforme disposto no § 3º do art. 50 do Decreto nº 8.058, de 2013, conforme indicado no item 1.9.1 supra.

4.3.4.1 Do valor normal da Axus para fins de determinação final

Conforme informado no item 1.9.1 deste Parecer, a apuração do valor normal para a Axus foi baseada na melhor informação disponível. Neste sentido, nos termos do §3º do art. 50 do Decreto nº 8.058, de 2013, e nos termos do art. 180 do referido Decreto, o valor normal construído para a Axus foi apurado com base no custo de produção acrescido de montante razoável a título de despesas operacionais e lucro.

Os custos de produção foram apurados de acordo com a metodologia utilizada para fins de início da investigação, a qual foi corrigida conforme item 4.1.4 supra. Na sequência foram acrescentadas as despesas gerais e administrativas, despesas de vendas, despesas e receitas financeiras, despesas com pesquisa e desenvolvimento apuradas de acordo com a demonstração de resultados da Axus. Por fim, foi acrescentada margem de lucro determinada com base na média entre as margens de lucro apuradas a partir das demonstrações de resultados de empresas produtoras/exportadoras chinesas, nos termos do item iii do Artigo 2.2.2 do Acordo Antidumping (ADA).

O valor normal construído, por CODIP, para a Axus, é apresentado nas tabelas a seguir:

Valor normal para lápis de madeira com mina colorida (CODIP A1B1) [CONFIDENCIAL]

1. Custos Variáveis	Valor	%	US$/kg	Kg/Grosa	US$/Grosa		US$/Kg
1.1. Matérias-primas							[CONFIDENCIAL]
Madeira	[CONFIDENCIAL]		[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	0,77	[CONFIDENCIAL]
Nitrocelulose	[CONFIDENCIAL]		7,04	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	0,77	[CONFIDENCIAL]
Grafite	[CONFIDENCIAL]		0,84	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	0,77	[CONFIDENCIAL]
Outras matérias-primas (químicos)	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
1.2. Utilidades							[CONFIDENCIAL]
Outras utilidades	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
Energia elétrica	[CONFIDENCIAL]		0,17			0,77	[CONFIDENCIAL]
Embalagem	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
Outros custos variáveis	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
2. Mão de obra							[CONFIDENCIAL]
2.1. Mão de obra direta			1,53			0,77	[CONFIDENCIAL]
2.2 Mão de obra indireta							
3. Custos Fixos							[CONFIDENCIAL]
3.1 Depreciação	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
3.2 Manutenção	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
3.4 Outros custos fixos	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
4. Custo de produção							[CONFIDENCIAL]
5. Desp. gerais e adm.		[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
6. Desp. de vendas		[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
7. Desp. com pesquisa e desenvolvimento		[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
8. Despesas e receitas financeiras.		[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
9. Custo + Despesas							[CONFIDENCIAL]
7. Lucro Operacional		[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
8. Valor Normal Construído							[CONFIDENCIAL]

Valor normal para lápis de madeira com mina de grafite (CODIP A1B2) [CONFIDENCIAL]

1. Custos Variáveis		%	US$/kg	Kg/Grosa	US$/Grosa		US$/Kg
1.1. Matérias-primas							[CONFIDENCIAL]
Madeira	[CONFIDENCIAL]		[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	0,77	[CONFIDENCIAL]
Nitrocelulose	[CONFIDENCIAL]		7,04	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	0,77	[CONFIDENCIAL]
Grafite	[CONFIDENCIAL]		0,84	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	0,77	[CONFIDENCIAL]
Outras matérias-primas (químicos)	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
1.2. Utilidades							[CONFIDENCIAL]
Outras utilidades	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
Energia elétrica	[CONFIDENCIAL]			0,17		0,77	[CONFIDENCIAL]
Embalagem	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
Outros custos variáveis	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
2. Mão de obra							[CONFIDENCIAL]
2.1. Mão de obra direta			1,53			0,77	[CONFIDENCIAL]
2.2 Mão de obra indireta							
3. Custos Fixos							[CONFIDENCIAL]
3.1 Depreciação	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
3.2 Manutenção	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
3.4 Outros custos fixos	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
4. Custo de Produção							[CONFIDENCIAL]
5. Desp. gerais e adm.		[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
6. Desp. de vendas		[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
7. Desp. com pesquisa e desenvolvimento		[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
8. Desp. e rec. financeiras		[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
9. Custo + Despesas							[CONFIDENCIAL]
7. Lucro operacional		[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
8. Valor Normal Construído							[CONFIDENCIAL]

O valor normal construído, por CODIP, na condição equivalente a FOB, para a Axus, ponderado pelo volume importado é apresentado a seguir:

Tipo de Lápis (CODIP)	VN construído (US$/kg)	Volume importado (kg)	Valor normal ponderado (US$/kg)
Madeira/Colorido (A1B1)	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	12,73

Madeira/grafite (A1B2)	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	

O valor normal médio ponderado pelo volume importado, na condição equivalente a FOB, alcançou US$ 12,73/kg (doze dólares estadunidenses e setenta e três centavos por quilograma).

4.3.4.2 Do preço de exportação da Axus para fins de determinação final

Conforme informado no item 1.9.4 deste Parecer, a apuração do preço de exportação para a Axus foi baseada na melhor informação disponível. Neste sentido, considerou-se, nos termos do Art. 50 do Decreto nº 8.058, de 2013, como preço de exportação para a Axus, o preço de exportação de lápis da Axus para o Brasil, apurado, por CODIP, com base nos dados oficiais de importação brasileiros fornecidos pela RFB, na condição FOB, resumido a seguir:

Tipo de Lápis (CODIP)	Preço de Exportação (US$/kg)	Volume importado (kg)	Preço de Exportação ponderado (US$/kg)
Madeira/Colorido (A1B1)	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	7,18
Madeira/grafite (A1B2)	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	

O preço de exportação médio ponderado pelo volume importado, na condição FOB, alcançou US$ 7,18/kg (sete dólares estadunidenses e dezoito centavos por quilograma).

4.3.4.3 Da margem de dumping da Axus para fins de determinação final

A margem de dumping absoluta é definida como a diferença entre o valor normal e o preço de exportação, e a margem relativa de dumping se constitui na razão entre a margem de dumping absoluta e o preço de exportação. No presente caso, comparou-se o valor normal médio ponderado e a média ponderada do preço de exportação, ambos na condição equivalente a FOB, em atenção ao disposto no art. 26 do Regulamento Brasileiro.

O art. 26 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que a existência de margem de dumping seja apurada com base em comparação entre o valor normal médio ponderado e a média ponderada dos preços de todas as transações comparáveis de exportação; ou os valores normais e os preços de exportação comparados transação a transação; ou ainda entre um valor normal médio ponderado e os preços individuais de exportação, em determinadas situações.

Assim sendo, comparou-se o valor normal construído por CODIP com a média ponderada do preço de exportação, por CODIP, ambos em condição equivalente a FOB.

As margens de dumping absoluta e relativa estão explicitadas na tabela a seguir:

Margem de Dumping			
Valor Normal FOB (US$/Kg)	Preço de Exportação FOB (US$/kg)	Margem de Dumping Absoluta (US$/kg)	Margem de Dumping Relativa (%)
12,73	7,18	5,55	77,3

Concluiu-se pela existência de dumping de US$ 5,55/kg (cinco dólares estadunidense e cinquenta e cinco centavos por quilograma) nas exportações da Axus para o Brasil, o equivalente à margem relativa de dumping de 77,3%.

4.3.5 Do dumping da Jixing para fins de determinação final

Para fins de determinação final, mantém-se o entendimento registrado em sede de determinação preliminar no que tange à utilização dos fatos disponíveis para fins de apuração do valor normal da Jixing, conforme indicado no item 1.9.3 supra. Dessa forma, a margem de dumping foi apurada a partir da diferença entre o valor normal construído e o preço de exportação apurado com base na resposta da empresa ao questionário.

4.3.5.1 Da manifestação da Jixing sobre o preço de exportação

Em sua manifestação datada de 22 de julho de 2020, a Jixing observou que os fatores de conversão utilizados para apuração do valor normal, resultantes da utilização dos fatos disponíveis, não foram utilizados para a apuração do preço de exportação. Recordou que, para os CODIPs A1B1 e A1B2 foram utilizados o fator de conversão de 0,77 e para os CODIPs A2B1 e A2B2, o fator de conversão de 0,72. Em contrapartida, calculando os fatores de conversão dos preços de exportação, a empresa concluiu que os valores seriam, para o CODIP A1B1, [CONFIDENCIAL]; para o A1B2, [CONFIDENCIAL]; para o A2B1, [CONFIDENCIAL]; e para o A2B2, [CONFIDENCIAL].

No entendimento da empresa, não seria adequado comparar dois itens calculados por meio da utilização de distintos fatores de conversão.

Requereu, assim, que (i) a utilização dos fatores de conversão aplicados no cálculo do preço de exportação para cálculo do valor normal; ou (ii) a utilização dos fatores de conversão aplicados no valor normal para cálculo do preço de exportação; ou o cálculo da margem de dumping em grosas e não em quilogramas.

O pedido foi reiterado em sede de manifestação final, protocolada em 10 de setembro de 2020.

4.3.5.2 Dos comentários da SDCOM

Em relação à utilização do fator de conversão, reitera-se, conforme exposto no item 1.9.3 supra, que a empresa, por ocasião da verificação in loco, confirmou que os pesos em kg indicados nas faturas reportadas no Apêndice V incluíam o peso da embalagem com a qual o produto foi vendido para o consumidor final, além da embalagem destinada para exportação. A Jixing foi alertada que os pesos e os fatores de conversão deles resultantes, portanto, não refletiam o peso líquido do lápis comercializado.

Tendo em vista que a empresa não apresentou fator de conversão alternativo, conforme solicitado no âmbito da verificação in loco, foram utilizados, nos termos do parágrafo único do art. 179 do Decreto nº 8.058, de 2013, os fatos disponíveis.

Destaca-se, de outra parte, que no cálculo do preço de exportação, não houve aplicação dos fatores de conversão, conforme se observa no item 4.3.4.4.

Uma vez que não houve cooperação da empresa no tocante ao fornecimento de informação sobre a conversão de grosas para quilogramas, solicitada durante a investigação, aplica-se o disposto no art. 184 do Regulamento Brasileiro. Nesse sentido, mantém-se a metodologia aplicada para a apuração do preço de exportação e refutam-se os pedidos da produtora/exportadora.

4.3.5.3 Do valor normal da Jixing para fins de determinação final

Conforme exposto no item 1.9.3, a empresa foi informada, por meio do Ofício nº 699/2020/CGMC/SDCOM/SECEX que, uma vez constatada a existência de operações de venda de produtos destinados à exportação como vendas para consumo no mercado interno da China, foi descartada a utilização de suas vendas no mercado interno para fins de apuração do valor normal. Em vista do exposto, para fins deste documento, decidiu-se pela apuração do valor normal para a Jixing com base no valor construído, nos termos do inciso II do art. 14 do Decreto nº 8.058, de 2013, a partir do custo de produção no país de origem declarado, acrescido de razoável montante a título de despesas gerais, administrativa, de comercialização e financeiras, bem como lucro.

Tal construção foi realizada a partir da própria resposta da empresa ao Apêndice VI - Custo Total das respostas ao questionário e às informações complementares, e considerou as seguintes rubricas: (a) matérias-primas; (b) utilidades; (c) custos fixos; (d) depreciação; (e) despesas gerais e administrativas, de vendas e financeiras; e (e) lucro.

As matérias-primas utilizadas na construção do valor normal foram: [CONFIDENCIAL]. O montante, em RMB, de cada insumo foi apurado a partir dos custos reportados pela Jixing, por CODIP, e verificados pela SDCOM, e dividido pelas quantidades produzidas de cada CODIP, em quilogramas. Registre-se que a empresa foi notificada, por meio do ofício já referido nesta sessão, que a conversão inicialmente utilizada pela empresa para fins de determinação do valor normal não seria utilizada. Conforme exposto no item 1.9.3 supra, considerou-se que a empresa não havia reportado adequadamente esta informação, posto que havia calculado uma taxa de conversão de grosas para quilogramas considerando o peso das embalagens. Deste modo, foi utilizada como melhor informação disponível, para fins de apuração do valor normal por quilograma, a taxa de conversão das peticionárias, qual seja, 0,7740 para lápis de madeira e 0,7246 para lápis de resina.

Os custos fixos compreendem mão de obra direta e foram apurados da mesma forma que os custos variáveis. A depreciação foi apurada dividindo-se o total incorrido com depreciação, em RMB, identificado durante a verificação in loco pela quantidade produzida, em quilograma calculada pela autoridade investigadora.

As despesas gerais e administrativas e despesas financeiras, em RMB, foram apuradas, por CODIP, a partir dos dados reportados pela Jixing e verificados pela SDCOM, de modo que os montantes incorridos em cada despesa, por CODIP, foram divididos pelas respectivas quantidades produzidas. As despesas de venda, identificadas a partir dos demonstrativos financeiros da Jixing, foram apuradas da mesma forma que a depreciação, ou seja, dividindo-se o montante identificado pela quantidade total produzida.

Os custos apurados em RMB/kg foram então convertidos para USD/kg por meio da taxa média de P5, equivalente a 6,60. Por fim, ao custo de produção foi acrescentado percentual relativo à margem de lucro apurada com base nos dados fornecidos pela Jixing e verificados pela SDCOM.

O valor normal construído, por CODIP, foram aqueles apresentados nas tabelas a seguir:

Lápis de Madeira - A1B1 - colorido [CONFIDENCIAL]			
Rubrica	Valor RMB	Custo do insumo	Custo do insumo
		RMB/Kg	US$/Kg
[CONFIDENCIAL]	CONFIDENCIAL	CONFIDENCIAL	CONFIDENCIAL
[CONFIDENCIAL]	CONFIDENCIAL	CONFIDENCIAL	CONFIDENCIAL
[CONFIDENCIAL]	CONFIDENCIAL	CONFIDENCIAL	CONFIDENCIAL
[CONFIDENCIAL]	CONFIDENCIAL	CONFIDENCIAL	CONFIDENCIAL
[CONFIDENCIAL]	CONFIDENCIAL	CONFIDENCIAL	CONFIDENCIAL
Água	CONFIDENCIAL	CONFIDENCIAL	CONFIDENCIAL
Energia elétrica	CONFIDENCIAL	CONFIDENCIAL	CONFIDENCIAL
Mão de obra direta	CONFIDENCIAL	CONFIDENCIAL	CONFIDENCIAL
Depreciação		CONFIDENCIAL	CONFIDENCIAL
Despesas Gerais e Administrativas	CONFIDENCIAL	CONFIDENCIAL	CONFIDENCIAL
Despesas de Vendas		CONFIDENCIAL	CONFIDENCIAL
Despesas Financeiras	CONFIDENCIAL	CONFIDENCIAL	CONFIDENCIAL
Lucro Operacional			CONFIDENCIAL
Valor Normal Construído			CONFIDENCIAL

Lápis de Madeira - A1B2 - Grafite [CONFIDENCIAL]			
Rubrica	Valor RMB	Custo do insumo	Custo do insumo
		RMB/Kg	US$/Kg
[CONFIDENCIAL]	CONFIDENCIAL	CONFIDENCIAL	CONFIDENCIAL
[CONFIDENCIAL]	CONFIDENCIAL	CONFIDENCIAL	CONFIDENCIAL
[CONFIDENCIAL]	CONFIDENCIAL	CONFIDENCIAL	CONFIDENCIAL
[CONFIDENCIAL]	CONFIDENCIAL	CONFIDENCIAL	CONFIDENCIAL
[CONFIDENCIAL]	CONFIDENCIAL	CONFIDENCIAL	CONFIDENCIAL
Água	CONFIDENCIAL	CONFIDENCIAL	CONFIDENCIAL
Energia elétrica	CONFIDENCIAL	CONFIDENCIAL	CONFIDENCIAL
Mão de obra direta	CONFIDENCIAL	CONFIDENCIAL	CONFIDENCIAL
Depreciação		CONFIDENCIAL	CONFIDENCIAL
Despesas Gerais e Administrativas	CONFIDENCIAL	CONFIDENCIAL	CONFIDENCIAL
Despesas de Vendas		CONFIDENCIAL	CONFIDENCIAL
Despesas Financeiras	CONFIDENCIAL	CONFIDENCIAL	CONFIDENCIAL
Lucro Operacional			CONFIDENCIAL
Valor Normal Construído			CONFIDENCIAL

Lápis de Resina - A2B1 - Colorido [CONFIDENCIAL]			
Rubrica	Valor RMB	Custo do insumo	Custo do insumo
		RMB/Kg	US$/Kg
[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Água	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Energia elétrica	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Mão de obra direta	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Depreciação		[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Despesas Gerais e Administrativas	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Despesas de Vendas		[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Despesas Financeiras	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Lucro Operacional			[CONFIDENCIAL]
Valor Normal Construído			[CONFIDENCIAL]

Lápis de Resina - A2B2 - Grafite [CONFIDENCIAL]			
Rubrica	Valor RMB	Custo do insumo	Custo do insumo
		RMB/Kg	US$/Kg
[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Água	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Energia elétrica	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Mão de obra direta	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Depreciação		[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Despesas Gerais e Administrativas	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Despesas de Vendas		[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Despesas Financeiras	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Lucro Operacional			[CONFIDENCIAL]
Valor Normal Construído			[CONFIDENCIAL]

O valor normal construído, na condição equivalente a FOB, de cada CODIP para o Brasil, alcançou:

Valor Normal Construído Jixing Ponderado [CONFIDENCIAL]

CODIP	Quantidade produzida (kg)	Volume exportado (kg)	FOB US$/kg
A1B1	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
A1B2	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
A2B1	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
A2B2	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Ponderação		[RESTRITO]	2,67

O valor normal médio ponderado pelo volume exportado, na condição equivalente a FOB, alcançou US$ 2,67/kg (dois dólares estadunidenses e sessenta e sete centavos por quilograma).

4.3.5.4 Do preço de exportação da Jixing para fins de determinação final

Inicialmente, cabe ressaltar que o preço de exportação foi reconstruído considerando-se que a Jixing e sua exportadora Schiechen são empresas relacionadas, nos termos do inciso II c/c IX, §10 do artigo 14 do Regulamento Brasileiro. As referidas empresas apresentaram respostas complementares ao questionário do exportador e, durante a verificação in loco, observou-se que a Jixing possuía a senha do sistema contábil da Schiechen, tinha em seu poder todos os recibos (vouchers) contábeis da Schiechen e que as empresas mantêm relação comercial próxima o suficiente para que a Jixing tivesse conhecimento de todos os clientes da Schiechen e dos preços por ela praticados. Deste modo, o preço de exportação (US$/kg, FOB) foi determinado, com base no art. 20 do Decreto nº 8.058, de 2013, considerando-se as vendas para o primeiro comprador independente.

No cálculo do preço de exportação considerou-se que todas as vendas são realizadas para distribuidoras, não havendo vendas diretas para o consumidor final. Importa ressaltar que todas as exportações reportadas da Jixing para o Brasil ocorreram por meio da Schiechen.

Todas as vendas ao Brasil da Jixing/Schiechen foram realizadas nos termos FOB (Free on Board).

Deste modo, nos termos do art. 20 do Decreto nº 8.058, de 2013, o preço de exportação foi reconstruído a partir do preço efetivamente recebido pelo exportador, por produto exportado ao Brasil. A partir do preço unitário bruto (US$/kg) reportado pela Shiechen, foram deduzidas as despesas gerais e administrativas, despesas comerciais, e despesas financeiras da própria trading company (US$/kg); foi deduzido ainda o valor referente à margem de lucro da trading company independente Li&Fung Limited (2,2%), apurada por meio da demonstração de resultado desta empresa referente ao período de janeiro a dezembro de 2018, disponível em: https://www.lifung.com/investors/financial-reports-presentations/?by_year=2018, acessado em 10/02/2020.

Os preços de exportação da Jixing, na condição FOB, por CODIP, foram os que seguem:

Preço de Exportação Ponderado [CONFIDENCIAL]

CODIP	Volume exportado (kg)	Preço (US$/kg)
A1B1	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
A1B2	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
A2B1	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
A2B2	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Ponderação	[RESTRITO]	2,10

O preço de exportação médio ponderado pelo volume exportado, na condição FOB, alcançou US$ 2,10/kg (dois dólares estadunidenses e dez centavos por quilograma).

4.3.5.5 Da margem de dumping da Jixing para fins de determinação final

A margem de dumping absoluta é definida como a diferença entre o valor normal e o preço de exportação e a margem relativa de dumping se constitui na razão entre a margem de dumping absoluta e o preço de exportação. No presente caso, comparou-se o valor normal médio ponderado e a média ponderada do preço de exportação, ambos na condição equivalente a FOB, em atenção ao disposto no art. 26 do Regulamento Brasileiro.

A seguir, apresenta-se o resultado alcançado com a comparação:

Margem de Dumping			
Valor Normal FOB (US$/Kg)	Preço de Exportação FOB (US$/kg)	Margem de Dumping Absoluta (US$/kg)	Margem de Dumping Relativa (%)
2,67	2,10	0,57	27,4

Concluiu-se pela existência de dumping de US$ 0,57/kg (cinquenta e sete centavos de dólar estadunidense por quilograma) nas exportações da Jixing para o Brasil, o equivalente à margem relativa de dumping de 27,4%.

4.3.6 Do dumping da Longteng para fins de determinação final

Para fins de determinação final, mantém-se o entendimento registrado em sede de determinação preliminar. Dessa forma, reitera-se que a margem de dumping foi apurada com base na resposta da empresa ao questionário e na melhor informação disponível, conforme disposto no § 3º do art. 50 do Decreto no 8.058, de 2013.

4.3.6.1 Do valor normal da Longteng para fins de determinação final

Conforme exposto no item 1.9.4, a empresa foi informada, por meio do Ofício nº 709/2020/CGMC/SDCOM/SECEX que, uma vez constatada a existência de operações de venda de produtos destinados à exportação como vendas para consumo no mercado interno da China, foi descartada a utilização de suas vendas no mercado interno para fins de apuração do valor normal. Em vista do exposto, para fins deste documento, decidiu-se pela apuração do valor normal para a Longteng com base no valor construído, nos termos do inciso II do art. 14 do Decreto nº 8.058, de 2013, a partir do custo de produção no país de origem declarado, acrescido de razoável montante a título de despesas gerais, administrativa, de comercialização e financeiras, bem como lucro.

Tal construção foi realizada a partir da resposta da própria empresa ao Apêndice VI - Custo Total das respostas ao questionário e às informações complementares, e considerou as seguintes rubricas: (a) matérias-primas; (b) utilidades; (c) custos fixos; (d) depreciação; (e) despesas gerais, administrativas e financeiras; e (e) lucro. Ressalte-se que não foram somados ao custo total da empresa valores relativos a despesas de venda, uma vez que se buscou auferir valor normal construído na condição ex fabrica.

Com relação aos custos variáveis, foram consideradas a matéria-prima principal [CONFIDENCIAL], materiais auxiliares, como [CONFIDENCIAL], material de embalagem e utilidades. O montante de cada insumo foi apurado a partir dos custos reportados pela Longteng, por CODIP, e verificados pela SDCOM. Os custos fixos compreendem Mão de obra direta, depreciação e outros custos fixos, tendo sido apurados da mesma forma que os custos variáveis. As rubricas mencionadas foram apuradas dividindo-se o total incorrido em cada rubrica, identificado durante a verificação in loco, pela quantidade produzida, em quilograma.

As despesas gerais e administrativas e despesas financeiras também foram apuradas, por CODIP, a partir dos dados reportados pela Longteng e verificados pela SDCOM, sendo alocadas seguindo a mesma metodologia utilizada para reportar os custos fixos.

Por fim, cabe destacar que os dados da Longteng foram reportados em moeda local (RMB). Para fins de conversão do valor normal para dólares estadunidenses, utilizou-se a paridade diária média da moeda chinesa em relação ao dólar estadunidense do período de investigação de dumping, extraída do sítio eletrônico do Banco Central do Brasil, qual seja, 6,60 renminbi para cada dólar estadunidense.

Por fim, ao custo de produção foi acrescentado percentual relativo à margem de lucro ([CONFIDENCIAL] %), calculado com base na razão entre o lucro operacional auferido em 2018 sobre os custos operacionais e despesas administrativas e financeiras extraídos da DRE auditada da empresa.

O valor normal construído, por CODIP, foram aqueles apresentados nas tabelas a seguir:

Lápis de Resina - A2B1 - colorido [CONFIDENCIAL]			
Rubrica	Valor RMB	Custo do insumo	Custo do insumo
		RMB/Kg	US$/Kg
[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Outras matérias-primas/Insumos*	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Embalagem	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Utilidades	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Mão de obra	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Custos fixos	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Despesas gerais e administrativas	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Despesas financeiras	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Custo de Produção	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Lucro Operacional	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Valor Normal Construído	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]

Lápis de Madeira - A2B2 - Grafite [CONFIDENCIAL]			
Rubrica	Valor RMB	Custo do insumo	Custo do insumo
		RMB/Kg	US$/Kg
[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Outras matérias-primas/Insumos*	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Embalagem	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Utilidades	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Mão de obra	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Custos fixos	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Despesas gerais e administrativas	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Despesas financeiras	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Custo de Produção	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Lucro Operacional	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Valor Normal Construído	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]

Ademais, consoante ressaltado no item 1.9.4, notou-se que houve significativo volume de lápis exportado para o Brasil em P5 ([CONFIDENCIAL] kg), cujo produtor indicado na base da RFB foi a Longteng, não reportado pela produtora chinesa como exportações para o Brasil. Para esse volume adicional não capturado nos dados da empresa, aplicou-se a melhor informação disponível a fim de calcular o valor normal, considerando, para este volume, o valor normal construído a partir do custo de produção por quilograma reportado pela Longteng para o mês de fevereiro acrescido de montante a título de lucro, seguindo a mesmo critério mencionado anteriormente neste item.

Assim sendo, o valor normal construído, na condição ex fabrica, de cada CODIP para o Brasil, alcançou:

Valor Normal Construído Ponderado [CONFIDENCIAL]

CODIP	Quantidade exportada/importada (kg)	US$/kg
A2B1	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
A2B2	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Sem CODIP (Diferença entre o volume das exportações para o Brasil de produtos produzidos pela Longteng com base nos dados da RFB e o volume reportado pela empresa no Apêndice VII)	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Valor Normal Ponderado	[RESTRITO]	1,97

O valor normal médio ponderado pelo volume exportado, na condição ex fabrica, alcançou US$ 1,97/kg (um dólar estadunidense e noventa e sete centavos por quilograma).

4.3.6.2 Do preço de exportação da Longteng para fins de determinação final

O preço de exportação da Longteng foi apurado a partir dos dados fornecidos pela empresa em resposta ao questionário do produtor/exportador e às informações complementares, relativos aos preços efetivos de venda de lápis ao mercado brasileiro, de acordo com o contido no art. 18 do Decreto nº 8.058, de 2013.

Para fins de cálculo do preço de exportação na condição FOB, a Longteng reportou as seguintes despesas a serem deduzidas do valor bruto de suas vendas destinadas ao mercado brasileiro: despesas de manuseio de carga e corretagem, frete internacional e despesas indiretas de venda. Não foram deduzidas despesa financeira e custo de manutenção de estoque por acreditar que tais despesas são custos de oportunidade não capturados no custo de produção e na DRE da empresa, que serviram de base para construir do valor normal utilizado. Além disso, não foi deduzido custo de embalagem, já que este foi incluído no valor normal, prevalecendo a justa comparação.

Todas as rubricas foram deduzidas em conformidade com os dados reportados no apêndice de exportações para o Brasil da produtora chinesa apresentados em resposta ao questionário e validadas durante a verificação in loco na empresa. Após as deduções descritas acima, apurou-se o valor total de exportação, na condição ex fabrica, relativo às exportações da Longteng para o Brasil.

Insta ressaltar que, de acordo com o mencionado no item 1.9.4 e 4.3.5.1, o volume exportado para o Brasil de produtos produzidos pela Longteng em P5 segundo dados da RFB totalizou [RESTRITO] kg, sendo que a empresa reportou [RESTRITO] kg no Apêndice VII - Exportações para o Brasil. De acordo com o relatório de verificação in loco da Longteng, de 6 de fevereiro de 2020, a empresa esclareceu que todas as suas vendas no mercado interno em P5 foram realizadas para trading companies, sendo que muito provavelmente os produtos vendidos possam ter sido exportados em momento posterior, inclusive para o Brasil. Dessa maneira, para a diferença entre o volume encontrado nos dados da RFB e o volume reportado no apêndice da empresa, aplicou-se preço de exportação com base na melhor informação disponível, isto é, o menor preço encontrado nos apêndices de venda reportados pela Longteng - [CONFIDENCIAL] US$ /kg referente à invoice [CONFIDENCIAL], reportado no Apêndice V - Vendas no mercado interno.

O preço de exportação calculado para a Longteng foi:

Preço de Exportação Ponderado [CONFIDENCIAL]

CODIP	Quantidade exportada/importada (kg)	US$/kg
A2B1	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
A2B2	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Sem CODIP (Diferença entre o volume das exportações para o Brasil de produtos produzidos pela Longteng com base nos dados da RFB e o volume reportado pela empresa no Apêndice VII)	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Preço de Exportação Ponderado	[RESTRITO]	1,61

Dessa forma, o preço de exportação da Longteng, na condição ex fabrica, ponderado pelos CODIPs exportados pela empresa e pela diferença de volume encontrada entre os dados da RFB e os dados reportados pela empresa, alcançou US$ 1,61/kg (um dólar estadunidense e sessenta e um centavos por quilograma).

4.3.6.3 Da margem de dumping da Longteng para fins de determinação final

A margem de dumping absoluta é definida como a diferença entre o valor normal e o preço de exportação e a margem relativa de dumping se constitui na razão entre a margem de dumping absoluta e o preço de exportação. No presente caso, comparou-se o valor normal médio ponderado e a média ponderada do preço de exportação, ambos na condição ex fabrica, em atenção ao disposto no art. 26 do Regulamento Brasileiro.

A comparação levou em consideração o CODIP em que se classificaram os lápis vendidos ao Brasil para os volumes reportados pela produtora/exportadora chinesa. Para os demais, qual seja, o volume calculado entre a diferença dos volumes das exportações para o Brasil de produtos produzidos pela Longteng com base nos dados da RFB e o volume reportado pela empresa no Apêndice VII - Exportações para o Brasil, foi aplicada a melhor informação disponível, não tendo sido considerado o CODIP.

A seguir, apresenta-se o resultado alcançado com a comparação:

Margem de Dumping			
Valor Normal Ex Fabrica (US$/kg)	Preço de Exportação Ex Fabrica (US$/kg)	Margem de Dumping Absoluta (US$/kg)	Margem de Dumping Relativa (%)
1,97	1,61	0,36	22,7

Concluiu-se pela existência de dumping de US$ 0,36/kg (trinta e seis centavos de dólar estadunidense por quilograma) nas exportações da Longteng para o Brasil, o equivalente à margem relativa de dumping de 22,7%.

4.3.7 Do dumping da Pengsheng para fins de determinação final

Para fins de determinação final, mantém-se o entendimento registrado em sede de determinação preliminar. Dessa forma, reitera-se que a margem de dumping foi apurada com base na melhor informação disponível, conforme disposto no § 3º do art. 50 do Decreto nº 8.058, de 2013, no que tange ao valor normal, e na resposta da empresa ao questionário, no que tange ao preço de exportação.

4.3.7.1 Do valor normal da Pengsheng para fins de determinação final

Conforme informado no item 1.9.2 deste documento, a apuração do valor normal para a Pengsheng foi baseada na melhor informação disponível. Neste sentido, considerou-se, nos termos do Art. 50 do Decreto nº 8.058, de 2013, como valor normal para esta produtora/exportadora chinesa o custo de produção apurado, por CODIP, quando do início da investigação corrigido de acordo com o item 4.1.4 deste documento.

Ao custo de produção calculado foram acrescidos montantes a título de despesas gerais, administrativas, financeiras e de vendas, bem como despesa de pesquisa e desenvolvimento extraídos das Demonstrações de Resultado auditadas da própria Pengsheng em 2018, calculados em RMB por quilograma e convertidos pela taxa de câmbio oficial do BACEN. Também foi considerado montante referente à margem de lucro, calculado por meio da razão entre o lucro operacional e custos operacionais mais as despesas mencionadas. Sublinha-se que foram consideradas despesas de venda, haja vista que o valor normal foi calculado na condição FOB, conforme segue:

Valor normal para lápis de resina com mina colorida - (CODIP A2B1) [CONFIDENCIAL]

1. Custos Variáveis		%	US$/kg	Kg/Grosa	US$/Grosa		US$/Kg
1.1. Matérias-primas							[CONFIDENCIAL]
Composto de grafite	[CONFIDENCIAL]		0,22	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	0,72	[CONFIDENCIAL]

Masterbatch&Expander	[CONFIDENCIAL]		1,49	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	0,72	[CONFIDENCIAL]
Poliestireno de Alto Impacto	[CONFIDENCIAL]		1,55	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	0,72	[CONFIDENCIAL]
Colouring compound	[CONFIDENCIAL]		2,13	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	0,72	[CONFIDENCIAL]
Outras matérias-primas (químicos)	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
1.2. Utilidades							[CONFIDENCIAL]
Outras utilidades	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
Energia elétrica	[CONFIDENCIAL]		0,37			0,72	[CONFIDENCIAL]
Embalagem	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
Outros custos variáveis	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
2. Mão de obra							[CONFIDENCIAL]
2.1. Mão de obra direta			1,53			0,72	[CONFIDENCIAL]
2.2. Mão de obra indireta							
3. Custos Fixos							[CONFIDENCIAL]
3.1 Depreciação	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
3.2 Manutenção	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
3.4. Outros custos fixos	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
4. Custo de Produção							[CONFIDENCIAL]
5. Desp. gerais e adm.							[CONFIDENCIAL]
6. Desp. de vendas							[CONFIDENCIAL]
7. Desp. e receitas finan.							[CONFIDENCIAL]
8. Despesas com P&D							[CONFIDENCIAL]
9. Custo + Despesas							[CONFIDENCIAL]
10. Lucro operacional		[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
11. Valor Normal Construído							[CONFIDENCIAL]

Valor normal para lápis de resina com mina de grafite - corrigido (CODIP A2B2) [CONFIDENCIAL]

1. Custos Variáveis		%	US$/kg	Kg/Grosa	US$/Grosa		US$/Kg
1.1. Matérias-primas							[CONFIDENCIAL]
Composto de Grafite	[CONFIDENCIAL]		0,22	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	0,72	[CONFIDENCIAL]
Masterbatch&Expander	[CONFIDENCIAL]		1,49	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	0,72	[CONFIDENCIAL]
Poliestireno de alto impacto	[CONFIDENCIAL]		1,55	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	0,72	[CONFIDENCIAL]
Colouring compound	[CONFIDENCIAL]						[CONFIDENCIAL]
[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
Outras matérias-primas (químicos)	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
1.2. Utilidades							[CONFIDENCIAL]
Outras utilidades	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
Energia elétrica	[CONFIDENCIAL]		0,37			0,72	[CONFIDENCIAL]
Embalagem	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
Outros custos variáveis	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
2. Mão de obra							[CONFIDENCIAL]
2.1. Mão de obra direta			0,23			0,72	[CONFIDENCIAL]
2.2 Mão de obra indireta							
3. Custos Fixos							[CONFIDENCIAL]
3.1 Depreciação	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
3.2 Manutenção	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
3.4 Outros custos fixos	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
4. Custo de Produção							[CONFIDENCIAL]
5. Desp. gerais e adm.							[CONFIDENCIAL]
6. Desp. de vendas							[CONFIDENCIAL]
7. Desp. e receitas finan.							[CONFIDENCIAL]
8. Despesas com P&D							[CONFIDENCIAL]
9. Custo + Despesas							[CONFIDENCIAL]
10. Lucro operacional		[CONFIDENCIAL]					[CONFIDENCIAL]
11. Valor Normal Construído							[CONFIDENCIAL]

Desta forma, o valor normal para a Pengsheng foi:
Valor Normal Construído Ponderado [CONFIDENCIAL]

CODIP	VN construído (US$/kg)	Volume exportado (kg)	Valor normal ponderado (US$/kg)
A2B1	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	5,59
A2B2	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	

O valor normal médio ponderado pelo volume exportado, na condição FOB, alcançou US$ 5,59/kg (cinco dólares estadunidenses e cinquenta e nove centavos por quilograma).

4.3.7.2 Do preço de exportação da Pengsheng para fins de determinação final

O preço de exportação da Pengsheng foi apurado a partir dos dados fornecidos pela empresa em resposta ao questionário do produtor/exportador e às informações complementares, relativos aos preços efetivos de venda de lápis ao mercado brasileiro, de acordo com o contido no art. 18 do Decreto nº 8.058, de 2013.

O preço de exportação da Pengsheng foi apurado a partir dos dados fornecidos pela empresa em resposta ao questionário do produtor/exportador e às informações complementares, relativos aos preços efetivos de venda de lápis ao mercado brasileiro, de acordo com o contido no art. 18 do Decreto nº 8.058, de 2013.

Tendo em vista que o valor normal construído para fins de início de investigação foi calculado na condição FOB, privilegiando a justa comparação, não foram deduzidas despesas de manuseio de carga e corretagem, frete da planta até o porto e despesas indiretas, nem despesas financeira e custo de manutenção de estoque, reportadas pela empresa.

Desse modo, o preço de exportação calculado para a Pengsheng foi:
Preço de Exportação Ponderado [CONFIDENCIAL]

CODIP	Quantidade exportada (kg)	US$/kg
A2B1	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
A2B2	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Preço Exp. Ponderado	[RESTRITO]	2,81

Dessa forma, o preço de exportação da Pengsheng, na condição FOB, ponderado pelos CODIPs exportados pela empresa, alcançou US$ 2,81/kg (dois dólares estadunidenses e oitenta e um centavos por quilograma).

4.3.7.3 Da margem de dumping da Pengsheng para fins de determinação final

A margem de dumping absoluta é definida como a diferença entre o valor normal e o preço de exportação e a margem relativa de dumping se constitui na razão entre a margem de dumping absoluta e o preço de exportação. No presente caso, comparou-se o valor normal médio ponderado e a média ponderada do preço de exportação, ambos na condição FOB, em atenção ao disposto no art. 26 do Regulamento Brasileiro.

Deve-se ressaltar que a comparação entre o valor normal e o preço de exportação da Pengsheng levou-se em consideração os diferentes tipos do produto comercializados pela empresa. A margem de dumping foi apurada pela diferença entre o valor normal e o preço de exportação de cada tipo de produto, e essa diferença foi, por sua vez, ponderada pela quantidade exportada de cada tipo de produto.

A tabela a seguir resume o cálculo realizado e as margens de dumping, absoluta e relativa, apuradas:

Margem de Dumping			
Valor Normal FOB (US$/kg)	Preço de Exportação FOB (US$/kg)	Margem de Dumping Absoluta (US$/kg)	Margem de Dumping Relativa (%)
5,59	2,81	2,78	98,9

Concluiu-se pela existência de dumping de US$ 2,78/kg (dois dólares estadunidenses setenta e oito centavos por quilograma) nas exportações da Pengsheng para o Brasil, o equivalente à margem relativa de dumping de 98,9%.

4.3.8 Da conclusão a respeito do dumping

A partir das informações anteriormente apresentadas, para fins de determinação final, constatou-se a existência de dumping nas exportações de lápis da China para o Brasil, realizadas no período de janeiro a dezembro de 2018.

Outrossim, observou-se que a margem de dumping apurada não se caracteriza como de minimis, nos termos do § 1º do art. 31 do Decreto nº 8.058, de 2013.

5 DAS IMPORTAÇÕES E DO MERCADO BRASILEIRO

Neste item serão analisadas as importações brasileiras e o mercado brasileiro de lápis de madeira e lápis de resina plástica, com mina de cor ou de grafite. O período de análise corresponde ao período considerado para fins de determinação de existência de indícios de dano à indústria doméstica.

Assim, para efeito da análise relativa ao início da investigação, considerou-se, de acordo com o § 4º do art. 48 do Decreto nº 8.058, de 2013, o período de janeiro de 2014 a dezembro de 2018, dividido da seguinte forma:

P1 - janeiro de 2014 a dezembro de 2014;
P2 - janeiro de 2015 a dezembro de 2015;
P3 - janeiro de 2016 a dezembro de 2016;
P4 - janeiro de 2017 a dezembro de 2017; e
P5 - janeiro de 2018 a dezembro de 2018.

5 1. Das importações

Para fins de apuração dos valores e das quantidades de lápis importadas pelo Brasil em cada período, foram utilizados os dados de importação referentes ao subitem 9609.10.00 da NCM, fornecidos pela RFB.

Conforme informado previamente neste documento, as importações do produto objeto da investigação encontram-se em diversas formas de unidades de comercialização, entre eles: grosas (conjunto de 144 lápis), caixas, estojos, kits, cartuchos, pacotes, embalagens e latas.

Ademais, nos casos de comercialização de estojos, kits, conjuntos, potes, etc. observaram-se produtos diferentes de lápis, como apontador, borracha, régua, compasso, cadernos, entre outros, que impactaram no peso e no valor registrado do item.

Essas importações corresponderam a aproximadamente 6% do total do volume importado em P5, sendo que a maior proporção encontrada no período de análise de dano foi em P4 (9%). Em P1 tal relação foi de cerca de 3%.

Dessa forma, para se chegar ao real volume importado de lápis, foi realizada uma análise da descrição de cada adição das Declarações de Importação e o registro da quantidade de lápis comercializada em cada uma delas em grosas. O montante apurado em grosa foi posteriormente convertido em quilogramas, utilizando-se a média do fator de conversão de grosas para quilogramas (0,7740 para lápis de madeira e 0,7246 para lápis de resina).

Ressalta-se que as conversões foram utilizadas apenas para o volume correspondente aos itens das importações depuradas. Ou seja, em P5, por exemplo, as taxas de conversão foram aplicadas somente para a quantidade de lápis apuradas em grosas do volume correspondente a 6% das importações totais.

As importações de produtos devidamente identificados como não sendo o produto objeto da investigação foram excluídas dos dados de importação, conforme detalhado no item 2.1. supra, entre as quais se destacam lápis de cera, lápis para maquiagem, lápis borracha, giz, lápis giz, além de produtos aparentemente classificados de forma equivocada, como canetas, óculos, camisetas, mochilas, pincel, sacolas, etc.

Conforme indicado no item 5.2.1 infra, houve alteração nos valores das importações totais em relação ao parecer de início, uma vez que se verificou que a tabela anterior não incluiu os valores correspondentes aos lápis constantes em kits, estojos, conjuntos, etc., contendo produtos diferentes de lápis, como apontador, borracha, régua, compasso, cadernos, entre outros. Tal alteração, contudo, não afetou os volumes de importação indicados no parecer de início.

5.1.1 Do volume das importações

A tabela seguinte apresenta os volumes de importações totais de lápis no período de análise de dano à indústria doméstica:

Importações totais (t) [RESTRITO] (Em número índice)					
Origem	P1	P2	P3	P4	P5
China	100,0	57,1	71,4	119,3	188,1
Total (origem investigada)	100,0	57,1	71,4	119,3	188,1
Vietnã	100,0	104,1	127,4	59,1	56,5
Paquistão	100,0	102,8	17,9	-	30,6
Indonésia	100,0	191,1	136,9	180,5	144,9
França	100,0	34,2	66,1	63,0	29,8
Outras origens*	100,0	75,3	41,6	46,7	28,2
Total (exceto investigada)	100,0	94,5	72,9	50,3	46,0
Total Geral	100,0	65,9	71,8	103,1	154,6

O volume das importações brasileiras de lápis da origem investigada diminuiu 42,9% em P2, mas registrou aumentos sucessivos de 25,0% em P3, 67,1% em P4 e 57,6% em P5, sempre em relação ao período anterior. Quando considerado todo o período de investigação (P1-P5), observou-se crescimento de 88,1%.

Já o volume importado de outras origens recuou em todos os períodos: 5,5% em P2, 22,8% em P3, 31,0% em P4 e 8,7% em P5, também sempre na comparação com o período imediatamente anterior. Durante todo o período de investigação de indícios de dano, houve decréscimo acumulado de 54,0% nessas importações.

Deve-se observar que, ao longo de quase todo período, houve aumento da participação do volume importado da origem investigada em relação ao volume total importado, correspondente a [RESTRITO] p.p. de P1 a P5. As importações da origem investigada representaram 76,4%, 66,2%, 76,1%, 88,5% e 93,0% do volume total importado pelo Brasil, em cada período, de P1 a P5, respectivamente. A participação das importações das outras origens no volume total importado, por sua vez, passou de 23,6% em P1 para 33,8% em P2, mas decresceu sucessivamente a partir de então, representando 23,9% do volume total importado em P3, 11,5% em P4 e, por fim, 7,0% em P5.

Constatou-se que as importações brasileiras totais de lápis apresentaram recuo de 34,1% de P1 para P2, tendência que se reverte a partir de então, quando se verificou aumento de 8,8% de P2 para P3, de 43,6% de P3 para P4, de 50,0% de P4 para P5. De P1 a P5, o acréscimo foi de 54,6%.

5.1.2 Do valor e do preço das importações

Para tornar a análise do valor das importações mais uniforme, considerando que o frete e o seguro, dependendo da origem considerada, têm impacto relevante sobre o preço de concorrência entre os produtos ingressados no mercado brasileiro, a análise foi realizada em base CIF.

As tabelas a seguir apresentam a evolução do valor e do preço CIF das importações totais de lápis no período de análise de indícios de dano à indústria doméstica (janeiro de 2014 a dezembro de 2018).

Valor das importações totais (mil US$ CIF) [RESTRITO] (Em número índice)					
Origem	P1	P2	P3	P4	P5
China	100,0	60,3	66,1	122,3	180,2
Total (origem investigada)	100,0	60,3	66,1	122,3	180,2
Vietnã	100,0	125,3	154,5	95,7	76,6
Paquistão	100,0	106,2	12,4	-	20,3
Indonésia	100,0	235,6	132,8	175,9	137,5
França	100,0	26,3	34,1	36,8	15,9
Outras origens	100,0	91,7	46,7	58,4	49,5
Total (exceto investigada)	100,0	106,0	76,8	65,9	54,7
Total Geral	100,0	80,3	70,8	97,6	125,3

Houve alteração nos valores das importações totais em relação ao parecer de início, uma vez que se verificou que a tabela anterior não incluiu os valores correspondentes aos lápis constantes em kits, estojos, conjuntos, etc., contendo produtos diferentes de lápis, como apontador, borracha, régua, compasso, cadernos, entre outros.

Conforme explicitado no parecer de início, foi feita análise da descrição dessas importações, depurando-se a quantidade de lápis comercializada em cada uma delas e convertendo-a em grosas. O montante apurado por meio dessa depuração, em grosas, foi posteriormente convertido em quilogramas, utilizando-se a média do fator de conversão de grosas para quilogramas (0,7740 para lápis de madeira e 0,7246 para lápis de resina). Para se atribuir valor a estas operações, foi multiplicado o preço por quilograma encontrado nas demais importações de lápis, que representaram aproximadamente 94% em P5, pelo volume depurado.

O ajuste dos valores em relação ao parecer de início reflete, assim, a soma desse valor calculado ao restante das importações de lápis em cada período.

Verificou-se o seguinte comportamento nos valores importados da origem investigada: redução de 39,7%, de P1 para P2, e consecutivos aumentos de 9,6%, de P2 para P3, de 85,1%, de P3 para P4, e de 47,4%, de P4 para P5. Quando considerado todo o período investigado, de P1 a P5, verificou-se crescimento de 80,2%.

Quando analisadas as importações das demais origens, observou-se aumento de 6,0% de P1 para P2, seguidos de decréscimos sucessivos dos valores nos períodos subsequentes: 27,5%, 14,2% e 17,1% em P3, P4 e P5, respectivamente, sempre em relação ao período anterior. Considerando todo o período de investigação, evidenciou-se redução de 45,3% nos valores importados das outras origens.

O valor total das importações brasileiras, em comparação a P1, decresceu 19,7% em P2, e teve nova queda de 11,9% de P2 para P3, mas registrou crescimento sucessivo nos demais períodos, na comparação com o período imediatamente anterior: 37,9% em P4 e 28,3% em P5. Se comparados P1 e P5, verificou-se crescimento de 25,3% no valor total das importações de lápis.

Preço das importações totais (US$ CIF/kg) [RESTRITO] (Em número índice)					
Origem	P1	P2	P3	P4	P5
China	100,0	105,5	92,5	102,5	95,8
Total (origem investigada)	100,0	105,5	92,5	102,5	95,8
Vietnã	100,0	105,5	92,5	102,5	95,8
Paquistão	100,0	120,4	121,2	161,8	135,6
Indonésia	100,0	103,3	69,2	-	66,3
França	100,0	123,3	97,1	97,5	94,9
Outras origens	100,0	76,9	51,5	58,5	53,2
Total (exceto investigada)	100,0	112,2	105,4	130,9	118,9
Total Geral	100,0	121,8	98,6	94,7	81,0

Observou-se que o preço CIF médio por quilograma ponderado das importações brasileiras de lápis da origem investigada registrou aumentos seguidos de quedas em todo o período: de P1 para P2, aumentou 5,6% e de P2 para P3, caiu 12,4%. De P3 para P4 voltou a avançar 10,8%, ao passo que, de P4 para P5, apresentou recuo de 6,4%. De P1 para P5, o preço de tais importações acumulou queda de 4,1%.

Em relação ao preço CIF médio por quilograma ponderado de outras origens, verificou-se aumento de 12,2% em P2, recuo de 6,2% em P3, aumento de 24,3% em P4, e novo recuo de 9,2% em P5, sempre na comparação com o período imediatamente anterior. De P1 para P5, o preço de tais importações apresentou aumento de 18,9%.

Com relação ao preço médio do total das importações brasileiras de lápis, houve aumento de 21,8% de P1 para P2, seguido de quedas sucessivas de 19,0%, 4,2% e 14,3% em P3, P4 e P5, respectivamente, em relação ao período anterior. Ao longo do período de investigação de indícios de dano, houve queda de 18,9% no preço médio das importações totais.

5.2 Do mercado brasileiro

Como não houve consumo cativo por parte da indústria doméstica, o mercado brasileiro se equivale ao consumo nacional aparente (CNA) do produto no Brasil.

Para dimensionar o mercado brasileiro de lápis, foram consideradas as quantidades vendidas no mercado interno informadas pela indústria doméstica, líquidas de devoluções, bem como as quantidades importadas totais apuradas com base nos dados de importação fornecidos pela RFB, apresentadas no item anterior. As vendas internas da indústria doméstica incluem apenas as vendas de fabricação própria. As revendas de produtos importados estão incluídas nos dados relativos às importações.

Foram consideradas ainda as vendas de outros produtores domésticos identificados, Ecole Indústria e Comércio de Lápis Ltda. e Injex Pen Indústria e Comércio de Artigos Plásticos Ltda.

Mercado brasileiro (t) [RESTRITO] (Em número índice)					
Período	Vendas indústria doméstica	Vendas outras empresas	Importações origem investigada	Importações outras origens	Mercado brasileiro
P1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
P2	110,4	84,1	57,1	94,5	84,8
P3	102,3	86,0	71,4	72,9	84,8
P4	89,1	85,2	119,3	50,3	96,7
P5	77,8	110,4	188,1	46,0	121,5

Observou-se que o mercado brasileiro de lápis apresentou retração de 15,2% de P1 para P2, e não sofreu variação de P2 para P3, mas registrou expansão de 14,1% de P3 para P4 e de 25,6% de P4 para P5. Ao analisar os extremos da série, ficou evidenciado um crescimento do mercado brasileiro de 21,5%.

5.3 Da evolução das importações

5.3.1 Da participação das importações no mercado brasileiro

A tabela a seguir apresenta a participação das importações no mercado brasileiro de lápis.

Participação no mercado brasileiro [RESTRITO] (Em número índice)					
Período	Mercado brasileiro (t) (A)	Importações origem investigada (t) (B)	Participação no mercado brasileiro (%) (B/A)	Importações outras origens (t) (C)	Participação no mercado brasileiro (%) (C/A)
P1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
P2	84,8	57,1	67,4	94,5	111,4
P3	84,8	71,4	84,2	72,9	86,0
P4	96,7	119,3	123,3	50,3	52,0
P5	121,5	188,1	154,8	46,0	37,8

Observou-se que a participação das importações da origem investigada no mercado brasileiro decresceu [RESTRITO] pontos percentuais (p.p.) de P1 para P2 e apresentou aumentos sucessivos de [RESTRITO] p.p. de P2 para P3, [RESTRITO] p.p. de P3 para P4 e [RESTRITO] p.p. de P4 para P5. Considerando todo o período (de P1 para P5), a participação de tais importações aumentou [RESTRITO] p.p.

No que se refere às outras origens, houve aumento de [RESTRITO] p.p. de P1 para P2 na participação no mercado brasileiro, seguidos de sucessivos decréscimos [RESTRITO] p.p., [RESTRITO] p.p. e [RESTRITO] p.p. em P3, P4 e P5, respectivamente, sempre em relação ao período imediatamente anterior. No período completo, a queda totalizou [RESTRITO] p.p.

5.3.2 Da relação entre as importações e a produção nacional

A tabela a seguir apresenta a relação entre as importações de lápis da origem investigada e a produção nacional do produto similar.

Importações da origem investigada e produção nacional [RESTRITO] (Em número índice)			
	Produção nacional (t) (A)	Importações da origem investigada (t) (B)	[(B)/(A)] (%)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	105,2	57,1	54,4
P3	123,4	125,0	101,1
P4	78,0	167,1	214,3
P5	82,8	157,6	190,3

Destaca-se que os dados de produção nacional tiveram alteração em relação ao Parecer SDCOM nº 22/2019, tendo em vista ajustes, apontados em minor correction, relativos a sete CODPRODs da Faber, conforme exposto no Relatório de verificação in loco.

A produção nacional inclui ainda os volumes produzidos pelas outras produtoras nacionais identificadas - Ecole Indústria e Comércio de Lápis Ltda. e Injex Pen Indústria e Comércio de Artigos Plásticos Ltda -, reportados em resposta aos Ofícios nº 3.690/2019/CGMC/SDCOM/SECEX e nº 3.691/2019/CGMC/SDCOM/SECEX, de 9 de julho de 2019.

Observou-se que a relação entre as importações da origem investigada e a produção nacional de lápis apresentou redução de [RESTRITO] p.p. de P1 a P2. Nos períodos seguintes, de outra parte, verificaram-se aumentos de [RESTRITO] p.p. de P2 a P3, de [RESTRITO] p.p. e [RESTRITO] p.p em P4 e P5. Ao considerar-se todo o período, a relação entre as importações da origem investigada e a produção nacional apresentou crescimento de [RESTRITO] p.p.

5.4 Da conclusão a respeito das importações

No período de análise de dano à indústria doméstica, as importações a preços de dumping cresceram significativamente:

a) em termos absolutos, tendo passado de [RESTRITO] toneladas em P1 para [RESTRITO] toneladas em P5 (aumento de 88,1%);

b) em relação ao mercado brasileiro, uma vez que a participação de tais importações nesse mercado apresentou aumento de [RESTRITO] p.p. de P1 (42,4%) para P5 (65,7%); e

c) em relação à produção nacional, pois de P1 (33,1%) para P5 (74,2%) houve aumento de [RESTRITO] p.p.

Diante desse quadro, constatou-se aumento substancial das importações a preços de dumping, tanto em termos absolutos quanto em relação ao mercado brasileiro e à produção nacional.

Observou-se ainda que, de P1 a P5, o preço CIF médio por quilograma ponderado das importações da origem investigada registrou queda de 4,1%, ao passo que, no mesmo período, o preço CIF médio das demais origens registrou aumento de 18,9%.

6 DO DANO

De acordo com o disposto no art. 30 do Decreto nº 8.058, de 2013, a análise de dano deve fundamentar-se no exame objetivo do volume das importações a preços de dumping, no seu efeito sobre os preços do produto similar no mercado brasileiro e no consequente impacto dessas importações sobre a indústria doméstica.

Conforme explicitado no item 5 deste documento, para efeito da análise relativa à determinação final, considerou-se o período de janeiro de 2014 a dezembro de 2018, divididos da mesma forma em cinco períodos.

6.1 Dos indicadores da indústria doméstica

Como já demonstrado anteriormente, de acordo com o previsto no art. 34 do Decreto nº 8.058, de 2013, a indústria doméstica foi definida como as linhas de produção de lápis de madeira da Faber-Castell e de lápis de resina da BIC, que foram responsáveis, em P5, por 95% da produção nacional do produto similar fabricado no Brasil. Dessa forma, os indicadores considerados neste parecer refletem os resultados alcançados pelas linhas de produção da citada empresa.

Destaque-se que os indicadores da indústria doméstica incorporam correções realizadas tendo em conta os resultados das verificações in loco. Adicionalmente, foram realizados ajustes nos dados da indústria doméstica após as verificações, descritos a seguir nos respectivos itens.

Para uma adequada avaliação da evolução dos dados em moeda nacional, apresentados pelas peticionárias, foram atualizados os valores correntes com base no Índice de Preços ao Produtor Amplo - Origem (IPA-OG) Produtos Industriais, da Fundação Getúlio Vargas.

6.1.1 Do volume de vendas

A tabela a seguir apresenta as vendas da indústria doméstica de lápis, destinadas ao mercado interno e ao mercado externo, conforme informadas pela peticionária e ajustadas durante verificação in loco. As vendas são apresentadas em toneladas e estão líquidas de devoluções.

Vendas da indústria doméstica [RESTRITO] (Em número índice)					
	Vendas totais (t)	Vendas no mercado interno (t)	Participação no total (%)	Vendas no mercado externo (t)	Participação no total (%)
P1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
P2	109,4	110,4	100,9	108,9	99,5
P3	128,5	102,3	79,6	141,3	110,0
P4	93,7	89,1	95,2	95,9	102,4
P5	86,5	77,8	89,8	90,8	105,0

Observou-se que o indicador de vendas da indústria doméstica (t) destinadas ao mercado interno cresceu 10,4% de P1 para P2 e reduziu 7,3% de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve redução de 12,8% entre P3 e P4, e considerando o intervalo entre P4 e P5 houve novamente diminuição de 12,8%. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de vendas da indústria doméstica (t) destinadas ao mercado interno revelou variação negativa de 22,2% em P5, comparativamente a P1.

Com relação à variação de vendas da indústria doméstica (t) destinadas ao mercado externo ao longo do período em análise, houve aumento de 8,9% entre P1 e P2, enquanto quede P2 para P3 é possível detectar ampliação de 29,8%. De P3 para P4 houve diminuição de 32,2%, e entre P4 e P5, o indicador sofreu queda de 5,3%. Ao se considerar toda a série analisada, o indicador de vendas da indústria doméstica (t) destinadas ao mercado externo apresentou contração de 9,2%, considerado P5 em relação ao início do período avaliado (P1).

As vendas totais da indústria doméstica cresceram 9,4% de P1 para P2 e 17,5% de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve redução de 27,1% entre P3 e P4, e considerando o intervalo entre P4 e P5, houve diminuição de 7,6%. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador das vendas totais da indústria doméstica revelou variação negativa de 13,5% em P5, comparativamente a P1.

6.1.2 Da participação do volume de vendas no mercado brasileiro

A tabela a seguir apresenta a participação no mercado das vendas da indústria doméstica destinadas ao mercado brasileiro.

Participação das vendas da indústria doméstica no mercado brasileiro [RESTRITO] (Em número índice)			
	Vendas no mercado interno (t)	Mercado brasileiro (t)	Participação (%)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	110,4	84,8	130,1
P3	102,3	84,8	120,6
P4	89,1	96,7	92,1
P5	77,8	121,5	64,0

Observou-se que o indicador de participação das vendas da indústria doméstica no mercado brasileiro cresceu [RESTRITO] p.p. de P1 para P2. Nos períodos subsequentes, reduziu [RESTRITO] p.p. de P2 para P3, [RESTRITO] p.p. entre P3 e P4 e [RESTRITO] p.p. entre P4 e P5. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de participação das vendas da indústria doméstica no mercado brasileiro revelou variação negativa de [RESTRITO] p.p. em P5, comparativamente a P1.

6.1.3 Da produção e do grau de utilização da capacidade instalada

Conforme dados confirmados em verificação in loco, há produção de outros produtos - [CONFIDENCIAL] - nas linhas da Faber-Castell onde é realizada a fabricação do produto similar doméstico. Na BIC, a produção é realizada em uma única planta, sem compartilhamento da linha de produção com nenhum outro produto.

A fim de se obter a capacidade instalada da Faber-Castell, inicialmente foi considerada a produção do mês com a maior média diária de produção durante o período de investigação. Essa média diária foi multiplicada pelo número de dias/horas disponíveis para o trabalho no período, ou seja, descontados apenas feriados, dias concedidos pela empresa e dias de paralisação para inventário cíclico. Por sua vez, para o cálculo da capacidade efetiva, a média diária foi multiplicada pelos dias/horas efetivamente trabalhados em cada período, ou seja, deduzidos sábados, domingos, feriados, paradas para manutenção e/ou férias coletivas. Ressalte-se que, durante o período de análise de dano, não houve paralisação da produção, salvo aquelas indispensáveis para manutenção de equipamentos.

Já o cálculo da capacidade instalada da BIC foi feito considerando-se as velocidades de produção nas linhas da fábrica em quantidade de lápis [CONFIDENCIAL por minuto, bem como o funcionamento das [CONFIDENCIAL]. Para o cálculo da capacidade efetiva, a capacidade nominal foi multiplicada por um fator chamado Eficiência do Equipamento (OEE), que considera as seguintes intercorrências: (i) setups de máquina (trocas de cor e modelo de lápis); (ii) paradas para manutenção preventiva do primeiro nível; (iii) problemas de qualidade; e (iv) paradas inesperadas de máquina. Observa-se que a empresa realiza paradas na produção para manutenção das máquinas uma vez por ano, quando a produção de lápis é interrompida.

Capacidade instalada e grau de ocupação (Em número índice)			
	Capacidade instalada efetiva (t)	Produção (t)	Grau de ocupação (%)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	100,8	104,8	104,0
P3	113,6	130,3	114,7
P4	100,5	100,1	99,7
P5	97,6	81,5	83,5

O volume de produção do produto similar da indústria doméstica cresceu 4,8% de P1 para P2 e aumentou 24,4% de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve redução de 23,2% entre P3 e P4, e considerando o intervalo entre P4 e P5 houve diminuição de 18,6%. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de volume de produção do produto similar da indústria doméstica revelou variação negativa de 18,5% em P5, comparativamente a P1.

Em relação a capacidade instalada efetiva observou-se que cresceu 0,8% de P1 para P2 e aumentou 12,7% de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve redução de 11,6% entre P3 e P4, e considerando o intervalo entre P4 e P5 houve diminuição de 2,8%. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de capacidade instalada efetiva revelou variação negativa de 2,4% em P5, comparativamente a P1.

O grau de ocupação da capacidade instalada cresceu [RESTRITO] p.p. de P1 para P2 e aumentou [RESTRITO] p.p. de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve redução de [RESTRITO] p.p. entre P3 e P4 e diminuição de [RESTRITO] p.p. entre P4 e P5. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de o grau de ocupação da capacidade instalada revelou variação negativa de [RESTRITO] p.p. em P5, comparativamente a P1.

6.1.4 Dos estoques

A tabela a seguir indica o estoque acumulado no final de cada período de análise de indícios de dano, considerando o estoque inicial, em P1, de [RESTRITO] t.

	Estoque final (t) [RESTRITO] (Em número índice)					
	Produção	Vendas no mercado interno (t)	Vendas no mercado externo	Importações (-) Revendas	Outras entradas/saídas	Estoque final
P1	100,0	100,0	100,0	(100,0)	(100,0)	100,0
P2	104,8	110,4	108,9	(87,8)	(238,5)	36,2
P3	130,3	102,3	141,3	73,0	(152,0)	52,8
P4	100,1	89,1	95,9	27,2	(161,6)	113,6
P5	81,5	77,8	90,8	(53,9)	(128,1)	53,2

Destaque-se, de acordo com as peticionárias, que os volumes de outras entradas/saídas referem-se a ajustes de estoques, ajustes de inventário cíclico, baixas de sucata e movimentações entre filiais, no caso da BIC, e a movimentações diversas que não representam faturamento (não geram receita), como baixa de inventário, bonificação, amostra, baixas por sucateamento, entre outros, no caso da Faber-Castell.

O volume do estoque final do produto submetido à investigação oscilou no decorrer dos períodos: diminuiu 63,8% de P1 para P2 e aumentou 45,6% de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve aumento de 115,3% entre P3 e P4, e considerando o intervalo entre P4 e P5 houve diminuição de 53,2%. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de estoque final revelou variação negativa de 46,8% em P5, comparativamente a P1.

A tabela a seguir, por sua vez, apresenta a relação entre o estoque acumulado e a produção da indústria doméstica em cada período de investigação.

Relação estoque final/produção [RESTRITO] (Em número índice)			
	Estoque final (t) (A)	Produção (t) (B)	Relação A/B (%)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	36,2	104,8	34,6
P3	52,8	130,3	40,5
P4	113,6	100,1	113,4
P5	53,2	81,5	65,3

Em relação estoque final/produção observou-se que diminuiu [RESTRITO] p.p. de P1 para P2 e aumentou [RESTRITO] p.p. de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve aumento de [RESTRITO] p.p. entre P3 e P4 e diminuição de [RESTRITO] p.p. entre P4 e P5. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de relação estoque final/produção revelou variação negativa de [RESTRITO] p.p. em P5, comparativamente a P1.

6.1.5 Do emprego, da produtividade e da massa salarial

As tabelas apresentadas neste item exibem o número de empregados, a produtividade e a massa salarial relacionados à produção/venda de lápis pela indústria doméstica.

Conforme verificado in loco, o número de empregados referentes a cada segmento (produção direta e indireta, administração e vendas) foi extraído diretamente dos respectivos sistemas utilizados pela Faber (CONFIDENCIAL) e pela BIC (CONFIDENCIAL).

Não se verificaram inconsistências em relação ao número de empregados na Faber.

Na BIC, verificou-se inconsistência em relação à metodologia de rateio utilizada pela BIC para calcular o número de empregados na produção indireta. Observou-se, na verificação in loco, a empresa que a empresa havia aplicado o percentual correspondente à participação da produção de lápis na receita operacional líquida de todos os produtos (canetas esferográficas, marcadores, outros lápis, isqueiros e barbeadores) da BIC sobre os empregados indiretos apenas da produção de escrita (canetas esferográficas, marcadores e outros lápis) e não sobre o total de empregados indiretos.

A BIC reapresentou os dados, aplicando, para apuração dos empregados indiretos, esse percentual sobre o total de empregados indiretos (ou seja, os trabalhadores de todas as linhas produzidas pela empresa - escrita, isqueiros e barbeadores). O número de empregados indiretos em P5, inicialmente reportado como [RESTRITO], foi alterado para [RESTRITO]. A mesma metodologia foi aplicada para os demais períodos.

Em relação à massa salarial, verificou-se divergência nos rateios reportados pela Faber. A empresa observou que não considerou uma parte da mão de obra referente a outros produtos. O ajuste foi efetuado após a verificação in loco.

A BIC também apresentou ajustes no curso da verificação in loco aos dados de massa salarial. Além da alteração da metodologia de rateio tratada supra, observou a [CONFIDENCIAL].

Número de empregados [RESTRITO] (Em número índice)					
	P1	P2	P3	P4	P5
Linha de produção	100,0	109,4	127,9	89,8	87,1
Administração e vendas	100,0	110,3	129,8	117,8	127,7
Total	100,0	109,5	128,1	93,1	91,9

Verificou-se que o indicador de número de empregados que atuam em linha de produção cresceu 9,4% de P1 para P2 e aumentou 16,9% de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve redução de 29,8% entre P3 e P4, e considerando o intervalo entre P4 e P5 houve diminuição de 3,0%. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de número de empregados que atuam em linha de produção revelou variação negativa de 12,9% em P5, comparativamente a P1.

Com relação à variação de número de empregados que atuam em administração e vendas ao longo do período em análise, houve aumento de 10,6% entre P1 e P2, enquanto quede P2 para P3 é possível detectar ampliação de 17,6%. De P3 para P4 houve diminuição de 9,2%, e entre P4 e P5, o indicador teve elevação de 8,2%. Ao se considerar toda a série analisada, o indicador de número de empregados que atuam em administração e vendas apresentou expansão de 27,9%, considerado P5 em relação ao início do período avaliado (P1).

Avaliando a variação de quantidade total de empregados no período analisado, entre P1 e P2 verifica-se aumento de 9,5%. É possível verificar ainda uma elevação de 17,0% entre P2 e P3, enquanto que de P3 para P4 houve redução de 27,4%, e entre P4 e P5, o indicador revelou retração de 1,3%. Analisando-se todo o período, quantidade total de empregados apresentou contração da ordem de 8,1%, considerado P5 em relação a P1.

A tabela a seguir apresenta a produtividade por empregado da indústria doméstica em cada período de análise.

Produtividade por empregado [RESTRITO] (Em número índice)			
Período	Empregados ligados à linha de produção	Produção (toneladas)	Produção por empregado da linha da produção (toneladas/empregado)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	109,4	104,8	95,8
P3	127,9	130,3	101,9
P4	89,8	100,1	111,5
P5	87,1	81,5	93,6

A produtividade por empregado ligado à produção diminuiu em P2 (4,2%), aumentou em P3 e em P4 (6,4% e 9,4%, respectivamente) e voltou a diminuir em P5 (16,1%), sempre em relação ao período imediatamente anterior. Considerando-se todo o período de investigação, de P1 a P5, a produtividade por empregado caiu 6,4%, como consequência da diminuição da produção (18,6%) proporcionalmente maior à do número de empregados ligados à produção (12,9%).

As informações sobre massa salarial relacionada à produção/venda de lápis de madeira ou resina plástica, com mina de cor ou mina de grafite, pela indústria doméstica, encontram-se sumarizadas na tabela a seguir.

Observou-se que o indicador de massa salarial dos empregados de linha de produção cresceu 5,1% de P1 para P2 e aumentou 28,1% de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve redução de 14,8% entre P3 e P4, e considerando o intervalo entre P4 e P5 houve diminuição de 23,7%. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de massa salarial dos empregados de linha de produção revelou variação negativa de 12,5% em P5, comparativamente a P1.

Com relação à variação de massa salarial dos empregados de administração e vendas ao longo do período em análise, houve aumento de 8,4% entre P1 e P2, enquanto quede P2 para P3 é possível detectar ampliação de 0,5%. De P3 para P4 houve diminuição de 7,9%, e entre P4 e P5, o indicador sofreu queda de 7,1%. Ao se considerar toda a série analisada, o indicador de massa salarial dos empregados de administração e vendas apresentou contração de 6,9%, considerado P5 em relação ao início do período avaliado (P1).

Avaliando a variação de massa salarial do total de empregados no período analisado, entre P1 e P2 verifica-se aumento de 6,4%. É possível verificar ainda uma elevação de 16,6% entre P2 e P3, enquanto que de P3 para P4 houve redução de 12,4%, e entre P4 e P5, o indicador revelou retração de 17,5%. Analisando-se todo o período, massa salarial do total de empregados apresentou contração da ordem de 10,2%, considerado P5 em relação a P1.

6.1.6 Da demonstração de resultado

6.1.6.1 Da receita líquida

A receita líquida da indústria doméstica refere-se às vendas líquidas de lápis de madeira ou de resina plástica, com mina de cor ou mina de grafite, de produção própria, já deduzidos os abatimentos, descontos, tributos e devoluções, bem como as despesas de frete interno.

Receita líquida das vendas da indústria doméstica
(mil R$ atualizados) (Em número índice)
[RESTRITO] [CONFIDENCIAL]

	Receita total	Mercado interno		Mercado externo	
	Valor	Valor	%	Valor	%
P1	[Conf.]	100,0	[Conf.]	100,0	[Conf.]
P2	[Conf.]	114,2	[Conf.]	143,6	[Conf.]
P3	[Conf.]	109,1	[Conf.]	176,8	[Conf.]
P4	[Conf.]	103,1	[Conf.]	113,6	[Conf.]
P5	[Conf.]	88,8	[Conf.]	109,8	[Conf.]

A receita líquida, em reais atualizados, referente às vendas no mercado interno cresceu 14,2% de P1 para P2 e reduziu 4,5% de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve redução de 5,4% entre P3 e P4, e considerando o intervalo entre P4 e P5 houve diminuição de 13,9%. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de receita líquida, em reais atualizados, referente às vendas no mercado interno revelou variação negativa de 11,2% em P5, comparativamente a P1.

A receita líquida obtida com as vendas no mercado externo aumentou 43,6% de P1 para P2 e 23,1% de P2 para P3, enquanto diminuiu 35,8% de P3 para P4 e 3,3% de P4 para P5. Ao se considerar o período de P1 a P5, a receita líquida de vendas no mercado externo aumentou 9,8%.

Avaliando a variação de receita líquida total no período analisado, entre P1 e P2 verifica-se aumento de 30,2%. É possível verificar ainda uma elevação de 12,1% entre P2 e P3, enquanto de P3 para P4 houve redução de 25,4%, e entre P4 e P5, o indicador revelou retração de 7,9%. Analisando-se todo o período, receita líquida total apresentou expansão da ordem de 0,2%, considerado P5 em relação a P1.

6.1.6.2 Dos preços médios ponderados

Os preços médios ponderados de venda, apresentados na tabela a seguir, foram obtidos pela razão entre as receitas líquidas e as quantidades vendidas apresentadas anteriormente. Os preços médios de venda no mercado interno apresentados se referem exclusivamente às vendas de fabricação própria.

Preço médio de venda da indústria doméstica (R$ atualizados/kg)
(Em número índice)
[RESTRITO] [CONFIDENCIAL]

Período	Preço (Mercado interno fabricação própria)	Preço (Mercado externo)
P1	100,0	100,0
P2	103,4	131,9
P3	106,6	125,1
P4	115,7	118,4
P5	114,2	120,9

Observou-se que o indicador de preço médio de venda no mercado interno cresceu 3,4% de P1 para P2 e 3,1% de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve aumento de 8,5% entre P3 e P4, e considerando o intervalo entre P4 e P5, houve diminuição de 1,3%. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de preço médio de venda no mercador interno revelou variação positiva de 14,2% em P5, comparativamente a P1.

Com relação à variação de preço médio de venda para o mercado externo ao longo do período em análise, houve aumento de 31,9% entre P1 e P2, enquanto de P2 para P3 é possível detectar retração de 5,2%. De P3 para P4 houve diminuição de 5,3%, e entre P4 e P5, o indicador sofreu elevação de 2,1%. Ao se considerar toda a série analisada, o indicador de preço médio de venda para o mercado externo apresentou expansão de 20,9%, considerado P5 em relação ao início do período avaliado (P1).

6.1.6.3 Dos resultados e margens

Com o propósito de reportar os valores do custo do produto vendido (CPV) referentes às vendas do produto similar, a indústria doméstica extraiu de seus registros contábeis os valores do CPV [CONFIDENCIAL]. As receitas e despesas operacionais, por sua vez, foram calculadas com base em rateio pelo faturamento líquido.

Dessa forma, a tabela a seguir apresenta os resultados bruto e operacional relativos às vendas da indústria doméstica no mercado interno, nos períodos de análise de dano. Registre-se que a receita operacional líquida se encontra deduzida dos fretes incorridos nas vendas. Na tabela subsequente são apresentadas as margens de lucro associadas a esses resultados.

Demonstração de resultados (mil R$ atualizados) (Em número índice)
[RESTRITO] [CONFIDENCIAL]

	P1	P2	P3	P4	P5
Receita líquida	100,0	114,2	109,1	103,1	88,8
CPV	100,0	124,3	119,1	106,7	89,7
Resultado bruto	100,0	107,3	102,3	100,8	88,2
Despesas operacionais	100,0	111,6	112,6	106,3	82,5
Despesas gerais e administrativas	100,0	108,7	103,8	105,4	81,7
Despesas com vendas	100,0	117,8	102,8	103,4	91,2
Resultado financeiro (RF)	100,0	65,6	134,5	122,0	71,3
Outras despesas (receitas) operacionais (OD)	(100,0)	(82,8)	60,7	(88,8)	(187,0)
Resultado operacional	100,0	96,0	74,9	86,0	103,1
Resultado operacional (exceto RF)	100,0	90,0	86,7	93,1	96,8
Resultado operacional (exceto RF e OD)	100,0	90,7	100,5	93,5	88,3

Margens de lucro (%) [CONFIDENCIAL] (Em número índice)

	P1	P2	P3	P4	P5
Margem bruta	100,0	94,0	93,8	97,7	99,3
Margem operacional	100,0	84,1	68,6	83,3	116,2
Margem operacional (exceto RF)	100,0	78,8	79,5	90,3	109,1
Margem operacional (exceto RF e OD)	100,0	79,4	92,2	90,7	99,5

O indicador de receita líquida da indústria doméstica, em reais atualizados, referente às vendas no mercado interno cresceu 14,2% de P1 para P2. A partir de P3 observou-se queda, nos percentuais de 4,5%, 5,4% e 13,9% em P3, P4 e P5 respectivamente, sempre em relação ao período imediatamente anterior. De P1 a P5, a queda foi equivalente a 11,2%.

O resultado bruto com as vendas do produto similar no mercado interno apresentou aumento de 7,3% em P2, sucedido por recuos consecutivos de 4,7%, em P3, 1,5% em P4 e um decréscimo de 12,5% em P5, sempre em relação ao período imediatamente anterior. Ao se observarem os extremos da série, o resultado bruto verificado em P5 foi 11,8% menor que o resultado bruto verificado em P1.

A margem bruta da indústria doméstica apresentou o seguinte comportamento: diminuição de [CONFIDENCIAL] p.p. e de [CONFIDENCIAL] p.p., de P1 para P2 e de P3 para P3, respectivamente, e aumento de [CONFIDENCIAL] p.p. e [CONFIDENCIAL] p.p. de P3 para P4 e de P4 para P5, respectivamente. Considerando os extremos da série, houve queda de [CONFIDENCIAL] p.p. da margem bruta da indústria doméstica.

O resultado operacional da indústria doméstica recuou 4,0% de P1 para P2 e 22,1% de P2 para P3 e aumentou de P3 para P4, em 14,8%, e de P4 para P5, em 20,0%. Considerando-se todo o período de investigação de indício de dano, o resultado operacional aumentou 3,1%.

A margem operacional diminuiu e P1 para P2 ([CONFIDENCIAL] p.p.) e de P2 para P3 ([CONFIDENCIAL] p.p.) e aumentou de P3 para P4 ([CONFIDENCIAL] [CONFIDENCIAL] p.p.) e de P4 para P5 ([CONFIDENCIAL] p.p.). Considerando-se todo o período de investigação de indícios de dano, a margem operacional obtida em P5 aumentou [CONFIDENCIAL] p.p. em relação a P1.

Ao se considerar o resultado operacional exceto resultado financeiro, as variações apresentam-se da seguinte forma: diminuição de 10,0% em P2 e de 3,7% em P3, seguidas de aumentos de 7,4% em P4 e, finalmente, de 4,0% em P5. A análise dos extremos da série aponta para uma redução de 3,2% no resultado operacional exceto resultado financeiro de P1 para P5.

A margem operacional exceto resultado financeiro apresentou comportamento semelhante à margem operacional. Houve decréscimo de [CONFIDENCIAL] p.p. em P2, e acréscimos de [CONFIDENCIAL] p.p. em P3, de [CONFIDENCIAL] p.p. em P4 e [CONFIDENCIAL] p.p. em P5, sempre em relação ao período imediatamente anterior. Quando considerados os extremos da série, observou-se aumento de [CONFIDENCIAL] p.p. na margem operacional sem o resultado financeiro.

Desconsiderados resultado financeiro e outras despesas/receitas operacionais, o resultado operacional da indústria doméstica diminuiu 9,3% de P1 para P2, cresceu 10,9% de P2 para P3, voltou a cair 7,0% de P3 para P4 e novamente 5,5% de P4 para P5. A análise dos extremos da série aponta para um resultado operacional exceto resultado financeiro e outras despesas/receitas operacionais 11,7% menor em P5 em relação a P1.

A margem operacional sem o resultado financeiro e outras despesas/receitas operacionais apresentou redução de [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P2 e aumento de [CONFIDENCIAL] p.p. de P2 para P3, seguida de queda de [CONFIDENCIAL] p.p. de P3 para P4 e de aumento de [CONFIDENCIAL] p.p. de P4 para P5. Quando considerados os extremos da série, não se observou variação.

A tabela a seguir apresenta o demonstrativo de resultados obtido com a venda do produto similar no mercado interno, por quilograma vendido.

Demonstração de resultados (R$ atualizados/kg) (Em número índice)
[CONFIDENCIAL] [RESTRITO]

	P1	P2	P3	P4	P5
Receita líquida	100,0	103,4	106,6	115,7	114,2
CPV	100,0	112,6	116,4	119,6	115,3

Resultado bruto	100,0	97,2	100,1	113,1	113,4
Despesas operacionais	100,0	101,1	110,1	119,3	106,2
Despesas gerais e administrativas	100,0	98,5	101,5	118,3	105,1
Despesas com vendas	100,0	106,8	100,5	116,0	117,2
Resultado financeiro (RF)	100,0	59,4	131,5	136,9	91,7
Outras despesas (receitas) operacionais (OD)	(100,0)	(75,1)	59,3	(99,6)	(240,5)
Resultado operacional	100,0	87,0	73,2	96,4	132,6
Resultado operacional (exceto RF)	100,0	81,5	84,8	104,4	124,5
Resultado operacional (exceto RF e OD)	100,0	82,2	98,3	104,9	113,6

Observou-se que o indicador de CPV unitário cresceu 12,7% de P1 para P2 e aumentou 3,4% de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve aumento de 2,7% entre P3 e P4, e considerando o intervalo entre P4 e P5 houve diminuição de 3,6%. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de CPV unitário revelou variação positiva de 15,3% em P5, comparativamente a P1.

Ao analisar o resultado bruto unitário das vendas verificou-se que houve redução de 2,7% entre P1 e P2, enquanto que de P2 para P3 é possível detectar ampliação de 2,9%. De P3 para P4 houve crescimento de 13,0%, e entre P4 e P5, o indicador registrou elevação de 0,3%. Ao se considerar toda a série analisada, o indicador de resultado bruto unitário apresentou expansão de 13,4%, considerado P5 em relação ao início do período avaliado (P1).

Avaliando a variação de resultado operacional unitário no período analisado, entre P1 e P2 verifica-se diminuição de 13,0%. É possível verificar ainda uma queda de 15,8% entre P2 e P3, enquanto que de P3 para P4 houve crescimento de 31,7%, e entre P4 e P5, o indicador mostrou ampliação de 37,8%. Analisando-se todo o período, resultado operacional unitário apresentou expansão da ordem de 32,6%, considerado P5 em relação a P1.

O resultado operacional unitário, excetuado o resultado financeiro, diminuiu 18,5% de P1 para P2 e aumentou 4,0% de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve aumento de 23,2% entre P3 e P4, e considerando o intervalo entre P4 e P5, houve crescimento de 19,2%. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de resultado operacional unitário, excetuado o resultado financeiro, revelou variação positiva de 24,4% em P5, comparativamente a P1.

Por fim, quando considerado o resultado operacional sem o resultado financeiro e outras despesas/receitas operacionais, em termos unitários, verificou-se que houve redução de 17,8% entre P1 e P2, enquanto que de P2 para P3 é possível detectar ampliação de 19,7%. De P3 para P4 houve crescimento de 6,7%, e entre P4 e P5, o indicador teve elevação de 8,3%. Ao se considerar toda a série analisada, o indicador de resultado operacional unitário, excluídos o resultado financeiro e outras despesas, apresentou expansão de 13,7%, considerado P5 em relação ao início do período avaliado (P1).

6.1.7 Dos fatores que afetam os preços domésticos

6.1.7.1 Dos custos

A tabela a seguir apresenta o custo de produção associado à fabricação de lápis pela indústria doméstica, para cada período de análise de dano. Os dados a seguir refletem as informações constantes da petição de início e das alterações resultantes da verificação in loco.

Custo de produção (R$ atualizados/kg) (Em número índice) [CONFIDENCIAL]					
	P1	P2	P3	P4	P5
1 - Custos variáveis	100,0	104,2	108,7	110,5	110,4
Matéria-prima	100,0	138,7	123,8	133,8	139,2
Outros insumos	100,0	60,9	66,1	32,7	31,7
Utilidades	100,0	155,2	179,2	163,9	179,0
Outros custos variáveis	100,0	115,0	138,3	176,1	169,6
2 - Custos fixos	100,0	122,4	135,3	183,8	160,4
Depreciação	100,0	125,1	126,2	176,6	214,6
Outros custos fixos	100,0	128,3	210,0	380,5	155,3
3 - Custo de produção (1+2)	100,0	106,1	111,5	118,3	115,7

Observou-se que o indicador de custo unitário de cresceu 6,2% de P1 para P2 e aumentou 5,0% de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve aumento de 6,1% entre P3 e P4, e considerando o intervalo entre P4 e P5, houve diminuição de 2,2%. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de custo unitário revelou variação positiva de 15,7% em P5, comparativamente a P1.

6.1.7.2 Da relação custo/preço

A relação entre o custo e o preço, explicitada na tabela seguinte, indica a participação desse custo no preço de venda da indústria doméstica, no mercado interno, ao longo do período de análise de indícios de dano.

Participação do custo de produção no preço de venda [RESTRITO] [CONFIDENCIAL]			
	Custo de produção (R$ atualizados/kg) (A)	Preço de venda mercado interno (R$ atualizados/kg) (B)	Relação (A)/(B) (%)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	106,1	103,4	102,6
P3	111,5	106,6	104,6
P4	118,3	115,7	102,2
P5	115,7	114,2	101,3

Observou-se que o indicador de participação do custo de produção no preço de venda cresceu [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P2 e aumentou [CONFIDENCIAL] p.p. de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve redução de [CONFIDENCIAL] p.p. entre P3 e P4 e diminuição de [CONFIDENCIAL] p.p. entre P4 e P5. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de participação do custo de produção no preço de venda revelou variação positiva de [CONFIDENCIAL] p.p. em P5, comparativamente a P1.

Observa-se, portanto, uma relação custo de produção/preço praticamente estável de P1 a P5, pois, ao passo que o custo de produção unitário se elevou durante o período, o mesmo aconteceu com o preço de venda no mercado interno de P1 a P4, com comportamento contrário de P4 para P5.

6.1.7.3 Da comparação entre o preço do produto sob investigação e o similar nacional

O efeito das importações a preços com indícios de dumping sobre os preços da indústria doméstica deve ser avaliado sob três aspectos, conforme disposto no § 2º do art. 30 do Decreto nº 8.058, de 2013. Inicialmente, deve ser verificada a existência de subcotação significativa do preço do produto importado a preços com indícios de dumping em relação ao produto similar no Brasil, ou seja, se o preço internado do produto investigado é inferior ao preço do produto brasileiro. Em seguida, examina-se eventual depressão de preço, isto é, se o preço do produto importado teve o efeito de rebaixar significativamente o preço da indústria doméstica. O último aspecto a ser analisado é a supressão de preço. Esta ocorre quando as importações investigadas impedem, de forma relevante, o aumento de preços, devido ao aumento de custos, que teria ocorrido na ausência de tais importações.

A fim de se comparar o preço do lápis importado da origem investigada com o preço médio de venda da indústria doméstica no mercado interno, procedeu-se ao cálculo do preço CIF internado do produto importado dessa origem no mercado brasileiro.

Inicialmente, a partir da descrição dos produtos constantes dos dados detalhados de importação disponibilizados pela RFB, assim como das informações constantes das respostas aos questionários dos importadores, foram identificadas as características do código de identificação do produto (CODIP), conforme proposto pela peticionária, e a categoria de cliente (distribuidor ou consumidor final).

Foi possível classificar 99,4% do volume das importações, de P1 a P5, em todas as características do CODIP. Com relação à categoria de cliente, foram identificados apenas distribuidores nos dados da RFB. Assim, para cada conjunto de características/categoria de cliente foi calculado um preço CIF médio internado.

Verificou-se, ainda, um número pouco expressivo de operações de importação sobre as quais houve recolhimento do direito antidumping aplicado às importações de lápis de madeira originárias da China, em vigor até 3 de maio de 2015. Em P1 (2014), essas operações corresponderam, em volume, a 0,09% em relação às importações totais do produto objeto da investigação originárias da China em P1. Em P2 (2015), não se observou registro de operações de importação objeto de recolhimento do referido direito. Como o número de operações objeto de incidência de direito antidumping em P1 foi residual, não foram considerados os montantes do direito recolhido na apuração da subcotação.

Para o cálculo dos preços internados do produto importado no Brasil da origem investigada, foram considerados os valores totais de importação do produto objeto da investigação, na condição CIF, em reais, obtidos dos dados brasileiros de importação, fornecidos pela RFB. A esses valores foram somados: a) o Imposto de Importação (II), equivalente a 18% do valor CIF; b) o Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM); e c) as despesas de internação, calculadas com base nas respostas aos questionários dos importadores, qual seja, o percentual de 2,7% sobre o sobre o valor CIF.

Destaque-se que o valor unitário do AFRMM foi calculado aplicando-se o percentual de 25% sobre o valor do frete internacional referente a cada uma das operações de importação constantes dos dados da RFB, quando pertinente. Cumpre registrar que foi levado em consideração que o AFRMM não incide sobre determinadas operações de importação, como, por exemplo, aquelas via transporte aéreo, ferroviário e rodoviário e as destinadas à Zona Franca de Manaus, bem como aquelas realizadas ao amparo do regime especial de drawback.

Por fim, dividiu-se cada valor total supramencionado pelo volume total de importações objeto da investigação, a fim de se obter o valor por kg de cada uma dessas rubricas. Realizou-se o somatório das rubricas unitárias, chegando-se ao preço CIF internado das importações investigadas.

Os preços internados do produto da origem investigada, assim obtidos, foram atualizados com base no IPA-OG-Produtos Industriais, a fim de se obterem os valores em reais atualizados e compará-los com os preços da indústria doméstica.

Já o preço de venda da indústria doméstica no mercado interno foi obtido pela razão entre a receita líquida, em reais atualizados, e a quantidade vendida, em kg, no mercado interno durante o período de investigação de indícios de dano, consideradas as características do produto e a categoria do cliente. Destaque-se que foram calculados preços médios para os CODIPs A1B1, A2B2, A1B2 e A2B2, para fins de comparação com os preços CIF médios internados. No que tange às devoluções, tendo em vista que não foram apresentadas as devoluções por CODIP, a receita líquida e a quantidade vendida estão brutas de devoluções.

A tabela a seguir demonstra os cálculos efetuados e os valores de subcotação obtidos para cada período de investigação de indícios de dano. Ressalte-se que o preço da indústria doméstica foi ponderado, em cada período, pela participação de cada CODIP em relação ao volume total importado da origem investigada, considerando a categoria de cliente importada (somente distribuidor).

Preço médio CIF internado e subcotação - Origem investigada [RESTRITO]

(Em número índice)

	P1	P2	P3	P4	P5
Preço CIF (R$/kg)	100,0	151,8	89,0	102,7	107,3
Imposto de Importação (R$/kg)	100,0	151,5	89,3	102,7	106,9
AFRMM (R$/kg)	100,0	80,0	175,0	157,1	63,6
Despesas de Internação (R$/kg)	100,0	155,0	90,3	100,0	107,1
CIF Internado (R$/kg)	100,0	151,4	89,3	103,1	106,9
CIF Internado (R$ atualizados/kg)	100,0	144,2	82,7	99,9	99,1
Preço Ind. Doméstica (R$ atualizados/kg)	100,0	98,5	108,2	99,3	97,4
Subcotação (R$ atualizados/kg)	100,0	86,6	119,2	99,2	96,9

Da análise da tabela anterior, constatou-se que o preço médio ponderado do produto importado da origem investigada, internado no Brasil, esteve subcotado em relação ao preço da indústria doméstica em todos os períodos de análise.

Cumpre ressaltar que o produto importado mais representativo (CODIP A2B1), o qual representou 60,4%, 66,1%, 63,1%, 59,1% e 56,9% do volume total importado de P1 a P5, consecutivamente, foi pouco vendido pela indústria doméstica no mercado brasileiro, representando 0,9%, 4,6%, 7,0%, 8,6% e 10,3% das vendas totais da indústria doméstica, de P1 a P5.

De fato, considerando a primeira característica do CODIP, ou seja, material do corpo do lápis - madeira ou resina - verificou-se que os lápis de madeira representaram, no máximo, 17,8%, em P4, do volume importado total da origem investigada enquanto que, nas vendas da indústria doméstica, os lápis de madeira representaram não menos que CONFIDENCIAL % do volume total.

Sobre os preços praticados pela indústria doméstica, observou-se que os lápis de madeira produzidos pela Faber-Castell se dividiram em cinco linhas diferentes: (i) linha vermelha; (ii) kits e estojos; (iii) marca própria; (iv) segunda marca; e (v) governo/licitação, de acordo com Apêndice VII. Os lápis produzidos pela BIC no Brasil, por sua vez, são apenas na linha Evolution, conforme item 3.1 do Relatório de Verificação in Loco.

Quando questionada, por ocasião do pedido de informação complementar, se haveria diferenças de qualidade em relação aos tipos de produtos que compõem o escopo do produto objeto da investigação e como estas poderiam ser identificadas, a indústria doméstica esclareceu que as eventuais diferenças seriam encontradas não nos produtos em si, que são produzidos a partir das mesmas matérias-primas, mas, na "forma de apresentação, inclusive o apelo visual e o número de unidades (lápis) por embalagem".

Também foi solicitado que a indústria doméstica sugerisse outras eventuais características no CODIP a fim de captar diferenças de agregação de valor entre o produto objeto e o similar. Foi esclarecido, na resposta da indústria doméstica, que não há agregação de valor relativas às características dos produtos, "mas, sim, à segmentação mercadológica (linhas de produto), onde linhas com marcas conhecidas são mais valorizadas, comumente associados a forte investimento em marketing".

A partir das respostas da indústria doméstica, pode-se inferir que a marca do lápis tem influência sobre o preço de venda do produto. No entanto, há dificuldade em se aplicar uma metodologia clara de monetização do valor de uma marca com o fim de retirar seu efeito sobre o preço para, em seguida, melhor compará-lo com os preços CIF dos produtos importados. Trata-se de característica intangível.

Em um primeiro cenário alternativo, buscou-se deduzir o custo médio de embalagem das vendas da indústria doméstica no mercado interno, a partir dos dados reportados no Apêndice XVIII, que apresenta o custo total de embalagem por CODIP e por período. Dessa forma, foi possível calcular um custo de embalagem por kg e depois deduzi-lo dos preços de venda das operações registrada nos Apêndices VII das empresas.

Em relação ao preço de exportação, calculou-se o custo de embalagem a ser deduzido a partir dos dados reportados pelas empresas produtoras/exportadoras que responderam os questionários e foram verificadas. O custo de embalagem como proporção do preço FOB de cada uma das empresas foi ponderado pelo volume de exportações reportados para o Brasil. O custo médio de embalagem ponderado resultante foi diminuído do valor FOB, em dólares, proveniente dos dados da Receita Federal, assim como o frete e o seguro internacional. O Valor CIF em dólares foi convertido em reais pela taxa de câmbio média em cada um dos períodos, a partir das estatísticas do Banco Central.

Cenário alternativo 1 - Preços da Indústria Doméstica Líquidos de Embalagem
Preço médio CIF internado e subcotação - Origem investigada [RESTRITO]
(Em número índice)

	P1	P2	P3	P4	P5
FOB US$/(kg)	100,0	106,7	86,2	109,8	94,9
Custo de embalagem médio US$/kg	100,0	105,9	86,1	109,7	97,1
FOB US$/(kg) (líquido de embalagem)	100,0	106,5	86,5	109,4	95,0
Frete internacional US$/(kg)	100,0	57,1	200,0	137,5	63,6
Seguro internacional US$/(kg)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
CIF US$/(kg) (líquido de embalagem)	100,0	105,6	87,7	110,6	93,5
Preço CIF (R$/kg)	100,0	149,3	91,8	101,2	107,2
Imposto de Importação (R$/kg)	100,0	148,8	92,2	101,2	107,1
AFRMM (R$/kg)	100,0	75,0	233,3	128,6	66,7
Despesas de Internação (R$/kg)	100,0	150,0	92,6	100,0	108,0
CIF Internado (R$/kg)	100,0	148,3	92,1	101,4	106,9
CIF Internado (R$ atualizados/kg)	100,0	142,1	85,3	98,4	99,0
Preço Ind. Doméstica (R$ atualizados/kg)	100,0	103,9	108,3	99,3	93,9
Subcotação (R$ atualizados/kg)	100,0	94,2	117,1	99,6	92,4

Em um segundo cenário alternativo, buscou-se neutralizar o efeito da marca por meio da exclusão, das vendas destinadas ao mercado interno brasileiro pela Faber-Castell, de produtos de maior valor agregado, quais sejam, os produtos da linha vermelha e os que são vendidos em kits e estojos, os quais, reconhecidamente, possuem um valor de marca diferenciado. Todas as demais vendas, tanto da BIC quanto as referentes às importações disponibilizadas da Receita Federal, foram preservadas nesse exercício.

Cabe dizer que não houve informação suficiente para segregar, da base das importações brasileiras, aqueles produtos de características premium para a realização de uma comparação mais justa entre os preços para fins de subcotação. Ressalte-se que a consideração dessas vendas representa uma escolha conservadora da SDCOM, pois, se identificadas também as importações provavelmente mais caras para fins de comparação com operações comparáveis realizadas pela indústria doméstica, a subcotação apurada seria ainda maior.

Cenário alternativo 2 - sem as linhas de maior valor agregado
Preço médio CIF internado e subcotação - Origem investigada [RESTRITO]
(Em número índice)

	P1	P2	P3	P4	P5
Preço CIF (R$/kg)	100,0	151,8	89,0	102,7	107,3
Imposto de Importação (R$/kg)	100,0	151,5	89,3	102,7	106,9
AFRMM (R$/kg)	100,0	80,0	175,0	157,1	63,6
Despesas de Internação (R$/kg)	100,0	155,0	90,3	100,0	107,1
CIF Internado (R$/kg)	100,0	151,4	89,3	103,1	106,9
CIF Internado (R$ atualizados/kg)	100,0	144,2	82,7	99,9	99,1
Preço Ind. Doméstica (R$ atualizados/kg)	100,0	95,7	109,1	91,9	99,0
Subcotação (R$ atualizados/kg)	100,0	83,1	121,1	89,4	98,9

Verifica-se que, em todos os cenários apresentados, houve subcotação expressiva em todos os períodos.

Em relação aos preços médios de venda da indústria doméstica, indicados no item 6.1.6.2, houve aumento nos quatro primeiros períodos analisados: 3,4% de P1 para P2, 3,1% de P2 para P3 e 8,5% de P3 para P4, não caracterizando a ocorrência de depressão de preços. Por outro lado, houve uma redução dessa variável de P4 para P5 (1,3%), o que indica a ocorrência de depressão de preços nesse ínterim. Ao analisar os extremos da série, verificou-se um aumento de 14,2% de P1 para P5 nos preços médios de venda da indústria doméstica. Já quando se consideram os preços da indústria doméstica apresentados nas tabelas deste item, que refletem a cesta de produtos importados, verifica-se que a evolução não segue a mesma tendência. No último cenário apresentado, por exemplo, de P1 a P5, os preços da indústria doméstica se reduziram 5%.

Por fim, verificou-se supressão de preços de P1 para P2 e de P2 para P3, quando houve aumento do preço médio de venda da indústria doméstica - respectivamente, 3,4% e 3,1% - inferior ao aumento do custo de produção do produto similar - respectivamente 6,2% e 5%. De P3 para P4, não houve supressão de preços, já que o preço aumentou 8,5% e o custo apresentou uma elevação inferior, de 6,1%. Tampouco houve supressão de P4 para P5, quando o custo diminuiu 2,2% e o preço apresentou redução de 1,3%. Considerando os extremos da série, verificou-se supressão de preços, uma vez que o preço médio de venda do produto similar aumentou 14,2% e o custo total cresceu 15,7%.

6.1.7.4 Da magnitude da margem de dumping

Buscou-se avaliar em que medida a magnitude da margem de dumping da origem investigada afetou a indústria doméstica. Para isso, examinou-se qual seria o impacto sobre os preços da indústria doméstica caso as exportações do produto objeto da investigação para o Brasil não tivessem sido realizadas a preços de dumping.

O valor normal considerado no item 4.3 deste documento foi convertido de dólares estadunidenses por quilograma para reais por quilograma utilizando-se a taxa média de câmbio de P5, calculada a partir dos dados disponibilizados pelo Banco Central do Brasil, de R$ 3,6557/US$. Foram adicionados os valores referentes ao frete e ao seguro internacionais, extraídos dos dados detalhados de importação da RFB, para obtenção do valor normal na condição de venda CIF. Os valores totais de frete e de seguro internacionais foram divididos pelo volume total de importações objeto da investigação, a fim de se obter o valor por tonelada de cada uma dessas rubricas.

Posteriormente, adicionaram-se os valores do imposto de importação e do AFRMM, obtidos com base no percentual que tais rubricas representaram em relação ao valor CIF das importações efetivas; e os valores das despesas de internação, calculados considerando-se a mesma metodologia utilizada no cálculo de subcotação, constante do item 6.1.7.3 deste documento, qual seja, o percentual de 2,7% sobre o sobre o valor CIF.

Já o preço de venda da indústria doméstica no mercado interno foi obtido por meio da mesma metodologia utilizada na análise apresentada no item 6.1.7.3.

Considerando o valor normal internado apurado, isto é, o preço pelo qual o produto objeto da investigação seria vendido ao Brasil na ausência de dumping, as importações brasileiras originárias da China seriam internadas no mercado brasileiro aos valores demonstrados na tabela a seguir:

Magnitude da margem de dumping [RESTRITO]

Valor normal FOB (US$/kg)	4,07
Frete e seguro internacional (R$/kg)	[RESTRITO]
Valor normal CIF (US$/kg)	[RESTRITO]
Valor normal CIF (R$/kg)	[RESTRITO]
Imposto de importação (R$/kg)	[RESTRITO]
AFRMM (R$/kg)	[RESTRITO]
Despesas de internação (R$/kg)	[RESTRITO]
Valor normal internado (R$/kg)	[RESTRITO]
Preço indústria doméstica (R$/kg)*	[RESTRITO]

A partir da metodologia descrita anteriormente, concluiu-se que o valor normal da origem investigada, em base CIF, internalizado no Brasil, seria inferior ao preço da indústria doméstica em [RESTRITO] (68,3%).

Assim, ao se comparar o valor normal internado obtido acima com o preço ex fabrica da indústria doméstica em P5, é possível inferir que as importações originárias da China, mesmo na ausência da prática de dumping, teriam impactado negativamente os resultados da indústria doméstica, já que teriam preço inferior em relação ao produto similar nacional.

Tendo em conta a análise realizada no item 6.1.7.3 supra, para fins de magnitude da margem de dumping foram reproduzidos os mesmos cenários alternativos. Deste modo, em um primeiro cenário, buscou-se deduzir o custo médio de embalagem das vendas da indústria doméstica no mercado interno e do valor normal. O resultado é apresentado na tabela a seguir:

Cenário alternativo 1- Magnitude da margem de dumping [RESTRITO]	
Valor normal FOB (US$/kg)	4,17
Frete e seguro internacional (R$/kg)	[RESTRITO]
Valor normal CIF (US$/kg)	[RESTRITO]
Valor normal CIF (R$/kg)	[RESTRITO]
Imposto de importação (R$/kg)	[RESTRITO]
AFRMM (R$/kg)	[RESTRITO]
Despesas de internação (R$/kg)	[RESTRITO]
Valor normal internado (R$/kg)	[RESTRITO]
Preço indústria doméstica (R$/kg)	[RESTRITO]

A partir da metodologia descrita anteriormente, concluiu-se que o valor normal da origem investigada, em base CIF, internalizado no Brasil, seria inferior ao preço da indústria doméstica em [RESTRITO] (64,8%).

Em um segundo cenário alternativo, buscou-se neutralizar o efeito da marca por meio da exclusão da base de dados de vendas da Faber-Castell, produtos de maior valor agregado, quais sejam, os produtos da linha vermelha e os que são vendidos em kits e estojos. Todas as demais vendas, tanto da BIC quanto aquelas referentes às importações disponibilizadas pela RFB, foram preservadas nesse exercício.

Cenário alternativo 2 - Magnitude da margem de dumping [RESTRITO]	
Valor normal FOB (US$/kg)	4,17
Frete e seguro internacional (R$/kg)	[RESTRITO]
Valor normal CIF (US$/kg)	[RESTRITO]
Valor normal CIF (R$/kg)	[RESTRITO]
Imposto de importação (R$/kg)	[RESTRITO]
AFRMM (R$/kg)	[RESTRITO]
Despesas de internação (R$/kg)	[RESTRITO]
Valor normal internado (R$/kg)	[RESTRITO]
Preço indústria doméstica (R$/kg)	[RESTRITO]

A partir da metodologia descrita anteriormente, concluiu-se que o valor normal da origem investigada, em base CIF, internalizado no Brasil, seria inferior ao preço da indústria doméstica em [RESTRITO] (64,6%).

Em todos os cenários apresentados, observou-se que a magnitude da margem de dumping foi inferior à subcotação apresentada no item 6.1.7.3 supra. Pode-se, contudo, concluir que, mesmo na ausência da prática de dumping, os preços da indústria doméstica seriam negativamente afetados pelas importações investigadas.

No entanto, não fosse a prática de dumping por parte dos produtores/exportadores chineses, o impacto das importações investigadas seria sensivelmente menor do que o impacto observado em decorrência da comparação com importações a preços de dumping, e o volume das importações tenderia a ser inferior ao observado ao longo do período de investigação.

6.1.8 Do fluxo de caixa

Tendo em vista a impossibilidade de adoção de critério de rateio razoável para alocação de valores especificamente à linha de produto similar, a análise de fluxo de caixa foi realizada em função dos dados relativos à totalidade dos negócios da indústria doméstica.

A tabela a seguir mostra o fluxo de caixa apresentado pela indústria doméstica por meio da petição de início de investigação.

Fluxo de caixa (mil R$ atualizados) (Em número índice) [CONFIDENCIAL]					
	P1	P2	P3	P4	P5
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	100,0	66,4	2,1	109,1	55,4
Caixa líquido das atividades de investimentos	(100,0)	(2.324,7)	1.035,0	(2.901,7)	42,1
Caixa líquido das atividades de financiamento	(100,0)	19,5	(78,9)	64,6	(111,3)
Aumento/redução líquido(a) nas disponibilidades	100,0	118,2	(318,6)	710,2	(361,8)

Observou-se que o indicador de caixa líquido total gerado nas atividades da indústria doméstica cresceu 18,2% de P1 para P2 e registrou variação negativa: 369,5% de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve aumento de 323,0% entre P3 e P4, e considerando o intervalo entre P4 e P5 houve diminuição de 150,9%. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de caixa líquido total gerado nas atividades da indústria doméstica revelou variação negativa de 461,8% em P5, comparativamente a P1.

6.1.9 Do retorno sobre investimentos

A tabela a seguir apresenta o retorno sobre investimentos, apresentado pela peticionária, considerando a divisão dos valores dos lucros líquidos das empresas que compõem a indústria doméstica pelos valores do ativo total de cada período, constantes de suas demonstrações financeiras. Assim, o cálculo refere-se aos lucros e ativos das empresas como um todo, e não somente aos relacionados ao produto similar.

Retorno sobre investimentos [CONFIDENCIAL] (Em número índice)					
	P1	P2	P3	P4	P5
Lucro líquido (A) (Mil R$)	100,0	168,3	146,6	154,9	160,8
Ativo total (B) (Mil R$)	100,0	111,3	113,5	115,9	116,4
Retorno (A/B) (%)	100,0	151,2	129,1	133,6	138,1

A taxa de retorno sobre investimentos da indústria doméstica cresceu [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P2 e reduziu [CONFIDENCIAL] p.p. de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve aumento de [CONFIDENCIAL] p.p. entre P3 e P4 e crescimento de [CONFIDENCIAL] p.p. entre P4 e P5. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de taxa de retorno sobre investimentos da indústria doméstica revelou variação positiva de [CONFIDENCIAL] p.p. em P5, comparativamente a P1.

6.1.10 Da capacidade de captar recursos ou investimentos

Para avaliar a capacidade de captar recursos, foram calculados os índices de liquidez geral e corrente a partir dos dados relativos à totalidade dos negócios da indústria doméstica e não exclusivamente para a produção do produto similar. Os dados foram apurados com base nas demonstrações financeiras da empresa relativas ao período de investigação de indícios de dano.

O índice de liquidez geral indica a capacidade de pagamento das obrigações de curto e de longo prazo e o índice de liquidez corrente, a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo.

Capacidade de captar recursos ou investimentos [CONFIDENCIAL] (Em número índice)					
	P1	P2	P3	P4	P5
Índice de liquidez geral	100,0	107,3	118,9	115,9	120,7
Índice de liquidez corrente	100,0	99,4	120,8	129,8	126,9

O índice de liquidez geral apresentou aumentos de 7,8% de P1 para P2 e de 10,3% de P2 para P3, seguidos de uma queda de 2,2% de P3 para P4 e um novo aumento de 3,9% de P4 para P5. De P1 para P5, verificou-se elevação de 20,9% nesse índice. Por sua vez, o índice de liquidez corrente diminuiu 0,5% de P1 para P2, aumentou 21,3% de P2 para P3 e 7,6% de P3 para P4, voltando a diminuir 2,2% de P4 para P5. Ao considerar os extremos da série, o índice de liquidez corrente apresentou aumento de 26,9%.

6.1.11 Do crescimento da indústria doméstica

Observou-se que o indicador de vendas da indústria doméstica destinadas ao mercado interno cresceu 10,4% de P1 para P2 e reduziu 7,3% de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve redução de 12,8% entre P3 e P4, e também entre P4 e P5. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de vendas da indústria doméstica destinadas ao mercado interno revelou variação negativa de 22,2% em P5, comparativamente a P1.

Com relação à variação de vendas da indústria doméstica destinadas ao mercado externo ao longo do período em análise, houve aumento de 8,9% entre P1 e P2, enquanto, de P2 para P3, é possível detectar ampliação de 29,8%. De P3 para P4 houve diminuição de 32,2%, e entre P4 e P5, o indicador sofreu queda de 5,3%. Ao se considerar toda a série analisada, o indicador de vendas da indústria doméstica destinadas ao mercado externo apresentou contração de 9,2%, considerado P5 em relação ao início do período avaliado (P1). Ressalte-se que a representação de vendas externas da indústria doméstica foi de, no máximo, 73,9% do total ao longo do período em análise.

Observou-se que o indicador de participação das vendas da indústria doméstica no mercado brasileiro cresceu [RESTRITO] p.p. de P1 para P2 e reduziu [RESTRITO] p.p. de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve redução de [RESTRITO] p.p. entre P3 e P4 e diminuição de [RESTRITO] p.p. entre P4 e P5. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de participação das vendas da indústria doméstica no mercado brasileiro revelou variação negativa de [RESTRITO] p.p. em P5, comparativamente a P1.

6.2 Das manifestações das partes interessadas sobre o dano

Em manifestação protocolada em 02 de julho de 2020, a Associação Brasileira de Fabricantes e Importadores de Artigos Escolares, ABFIAE, apresentou considerações adicionais sobre o dano, requerendo que a presente investigação fosse julgada pelo encerramento, com consequente arquivamento, sem a aplicação de medidas antidumping.

Iniciou a manifestação apresentando reportagens, "Governo sobretaxa os lápis da China" e "Monopólio é incentivado", publicadas pela Folha de São Paulo, em 27 de agosto de 1996, para indicar o quanto seria antiga esta proteção fornecida a chamada "Indústria Nacional do Lápis", propondo-se, ao mesmo tempo, que seria chegada a hora de as autoridades competentes se debruçarem mais detalhadamente sobre as verdadeiras questões que resultariam nos movimentos de importação nesse segmento, notadamente a permanente monopolização/cartelização da produção e comercialização dos produtos desse segmento, originários das poucas empresas instaladas no Brasil.

A ABFIAE afirmou que caberia destacar que a própria SDCOM confirmaria esta longevidade das medidas de proteção à "Indústria nacional", quando registrou, no item 1 do Parecer, o histórico de medidas estabelecidas nesse sentido, com o início da investigação por meio da Circular SECEX nº 11, de 16 de fevereiro de 1996, bem como cada uma das revisões de final de período que sucederam à aplicação do direito antidumping definitivo publicado pela Portaria Interministerial MICT/MF nº 2, de 20 de fevereiro de 1997, até a Circular SECEX nº 4, de 7 de fevereiro de 2014, da terceira revisão, encerrada, sem prorrogação da medida, por meio da Circular SECEX nº 1, de 2 de fevereiro de 2015.

Logo em seguida, a ABFIAE realizou breve avaliação dos indicadores de desempenho das empresas A.W Faber-Castell S.A e da BIC Amazônia S.A, fundamentados em dados de domínio público, uma vez que a evolução real da situação econômico-financeira das referidas companhias não teriam sido disponibilizada pelos peticionários e não estaria claramente disponível em seus respectivos sítios eletrônicos.

Em relação à A.W Faber-Castell S.A, tomou como base as informações disponibilizadas pela publicação VALOR 1000, do Valor Econômico, relativa ao período de 2013 a 2019, como também da publicação ESTADÃO EMPRESA MAIS, referente aos anos de 2013 a 2019. Com o objetivo de realizar a comparação desses diversos indicadores numa mesma moeda, seus valores teriam sido trazidos para a data de 30/06/2008, considerando-se que os Balanços que teriam dado origem aos dados utilizados não se referiam à data de 31/12 do ano correspondente. Para tal foi utilizado o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas.

Inicialmente, destacou o incremento da margem líquida da empresa, que teria crescido em todo o período analisado: 8,5% em 2013, 10,3% em 2014, 11,7% em 2015, 12,9% em 2016, 15,4% em 2017 e, finalmente, 16,7 % em 2018. O mesmo teria se verificado com a rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido: em 2013, a rentabilidade verificada por esta rubrica teria sido de 18,5%; no período posterior, em 2014, a taxa teria sido maior ainda, de 24,3%; e até 2018 as taxas teriam superado o percentual de 25% ao ano, sendo 28,8% em 2015, 29,2% em 2016, 27,4% em 2017 e de 26,4% em 2018.

Segundo a parte interessada, caberia registrar, ainda, a redução do Nível de Endividamento da empresa. A Faber-Castell, que em 2014 possuía um nível de endividamento Geral de 175,7%, teria conseguido, em face de sua boa performance no período analisado, reduzi-lo para 78% em 2018, após progressivas reduções em 2015, 2016 e 2017.

Também o Nível de Endividamento Oneroso teve os seus percentuais reduzidos ao longo do período em investigação. Em 2014, ele teria alcançado 125,7%, registrando, posteriormente, um abrandamento progressivo, com a redução para 110,1% em 2015, 69,2% em 2016, 56,3% em 2017 e, finalmente, para 50,1% em 2018, nível que, segundo a ABFIAE, poderia ser considerável aceitável considerando-se a saúde financeira de qualquer empresa.

Da mesma forma, seria possível constatar a melhoria importante no estado de liquidez da Faber-Castell entre 2015 e 2018. Nos dois primeiros anos desse período, o Índice de Liquidez Corrente da empresa teria recuperado para o patamar de 2,0, próximo ao que havia registrado em 2013. Ressaltou, ainda, que nos anos de 2017 e 2018, decorrente dos bons resultados financeiros obtidos nessa trajetória, a empresa teria ultrapassado a marca de 3,0 para o índice de Liquidez Corrente.

Destacou-se, ainda, que, do ponto de vista comparativo às demais empresas que compuseram o ranking do VALOR 1000 no período de 2013 a 2014, a Faber-Castell conseguiu manter-se razoavelmente na mesma posição. Nesse período a empresa figurou em posições compreendidas entre a de número 700 e de número 800, com ligeira exceção para o ano de 2016, quando alcançou a posição de número 631. Por outro lado, destacar-se-iam as posições alcançadas nos anos de 2013, 2014 e 2018, todas elas acima da posição de número 790.

Com o objetivo de indicar as variações ocorridas nos indicadores monetários entre um período e o outro subsequente, bem como entre o primeiro e o último ano da série, de forma a poder melhor avaliar a trajetória da empresa no período sobre análise, foi elaborado o quadro apresentado na sequência.

De início, segundo a parte interessada, seria possível constatar os ganhos obtidos pela Faber-Castell no período compreendido entre 2013 e 2018. O valor do Lucro Líquido da empresa teria crescido cerca de 88% no período, passando de R$ 52,4 milhões para R$ 98,4 milhões, em moeda constante, enquanto o valor do Lucro da Atividade teria sido incrementado em 90% no mesmo período, passando de R$ 61,2 milhões para R$ 116,3 milhões. Destacou que a ligeira redução da Receita Líquida no período não teria impactado em nada na lucratividade da empresa.

Em relação às variações anuais, a rubrica Lucro Líquido teria acusado incrementos anuais em 2014, 2015, 2016 e 2017, tendo experimentado uma pequena redução, de 1,4%, em relação ao período anterior, no ano de 2018.

A parte interessada observou, também, que o Resultado Financeiro teria se apresentado negativo ao longo de todo o período analisado, e foi sendo melhorado entre 2013 e 2018, quando teria sido minimizado para -R$ 4,0 milhões.

Quanto aos movimentos anuais, seria importante mencionar que o prejuízo financeiro, após ter crescido em relação ao período anterior em 2014 e 2015, alcançando o patamar de R$ 18,5 milhões, teria experimentado uma melhoria de resultado significativa em 2016, 2017 e 2018, com reduções de 6,4%, 42,7% e 59,7%, respectivamente, o que demonstraria o bom desempenho empresarial da Faber-Castell no período analisado.

Ressaltou ainda a parte interessada que o EBITDA, uma das rubricas mais relevantes no processo de análise das empresas, teria tido uma evolução muito significativa entre 2013 e 2018, de cerca 56,1%, crescendo de R$ 93,6 milhões para R$ 146,2 milhões, demonstrando o excelente desempenho experimentado pela Faber-Castell no período analisado. Registrou, ainda, que os EBITDAs da empresa em 2015, 2016, 2017 e 2018 teriam superado expressivamente os EBITDAs alcançados nos anos de 2013 e 2014, período inicial da avaliação.

Destacou ainda que o Patrimônio Líquido, que indica a presença dos sócios da empresa na sua Estrutura Patrimonial, teve um crescimento importante no período, certamente influenciado pelos bons resultados do Lucro Líquido alcançado pela empresa entre 2013 e 2018. Nesse período, o PL da Faber-Castell teria sido incrementado em 31,5%, passando de R$ 283,5 milhões para R$ 372,8 milhões.

Por outro lado, a ABFIAE indicou que não se teria condições de avaliar precisamente a pequena redução, de 7,8%, nos Ativos totais da empresa verificada entre 2013 e 2018, sem que se tivesse disponível a sua composição a cada ano. Aventou a possibilidade de que tenha ocorrido algum tipo de descapitalização das posições de caixa para possíveis reduções nos níveis de endividamento. Aparentemente teria ocorrido isso no ano de 2016, quando o Ativo Total teria sido reduzido de R$ 790 milhões, apurado em 2015, para R$ 682,9 milhões, ao mesmo tempo em que o Endividamento Oneroso também registrava forte redução, de R$ 339,7 milhões para R$ 225,8 milhões, uma redução de 33,5% nessa rubrica entre 2015 e 2016.

Sobre os altos níveis de Endividamento Geral e Oneroso experimentados pela Faber-Castell ao longo do período analisado, que chegaram a alcançar 175,7% e 125,7%, respectivamente, em 2014, indicou que a empresa teria sido obrigada a concentrar esforços significativos na busca de redução dos níveis de endividamento, afirmou, ainda, que esses elevados níveis de endividamento teriam se formando antes mesmo do início do período analisado.

Do acima exposto, concluiu a ABFIAE que não haveria a menor possibilidade de que uma eventual prática de dumping pudesse ter sido responsável por qualquer dano à empresa, e que os resultados alcançados entre 2013/2014 e 2018 teriam sido bastante positivos. Ressaltou a posição da Faber-Castell entre as mais bem ranqueadas pelo VALOR 1000, que teria chegado em 2018 na mesma posição alcançada em 2013.

Este entendimento poderia também ser confirmado mediante a observação do ranking de empresas da publicação ESTADÃO EMPRESA MAIS, para o período de 2017 a 2018, que teria se apresentado razoavelmente alinhado com a apresentação do VALOR 1000.

Quanto às informações sobre o desempenho recente da peticionária BIC Amazônia S.A., além do fato de também não terem sido disponibilizadas no processo, não foi possível coletar informações semelhantes àquelas obtidas para a Faber-Castell, razão pela qual se deixou de apresentar a respectiva análise sumária.

De qualquer forma, de algumas informações mundiais agregadas referentes ao segmento de papelaria, e outras relativas aos resultados globais por região geográfica, disponíveis em https://www.bicworld.com/, seria possível observar a queda das vendas líquidas da empresa, tanto dos produtos de papelaria, como dos produtos nos mercados emergentes, de um modo geral, em 2018/2019 em relação ao ano de 2017, apesar do crescimento mundial deste mercado naquele período.

De acordo com a ABFIAE, seria possível observar que a peticionária, em nível mundial, deteria aproximadamente 12,1% do mercado mundial de produtos de papelaria, o que no mínimo comprometeria qualquer processo de dumping.

A ABFIAE teceu comentários também sobre o parecer SDCOM nº 06, de 02 de março de 2020. Em relação ao item da indústria doméstica, destacou que o fato de que em existindo um mercado, em qualquer setor da economia de um determinado país, no qual apenas duas empresas viessem a responder por 95% da produção de determinado bem, este segmento deveria ser considerado, de forma categórica, um mercado cartelizado ou até mesmo monopolizado, e não suscetível a eventuais ações de dumping nas importações.

Em 22 de julho de 2020, a Faber-Castell rebateu as manifestações da ABFIAE. Argumentou que as reportagens apresentadas pela ABFIAE, além de não se referirem ao processo em tela, seriam datadas de mais de 20 anos atrás e não apresentariam as análises e conclusões obtidas pela autoridade investigadora naquelas investigações. As notícias nem mesmo tratariam da determinação final daqueles processos, mas de determinações preliminares.

Sobre a disponibilidade das informações das empresas que compõem a indústria doméstica, a Faber-Castell argumentou que as peticionárias apresentaram todos os documentos contábeis relativamente aos períodos de análise, tratando-se tais documentos de informações confidenciais, não consideradas como públicas e devidamente validados pela SDCOM nas verificações in loco.

Para a Faber, a análise da ABFIAE baseou-se em informações resumidas e disponibilizadas por fonte secundária relativamente aos resultados da Faber-Castell, as quais não se referiam aos períodos da investigação.

Embora haja indicação de que a atualização de valores seja para 30/06/2008, a ABFIAE teria atualizado os valores de tais balanços para junho de 2018, o que não seria sensato, uma vez que o período de análise considerado no presente processo envolveria os meses até dezembro de 2018. Ademais, a atualização teria sido realizada com base no Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas, ao invés do Índice de Preços ao Produtor Amplo - Origem (IPA-OG) Produtos Industriais, da Fundação Getúlio Vargas, adotado por essa Subsecretaria em suas análises.

As análises teriam sido realizadas apenas em relação aos dados da Faber-Castell (o que não representaria o conjunto da indústria doméstica), pois, segundo a ABFIAE, não teria sido possível coletar informações semelhantes àquelas obtidas para a Faber-Castell da BIC Amazônia S.A. Dessa forma, a ABFIAE teria se restringido a reproduzir quadros com determinados resultados globais da BIC.

Por fim, os dados analisados pela ABFIAE teriam se referido à empresa como um todo e não conforme o conceito de indústria doméstica definida pela SDCOM, que teria sido as linhas de produção de lápis de madeira da Faber-Castell e de lápis de resina da BIC.

Nesse sentido, os resultados de outras linhas e/ou produtos não concorrentes e não impactados pelas importações objeto da investigação distorceriam a análise devida, podendo tal distorção ocorrer tanto no sentido de se mostrar dano onde este não existiria em decorrência das importações investigadas como no sentido de se ocultar um dano efetivamente sofrido em decorrência da prática de dumping nas importações objeto da investigação.

A peticionária afirmou, por fim, que a análise feita pela ABFIAE sobre a posição da Faber-Castell no ranking estabelecido pela publicação Valor 100 não seria razoável, uma vez que tal posição dependeria diretamente do resultado de todas as demais empresas avaliadas, com situações totalmente distintas e relativas a produtos totalmente diversos e totalmente alheios à presente investigação.

Em 10 de setembro de 2020, a ABFIAE manifestou-se nos autos, apresentando novamente argumentos que permitiriam à SDCOM reverter o posicionamento constante na Nota Técnica SDCOM nº 13 de que as importações da origem investigada a preços de dumping contribuíram significativamente para a existência do dano à indústria doméstica.

A manifestante argumenta que lápis de madeira e lápis de resina possuem características distintas (cadeia produtiva, usos, preços, qualidade, desempenho, variedade, tipo de consumidor etc.) que fazem com que não sejam necessariamente substitutos entre si.

A associação chama a atenção para um possível descompasso entre a oferta do produto importado e a oferta do produto nacional no que tange ao tipo de material do lápis. Observa, por exemplo, que o lápis de resina colorido representou, em média, 61,1% do volume total importado de P1 a P5 enquanto representava 6,2%, em média, das vendas totais da indústria doméstica no mercado brasileiro. Por sua vez, as importações de lápis de madeira representaram, no máximo, 17,8% do volume total importado da China, mas um volume significativo de vendas internas, valor que foi mantido confidencial na Nota Técnica nº 13.

Como a ABFIAE já se manifestou anteriormente, seria preciso que a SDCOM avaliasse os efeitos sobre a medida antidumping em vigor sobre o aumento das importações, essencialmente concentradas em lápis de resina, e os eventuais efeitos deletérios desse acréscimo sobre o fabricante de lápis de madeira.

No posicionamento da associação, a empresa Faber-Castell como um todo apresenta histórico de resultados positivos, conforme mostram seus indicadores de lucratividade disponíveis em seus balanços. A manifestante entende que o desempenho da linha de lápis de madeira é de grande relevância para a referida empresa e não seria crível que os bons resultados da empresa estejam dissociados daquela linha de produção, que seria a única a sofrer com a concorrência chinesa. Por isso, defende que nada justificaria a imposição de uma medida antidumping para proteger uma empresa com lucros anuais recorrentes ao longo do período de investigação.

De forma semelhante, a ABFIAE argumenta que a BIC Amazônia faz parte de uma empresa multinacional com liderança mercadológica em seus segmentos de atuação em vários países. Assim, não seria possível validar proteção a um grupo econômico de tamanha magnitude e liderança global, ainda mais que a BIC Amazônia é peticionária de processo que estabeleceu medida antidumping aplicada sobre a importação de canetas esferográficas chinesas.

A manifestante solicita que seja feita uma revisão dos balanços e demonstrativos da Faber-Castell divulgados no DOESP com os apensados nos autos de forma confidencial, além da reconsideração sobre a relação entre os volumes importados como eventual causador de dano e os indicadores de desempenho econômico-financeiro da empresa.

A associação argumenta que não há como afirmar que a extinção do direito antidumping sobre os lápis de madeira originários da China foi fator decisivo para a maior competição no mercado, permitindo o aumento das importações. Sugere que, na verdade, o mercado teria sido obrigado a se dirigir ao produto de resina cujas importações aumentaram por causa do direito antidumping em vigor.

Diz que, se tanto o lápis de madeira quanto o lápis de resina forem objeto de direito antidumping, o mercado brasileiro de lápis ficará altamente concentrado, ainda mais considerando o efeito da pandemia do COVID-19 sobre os mercados doméstico e internacional. Apresenta dados da COMEXTAT para demonstrar que o volume importado do produto sob NCM 9609.10.00 caíram de 3.500.570 kg em 2018 para 1.712.896 kg em 2020.

Prevê que essa tendência de queda deve continuar até 2021 e acrescenta outros fatores de retração do mercado brasileiro como encerramento de atividade em diversos pontos de venda e suspensão do ano letivo. Opinam que eventual restrição de oferta de lápis importados no mercado brasileiro agravaria esse cenário.

A manifestante acrescenta que há um cenário cambial, tendente a continuar, de desvalorização do real frente ao dólar. Segundo apurou, a desvalorização cambial teria sido de cerca de 73% nos últimos 32 meses, o que contribui para a redução da oferta de produtos importados e a saída de importadores menores.

Argumenta, por fim, que há evidências suficientes de que países alternativos não possuem condições em suprir o produto chinês, conforme constante nos autos de interesse público.

6.3 Dos comentários da SDCOM

Sobre a manifestação de ABFIAE de 2 de julho de 2020, acerca do histórico de aplicação anterior de direito antidumping sobre lápis de madeira, como observado pela própria ABFIAE, tal direito foi extinto em 2015, em sede de revisão de final de período iniciada por intermédio da Circular nº 4, de 7 de fevereiro de 2014, uma vez que não haviam sido disponibilizadas, no prazo legal e nos termos da legislação vigente à época, informações imprescindíveis à avaliação da necessidade de prorrogação da medida antidumping em questão.

Decorridos mais de 4 anos após a extinção do direito antidumping originalmente imposto em 1996 sobre lápis de madeira, a investigação ora em curso foi solicitada nos termos dos arts. 41 e 42 do Decreto nº 8.058, de 2013, a partir de petição apresentada pela indústria doméstica, que atendeu aos requisitos do roteiro de petição investigação antidumping, conforme Portaria SECEX nº 41, de 2013. Dados os indícios de prática de dumping nas exportações de lápis originárias da China para o Brasil, de dano e de nexo de causalidade entre ambos, a investigação solicitada pelas peticionárias foi iniciada.

Convém ressaltar que não há na normativa de defesa comercial, seja no âmbito multilateral, seja no direito pátrio, impedimento para a apresentação de petição de investigação de dumping em razão de histórico anterior de adoção de medida sobre o mesmo produto. No caso em tela, verifica-se ainda que o período de análise é distinto de procedimentos de investigação anteriores, além de o escopo do produto investigado ser diverso e as peticionárias não serem exatamente as mesmas, dada a inclusão da BIC.

Acerca do argumento da ABFIAE de que a indústria doméstica, por responder por cerca de 95% da produção doméstica dos lápis similares aos produtos objeto de investigação, seria monopolista/cartelizada, a SDCOM observa que a análise da presente revisão é regida pelo Decreto nº 8.058/2013. Diferentemente do alegado pela parte interessada, não há limitações na legislação de defesa comercial sobre a possibilidade de empresas que detêm concentração da produção nacional de determinado produto

pleitearem a adoção de medidas antidumping para neutralizar os efeitos negativos dessa prática de comércio internacional reputada desleal. Deve-se ressaltar, ainda, que há, na Administração Pública Federal, normativa específica para tratar de queixas sobre a matéria (qual seja, da avaliação de interesse público), de modo que não serão tecidos comentários sobre tais alegações no âmbito do presente processo administrativo de investigação de dumping. Elementos de interesse público sobre a investigação de dumping em tela serão considerados no âmbito dos processos administrativos SEI/ME nº 19972.101421/2019-14 (confidencial) e 19972.101420/2019 (público).

No que tange a indicadores de desempenho das empresas que compõem a indústria doméstica, a SDCOM esclarece que a petição de início de investigação já deve conter todos os dados necessários para instrução da análise de dano, contendo todos os fatores e índices econômicos relacionados com a situação da indústria, conforme previsão constante do § 3º do art. 30 do Decreto no 8.058, de 2013. Tais indicadores referem-se especificamente ao produto similar produzido pela indústria doméstica e ao período de investigação estabelecido no âmbito do processo, coletados diretamente dos registros mantidos pelas empresas que compõem a indústria doméstica. Ademais, nos termos do art. 52 do mesmo Decreto, a autoridade investigadora busca, no curso das investigações, verificar a correção das informações fornecidas pelas partes interessadas, incluindo, portanto, os dados submetidos pela indústria doméstica. No caso em tela, foram realizadas verificações in loco em ambas as empresas que compõem a indústria doméstica, conforme relatórios de verificação emitidos pela autoridade investigadora e anexados aos autos do processo. Por fim, todas as partes interessadas têm acesso, em base restrita, aos indicadores da indústria doméstica utilizados no âmbito da investigação. Por todo o exposto, os dados apresentados pelas peticionárias correspondem ao conjunto probatório a ser utilizado pela autoridade investigadora para fundamentar sua determinação de dano, e não serão consideradas na análise para esse fim as informações obtidas pela ABFIAE de outras fontes, as quais se referem a dados não específicos ao produto similar destinado ao mercado interno brasileiro.

Sobre as análises segregadas de dados da Faber-Castell a partir de levantamento de indicadores realizado pela própria ABFIAE, cuja acurácia não foi objeto de análise desta SDCOM, enfatiza-se que as conclusões sobre dano emanadas no âmbito de procedimentos de investigação de dumping devem se referir à situação da indústria doméstica como um todo ("as a whole"), e não somente a parte da indústria doméstica, além de ser necessário observar os fatores econômicos indicados no Artigo 3.4 do referido Acordo. Conforme estabelece a jurisprudência do Órgão de Solução de Controvérsias da OMC, no relatório do painel United States - Hot Rolled Steel:

"§7.189. We consider that the definition of the domestic industry of Article 4.1 of the AD Agreement provides a clear answer to the first question. The domestic industry consists of the domestic producers as a whole of the like products, or of those producers whose collective output constitutes a major proportion of the total domestic production of those products. The terms "domestic industry" and domestic producers are also used interchangeably in Articles 3.1 and 3.4 of the Agreement. Article 3.1 of the AD Agreement provides that a determination of injury has to involve inter alia an objective examination of the "impact of these imports on domestic producers of such like products". Article 3.4 of the AD Agreement expands on this obligation and provides that the "examination of the impact of the dumped imports on the domestic industry concerned" shall include an evaluation of all relevant economic factors having a bearing on the state of the industry. Article 3.5 of the AD Agreement requires that a causal relationship be demonstrated "between the dumped imports and the injury to the domestic industry". We conclude that the requirement to make a determination of injury to the domestic industry read in light of the definition of the domestic industry of Article 4.1 of the AD Agreement, implies that the injury must be analysed with regard to domestic producers as a whole of the like product or to those whose collective output constitutes a major proportion of the total domestic production of those products.

§ 7.190. In our view, the AD Agreement thus clearly requires an investigating authority to make a final determination as to "injury" as defined in the Agreement to the industry as a whole. However, the Agreement does not prescribe a particular method of analysis. Specific circumstances might well call for specific attention to be given to various aspects of the industry's performance or to specific segments of the industry, as long as the end-result of this analysis is consistent with the Agreement's requirement to examine and evaluate all relevant factors having a bearing on the state of the industry and demonstrate a causal relationship between the dumped imports and the injury to the domestic industry."

Observa-se que a exigência multilateral é de que a determinação leve em consideração a indústria doméstica como um todo, objetivando que a análise de dano seja imparcial, considerando todos os fatores relevantes sobre o estado da indústria. Ainda conforme o relatório do Órgão de Apelação do mesmo caso:

"§204. (...) Article 3.1 of the Antidumping Agreement requires that such a sectorial examination be conducted in an "objective" manner. In our view, this requirement means that, where investigating authorities undertake an examination of one part of a domestic industry, they should, in principle, examine, in like manner, all of the other parts that make up the industry, as well as examine the industry as a whole. Or, in the alternative, the investigating authorities should provide a satisfactory explanation as to why it is not necessary to examine directly or specifically the other parts of the domestic industry. Different parts of an industry may exhibit quite different economic performance during any given period. Some parts may be performing well, while others are performing poorly. To examine only the poorly performing parts of an industry, even if coupled with an examination of the whole industry, may give a misleading impression of the data relating to the industry as a whole, and may overlook positive developments in other parts of the industry. Such an examination may result in highlighting the negative data in the poorly performing part, without drawing attention to the positive data in other parts of the industry. We note that the reverse may also be true - to examine only the parts of an industry which are performing well may lead to overlooking the significance of deteriorating performance in other parts of the industry".

Quanto à alegação de que a informações sobre o desempenho recente da peticionária BIC Amazônia S.A. não teriam sido disponibilizadas no processo, refuta-se o argumento da ABFIAE, uma vez que os dados referentes aos indicadores da BIC foram apresentados na petição de início da investigação e foram objeto de verificação in loco, conforme relatório de verificação in loco constante dos autos do processo. Ademais, os dados da BIC foram consolidados aos dados da Faber-Castell e apresentados em sua completude nos pareceres de início e de determinação preliminar desta investigação, de modo que bastaria à ABFIAE considerar os indicadores aferidos pela autoridade investigadora para efetuar sua análise sobre o dano à indústria doméstica.

Contudo, o que se verifica a partir da manifestação da ABFIAE é que a parte interessada buscou analisar indicadores estranhos aos autos do processo, de forma seletiva, que não se referem exclusivamente ao produto similar objeto da investigação destinado ao mercado interno brasileiro e sequer se referem à indústria doméstica como um todo. Mais uma vez, a autoridade investigadora reafirma que a base para as conclusões sobre a existência dano durante o período de investigação são os dados fornecidos pela indústria doméstica na petição de início, referentes aos resultados obtidos com as vendas do produto similar no mercado interno brasileiro e objeto de verificação in loco pela autoridade investigadora, conforme já divulgado em sede de determinação preliminar.

Sobre as análises da ABFIAE com base em informações mundiais agregadas referentes ao segmento de papelaria, e outras relativas aos resultados globais por região geográfica da BIC, esta autoridade investigadora entende que não há base legal ou relevância fática para incorporar tais indicadores numa análise de dano à indústria doméstica brasileira produtora de lápis, e de nexo de causalidade entre o dumping praticado pelos exportadores chineses em suas vendas destinadas ao mercado brasileiro. Tampouco é possível compreender o argumento da ABFIAE sobre como a participação da BIC no mercado mundial de produtos de papelaria poderia comprometer as conclusões do processo de investigação de prática de dumping, de dano à indústria doméstica e de nexo de causalidade objeto do presente processo.

No que tange aos comentários das peticionárias acerca da manifestação da ABFIAE sobre dano, esta autoridade investigadora entende que assiste razão às peticionárias.

Sobre a manifestação da ABFIAE de 10 de setembro de 2020, a similaridade entre os produtos fabricados pela indústria domésticas e os importados pela China, objeto da investigação já foi tratada desde o parecer de início da investigação e novamente endereçada no item 2.5 supra.

Sobre as alegações da associação acerca das participações relativas de lápis de madeira e lápis de resina nos volumes de produção doméstica e de importações, onde haveria um suposto descompasso, esta SDCOM já se manifestou no sentido de que a análise de dumping, dano e nexo causal referem-se à indústria doméstica como um todo, e não somente à parte da indústria doméstica. As eventuais diferenças entre as participações dos modelos dos produtos do escopo de investigação, seja no mercado interno, seja nas importações, são consideradas na ponderação do valor normal e do preço de exportação, e, por conseguinte, na margem de dumping, bem como na análise sobre o efeito do produto objeto da investigação sobre o preço da indústria doméstica.

A SDCOM reforça seu comentário anterior de que a petição de início de investigação, com dados concernentes apenas ao produto objeto da investigação e verificados pela Subsecretaria, compõe o conjunto probatório a ser utilizado pela autoridade investigadora para fundamentar sua determinação de dano, não sendo consideradas outras fontes secundárias.

No que tange à menção da manifestante à existência de direito antidumping em vigor no Brasil sobre outro produto (caneta), cuja peticionária é empresa que faz parte da indústria doméstica deste caso, esta SDCOM não vislumbra como tal fato poderia ser relevante para as conclusões sobre a ocorrência de prática de dumping nas exportações de lápis da China para o Brasil e de dano à indústria doméstica em decorrência dessa prática. Tratam-se de processos administrativos separados e de produtos distintos.

Já no que tange às considerações sobre o efeito de eventual aplicação de direitos antidumping sobre a disponibilidade de oferta de produtos importados no mercado brasileiro e sobre a atividade econômica, esta Subsecretaria esclarece que elementos de interesse público sobre a investigação de dumping em tela serão considerados no âmbito dos processos administrativos SEI/ME nº 19972.101421/2019-14 (confidencial) e 19972.101420/2019 (público).

Finalmente, acerca das alegadas tendências de queda das importações chinesas de lápis trazidas pela manifestante, a SDCOM observa que esta é uma investigação original, onde a análise prospectiva não se faz relevante, ao contrário do que ocorreria em um caso de revisão de direito antidumping. Dessa forma, os argumentos em relação à desvalorização do real em relação ao dólar nos meses e à contração de demanda decorrente da crise sanitária causada pela pandemia de COVID-19 não merecem consideração, pois ocorreram após o período da presente investigação.

6.4 Da conclusão sobre o dano

Ao se considerar todo o período de análise de indícios de dano (de P1 para P5), constatou-se que houve o aumento de 21,5% do mercado brasileiro, ao passo que as vendas da indústria doméstica para o mercado interno diminuíram 22,2% no mesmo ínterim, resultando em queda de participação no mercado interno de [RESTRITO] p.p..

De P2 a P5, as vendas internas da indústria doméstica reduziram-se continuamente: 7,3% em P3, 12,8% em P4 e novamente 12,8% em P5, sempre em relação ao período imediatamente anterior. Em relação a P2, período em que a indústria doméstica obteve os maiores volumes de venda no mercado interno brasileiro ao longo do período de investigação, tanto em termos absolutos ([RESTRITO]) como em relação ao mercado brasileiro ([RESTRITO] % de participação), a perda de participação das vendas da indústria doméstica no mercado brasileiro em P5 atingiu [RESTRITO] p.p..

A queda do volume de vendas da indústria doméstica destinadas ao mercado interno brasileiro também se refletiu em outros indicadores de volume. A produção do produto similar da indústria doméstica reduziu-se expressivamente de P3 até P5 (-37,4%): -23,2% de P3 para P4 e -18,6% de P4 para P5. Ao se comparar os extremos do período de investigação, a redução da produção do produto similar atingiu 18,5%. Como consequência, o grau de ocupação da capacidade instalada reduziu-se expressivamente de P3 até P5 ([RESTRITO] p.p.): [RESTRITO] p.p. de P3 para P4 e outros [RESTRITO] p.p. de P4 para P5. Considerando os extremos do período de investigação, a ocupação da capacidade instalada reduziu-se [RESTRITO] p.p. (de [RESTRITO] % em P1 para [RESTRITO] % em P5). É importante ressaltar que a queda do volume exportado (9,2% de P1 para P5) também contribuiu para a redução da produção e do grau de utilização da capacidade instalada.

Ademais, tanto o número de empregados quanto a massa salarial relacionada à produção diminuíram em, respectivamente, 12,9% e 12,5%, no cumulado do período de P1 a P5. Percebe-se que a evolução do número de empregados da linha de produção acompanhou a evolução da produção do produto similar, com aumentos de P1 a P3, quando atingiu o número mais elevado ([RESTRITO] empregados), e reduções subsequentes de P3 até P5, quando atingiu o ponto mais baixo ([RESTRITO] empregados). Apesar do aumento do número de empregados vinculados à administração e vendas (27,9% de P1 a P5), verificaram-se reduções do número total de empregados (-8,1%) e da massa salarial englobando produção, administração e vendas (-10,2%) ao se comparar os extremos do período de investigação.

Enquanto a evolução dos indicadores de volume demonstra acentuada deterioração, a lucratividade da indústria doméstica ao longo do período de investigação foi menos afetada. De P1 a P5, houve aumento dos preços da indústria doméstica (14,2%) e de todos os resultados em termos unitários (bruto: 13,4%; operacional: 32,6%; operacional exceto receitas financeiras: 24,4%; operacional exceto receitas financeiras e outras despesas: 13,7%). Ademais, de P1 a P5, as margens de lucro operacional e operacional exceto resultado financeiro aumentaram, respectivamente, [CONFIDENCIAL] p.p. e [CONFIDENCIAL] p.p., enquanto a margem operacional sem o resultado financeiro e outras despesas/receitas operacionais manteve-se inalterada e a margem bruta apresentou leve deterioração [CONFIDENCIAL] p.p. no mesmo período, do mesmo modo que a relação custo/preço ([CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P5).

Foi possível constatar, contudo, a deterioração de outros relevantes indicadores financeiros ao longo do período. A própria receita líquida das vendas destinadas ao mercado interno, após um aumento de P1 para P2 (14,2%) condizente com o aumento do volume de vendas destinado ao mercado interno (10,4%), reduziu-se continuamente de P2 em diante: -4,5% de P2 para P3, -5,4% de P3 para P4 e -13,9% de P4 para P5. Quando comparados os extremos do período, a redução da receita líquida das vendas destinadas ao mercado interno atingiu 11,2%. Em termos de massa de lucro, o resultado bruto da indústria doméstica acompanhou a evolução da receita líquida, com aumento de P1 para P2 e reduções de P2 em diante, com queda de 11,8% de P1 para P5. Já com relação aos resultados operacionais, apesar do crescimento do resultado operacional total (3,1%) de P1 a P5, verificou-se diminuição do resultado operacional exceto despesas financeiras (-3,2%) e, em especial, do resultado operacional exceto despesas financeiras e outras despesas (-11,7%) nesse mesmo intervalo.

Verificou-se que a redução mais expressiva do resultado operacional exceto despesas financeiras e outras despesas (-11,7%) em relação aos outros resultados operacionais analisados decorreu da evolução das outras receitas operacionais, as quais aumentaram expressivamente em P5, levando a rubrica Outras despesas (receitas) operacionais (OD) a mais que dobrar de P4 para P5 (de [CONFIDENCIAL] para [CONFIDENCIAL]). Dessa forma, a análise do resultado operacional total, considerando o efeito das outras receitas operacionais, levaria a SDCOM a subestimar as perdas em termos de massa de lucro da indústria doméstica ao longo do período de investigação. Nesse sentido, a análise bottom line, desconsiderando os efeitos do resultado financeiro e das outras despesas e receitas operacionais, demonstra-se mais apropriada para as conclusões de dano material no âmbito desta investigação.

Em suma, a deterioração mais expressiva dos indicadores da indústria doméstica ao longo do período de investigação refere-se aos indicadores de volumes, como vendas internas, produção, grau de ocupação da capacidade instalada, o que se refletiu também sobre o número de empregados e sobre a massa salarial da indústria. Apesar da relativa estabilidade das margens de lucro observada ao longo do período, verificou-se a ocorrência de redução de receita líquida e de massa de lucro operacional exceto resultado financeiro e outras despesas e receitas.

A partir do exposto, constatou-se deterioração da maioria dos indicadores avaliados e pôde-se concluir pela existência de dano material à indústria doméstica ao longo do período analisado.

7 DA CAUSALIDADE

O art. 32 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece a necessidade de se demonstrar o nexo de causalidade entre as importações a preços com dumping e o dano à indústria doméstica. Essa demonstração de nexo causal deve basear-se no exame de elementos de prova pertinentes e outros fatores conhecidos, além das importações a preços com dumping, que possam ter causado o dano à indústria doméstica na mesma ocasião.

7.1 Do impacto das importações a preços com dumping sobre a indústria doméstica

Consoante o disposto no art. 32 do Decreto nº 8.058, de 2013, é necessário demonstrar que, por meio dos efeitos do dumping, as importações objeto de dumping contribuíram significativamente para o dano experimentado pela indústria doméstica.

Ao se considerar a evolução do volume das importações chinesas na transição de cada período (P1 a P5) que compõe o período de análise de dano, verifica-se trajetória de aumento expressivo. Após a queda de 42,9% do volume importado da origem investigada de P1 para P2, houve aumento do volume absoluto dessas importações de 25,0% em P3, 67,1% em P4 e 57,6% em P5, sempre em relação ao período imediatamente anterior. As importações da origem investigada aumentaram 88,1% de P1 a P5, e representaram, respectivamente, 76,4%, 66,2%, 76,1%, 88,5% e 93% do volume total importado pelo Brasil, em cada período.

Como reflexo desse aumento em termos absolutos a partir de P2, as importações investigadas avançaram de forma expressiva em relação ao mercado brasileiro de lápis. De P1 para P2, a participação das importações chinesas teve recuo de [RESTRITO] p.p., atingindo a menor participação no mercado brasileiro encontrada no período ([RESTRITO]). Em decorrência do aumento do volume em termos absolutos a partir de então, a participação relativa das importações do produto objeto da investigação no mercado brasileiro passou a registrar aumentos contínuos, de [RESTRITO] p.p, [RESTRITO] p.p. e [RESTRITO] p.p., respectivamente, em P3, P4 e P5, sempre em comparação ao período imediatamente anterior. Essa evolução das importações investigadas contrasta com a evolução das vendas da indústria doméstica destinadas ao mercado brasileiro, as quais se reduziram continuamente, tanto em termos absolutos como em relação ao mercado brasileiro, de P2 até P5: após elevação de 10,4% em P2 (aumento de [RESTRITO] p.p. em relação ao mercado brasileiro), as vendas da indústria doméstica caíram 7,3% em P3 (redução de [RESTRITO] p.p. no mercado brasileiro), 12,8% em P4 (redução de [RESTRITO] p.p. no mercado brasileiro) e novamente 12,8% em P5 (redução de [RESTRITO] p.p. no mercado brasileiro). Em relação a P1, o volume de vendas da indústria doméstica se reduziu 22,2%, com perda de [RESTRITO] p.p. de participação no mercado brasileiro. Quando se compara com P2, período em que a indústria doméstica apresentou os maiores volumes de vendas internas e participação no mercado brasileiro, as reduções são ainda mais expressivas: queda de 29,6% nas vendas internas e perda de participação no mercado brasileiro de [RESTRITO] p.p. em relação a P5.

O crescimento da participação das importações da China no mercado brasileiro e a concomitante redução das vendas da indústria doméstica ocorreram em um cenário de crescimento do mercado brasileiro de P2 até P5: após uma redução de 15,2% de P1 para P2, o mercado brasileiro se manteve estável em P3 e cresceu 14,1% em P4 e 25,6% em P5. De P1 a P5, o mercado brasileiro cresceu 21,5%. De P1 até P3, a participação das vendas da indústria doméstica no mercado brasileiro esteve sempre acima de [RESTRITO] % ([RESTRITO] % em P1, [RESTRITO] % em P2 e [RESTRITO] % em P3), configurando-a como o player com maior participação no mercado brasileiro em P2 e P3. Em P4 e P5, com a queda expressiva de participação ([RESTRITO] % em P4 e [RESTRITO] % em P5), a indústria doméstica deixou de ser o player com participação majoritária no mercado brasileiro, posto que passou a ser ocupado pelas importações da origem investigada. Se em P2 as importações da China ocupavam [RESTRITO] % de participação no mercado brasileiro, em P3 esse percentual aumentou para [RESTRITO] % e a partir de P4 as importações da China passaram a representar mais da metade do mercado brasileiro ([RESTRITO] % em P4 e [RESTRITO] % em P5).

Destaque-se que, até 3 de fevereiro de 2015, vigorou o direito antidumping aplicado sobre as importações de lápis de madeira originárias da China. Tal direito antidumping não abarcou, portanto, as importações de lápis de resina originárias da China. No período de análise de dano, entretanto, foi registrado um número pouco expressivo de operações de importação objeto do referido direito, tal qual expresso no item 6.1.7.3 supra. Em P1, essas operações corresponderam, em volume, a 0,09% das importações totais do produto objeto da investigação originárias da China. Em P2, não se verificou registro de operações dessa natureza.

Em relação ao efeito do produto objeto da investigação sobre o preço da indústria doméstica, mediante a comparação entre o preço internado das importações investigadas e o produto similar vendido pela indústria doméstica no mercado interno, observou-se existência de subcotação expressiva em todos os períodos e em todos os cenários, conforme apresentado no item 6.1.7.3. Essa subcotação, contudo, não levou à depressão significativa do preço da indústria doméstica conforme apresentados no item 6.1.6.2 supra, dado que se registrou elevação contínua deste indicador de P1 para P4 (3,4% em P2; 3,1% em P3; e 8,5% em P4, sempre em relação ao período anterior), enquanto houve redução dessa variável somente de P4 para P5 (-1,3%). Já quando se considera a cesta de produtos da indústria doméstica apresentada no cenário alternativo 2 (desconsiderando produtos de maior valor agregado), a redução do preço da indústria doméstica de P1 a P5 atingiria 5%.

No que tange à supressão de preços, de P1 para P2 e de P2 para P3, quando o aumento do preço médio de venda da indústria doméstica - respectivamente, de 3,4% e 3,1% - foi inferior ao aumento do custo de produção do produto similar - respectivamente 6,2% e 5% -, verificou-se que a indústria doméstica suprimiu o aumento de preços que seria esperado em função do aumento dos custos de produção. Nesses mesmos intervalos, registrou-se redução das importações investigadas em relação a P1 (-42,9% de P1 para P2 e -28,6% de P1 para P3). Já de P3 em diante, quando se fortalece ainda mais a tendência de aumento das importações da origem investigada, conforme exposto no item 6.1.7.3, não verificou-se ocorrência de supressão de preços, dado que houve aumento de preços de P3 para P4 (8,5%) em proporção superior ao aumento de custos (6,1%) e, de P4 para P5, houve redução de 2,2% do custo de produção concomitantemente à redução de 1,3% dos preços. Nesses mesmos períodos, dada a expressiva subcotação encontrada, as importações investigadas cresceram substancialmente, tanto em termos absolutos como em relação ao mercado brasileiro. Ao se considerar os extremos da série, verificou-se ainda a supressão de preços da indústria doméstica, uma vez que o preço médio de venda do produto similar aumentou 14,2% e o custo total cresceu 15,7%.

No que tange ao impacto sobre os indicadores financeiros, de P1 para P2, período em que se registrou a maior queda nas importações da origem investigada e a indústria doméstica apresentou os maiores volumes de vendas e participação no mercado brasileiro, a receita líquida da indústria doméstica com vendas no mercado interno aumentou 14,2% e o resultado bruto subiu 7,3%, mas o resultado operacional e o resultado operacional exceto resultado financeiro e outras despesas e receitas encolheram 4,0% e 9,3%. Todas as margens de lucro (bruta e operacionais) se deterioraram no mesmo período.

De P2 para P3, quando se inicia a tendência de aumento das importações chinesas, verificou-se redução da receita líquida com vendas no mercado interno (-4,5%), do resultado bruto (-4,7%) e do resultado operacional (-22,1%). Dada a deterioração das rubricas de resultados financeiros e de outras despesas e receitas financeiras de P2 para P3, o resultado operacional exceto resultado financeiro e outras despesas e receitas se apresenta melhor (+10,9%) quando comparado com o período anterior. A margens de lucro (bruta e operacionais) se mantêm relativamente estáveis, à exceção da margem operacional exceto resultado financeiro e outras despesas e receitas, que melhora em relação a P2.

De P3 para P4, quando se verifica forte expansão das importações da origem investigada, a receita líquida com vendas no mercado interno cai novamente (-5,4%), o resultado bruto cai um pouco menos (-1,5%) e o resultado operacional melhora 14,8%. Contudo, quando se observa o resultado operacional exceto resultado financeiro e outras despesas e receitas, verifica-se deterioração da ordem de 7% de P3 para P4. As margens de lucro (bruta e operacional) apresentam oscilações positivas e negativas em relação ao período imediatamente anterior, não havendo uma linha de evolução no mesmo sentido.

De P4 para P5, quando o volume de importações da origem investigada atingiu o pico entre todos os períodos analisados, a indústria doméstica apresentou redução de seus preços (-1,3%), mas não obteve recuperação de seu volume de vendas (-12,8%) destinadas ao mercado interno, de modo que ela não foi capaz de aumentar sua participação no mercado brasileiro, que caiu para [RESTRITO] %, seu menor nível em todo o período de análise de dano (P1 para P5). Consequentemente, a receita líquida se reduziu novamente (-13,9%), alcançando o valor mais baixo do período de análise de dano. Da mesma forma, as massas de lucro retraíram-se: -12,5% de resultado bruto e -5,5% de resultado operacional resultado financeiro e outras despesas e receitas. O resultado operacional foi melhor do que em P4 (+20,0%) em função do resultado financeiro e das outras receitas. Apesar da redução de seu preço, a indústria doméstica apresentou redução mais acentuada de seus custos (-2,2%), o que impactou positivamente de modo geral suas margens de lucro no período analisado.

Por fim, ao se analisar a evolução de P1 a P5, verifica-se que a receita líquida da indústria doméstica obtida com as vendas destinadas ao mercado interno apresentou redução de 11,2% (e -22,2% em relação a P2, período de maior volume de vendas, participação no mercado brasileiro e faturamento da indústria doméstica); o resultado bruto diminuiu 11,8% (-17,9% em relação a P2); o resultado operacional melhorou 3,1% (+7,4% em relação a P2) em função do resultado financeiro e das outras despesas e receitas, mas o resultado operacional exclusive resultado financeiro e outras despesas e receitas piorou 11,7% (-2,6% em relação a P2).

A indústria doméstica indicou que a evolução das margens de rentabilidade refletiria "um dano mais acentuado causado à indústria doméstica nas linhas comerciais de menor preço, fazendo com que as vendas da indústria doméstica de itens de maior valor agregado, apesar de também apresentarem queda nos volumes e valores de venda, apresentem aumento em sua representatividade no total vendido, implicando no ilusório incremento de suas margens". Ademais, em resposta ao pedido de informações complementares, as peticionárias esclareceram que "a menção a valor agregado não representa diferenciações relativas às características dos produtos, mas, sim, à segmentação mercadológica (linhas de produto)", e que não seria "razoável considerar a criação de característica no CODIP relativamente à segmentação do mercado".

Ressalte-se ainda a conclusão alcançada sobre a magnitude da margem de dumping, conforme exposto no item 6.1.7.4, segundo a qual as importações originárias da China teriam impacto negativo sobre os resultados da indústria doméstica mesmo na ausência de dumping. Contudo, como salientado naquele tópico, não fosse a prática de dumping por parte dos produtores/exportadores chineses, o impacto das importações investigadas seria sensivelmente menor do que o impacto observado em decorrência da comparação com importações a preços de dumping, e o volume das importações tenderia a ser inferior ao observado ao longo do período de investigação.

Considerando o exposto, conclui-se que as importações investigadas, cursadas a preços de dumping e significativamente subcotadas em relação aos preços da indústria doméstica, causaram dano à indústria doméstica ao longo do período de investigação.

7.2 Dos possíveis outros fatores causadores de dano e da não atribuição

Consoante o determinado pelo § 4º do art. 32 do Decreto nº 8.058, de 2013, procurou-se identificar outros fatores relevantes, além das importações a preços de dumping, que possam ter simultaneamente causado o eventual dano à indústria doméstica no período de investigação de dano, uma vez que, conforme indicado no inciso II do §2º do mesmo artigo, o dano provocado por outros motivos que não as importações objeto de dumping não poderá ser atribuído às importações objeto de dumping.

7.2.1 Volume e preço de importação das demais origens

A análise das importações brasileiras das demais origens indica que eventual dano causado à indústria doméstica não pode ser a elas atribuído, tendo em vista que esse volume teve queda de 54,0% de P1 para P5, enquanto o volume das importações da origem investigada apresentou aumento de 88,1%. A participação das importações das demais origens representou 23,6%, 33,8%, 23,9%, 11,5% e 7% do total importado. Isto é, afora o período de P1 a P2, a participação relativa dessas importações frente ao total importado diminuiu constantemente de P2 a P5, registrando queda de [RESTRITO] p.p. em P5 em relação a P2.

A participação das importações das outras origens no mercado brasileiro também diminuiu a partir de P2, maior período de participação relativa, em que atingiu [RESTRITO] %. De P2 a P5, houve queda de [RESTRITO] p.p, passando de [RESTRITO] % em P2 para [RESTRITO] % de participação no mercado brasileiro em P5.

Por fim, destaque-se que a média dos preços CIF das importações brasileiras oriundas das demais origens foi 289% superior à média dos preços CIF da origem investigada, considerando todos os períodos.

Para fins de determinação final, não há elementos que indiquem que a importação das demais origens seja causa do dano incorrido pela indústria doméstica.

7.2.2 Impacto de eventuais processos de liberalização das importações sobre os preços domésticos

A alíquota do Imposto de Importação (II) permaneceu inalterada em 18% para o código NCM 9609.10.00 durante o período de análise.

Destaca-se, de outra parte, que até 3 de fevereiro de 2015 (início de P2), vigorou o direito antidumping aplicado sobre as importações de lápis de madeira originárias da China, consoante disposto no item 2.4.

Para fins de determinação final, não há elementos que indiquem que eventuais processos de liberalização sejam causa do dano incorrido pela indústria doméstica.

7.2.3 Contração na demanda ou mudanças nos padrões de consumo

O mercado brasileiro de lápis apresentou retração entre P1 e P2, manteve-se constante de P2 para P3 e cresceu de forma vigorosa de P3 até P5. A partir de P4, passou a registrar expansão de 14,1%, chegando a um aumento de 25,6% em P5, na comparação com o respectivo período anterior. De P1 a P5, o mercado brasileiro acumulou crescimento de 21,5%. Nesse mesmo período, constatou-se redução de 22,2% do volume de vendas internas da indústria doméstica.

Por outro lado, as importações da origem investigada apresentaram crescimento de 88,1%, de P1 a P5, saindo de uma participação no mercado brasileiro de [RESTRITO] %, em P1, para [RESTRITO] %, em P5.

De P4 para P5, constatou-se aumento do mercado brasileiro de lápis de 25,6% ([RESTRITO] toneladas), mas as vendas da indústria doméstica recuaram 12,8% para [RESTRITO] toneladas. As importações da origem investigada, porém, aumentaram 57,6% ([RESTRITO] toneladas).

Desse modo, não houve contração de mercado de P1 a P5, nem de P4 a P5, o que exclui esse fator como causador do dano à indústria doméstica.

Ressalte-se também que, durante o período analisado, não foram constatadas mudanças no padrão de consumo do mercado brasileiro que pudesse afetar a preferência do consumidor.

7.2.4 Práticas restritivas ao comércio de produtores domésticos e estrangeiros e a concorrência entre eles

Não foram identificadas práticas restritivas ao comércio de lápis pelos produtos domésticos e estrangeiros, nem fatores que afetassem a concorrência entre eles.

7.2.5 Progresso tecnológico

Não foram identificadas evoluções tecnológicas que pudessem impactar na preferência do produto importado sobre o nacional. Os lápis originários da China e aqueles fabricados no Brasil são produzidos a partir de processo produtivo semelhante e são concorrentes entre si, disputando o mesmo mercado.

7.2.6 Desempenho exportador

As exportações da indústria doméstica apresentaram crescimentos de 8,9% de P1 a P2 e de 29,8% de P2 a P3, e diminuições de 32,2%, de P3 a P4 e de 5,3%, de P4 a P5. Os volumes exportados pela indústria doméstica de P1 a P5 foram significativos, e corresponderam a [RESTRITO] %, [RESTRITO] %, [RESTRITO] %, [RESTRITO] % e [RESTRITO] % das vendas totais da indústria doméstica em cada período. Todavia, dada a existência de relevante capacidade ociosa, conforme demonstrado no item 6.1.3 supra, as exportações não foram realizadas em detrimento das vendas destinadas ao mercado interno brasileiro.

Tendo em conta que os volumes exportados são significativos, respondendo por cerca de [RESTRITO] % das vendas da indústria doméstica em P5, e que estas exportações retrocederam 9,2% de P1 para P5, considera-se que parte do dano observado nos indicadores de volume da indústria doméstica pode ser atribuído ao desempenho exportador, em especial no que tange ao volume de produção do produto similar e ao grau de utilização da capacidade instalada.

Entretanto, tendo em conta que a redução no volume de vendas no mercado interno foi superior à redução no volume das exportações e que a proporção entre vendas no mercado interno e externo não sofreu alterações expressivas ao longo de todo o período de análise de dano, conclui-se que a existência desse outro fator causador de dano à indústria doméstica não anula o nexo de causalidade existente entre a evolução das importações objeto da prática de dumping e o dano material sobre a indústria doméstica verificado. Ou seja, ainda que sejam separados e distintos os efeitos desse outro fator, de modo que não sejam atribuídos os efeitos da redução do volume exportado sobre a indústria doméstica às importações investigadas, conclui-se que as importações contribuíram significativamente para o dano experimentado pela indústria doméstica, conforme previsto no caput do art. 32 do Regulamento Brasileiro.

7.2.7 Produtividade da indústria doméstica

A produtividade da indústria doméstica, definida como o quociente entre a quantidade produzida e o número de empregados ligados diretamente à produção, diminuiu 6,4% de P1 a P5. No mesmo período, verificou-se queda de 18,6% na produção e de 12,9% no número de empregados ligados diretamente à produção. Em contrapartida, houve aumento de 27,9% no número de empregados da área administrativa e de vendas da indústria doméstica.

À luz dos elementos contidos nos autos do processo, independentemente da redução da produtividade apresentada no item 6.1.5 supra não é possível afirmar que esse indicador tenha contribuído significativamente para o dano causado à indústria doméstica.

7.2.8 Consumo cativo

Não houve consumo cativo no período, não podendo, portanto, ser considerado como fator causador de dano.

7.2.9 Importações ou revenda do produto importado pela indústria doméstica

Ao longo do período investigado, as peticionárias realizaram importações de lápis, que corresponderam a [RESTRITO do volume total importado, entre os períodos de análise de dano, respectivamente. O pico do volume importado pela indústria doméstica foi em P1, de [RESTRITO] toneladas. Em P2, as importações da indústria doméstica caíram consideravelmente, registrando uma queda de [RESTRITO] em relação ao período anterior, sendo registrado volume de [RESTRITO] toneladas. De P2 para P3, houve aumento de [RESTRITO], atingindo [RESTRITO] toneladas, seguido de diminuições do volume importado de P3 para P4, em [RESTRITO], e de P4 para P5, em [RESTRITO]. Ao final do período, as importações da indústria doméstica somaram [RESTRITO] toneladas, registrando diminuição de [RESTRITO] em relação a P1.

O volume de revenda líquidas registrou queda em todo o período analisado (43% em P2, 22,9% em P3, 21,6% em P4, apresentando crescimento de 3,3% em P5, sempre na comparação com o período imediatamente anterior) e acumulando recuo de 64,4% entre P1 e P5.

Os volumes de revenda responderam por 3%, 1,6%, 0,9%, 1,1% e 1,2% das vendas da indústria doméstica no mercado interno no período de P1 a P5, respectivamente.

Não há elementos, portanto, para considerar que a revenda do produto importado tenha sido fator causador de dano.

7.3 Das manifestações acerca da causalidade

Em manifestação protocolada em 02 de julho de 2020, a ABFIAE se manifestou sobre o nexo de causalidade. Quanto aos volumes de importação de lápis, no entendimento da entidade, existiria clara a diferença entre o momento em que as importações de lápis da China tornar-se-iam realmente expressivas, mais precisamente em P5, e o período sob investigação, que incluiria 4 anos anteriores a este fato.

Segundo a ABFIAE, este dado, aparentemente inexpressivo, indicaria que em nenhuma hipótese as importações de lápis do país investigado poderia ser fator indutor de qualquer tipo de dano ao setor neste amplo espaço de tempo investigado.

Estes dados confirmariam a necessidade de uma avaliação ampla de todas as variáveis envolvidas no processo. O volume de importações de lápis no período em análise não deveria ser analisado isoladamente, e sim comparativamente a outros indicadores relevantes da indústria nacional e resultados econômico-financeiros por ela obtidos.

Quanto à evolução do preço de importação do país investigado, a ABFIAE destacou que praticamente se manteve constante em todo o período de análise do dano. Os preços praticados neste grupo de importações de lápis saíram de [RESTRITO] /kg e mantiveram-se na faixa dos [RESTRITO] /kg em P3, P4, P5, com ligeiras variações. Esta evolução demonstraria muito claramente que não houve qualquer ação de ruptura na trajetória dos preços de importação do lápis da China em todo o período investigado.

A parte interessada ainda enfatizou que os preços de importação de lápis dos demais países não investigados também registraram variações negativas em P3 e P5, de 6% e 9% em relação ao período anterior, respectivamente.

Já em relação ao mercado brasileiro de Lápis, a parte interessada registrou que as vendas das outras empresas brasileiras, apesar de reduzido volume quando comparado às vendas domésticas, teriam apresentado incremento razoável entre P5 e P1, de 10,5%. Maior ainda foram as taxas de crescimento entre P5 e P4, P5 e P3 e P5 e P2, de 29,6%, 28,4% e 31,4%, respectivamente, indicando que as importações da China não produziram efeitos indesejáveis a estes produtores.

Como se constata, o mercado brasileiro teria reduzido em P2 e P3 quando comparado a sua dimensão existente em P1. Nesse mesmo período, P2 e P3, a indústria doméstica teria mantido o nível de vendas, indicando claramente a sua incapacidade de manter o tamanho do mercado brasileiro no patamar de P1. Seria somente com o incremento das importações da China verificado em P4 e P5 que o mercado brasileiro teria encontrado espaço para o crescimento.

Observou, ainda, que enquanto o mercado brasileiro crescia [RESTRITO] toneladas em P4, a indústria doméstica teria registrado uma redução de suas vendas de [RESTRITO] toneladas, ou seja, as importações abriram espaço para um "novo mercado", não ocupado pela indústria doméstica nem pelos outros produtores. Note-se, também, que esses outros produtores teriam acusado um crescimento em suas vendas de 30% entre P5 e P4, diante de uma redução de 23% da indústria doméstica. Isto também demonstraria que as importações do produto chinês não teriam prejudicado as vendas das demais empresas.

Quanto ao dano, a manifestante primeiramente analisou os dados da indústria doméstica sobre vendas destinadas ao mercado interno e ao mercado externo. A parte interessada destacou ainda que, aparentemente, P3 seria um período atípico. Nesse ano, as vendas totais teriam atingido um volume não alcançado em nenhum outro período analisado. Este movimento teria decorrido do aumento das vendas no mercado externo, que atingiu 74% das vendas totais, enquanto as vendas no mercado interno teriam registrado uma participação de 26%, a menor do período analisado.

Este fato elucidou que o êxito das peticionárias estava mais relacionado às vendas no mercado externo e que eventuais aumentos da importação no mercado interno não poderiam ser suficientes para redução de seus resultados.

Nessa linha de entendimento, a parte interessada verificou, a partir dos dados apresentados, que as vendas no mercado externo, próximas a [RESTRITO] % das vendas totais, teriam sido, em todo o período analisado, significativamente mais relevantes do que aquelas realizadas no mercado interno, próximas a [RESTRITO] % das vendas totais.

Diante disso, a evolução das vendas totais seguiu rigorosamente a evolução das vendas externas, ou seja, eventuais variações nestas últimas, certamente teriam produzido impactos nos resultados das empresas da indústria doméstica superiores e mais expressivos do que eventuais variações nas vendas internas.

As participações percentuais das vendas nos mercados, interno e externo, no período P5, de 29,5% e 70,5%, respectivamente, foram muito próximas daquelas alcançadas em P1, indicando não ter praticamente havido perdas relativas entre os dois períodos.

Nesse sentido, dever-se-ia considerar que as flutuações intermediárias das participações relativas destes mercados teriam seguido as oportunidades mercadológicas. Teria sido o que ocorreu em P3, quando pequena redução relativa das vendas no mercado interno teria acontecido, enquanto se verificava incremento relativo das vendas no mercado externo. O mesmo em P4, quando o movimento relativo que ocorreu teria sido justamente o inverso, com o crescimento na participação das vendas no mercado interno e decréscimo da participação das vendas no mercado externo. Note-se que em P5 novamente ter-se-ia verificado o aumento da participação das vendas no mercado externo, ao mesmo tempo em que se verificava o decréscimo da participação das vendas no mercado interno.

Segundo a parte interessada, não se poderia deixar de mencionar que os períodos P3, P4 e P5 foram marcados por fortes restrições econômicas e expressiva perda da renda da população do país. Entretanto, não se teriam observado perdas sistemáticas nas vendas da indústria doméstica que pudessem ser atribuídas às importações de lápis da China.

A ABFIAE sugeriu que o conceito de capacidade instalada apresentado pela SDCOM poderia ser melhor discutido. Enfatizou que pelo menos haveria que se estabelecer critérios padrões e unificados. A SDCOM tomou como base dois critérios distintos para a determinação da capacidade instalada das empresas, sendo a "produção do mês com a maior média diária de produção durante o período de investigação" para a Faber-Castell e "as velocidades de produção nas linhas da fábrica em quantidade de lápis [CONFIDENCIAL] por minuto, bem como o funcionamento das [CONFIDENCIAL] para a BIC".

Quanto ao estoque final, a entidade destacou que a participação dos estoques relativamente àquele existente no início de P1 teria sido menor em P2, P3 e P5 indicando que não teria havido perdas financeiras ao longo do período por eventuais acúmulos excedentes de estoque. Observou-se, também, que boa parte da redução da produção em P5 teria sido resultado da necessidade de se baixar o nível de estoque inicial daquele período, que teria sido resultado de falta de gerenciamento no balanceamento produção x vendas do período anterior. Concluiu sobre o saldo de estoques finais que, nos diversos períodos analisados, não teria indicação de qualquer anormalidade que possa ter sido resultante do aumento das importações de lápis da China. Pelo contrário, a posição de estoque final praticamente teria apresentado comportamento linear, sem maiores oscilações quando comparada a evolução das vendas totais.

No que tange às informações referentes ao emprego, à produtividade e a massa salarial, a parte interessada ressaltou que P3 seria o que se apresentaria diferentemente dos demais períodos em análise. Como se teria verificado, teria sido o aumento expressivo nas vendas para o mercado externo, que teria resultado em números tão positivos para a indústria doméstica. O fato de nos períodos posteriores terem sido registrados algumas reduções em alguns indicadores da indústria doméstica estaria muito mais correlacionado a não repetição do volume de vendas no mercado externo.

Destacou ainda que a evolução da variação do quadro de pessoal da produção não estaria totalmente alinhada com a evolução da produção doméstica ao longo do período analisado. Segundo a parte interessada, a mesma questão se apresentaria quando se analisa a evolução da massa salarial do pessoal da produção comparativamente a evolução da massa salarial da administração/vendas.

A parte interessada observou ainda que tanto nas vendas no mercado interno, como nas vendas no mercado externo, as receitas líquidas evoluíram da mesma forma que os respectivos volumes de vendas. Dessa forma, poder-se-ia afirmar que eventuais perdas que tenham ocorrido no faturamento da empresa seriam mais bem explicadas pela queda nas vendas ao mercado externo ocorrida em P4 e P5, quando comparadas às vendas realizadas em P3, considerada a dimensão desse mercado em relação ao mercado interno.

A ABFIAE trouxe as seguintes considerações a respeito do preço médio de venda da indústria doméstica:

o preço médio no mercado interno, em valores constantes, evolui significativamente no período, o que se mostra em desacordo, em termos de gestão, se eventualmente a indústria doméstica estivesse sendo impactada negativamente por importações com preços com práticas de dumping;

o preço no mercado interno cresceu 19,9% em P4 quando comparado ao preço praticado em P1. Da mesma forma, o preço de comercialização no mercado interno registrou incremento de 18,3% em P5 quando comparado ao preço de venda em P1;

considerando que a SDCOM calculou os preços médios ponderados de venda a partir da razão entre as receitas líquidas e as quantidades vendidas, a evolução do número índice relativa ao preço do mercado externo não se apresentou coerente com a evolução do volume de vendas e do número índice apresentado para as vendas do mercado externo.

Na sequência, os indicadores avaliados foram os resultados e margens obtidos pela indústria doméstica nas vendas internas. A manifestante alegou que a demonstração de resultado das vendas totais teria apresentado outro tipo de comportamento, caso as vendas no mercado externo tivessem sido incluídas para efeito de avaliação do resultado da indústria doméstica.

De acordo com a ABFIAE, o fato de o nível da curva de evolução do CPV estar sempre acima da curva de evolução da receita líquida das vendas domésticas indicaria, "caso isso seja verdade, que não valeria a pena aumentar a comercialização dos produtos das empresas no país". Ainda assim a indústria doméstica teria acusado em P5 o mesmo nível de resultado operacional alcançado em P1.

Quanto às margens obtidas pela indústria doméstica com as vendas no mercado interno, verificou que os indicadores apontados para P5 seriam equivalentes ou superariam as margens obtidas em P1. Importante observar que mesmo com as variações ocorridas nos períodos intermediários, as margens brutas sempre estiveram próximas daquela alcançada em P1. Dever-se-ia observar, portanto, que qualquer perda que possa ter se verificado nos períodos intermediários, estas deveriam ser associadas muito mais a gestão das despesas operacionais.

Em relação aos indicadores referentes aos custos de produção da indústria doméstica, mencionou que a variação dos custos de produção teria sido bastante significativa durante o período analisado, o que certamente teria resultado em perdas das empresas. Destacou as variações experimentadas pelos custos variáveis, em especial, da matéria prima e das utilidades, que teriam crescido, a primeira, aproximadamente 34% em P4 e 39% em P5 e, a segunda, 64% em P4 e 79% em P5, quando estes custos teriam sido comparados aos custos registrados em P1.

O mesmo ocorreria com os custos fixos, com a depreciação e com os outros custos. Os incrementos ocorridos teriam sido, na primeira, de aproximadamente 77% em P4 e 115% em P5 e, no segundo, de 281% em P4 e 55% em P5, comparados aos custos registrados em P1. Ressaltou a variação experimentada pelo custo de depreciação, que teria indicado ter havido expressivos investimentos, provavelmente em P3 e P4, o que poderia explicar algum eventual desequilíbrio, pelo menos nos períodos iniciais, nos custos de produção da indústria doméstica.

A ABFIAE indicou ter observado "espantoso paralelismo" entre a evolução dos números índices dos preços de venda no mercado interno e do custo total de produção da indústria doméstica, o que "demandaria algum tipo de investigação adicional por parte da SDCOM".

Quanto aos indicadores de retornos sobre os investimentos do conjunto da indústria doméstica, afirmou que a indústria doméstica registrou retornos sobre seus investimentos sólidos e constantes em todos os períodos, comparativamente àquele experimentado em P1, com destaque para o período P2, mesmo considerado o aumento do ativo total no período analisado. Portanto, os resultados apontados para a evolução do número índice do lucro líquido e consequente evolução do número índice do retorno sobre os investimentos não deixariam dúvidas sobre o bom desempenho setorial e a não existência de dano à indústria doméstica

A SDCOM apurou também a capacidade de captação de recursos da indústria doméstica com base nos índices de liquidez geral e corrente e com base nessa avaliação, a ABFIAE afirmou que indústria doméstica apresentaria boa saúde financeira. A evolução dos índices de liquidez geral e liquidez corrente, comparativamente aos indicadores registrados em P1, seria firme e constante. Portanto, não haveria que se falar em dano à indústria doméstica no período analisado.

Por fim, quanto ao último tópico de análise, ou seja, da causalidade, a entidade mencionou a necessidade de se considerar o fato de que esta autoridade investigadora teria procedido uma avaliação muito sumária e expedita sobre os aspectos que poderiam resultar em dano à indústria doméstica. A ABFIAE alegou que a análise teria se concentrado somente em variáveis visíveis e diretamente correlacionadas ao processo de importação em si. Nem mesmo um aprofundamento da evolução das vendas no mercado internacional, variável muito relevante para a indústria doméstica, teria sido considerado.

Defendeu a parte interessada que questões como o envolvimento entre partes relacionadas, que não são poucas quando se está tratando de empresas com dimensões mundiais e várias filiais pelo mundo afora, ou, ainda, aquelas relacionadas aos investimentos promovidos pelas empresas no período de análise, ou mesmo, o aprofundamento das questões relacionadas ao processo de gestão empresarial, incluindo a condução do quadro de pessoal e o gerenciamento dos recursos materiais e financeiros da empresa, teriam que ter sido melhor avaliados, antes que se pudesse imputar às importações de lápis da China qualquer eventual dano que tenha sofrido a indústria nacional.

Concluiu a parte interessada que a relação de causa e efeito entre importação e dano não teria sido cabalmente comprovada.

7.4 Dos comentários da SDCOM

Sobre a manifestação de ABFIAE de 2 de julho de 2020, acerca do nexo de causalidade, reafirma-se o entendimento exarado no item 7.1 desta determinação final, em que esta autoridade apresenta a evolução dos indicadores da indústria doméstica em comparação com a evolução das importações a preços de dumping. Naquele item, esta autoridade investigadora apontou que as importações investigadas apresentaram crescimento contínuo de seu volume de P2 até P5, contrastando com as vendas da indústria doméstica, que decresceram também de forma contínua de P2 até P5. De fato, em P5, quando as importações atingem o nível mais elevado, conforme reconhecido pela ABFIAE, verifica-se que os indicadores de volume da indústria doméstica atingem seu pior resultado no período investigado: a participação da indústria doméstica no mercado brasileiro caiu [RESTRITO] p.p., enquanto a participação das importações da China cresceu [RESTRITO] p.p., atingindo mais de [RESTRITO] % de participação nesse mercado.

Sobre a análise do efeito sobre o preço do produto investigado sobre o preço da indústria doméstica, esta SDCOM observou que, em todos os cenários, houve expressiva subcotação em todos os períodos analisados, o que foi levado em consideração por esta autoridade investigadora para concluir acerca do nexo de causalidade entre as importações investigadas e o dano à indústria doméstica verificado durante o período de investigação.

Sobre os preços de importação das demais origens, que teriam variação negativa segundo a ABFIAE, esta autoridade remete ao item 7.2.1 desta nota técnica, em que se analisou se estas importações poderiam ser consideradas como um outro fator de dano na análise de não atribuição. Destaque-se que i) as importações das demais origens apresentaram trajetória de queda em todos os períodos analisados, ao contrário das importações originárias da China, ii) a média do preço CIF das importações das demais origens, considerando os cinco períodos analisados, foi 289% superior à média do preço CIF da origem investigada.

Sobre as vendas das outras empresas, de igual modo, esta autoridade remete ao item 7.2.4 desta nota técnica, em que se analisou se tais vendas poderiam ser consideradas como um outro fator de dano na análise de não atribuição. Verifica-se que a magnitude do aumento das vendas dos outros produtores em termos absolutos é muito inferior ao aumento das importações investigadas, de modo que se refuta que o dano à indústria doméstica durante o período investigado possa ser atribuído a esse fator. Ademais, a análise conduzida pela SDCOM tem por objeto o efeito das importações investigadas sobre a indústria doméstica, e não sobre os outros produtores nacionais.

Sobre a participação no mercado brasileiro e seu crescimento, esta SDCOM que a existência de relevante capacidade ociosa da indústria doméstica contradiz o argumento da ABFIAE de que "somente com o incremento das importações da China verificado em P4 e P5 que o mercado brasileiro teria encontrado espaço para o crescimento".

No que tange aos comentários da manifestante sobre fortes restrições econômicas e expressiva perda da renda da população do país nos períodos P3, P4 e P5, esta autoridade investigadora apresentou, no item 7.2.3 supra, a análise acerca da "contração na demanda ou mudanças nos padrões de consumo", em que se demonstrou o crescimento do mercado brasileiro de lápis ao longo do período investigado e se descartou que tais pontos pudessem ser outros fatores causadores de dano à indústria doméstica .Contudo, apesar de não se ter observado perdas sistemáticas nas vendas da indústria doméstica atribuídas a contrações de mercado, diferentemente do alegado pela manifestante, naquele item destacou-se que as contrações nas vendas da indústria doméstica foram sim atribuíveis às importações de lápis da China.

Sobre as exportações a indústria doméstica, remete-se ao item 7.2.6 para o entendimento desta autoridade investigadora sobre a análise de não atribuição. Naquele item, esta autoridade investigadora reconheceu o efeito da redução das exportações sobre os indicadores de volume da indústria doméstica. Contudo, independentemente das vendas de exportação, verifica-se que houve redução expressiva das vendas da indústria doméstica ao longo do período de investigação, por conta da concorrência com o produto objeto da investigação. Desse modo, tendo em conta que a redução no volume de vendas no mercado interno foi superior à redução no volume das exportações e que a proporção entre vendas no mercado interno e externo não sofreu alterações expressivas ao longo de todo o período de análise de dano, concluiu-se que a existência desse outro fator causador de dano à indústria doméstica não anularia o nexo de causalidade existente entre a evolução das importações objeto da prática de dumping e o dano material sobre a indústria doméstica verificado.

Ainda sobre o desempenho exportador da indústria doméstica, convém ressaltar que a manifestante indicou que o período P3 seria um período atípico, ano em que as vendas totais da indústria doméstica teriam atingido um volume não alcançado em nenhum outro período. De fato, foi isso que se verificou ao longo do período de investigação. Contudo, isso ocorreu em decorrência das exportações da indústria doméstica, já que seu volume de vendas destinado ao mercado interno brasileiro em P3 foi inferior ao volume vendido em P2 e próximo ao volume de vendas do período P1. Desse modo, a atipicidade do desempenho exportador da indústria doméstica nesse período não possui relevância para a análise de dano à indústria doméstica em decorrência das importações objeto da prática de dumping.

Acerca da capacidade instalada, entende-se que cada empresa tem seu processo produtivo, um referente a lápis de madeira e outro referente a lápis de resina, de modo que se considerou aceitável que as capacidades fossem apuradas de forma distinta, ambas razoáveis.

Sobre a análise da ABFIAE sobre estoques, emprego, produtividade, massa salarial, receita líquida, preço médio no mercado interno, a relação com o desempenho exportador, remete-se aos itens 6.3 e 7.1 para conclusão da autoridade investigadora sobre dano e o nexo de causalidade.

Sobre a alegação de que a demonstração de resultado das vendas totais teria apresentado outro tipo de comportamento caso as vendas destinadas ao mercado externo tivessem sido incluídas na análise, esclarece-se que, em uma investigação de dumping e de dano à indústria doméstica decorrente dessa prática, a análise deve se referir ao impacto das importações objeto de dumping sobre as operações da indústria doméstica no mercado doméstico, ou seja, com base nas vendas destinadas ao mercado interno brasileiro, e não com base na concorrência da origem investigada com as exportações da indústria doméstica em terceiros mercado. Por esse mesmo motivo, não há fundamento para a alegação da ABFIAE de que dever-se-ia aprofundar a análise do envolvimento das partes relacionadas da indústria doméstica mundo afora e seus investimentos.

No que tange às análises sobre a lucratividade da indústria doméstica apresentadas pela ABFIAE, convém ressaltar o entendimento já emanado pela autoridade investigadora em sede de determinação preliminar, acerca da deterioração mais expressiva dos indicadores da indústria doméstica referentes a volumes, como vendas internas, produção, grau de ocupação da capacidade instalada, o que se refletiu também sobre o número de empregados e sobre a massa salarial da indústria. No entanto, apesar da relativa estabilidade dos preços e das margens de lucro observada ao longo do período, verificou-se a ocorrência de redução de receita liquida e de massa de lucro operacional exceto resultado financeiro e outras despesas e receitas.

Sobre a manifestação da parte interessada de que tanto nas vendas no mercado interno, como nas vendas no mercado externo, as receitas líquidas evoluíram da mesma forma que os respectivos volumes de vendas, esta autoridade investigadora observou que de fato a receita líquida apresentou trajetória semelhante ao volume de vendas para cada mercado. Todavia, esta autoridade discorda da afirmação de que eventuais perdas que tenham ocorrido no faturamento da empresa seriam mais bem explicadas pela queda nas vendas ao mercado externo ocorrida em P4 e P5, uma vez que a evolução da receita líquida decorrente das vendas no mercado interno demonstra que houve redução contínua e relevante de P2 até P5 desse indicador. Ademais, conforme já indicado no item 7.1 supra e no parágrafo anterior, ao se analisar as demonstrações de resulta com as vendas destinadas ao mercado interno, verifica-se que a redução da receita líquida foi acompanhada da redução da massa de lucro operacional exceto resultado financeiro e outras despesas e receitas no final do período de investigação (de P3 para P4 e de P4 para P5).

Sobre a evolução dos custos da indústria doméstica e a relação custo/preço, observou-se que houve aumentos de custo de P1 até P4, retração e P4 para P5, mas que houve relativa estabilidade da relação custo/preço, o que é condizente com as conclusões sobre a relativa estabilidade das margens de lucro da indústria doméstica ao longo do período de investigação. No entanto, a perda de vendas no mercado interno em decorrência da concorrência com o produto objeto da investigação, dumpeado e subcotado, levou à deterioração dos indicadores de volume da indústria doméstica e à redução da receita líquida e da massa de lucro, conforme já apontado.

Refuta-se, ainda, a alegação da ABFIAE de que os indicadores de retorno de investimento e capacidade de captação de recursos demonstrariam a ausência de dano à indústria doméstica. Tais indicadores se referem às operações da indústria doméstica como um todo, e não às vendas destinadas ao mercado interno do produto similar, de modo que não seria possível se chegar a uma conclusão sobre ausência de nexo de causalidade com base tão somente em tais indicadores.

Por fim, sobre as conjecturas acerca do envolvimento de partes relacionadas das empresas multinacionais, decisões de investimento, gestão empresarial e decisões sobre recursos materiais e financeiros, entende-se que a manifestante apresentou meras alegações desacompanhadas de elementos de prova que pudessem ser avaliados pela SDCOM.

7.5 Da conclusão a respeito da causalidade

Para fins de determinação final desta investigação, considerando a análise dos fatores previstos no art. 32 do Decreto nº 8.058, de 2013, verificou-se que as importações da origem investigada a preços de dumping contribuíram significativamente para a existência do dano à indústria doméstica constatado neste parecer.

8 DAS OUTRAS MANIFESTAÇÕES

Em 2 de julho de 2020, as associações chinesas CWIA e CCCLA apresentaram manifestação contrária à aplicação de direito antidumping, baseadas em razões de interesse público.

Argumentaram, inicialmente, que os lápis chineses produzidos pelas empresas a elas associadas seriam lápis finos, produzidos em conformidade com os padrões americanos e europeus. Sua popularidade não seria resultado de preços supostamente injustos, mas da qualidade e do serviço prestado. Assim, as importações de lápis da China aumentariam o acesso a produtos de alto padrão no mercado brasileiro.

Considerando tratar-se de produto final de sua cadeia de produção, a eventual aplicação de direitos antidumping afetaria diretamente o consumidor final. Nessa linha, seria fundamental entender se existiriam razões de interesse público para não aplicar esta medida, especialmente em relação ao impacto sobre os consumidores.

A indústria brasileira de lápis de madeira estaria sendo protegida há 20 anos, sendo que os direitos antidumping sobre as importações de lápis da China incidiram até 3 de fevereiro de 2015. A "reabertura" desse mercado e as novas possibilidades de concorrência entre os produtos, após esse período, já teriam beneficiado os clientes brasileiros.

Além disso, os produtores brasileiros que compõem a indústria doméstica, Faber-Castell e BIC, seriam empresas subsidiárias de grandes grupos internacionais, que teriam posição privilegiada no mercado, produzindo mais de 95% dos lápis brasileiros. Essas empresas também seriam detentoras de marcas bem conhecidas e utilizar-se-iam desse "benefício" para oferecer produtos com qualidade semelhante às importadas por um preço maior.

Entre os consumidores de lápis, estaria ainda o governo. Os lápis seriam parte fundamental do kit distribuído aos alunos das escolas e teriam uma função social no Brasil, ajudando no desenvolvimento das crianças, principalmente as de famílias de baixa renda, que precisariam de incentivos para permanecer na escola.

Os preços praticados pela indústria doméstica seriam significativamente discrepantes dos preços chineses e também muito superiores aos de todas as outras origens alternativas. A eventual aplicação de medida antidumping não inibiria, no entendimento das associações chinesas, as importações de lápis chineses, considerando o preço praticado pela indústria nacional, e puniria apenas os consumidores.

Em resposta aos comentários das entidades chinesas, em 22 de julho de 2020, a Faber destacou que a medida antidumping que vigorou no passado não constitui proteção, mas, sim, defesa contra a prática desleal de dumping realizada pelas próprias empresas chinesas representadas por tais associações, prática que continuaria sendo adotada por tais produtores/exportadores chineses.

Sobre o fato de Faber-Castell e BIC serem subsidiárias de grupos internacionais, afirmou que, de fato, embora subsidiárias de grupos internacionais, as peticionárias são empresas brasileiras. No que diz respeito ao fato de as peticionárias responderem por 95% da produção, argumentou que isso não representaria nenhum poder de mercado para as mesmas. A peticionária citou dados do Parecer de Determinação Preliminar para indicar que a indústria doméstica atenderia [RESTRITO] % do mercado brasileiro em P2, tendo passado a representar apenas [RESTRITO] % deste mercado no final do período, em decorrência da concorrência com as importações originárias da China realizadas com prática de dumping. De maneira oposta à evolução dos dados da indústria doméstica, a participação das importações originárias da China, que era de [RESTRITO] % em P2, teria passado a [RESTRITO] % em P5, deslocando os produtores nacionais e as importações das demais origens.

Sobre a aplicação da medida antidumping, que, de acordo com a associações chinesas, não inibiria as importações de lápis da China, a peticionária contra-argumentou que o objetivo da medida antidumping não seria o de inibir as importações, mas, apenas, corrigir a distorção causada pela prática de dumping e que causa dano à indústria doméstica.

Em sede de manifestação final, protocolada em 10 de setembro de 2020, as associações chinesas CCCLA e CWIA, bem como as exportadoras/produtoras Jixing e Longteng, apresentaram argumentação de igual teor, reiterando o posicionamento já exposto em 22 de julho pelas associações.

Também em manifestação final, datada de 10 de setembro de 2020, a importadora Fila Canson do Brasil Produtos de Arte e Escolar Ltda. argumentou que a empresa faz parte do mesmo grupo econômico (FilaGroup Italy) da exportadora chinesa Fila Dixon Stationery 9Kunshai Co., Ltd.. Todas as empresas do grupo praticariam os mesmos preços para todo o mundo, independentemente de sua localização, não havendo prática de dumping. Requereu, assim, a não imposição de direito antidumping em face da Fila Canson do Brasil.

8.1 Dos comentários da SDCOM

Sobre as alegações de eventual prejuízo à concorrência e ao consumidor final, trazidas pela CWIA e CCCLA, ressalte-se que a aplicação de um direito antidumping não tem por objetivo limitar a livre concorrência, mas neutralizar os efeitos de práticas desleais de comércio que distorcem a concorrência internacional, de acordo com as regras estabelecidas pela Organização Mundial do Comércio e internalizadas na legislação brasileira.

Acerca do histórico de aplicação anterior de direito antidumping sobre lápis de madeira, nas manifestações da CWIA, CCCLA, Jixing e Longteng, reitera-se que não há, na normativa de defesa comercial, impedimento para a apresentação de petição de investigação de dumping em razão de histórico anterior de adoção de medida sobre o mesmo produto. Ressalte-se ainda que o escopo deste processo é diverso, tendo em vista a inclusão dos lápis de resina. Recorda-se também que a investigação foi solicitada nos termos dos arts. 41 e 42 do Decreto nº 8.058, de 2013, a partir de petição apresentada pela indústria doméstica, que atendeu aos requisitos do roteiro de petição investigação antidumping, conforme Portaria SECEX nº 41, de 2013.

A propósito da manifestação da importadora Fila Canson, recorda-se que a apuração do direito antidumping aplicável ao produtor/exportador conhecido, mas não selecionado para responder o questionário, observará o disposto no art. 80 do Decreto nº 8.058, de 2013. Em relação ao importador, não há base legal, seja na normativa multilateral, seja na legislação pátria, que possibilite o atendimento do pleito da importadora.

Sobre as novas manifestações sobre interesse público, reitera-se que tais elementos possuem foro próprio, no âmbito dos processos administrativos SEI/ME nº 19972.101421/2019-14 (confidencial) e 19972.101420/2019 (público).

Em relação aos demais comentários, as partes limitaram-se a fazer meras alegações. Desta maneira, a SDCOM exime-se de tecer qualquer comentário adicional.

9 DO CÁLCULO DO DIREITO ANTIDUMPING DEFINITIVO

Nos termos do art. 78 do Regulamento Brasileiro, a expressão direito antidumping significa um montante em dinheiro igual ou inferior à margem de dumping apurada. Conforme previsto no §1º do mesmo artigo, o direito antidumping será inferior à margem de dumping sempre que um montante inferior a essa margem for suficiente para eliminar o dano à indústria doméstica causado por importações objeto de dumping, ressalvados os casos previstos no §3º do art. 78 e no art. 3º (cláusula de interesse público).

Os cálculos desenvolvidos indicaram a existência de dumping nas exportações dos países investigados para o Brasil, conforme demonstrado a seguir:

Margens de Dumping

Produtor/Exportador	Margem Absoluta de Dumping US$/kg	Margem Relativa de Dumping (%)
Axus Stationery (Shanghai) Co. Ltd.	5,55	77,3
Zhejiang Pengsheng Stationery Co. Ltd.	2,78	98,9
Jiangxi Jishui Jixing Stationery Co. Ltd.	0,57	27,4
Zhejiang Jiangshan Longteng Pen Industry Co. Ltd	0,36	22,7

Tendo em vista que os produtores/exportadores identificados individualmente no item 4 supra tiveram sua margem de dumping apurada com base na melhor informação disponível, conforme previsto no inciso I do §3º do art. 78 do Regulamento Brasileiro, o direito antidumping definitivo a ser aplicado deverá refletir necessariamente a margem de dumping. Dessa forma, não se procedeu à apuração da subcotação individual das empresas identificadas no item 4 para fins de apuração do menor direito.

O direito antidumping para os produtores/exportadores chineses Jiangxi Jishui Jixing Stationery Co. Ltd., Zhejiang Jiangshan Longteng Pen Industry Co. Ltd. e Zhejiang Pengsheng Stationery Co. Ltd. foi baseado nos dados reportados por estas empresas em suas respectivas respostas ao questionário do produtor/exportador e verificados in loco, conforme exposto, respectivamente, nos itens 4.3.4, 4.3.5 e 4.3.6 deste documento, considerando-se os fatos disponíveis quando aplicável, conforme indicado nos mesmo itens e justificado no item 1.9. Para a Axus Stationery (Shanghai) Co. Ltd., o direito antidumping foi baseado inteiramente na melhor informação disponível, conforme item 4.3.3 supra.

Para as empresas chinesas conhecidas e não selecionadas, o direito antidumping apurado consistiu na média ponderada do direito antidumping calculado para as empresas Jixing, Longteng e Pengsheng, selecionadas para responder ao questionário do produtor/exportador no âmbito desta investigação, nos termos do § 1º art. 80 do Regulamento Brasileiro.

Para as demais empresas não identificadas ou para a empresa selecionada que não respondeu o questionário do produtor/exportador (Suzhou Huazhong Stationery Co. Ltd.), o direito proposto foi baseado no direito antidumping calculado para a Axus.

9.1 Das manifestações acerca da forma de aplicação de eventual direito

Tendo em vista a decisão, a ser tomada pela CAMEX, sobre a fixação do direito antidumping, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.019, de 30 de março de 1995, as partes interessadas foram instadas, na Nota Técnica de fatos essenciais, a se manifestar sobre a forma como eventual direito antidumping deveria ser estabelecido - em alíquotas específicas (US$/kg) ou, alternativamente, alíquotas ad valorem. Recorda-se que o direito antidumping que vigorou até 2015 sobre as importações originárias da China de lápis de madeira foi aplicado sob a forma de alíquota ad valorem.

Em manifestação de 10 de setembro de 2020, a peticionária BIC argumentou pela aplicação do direito antidumping sob a forma específica, em US$/kg, pelas seguintes razões: a) facilidade de aplicação do direito, pois o peso em kg é melhor identificável do que os valores individualizados dos lápis em todas as importações, especialmente aquelas em que os lápis compõem kits e assemelhados; dessa forma, a aplicação do direito na forma específica seria mais fácil que a aplicação do direito ad valorem; b) mesmo critério adotado mais recentemente, para outros instrumentos de escrita, a exemplo de canetas esferográficas, as quais possuem diversidade de unidades semelhantes aos lápis, sendo também importadas parcialmente em kits, conjuntos, potes, blisters e caixas; e c) dificuldade de manipulação de preços para ilidir a cobrança do direito e maior facilidade da fiscalização, uma vez que a aplicação do direito ad valorem pode facilitar a manipulação de valores em relação às unidades do produto, de forma a refletir valores muito inferiores aos reais em relação a instrumentos de escrita. Complementarmente, sugeriu que sejam utilizados os fatores de conversão dos lápis de unidades para quilogramas adotados na Nota Técnica, item 5.1.

A também peticionária Faber-Castell, em manifestação protocolada em 10 de setembro de 2020, pediu que o direito antidumping seja aplicado sob a forma específica, em US$/kg, e não ad valorem, pelos seguintes motivos: a) preço do produto objeto da investigação é pouco representativo, de forma que qualquer possível alteração nos preços praticados comprometerá a eficácia da medida antidumping aplicada; b) sendo específico, comportará as mais diversas variedades de lápis (meio lápis, lápis com adereços, lápis de carpinteiro etc.); e c) o direito em dólares por kg permitirá que seja realizada a cobrança de tal direito no caso de importação de kits que contêm lápis, uma vez que é mais fácil saber quantos lápis existem dentro de um kit do que o preço desses mesmos lápis proporcionalmente ao preço do kit como um todo.

Para o caso de importação de kits contendo lápis, a Faber-Castell sugeriu o cálculo para a cobrança do direito antidumping com base na seguinte fórmula: quantidade de lápis x taxa de conversão de unidades de lápis para kg x direito antidumping em US$/kg, adaptando-se a taxa de conversão ao material do lápis, se resina ou madeira.

A Faber-Castell expressou ainda o entendimento no sentido de que o direito antidumping a ser aplicado às importações do produto objeto da investigação originárias da China deveria corresponder às margens de dumping apuradas pela SDCOM, uma vez que estas foram apuradas com base na melhor informação disponível.

Solicitou, com fundamento no art. 80 e seus parágrafos do Decreto nº 8.058, de 2013, que o direito antidumping para as empresas chinesas conhecidas e não selecionadas seja estabelecido com base na média ponderada do direito antidumping calculado para as empresas incluídas na seleção e que responderam ao questionário do produtor/exportador.

Complementarmente requereu que, para as empresas não identificadas e para a empresa selecionada que não respondeu ao questionário, seja aplicado o direito antidumping estabelecido para a produtora/exportadora Axus, nos termos do § 4º do art. 80 do Decreto nº 8.058 de 2013.

A importadora Leonora, em manifestação final, protocolada em 10 de setembro de 2020, expressou o entendimento de que, caso a SDCOM viesse a recomendar a aplicação de direitos definitivos, o recolhimento ad valorem seria a melhor opção.

Argumentou, inicialmente, que o art. 78 do Regulamento Brasileiro não estabeleceu hierarquia entre as modalidades de imposição de direitos antidumping, na forma de alíquota específica ou ad valorem.

Para a Leonora, considerando que os lápis são importados em uma miríade de dimensões, formatos e embalagens, com variações de peso significativas, a eventual imposição de alíquota específica afetaria desproporcionalmente os produtos mais leves em comparação aos produtos mais pesados. No entendimento da importadora, a falta de uniformidade nos preços por quilograma seria corroborada pela diferença entre os preços de exportação para o Brasil apurados para as quatro empresas que responderam os questionários do produtor/exportador (Axus, US$ 7,18/kg; Jixing US$ 2,10/kg; Longteng US$ 1,61/kg e Pengsheng US$ 2,81/kg). A aplicação do direito por meio de alíquota específica geraria, para a Leonora, indevida distorção na formação dos preços da diversa gama de lápis importados.

A propósito do cálculo do direito antidumping aplicável para os produtores/exportadores conhecidos e não selecionados, manifestou discordância quanto à inclusão da margem de dumping apurada para a Pengsheng no cálculo da média ponderada.

A Leonora entende que a margem da Pengsheng ficou prejudicada por uma decisão da própria empresa. Tendo em vista que o volume exportado pela Pengsheng é significativo no total exportado pela China e considerando a margem de dumping apurada para esse produtor/exportador, a inclusão da Pengsheng na média ponderada elevaria desproporcionalmente o direito antidumping dos produtores/exportadores conhecidos e não selecionados. Concluiu, assim, não ser razoável que o extenso rol de empresas conhecidas e não selecionadas recebam direito antidumping punitivo e sejam lesados pela ação de uma empresa apenas.

Requereu, assim, que a margem de dumping apurada para fins de determinação para Pengsheng, assim como a da Axus, não seja levada em consideração no cálculo do direito antidumping dos produtores/exportadores conhecidos e não selecionados.

Em 10 de setembro de 2020, a Longteng expressou ser adequada a aplicação do direito antidumping sob forma de alíquota específica, em US$/kg, sem apresentar argumentos para esse posicionamento. A Jixing e as associações chinesas CWIA e CCCLA manifestaram-se no sentido de que não se oporiam à eventual aplicação do direito antidumping sob forma de alíquota ad valorem.

9.2 Dos comentários da SDCOM

O direito antidumping que vigorou até 2015 sobre as importações originárias da China de lápis de madeira, aplicado sob a forma de alíquota ad valorem, foi originalmente imposto como direito provisório em agosto de 1996 e como direito definitivo em fevereiro de 1997. A título de comparação, como apontado pela BIC, o direito antidumping aplicado sobre as importações de canetas esferográficas originárias da China, imposto originalmente em 29 de abril de 2010, por meio da Resolução CAMEX nº 24, de 28 de abril daquele ano, foi aplicado sob a forma de alíquota específica (US$ 14,52/kg).

Não há previsão de hierarquia entre as diferentes formas de aplicação de direitos antidumping na normativa brasileira de defesa comercial, conforme apontado pela Leonora, sendo que esta decisão deve se basear nos fatos e argumentos aportados pelas partes interessadas em cada processo.

No que tange às manifestações das peticionárias BIC e Faber-Castell sobre a eficácia de direitos antidumping, há fundamento, neste caso concreto, para o argumento de que a aplicação sob a forma de alíquota específica pode contribuir para evitar a perda de eficácia dos direitos, pois eventuais tentativas de subfaturamento ou de absorção dos direitos antidumping podem comprometer a eficácia de direitos aplicados sob a forma de alíquota ad valorem. Assim, essa forma de aplicação de direitos também pode facilitar a atividade de fiscalização da aduaneira por parte da RFB.

Relativamente ao argumento de que a forma de aplicação sob alíquota específica facilitaria a imposição de direitos antidumping sobre as importações de lápis contidos em kits, também assiste razão às peticionárias, pois de fato é mais razoável quantificar o volume ou o número de unidades de lápis contidos em um kit do que o seu valor proporcionalmente ao valor do kit, que pode possuir ainda maior gama de variedades. Ademais, a cobrança de direitos antidumping ad valorem sobre as importações de lápis dependeria da valoração aduaneira por parte da RFB especificamente para os kits, algo que não seria necessário caso a aplicação se dê sob a forma de alíquota específica.

Já quanto ao argumento da Faber-Castell de que, sendo específico, o direito comportaria as mais diversas variedades de lápis (meio lápis, lápis com adereços, lápis de carpinteiro etc.), esta autoridade entende que isso não representa benefício em relação à alternativa de aplicação do direito sob a forma de alíquota ad valorem, que também comportaria as mais diversas variedades de lápis.

Em relação ao argumento apresentado pela Leonora no sentido de que a eventual imposição de alíquota específica afetaria desproporcionalmente os produtos mais leves em comparação aos produtos mais pesados, esta SDCOM entende que a parte interessada teria razão apenas se a forma de aplicação específica sugerida fosse em US$/unidade de lápis. No entanto, como a proposta apresentada para discussão foi a adoção de alíquota específica em US$/kg, esta autoridade discorda da afirmação da Leonora. O montante de direito antidumping a ser recolhido será proporcional ao peso do produto importado, de modo que os produtos mais leves não seriam afetados de forma desproporcional em relação aos produtos mais pesados.

Já quanto à afirmação da Leonora de que a falta de uniformidade nos preços por quilograma, corroborada pela diferença entre os preços de exportação para o Brasil apurados para os produtores/exportadores que responderam ao questionário, levaria a distorções na formação dos preços da diversa gama de lápis importados na hipótese de aplicação de alíquotas específicas, a SDCOM entende que tais diferenças de preços são refletidas nas margens de dumping e, portanto, nos direitos antidumping a serem aplicados sob a forma de alíquota específica (US$/kg).

Ainda, para os produtores/exportadores não selecionados, o direito antidumping a ser aplicado é apurado com base na média ponderada das margens de dumping apuradas para os produtores/exportadores selecionados, refletindo, portanto, o peso relativo dos produtos que compõem as cestas dos produtores/exportadores responsáveis pelos maiores volumes de exportação para o Brasil. No caso em tela, as empresas selecionadas foram responsáveis por mais de 70% do volume importado em P5, e as três empresas selecionadas que responderam ao questionário correspondem a mais da metade do volume importado. Assim, a aplicação da alíquota específica para as empresas não selecionadas refletirá a gama de lápis importados durante o período de investigação, com base no maior percentual razoavelmente investigável, nos termos do inciso II do art. 28 do Regulamento Brasileiro, da mesma forma que ocorreria em caso de aplicação do direito sob a forma de alíquota ad valorem. A título de comparação, os lápis de madeira importados, que são geralmente mais caros, em P5 representaram [RESTRITO]% das importações totaisoriginárias da China em P5.

Desse modo, esta autoridade discorda da afirmação de suposta distorção na hipótese de adoção de direitos antidumping sob a forma de alíquota específica, uma vez que i) a margem de dumping individualmente apurada reflete o produto efetivamente exportado por cada empresa ii) a margem de dumping apurada para as empresas não selecionadas reflete a margem de dumping média ponderada apurada com base nas três empresas selecionadas que responderam ao questionário e que reflete a maioria ([RESTRITO]%) das importações brasileiras do período de investigação, sendo, portanto, representativo do total importado do produto objeto da investigação.

Por todo o exposto, esta SDCOM entende que, no caso em tela, deverá ser recomendada a aplicação de direito antidumping sob a forma de alíquota específica, em US$/kg.

Sobre a inclusão da Pengsheng na apuração do direito antidumping definitivo das empresas não selecionadas, recordam-se as disposições constantes no Regulamento Brasileiro sobre a matéria:

Art. 80. Nas situações em que, nos termos do art. 28, tenha sido determinado que a análise de casos individuais resultaria em sobrecarga despropositada para o DECOM ou em impedimento à conclusão da investigação nos prazos estabelecidos, serão aplicados direitos antidumping individuais de mesmo valor para todos os produtores ou exportadores conhecidos que, mesmo não tendo sido incluídos na seleção, tenham fornecido as informações solicitadas no § 6º e no § 7º do art. 28.

"§ 1º Os direitos antidumping individuais de mesmo valor a que faz referência o caput serão calculados com base na média ponderada da margem de dumping apurada para os produtores ou exportadores incluídos na seleção efetuada nos termos do art. 28.

§ 2º Caso não tenham sido solicitadas informações, todos os produtores ou exportadores conhecidos farão jus a direitos antidumping individuais de mesmo valor.

§ 3º O cálculo da margem de dumping a que faz referência o caput não levará em conta margens de dumping zero ou de minimis.

§ 4º Para os demais produtores ou exportadores, serão aplicados direitos antidumping calculados com base na melhor informação disponível, nos termos do § 3º do art. 50. (grifo nosso)"

Logo, nos termos do § 1º do referido artigo do Decreto nº 8.058, de 2013, a forma de apuração dos direitos antidumping das empresas não selecionadas é pela média ponderada das margens de dumping apuradas para os produtores ou exportadores incluídos na seleção. No caso em tela, devem ser incluídas, portanto, as empresas Jixing, Pengsheng e Longteng e desconsiderada a margem de dumping do produtor/exportador não selecionado Axus, que respondeu ao questionário de forma voluntária. Exceção haveria se algum dos produtores/exportadores selecionados no caso tivesse apresentado margens de dumping zero ou de minimis, conforme previsto no § 3º do mesmo artigo.

Assim, não faria sentido a SDCOM incluir, como propõe a Leonora, apenas duas das três empresas selecionadas que responderam ao questionário do produtor/exportador da investigação.

Desse modo, conforme expressado pela Faber-Castell em suas manifestações, o direito antidumping a ser aplicado sobre às importações de lápis relativas às produtoras/exportadoras selecionadas corresponderá às margens de dumping apuradas pela SDCOM, uma vez que houve a utilização dos fatos disponíveis, parcialmente, para apuração ou do valor normal ou do preço de exportação das três empresas produtoras/exportadoras selecionadas; o direito antidumping a ser aplicado sobre às importações de lápis relativas às produtoras/exportadoras não selecionadas corresponderá à média ponderada das margens de dumping apuradas pela SDCOM para essas mesmas três empresas produtoras/exportadoras selecionadas; o direito antidumping a ser aplicado à empresa Axus Stationery (Shanghai) Co. Ltd. (empresa não selecionada que respondeu voluntariamente ao questionário), à empresa Suzhou Huazhong Stationery Co. Ltd (empresa selecionada que não respondeu ao questionário) e aos demais produtores/exportadores desconhecidos será apurado com base nos fatos disponíveis, conforme a margem de dumping apurada para fins de início da investigação.

Por fim, sobre a proposta das peticionárias sobre a forma de cálculo dos direitos antidumping no caso das importações de lápis incluídas em kits, entende-se que cabe ao importador informar, com veracidade e acurácia, o peso, em kg, correspondente ao produto objeto dentro do kit, estando a efetivação da operação de importação sujeita à fiscalização por parte da autoridade aduaneira. Nesse sentido, não será recomendada metodologia específica para o cálculo do direito antidumping para as importações de kits contendo lápis, tal como no direito antidumping aplicado sobre as importações de canetas esferográficas originárias da China, imposto originariamente em 29 de abril de 2010 e prorrogado por meio da Resolução CAMEX nº 11, de 18 de fevereiro de 2016.

10 DA RECOMENDAÇÃO

Consoante análise precedente, ficou demonstrada a existência de dumping nas exportações de lápis da China para o Brasil, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática.

Dessa forma, recomenda-se a aplicação de direito antidumping definitivo, por um período de até cinco anos, na forma de alíquota específica, fixada em dólares estadunidenses por quilograma, nos montantes abaixo especificados:

Direito Antidumping Definitivo

Produtor/Exportador	Direito Antidumping Definitivo (US$/kg)
Axus Stationery (Shanghai) Co. Ltd.	5,55
Zhejiang Pengsheng Stationery Co Ltd.	2,78
Jiangxi Jishui Jixing Stationery Co Ltd.	0,57
Zhejiang Jiangshan Longteng Pen Industry Co. Ltd.	0,36
Suzhou Huazhong Stationery Co. Ltd	5,55
Beifa Group Co. Ltd Binzhou Psl Pencil Co., Ltd Bnw Fortune Co.,Limited Caran Dache S.A. Colart Tianjin Art Materials Co Ltd Dalian Asian Stationery Co., Ltd	1,77
Dalian Golden Time Enterprise Co., Ltd Derwent Dongyang Sewing Equipment Fila Dixon Stationery 9kunshai Co., Ltd Guangdong Youngly Stationery Co., Ltd	
Guangming Pencil Co., Ltd Hebei Ambang Industry Group Limited Hebei Sinotools Industrial Co.,Ltd. Histar International Limited Jiande Yuanfeng Tool Co., Ltd Jiangsu Sainty Sumex Tools Corp. Ltd.	
Jiangsu Universal Industrial Co., Ltd. Jiangyan Jingong Tools Product Co.,Ltd Jinan Bee Writing Instrument Co Ltd Jinan Famefirst Stationery Co, Lta Jinan Sinocolor Trade Co., Ltd Jinxu Import & Export Co., Limited	
Linshu Deshili Import and Export Co Ltd Lishui Deyuan Arts and Stationery Co.,Ltd Linyi Guangming Pencil Co Ltd Lishui Beike Trade Co., Ltd Luohe Shuangye Stationery Co Ltd Mitsubishi Pencil (China) Ltd	
Mengcheng County Jinyuanda Pen Making Co., Ltd Nanjing Codeal Corp, Ltd. Ningbo Alaska Packing and Manufacturing Ltd. Ningbo Doublefly Imp and Exp Corp Ningbo Epene Stationery Co.,Ltd Ningbo Fengya Industry & Trade Co., Ltd	
Ningbo Hengrui Culture and Education Appliance Co., Ltd Ningbo Jiandong Fortune Ningbo Kaikai Stationery Co.,Ltd Ningbo Senior Stationery Co., Ltd Ningbo Whole Sun Stationery Co., Ltd	
Ningbo Xinteng Needle Co.,Ltd Qingyuan Hongyun Pen Industry Co., Ltd Quzhou Down Stationery Co., Ltd Shanghai Amc International Trading Co., Ltd Shanghai Harden Tools Co.,Ltd Shanghai Ming Bao Tools Co Ltd	
Shanghai Pioneer Stationery Co. Ltd Shanghai Reach Industrial Co Ltd Shantou Chenghai Canxin Plastic Factory Shenzhen Xinhua Ling Stationery Manufacturing Co Ltd	
Shenzhen Flanger Musical Instruments Co., Limited	
Shenzhen Hart Stationery Co. Ltd. Skyglory (China) Industrial Company Limited Skyglory (Yw) Stationery Co. Ltd Suzhou Aipiteke Co., Ltd	
Suzhou Maped Office Supplies Mfg Co., Ltd Weihai Gold Horse Pen Industry Co., Ltd Wenzhou Evengrown Stationery and Gift Co. Ltd. Yiwu King Top Import & Export Co.,Ltd Yiwy Hengyu Pencil Factory Yongkang Fuda Tools Co.,Ltd	
Yuyao Hualun Import and Export Co., Ltd. Zhangqiu Hongda Pencil Co., Ltd. Zhanjiang Youngly Stationery Co., Ltd. Zhejiang Abd Industry Trade Co., Ltd Zhejiang Hongye Pencil Industry Co Ltd Zhejiang Huaxing Pencil Co., Ltd	
Zhejiang Sailing Imp&Exp Co.,Ltd Zhejiang Zhendong Stationery Co. Ltd	
Demais empresas	5,55

ANEXO II

1. RELATÓRIO

O presente parecer apresenta as conclusões da avaliação final de interesse público relativa à investigação de dumping nas exportações ao Brasil de lápis de escrever, desenhar e/ou colorir originários da China, comumente classificados no item 9609.10.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática.

Tal avaliação é feita no âmbito dos processos nº 19972.101421/2019-14 (confidencial) e 19972.101420/2019-61 (público), em curso no Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Economia (SEI/ME), instaurados em 16 de agosto de 2019, por meio de publicação no Diário Oficial da União (D.O.U) da Circular SECEX nº 51, de 15 de agosto de 2019, a qual também determinou o início da referida investigação de dumping. Nos termos da Portaria SECEX nº 13/2020, art. 5º, a avaliação de interesse público é obrigatória nos casos de investigação original de dumping ou de subsídios, sendo iniciada pela Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público (SDCOM) por meio do ato da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) que der início à respectiva investigação de defesa comercial.

Especificamente, busca-se com a avaliação de interesse público responder a seguinte pergunta: a imposição da medida de defesa comercial impacta a oferta do produto sob análise no mercado interno (oriunda tanto de produtores nacionais quanto de importações), de modo a prejudicar significativamente a dinâmica do mercado nacional (incluindo os elos a montante, a jusante e a própria indústria), em termos de preço, quantidade, qualidade e variedade, entre outros?

Importante mencionar que os Decretos nº 9.679, de 2 de janeiro de 2019, e nº 9.745/2019, de 8 de abril de 2019, alteraram a estrutura regimental do Ministério da Economia, atribuindo competência a esta Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público (SDCOM) para exercer as atividades de Secretaria do Grupo de Interesse Público (GTIP), até então exercidas pela Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda (SAIN). Mais especificamente, o art. 96, XVIII, do Decreto nº 9.745/2019 prevê, como competência da SDCOM, propor a suspensão ou alteração de aplicação de medidas antidumping ou compensatórias em razão de interesse público.

1.1 Instauração da avaliação de interesse público

A Circular SECEX nº 51, de 15 de agosto de 2019, nos termos do art. 5º §1º da Portaria SECEX nº 8/2019, previu que, em se tratando de investigação original de dumping, a avaliação preliminar de interesse público seria obrigatória.

Além disso, as partes interessadas no processo de avaliação de interesse público disporiam, para a submissão da resposta ao Questionário de Interesse Público, do mesmo prazo inicial concedido para a restituição dos questionários de importador da investigação original em curso, ou seja, em 2 de outubro de 2019. As partes interessadas, contudo, solicitaram dilação do prazo de submissão de resposta ao Questionário de Interesse Público, o que foi deferido pela SDCOM.

Após a análise das informações apresentadas nas respostas ao Questionário de Interesse Público e dos elementos apresentados no âmbito do processo de investigação original acerca de medida antidumping aplicada sobre as importações de lápis de escrever, desenhar e/ou colorir originários da China, verificou-se a existência de indícios preliminares de que a aplicação das medidas de defesa comercial impactou a oferta do produto sob análise no mercado interno, de modo que se fazia necessário aprofundar a avaliação de interesse público, em especial no que concerne à existência de origens alternativas; restrições à oferta nacional em termos de preço; eventuais diferenças entre o produto nacional e o produto chinês em termos de qualidade ou variedade; e sobre as opções da oferta nacional para o fornecimento, por meio de processos licitatórios, do produto sob análise para instituições públicas.

Assim, nos termos do artigo 5º, § 1º, da Portaria SECEX nº 13/2020, foi publicada a Circular SECEX nº 12, de 3 de março de 2020, a qual, com base nos Pareceres nº 6, de 28 de fevereiro de 2020, e nº 2817/2020/ME, de 2 de março de 2020, tornou pública determinação preliminar positiva de dumping e de dano à indústria doméstica dele decorrente, conforme Anexo 1, e também as conclusões preliminares de interesse público, conforme Anexo 2. Ressalte-se que, diante da necessidade de se aprofundar a análise para se chegar a uma conclusão sobre o presente caso, e alicerçado no princípio da cautela, recomendou-se a não aplicação do direito antidumping provisório nas importações de lápis originários da China.

1.2 Instrução processual

Conforme referido acima, a Circular Secex nº 51, de 15 de agosto de 2019, tornou públicos os fatos que justificaram a decisão de abertura da investigação de dumping de referência e iniciou a presente avaliação de interesse público. Na mesma publicação foram estabelecidos os prazos que serviriam de parâmetro para a fase preliminar em defesa comercial e interesse público.

Em 23 de agosto de 2019, foram enviados à Casa Civil, à Secretaria-Geral das Relações Exteriores, ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, à Subsecretaria de Advocacia da Concorrência, ao Ministério da Educação, à ABFIAE e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), os Ofícios nº 86 a 90, 92 e 94. A partir do envio de tais correspondências, tais instituições foram convidadas a participarem da presente avaliação de interesse público como partes interessadas, fornecendo informações relacionadas a sua esfera de atuação.

Dentre as partes oficiadas, apenas a ABFIAE se manifestou como parte interessada, apresentando procuração com poderes específicos e, posteriormente, respondendo ao Questionário de Interesse Público. A Casa Civil acusou recebimento do Ofício SEI nº 86/2019/CGIP/SDCOM/SECEX/SECINT-ME em 17 de setembro de 2019, mas declinou de sua participação na presente avaliação de interesse público.

Em despacho da Coordenação-Geral de Interesse Público (CGIP) da SDCOM, de 28 de agosto de 2019, foram tornados públicos os prazos que serviriam de parâmetro para efeito do fluxo processual a ser seguido no presente caso.

Em 28 de outubro de 2019, a empresa Ladeira Comércio de Peças para Artesanatos Ltda. requereu sua exclusão do processo investigatório em razão de não haver adquirido lápis de escrever, desenhar e/ou colorir originários da China ao longo do período sob análise. Para tanto, anexou aos autos do processo a retificação da declaração de importação junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Em 1º de novembro de 2019, a empresa A.W. Faber Castell S.A. solicitou o desentranhamento, dos autos do processo público, do documento nº 4810197 (Processo SEI ME nº 19972.101420/2019-61). Na mesma data, por meio do despacho SECEX-SDCOM-CGIP nº 4817834, o referido documento foi movido para os autos confidenciais (Processo SEI 19972.101421/2019-14).

Ainda em 1º de novembro de 2019, a ABFIAE apresentou Questionário de Interesse Público em nome de 5 (cinco) associadas, quais sejam MOLIN do Brasil Comercial e Distribuidora Eireli, MAPED do Brasil Ltda., Comércio e Importação Sertic - CIS, Summit Comércio Importação e Exportação Ltda. e Tilibra Produtos de Papelaria Ltda.

Em despacho da SDCOM, de 17 de dezembro de 2019, a data para apresentação das conclusões preliminares foi redefinida para 17 de fevereiro de 2020. Ainda de acordo com o referido despacho, os demais atos e os respectivos prazos seriam oportunamente divulgados.

Em 17 de janeiro de 2020, foram remetidos ofícios às empresas Leonora Comércio Internacional Ltda., A.W. Faber-Castell S.A. BIC Amazônia S/A e à ABFIAE, requerendo as seguintes informações complementares: volumes (em toneladas) e valores (em R$) de vendas de lápis de escrever, desenhar e/ou colorir de sua empresa destinadas a licitações públicas realizadas para órgãos/entidades federais, estaduais e municipais nos anos de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018.

Dentro do prazo estabelecido nos ofícios encaminhados, as referidas solicitações foram respondidas pelas empresas BIC, Faber-Castell e Leonora e pela ABFIAE.

No dia 3 de fevereiro de 2020, a Leonora requereu à SDCOM que solicitasse às partes interessadas novas versões públicas de suas respostas sobre as informações complementares supracitadas, fornecendo seus dados de vendas com resumos restritos em números-índice, tendo em vista a determinação do §5º do Art. 9º da Portaria SECEX nº 13, de 29 de janeiro de 2020.

Em 4 de fevereiro de 2020, foram remetidos ofícios às empresas BIC Amazônia S/A, BRW Suprimentos Escolares e Escritório LTDA, Indústria Gráfica Foroni Eireli e A.W. Faber-Castell S.A. e à ABFIAE solicitando que a versão pública da Resposta ao Ofício SEI nº 12554/2020/ME - Avaliação de Interesse Público - fosse reapresentada, contendo dados e informações confidenciais na forma de números-índice ou outro indicador de maneira a permitir a compreensão sobre a natureza da informação, nos termos do § 5º, do artigo 8º da Portaria Secex nº 13/2020.

Dentro do prazo estabelecido nos ofícios encaminhados, as referidas informações solicitadas foram fornecidas pelas empresas BIC, Faber-Castell, BRW e Foroni e pela ABFIAE.

Em 2 de março de 2020, juntou-se aos autos do processo o Parecer de Conclusões Preliminares de Interesse Público.

Em 5 de março de 2020 foi publicada a Circular Secex nº 12, de 03 de março de 2020, a qual tornou públicas a determinação preliminar positiva de dumping e de dano à indústria doméstica e a avaliação preliminar de interesse público. A referida Circular decidiu, ainda, por prorrogar por até oito meses, a partir de 16 de junho de 2020, o prazo para conclusão da investigação de prática de dumping e de dano à indústria doméstica dele decorrente, nas exportações de lápis da China para o Brasil.

No dia 26 de março de 2020 o Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior do Ministério da Economia publicou no D.O.U. a Resolução nº 19, de 25 de março de 2020, por meio da qual decidiu por não aplicar, por razões de interesse público, direito antidumping provisório às importações brasileiras de lápis de escrever, desenhar e/ou colorir, originárias da China. A referida Resolução tornou públicos, ainda, os fatos que justificaram tal decisão, os quais são resumidos a seguir:

a) a imposição do direito provisório tenderia a causar oscilação imediata na dinâmica do mercado e afetar diretamente os consumidores do produto;

b) haveria indícios preliminares de interesse público de ausência de origens alternativas para importação de lápis;

c) seria necessário aprofundar a análise para verificar se a própria China poderia continuar a ser uma origem viável para o Brasil, no caso de uma medida antidumping ser aplicada nos montantes sugeridos pela SDCOM. Nessa lógica, a a análise careceria ainda de avaliação de impactos de eventual aplicação da medida antidumping, a ser realizada quando da determinação final;

d) observou-se que o preço da origem chinesa não seria rivalizado nem pela indústria doméstica e nem por origens alternativas, o que suscitaria a necessidade de aprofundar a análise sobre a existência ou não de restrição da oferta nacional em termos de preço e seus possíveis impactos ao mercado;

e) seria necessário, ainda, averiguar a representatividade do produto nos gastos do setor educacional (sobretudo de licitações públicas) e os impactos finais da medida dinâmica do mercado brasileiro;

f) os dados de importação mais recentes, posteriores ao período de análise das importações da investigação original de dumping contidas na Circular SECEX nº 12/2020, demonstravam um novo aumento do volume total importado em 2019, de 2,5% em relação a P5 (2018); e

g) considerando que os elementos supracitados deveriam ser analisados com maior profundidade para se chegar a uma conclusão definitiva sobre os elementos de interesse público atinentes ao presente caso, recomendou-se, alicerçados no princípio da cautela, a não aplicação do direito antidumping provisório nas importações de lápis originários da China.

Por meio do Despacho 7330781 da SDCOM, de 1º de abril de 2020, foram tornados públicos os prazos que serviriam de parâmetro para a fase final da presente avaliação de interesse público. No citado documento, orientou-se às partes que o prazo de encerramento da fase probatória foi estabelecido para o dia 2 de julho de 2020. Além disso, a data de 10 de setembro de 2020 foi estipulada como limite para apresentação de manifestações pelas partes interessadas, após a publicação dos fatos essenciais pela SDCOM.

Em 17 de junho de 2020, foram remetidos ofícios às empresas Leonora, Faber-Castell e BIC e à ABFIAE requerendo dados e informações sobre o grau de substitutibilidade dos tipos de produtos entre si; a respeito do impacto sobre o preço e o volume do lápis importado da China no contexto da aplicação da medida antidumping; sobre preços e volumes do lápis importado da China, sobre a aplicação da medida antidumping nos termos do parecer SDCOM nº 6/2020, em relação às importações (preços e volumes) deste produto de outras origens alternativas; sobre o dispêndio de orçamento público (municipal, estadual e federal) em compras de lápis; sobre eventuais diferenças de qualidade (durabilidade e desempenho), variedade e preço entre os lápis vendidos no mercado (pessoas jurídicas privadas e consumidor final) e aqueles vendidos a organizações públicas; e sobre a suposta priorização da Indústria Doméstica no atendimento a clientes de grande porte em detrimento de clientes de pequeno porte

Em 18 e 19 de junho de 2020, respectivamente, a ABIFIAE e a Leonora juntaram aos autos solicitações de suspensão, por 2 meses, do encerramento da fase probatória e dos prazos subsequentes a que fazem referência a Circular SECEX nº 12, de 3 de março de 2020, o que implicaria na consequente extensão do prazo de 2 de julho de 2020 estabelecido para restituição das respostas solicitadas pela Coordenação-Geral de Interesse Público da SDCOM no Ofício SEI Nº 144556/2020/ME.

Em despacho decisório da Coordenação Geral de Interesse Público (CGIP) da SDCOM, de 24 de junho de 2020, os pedidos formulados pela ABFIAE e pela Leonora foram indeferidos, mantendo-se o prazo, que se encerraria em 2 de julho de 2020, para que fossem apresentadas as informações complementares solicitadas nos ofícios supracitados.

Dentro do prazo estabelecido nos ofícios encaminhados pela Coordenação Geral de Interesse Público (CGIP) da SDCOM, as referidas informações solicitadas foram fornecidas pelas empresas BIC, Faber-Castell, Leonora e pela ABFIAE.

1.3 Histórico de investigações de defesa comercial

1.3.1 Dos direitos antidumping aplicados aos lápis de madeira em 1996, 2002 e 2009

Em 24 de novembro de 1995, as empresas Faber-Castell e a Massa Falida da Indústria Brasileira de Lápis S.A. (Labra) apresentaram petição de abertura de investigação de dumping nas exportações da China para o Brasil, de lápis de madeira com mina de cor e de grafite, classificadas na NCM 9609.10.00, mediante o Processo MICT/SAG/CGSS 52100-000401/1995-33. A investigação foi iniciada por meio da Circular SECEX nº 11, de 16 de fevereiro de 1996, aditada pela Circular SECEX nº 22, de 2 de abril de 1996.

Com a publicação, em 26 de agosto de 1996, da Portaria Interministerial MICT/MF nº 10, de 1º de julho de 1996, foi estabelecida a alíquota ad valorem de 288,5% correspondente ao direito antidumping provisório que passou a incidir nas importações brasileiras de lápis de madeira com mina de cor e de grafite originárias da China pelo período de seis meses.

Por meio da Portaria Interministerial MICT/MF nº 2, de 20 de fevereiro de 1997, impôs-se direito antidumping definitivo sob a forma de alíquota ad valorem de 202,3% nas importações brasileiras de lápis de madeira com mina de cor e alíquota ad valorem de 301,5% nas importações brasileiras de lápis de grafite, quando originárias da China.

Em 6 de novembro de 2001, Faber-Castell e Labra apresentaram petição para abertura de revisão com o fim de prorrogar o prazo de aplicação do direito antidumping nas importações brasileiras de lápis de madeira com mina de cor e de grafite originárias da China. A Circular SECEX nº 8, de 9 de fevereiro de 2002, deu início à revisão, prorrogando a vigência do direito até o término do procedimento.

Por meio da Resolução CAMEX nº 6, de 7 de fevereiro de 2003, decidiu-se, com base no Parecer DECOM nº 23, de 5 de dezembro de 2002, prorrogar o prazo de aplicação dos direitos antidumping nas importações brasileiras de lápis de madeira com mina de cor e de grafite oriundos da China por até 5 (cinco) anos, ajustando o percentual relativo aos lápis com mina de grafite para 201,4% e mantendo o atinente aos lápis com mina de cor em 202,3%.

Em 8 de novembro de 2007, Faber-Castell e Labra protocolaram petição com vistas à prorrogação do direito antidumping aplicado nas importações brasileiras de lápis de madeira com mina de cor e de grafite da China. A Circular SECEX nº 6, de 11 de fevereiro de 2008, deu início à revisão e, assim, a aplicação do direito manteve-se em vigor até o término dessa segunda revisão.

Por meio da Resolução CAMEX nº 2, de 3 de fevereiro de 2009, decidiu-se, com base no Parecer DECOM nº 2, de 13 de janeiro de 2009, prorrogar o prazo de aplicação do direito antidumping sobre lápis de madeira com mina grafite e com mina de cor, com a manutenção dos direitos antidumping em vigor, a serem recolhidos sob a forma das alíquotas ad valorem de 201,4% para o lápis com mina grafite e de 202,3% para os lápis com mina de cor.

Em 2 de setembro de 2013, a Faber-Castell protocolou petição com vistas à prorrogação do direito antidumping aplicado nas importações brasileiras de lápis de madeira com mina de cor e de grafite da China. A Circular SECEX nº 4, de 7 de fevereiro de 2014, deu início à terceira revisão, a qual foi encerrada, sem prorrogação da medida antidumping, por meio da Circular SECEX nº 1, de 2 de fevereiro de 2015, por não terem sido disponibilizadas, no prazo legal, informações imprescindíveis à avaliação da necessidade de prorrogação da medida antidumping aplicada às importações brasileiras de lápis de madeira com mina de grafite e mina de cor originárias da China.

1.3.2 Da presente investigação antidumping original

Em 30 de abril de 2019, a Faber-Castell e a BIC Amazônia (doravante denominadas em conjunto como "peticionárias da medida de defesa comercial" ou "indústria doméstica") protocolaram petição de início de investigação de dumping nas exportações para o Brasil de lápis de escrever, desenhar e/ou colorir, composto por madeira, resinas termoplásticas (resinas plásticas) ou outros materiais, contendo mina de grafite ou de cor, originários da China, e de dano à indústria doméstica dele decorrente.

Por meio da Circular SECEX nº 51, de 15 de agosto de 2019, foi iniciada investigação original para averiguar a existência de dumping nas exportações para o Brasil de lápis de escrever, desenhar e/ou colorir, originários da China e classificados no código 9609.10.00 da NCM.

Em 5 de março de 2020, foi publicada a Circular Secex nº 12, de 03 de março de 2020, a qual tornou públicas as conclusões da determinação preliminar da referida investigação. Em 21 de agosto de 2020, foi emitida Nota Técnica nº 13/2020, a qual apresentou os fatos essenciais que se encontravam em análise e que formariam a base para que a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público estabelecesse a determinação final no âmbito de defesa comercial.

1.4 Dos Questionários de Interesse Público recebidos pela SDCOM

A Circular SECEX nº 51, de 15 de agosto de 2019, em seu artigo 13, estabeleceu que as partes interessadas na avaliação de interesse público contariam com o mesmo prazo inicial concedido para a restituição dos questionários de importador da investigação original de referência para a submissão do questionário de interesse público.

Após terem sido deferidos seus pedidos de extensão de prazo de resposta em 30 dias, submeteram Questionário de Interesse Público as empresas Leonora Comércio Internacional Ltda. (Leonora), BIC Amazônia S.A. (BIC Amazônia) e A.W. Faber-Castell S.A. (Faber Castell), e a Associação Brasileira de Fabricantes e Importadores de Artigos Escolares (ABFIAE), que consolidou em um único documento as considerações de cinco associadas suas, a saber: MOLIN do Brasil Comercial e Distribuidora Eireli, MAPED do Brasil Ltda., Comércio e Importação Sertic - CIS, Summit Comércio Importação e Exportação Ltda. e Tilibra Produtos de Papelaria Ltda.

Passa-se, então, à descrição das informações apresentadas pelas partes interessadas mediante Questionário de Interesse Público.

1.4.1 Do Questionário de Interesse Público da BIC Amazônia

Em 1º de novembro de 2019, a BIC Amazônia juntou aos autos da presente investigação suas respostas ao Questionário de Interesse Público. Vale lembrar que a BIC Amazônia integra o Grupo BIC, o qual atua nos segmentos de papelaria, isqueiros e barbeadores, e também peticionária de defesa comercial componente da indústria doméstica. Com sede na França, a companhia está presente em mais de 160 países. No Brasil, a empresa possui a seguinte estrutura: BIC Brasil, BIC Amazônia e BIC Graphic.

De acordo com o questionário apresentado pela BIC Amazônia:

a) a eventual aplicação de medida antidumping não causaria impactos ao consumidor, na medida em que o mercado continuaria dispondo de produtos de origens e preços variados, tanto da indústria nacional quanto de fornecedores internacionais;

b) em que pese haver no Brasil poucos fabricantes do produto objeto de investigação de dumping, não se poderia dizer que há prática de oligopólio no mercado doméstico, por duas razões: (i) a fabricação de lápis seria uma atividade econômica que poderia ser explorada por qualquer empresa que disposta a investir no país, havendo no mercado mundial inúmeros fabricantes que poderiam facilmente ingressar no mercado brasileiro; e (ii) o mercado mundial disporia de uma gama enorme de produtores de lápis, havendo no país liberdade total na importação e oferta desse produto, que possibilitaria uma acirrada concorrência entre produtos;

c) não haveria riscos de desabastecimento ou interrupção de fornecimento em caso de aplicação de medida antidumping, uma vez que a indústria doméstica estaria operando com capacidade ociosa de produção e com estoques altos, possuindo capacidade instalada e produtividade suficiente para atendimento da demanda nacional;

d) não se identificariam distinções relevantes entre os produtos da indústria doméstica e os similares de outras origens em termos de informações técnicas, porquanto todos os produtos estariam sujeitos ao atendimento de normas técnicas aplicadas para artigos escolares, definidas pela Portaria Inmetro nº 481, de 7 de dezembro de 2010, e pela Norma ABNT NBR 15236:2012.

1.4.2 Do Questionário de Interesse Público da Faber-Castell

Em 1º de novembro de 2019, a Faber-Castell submeteu suas respostas ao Questionário de Interesse Público. A referida empresa, peticionária em defesa comercial e também componente da indústria doméstica, informou deter cerca de 3.000 colaboradores e ser formada por uma unidade de produção em São Carlos (São Paulo), uma unidade de produção de mudas e operações florestais com industrialização da madeira em Prata (Minas Gerais), uma unidade de fabricação de produtos plásticos em Manaus (Amazonas) e uma área de preservação permanente em Morretes (Paraná).

De acordo com o questionário apresentado pela Faber-Castell:

a) a utilização de medidas de defesa comercial de maneira justa, equilibrada e de acordo com as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC) seria legítima e fundamental para a correção de distorções indevidas decorrentes de eventuais práticas desleais de comércio;

b) a indústria doméstica teria capacidade instalada disponível, capaz de atender imediatamente a qualquer demanda do mercado brasileiro;

c) os produtos fabricados pela indústria doméstica seriam de qualidade certificada (ISO 9.001), fruto de grandes e constantes investimentos realizados no desenvolvimento dos processos produtivos e de materiais, atendendo, em todos os aspectos, as normas e padrões técnicos estabelecidos para o produto similar;

d) a indústria doméstica se manteria - em decorrência de seus constantes e expressivos investimentos - na dianteira dos avanços tecnológicos relativos ao produto objeto da análise;

e) a eventual aplicação de medida antidumping permitiria a reversão de supostos danos à indústria doméstica, garantindo a comercialização de seus produtos de forma competitiva e justa, viabilizando o devido retorno de seus investimentos e, como consequência, a manutenção de seus contínuos investimentos em tecnologia, inovação e competitividade;

f) a aplicação da medida antidumping implicaria em impactos positivos na cadeia a montante, permitindo o desenvolvimento saudável também dos fornecedores nacionais de insumos.

1.4.3 Do Questionário de Interesse Público da Leonora

Em 1º de novembro de 2019, a Leonora apresentou suas respostas ao Questionário de Interesse Público. Esta empresa informou ser importadora e distribuidora de lápis do Brasil, com atuação na revenda do produto sob análise no mercado doméstico a clientes atacadistas e varejistas.

De acordo com o questionário apresentado pela Leonora:

a) as peticionárias da investigação da prática de dumping nos lápis de madeira e de resina exportados da China (Faber-Castell e BIC) seriam subsidiárias de grandes grupos internacionais e usufruiriam de posição oligopolista na produção brasileira de lápis, possuindo juntas mais de 95% da produção brasileira de lápis;

b) O mercado brasileiro contaria com quase 20 anos de proteção em decorrência da aplicação de direitos de antidumping contra as importações chinesas com alíquotas proibitivas, direito esse que teria vigorado de 1997 a 2015 e que agora tencionaria retornar, alargando-se a proteção de mercado também para o lápis de resina;

c) não fossem as importações de lápis chinês apresentando-se como uma alternativa, o consumidor final brasileiro teria pouquíssimas opções de consumo, vendo-se refém de estratégias bem-sucedidas de marketing que o fariam desembolsar mais por produtos de qualidade semelhante em decorrência do "preço da marca" que lhes seria imposto pelas oligopolistas nacionais;

d) os lápis importados da China cumpririam também uma função social no Brasil na medida em que os kits escolares constituiriam ferramenta importante de incentivo à manutenção dos alunos nas escolas, do ensino infantil ao ensino médio, atendendo primordialmente aqueles de baixa renda;

e) a maior parte dos produtos da Leonora seria destinada a licitações de órgãos públicos. Esses processos licitatórios seriam decididos pelo fator preço. Com a eventual sobretaxa dos produtos importados, uma vantagem competitiva artificial seria gerada em favor da indústria nacional, o que supostamente deixaria os importadores e seus parceiros em desvantagem perante a concorrência.

Anexo ao Questionário, a Leonora juntou consulta feita à Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE) do Governo do Estado de São Paulo, segundo a qual os lápis de mina de grafite e os lápis de mina colorida representariam, respectivamente, cerca de 5% e 9% do custo total do kit escolar objeto de licitações pelo órgão. Ainda de acordo com as informações contidas no documento da FDE, um eventual "acréscimo significativo" no preço unitário do lápis poderia ensejar a redução de sua quantidade no kit escolar fornecido por essa instituição.

1.4.4 Do Questionário de Interesse Público da ABFIAE

Em 1º de novembro de 2019, a ABFIAE juntou aos autos da presente investigação suas respostas ao Questionário de Interesse Público. De acordo com informações do sítio eletrônico da ABFIAE (Erro! A referência de hiperlink não é válida.), a associação surgiu em 2011, com o objetivo de representar a indústria e os importadores de artigos de papelaria. Conta atualmente, com 11 empresas associadas, dentre os principais fabricantes e importadores de instrumentos de escrita, mochilas, lancheiras e acessórios de informática.

De acordo com o questionário apresentado pela ABFIAE:

a) no mercado internacional, somente a China seria capaz de prover a variedade de produtos demandados pelo consumidor brasileiro;

b) a China também teria se especializado e se tornado o maior fabricante e maior exportador do mundo de lápis de madeira, devido à grande quantidade de florestas que possui em seu território, aliado à grande disponibilidade de mão-de-obra. Os fabricantes chineses atualmente produziriam para a maior parte das marcas mundiais;

c) a aplicação de medidas de defesa comercial não inibiria a importação do lápis chinês, mas puniria os consumidores desses mercados que arcariam com o custo de sobretaxas incidentes sobre o produto importado;

d) existiriam vários indícios de abuso de poder de mercado por parte da indústria doméstica, tais como compra de áreas nos pontos de venda desproporcionais às extensões de suas linhas de produto (itens de estoque), investimento em redes para assegurar liderança, bloqueio de competidores por meio de contratos informais de exclusividade e patrocínio de lista de material;

e) a indústria doméstica privilegiaria o atendimento aos grandes clientes, comprometendo a entrega aos clientes de pequeno e médio portes;

f) a produção doméstica de lápis de madeira estaria limitada a apenas um fabricante. Embora seus produtos possuam uma qualidade aceitável, a relação custo-benefício seria desfavorável ao consumidor.

Ainda que associada da ABFIAE e representada por essa instituição na presente avaliação de interesse público, a empresa Summit Comércio Importação e Exportação Ltda., apresentou em 1º de novembro de 2019, considerações adicionais a respeito de eventuais impactos sociais e ambientais decorrentes de uma eventual imposição de medida antidumping às importações de lápis oriundos da China.

Nas referidas considerações, a Summit argumentou que:

a) manteria relações comerciais apenas com fornecedores que possuíssem uma postura social acima de qualquer suspeita;

b) realizaria trabalho relevante em prol da diminuição do gap educacional no Brasil por meio de sua Escola Criativa TRIS. Dentre as ações executadas, destacar-se-iam eventos para professores, pais e alunos, sem qualquer custo para estes públicos; e

c) desenvolveria ações de sustentabilidade ambiental em parceria com seu fornecedor chinês, por meio das quais comercializaria apenas produtos de madeira reflorestada, utilizaria embalagens de papel e estaria implementando um programa de logística reversa para atender a lei de gestão de resíduos.

2. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO

Na avaliação final de interesse público em defesa comercial, serão considerados os seguintes elementos: 1) características do produto, cadeia produtiva e mercado do produto sob análise; 2) oferta internacional do produto sob análise; 3) oferta nacional do produto sob análise; e 4) impactos da medida de defesa comercial na dinâmica do mercado nacional. A figura abaixo apresenta os elementos que se espera analisar nessa avaliação final:

Figura 1 - Elementos da análise de avaliação preliminar

Como referência para fins de interesse público e para efeito da análise relativa ao início da investigação, considerou-se o período de janeiro de 2014 a dezembro de 2018, análogo ao período de análise de dano da investigação de defesa comercial de referência, dividido da seguinte forma:

P1 - janeiro de 2014 a dezembro de 2014;
P2 - janeiro de 2015 a dezembro de 2015;
P3 - janeiro de 2016 a dezembro de 2016;
P4 - janeiro de 2017 a dezembro de 2017; e
P5 - janeiro de 2018 a dezembro de 2018.

No caso das importações brasileiras, no sentido de compreender a evolução das importações em face aos direitos antidumping aplicados às importações de lápis de madeira foram analisados também os anos de 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013.

2.1 Características do produto, da cadeia produtiva e do mercado do produto sob análise como insumo ou produto final

2.1.1 Características do produto sob análise

O produto objeto da investigação são os lápis de escrever, desenhar e/ou colorir, composto por madeira, resinas termoplásticas (resinas plásticas) ou outros materiais, contendo mina de grafite ou de cor, à base de carbonatos tingidos por pigmentos ou corantes, exportados da China para o Brasil.

Os lápis de mina de grafite apresentam, geralmente, as seguintes características: diâmetro de 7 a 8 mm e aproximadamente 180 mm de comprimento, de seção circular, triangular, sextavada ou qualquer outro formato, apontados ou não, com ou sem borracha envernizados em uma ou mais cores ou impressão fantasia (figuras variadas). A mina de grafite apresenta, usualmente, diâmetro de 2 a 3 mm.

Os lápis de mina de cor, por sua vez, apresentam as seguintes características: diâmetro de 7 a 8 mm e aproximadamente 180 mm de comprimento, de seção circular, triangular, sextavada ou qualquer outro formato, apontados ou não, envernizados em até 48 cores, de acordo com a cor da mina, gravados a quente. A mina pastel (colorida) apresenta, usualmente, diâmetro de 2 a 4 mm.

Cumpre destacar que, segundo informado pelas peticionárias da medida de defesa comercial, embora as dimensões acima sejam as mais usuais para a grande maioria dos lápis encontrados no mercado, seria possível encontrar lápis de grafite ou lápis colorido com dimensões diferenciadas, tanto no diâmetro, quanto no comprimento ou na aparência. Tais variações, contudo, não alterariam a característica e a finalidade dos produtos, destinando-se, da mesma forma, ao uso escolar, recreativo, educativo, profissional e escrita em geral.

Os lápis para carpintaria e/ou marcenaria, também incluídos no objeto da investigação, usualmente apresentam aparência distinta específica, com aproximadamente 176 mm de comprimento, de seção normalmente oval ou quadrada com dimensões normalmente de 9,10 x 7,4 mm, contendo mina de grafite especial retangular de 5 x 2 mm, sendo apresentados, em geral, não apontado, sem borracha e envernizado em cores.

A propósito especificamente dos lápis para carpintaria e/ou marcenaria, a importadora OVD requereu, em 2 de julho de 2020, sua exclusão do produto objeto da presente investigação. A importadora alegou que os referidos lápis, que não alcançariam 3% das importações brasileiras, apresentariam aparência absolutamente distinta dos lápis ditos de uso escolar ou artístico. Ademais, os lápis de carpintaria e/ou marcenaria, durante todo o período de vigência da aplicação de medida antidumping sobre lápis de madeira, inclusive nas respectivas revisões, teriam sido excluídos do processo.

Por meio da Nota Técnica SDCOM nº 13, de 21 de agosto de 2020, o requerimento de exclusão supracitado foi refutado, uma vez que não foram apresentados elementos objetivos para afastar a inclusão dos lápis de carpintaria e/ou marcenaria do escopo da investigação. Ressalte-se que a análise de escopo do produto objeto da investigação se insere em matéria de defesa comercial, não cabendo tecer comentários na presente avaliação de interesse público.

Em relação às minas, a colorida é produzida à base de silicatos, estabilizantes e tingidos por pigmentos ou corantes. A preta (de grafite) é composta por argila e grafite, sendo a proporção empregada desses materiais o que caracteriza a gradação (dureza) do lápis e o grau de preto da mina (poder de cobertura). O padrão internacional utilizado para diferenciar os tipos de gradações são 9H até 2H, H, F, HB, B, 2B até 9B, começando do traço mais duro e claro até o mais macio e preto.

Figura 2 - Gradações dos Lápis

Fonte: Questionário de Interesse Público apresentado pela Faber-Castell, pg. 3 (documento SEI 4817622 presente no Processo SEI ME nº 19972.101420/2019-61).

De acordo com a Nota Técnica SDCOM nº 13, de 21 de agosto de 2020, os lápis de escrever, desenhar e/ou colorir não são um produto totalmente homogêneo, apresentando algumas variações em razão do tipo de mina (grafite ou cor), da composição da parte externa (resina, madeira, material reciclado, outros materiais e mescla destes), de diferentes dimensões (diâmetros, comprimentos variados) e da forma de seção (circular, triangular, sextavada ou outro formato).

Além disso, conforme o referido parecer, apesar das diferenças nos insumos e no processo de fabricação, os lápis de resina plástica pouco se diferenciam, em termos de aparência, do lápis de madeira. Na etapa final de sua fabricação, o produto é conformado, resfriado, cortado, acabado e embalado de acordo com a necessidade.

No que se refere aos usos e aplicações, o lápis objeto da investigação é destinado ao uso escolar, educativo, recreativo, artístico e profissional. Depreende-se daí que o referido produto não é empregado como insumo para a fabricação de outros bens, mas utilizado diretamente pelo consumidor final. Portanto, para efeito desta análise de interesse público, os lápis de escrever, desenhar e/ou colorir são considerados um produto final.

2.1.2 Cadeia produtiva do produto sob análise

Consoante informado pela Faber-Castell em seu Questionário de Interesse Público, os equipamentos utilizados na produção de lápis madeira de grafite e de lápis de madeira de cor seriam os mesmos: descascador de toretes, serra de fita, secadores, balanças, batedores, misturadeiras, prensas, secadores, fornos, centrífugas, encoladeiras, máquinas de usinar madeira, envernizadeiras, carimbadeiras, apontadeiras, impressoras, guilhotinas, embaladoras e seladoras.

As etapas de produção também seriam basicamente as mesmas e as diferenciações só diriam respeito às características intrínsecas às minas ou à organização do processo produtivo, visando sua eficiência.

Segundo a Faber-Castell, inicialmente, as toras das árvores de reflorestamento (normalmente, tipo pinheiro) seriam descascadas, transportadas e cortadas no formato de tabuinhas. Após secagem em estufa, as espessuras das tabuinhas seriam definidas em razão do diâmetro dos lápis a serem fabricados.

Seria, então, feita uma ranhura na tabuinha, passada a cola e introduzida a mina (de grafite ou de cor) para, então, se fazer uma espécie de "sanduíche" com outra tabuinha, sendo o lápis, em seguida, usinado. Após, seriam aplicados as tintas e os vernizes para o acabamento, tanto no lápis de grafite quanto no lápis de cor.

O processo de fabricação das minas introduzidas entre as tabuinhas seria distinto para minas de grafite e minas de cor. Para ambas as minas, haveria as seguintes etapas: mistura e homogeneização das matérias-primas, prensagem, extrusão (para dar formato à mina), secagem (para minas de cor) ou sintetização (para minas de grafite). Contudo, no processo de produção da mina de cor, seriam utilizados pigmentos, aglutinantes, cargas inertes e ceras e, na fabricação de minas de grafite, seriam usados argila tratada e grafite moído, obtendo-se uma massa prensada.

Finalmente, os lápis de madeira de grafite e de cor seriam pintados, carimbados, envernizados, apontados e embalados.

Figura 3 - Processo Produtivo do Lápis de Madeira

Fonte: Questionário de Interesse Público apresentado pela Faber-Castell, Anexo II (documento SEI 4817622 presente no Processo SEI ME nº 19972.101420/2019-61).

De acordo com a BIC Amazônia, a fabricação do lápis de resina plástica, por sua vez, consistiria em um processo de extrusão de resinas termoplásticas, que formariam camadas ao redor de uma principal chamada "mina". As matérias-primas então seriam sobrepostas, formando o lápis. O lápis poderia ser fabricado integralmente com resinas plásticas ou com composto misto, de madeira e resina e as minas poderiam ser de grafite preto ou coloridas.

Para isso, o setor de fábrica de lápis conta com três linhas de extrusão equipadas com um sistema de alimentação automática das matérias-primas plásticas poliestirenos cristal e de alto impacto, e um depósito funil para alimentação manual dos dosadores de corante para cada extrusora. O sistema suga todas as matérias-primas plásticas dos boxes e do silo de distribuição.

Depois do processo de extrusão, o lápis de resina plástica standard já conformado (hexagonal ou redondo) é cortado com comprimento um pouco maior que o tamanho final. Esse "lápis bruto" é esticado antes de entrar na máquina CMP (corta, marca e aponta), onde é realizado um segundo corte no lápis, mais preciso que o primeiro. A seguir, é feita a marcação do logotipo da empresa, via hot stamp, sendo o lápis, então, apontado ou não, de acordo com a necessidade.

Após o processo de acabamento, os lápis de resina são embalados em caixas denominadas "vai e vem", de até 2.000 peças. Essas caixas são colocadas em um pallet padrão de 100.000 peças, que, por sua vez, é armazenado na área de "material em processo" até que seja movimentado para uma máquina de embalagem específica.

Ao final, os lápis de resina podem ser embalados de três maneiras: (i) a granel, em caixa com 2.000 lápis, logo após a embalagem em caixa de papelão "vai e vem"; (ii) em caixa com 1.728 lápis, embalados em 12 caixas de 12 cartuchos com 12 lápis cada, por uma máquina automática chamada "encartuchadora"; e (iii) caixa com 1.728 lápis embalados com 24 cartuchos com 72 lápis cada, onde é utilizada uma máquina contadora de marca com alimentação manual de lápis em funil superior

Figura 4 - Processo Produtivo do Lápis de Resina

Fonte: Questionário de Interesse Público apresentado pela Bic Amazônia, pg. 4 (documento SEI 4817975 presente no Processo SEI ME nº 19972.101420/2019-61).

Para a ABFIAE, a diferença entre os processos produtivos do lápis de madeira e do lápis de resina acarretaria diferenças significativas de características do produto, tais como desempenho, resistência e impacto ambiental.

Quanto à configuração da cadeia produtiva do produto sob análise, a ABFIAE informou que os elos principais a montante afetados seriam o setor madeireiro (no caso do lápis de madeira) e o segmento de resinas plásticas (no caso do lápis de resina), enquanto que o elo a jusante afetado envolve todo o setor atacadista/varejista com impacto direto nos consumidores brasileiros de lápis, desde o público infantil até o adulto.

Especificamente em relação à cadeia a jusante, a ABFIAE coletou "cartas de apoio" de diversas associações empresariais e empresas individuais que fariam parte do elo da cadeia produtiva dos lápis de madeira e de resina -, distribuídas em diversas regiões do Brasil. De acordo com a ABFIAE, tais associações e empresas configurariam uma amostra bastante representativa da cadeia a jusante - constituída por atacadistas, distribuidores, varejistas, magazines e lojistas do segmento de produtos escolares e de escritório - e seriam responsáveis pela distribuição de todas as marcas do setor junto aos micro, pequenos e médios comerciantes, atendendo juntos dezenas de milhares de pontos de venda.

A Leonora, por sua vez, relatou que os elos a jusante da cadeia produtiva do lápis compreendem, de um lado, os magazines, as papelarias e as lojas especializadas até chegar ao consumidor final; de outro lado, envolvem as empresas que participam das licitações governamentais, os governos federal, estaduais e municipais e o consumidor final.

A BIC informou que adquire os insumos para fabricação de seus lápis de resina tanto no mercado externo como no mercado interno. Sua cadeia a jusante compreende os centros de distribuição, os clientes atacadistas, os clientes varejistas e o consumidor final. As vendas para partes relacionadas (Pimaco, BIC Graphic e Grêmio) são destinadas à revenda, nos termos da Circular SECEX nº 12 de março de 2020.

A Faber-Castell relatou que sua cadeia produtiva a montante envolve o manejo de florestas e a extração e transporte de madeira até a fábrica. Em relação aos elos a jusante da cadeia produtiva, a Faber-Castell classificou a categoria de seus clientes de acordo com os seguintes critérios: 1- venda direta (funcionários); 2 - distribuidor autorizado; 3 - outros distribuidores; 4 - atacado/varejo; 5- marca própria e 6- licitação.

A este propósito, a Faber-Castell destacou ainda que o produto sob análise seria um produto final fabricado pela indústria doméstica e importado pelos associados da ABFIAE e pela Leonora - além de outros importadores. Assim, essas empresas não participariam da cadeia de produção do produto sob análise, tratando-se, na verdade, de empresas exclusivamente importadoras e distribuidoras, cuja finalidade seria a comercialização deste produto no mercado, para a mesma utilização destinada ao uso escolar, educativo, recreativo, profissional e escrita em geral.

A Faber-Castell apresentou, ainda, cartas de empresas posicionadas no elo a montante da cadeia produtiva, apoiando a aplicação do direito antidumping por estarem, supostamente, sendo afetadas indiretamente em decorrência do dano sofrido pela indústria doméstica.

A Associação de Instrumentos de Escrita da China (CWIA) e a Câmara de Comércio da China para Importação e Exportação de Produtos Industriais Leves e Artesanato (CCCLA) argumentaram que os lápis seriam o produto final de sua cadeia produtiva, ou seja, os lápis não seriam usados como matéria prima para a fabricação de outros produtos. Portanto, após sua produção não haveria que se falar em elo a jusante.

Diante das informações relatadas acima e para fins de avaliação final de interesse público, conclui-se que a cadeia produtiva a montante do lápis de madeira é significativamente diferente daquela do lápis de resina, mas que no elo a jusante, por se tratar de produto final, encontram-se igualmente empresas de distribuição e revenda, sem distinção pelo tipo de lápis.

2.1.3 Substitutibilidade do produto sob análise

De acordo com a Faber-Castell e com a BIC Amazônia, não haveria, pela ótica da compra, substitutos aos lápis de escrever, desenhar e/ou colorir. Consoante a BIC Amazônia:

Ainda que se possa considerar que uma lapiseira possa substituir um lápis de grafite ou de que um giz de cera possa substituir um lápis de cor e que, nesse caso, haveria um dispêndio de valor maior por um produto que pudesse ser um substituto, tal substituição jamais ocorreria na prática, porquanto sempre haverá uma oferta muito grande de lápis de cor ou de grafite, seja pela produção da indústria doméstica, seja pela oferta de produtos importados originários de grandes países produtores, de modo que a aplicação de uma medida de dumping contra a China, jamais ocasionaria a necessidade de substituição do produto no mercado.

Adicionalmente, a BIC Amazônia argumentou que o conceito de substitutibilidade de produto guarda relação direta com a definição de similaridade de produto. Com efeito, nos termos do artigo 9º do Decreto 8.058, a similaridade de um produto é avaliada com base em critérios objetivos diversos e, dentre estes, o seu grau de substitutibilidade. Segundo a empresa, os lápis de resina e de madeira são similares em característica físicas, normas e especificações técnicas, usos e aplicações, grau de substitutibilidade e canais de distribuição, e se diferenciam apenas em relação à matéria-prima, composição química e processo de produção.

Ainda de acordo com a BIC Amazônia, a similaridade de produtos estaria intrinsecamente relacionada com as variáveis que caracterizariam o conceito de substitutibilidade, quais sejam a variedade, o uso, a funcionalidade, a qualidade e o preço. Nesse sentido, a BIC Amazônia concluiu haver elevado grau de substitutibilidade entre os lápis de resina e os de madeira, tanto de fabricação nacional quanto importados do país investigado ou até mesmo de qualquer outro país.

A Faber-Castell relatou haver alto grau de substitutibilidade, de forma geral, entre os lápis de madeira e de resina e entre os lápis fabricados pela indústria doméstica e aqueles importados da origem investigada e de outros países. Destacou ainda que não haveria diferenças relevantes entre esses produtos, especialmente em relação à variedade da oferta e a seus usos e funcionalidades. Contudo, a Faber-Castell argumentou que as diferenças de preço praticado pelos produtores/exportadores chineses em relação ao preço do produto similar nacional decorreriam do fato de que o governo chinês estaria a interferir em aspectos macro e microeconômicos daquela economia, de maneira tal que os custos de produção e os preços não seriam formados em condições de economia de mercado no segmento produtivo em questão.

Adicionalmente, a Faber-Castell informou que não existiria diferença de qualidade intrínseca ao produto importado em relação ao produto fabricado no Brasil. Entretanto, eventuais diferenças de qualidade entre o produto importado e o produto doméstico decorreriam de falhas de controle de qualidade do processo produtivo de determinados fabricantes/exportadores. Em suas manifestações finais, a Faber-Castell reiterou os argumentos de similaridade entre os lápis de madeira e os de resina.

A Leonora informou não haver substituto ao lápis importado da China, em razão do baixo custo e da boa qualidade que esse produto apresenta. Destacou ainda que desconhece haver diferenças substanciais entre o produto importado da China e aqueles produzidos nacionalmente em termos de usos e funcionalidades. Além disso, a empresa concordou com a BIC Amazônia no que se refere à semelhança de qualidade e à substitutibilidade entre o produto nacional e importado. Ratificou entendimento da peticionária de defesa comercial que o preço é um fator significativo na escolha do consumidor, em relação a diferenças nos custos de produção entre lápis de resina e de madeira.

A Leonora argumentou, no entanto, que tais diferenças de custo não afetariam a qualidade dos lápis de resina. Para corroborar seu argumento, a Leonora citou pesquisa (vide detalhes no item 2.3.3 do presente parecer) realizada pela Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), do Governo do Estado de São Paulo, cujos resultados demonstraram que os alunos investigados atribuíram notas superiores aos lápis de resina em comparação com os lápis de madeira.

A ABFIAE, a exemplo da Leonora, também considerou que não existiria substituto ao lápis importado da China, em razão de problemas de qualidade e de volume de produção que supostamente ocorreriam em outras origens exportadoras. Além disso, a ABFIAE argumentou que a certificação exigida pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) e o licenciamento prévio de importação seriam fatores que inviabilizariam os substitutos dos lápis importados da China.

Quanto à substitutibilidade entre os lápis fabricados em madeira e aqueles produzidos em resina, a ABFIAE argumentou que ambos são substitutos entre si. As diferenças se observaram especialmente no processo produtivo (os processos de fabricação do lápis de madeira e do lápis de resina seriam completamente diferentes); no material utilizado (madeira x resina); no desempenho (resistência à quebra da ponta, aderência entre as partes, apontabilidade manual, comprimento da escrita, cobertura da escrita, maciez e apagabilidade da escrita); na utilização (profissionais e artistas prefeririam utilizar os lápis de madeira); e no impacto ambiental (os lápis de resina produziriam prejuízo ecológico). Segundo a ABFIAE, tais diferenças se refletiriam no diferencial de preço entre os lápis de madeira e os lápis de resina.

Em suas manifestações finais de 10 de setembro de 2020, a ABFIAE defendeu mais uma vez que o produto objeto da investigação - lápis de escrever, seja composto por madeira ou resinas termoplásticas - não contaria com substitutos no mercado nacional. Ademais, no seu entender, apesar de ser possível caracterizar os lápis de madeira e os de resina como similares, eles não seriam necessariamente substitutos. Nesse sentido, argumentou que existiria um descompasso entre a oferta da indústria doméstica, composta majoritariamente por lápis de madeira ([CONFIDENCIAL] 90-100% de P1 a P5), e a oferta do produto importado da China, composta em 61,1% por lápis de resina no período de análise.

Nas manifestações finais da BIC, a empresa afirmou que a questão da substitutibilidade já teria sido exaustivamente discutida e que os lápis de madeira e de resina seriam substitutos em todas as variáveis, como variedade, uso, funcionalidade, qualidade e preço. A norma ABNT NBR 15795 incluiria na definição de lápis aqueles revestidos por madeira, mas também por outros materiais, como polímeros e papel.

Ponderados os argumentos das partes, verifica-se que os lápis de escrever, desenhar e/ou colorir contam com produtos substitutos em determinadas funcionalidades, como lapiseiras ou giz de cera, conforme destacado pela BIC. Tais produtos, no entanto, tendem a ser comercializados em patamares de preços mais elevados e não há evidências nos autos de que exerceriam pressão competitiva em relação ao produto analisado, evidenciando-se uma limitação econômica em termos de substituição para tais itens (lapiseiras e giz de cera).

No que diz respeito às discussões sobre substitutibilidade entre os lápis de madeira e os lápis de resina, conclui-se que os produtos são substitutos entre si. Ainda que esse não fosse o caso, a inclusão de lápis de madeira e de resina no escopo do produto objeto da investigação não diz respeito em princípio à análise de interesse público, uma vez que pertence à matéria de defesa comercial a definição do escopo do produto ora investigado e de sua similaridade ao produto nacional. Observa-se, nesse sentido, que as duas variações do produto são produzidas tanto pelos produtores/exportadores chineses quanto pela indústria doméstica brasileira, substitutos entre si em termos de usos, aplicações e qualidade.

2.1.4 Concentração do mercado do produto sob análise

Nesta seção, busca-se analisar a estrutura de mercado, de forma a avaliar em que medida a aplicação do direito antidumping pode influenciar a relação entre estrutura do mercado e de concorrência, como, por exemplo, em termos de rivalidade e de eventual poder de mercado da indústria doméstica.

De acordo com as informações contidas no Processo SECEX nº 19972.101420/2019-61, o produto similar doméstico conta com quatro produtores nacionais, quais sejam Faber-Castell, BIC Amazônia, Injex Pen Indústria e Comércio de Artigos Plásticos Ltda. e Ecole Indústria e Comércio de Lápis Ltda. As peticionárias Faber-Castell e BIC Amazônia responderam por mais de 95% da produção nacional total do produto similar em P5.

Em suas manifestações finais, a ABFIAE argumentou que a eventual imposição de sobretaxa aos lápis importados da origem investigada certamente levaria a uma alta concentração do mercado brasileiro, uma vez que, para além das peticionárias, outros fabricantes têm presença marginal no mercado. Ademais, a ABFIAE ressaltou que o recurso a fontes alternativas no exterior seria limitado pelo fato de que o desenvolvimento de parcerias comerciais requereria um processo bastante complexo e demorado de certificação de fábrica e homologação de produto.

A ABFIAE registrou ainda em suas manifestações finais que os impactos decorrentes da pandemia da COVID-19 conjugados com a nova política macroeconômica (câmbio elevado e juros baixos) do governo brasileiro contribuirão para a redução das importações e, consequentemente, para o aumento da concentração do mercado brasileiro.

Em suas manifestações de 1º de novembro e 16 de dezembro de 2019, a BIC Amazônia alegou desconhecer a existência de oligopólio, duopólio e/ou monopólio no fornecimento de lápis no Brasil. Segundo essa produtora, o mercado brasileiro estaria totalmente aberto à concorrência internacional e a ampla oferta de lápis de diferentes marcas, origens e preços - notadamente pelos grandes importadores - demonstraria a livre concorrência no país.

A Faber-Castell também contestou o argumento da ABFIAE quanto à suposta posição oligopolista das peticionárias, uma vez que essas não seriam as únicas produtoras nacionais do produto sob análise. Ainda de acordo com a Faber-Castell, mesmo se esse fosse o caso, não haveria que se falar na existência de oligopólio, duopólio ou monopólio, uma vez que o mercado brasileiro estaria aberto à concorrência internacional de todas as origens, inclusive para os mais de 50 produtores/exportadores chineses que teriam exportado ao Brasil no período em análise. Em suas manifestações finais de 10 de setembro de 2020, a Faber Castell reiterou os argumentos, alegando inexistência de "poder de mercado" por parte da indústria doméstica, já que essa teria representado apenas [CONFIDENCIAL] 20-30% das vendas no mercado brasileiro em P5.

Nas manifestações finais de 10 de setembro de 2020, a ABFIAE alegou que a expiração do direito antidumping aplicado aos lápis de madeira não teria contribuído para aumento da competitividade do mercado, tendo em vista que o mercado teria se direcionado ao longo do da vigência da medida à aquisição do lápis importado de resina. Em análise das estatísticas das importações de lápis, disponíveis na ferramenta Comex Stat, a ABFIAE argumentou que a China já teria perdido participação no volume total importado de janeiro a agosto de 2020, quando se compara com o mesmo período dos anos anteriores. A Associação fez menção também à elevação do câmbio em período recente, pontuando que o real teria se desvalorizado em 38,7% frente ao dólar da data de protocolo da petição da investigação de dumping (30/04/2019) até o final de agosto de 2020. Tal fator já reduziria consideravelmente a competitividade das importações no mercado brasileiro.

Em relação às manifestações interpostas sobre concentração do mercado brasileiro, reitera-se que se busca na presente análise, no âmbito de interesse público, o entendimento do impacto da imposição da medida antidumping sobre os agentes econômicos como um todo em comparação aos efeitos positivos da aplicação da medida de defesa comercial, podendo ser levados em consideração, entre outros fatores, a estrutura de mercado e concorrência em temos do produto analisado, uma vez que a existência de estruturas concentradas pode conduzir ao poder de mercado das empresas e, consequentemente, a diminuição do bem-estar da economia.

Nesse contexto, o Índice Herfindahl-Hirschman (HHI) pode ser utilizado para o cálculo do grau de concentração dos mercados. Esse índice é obtido pelo somatório do quadrado das participações de mercado de todas as empresas de um dado mercado. O HHI pode chegar até 10.000 pontos, valor no qual há um monopólio, ou seja, há uma única empresa com 100% do mercado.

De acordo com o Guia de Análise de Atos de Concentração Horizontal, emitido pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), os mercados são classificados da seguinte forma:

a) Não concentrados: HHI abaixo de 1500 pontos;

b) Moderadamente concentrados: HHI entre 1.500 e 2.500 pontos; e

c) Altamente concentrados: HHI acima de 2.500.

No caso em análise, o índice HHI foi calculado de forma ampla, englobando a participação da indústria doméstica, de outros produtores nacionais, e de produtores/exportadores de outros países. Quando identificadas partes relacionadas dos produtores domésticos nas estatísticas de importação, tais operações foram somadas às vendas das empresas brasileiras para adequada apuração do grau de concentração do mercado. Os dados de participação e índices de concentração por período estão descritos na tabela a seguir.

Tabela 1 - Participação (%) no Mercado Brasileiro de Lápis e Cálculo do Índice HHI (continua...)

[CONFIDENCIAL]

	Indústria Doméstica		Outros Produtores Nacionais	
Período	Faber	BIC	Ecole (Brasil)	Injex (Brasil)
P1	[30-40%[	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[
P2	[40-50%[	[10-20%[	[0-10%[	[0-10%[
P3	[30-40%[	[10-20%[	[0-10%[	[0-10%[
P4	[30-40%[	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[
P5	[20-30%[	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[

Tabela 1 - Participação (%) no Mercado Brasileiro de Lápis e Cálculo do Índice HHI (...continuação)

[CONFIDENCIAL]

		Importações			
CONFIDENCIAL (China)	CONFIDENCIAL (China)	CONFIDENCIAL (Vietnã)	Demais (China)	Demais (Outros países)*	HHI
[0-10%[	[20-30%[	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[	2.094
[0-10%[	[10-20%[	[0-10%[	[0-10%[	[0-10%[	2.342
[10-20%[	[0-10%[	[0-10%[	[10-20%[	[0-10%[	1.984
[20-30%[	[0-10%[	[0-10%[	[20-30%[	[0-10%[	1.683
[20-30%[	[0-10%[	[0-10%[	[20-30%[	[0-10%[	1.473

* Incluídas empresas dos seguintes países: Alemanha, Argentina, Austrália, Áustria, Belarus, Bósnia e Herzegovina, Brasil, Canadá, Coréia do Norte, Coréia do Sul, Costa Rica, Espanha, EUA, Filipinas, Hong Kong, Índia, Itália, Japão, Malásia, México, Noruega, Países Baixos, Panamá, Polônia, Portugal, Reino Unido, Romênia, Rússia, Suíça, Tailândia, Taipé Chinês, República Tcheca e Uruguai.

Fonte: Processo SECEX nº 52272.003183/2019-37 e RFB.

Elaboração: SDCOM.

De P1 a P4, o mercado permaneceu moderadamente concentrado (com Índice HHI entre 1.500 e 2.500 pontos), sendo que, em P5, mudou sua classificação para mercado não concentrado (com índice HHI abaixo de 1.500 pontos).

Nota-se que, após a extinção do direito antidumping aplicado aos lápis de madeira (que ocorreu no início de P2), o índice HHI reduziu progressivamente, com o aumento da participação de empresas estrangeiras principalmente da origem em análise ou de outras origens, como Vietnã, e a redução das vendas relativas dos dois maiores produtores domésticos. Em P5, o índice HHI apresentado é de 1.473, alguns pontos abaixo da linha de corte de mercado não concentrado, indicando rivalidade neste mercado.

Apesar das exportações da China para o Brasil terem se concentrado ao longo do tempo nos lápis de resina, a extinção do direito antidumping face às importações de lápis de madeira parece ter contribuído para elevação da rivalidade nesse mercado.

Por fim, verifica-se que, em pesquisa ao sítio eletrônico do CADE, não foram encontrados dados sobre eventuais operações de fusão e aquisição no setor, que pudessem apresentar informações mais detalhadas sobre movimentos concentracionistas e existência de barreiras à entrada no segmento. Adicionalmente, informa-se que o CADE não apresentou considerações sobre a presente avalição de interesse público.

Diante do exposto, verifica-se que o mercado brasileiro de lápis esteve em patamares de concentração moderada, de P1 a P4, e baixa em P5, com maior penetração de produtores/exportadores chineses nos últimos períodos, revelando, portanto, rivalidade neste mercado entre as empresas listadas da indústria doméstica e estrangeiras.

2.2 Oferta internacional do mercado do produto sob análise

2.2.1 Origens alternativas do produto sob análise

A análise de produtos de outras origens busca verificar a disponibilidade de produtos similares ao produto objeto da investigação de defesa comercial. Para tanto, verifica-se a existência de fornecedores do produto igual ou substituto em outras origens que não estão sob investigação no âmbito do processo de referência. Nesse sentido, é necessário considerar também os custos de internação e a existência de barreiras à importação destas origens, como barreiras técnicas.

Convém destacar que mesmo origens gravadas podem continuar a ser ofertantes do produto. Dependendo das características de mercado e do produto, é possível que existam desvios de comércio com a aplicação de medidas de defesa comercial e que outras origens passem a ganhar relevância nas importações do produto pelo Brasil.

2.2.1.1 Exportações mundiais do produto sob análise

Considerando a indisponibilidade nos autos de dados acerca da produção mundial do produto analisado, buscou-se, inicialmente, avaliar a existência de fontes alternativas com base nos maiores exportadores mundiais do produto classificado no SH 9609.10 (lápis), conforme a tabela a seguir:

Tabela 2 - Principais Origens Exportadoras de Lápis (SH 9609.10) - 2018

Ordem	Exportadores Mundiais	Valor (US$ 1.000)	Percentual
1	China	529.300,00	45,63%
2	Alemanha	154.878,00	13,35%
3	Indonésia	58.429,00	5,04%
4	República Tcheca	49.425,00	4,26%
5	Vietnã	44.503,00	3,84%
6	França	33.338,00	2,87%
7	México	29.192,00	2,52%
8	Índia	23.964,00	2,07%
9	Filipinas	22.570,00	1,95%
10	Reino Unido	21.242,00	1,83%
11	Tailândia	20.530,00	1,77%
12	Estados Unidos da América	18.771,00	1,62%
13	Países Baixos	15.084,00	1,30%
14	Eslováquia	14.687,00	1,27%
15	Outros	124.077,00	10,70%
Total		1.159.990,00	100%

Outros: Coréia do Norte, Coréia do Sul, Polônia, Taipé Chinês, Espanha, Itália, Japão, Emirados Árabes Unidos, Hong Kong, Áustria, Turquia, Dinamarca, Canadá, Suécia, Bélgica, Romênia, Federação Russa, Mianmar, África do Sul, Portugal, Malásia, Hungria, Zonas Francas, Peru, Cingapura, El Salvador, Sérvia, Chile, Lituânia, Panamá, Letônia, Nepal, Bulgária, Eslovênia, Irlanda, Paquistão, Grécia, Estônia, Nova Zelândia, Egito, República Dominicana, Guatemala, Colômbia, Ucrânia, Argentina, Bielorrússia, Jordânia, Croácia, Bangladesh, Bósnia e Herzegovina, Cazaquistão, Austrália e Finlândia.

Fonte: TradeMap.

Elaboração: SDCOM.

Observa-se que a origem investigada respondeu, em 2018, por 45,6% das exportações mundiais do produto, enquanto as principais origens não investigadas - Alemanha (país sede da Faber-Castell, com 13,35%), Indonésia (5,04%), República Checa (4,26%), Vietnã (3,84%), França (país sede da BIC, com 2,87%), México (2,52%) e Índia (2,07%) - totalizam 33,94% das exportações globais do produto.

O cenário internacional pode ser analisado também a partir da perspectiva do preço médio praticado. Considerando as principais origens que reportaram suas exportações em volume em 2018, descrevem-se os preços médios por quilogramas de lápis, em dólares estadunidenses, em base FOB, na tabela e no gráfico a seguir, para todos os destinos de exportação:

Tabela 3 - Preço Médio das Exportações de Lápis (SH 9609.10) das Principais Origens Exportadoras - 2018

Exportadores Mundiais	Preço (US$/kg)
Índia	3,98
Emirados Árabes Unidos	4,55
China	4,99
Tailândia	7,00
Países Baixos	8,13
Coreia do Sul	8,79
Indonésia	9,28
Outros	10,52
Média Total	12,14
Reino Unido	12,95
Eslováquia	13,50
República Tcheca	18,35
Filipinas	18,73
França	20,05
México	20,05
Alemanha	21,26

Fonte: Trademap.

Elaboração: SDCOM.

Gráfico 1 - Preço Médio das Exportações de Lápis (SH 9609.10) das Principais Origens Exportadoras - 2018

Fonte: Trademap.

Elaboração: SDCOM.

O preço médio praticado pela China em 2018 é inferior ao da grande maioria dos principais exportadores mundiais, com exceção da Índia (menor preço médio da tabela) e dos Emirados Árabes Unidos. O preço chinês é 76,5% inferior ao da Alemanha, segundo maior exportador mundial de lápis e país onde se localiza a matriz do principal produtor brasileiro (Faber-Castell) e 46,3% inferior ao da Indonésia, terceiro maior exportador mundial de lápis. Em comparação ao preço médio dos lápis exportados em 2018 por todas as origens, o preço da China é 31% inferior. Já o preço médio de todas as origens, com exceção da China, é de aproximadamente US$ 12,65 por quilograma, 153,56% superior ao preço médio do lápis chinês.

2.2.1.2 Fluxo de comércio (exportações - importações) do produto sob análise

Adicionalmente, com o intuito de avaliar o perfil dos maiores exportadores listados acima, buscou-se também referenciar as importações de tais origens com base em suas exportações líquidas (saldo de exportações menos importações) de lápis - em dólares estadunidenses, no nível do produto (SH6) -, conforme tabela a seguir:

Tabela 4 - Exportações Líquidas do Produto por País - Lápis de Escrever, Desenhar e/ou Colorir (SH 9609.10) - 2018

País exportador	Valor (US$ mil)
China	511.835,00
Alemanha	71.224,00
Brasil	43.812,00
Indonésia	41.390,00
Vietnã	38.035,00
República Tcheca	26.509,00
Índia	21.034,00
Filipinas	17.690,00
Taipé Chinês	3.261,00
Eslováquia	1.974,00
Tailândia	1.241,00
França	-3.968,00
México	-3.646,00
Países Baixos	-5.081,00
Reino Unido	-28.967,00

Fonte: Trademap.

Elaboração: SDCOM.

Das origens não investigadas, Alemanha, Indonésia, República Tcheca, Vietnã, Índia e Filipinas têm perfil exportador, uma vez que apresentaram superávits relevantes na comercialização de lápis em 2018. Outras origens não investigadas, como França, México, Países Baixos e Reino Unido apresentaram déficit no saldo entre exportações e importações no mesmo ano.

2.2.1.3 Importações brasileiras do produto sob análise

No exame de possíveis fontes alternativas, há ainda que se observar o perfil das importações brasileiras.

O volume das importações brasileiras de lápis da China diminuiu 42,9% em P2, mas registrou aumentos sucessivos de 25,0% em P3, 67,1% em P4 e 57,6% em P5, sempre em relação ao período anterior. Quando considerado todo o período de investigação (P1-P5), observou-se um crescimento de 88,1%.

Já o volume importado de outras origens recuou em todos os períodos: 5,5% em P2, 22,8% em P3, 30,7% em P4 e 9,0% em P5, também sempre na comparação com o período imediatamente anterior. Durante todo o período de análise (P1-P5), houve decréscimo acumulado de 54,0% nessas importações.

Deve-se observar que, ao longo de todo o período investigado, houve aumento da participação do volume importado da China em relação ao volume total importado, correspondente a [CONFIDENCIAL] 10-20 p.p. As importações da origem investigada representaram [CONFIDENCIAL] 70-80%, 60-70%, 70-80%, 80-90% e 90-100% do volume total importado pelo Brasil, em cada período, de P1 a P5, respectivamente. Ao longo do período, houve importações, ainda que menos expressivas, do Vietnã, do Paquistão, da Indonésia e da França.

Tabela 5 - Importações Brasileiras de Lápis de Escrever, Desenhar e/ou Colorir (Números-índice) - continua...

[CONFIDENCIAL]

			P1		P2		P3	
			2014		2015		2016	
	Origens	Nº índice	%	Nº índice	%	Nº índice		%
1	China	100,00	[70-80%[	57,15	[60-70%[	71,42		[70-80%[
	Total (origem investigada)	100,00	[70-80%[	57,15	[60-70%[	71,42		[70-80%[
2	Vietnã	100,00	[0-10%[	104,09	[10-20%[	127,41		[10-20%[
3	Paquistão	100,00	[0-10%[	102,76	[0-10%[	17,85		[0-10%[
4	Indonésia	100,00	[0-10%[	191,16	[0-10%[	136,80		[0-10%[
5	França	100,00	[0-10%[	34,24	[0-10%[	66,03		[0-10%[
6	Outras origens*	100,00	[0-10%[	75,29	[0-10%[	41,62		[0-10%[
	Total (exceto investigada)	100,00	[20-30%[	94,45	[30-40%[	72,91		[20-30%[
	Total Geral	100,00	100,00%	65,94	100,00%	71,77		100,00%

Outros - Alemanha, Argentina, Austrália, Áustria, Belarus, Bósnia e Herzegovina, Brasil, Canadá, Coréia do Norte, Coréia do Sul, Costa Rica, Espanha, EUA, Filipinas, Hong Kong, Índia, Itália, Japão, Malásia, México, Noruega, Países Baixos, Panamá, Polônia, Portugal, Reino Unido, Romênia, Rússia, Suíça, Tailândia, Taipé Chinês, República Tcheca e Uruguai.

Fonte: Processo SECEX nº 52272.003183/2019-37 e RFB.

Elaboração: SDCOM.

Tabela 5 - Importações Brasileiras de Lápis de Escrever, Desenhar e/ou Colorir (Números-índice) - ...continuação

[CONFIDENCIAL]

			P4		P5
			2017		2018
	Origens	Nº índice	%	Nº índice	%
1	China	119,33	[80-90%[	188,08	[90-100%]
	Total (origem investigada)	119,33	[80-90%[	188,08	[90-100%]
2	Vietnã	59,73	[0-10%[	56,52	[0-10%[
3	Paquistão	-	[0-10%[	30,62	[0-10%[
4	Indonésia	180,46	[0-10%[	144,94	[0-10%[
5	França	62,97	[0-10%[	30,05	[0-10%[
6	Outras origens*	46,68	[0-10%[	28,24	[0-10%[
	Total (exceto investigada)	50,53	[10-20%[	46,00	[0-10%[
	Total Geral	103,12	100,00%	154,60	100,00%

Outros - Alemanha, Argentina, Austrália, Áustria, Belarus, Bósnia e Herzegovina, Brasil, Canadá, Coréia do Norte, Coréia do Sul, Costa Rica, Espanha, EUA, Filipinas, Hong Kong, Índia, Itália, Japão, Malásia, México, Noruega, Países Baixos, Panamá, Polônia, Portugal, Reino Unido, Romênia, Rússia, Suíça, Tailândia, Taipé Chinês, República Tcheca e Uruguai.

Fonte: Processo SECEX nº 52272.003183/2019-37 e RFB.

Elaboração: SDCOM.

A participação das importações das outras origens no volume total importado, por sua vez, passou de [CONFIDENCIAL] 20-30% em P1 para [CONFIDENCIAL] 30-40% em P2, mas decresceu sucessivamente a partir de então, representando [CONFIDENCIAL] 20-30% do volume total importado em P3, [CONFIDENCIAL] 10-20% em P4 e, por fim, [CONFIDENCIAL] 0-10% em P5.

Constatou-se que as importações brasileiras totais de lápis apresentaram recuo de 34,1% de P1 para P2, tendência que se reverte a partir de então, quando se verificou aumento de 8,8% de P2 para P3, de 43,7% de P3 para P4, de 49,9% de P4 para P5. De P1 a P5, o acréscimo foi de 54,6%.

No gráfico a seguir, observa-se que a China se manteve como a principal fonte das importações brasileiras de lápis mesmo com a vigência do direito antidumping anterior (P1 a P2):

Gráfico 2 - Comportamento das Importações Brasileiras de Lápis - P1 a P5 (ton)

[CONFIDENCIAL]

Fonte: Processo SECEX nº 52272.003183/2019-37 e RFB.

Elaboração: SDCOM.

Há elementos que sinalizam, portanto, que uma eventual imposição de direito antidumping sobre as importações de lápis originárias da China não teria o condão de impedir a rivalidade no mercado, diante da continuidade da oferta internacional via importações para o Brasil.

O gráfico abaixo permite examinar em detalhes os volumes de importações de lápis de outras origens não investigadas.

Gráfico 3 - Comportamento das Importações Brasileiras de Lápis das Principais Origens, exceto China (ton)

[CONFIDENCIAL]

* Não há informação sobre as importações brasileiras originárias do Paquistão em P4.

Fonte: Processo SECEX nº 52272.003183/2019-37 e RFB.

Elaboração: SDCOM.

Como se pode observar, todas as origens não investigadas, à exceção da Indonésia (linha verde), registraram decréscimo em suas exportações de lápis para o Brasil entre P1 e P5.

Aqui, também vale detalhar o volume das importações brasileiras de lápis em período anterior ao analisado na investigação de dumping. Com base nas estatísticas de importação relativas à NCM 9609.10.00, de 2009 a 2013, é possível observar as origens mais importantes para a demanda brasileira do produto, num período em que parte da linha tarifária se encontrava afetada pelo direito antidumping nas importações de lápis de madeira originários da China.

A tabela a seguir apresenta o volume de importações de lápis originárias da China e das outras 7 (sete) origens mais importantes no período de referência.

Tabela 6 - Importações Brasileiras de Lápis de Escrever, Desenhar e/ou Colorir - 2009-2013 (continua...)

		2009		2010		2011
Origens	ton	%	ton	%	ton	%
China	281,58	20,2%	600,08	25,43%	2.506,18	50,19%
Total (origem investigada)	281,58	20,2%	600,08	25,43%	2.506,18	50,19%
Taipé Chinês	278,32	19,9%	787,18	33,35%	873,21	17,49%
Tailândia	234,88	16,8%	288,58	12,23%	300,50	6,02%
Paquistão	165,85	11,9%	234,01	9,92%	332,29	6,65%
Vietnã	88,99	6,4%	123,22	5,22%	286,92	5,75%
Indonésia	59,99	4,3%	109,00	4,62%	340,37	6,82%
Índia	-	-	-	-	173,47	3,47%
França	20,48	1,5%	0,001	0,00%	74,52	1,49%
Demais origens*	265,18	19,0%	218,05	9,24%	105,78	2,12%
Total (exceto investigada)	1.113,72	79,8%	1.760,06	74,57%	2.487,09	49,81%
Total Geral	1.395,31	100,0%	2.360,15	100,00%	4.993,27	100,00%

*Demais origens: Mianmar, Alemanha, Costa Rica, República Tcheca, Peru, Coreia do Sul, Suíça, Hong Kong, EUA, Áustria, Venezuela, Reino Unido, Espanha, Nepal, Japão, Cingapura, Itália, Afeganistão, Argentina, Austrália, Bélgica, Bolívia, Cabo Verde, Canadá, Chile, Colômbia, Coreia do Norte, Filipinas, Israel, Liechtenstein, México, Países Baixos, Panamá, Portugal e Uruguai.

Fonte: Comex Stat. Elaboração: SDCOM

Tabela 6 - Importações Brasileiras de Lápis de Escrever, Desenhar e/ou Colorir - 2009-2013 (...continuação)

		2012		2013
Origens	ton	%	ton	%
China	4.181,4	74,89%	2.487,15	72,50%
Total (origem investigada)	4.181,4	74,89%	2.487,15	72,50%
Taipé Chinês	20,86	0,37%	2,65	0,08%
Tailândia	271,11	4,86%	137,75	4,02%
Paquistão	326,71	5,85%	162,38	4,73%
Vietnã	235,38	4,22%	118,79	3,46%
Indonésia	40,14	0,72%	65,36	1,91%
Índia	174,60	3,13%	103,96	3,03%
França	147,34	2,64%	153,99	4,49%
Demais origens*	186,09	3,33%	198,44	5,78%
Total (exceto investigada)	1.402,27	25,11%	943,34	27,50%
Total Geral	5.583,67	100,00%	3.430,5	100,00%

*Demais origens: Mianmar, Alemanha, Costa Rica, República Tcheca, Peru, Coreia do Sul, Suíça, Hong Kong, EUA, Áustria, Venezuela, Reino Unido, Espanha, Nepal, Japão, Cingapura, Itália, Afeganistão, Argentina, Austrália, Bélgica, Bolívia, Cabo Verde, Canadá, Chile, Colômbia, Coreia do Norte, Filipinas, Israel, Liechtenstein, México, Países Baixos, Panamá, Portugal e Uruguai.

Fonte: Comex Stat.

Elaboração: SDCOM

Na média do volume importado entre 2009 e 2013 (quando o direito antidumping face às importações chinesas de lápis de madeira ainda se encontrava em vigor), Taipé Chinês era a origem mais importante depois da China, apesar de ter sofrido redução de 99% no volume exportado para o Brasil no período, passando de 278.324 kg exportados para o Brasil (o que representava cerca de 19,9% das importações totais em 2009) para 2.651 kg (o que representava cerca de 0,08% das importações totais em 2013).

Ainda de acordo com a tabela acima, é possível verificar que, mesmo na vigência da medida antidumping imposta sobre os lápis de madeira (em montantes de 201,4% e 202,3%, respectivamente, para lápis de madeira com mina de grafite e com mina de cor), as importações de lápis da China não cessaram e tampouco diminuíram. Ao contrário, desde 2011 a China representou mais de 50% do total das importações brasileiras de lápis, alcançando mais de 70% do total em 2012 e 2013, o que demonstraria a inexistência de desvio de comércio significativo para outras origens. Por outro lado, não se pode descartar o fato de que outras origens continuaram presentes nas importações brasileiras, ainda que em grau bastante reduzido, como Tailândia, Paquistão e Vietnã, de modo a sinalizar a presença de origens alternativas nesse período, em termos de volume.

2.2.1.4 Preço das importações brasileiras do produto sob análise

Para aprofundar ainda mais o exame da existência de possíveis fontes alternativas do produto, também é válido verificar a evolução dos preços cobrados por cada origem exportadora para o Brasil, conforme mostra a tabela abaixo:

Tabela 7 - Preço Médio das Importações Totais Brasileiras de Lápis de Escrever, Desenhar e/ou Colorir - Números-índice

[CONFIDENCIAL]

	P1	P2	P3	P4	P5
Origens	2014	2015	2016	2017	2018
China	100,00	103,33	96,67	99,33	97,00
Paquistão	100,00	105,51	70,52	-----	67,67
França	100,00	76,91	51,54	58,47	53,20
Indonésia	100,00	101,51	123,19	105,42	136,75
Vietnã	100,00	107,95	106,23	120,66	121,72
Outras origens*	100,00	117,89	115,74	125,14	171,69
Média (exceto investigada)	100,00	101,16	101,67	112,20	116,17
Média Geral	100,00	114,29	99,27	88,14	80,87

*Outras origens - Alemanha, Argentina, Austrália, Áustria, Belarus, Bósnia e Herzegovina, Brasil, Canadá, Coréia do Norte, Coréia do Sul, Costa Rica, Espanha, EUA, Filipinas, Hong Kong, Índia, Itália, Japão, Malásia, México, Noruega, Países Baixos, Panamá, Polônia, Portugal, Reino Unido, Romênia, Rússia, Suíça, Tailândia, Taipé Chinês, República Tcheca e Uruguai.

Fonte: Processo SECEX nº 52272.003183/2019-37 e RFB.

Elaboração: SDCOM.

Gráfico 4 - Preço Médio das Importações Totais Brasileiras de Lápis em 2018 (US$ CIF/Kg)[CONFIDENCIAL]

Fonte: Comtrade.

Elaboração: SDCOM

Observa-se que o preço CIF médio por quilograma ponderado das importações brasileiras de lápis da origem investigada registrou alternância entre aumentos e quedas ao longo de todo o período: de P1 para P2, aumentou 3,3% e de P2 para P3, caiu 6,5%. De P3 para P4 voltou a avançar 2,8%, ao passo que, de P4 para P5, apresentou recuo de 2,3%. De P1 para P5, o preço de tais importações acumulou queda de 3%.

Em relação ao preço CIF médio por quilograma ponderado de outras origens, verificaram-se aumentos sucessivos em todos os períodos: 1,2% em P2, 0,5% em P3, 10,4% em P4 e 3,5% em P5, sempre na comparação com o período imediatamente anterior. De P1 para P5, o preço de tais importações apresentou aumento de 16,2%.

Com relação ao preço médio do total das importações brasileiras de lápis, houve aumento de 16,4% de P1 para P2, seguido de quedas sucessivas de 13,6%, 12,3%, 7% em P3, P4 e P5, respectivamente, sempre em relação ao período anterior. Ao longo do período de investigação de interesse público, houve queda de 18% no preço médio das importações totais.

O gráfico a seguir resume a evolução do preço médio das importações brasileiras de lápis, conforme suas origens:

Gráfico 5 - Evolução do Preço Médio das Importações Totais Brasileiras de Lápis (US$ CIF/Kg)

[CONFIDENCIAL]

* Não há informação sobre as importações brasileiras originárias do Paquistão em P4.

Fonte: Processo SECEX nº 52272.003183/2019-37 e RFB.

Elaboração: SDCOM.

Ao se analisar apenas as importações totais de lápis de origens não investigadas, é possível inferir que a evolução de seu preço médio se dá de forma gradativamente incremental entre P1 e P3. A partir de P3 registram-se incrementos mais expressivos no preço médio dos lápis das outras origens não investigadas. Entre P1 e P5, o preço médio dos lápis de outras origens sofreu um aumento de 16,2%.

Quando se examina mais detalhadamente o comportamento dos preços dos lápis importados das principais origens não investigadas entre P1 e P5, fica evidenciado que França e Paquistão registraram uma queda global em seus preços da ordem de 46,8% e 32,3%, respectivamente. Em sentido contrário, Vietnã (segunda maior origem das importações brasileiras de lápis) e Indonésia incrementaram seus preços médios em 21,7% e 36,7%, respectivamente.

Por outro lado, o preço médio do lápis importado da China apresentou relativa estabilidade, tendo oscilado levemente de P1 a P5, totalizando decréscimo de 3% ao longo desse período. Ademais, quando se examina o preço médio do total das importações brasileiras de lápis, percebe-se um incremento inicial entre P1 e P2 seguido de sucessivos decréscimos a partir de P2 até P5, culminando com uma diminuição global de 18% ao longo de todo o período da investigação de interesse público.

Sobre a disponibilidade de ofertantes internacionais, a ABFIAE argumentou, em suas manifestações de 2 e 22 de julho e 10 de setembro de 2020, que existiriam evidências suficientes de que países alternativos não possuiriam condições de suprir o produto chinês nem em volume nem em diversidade de produtos. De acordo com consulta realizada pela ABFIAE ao portal Trademap, Paquistão, Emirados Árabes Unidos e Tailândia, por exemplo, não se apresentariam como exportadores líquidos de lápis e, ademais, esses países importariam minas de grafite para abastecer sua produção, o que envolveria um problema com as regras de origem não preferenciais adotadas pelo Brasil, apresentada no item 2.2.2.5 deste documento. Indonésia, Índia e Taipé Chinês, por outro lado, seriam países exportadores líquidos de lápis, mas também teriam de importar minas de grafite para suprir sua produção. Por fim, Alemanha e Vietnã - apesar de serem países exportadores líquidos de lápis - seriam alternativas inviáveis em razão do preço impeditivo (no caso da Alemanha) e da escala limitada de produção (no caso do Vietnã).

Adicionalmente, a ABFIAE considerou que, ainda que globalmente possam existir empresas que aparentemente tenham potencial de exportar lápis para o Brasil, muitas não são aprovadas no processo de certificação de fábrica e de homologação de produto, o que torna a importação de lápis uma operação complexa, seja de origem chinesa ou de outras fontes alternativas.

Finalmente, a respeito da continuidade das exportações do lápis chinês para o Brasil entre 2009 e 2013 - mesmo com a aplicação da medida antidumping (em montantes de 201,4% e 202,3%, respectivamente, para lápis de madeira com mina de grafite e com mina de cor) -, a ABFIAE atribui tal fato à inexistência de capacidade produtiva no mercado internacional para substituir a China como produtora de lápis e ao desenvolvimento da indústria chinesa de lápis de resina (já que, segundo a ABFIAE, com a restrição imposta ao lápis de madeira, o Brasil teria oportunizado o desenvolvimento desta indústria na China).

Em suas manifestações finais, a Leonora registrou que nenhuma outra origem exportadora de lápis se apresentaria como fonte alternativa de suprimento deste produto para o volume demandado pelo Brasil. As importações de lápis oriundos da China seriam, assim, incontornáveis e indispensáveis para o suprimento do mercado brasileiro.

A Leonora argumentou, em suas manifestações de 2 de julho de 2020, que os preços de algumas das origens alternativas como Alemanha, Taiwan e Indonésia seriam muito superiores aos demais, indicando que poderiam se tratar de produtos diferenciados e não se constituiriam como alternativa viável ao produto Chinês. Já o Paquistão, a Índia e o Vietnã não disporiam de volume suficiente de produto com a qualidade necessária para atender a demanda dos importadores brasileiros.

Conforme reiterado pela Leonora em suas manifestações finais, alternativas ao fornecimento chinês seriam de difícil viabilização. Os produtores fora do país teriam pouca capacidade de produção e/ou não atenderiam aos rigorosos protocolos de qualidade exigidos pela empresa e pelo governo brasileiro. Além disso, o processo de homologação de novos produtos seria custoso e demorado, demandando meses de negociação e testes.

Em suas manifestações, a BIC Amazônia argumentou que as alegações da ABFIAE em relação às limitações de fontes alternativas em razão das regras de origem do Brasil não teriam fundamento, pois a maior parte das importações de minas de grafite chinesas realizadas por potenciais países exportadores de lápis se daria na condição de matéria-prima bruta (na posição 25.04.10).

A Faber-Castell, por sua vez, destacou em suas manifestações que as estatísticas de exportação mundial disponibilizadas pelo Trademap corroborariam a ampla variedade de fontes alternativas de fornecimento de lápis. Os preços praticados apresentariam variação, possivelmente, decorrente do mix de produto. De qualquer forma, o fato de haver exportações em volume representativo, inclusive ao Brasil, comprovaria que os preços praticados em tais exportações seriam condizentes com a prática de mercado.

Nas manifestações finais de 10 de setembro de 2020, a Faber-Castell ressaltou novamente que diversos outros países se apresentariam como origens alternativas às importações brasileiras de lápis, como Vietnã, Paquistão, Indonésia, França e outros. Segundo sua avaliação, a China continuaria fornecendo lápis para o Brasil, mesmo com a aplicação do direito antidumping, já que a medida objetivaria apenas a eliminação de uma "prática desleal de comércio" e não a restrição das importações. Por fim, a Faber-Castell contestou afirmação da ABFIAE de que os preços praticados pela China ao Brasil estariam alinhados aos praticados para outros mercados, repetindo dados do Trademap já apresentados, que indicariam que o preço médio das exportações dos lápis chineses para o Brasil seria muito inferior aos registrados para a Alemanha e para a França, importantes produtores de produto similar.

Assim, em termos de preço das importações brasileiras do produto sob análise, é possível concluir que a origem não gravada capaz de rivalizar, ainda que de modo relativo, com o produto originário da China seria o Paquistão.

2.2.1.5 Conclusões sobre origens alternativas do produto sob análise

Considerando o quanto exposto, observam-se os seguintes elementos relativos à disponibilidade de origens alternativas na oferta internacional de lápis:

a) a China, origem objeto da investigação de dumping, se caracteriza como maior exportador mundial de lápis, com 46,3% das exportações mundiais em 2018, em dólares estadunidenses. O país pode ser considerado um exportador líquido do produto, importando apenas 3,3% do valor exportado no mesmo período;

b) entre os principais exportadores mundiais de lápis, a China pratica o terceiro menor preço médio (US$ 4,99/kg) em suas vendas, superior apenas ao praticado pela Índia e pelos Emirados Árabes Unidos. O preço do lápis chinês em 2018 foi 60,6% inferior à média dos outros exportadores;

c) as exportações da China para o Brasil cresceram 88,1% de P1 para P5. Nesse último período, a China representou mais de [CONFIDENCIAL] 90-100% do volume das importações brasileiras de lápis de escrever, desenhar e/ou colorir. Em seguida se destacam Vietnã, Indonésia e Paquistão, com [CONFIDENCIAL] 0-10%, 0-10% e 0-10% das importações brasileiras do produto, respectivamente, percentuais muito inferiores ao registrado pela China;

d) o preço médio das importações brasileiras de lápis originários da China é inferior ao das principais outras origens em qualquer dos períodos analisados (P1 a P5). Em P5 especificamente, o preço do produto chinês vendido ao mercado brasileiro é [CONFIDENCIAL] 20-30% inferior ao do lápis paquistanês, que registra o segundo menor preço no período.

Verifica-se que a China é um fornecedor relevante de lápis para o mercado brasileiro e em nível mundial, respondendo por quase a metade de todas as exportações globais do produto. Conclui-se que, ainda que diversos outros países tenham produzido e exportado o produto nos períodos analisados, é improvável que as importações originárias da China possam ser integralmente substituídas pelas de outras origens alternativas, tanto em termos de preço quanto de volume.

Ademais, tendo em consideração a diferença de preços do lápis chinês em relação ao de outras origens e o potencial exportador do país, não se pode descartar que a China se mantenha como origem relevante para o mercado brasileiro, tendo em vista que mesmo na vigência da medida antidumping imposta sobre os lápis de madeira, as importações de lápis da China não cessaram e tampouco diminuíram, revelando possível relação de absorção da medida antidumping pelos produtores/exportadores chineses, o que será aprofundando na simulação prospectiva de impacto da medida de defesa comercial no item 2.4 deste documento.

Por fim, vale ressaltar que Vietnã - exportador líquido de lápis - e Paquistão - segundo menor preço médio de importação - se apresentam como origens alternativas, em termos de volume e preço respectivamente, às importações brasileiras de lápis originárias da China.

2.2.2 Barreiras tarifárias e não tarifárias ao produto sob análise

2.2.2.1 Medidas de defesa comercial aplicadas ao produto

O produto classificado no código 9609.10 do Sistema Harmonizado (SH) é objeto de aplicação de medidas de defesa comercial por outros países do mundo, conforme descrito na tabela a seguir:

Tabela 8 - Medidas de Defesa Comercial - SH 9609.10

Medida de Defesa Comercial	País/Membro aplicador	Parceiro Afetado	Data da primeira aplicação
	EUA		28/12/1994
Antidumping	México	China	27/05/2014
	Paquistão		10/10/2018

Fonte: WTO, i-TIP.

Elaboração: SDCOM.

Tendo em vista as notificações realizadas à OMC até 30 de junho de 2020, encontram-se em vigor 3 (três) medidas antidumping relacionadas ao código 9609.10 do Sistema Harmonizado aplicadas por países diferentes, todas em relação à China. A medida mais antiga é relativa aos EUA, que aplica direito antidumping nas importações de "certos lápis revestidos" originários da China desde 1994. Os outros aplicadores impõem medidas em produtos descritos somente como "lápis", caso do México, desde 2014, ou "lápis de grafite", caso do Paquistão, desde 2018.

Em relação aos dados divulgados quando das conclusões preliminares de interesse público, identificou-se que 2 (duas) medidas antidumping aplicadas pela Turquia no código SH 9609.10, em relação à China e à Tailândia, foram encerradas no segundo semestre de 2019, sem prorrogação do direito.

Em sua manifestação de 5 de dezembro de 2019, a Faber-Castell argumentou que a existência de medidas antidumping em diversos países comprovaria a prática de dumping por parte dos produtores/exportadores chineses e que as importações originárias da China causariam dano à indústria local, da mesma forma que estaria ocorrendo no mercado brasileiro.

A Faber-Castell refutou, ainda, o argumento da ABFIAE de que a importação de lápis chineses na Alemanha e na França, aliada à inexistência de medidas de defesa comercial em tais países, demonstraria a importância do produto chinês na composição de tais mercados. Para a Faber-Castell, o mercado europeu - assim como o brasileiro - é aberto à concorrência internacional e, neste sentido, a inexistência de medidas de defesa comercial em tais países em relação às importações do produto originário da China estaria relacionada ao fato de que os preços ali praticados pelos produtores/exportadores chineses seriam muito superiores àqueles praticados pelos referidos produtores/exportadores em suas vendas ao mercado brasileiro.

Em 16 de dezembro de 2019, a BIC Amazônia ressaltou que a existência de medidas antidumping em vários países, referentes às exportações de lápis da China corroborariam o fato de que a China se valeria de práticas de dumping.

Em sua manifestação de 23 de janeiro de 2020, a ABFIAE argumentou que a inexistência de medidas de defesa comercial nos próprios países das peticionárias seria um indicativo muito forte da não existência de dumping. Adicionalmente, a ABFIAE refutou o argumento da Faber-Castell de que tal fato ocorreria em razão de os produtores chineses exportarem lápis para Alemanha e França a preços superiores aos preços dos lápis exportados para o Brasil. Para a ABFIAE, as diferenças entres os preços médios dos lápis exportados para Alemanha/França e para o Brasil decorreriam da diferença de poder aquisitivo entre os consumidores europeus e os consumidores brasileiros, além de uma maior demanda por produtos de maior valor agregado por Alemanha/França em comparação com a demanda do Brasil.

Em 22 de julho de 2020, a ABFIAE reiterou seus argumentos de que as peticionárias competiriam mundialmente em mercados que não possuem medidas protetivas, assim como em mercados em que os produtos chineses ainda possuem o benefício da isenção de imposto de importação, a exemplo do mercado chileno.

Em suas manifestações finais, a Faber-Castell destacou o fato de que o Paquistão - assim como México e Turquia - teriam aplicado medida antidumping às importações de lápis originárias da China. Na mesma manifestação, a Faber-Castell refutou o argumento da ABFIAE de que peticionárias competiriam em mercados mundiais que não possuiriam medidas protetivas, incluindo aí os mercados em que os produtos chineses ainda possuiriam o benefício da isenção de imposto de importação, como seria o caso do mercado chileno. De acordo com a empresa, não haveria no Chile nenhum produtor local de lápis, o que justificaria o fato de ser concedida a isenção do imposto de importação ao referido produto. Não obstante, tal situação não significaria que os produtores brasileiros não estivessem sendo prejudicados naquele mercado, haja vista a suposta prática de dumping por parte dos produtores/exportadores chineses em suas vendas ao Chile.

2.2.2.2 Tarifa de importação

Os lápis de madeira ou de resina plástica com mina de cor ou mina de grafite são classificados no item 9609.10.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM), denominados simplesmente como "lápis". A alíquota do Imposto de Importação incidente sobre o produto na Tarifa Externa Comum (TEC) manteve-se em 18% durante todo o período de análise de dano no processo de referência.

Ao se considerar o nível agregado do produto objeto (SH 9609.10), para fins de comparação com o cenário internacional, verifica-se que a tarifa brasileira de 18% é mais alta que a cobrada por 66,9% dos países que reportaram suas alíquotas à OMC, conforme mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 6 - Perfil de alíquota de II entre os países da OMC

Fonte: WITS-TRAINS.

Elaboração: SDCOM.

Ademais, a tarifa brasileira (18%) é mais alta que a média mundial dos países da OMC , que é de 12%, e ainda mais alta que a média da tarifa de 13,3% cobrada pelos cinco principais exportadores globais, fora o próprio Brasil, de 2014 a 2018.

Em sua manifestação de 5 de dezembro de 2019, a Faber-Castell argumentou que a ABFIAE apresentou - em sua resposta ao Questionário de Interesse Público - informações equivocadas em relação à China e ao México, indicando que tais alíquotas seriam de 15,7% e 12%, respectivamente. Da mesma forma, a Faber-Castell destacou que a Leonora informou - em sua resposta ao Questionário de Interesse Público - que a alíquota vigente na China equivaleria a 12%. A Faber-Castell argumentou, entretanto, que os dados disponibilizados pela Organização Mundial de Comércio (OMC) indicam que as alíquotas de imposto de importação aplicadas pela China e pelo México equivalem a 21% e 15%, respectivamente.

A propósito da diferença de alíquota de imposto de importação da China, a Leonora argumentou, em sua manifestação de 23 de dezembro de 2019, que utilizou informações extraídas da plataforma web Market Access Map, a qual indicou uma alíquota de 12%. Segundo a Leonora, o referido sítio eletrônico indica que suas fontes são oficiais e que podem ser atualizadas mais de uma vez por ano. Adicionalmente, a Leonora ressaltou que outras fontes, como o sítio eletrônico TransCustoms e o portal web ETCN/E-to-China, apresentariam a mesma alíquota de 12%. De acordo com a Leonora, o portal ETCN/E-to-China seria, inclusive, referendado pela aduana chinesa, que o indicaria em sua página oficial.

A ABFIAE, em suas manifestações finais, ressaltou que o imposto de importação de 18% cobrado pelo Brasil seria um dos mais altos a nível global.

2.2.2.3 Preferências tarifárias

Como mostra a tabela abaixo, o Brasil outorga preferência tarifária a parceiros que têm acordos com o Mercosul, e ao México no âmbito das preferências tarifárias da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) e a outros países, conforme tabela a seguir:

Tabela 9 - Preferências Tarifárias - NCM 9609.10.00

País/Bloco	Base Legal	Preferência Tarifária
México	PTR-04: ALADI	20%
Mercosul	ACE-18: Mercosul	100%
Chile	ACE-35: Mercosul-Chile	100%
Bolívia	ACE-36: Mercosul-Bolívia	100%
Peru	ACE-58: Mercosul-Peru	100%
Colômbia e Equador	ACE-59: Mercosul-Colômbia/Equador/Venezuela	100%
Cuba	ACE-62: Mercosul-Cuba	100%
Venezuela	ACE-69: Brasil-Venezuela	100%
Egito	ALC: Mercosul-Egito	50%
Israel	ALC: Mercosul-Israel	100%

Fonte: CAPTA e <http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/negociacoes-internacionais/132-acordos-dos-quais-o-brasil-e-parte/1834-acordos-mercosul-egito-ainda-sem-vigencia>.

Elaboração: SDCOM.

Destaque-se que o acordo entre o Mercosul e o Egito ainda está em fase de implementação. Os produtos da NCM em análise foram classificados na categoria "C" do acordo. Tal classificação significa que as alíquotas de preferência tarifária serão aplicadas de modo gradual em oito anos, de 2017 até 2024. Desde 1 de setembro de 2020, a alíquota de preferência tarifária vigente é de 50%. A partir de 2024 vigorará a alíquota de 100% de preferência. A implantação gradual também vale para o acordo Mercosul-Israel, porém a linha tarifária em questão já se encontra completamente desgravada desde abril de 2017.

Dentre os países aos quais foram concedidas preferências tarifárias, não há indícios de origens exportadoras relevantes ao mercado brasileiro.

2.2.2.4 Temporalidade da proteção do produto

Conforme descrito no item 1.3 deste Parecer, os lápis de escrever, desenhar e/ou colorir originários da China, comumente classificados no item 9609.10.00 da NCM, não se encontram gravados por medida antidumping atualmente. Não obstante, houve aplicação de medida antidumping na referida classificação tarifária, para os lápis de madeira com mina de cor e de grafite importados da China, de 1º de julho de 1996, inicialmente em sede de direito provisório, até 3 de fevereiro de 2015.

Sendo assim, a medida antidumping para os lápis de madeira foi aplicada durante 18 (dezoito) anos e meio aproximadamente, mas o produto importado não está mais gravado por medidas de defesa comercial há 5 (cinco) anos e meio.

2.2.2.5 Outras barreiras não tarifárias em comparação com o cenário internacional

Em consulta à base de dados da OMC, não foram encontradas outras barreiras não tarifárias aplicadas pelo Brasil em suas importações de lápis. Não obstante, conforme já exposto neste parecer, a ABFIAE, em seu questionário de interesse público, fez menção sucinta sobre a exigência de certificação do INMETRO para as importações de lápis, o que implica na necessidade de licenciamento prévio de importação.

Efetivamente, a linha tarifária (NCM 9609.10.00) na qual se classifica o produto em análise está sujeita a licenciamento não-automático de importação, no sistema de comércio exterior do governo brasileiro (Portal Único - Siscomex), sujeito a anuência do INMETRO.

Em sentido similar, a base de dados da OMC contabiliza barreiras técnicas adotadas nas importações do código SH 9609.10 por 3 (três) países (Egito, Peru e Ucrânia) e início de adoção por outros 10 (dez).

O código tarifário também está sujeito a restrições quantitativas adotadas por 16 (dezesseis) países/territórios, afetando todos os parceiros comerciais membros da OMC. O Japão, especificamente, adota também uma restrição quantitativa bilateral em relação a todas suas importações originárias da Coreia do Norte, inclusive de lápis.

Em sua manifestação de 5 de dezembro de 2020, a Faber-Castell questionou o argumento registrado pela ABIFAE na resposta ao Questionário de Interesse Público, no qual a referida associação chamava a atenção para o fato de que as exigências de Certificação do Inmetro seriam excessivas e causariam morosidade nos processos de importação. Segundo a ABFIAE, tais processos poderiam demorar mais de 60 dias, devido à necessidade de licenciamento de importação, ao passo que tais regras seriam distintas para os produtores nacionais.

Por oportuno, a Faber-Castell esclareceu que o processo de certificação de produtos pelo Inmetro é válido e obrigatório para todo material escolar vendido em território nacional, independentemente de ser produzido no Brasil ou importado. De acordo com o produtor doméstico, o processo de certificação para todo novo produto teria validade de 3 (três) anos, com revalidações anuais. O processo inicial de certificação poderia durar de 15 a 90 dias, dependendo dos testes aplicáveis ao produto, sendo válido tanto para o produto produzido no país como para aquele importado.

Quanto ao processo de importação de produtos e aplicação de Licença de Importação (LI), a Faber-Castell reconheceu que, de fato, há necessidade de tal licença. A parte argumentou, entretanto, que o prazo médio para sua obtenção giraria em torno de 7 a 10 dias úteis, sendo o processo apenas documental. Adicionalmente, a Faber-Castell ressaltou que o enorme volume importado do produto sob análise originário da China demonstraria que o processo de certificação nunca foi empecilho para a aquisição de produtos estrangeiros.

Em 2 de julho de 2020, a ABFIAE argumentou que a análise de origens alternativas de fornecimento de lápis ao mercado brasileiro deveria considerar a legislação brasileira sobre Regras de Origem Não Preferencial (Artigo 31 da Lei nº 12.546, de dezembro de 2011).

De acordo com a ABFIAE, as minas para lápis são enquadradas na posição tarifária HS 9609.20. Entretanto, o produto investigado é classificado na posição tarifária HS 9609.10, ou seja, não haveria salto tarifário para os primeiros quatro dígitos HS 9609. Ainda segundo a ABFIAE, diferentemente de outros países em que se reconhece produção local ao se permitir mudança para subposição de 06 (seis) dígitos ou mesmo produto final com conteúdo de valor regional de pelo menos 35% - 40%, no caso brasileiro fica-se atado à regra de transformação substancial em subposição de 04 (quatro) dígitos.

Neste contexto, a ABFIAE concluiu que a legislação brasileira sobre Regras de Origem Não Preferencial, aplicada ao caso de lápis, praticamente inviabilizaria a possibilidade de fornecimento alternativo em bases seguras, ainda mais considerando-se que um grande número de fabricantes, especialmente no mercado asiático, se utilizaria de minas para lápis importadas da China, já que esta origem seria o maior produtor mundial de grafite.

Em suas manifestações finais, de 10 de setembro de 2020, a ABFIAE reiterou o argumento de que a aplicação das Regras de Origem do Brasil sobre o produto investigado anularia praticamente qualquer possibilidade de aquisição segura de lápis de outros países, dada a abundante exportação chinesa de minas acabadas para lápis (NCM 9609.20.00/HTS 9609 = produto final lápis). Segundo a ABFIAE, o uso/origem/disponibilidade da mina de grafite seria uma questão fundamental a inibir o fornecimento originário de terceiros mercados.

A BIC respondeu as alegações da ABFIAE a respeito das regras de origem, também em suas manifestações finais. Segundo o produtor doméstico, os países produtores de lápis importariam as minas de grafite da China também em sua forma bruta, classificada em posição tarifária completamente distinta (SH 2504). Segundo dados de importação da Indonésia apresentados de forma exemplificativa, o volume do produto adquirido pelo país relativo à classificação 2504.10 (Natural graphite in powder or in flakes) seria muito superior ao importado sob o código 9609.20. Os preços do grafite na classificação SH 2504.10 já teriam sido inclusive utilizados pela SDCOM para cálculo do valor normal na investigação de dumping de referência.

A esse respeito, deve-se mencionar que, ao longo da vigência do direito antidumping aplicado aos lápis de madeira, foram conduzidas 6 (seis) investigações de regras de origem não preferencial em relação a produtores de lápis de madeira de Taipé Chinês. Todas as referidas investigações chegaram à conclusão que o produtor/exportador não cumpria com as regras de origem adotadas pelo Brasil, ainda que algumas dessas determinações tenham se fundamentado na ausência de resposta de certas empresas. No caso específico das empresas Liberty Stationery Co. e Maslino Trading Co. , foi identificado que os produtos que comercializavam não sofriam transformação substancial e não poderiam ser considerados como originários de Taipé Chinês, por utilizarem minas de grafite da China, classificadas na mesma posição tarifária do produto (SH 9609).

Em relação aos argumentos listados pelas partes, reforça-se que, apesar da argumentação da BIC de que fornecedores importantes como Indonésia, Índia e Paquistão importariam também o grafite classificado no item 2504.10 do SH, não se sabe se tal insumo é efetivamente destinado à produção dos lápis em análise e se alguma parte ou o todo dos produtores/exportadores desses países cumpririam com os requisitos de origem da legislação brasileira. Tampouco a ABFIAE apresentou comprovação de que origens alternativas dependeriam das minas de grafite chinesas para exportarem ao mercado brasileiro, além das estatísticas de importações.

No que tange a barreiras não tarifárias, não foram apresentados elementos conclusivos a respeito do processo produtivo de outras origens produtoras de lápis, em termos de quais insumos específicos são importados de outros países, uma vez que sequer foram obtidas informações sobre capacidade produtiva mundial do produto em tela. Dessa maneira, não se pode indicar possíveis barreiras não tarifárias ao produto em tela.

2.3 Oferta nacional do produto sob análise

2.3.1 Consumo nacional aparente do produto sob análise

Com o intuito de avaliar a oferta nacional do produto sob análise, vale compreender a evolução do mercado brasileiro, considerando a participação da indústria doméstica, das importações da origem investigada e das importações de outras origens. Ressalte-se que, como não houve consumo cativo por parte da indústria doméstica, o mercado brasileiro se equivale ao consumo nacional aparente (CNA) do produto no Brasil.

Tabela 10 - Mercado brasileiro de lápis (Número-índice) - Continua...
[CONFIDENCIAL]

	Vendas indústria doméstica		Vendas outras empresas		Importações origem investigada	
Período	Nº índice	%	Nº índice	%	Nº índice	%
P1	100,00	[40-50%[	100,00	[0-10%[	100,00	[40-50%[
P2	110,37	[50-60%[	84,08	[0-10%[	57,15	[20-30%[
P3	102,28	[40-50%[	86,04	[0-10%[	71,42	[30-40%[
P4	89,14	[30-40%[	85,19	[0-10%[	119,33	[50-60%[
P5	77,76	[20-30%[	110,45	[0-10%[	188,08	[60-70%[

Fonte: RFB e Processo SECEX 52272.003183/2019-37.
Elaboração: SDCOM.
Tabela 10 - Mercado brasileiro de lápis (Número-índice) - ...continuação
[CONFIDENCIAL]

	Importações outras origens		Mercado brasileiro
Período	Nº índice	%	(Nº índice)
P1	100,00	[10-20%[	100,00
P2	94,45	[10-20%[	84,82
P3	72,93	[10-20%[	84,80
P4	50,35	[0-10%[	96,75
P5	45,97	[0-10%[	121,52

Fonte: RFB e Processo SECEX 52272.003183/2019-37.
Elaboração: SDCOM.

De acordo com a tabela acima, observou-se que o mercado brasileiro de lápis apresentou retração de 15,2% de P1 para P2, e de 0,03% de P2 para P3, mas registrou expansão de 14,1% de P3 para P4 e de 25,6% de P4 para P5. Ao analisar os extremos da série, ficou evidenciado um crescimento do mercado brasileiro de 21,5%, em volume comercializado do produto analisado.

Quando analisamos as participações no mercado brasileiro, observa-se que as vendas da indústria doméstica atingiram seu pico em P2 ([CONFIDENCIAL] 50-60% do mercado brasileiro) e, a partir daí, declinaram até o patamar mais baixo, de [CONFIDENCIAL] 20-30% em P5. Entre P1 e P5, a indústria doméstica perdeu [CONFIDENCIAL] 10-20 p.p. de participação no mercado nacional.

Seguindo a mesma tendência, as importações de outras origens alcançaram sua máxima participação no mercado brasileiro em P2 ([CONFIDENCIAL] 10-20%). A partir daí, decresceram até o patamar de [CONFIDENCIAL] 0-10% em P5. De P1 a P5, a queda das importações de lápis de outras origens foi de [CONFIDENCIAL] 0-10 p.p.

Na direção oposta, as importações da origem investigada atingiram em P2 o valor mínimo de [CONFIDENCIAL] 20-30% de participação do mercado para, a partir daí, iniciarem uma trajetória sempre ascendente, até alcançarem seu máximo, com [CONFIDENCIAL] 60-70% de participação em P5. Entre P1 e P5, as importações da origem investigada cresceram [CONFIDENCIAL] 20-30 p.p.

Finalmente, a participação no mercado nacional das vendas de outras empresas domésticas apresentou um comportamento relativamente estável, com média de [CONFIDENCIAL] 0-10% de participação no período completo de análise. De fato, tal participação decresceu apenas [CONFIDENCIAL] 0-10 p.p. entre P1 e P5.

Ademais, é possível inferir que em P2 - ano em que foi extinto o direito antidumping aplicado aos lápis de madeira - registrou-se uma inflexão na participação dos diversos fornecedores do mercado nacional de lápis. Se, em P2, as importações da China eram responsáveis por menos de 1/3 do mercado brasileiro de lápis, em P5 essa origem passa a dominar próximo a 2/3 do mercado. Em sentido oposto, as vendas da indústria doméstica - somadas às vendas de outras empresas nacionais e às importações de outras origens -, que dominavam pouco mais de 2/3 do mercado em P2, passam a responder por apenas 1/3 deste mercado em P5.

Em resumo, as evidências acima relatadas indicam que, após a extinção do direito antidumping em P2, a indústria doméstica perdeu participação no mercado brasileiro de lápis, em um mercado brasileiro em expansão. As importações de origem chinesa, por sua vez, substituíram tanto parte das vendas da indústria doméstica como de outras origens das importações.

2.3.2 Risco de desabastecimento e de interrupção do fornecimento em termos quantitativos

As peticionárias da medida de defesa comercial argumentaram que não haveria riscos de desabastecimento ou interrupção de fornecimento em caso de aplicação da medida antidumping, uma vez que a indústria doméstica estaria operando com capacidade ociosa e com altos volumes de estoque, possuindo assim capacidade instalada suficiente para atendimento à demanda do mercado. Além disso, destacam que haveria a oferta de produtos oriundos de outras origens não gravadas por uma eventual medida antidumping, e até mesmo de produtos oriundos da China com preços competitivos.

A ABFIAE relatou, em sua resposta ao Questionário de Interesse Público, que empresas a ela associadas teriam informado que a indústria doméstica priorizaria o atendimento a grandes compradores, comprometendo a entrega aos clientes de médio e pequeno portes.

A Leonora, por sua vez, relatou em sua resposta ao Questionário de Interesse público conhecer apenas um caso de problema no fornecimento do produto no ano de 2015 (P2), quando teria havido uma alta da demanda de lápis decorrente das vendas de livros para colorir para adultos. A intensa procura pelo produto teria deixado alguns pontos de venda sem mercadorias, mas tal situação teria sido contornada. Ademais, a Leonora argumentou que atualmente a produção nacional seria inferior ao consumo nacional aparente e, ainda, que as produtoras nacionais destinariam mais de 70% da sua produção ao mercado externo, sendo a importação, portanto, uma necessidade.

Em suas manifestações de 1º de novembro e 16 de dezembro de 2019, a BIC Amazônia refutou a alegação da ABFIAE de que as importações da China seriam necessárias para atendimento da demanda do mercado brasileiro porque a produção das peticionárias seria insuficiente para tal. A BIC Amazônia argumentou que não haveria qualquer risco de desabastecimento porque a capacidade da produção doméstica seria muito superior à demanda de consumo.

Da mesma forma, a Faber-Castell refutou, em sua manifestação de 5 de dezembro de 2019, a alegação da Leonora de que a fabricante brasileira não disporia de capacidade instalada suficiente para atender à totalidade da demanda nacional, destinando cerca de 70% da sua produção para o mercado externo. A Faber-Castell ressaltou que a indústria doméstica tem capacidade instalada superior à demanda nacional e que, ainda que haja exportações, tal indústria seria capaz de atender a totalidade do mercado brasileiro.

A Faber-Castell refutou também a afirmação da ABFIAE de que as produtoras nacionais privilegiariam o atendimento a clientes de grande porte em detrimento da entrega de produtos a clientes de pequeno porte. De acordo com a Faber-Castell, tal afirmação seria inverídica, uma vez que as peticionárias prezariam pelo melhor atendimento a todos os seus clientes, independentemente de porte ou região.

Quanto à alegação da Leonora de que teria havido um caso de problema de abastecimento - de caráter provisório - ocorrido em 2015, durante a alta da demanda decorrente das vendas de livros para colorir para adultos, a Faber-Castell argumentou que tal fato teria sido um acontecimento isolado e que a indústria doméstica teria reagido rapidamente, contornando a situação sem prejuízos ao mercado. Ainda de acordo com a Faber-Castell, em casos como esse, a indústria doméstica seria mais rápida que os fornecedores estrangeiros para solucionar o problema.

Em sua manifestação de 23 de dezembro de 2019, a Leonora argumentou que o maior foco da indústria doméstica seria na comercialização de lápis para atendimento ao mercado externo. De acordo com a Leonora, no período de revisão a participação das vendas da indústria doméstica ao mercado externo nas vendas totais nunca esteve abaixo de 67%, com média de 70%. Adicionalmente, a Leonora ressaltou que os dados do Parecer de Abertura evidenciam que, para a indústria doméstica atender toda a demanda brasileira de lápis sem renunciar a suas vendas no mercado externo, teria de produzir utilizando toda a sua capacidade instalada.

A ABFIAE, em sua manifestação de 6 de dezembro de 2019, ressaltou que não haveria como ignorar o fato de que o Brasil é um importador histórico de lápis, tendo em vista que a demanda superaria em larga escala a oferta da produção local.

Em 2 de julho de 2020, a ABFIAE argumentou que a capacidade instalada efetiva da indústria doméstica se encontraria estacionada na faixa de 14.000 toneladas/ano e que, ainda que os fabricantes nacionais produzissem toda a quantidade importada em P5, a aparente folga no grau de ocupação de 38,9% não seria capaz de abarcar o quantitativo de produto importado da China no total de 6.412 toneladas.

Adicionalmente, a ABFIAE chamou a atenção para o fato de que essa capacidade instalada é agregada em lápis de madeira e resina, como se fossem substitutos perfeitos, atuando em mesma faixa de consumo e que tal situação não corresponderia à realidade comercial. Neste contexto, a ABFIAE defende que a percepção inicial de que não haveria risco de desabastecimento e de interrupção do fornecimento do produto sob análise no mercado nacional em termos de volume ficaria prejudicada, pois não haveria como se identificar de forma segregada a ocupação na linha de madeira (FABER) e de resina (BIC) vis a vis o mix de volume de importação que, em P5, teria sido de 917.806 toneladas em madeira e de 5.494.242 toneladas em resina, ou seja, 14,3% e 85,7% do total chinês, respectivamente.

Em sede das manifestações sobre possível dificuldade de entrega ou priorização de fornecimento a determinados clientes, registra-se que não foram coletadas evidências de discriminação neste mercado, ou seja, a parte reclamante tão somente trouxe meras alegações sobre possíveis dificuldades nas relações comerciais sem evidências concretas que ensejassem análise detalhada sobre os dados. Além disso, não foram trazidas metodologias de aferição sobre determinação de grandes ou pequenos clientes e nem critérios para tal tipo de discriminação, em termos de entrega e fornecimento. Em que pese a produção nacional ser inferior ao mercado brasileiro somente em P5, deve-se observar que a indústria doméstica possui ociosidade produtiva, fato a ser analisado a seguir.

Com base nas alegações listadas, busca-se compreender a evolução do fornecimento da indústria doméstica e de sua capacidade de ofertar o produto sob análise e de seu grau de ociosidade. Ressalte-se que, conforme dados confirmados em verificação in loco pela SDCOM, há produção de outros produtos - [CONFIDENCIAL] - nas linhas da Faber-Castell onde é realizada a fabricação do produto similar doméstico. Na BIC Amazônia, a produção é realizada em uma única planta, sem compartilhamento da linha de produção com nenhum outro produto.

A tabela a seguir registra a capacidade instalada dos produtores domésticos de lápis, o volume de produção e o grau de ocupação total por ano, obtido pela razão entre os dois primeiros:

Tabela 11 - Capacidade Instalada, Produção e Grau de Ocupação (Número-índice)

[CONFIDENCIAL]

	Capacidade Instalada Efetiva (Nº índice) (A)	Produção Lápis (Nº índice) (B)	Produção Outros Produtos (Nº índice) (C)	Grau de ocupação (%) (D=B/A)
P1	100,00	100,00	100,00	[70-80%[
P2	100,83	104,81	140,00	[70-80%[
P3	113,64	130,34	134,29	[80-90%[
P4	100,49	100,15	158,57	[70-80%[
P5	97,65	81,53	151,43	[60-70%[

Fonte: RFB e Processo SECEX 52272.003183/2019-37.
Elaboração: SDCOM.

De acordo com a tabela acima, a capacidade instalada efetiva cresceu levemente entre P1 e P2 (0,8%) e avançou 12,7% de P2 para P3. Este último incremento da capacidade instalada foi praticamente anulado pelas quedas de 11,6% entre P3 e P4 e de 2,8% entre P4 e P5. Ao longo de P1 a P5, a capacidade instalada efetiva da indústria doméstica registrou um decréscimo de 2,4%.

O volume de produção de lápis pela indústria doméstica, por sua vez, apresentou tendência de crescimento nos primeiros anos da série analisada. Entre P1 e P2, observou-se um incremento da ordem de 4,8%, seguido de um avanço de 24,4% entre P2 e P3. Após atingir o pico em P3, esta trajetória se inverteu e o volume de produção decresceu 23,2% entre P3 e P4 e 18,6% entre P4 e P5. Considerando-se todo o período de P1 a P5, foi registrado um decréscimo de 18,5% no volume de produção de lápis da indústria doméstica. Com relação aos outros produtos que utilizam a mesma linha de produção, bem menos significativos em termos relativos, observou-se um aumento de 51,4% no volume produzido de P1 a P5.

O grau de ocupação da capacidade instalada aumentou em P2 e em P3, em relação ao período imediatamente anterior, nos valores de [CONFIDENCIAL] 0-10 p.p. e [CONFIDENCIAL] 0-10 p.p., respectivamente, apresentando um pico em P3 de [CONFIDENCIAL] 80-90%. No entanto, observaram-se reduções de [CONFIDENCIAL] 10-20 p.p. em P4 e [CONFIDENCIAL] 10-20 p.p. em P5, sempre em relação ao período imediatamente anterior. Quando considerados os extremos da série, verificou-se um decréscimo de [CONFIDENCIAL] 10-20 p.p. no grau de ocupação da capacidade instalada.

Em relação à capacidade de atendimento do mercado brasileiro pela indústria doméstica, buscou-se comparar a evolução da capacidade instalada efetiva, e de produção frente ao mercado brasileiro, igualmente considerando a penetração das importações chinesas. A tabela e o gráfico a seguir refletem tais dados, considerando cenário limite de uma eventual capacidade da indústria doméstica atender integralmente a demanda do mercado brasileiro na hipótese de cessação das importações de lápis da China.

Tabela 12 - Mercado Brasileiro, Capacidade Instalada, Capacidade Ociosa e Importações da China (Números-índice)

[CONFIDENCIAL]

	Mercado Brasileiro (Nº índice) (A)	Capacidade Instalada Efetiva (Nº índice) (B)	Produção Lápis (Nº índice) (C)	Capacidade Ociosa (Nº índice) (D=B-C)	Importações da China (Nº índice) (E)
P1	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
P2	84,82	100,83	104,81	89,99	57,15
P3	84,80	113,64	130,34	68,21	71,42
P4	96,74	100,49	100,15	101,41	119,33
P5	121,52	97,65	81,53	141,46	188,08

Fonte: RFB e Processo SECEX 52272.003183/2019-37.
Elaboração: SDCOM.
Gráfico 7 - Mercado Brasileiro, Capacidade Instalada e Produção (ton) [CONFIDENCIAL]
Fonte: RFB e Processo SECEX 52272.003183/2019-37.
Elaboração: SDCOM.

A partir de P3, verifica-se que a capacidade instalada da indústria doméstica começa a declinar, enquanto as importações oriundas da China iniciam um movimento de expansão. Em P5, observa-se, ao mesmo tempo, o nível máximo de expansão da demanda do mercado brasileiro e do volume de importações de lápis da China. Por outro lado, também em P5 a produção de lápis pela indústria doméstica atinge o menor patamar ao longo do período sob análise, ampliando o espaço de capacidade ociosa para suprir uma eventual cessação das importações oriundas da China. Portanto, em que pese o decréscimo da capacidade instalada efetiva a partir de P4, verifica-se que a indústria doméstica - em qualquer intervalo do período sob análise - teria capacidade de atender a demanda do mercado brasileiro (a soma das vendas da indústria doméstica e de outros produtores nacionais, importações chinesas e de outras origens) em uma eventual (e improvável) cessação das importações de lápis da China.

Com base no exposto, não se pode atribuir eventual risco de desabastecimento em termos do atendimento da demanda nacional, uma vez que a indústria doméstica apresenta capacidade instalada e capacidade ociosa para atender o mercado brasileiro. Com efeito, em P5 a capacidade instalada efetiva da indústria doméstica foi 38,1% superior ao mercado brasileiro. Além disto, a capacidade ociosa da indústria doméstica em P5 foi da ordem de 53,8% do mercado brasileiro. Ademais, não foram identificadas dificuldades estruturais de fornecimento do produto sob análise, seja aos distribuidores seja aos consumidores finais, razão pela qual identifica-se não haver elementos de risco de desabastecimento e de interrupção do fornecimento em termos quantitativos.

2.3.3 Risco de restrições à oferta nacional em termos de preço, qualidade e variedade

2.3.3.1 Risco de restrições à oferta em termos de preço

No que diz respeito ao risco de restrições à oferta nacional de lápis, a ABFIAE argumenta que os produtores nacionais não atenderiam a boa parte das licitações públicas de instrumentos de escrita e que este segmento de mercado estaria sendo suprido com o produto importado da China em razão de seu preço mais atrativo, ainda que em detrimento do nível de qualidade do produto.

Nesse sentido, a ABFIAE questiona como as instituições públicas seriam atendidas em suas licitações de aquisição do produto com a provável limitação da oferta pela indústria doméstica ou pela importação de lápis eventualmente sobretaxados com direito antidumping.

A dinâmica das vendas dos produtores domésticos para licitações públicas pode ser observada a partir dos dados fornecidos na petição de investigação de dumping e verificados em sede de verificação in loco, por meio das vendas internas da [CONFIDENCIAL] e, de P1 a P5, a venda de produtos para licitações da empresa reduziu em [CONFIDENCIAL] 90-100%, alcançando apenas [CONFIDENCIAL] kg ao final da série analisada.

Com relação à dinâmica de preços e custos ao longo do período em análise, dados fornecidos no âmbito da investigação de dumping revelam que a evolução de preços praticados pela indústria doméstica seguiu, de forma geral, a tendência de seus custos de produção, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

Gráfico 8 - Evolução de Preço e de Custo de Produção (R$ atualizados/kg) [CONFIDENCIAL]
Fonte: Processo SECEX 52272.003183/2019-37.
Elaboração: SDCOM.

De fato, entre P1 e P5 a relação custo de produção/preço do produto passou de [CONFIDENCIAL] 30-40% para 40-50%, sinalizando um leve incremento da ordem de [CONFIDENCIAL] 0-10 p.p. nesta relação ao longo do período em análise.

Com objetivo de aprofundar a análise de risco de restrições à oferta nacional em termos de preço, o gráfico a seguir apresenta a evolução do comportamento de preços da indústria doméstica frente ao índice de preços da indústria (IPA-OG-Indústria), expressos em número-índice.

Gráfico 9 - Evolução de Preços da Indústria Doméstica e Preços do Setor Industrial

Fonte: Processo SECEX 52272.003183/2019-37e FGV Data (IPA- OG - indústria).
Elaboração: SDCOM.

Observa-se que, entre P1 e P2, os preços da indústria doméstica e o índice de preços ao produtor amplo - indústria - seguiram uma trajetória uniforme. Entre P2 e P3, entretanto, observa-se um descolamento do índice de preços ao produtor amplo - indústria em relação aos preços da indústria doméstica. Entre P3 e P4, o índice de preços do setor e os preços da indústria doméstica voltam a convergir e praticamente se igualam em P4. Por fim, entre P4 e P5, observa-se novamente um descolamento entre o índice de preços do setor e os preços da indústria doméstica, sendo que em P5 a diferença entre os dois índices é o maior da série histórica. Note-se que, ao longo de todo o período em análise, o índice de preços do setor cresceu mais que o índice de preços da indústria doméstica.

Por fim, passa-se a um cenário de análise do preço da indústria doméstica a partir da comparação deste preço, em reais por quilograma, com as principais origens exportadoras de lápis para o Brasil:

Tabela 13 - Comparação de preços de lápis cobrados pela indústria doméstica e principais origens (Número-índice) - Continua...

[CONFIDENCIAL]

	Indústria Doméstica (Nº índice)	China (Nº índice)	Vietnã (Nº índice)	Paquistão (Nº índice)
P1	100,00	100,00	100,00	100,00
P2	108,54	147,96	156,24	135,92
P3	120,81	137,23	157,03	123,97
P4	135,17	133,42	160,09	-------
P5	143,95	147,15	180,56	94,75

Fonte: RFB e Processo SECEX 52272.003183/2019-37.
Elaboração: SDCOM.

Tabela 13 - Comparação de preços de lápis cobrados pela indústria doméstica e principais origens (Número-índice) - ...continuação

[CONFIDENCIAL]

	Indonésia (Nº índice)	França (Nº índice)	Outras origens* (Nº índice)
P1	100,00	100,00	100,00
P2	152,38	117,49	155,97
P3	165,72	78,21	161,13
P4	138,84	81,07	162,08
P5	187,55	88,61	255,21

*Outras origens: Alemanha, Argentina, Austrália, Áustria, Belarus, Bósnia e Herzegovina, Brasil, Canadá, Coréia do Norte, Coréia do Sul, Costa Rica, Espanha, EUA, Filipinas, Hong Kong, Índia, Itália, Japão, Malásia, México, Noruega, Países Baixos, Panamá, Polônia, Portugal, Reino Unido, Romênia, Rússia, Suíça, Tailândia, Taipé Chinês, República Tcheca e Uruguai.
Fonte: RFB e Processo SECEX 52272.003183/2019-37.
Elaboração: SDCOM.

Na tabela anterior, verifica-se que o preço médio dos lápis vendidos pela indústria doméstica é sempre superior ao das principais origens das importações brasileiras. O preço da China, por sua vez, é inferior ao de todas as outras origens que exportam para o Brasil, conforme já exposto neste parecer. As importações de lápis do Paquistão apresentam os preços mais próximos aos da China, sendo [CONFIDENCIAL] 50-60% superiores à média dos preços chineses no período total analisado e [CONFIDENCIAL] 10-20% superiores aos preços chineses cobrados no último período analisado (P5). Dessa forma, o preço das importações originárias da China, a princípio, não é rivalizado nem pela indústria doméstica e nem por origens alternativas, apesar de estar relativamente próximo ao do Paquistão em P5.

Adicionalmente, com base principalmente na evolução da relação custo/preço do produto doméstico, conclui-se que não foram observadas restrições de oferta em termos de preço. Com efeito, o preço da indústria doméstica de P1 a P5 acompanhou a evolução do seu custo de produção, de maneira tal que não se verificou um possível descolamento entre os dois indicadores ao longo do período em análise. Por outro lado, a evolução dos preços da indústria doméstica e dos preços do setor apresentaram um comportamento errático, ora convergindo - como em P2 e P4 -, ora divergindo - como em P3 e P5. Ressalte-se, entretanto, que os preços da indústria doméstica se mantiveram sempre abaixo do índice de preços do setor, denotando a inexistência de possíveis elementos de abuso de preços por parte da indústria doméstica.

2.3.3.2 Risco de restrições à oferta em termos de qualidade e variedade

Quanto ao atributo qualidade do produto em análise, a ABFIAE equiparou, a princípio, os lápis importados aos lápis produzidos pela indústria doméstica, em razão de ambos os produtos atenderem aos requisitos de certificação do INMETRO. Ao detalhar o atributo qualidade em suas dimensões "durabilidade" e "desempenho", a ABFIAE informou que os lápis importados da China - fabricados com madeira e de boas marcas - seriam similares aos lápis fabricados pela Faber-Castell. Já os lápis de resina originários do referido país apresentariam o mesmo desempenho dos lápis de resina produzidos pela BIC, em razão de serem fabricados com a mesma tecnologia. A ABFIAE fez, entretanto, uma clara distinção entre os lápis de madeira e os lápis de resina, ressaltando que os últimos apresentariam um desempenho muito limitado em relação aos primeiros.

De acordo com a ABFIAE, os lápis pretos de resina teriam pigmentação mais clara e mais difícil de apagar. Da mesma forma, os lápis de cor de resina não transfeririam a cor para o papel com facilidade e sua pintura ficaria muito mais clara que os lápis à base de madeira com minas de boa pigmentação. Para a ABFIAE, os lápis de resina apresentariam, de forma geral, um desempenho muito abaixo dos lápis de madeira em relação a maciez, nível de cobertura (facilidade de colorir), dificuldade para apagar, paleta de cores e diversidade de produtos.

Em sua resposta ao Questionário de Interesse Público, a Leonora argumentou que os lápis importados da China não teriam diferenças significativas em relação àqueles produzidos no Brasil, uma vez que atenderiam as normas e requisitos exigidos pelo INMETRO. A Leonora ressaltou, no entanto, que existiriam disparidades relevantes entre os lápis de madeira e os de resina. Para a Leonora, os lápis de resina teriam melhor apontabilidade (dificuldade ou facilidade de apontamento), mina mais resistente a quebras e nível de qualidade mais regular, dado que seu processo produtivo (por extrusão) o torna um produto mais homogêneo. Os lápis de madeira, por sua vez, apresentariam maior variabilidade no nível de qualidade em razão, principalmente, das diferentes qualidades de madeira. Além disso, as minas internas dos lápis de madeira quebrariam com mais facilidade.

Por fim, a Leonora destacou que o fato de os lápis de resina serem, de maneira geral, mais baratos que aqueles fabricados em madeira, não implicaria em um produto de qualidade inferior. Para corroborar tal alegação, a Leonora citou uma pesquisa realizada pela Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), do Governo do Estado de São Paulo, cujos resultados indicariam que os lápis de resina são melhor avaliados pelos alunos da rede pública estadual do que os lápis de madeira (dados referentes a 2017). A tabela abaixo resume os resultados (distribuídos por nível de ensino) da referida avaliação da qualidade ("boa" + "ótima") dos lápis (resina e madeira) fornecidos nos kits escolares pelo governo estadual de São Paulo.

Tabela 14 - Avaliação da qualidade dos lápis fornecidos pelo Governo do Estado de São Paulo - 2017

	Ensino Fundamental I (%) *	Ensino Fundamental II (%)	Ensino Médio (%) *	Média dos três níveis de ensino (%)
Lápis de resina	88,4	91,3	92,1	90,6
Lápis de madeira	80,6	88,4	89,7	86,2

Fonte: Pesquisa Kit Material Escolar. Disponível em: <http://arquivo.fde.sp.gov.br/fde.portal/PermanentFile/File/Pesquisa%20Kit%20Material%20Escolar%202017.pdf>.

* Porcentagem de alunos que avaliaram a qualidade do produto como BOA ou ÓTIMA.

Elaboração: SDCOM

Da parte das peticionárias da medida de defesa comercial, a Faber-Castell informou, em sua resposta ao Questionário de Interesse Público, que os lápis produzidos no Brasil seriam de qualidade certificada (ISO 9.001) e atenderiam a todas as normas e requisitos exigidos no mercado nacional. A Faber-Castell também alegou que amplia a variedade de sua produção por meio do lançamento de novos produtos a partir de características como conforto e cobertura da escrita, acabamento, sustentabilidade ambiental, segurança, dentre outras. Nesse sentido, a empresa apresentou seu Catálogo de Produtos Volta às Aulas 2019, por meio do qual é divulgado seu portfólio de material escolar, incluindo aí dezenas de tipos de lápis de escrever, desenhar e/ou colorir.

Em 5 de dezembro de 2019, a Faber-Castell refutou o argumento da ABFIAE de que os lápis importados por suas associadas representariam um produto alternativo às marcas nacionais, afirmando que haveria "inexistência de produção local como itens de linha com licenciamento" e de produtos com pingentes e adereços. Segundo a Faber-Castell, tal argumento não procederia, uma vez que, além de fornecer lápis com adereços colados, a peticionária também atuaria no mercado ofertando produtos licenciados.

A Faber-Castell também refutou o argumento da ABFIAE e de sua associada Summit Comércio Importação e Exportação Ltda. de que a peticionária teria sido desafiada a seguir as inovações do mercado pela concorrência com o lápis chinês. A Faber-Castell chamou atenção para o fato de que, além de ser a maior produtora de lápis do mundo, seria também pioneira na inovação e lançamento de produtos de alta qualidade e performance, inclusive aqueles citados pela ABFIAE como se fossem desenvolvimentos realizados na China. Sobre a alegação da Leonora de que a Faber-Castell não disporia de capacidade instalada suficiente para atender a totalidade da demanda nacional e que destinaria cerca de 70% da sua produção para o mercado externo, a peticionária em defesa comercial afirmou que a indústria doméstica teria capacidade instalada superior à demanda nacional, de forma que, ainda que haja exportações, tal indústria poderia atender à totalidade do mercado brasileiro.

Sobre a alegação da ABFIAE de que, em razão das limitações de oferta por parte das peticionárias, o Brasil seria um país historicamente importador de lápis, a Faber-Castell argumentou que o fato de sempre ter havido importações de lápis confirmaria que o mercado brasileiro seria aberto à concorrência internacional.

A Faber-Castell também refutou a alegação da ABFIAE de que haveria privilégio por parte das produtoras nacionais no atendimento de grandes clientes, comprometendo a entrega de produtos a clientes menores. De acordo com a Faber-Castell, as peticionárias prezariam pelo melhor atendimento a todos os seus clientes, independentemente de porte ou região. Portanto, seria inverídica a alegação de que a indústria doméstica não atenderia o mercado de forma satisfatória. Quanto à alegação da Leonora de que teria havido um caso de problema de abastecimento, de caráter provisório, ocorrido em 2015, durante a alta da demanda decorrente das vendas de livros para colorir para adultos, a Faber-Castell registrou que tal fato teria sido um acontecimento isolado, tendo a indústria doméstica reagido rapidamente e contornado a situação sem prejuízos ao mercado.

Em suas manifestações de 2 de julho de 2020, a Faber-Castell refutou a alegação da Summit Comércio Importação e Exportação Ltda. de que a variedade de produtos ofertados pela indústria doméstica seria limitada. A peticionária argumentou que teria capacidade de produzir e ofertar sortimento superior a 100 cores e que a quantidade comercializada dependeria da demanda do mercado.

No que se refere à alegação da ABFIAE de que haveria diferenças em termos de variedade de produtos, a Faber-Castell reiterou que a ampla variedade de lápis oferecida pela indústria doméstica já teria sido demonstrada ao longo da investigação. A peticionária em defesa comercial reiterou também o argumento de que a existência de variedade seria fundamental para o consumidor e que a escolha por este último quanto ao produto a ser adquirido, entretanto, deveria se basear na disponibilidade da variedade de seu interesse.

A BIC, por sua vez, destacou que a produção doméstica de lápis - assim como os lápis importados - atenderia aos padrões e requisitos exigidos pelas normas técnicas do INMETRO e da ABNT. Ressalvou, entretanto, que existiriam algumas diferenças de qualidade tanto entre os lápis de resina e de madeira, quanto entre os lápis fabricados no Brasil e os lápis importados. A BIC não informa, porém, quais seriam tais diferenças de qualidade.

A respeito do elemento variedade, tanto as peticionárias quanto as partes interessadas repisam os esforços de inovação e de melhoria contínua da qualidade a origem da variedade da oferta de seus produtos.

Em sua resposta ao Questionário de Interesse Público, a BIC argumentou que desenvolveria e lançaria anualmente novos lápis no mercado, com características intrínsecas e extrínsecas variadas, quais sejam: novas cores e tons, minas com diâmetros maiores, facilidade de apontamento, novas embalagens etc. De acordo com o Relatório Integrado e o Relatório Financeiro Anual, do ano de 2018, a BIC - em âmbito global - lança em média 20 novos produtos de escrita a cada ano.

Em sua manifestação de 1º de novembro de 2019, a BIC Amazônia registrou que não procederia a alegação das importadoras/distribuidoras de que as importações da China seriam necessárias para atendimento da demanda do mercado brasileiro porque a produção das peticionárias seria insuficiente para tal. Segundo a peticionária, a capacidade de produção efetiva das peticionárias seria muito superior ao consumo aparente.

Em 16 de dezembro de 2019, a BIC Amazônia refutou o argumento da ABFIAE de que as áreas nos pontos de venda das peticionárias seriam desproporcionais à extensão de suas linhas de produtos. De acordo com a peticionária, tal situação não corresponderia à realidade, pois representaria uma estratégia custosa de marketing. Ademais, a referida estratégia estaria também disponível para toda e qualquer empresa, inclusive às importadoras, desde que estivessem dispostas a arcar com esses custos.

A BIC Amazônia, em 4 de fevereiro, refutou as alegações das partes interessadas de que as opções de cores da indústria doméstica seriam limitadas. De acordo com a peticionária, a indústria doméstica, no todo, possuiria uma grande variedade de cores. Ademais, a BIC Amazônia ressaltou que teria em seu portfólio as embalagens de lápis de colorir de maior demanda (12, 24 e 36 cores), o que atenderia todo o sortimento requisitado em todas a listas escolares do Brasil.

A Leonora, em sua resposta ao Questionário de Interesse Público, também apresentou seu catálogo de produtos escolares para o ano de 2019, no qual foi divulgada uma grande diversidade de lápis de escrever, desenhar e/ou colorir, variando conforme o formato e a composição dos lápis, o diâmetro, conforto e resistência das minas de grafite, a quantidade de cores e tons, dentre outras características. Em suas manifestações de 2 de julho e 10 de setembro de 2020, a Leonora ressaltou que a clara distinção entre os preços dos lápis importados da China e aqueles fabricados pela indústria doméstica decorreria, de fato, do poder de mercado das marcas de ambas a peticionárias. Para a Leonora, o valor da marca explicaria inclusive a diferenciação de preços entre as linhas de produto da própria Faber-Castell, sendo a linha de maior valor agregado (por trazer a marca da fabricante na embalagem) mais cara que a linha de produtos comercializados sem o valor diferenciado da marca.

Por fim, a ABFIAE destacou, em sua resposta ao Questionário de Interesse Público, que a China, atualmente, seria o maior polo de produção de lápis no mundo, apoiada fortemente na inovação desse produto. Em sua manifestação de 3 de dezembro de 2019, a ABFIAE argumentou que a aquisição do produto similar junto à indústria doméstica seria inviável comercialmente, já que os importadores/distribuidores comercializam seus produtos com marcas próprias e haveria um suposto desinteresse de fornecimento por parte da indústria doméstica em razão da oferta de preços pouco atrativos.

Em 2 de julho de 2020, a ABFIAE destacou que a capacidade instalada efetiva da indústria doméstica se encontraria estacionada na faixa de 14.000 toneladas/ano. Segundo a ABFIAE, ainda que os fabricantes nacionais produzissem toda a quantidade importada em P5, o índice de 38,9% de capacidade ociosa não seria capaz de absorver o quantitativo de produto importado da China no total de 6.412 toneladas.

Adicionalmente, a ABFIAE ressaltou que o cálculo da capacidade instalada da indústria doméstica agregou estimativas de produção de lápis de madeira e de resina, como se tais produtos fossem substitutos perfeitos, atuando em mesma faixa de consumo, e que esta situação não corresponderia à realidade comercial do setor. No entendimento da ABFIAE, a percepção inicial de que não haveria risco de desabastecimento e de interrupção do fornecimento de lápis no mercado nacional, em termos de volume, ficaria prejudicada, já que não haveria como se identificar de forma segregada o grau de ocupação da capacidade instalada nas linhas de madeira e de resina vis à vis o mix de volume de importação.

A ABFIAE destacou também que o que o mercado brasileiro de lápis seria disputado por marcas diversas e questionou se haveria interesse da parte da indústria doméstica em fabricar produtos com as marcas das concorrentes. Em 22 de julho de 2020, a ABFIAE evidenciou que a indústria doméstica tem alegado que pode produzir quaisquer lápis que estejam sendo importados. Questionou, ainda, se a indústria doméstica seria capaz de atender devidamente as exigências e demandas do consumidor brasileiro. Para efeito de exemplificação, a ABFIAE lembrou que a Faber-Castell entendia não ser economicamente viável para ela a oferta de produtos com uma palheta com sortimento de cores mais extensa. Para a ABIFAE, grande parte do que é ofertado pela indústria doméstica se encontraria concentrada na Faber-Castell, já que a BIC Amazônia - devido às limitações tecnológicas do lápis de resina - só conseguiria ofertar produtos na faixa de mercado em que a Faber-Castell mais concentra seus esforços.

Com relação a restrições à variedade, em que pese as particularidades da caracterização como produto final sujeito a questões comerciais com possível apelo em marca na percepção do consumidor, depreende-se dos elementos de fato e de direito indicados pelas partes interessadas que as importações de lápis originárias da China não representam variedade adicional do produto em relação à variedade ofertada pela indústria doméstica. Da mesma forma, em termos estruturais, não foi possível indicar diferenças de qualidade entre o produto nacional e o importado que pudessem estabelecer possível restrição na oferta nacional.

2.3.4 Conclusões sobre oferta nacional do produto sob análise

Considerando o quanto exposto, com relação à oferta nacional do produto sob análise:

a) Em termos da participação na oferta nacional, após a extinção do direito antidumping em P2, a indústria doméstica perdeu participação no mercado brasileiro de lápis, em um mercado brasileiro em expansão. As importações de origem chinesa, por sua vez, substituíram tanto parte das vendas da indústria doméstica como de outras origens das importações.

b) De que a indústria doméstica possui capacidade instalada para atender a demanda do mercado brasileiro em uma eventual (e improvável) cessação das importações de lápis da China, em que pese o decréscimo da capacidade instalada efetiva a partir de P4, nas análises quanto a restrições à oferta nacional em termos de volume.

c) A indústria doméstica possui níveis de preço significativamente diferentes dos preços das origens em que há, atualmente, importações. Observa-se que o preço da indústria doméstica é sempre superior ao da origem investigada e das demais origens alternativas. Ao se comparar o preço da indústria doméstica com o preço das principais origens exportadoras para o mundo, nota-se que este preço é 26% superior. Note-se que, ao longo de todo o período em análise, o índice de preços do setor cresceu mais que o índice de preços e o custo de produção da indústria doméstica, não revelando a priori algum tipo de abuso de preços.

d) Não há elementos definitivos sobre eventuais diferenças entre o produto nacional e o produto chinês em termos de qualidade ou variedade.

2.4 Impactos da medida de defesa comercial na dinâmica do mercado brasileiro

Na avaliação final de interesse público em medidas de defesa comercial, busca-se avaliar os impactos da medida de defesa comercial na dinâmica do mercado nacional. No presente caso, é necessário analisar os possíveis efeitos decorrentes da imposição do direito antidumping e de previsões dos impactos sobre a dinâmica de mercado do produto face às conclusões alçadas em defesa comercial, conforme Processo SECEX nº 52272.003183/2019-37.

Como uma das formas de estimar o impacto da medida de defesa comercial, utiliza-se uma simulação com base em Modelo de Equilíbrio Parcial, descrito de forma detalhada no Anexo 1 do presente parecer. A referida metodologia está prevista no Guia Consolidado de Interesse Público em Defesa Comercial, que descreve o sistema de equações utilizado e a forma de obtenção da variação de bem-estar de interesse, disponível às partes em acesso público.

Tal modelo de equilíbrio parcial parte da estrutura de Armington, na qual os produtos das diferentes origens são tratados como substitutos imperfeitos e, dada a estrutura de elasticidade de substituição constante (CES), a substitutibilidade entre os produtos pode ser governada pela elasticidade de substituição (σ), conhecida como elasticidade de Armington. A estrutura do modelo apresentado seguiu o trabalho de Franois (2009), com a única diferença de ter considerado a ótica de um único país, enquanto Francois considera um modelo global com "n" países importando e exportando.

Considerando a ausência de estimativas para o mercado brasileiro em relação à elasticidade-preço da oferta e da demanda para o produto em questão, optou-se pela adoção, em substituição, de estimativas realizadas pela United States International Trade Comission (USITC), medidas em intervalos. Assim, foram utilizadas para a definição dos parâmetros da presente simulação as elasticidades-preço da demanda e da oferta, produto semelhante ao objeto da investigação em tela.

As publicações da autoridade estadunidense no mesmo processo serviram também como referência para a obtenção da elasticidade de substituição no comércio internacional. Os valores observados são coerentes com as estimativas comumente realizadas em estudos da literatura econômica especializada. De todo modo, foi realizada análise de sensibilidade com intuito de estabelecer limites máximos e mínimos com base no intervalo dos parâmetros de elasticidade.

Foi utilizada como cenário base para realização da simulação a configuração do mercado em P5 (2018), período mais recente da atual investigação de dumping. Foram utilizadas as informações fornecidas pela indústria doméstica e verificadas pela SDCOM, bem como as estatísticas de importações da SERFB. O Modelo de Equilíbrio Parcial será exposto tendo em conta uma eventual aplicação do direito antidumping às exportações de lápis da China para o Brasil, dentro das condições de mercado vigentes no cenário base.

O imposto de importação de cada origem foi calculado com base nos valores efetivamente arrecadados em P5, de acordo com as estatísticas de importações da SERFB. Ressalta-se que não se observava a aplicação de qualquer medida de defesa comercial no cenário-base.

A alíquota efetiva média do direito antidumping que poderá ser imposto às importações brasileiras de lápis originárias da China foi apurada em 84%, em base CIF, a partir dos montantes calculados na determinação final do Processo SECEX 52272.003183/2019-37. A alíquota em referência foi calculada a partir da alíquota individual aplicável a cada produtor/exportador, ponderada por sua participação nas exportações totais em termos de volume do país de origem para o Brasil em P5, uma vez que a simulação do Modelo de Equilíbrio Parcial considera a participação no mercado brasileiro por país.

Os resultados apresentados são submetidos a uma análise de sensibilidade ao longo do Anexo I a este parecer, de forma a verificar possíveis diferenças nas conclusões apresentadas com a variação dos parâmetros de elasticidade em faixas.

2.4.1 Impactos na indústria doméstica

Na análise de possíveis impactos da aplicação a medida de defesa comercial na indústria doméstica, são considerados elementos qualitativos e quantitativos que possam elucidar os efeitos esperados no setor responsável pelo produto similar nacional.

Na tabela a seguir são descritos os dados relativos à evolução do número de empregados da indústria doméstica ao longo do período de análise (P1 a P5), separando-se os empregados vinculados à linha de produção e os empregados dos setores de administração e vendas.

Tabela 15 - Número de empregados (Número-índice)
[CONFIDENCIAL]

	P1	P2	P3	P4	P5
Linha de produção	100,0	109,4	127,9	89,8	87,1
Administração e vendas	100,0	110,6	130,1	118,1	127,9
Total	100,0	109,5	128,1	93,1	91,9

Fonte: Indústria doméstica
Elaboração: SDCOM

Comparativamente a P1, o número de empregados que atuam em linha de produção apresentou variação negativa de 12,9% em P5. No mesmo intervalo, o número de empregados que atuam em administração e vendas aumentou 27,9%. Em consequência, a quantidade total de empregados foi reduzida em 8,1% de P1 a P5. Nos intervalos individuais, o número total de empregados aumentou 9,5% de P1 para P2 e 17% de P2 para P3. A partir de então esse quantitativo passou a cair, em 27,4% de P3 para P4 e em 1,3% de P4 para P5.

Com relação aos investimentos realizados pela indústria doméstica, a BIC informou, em seu questionário de interesse público, ter feito a aquisição de novas máquinas extrusoras para sua produção ao longo do período de análise, o que teria aumentado sua capacidade produtiva em 83% de P1 a P5. Contudo, alegou que a concorrência com as importações levou a empresa a trabalhar com uma grande capacidade ociosa atualmente.

A Faber-Castell, por sua vez, informou ter realizado investimentos destinados a "melhorias de processos, adequação às normas de segurança, sustentação dos negócios, redução de custos e pesquisas e desenvolvimentos de novos produtos e melhoria genética nos projetos florestais". Tais investimentos manteriam seus custos em patamares competitivos e permitiriam o aprimoramento da qualidade de seus produtos. Os montantes investidos foram apresentados apenas em números índices, dos quais se depreende que P2 foi o período de análise com maior volume de investimentos, 28% superior ao de P1, e P5 o de menor volume, 7% inferior a P1.

A Leonora, em seu questionário de interesse público, pontuou que as empresas que compõem a indústria doméstica seriam "subsidiárias de grandes grupos internacionais, com amplo potencial de investimento e de salvaguarda de suas unidades". Ressaltou ainda que a BIC, estando instalada na Zona Franca de Manaus contaria com um "acentuado grau de vantagem tributária", não disponível às importações.

Ademais, a Leonora defendeu que a análise da evolução dos dados da indústria doméstica de P1 a P5 seria afetada pela ocorrência de um "boom" dos livros de colorir de P1 a P3, que teria aumentado a demanda dos lápis de colorir por um breve intervalo. Ao longo dessa fase, o produtor doméstico Faber-Castell teria inaugurado um novo turno de trabalho para dar conta da demanda. Passado o período de "superaquecimento do mercado", a indústria doméstica teria demitido parte dos funcionários contratados e retomado os patamares de produção anteriores ao "boom" dos livros de colorir.

Já em suas manifestações finais, a Leonora enfatizou que a indústria doméstica, formada por BIC e Faber-Castell, teria seus preços e margens de lucro influenciados pelo poder das marcas que detêm. Isso teria permitido que suas margens melhorassem ao longo do período de análise de dano. A Faber-Castell, especificamente, produziria linhas distintas para comercialização, agregando ou não o valor diferencial de sua marca conforme estratégia de mercado.

A ABFIAE, em suas manifestações finais de 10 de setembro de 2020, argumentou que nada justificaria a imposição de uma medida antidumping para a proteção de empresas com um perfil multinacional, com ativos e patrimônio sólido. A parte fez uma análise dos resultados financeiros apresentados especificamente pela Faber Castell até 2019, com base em suas demonstrações financeiras publicadas no Diário Oficial Empresarial de São Paulo (DOESP), sustentando que a empresa possuiria receita operacional equilibrada e lucro líquido sempre positivo e crescente desde 2014.

Também em suas manifestações finais de mesma data, a BIC citou vários dos indicadores discutidos na análise de dano da investigação de referência, alegando que a prática de dumping estaria provocando efeitos negativos na indústria nacional, que mantém investimentos, empregos e parques industriais no país. A empresa defendeu que a aplicação do direito antidumping seria importante no cenário pós pandemia, permitindo a recuperação da indústria doméstica em um cenário de competição em "igualdade de condições".

Possíveis impactos da medida de defesa comercial na indústria doméstica podem ser apurados a partir da simulação referida. Na tabela a seguir estão expostos os resultados obtidos na simulação para aplicação do direito antidumping no cenário base utilizado no presente caso, considerando o excedente do produtor, do consumidor, a arrecadação do governo e o saldo final em termos de bem-estar econômico.

Tabela 16 - Variações no excedente do consumidor, no excedente do produtor, na arrecadação e no bem-estar (em milhões de US$)

Componente	Variação
Excedente do consumidor	-5,61
Excedente do produtor	0,12
Arrecadação	2,40
Bem-estar líquido	-3,09

Fonte: Anexo I - Simulação de impactos de direitos antidumping sobre as importações de lápis
Elaboração: SDCOM.

Conforme exposto, a simulação realizada indica uma variação negativa de US$ 3,09 milhões no bem-estar líquido da economia brasileira a partir da imposição de um eventual direito antidumping. O efeito apurado é resultante de uma diminuição de US$ 5,61 milhões no excedente do consumidor e de aumentos de US$ 0,12 milhão no excedente do produto e de US$ 2,4 milhões na arrecadação do governo. Ressalta-se que o aumento de arrecadação considerado é relativo à variação na cobrança de tributos federais nas importações (imposto de importação e direitos antidumping).

Do ponto de vista dos produtores nacionais, foram estimadas igualmente as possíveis variações de preço e quantidade do lápis comercializado. De acordo com a simulação, observa-se que o preço do produto da indústria doméstica aumentaria entre 0,21% e a quantidade comercializada aumentaria 23,24% - aumento de R$ [CONFIDENCIAL] centavos no preço praticado pela indústria doméstica e de [CONFIDENCIAL] toneladas vendidas - conforme tabela a seguir:

Tabela 17 - Variações nos índices de preços e quantidades comercializadas da indústria doméstica de lápis (%)

Variável	Variação (%)
Preço da ID	0,21%
Quantidade ID	23,24%

Elaboração: SDCOM.

Levando-se em conta as faixas de elasticidades consideradas, detalhadas no Anexo I deste documento, é possível estimar as participações finais esperadas para os produtores domésticos e para as importações das diversas origens no mercado brasileiro de lápis, em termos de valores mínimos e máximos. Dessa forma, a simulação do Modelo de Equilíbrio Parcial prediz que a aplicação do direito antidumping proposto elevaria a participação dos produtores domésticos para patamares entre [CONFIDENCIAL] 40-50% e [CONFIDENCIAL] 60-70% do mercado brasileiro, partindo de um valor do cenário base de [CONFIDENCIAL] 20-30%. As importações de origem chinesa, caso afetadas pela aplicação do direito antidumping, reduziriam sua participação de [CONFIDENCIAL] 60-70% para a faixa entre [CONFIDENCIAL] 20-30% e [CONFIDENCIAL] 40-50%, mantidas todas as outras condições de mercado constantes. Por fim, as importações provenientes de outros país aumentariam sua participação de [CONFIDENCIAL] 0-10% do mercado para no mínimo [CONFIDENCIAL] 0-10% e no máximo [CONFIDENCIAL] 10-20%.

Tabela 18 - Participações na quantidade - Inicial e simulado [CONFIDENCIAL]

Origem	Participação Inicial (%)	Participação mínima (%)	Participação máxima (%)
Brasil	[20-30%[	[40-50%[	[60-70%[
China	[60-70%[	[20-30%[	[40-50%[
Resto do Mundo	[0-10%[	[0-10%[	[10-20%[

Elaboração: SDCOM.

Assim, considerando os resultados obtidos na simulação, o direito antidumping não seria suficiente para afastar o produto de origem chinesa do mercado brasileiro ou tornar sua presença insignificante. No cenário-limite considerado (participação mínima das importações da origem investigada), as importações de lápis originários da China representariam, ainda assim, quase [CONFIDENCIAL] do mercado brasileiro. As importações de outras origens, por sua vez, cresceriam consideravelmente e aumentariam sua participação entre [CONFIDENCIAL] 0-10 e 0-10 vezes em relação ao percentual observado no cenário base, passando a representar até [CONFIDENCIAL] 0-10% do mercado brasileiro.

2.4.2 Impactos na cadeia a montante

Em seu questionário de interesse público, a Faber-Castell estimou que contribuiria com a geração de aproximadamente 6.000 empregos diretos em seus principais fornecedores. Todavia, a parte não apresentou as fontes ou a metodologia de tal estimativa junto à resposta. Informou também sobre investimentos que teriam sido realizados no elo produtivo a montante - qual seja o manejo de florestas e extração de madeira reflorestada - nas formas de melhoramento genético e de produção isenta de quaisquer elementos químicos considerados como potencialmente nocivos à saúde e ao bem-estar dos consumidores e ao meio ambiente (certificação ISO14.001)

Não foram apresentadas outras manifestações relativas a impactos potenciais na cadeia a montante da produção de lápis. Dessa forma, não foram obtidos, na presente avaliação de interesse público, elementos que pudessem ajudar a estimar, especificamente, o impacto da medida sobre a cadeia à montante.

2.4.3 Impactos no consumidor final

Tendo em conta que os lápis objeto da análise se caracterizam como produto final, o conceito de cadeia a jusante não se aplica ao produto. Dessa forma, serão aqui discutidos potenciais impactos da medida no consumidor final do produto.

Em resposta ao ofício de informações encaminhado pela SDCOM em 17 de junho de 2020, a Leonora apresentou manifestação em 2 de julho de 2020 com suas simulações relativas ao impacto da aplicação de eventual direito antidumping no preço e volume do lápis importado da China. No que diz respeito ao preço, a parte estimou que, a partir dos cálculos realizados do direito antidumping no Parecer SDCOM nº 6/2020 e da taxa de câmbio média de P5, a aplicação da medida implicaria num acréscimo de R$ 0,01 a R$ 0,18, do menor ao maior direito calculado, no preço CIF de cada lápis importado da China. Comparados aos preços vencedores de uma licitação da Fundação para Desenvolvimento da Educação (FDE) do Estado de São Paulo - de R$ 0,13 a R$ 0,20 por unidade de lápis de cor e de R$ 0,11 a R$ 0,20 por unidade de lápis de grafite - tais direitos poderiam representar quase 100% de aumento no preço do produto, considerando a aplicação da maior alíquota.

A Leonora apresentou anexa à resposta uma simulação do impacto do direito antidumping nos preços que pratica ao consumidor, utilizando uma metodologia de [CONFIDENCIAL]. Dessa forma, estimou um aumento entre [CONFIDENCIAL] 0-10% e 110-120% no preço dos lápis que comercializa, entendendo que [CONFIDENCIAL]. A parte afirmou considerar todos os cenários de aumento preocupantes, haja vista que o setor - importação e comercialização de lápis - já estaria sofrendo com a desvalorização do real, pressionando seus custos e margens de lucro.

Em seguida, a Leonora simulou o impacto do aumento de custos para o setor público a partir da aplicação da medida de defesa comercial, considerando um repasse integral aos preços do produto. Com base no já referido edital de licitação do FDE e tendo em vista uma suposta estimativa do órgão de consumir 160 milhões de unidades de lápis como resultado da concorrência, foi calculado um custo adicional que varia de 1,9 milhão, no caso do direito antidumping mais baixo, a 28,9 milhões, para o direito mais alto, para o governo paulista na contratação em questão. Tendo como referência os kits distribuídos pelo FDE aos alunos do estado de São Paulo e pressupondo que cada aluno de escola pública brasileiro o receberia uma vez por ano, a parte ampliou suas estimativas para abarcar o setor público do país como um todo, utilizando dados do Censo Escolar de 2018 (P5). As simulações foram realizadas em 4 cenários hipotéticos, cujos resultados em termos de aumento de custos estão descritos a seguir:

Tabela 19 - Simulação do custo adicional do direito antidumping no fornecimento dos kits escolares, em reais. Brasil. 2018

	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
Menor direito	9.829.986,79	9.688.920,10	6.566.431,18	6.472.198,62
Direito médio	47.362.663,62	46.682.978,64	31.638.259,30	31.184.229,73
Maior direito	148.641.315,38	146.508.215,99	99.292.398,68	97.867.488,28

Fonte: Leonora.

Elaboração: SDCOM

Assim, de acordo com os cálculos da parte, a imposição do direito antidumping geraria custos adicionais nas licitações públicas que variam de 6,5 milhões a 148,6 milhões de reais anuais. Tais resultados seriam ainda condicionados à continuidade da operação dos importadores, dado que o direito antidumping se colocaria "como um perigo à continuidade dos negócios das empresas que operam com lápis chinês". A Leonora fez referência também ao aumento da cotação média do dólar desde 2018, que se traduziria como incremento significativo dos custos para os importadores. Em seu entendimento, no qual não haveria perspectiva de retorno do câmbio a um patamar mais baixo, a indústria doméstica já contaria com "vantagens extraordinárias" mesmo sem a aplicação do direito antidumping.

Por fim, a Leonora utilizou matérias de jornal e uma dissertação de mestrado para ilustrar o impacto do custo do lápis no bem estar do consumidor. Alegou que os produtos que vende são destinados majoritariamente às classes C e D e que muitas dessas famílias necessitariam comprar seus próprios materiais em decorrência de atrasos na entrega dos kits escolares. Segundo a dissertação de mestrado apresentada, o atraso na entrega de materiais no município de São Paulo geraria prejuízos para a sociedade superiores a 3 milhões de reais, sendo que o custo dos lápis representaria cerca de 20% desse total. Além dos consumidores, milhares de empresas que operam no setor de papelaria, desde grandes atacadistas a empresas de bairros, seriam afetados pela imposição do direito antidumping.

A ABFIAE, também em resposta a ofício enviado pela SDCOM, apresentou estimativas de preço para comercialização do lápis importado no mercado brasileiro com a aplicação do direito antidumping. Nas estimativas, adotou como parâmetro uma alíquota ad valorem de 70% para o direito aplicável ao lápis de madeira e 22,7% ao lápis de resina, que considerou como as menores alíquotas calculadas pela autoridade investigadora. Além disso, considerou uma taxa de câmbio média de 5,30 reais por dólar, mark up para o cliente de 70% e margens variáveis entre 0% e 50%. Com os resultados obtidos, a associação concluiu que a importação dos lápis de madeira ficaria proibitiva em qualquer cenário e que a importação do lápis de resina só seria viável em cenários com margem de 0%.

A Faber-Castell, em suas manifestações finais de 10 de setembro de 2020, contestou os cálculos realizados pela Leonora dos direitos antidumping por unidade de lápis, utilizados na simulação de aumento de custos nas licitações públicas. Segundo alega, a Leonora teria cometido erro ao aplicar o fator de conversão de quilos por grosa e se justificado em tabela publicada pela SDCOM na abertura da investigação, mas que já teria sido corrigida pela autoridade investigadora quando da determinação preliminar. Dessa forma, o menor e o maior direito antidumping por lápis calculados pela Leonora seriam 67% e 61% superiores, respectivamente, aos valores corretos. Consequentemente, os cenários calculados pelo importador teriam sido distorcidos e incorretamente majorados.

A Faber-Castell questionou também a diferença entre os preços médios dos lápis importados da China e os praticados nas licitações públicas. Comparando o preço das importações de lápis da China em P5 e os preços ofertados no já referido registro de preços da FDE, o produtor doméstico concluiu que os preços da concorrência foram de 60% a 196% superiores àqueles pagos na importação. No caso do Registro de Preços Nacional realizado pelo FNDE, essa diferença com relação ao importado seria ainda superior, variando de 250% a 477%. Assim, a Faber-Castell defendeu que os importadores contam com margem suficiente para não repassarem ao consumidor os custos de eventual direito antidumping aplicado.

Em suas manifestações finais, a BIC alegou novamente que a representatividade das vendas para órgãos públicos no consumo nacional aparente seria pequena tanto do ponto de vista das indústrias domésticas como das importações. O produtor doméstico argumentou ainda que a diferença entre o preço médio CIF das importações de lápis de resina, conforme apurado pela autoridade investigadora, e o preço de venda praticado pela Leonora no registro de preços para a FDE seria de 191%. Nesse sentido, argumenta que o lápis importado continuaria com preços competitivos nas licitações públicas mesmo com a aplicação do direito antidumping, desde que os importadores diminuam sua "enorme margem de lucros".

Em relação às manifestações das partes, pondera-se que a aplicação do direito antidumping poderá ter algum impacto nos custos das licitações públicas no Brasil. Decerto, os valores simulados pela Leonora do impacto do direito para todos as licitações do Brasil parte de pressupostos rígidos e tende a estar superestimado. Mas mesmo que se considere o erro de conversão de unidades apontado pela Faber-Castell, reduzindo os efeitos calculados em mais de 60%, ainda se observariam aumentos de custos. Vale ressaltar que o estudo da Leonora parte de valores e quantidade adquiridas para o Estado de São Paulo, e que nem todos os entes federativos adquirem lápis escolares para seus alunos necessariamente. Ademais, os pressupostos de [CONFIDENCIAL e de que todos os lápis adquiridos em licitações teriam origem chinesa, ainda que possam não estar tão distantes da realidade, inflam ainda mais os impactos esperados nos custos de setor público.

Como forma de mensurar impactos gerais no consumidor, a tabela a seguir expõe os resultados obtidos na simulação executada pela SDCOM em termos de variação de índices de preços e quantidade comercializadas no mercado brasileiro de lápis, a partir das características observadas no cenário base.

Tabela 20 - Variações nos índices de preços e quantidades comercializadas no mercado brasileiro de lápis (%)

Variável	Variação (%)
Índice de Preço Total	6,81
Índice de Quantidade Total	-4,51

Elaboração: SDCOM.

A simulação indica que a imposição do direito antidumping acarretaria um aumento de 6,81% no índice de preços dos lápis comercializados no mercado brasileiro, representando cerca de [CONFIDENCIAL] R$ de aumento no preço médio por quilograma de lápis. Em consequência, o aumento de preços provocaria uma queda de 4,51% na quantidade de lápis demandada no Brasil, tendo em vista as elasticidades utilizadas, uma redução de [CONFIDENCIAL] toneladas no volume do mercado brasileiro, tendo P5 como referência.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS ACERCA DA AVALIAÇÃO FINAL DE INTERESSE PÚBLICO

Após a análise dos elementos apresentados ao longo da avaliação de interesse público feita no âmbito do processo de investigação antidumping nas exportações e lápis de madeira com mina de cor e de grafite da China para o Brasil, nota-se que:

a) o lápis de escrever, desenhar e/ou colorir, composto por madeira, resinas termoplásticas (resinas plásticas) ou outros materiais, contendo mina de grafite ou de cor, à base de carbonatos tingidos por pigmentos ou corantes se caracteriza como um produto final;

b) a cadeia produtiva a montante do lápis de madeira é significativamente diferente daquela do lápis de resina. Os elos da cadeia a jusante de ambos os tipos de lápis, entretanto, são essencialmente os mesmos;

c) apesar de o produto em análise contar com certos substitutos em usos e aplicações específicos, não foram apresentadas evidências de outros produtos que substituam sob a ótica da demanda os lápis de escrever, desenhar e/ou colorir em termos de preço;

d) o mercado brasileiro de lápis esteve em patamares de concentração moderada, de P1 a P4, e baixa em P5, com maior penetração de produtores/exportadores chineses nos últimos períodos, revelando, portanto, rivalidade neste mercado em termos de competição entre as empresas listadas.

e) a China se posiciona como maior exportador mundial de lápis, com 46,3% das exportações mundiais em 2018 (em dólares estadunidenses). Em suas vendas para todos os destinos, o país pratica um preço médio de US$ 4,99/kg, 60,6% inferior à média dos outros exportadores e superior apenas ao praticado pela Índia e pelos Emirados Árabes Unidos;

f) em P5, o produto de origem chinesa respondeu por mais de [CONFIDENCIAL] 90-100% do volume das importações brasileiras de lápis. O preço médio das importações brasileiras de lápis originários da China é inferior ao das principais outras origens em qualquer dos períodos analisados (P1 a P5);

g) Vietnã, Indonésia e França (onde se localiza a matriz da BIC) são grandes exportadores mundiais de lápis e fornecedores relevantes para o mercado brasileiro de P1 a P5. Contudo, o volume importado pelo Brasil de tais origens em P5, correspondente a [CONFIDENCIAL] 0-10%, 0-10% e 0-10% das importações brasileiras de lápis, respectivamente, é muito inferior ao originário da China e com preços médios ao menos [CONFIDENCIAL] 0-10 vezes superior.

h) de P1 a P5, as importações brasileiras de lápis originárias da China cresceram 88,1% em volume. As importações de outras origens, por sua vez, decresceram 54% no mesmo intervalo;

i) a China manteve-se como a principal fonte das importações brasileiras de lápis, mesmo com a vigência do direito antidumping (P1 a P2).

j) a China é alvo das 3 (três) medidas antidumping aplicadas por EUA, México e Paquistão em suas importações de lápis;

k) a tarifa brasileira de 18% é mais alta que a cobrada por 66,9% dos países que reportaram suas alíquotas à OMC, que a média mundial de 12% cobradas pelos países da OMC e que a média da tarifa de 13,3% cobrada pelos cinco principais exportadores globais;

l) os países aos quais foram concedidas preferências tarifárias não representam origens exportadoras relevantes ao mercado brasileiro;

m) a medida antidumping para os lápis de madeira originário da China (sem inclusão do lápis de resina) foi aplicada durante dezoito anos e meio aproximadamente, estando o produto importado não gravado por qualquer medida de defesa comercial há cerca de cinco anos e meio;

n) os lápis importados no mercado brasileiro estão sujeitos ao controle de conformidade do INMETRO. A base de dados da OMC contabiliza barreiras técnicas adotadas nas importações do mesmo código SH6 por 3 (três) países (Egito, Peru e Ucrânia) e início de adoção por outros 10 (dez);

o) não foram apresentados elementos definitivos a respeito do atendimento aos requisitos de origem por origens alternativas, que utilizariam insumos provenientes da China. Em investigações de origem conduzidas ao longo da vigência de direito aplicado aos lápis de madeira, concluiu-se que 6 (seis) produtores/exportadores de Taipé Chinês não cumpriam com as condições necessárias para atestação de origem do país;

p) a partir de P2, a indústria doméstica perdeu participação no mercado brasileiro de lápis, em um mercado brasileiro em expansão, ao mesmo tempo em que diminuiu seu volume de produção e seu grau de ocupação de capacidade instalada efetiva;

q) a indústria doméstica possui capacidade instalada e capacidade ociosa para atender a demanda do mercado brasileiro em uma eventual (e improvável) cessação das importações de lápis da China, em que pese o decréscimo da capacidade instalada efetiva a partir de P4, nas análises quanto a restrições à oferta nacional em termos de volume.

r) o comportamento dos preços praticados pela indústria doméstica em relação aos custos não revelou, a priori, uma restrição à oferta nacional em termos de preços, uma vez que a evolução de preços seguiu a tendência de custos de produção. Ao longo de todo o período em análise, o índice de preços do setor cresceu mais que o índice de preços e o custo de produção da indústria doméstica;

s) de P1 a P5, o preço médio do lápis da indústria doméstica é sempre superior ao da China e das demais origens alternativas;

t) Vietnã e Paquistão se apresentam como origens alternativas - em termos de volume e preço, respectivamente - às importações brasileiras de lápis originárias da China;

u) não há elementos definitivos sobre eventuais diferenças entre o produto nacional e o produto chinês em termos de qualidade ou variedade;

v) as simulações realizadas com base no Modelo de Equilíbrio Parcial estimaram um efeito negativo de US$ 3,1 milhões no bem-estar da economia brasileira da eventual aplicação da medida de defesa comercial. Estima-se igualmente uma elevação de 6,8% no preço do lápis no mercado brasileiro e uma redução de 4,5% na quantidade consumida do produto.

Diante do exposto, contata-se que a China é uma origem importante para o mercado brasileiro de lápis e que dificilmente será substituída por outras origens. Em termos de preço, o produto mais próximo ao chinês é o lápis originário do Paquistão, país que não figura como grande exportador mundial.

Por outro lado, os dados de preços e volume analisados, bem como as simulações de impacto da medida de defesa comercial, indicam que os direitos antidumping calculados para as empresas chinesas não seriam suficientes para afastá-los do mercado brasileiro, sugerindo eventual absorção de aplicação dos direitos antidumping. Este fato foi reconhecido pela própria ABFIAE em sua resposta ao Questionário de Interesse Público, como também evidenciado durante o período de vigência da medida antidumping sobre lápis de madeira (P1 e P2).

Além disso, a diferença entre o preço médio CIF praticado pela China e os observados para a indústria doméstica e outras origens, de P1 a P5 é, no geral, muito superior às margens de dumping calculadas. Ainda, nesse contexto, registra-se que os produtores/exportadores chineses, na simulação de impacto da medida antidumping em termos de participação de mercado, reduziriam sua participação de [CONFIDENCIAL] 60-70% para intervalo em torno de [CONFIDENCIAL] 20-30 a 40-50% do mercado de lápis no Brasil, enquanto a indústria doméstica elevaria sua participação de [CONFIDENCIAL] 20-30% para intervalo entre [CONFIDENCIAL] 40-50 a 60-70%, o que indica a presença de rivalidade neste mercado em termos de competição entre os produtores nacionais e chineses mesmo em cenário extremo traçado com base nas participações estimadas. Da mesma forma, não se pode afastar o aumento da participação de outras origens com o possível desvio de comércio com aplicação do direito antidumping, traduzidos na simulação de ocupação deste mercado em cerca [CONFIDENCIAL]0-10% para no máximo [CONFIDENCIAL]10-20%, em especial de origens como Vietnã e Paquistão.

Ademais, a participação dos produtores chineses simulada ([CONFIDENCIAL] 20-30%) seria semelhante à registrada pelo país em P2, período no qual o HHI do mercado brasileiro indicava um nível moderado de concentração de mercado, reforçando a manutenção da competição neste mercado.

Reconhece-se que os lápis objeto da investigação de dumping são produtos relacionados à atividade educacional. Em que pese a dificuldade de apuração dos gastos com o produto em licitações públicas pelo Brasil, tendo em vista os quase 6 (seis) mil entes federativos existentes no país, pode-se inferir algum tipo de efeito do direito antidumping aplicado na elevação de custos neste setor, motivado pela possível elevação de preços do produto em caráter geral em cerca de 6,8%, conforme resultados da simulação de impacto.

No entanto, em que pese os esforços da SDCOM de obtenção de dados mais acurados sobre a representatividade do lápis no setor educacional com base nas consultas realizadas ao ente governamental FNDE e também ao Ministério da Educação, não foram apresentados dados sobre a representatividade dos lápis nos custos gerais com material escolar ou no orçamento da educação pública, ainda que esta pareça ser reduzida ou de efeito essencialmente difuso. Diante da ausência da participação dos órgãos precipuamente responsáveis pela política pública de educação no Brasil, é possível presumir impacto não tão evidente no setor educacional como um todo. Deve-se ressaltar que as aquisições de material escolar ocorrem de forma descentralizada no país, a critério dos 5.570 (cinco mil, quinhentos e setenta) entes municipais, 27 (vinte e sete) unidades federativa e da União, ainda que ocasionalmente se aproveitem registros de preços realizados por órgãos como o FNDE.

Por fim, ressalte-se que na presente avaliação final foi aprofundada a investigação sobre os impactos da medida de defesa comercial na dinâmica do mercado nacional, em continuidade e em complemento às conclusões preliminares, que por ocasião recomendou, no princípio da cautela, a não aplicação de direito provisório, justamente por não se ter ainda disponíveis conclusões definitivas sobre, entre outros fatores, as implicações de impacto da medida de defesa comercial no mercado brasileiro.

Nesse contexto, reconhece-se que, em termos de oferta internacional, a aplicação do direito antidumping dificilmente terá o condão de afastar a origem em análise do mercado brasileiro e torná-lo pouco competitivo, com base em sua participação de mercado estimada com a aplicação do direito antidumping. Ou seja, há elementos de que, mesmo com a aplicação da medida, manter-se-á cenário de rivalidade no Brasil, a partir da penetração das importações chinesas e a elevação de participação no mercado dos produtores nacionais. Ainda que exista impacto da aplicação do direito antidumping, algo esperado pela natureza da aplicação da medida de defesa comercial, observa-se que a China continuará a exportar de modo significativo ao país, dado que pela simulação de impactos as importações de lápis originários da China representariam, ainda assim, quase [CONFIDENCIAL] do mercado brasileiro, além da possibilidade de fontes alternativas não gravadas como Vietnã e Paquistão.

Do ponto de vista do atendimento aos consumidores brasileiros, entende-se que a demanda nacional continuará sendo satisfatoriamente atendida, em termos da capacidade produtiva da indústria doméstica, isto é, em termos de quantidade, qualidade e variedade disponível ao consumidor brasileiro. Em relação à dinâmica de preços, mesmo com a aplicação do direito antidumping, o produto importado possui preço bastante inferior na comparação ao preço médio CIF praticado pela indústria doméstica, o que reforça a rivalidade neste mercado.

Por fim, aponta-se que o efeito do impacto nas licitações educacionais é difuso e sem métrica bem estabelecida, em função da ausência de dados e informações disponíveis na presente avaliação de interesse público de entes governamentais como FNDE e Ministério da Educação, presumindo-se impacto não tão evidente no setor educacional como um todo.

Ante o exposto, verifica-se que a aplicação da medida de defesa comercial no presente caso não parece impactar significativamente a dinâmica do mercado brasileiro a ponto de suspender ou de alterar as medidas antidumping propostas às importações brasileiras de lápis originárias da China, sugerindo-se a manutenção integral das medidas antidumping recomendadas em sede de defesa comercial.

RESOLUÇÃO GECEX Nº 148, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

Altera o Anexo II da Resolução nº 125, de 15 de dezembro de 2016.

O COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, inciso IV, do Decreto nº 10.044, de 4 de outubro de 2019, considerando o disposto nas Decisões nºs 58, de 16 de dezembro de 2010, e 26, de 16 de julho de 2015 do Conselho do Mercado Comum do MERCOSUL, nas Resoluções nº 92, de 24 de setembro de 2015, e nº 125, de 15 de dezembro de 2016, da Câmara de Comércio Exterior, e tendo em vista a deliberação de sua 3ª Reunião Extraordinária de 2021, ocorrida no dia 20 de janeiro, resolve:

Art. 1º Ficam incluídos no Anexo II da Resolução nº 125, de 15 de dezembro de 2016, conforme descrições e alíquotas a seguir discriminadas:

NCM	Descrição	Alíquota
4011.20.90	Ex 001 - Pneumáticos novos, de borracha, dos tipos utilizados em caminhões, nas medidas 295/80 R22,5.	0%
	Ex 002 - Pneumáticos novos, de borracha, dos tipos utilizados em caminhões, nas medidas 275/80 R22,5.	0%
	Ex 003 - Pneumáticos novos, de borracha, dos tipos utilizados em caminhões, nas medidas 215/80 R17,5.	0%
	Ex 004 - Pneumáticos novos, de borracha, dos tipos utilizados em caminhões, nas medidas 235/80 R17,5.	0%
	Ex 005 - Pneumáticos novos, de borracha, dos tipos utilizados em caminhões, nas medidas 12.00 R24.	0%

Art. 2º No Anexo I da Resolução da Câmara de Comercio Exterior nº 125, de 2016, a alíquota correspondente ao código 4011.20.90 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM fica assinalada com o sinal gráfico "#".

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor no dia 21 de janeiro de 2021.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Presidente do Comitê-Executivo de Gestão
Substituto

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
2ª SEÇÃO
2ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta Ordinária de julgamento dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

1) Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio a ser encaminhado por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, observadas as orientações na Carta de Serviços no sítio do CARF;

2) É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta;

3) Fica facultada às partes a solicitação de retirada do recurso de pauta por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, a ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, situação em que o respectivo processo será automaticamente incluído em reunião a ser agendada oportunamente.

4) O julgamento do Processo nº 13971.724561/2015-57 (item 79) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 80 a 83. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 80 a 83, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

5) O julgamento do Processo nº 10930.721429/2019-13 (item 84) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 85 a 96. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 85 a 96, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

6) O julgamento do Processo nº 10920.724272/2015-65 (item 99) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 100 a 195. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 100 a 195, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

7) O julgamento do Processo nº 10840.723477/2015-13 (item 196) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 197 a 203. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 197 a 203, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

8) O julgamento do Processo nº 10073.720087/2016-19 (item 205) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 206 a 210. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 206 a 210, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

9) O julgamento do Processo nº 10280.721255/2015-59 (item 228) servirá como paradigma para o julgamento do processo constante do item 229. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao processo repetitivo de que trata o item 229, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 2 de Fevereiro de 2021, ÀS 08:00 HORAS

TEMA 1: CS - SALÁRIO INDIRETO / PARCELAS SOBRE FOLHA / CONTRIBUINTE INDIVICUAL / IMUNIDADE / SAT / TERCEIROS / OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA / OUTROS
Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA
1 - Processo nº: 10166.726968/2015-15 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e SERV BRASILEIRO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
2 - Processo nº: 10140.721589/2015-27 - Recorrente: INSTITUTO MIRIM DE CAMPO GRANDE - I.M.C.G. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO MONTEIRO LOUREIRO AMORIM
3 - Processo nº: 10860.720794/2015-40 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e FUNDACAO BRADESCO
4 - Processo nº: 44021.000108/2007-12 - Recorrente: ASSOCIACAO O RAIAR DO SOL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 18108.001340/2007-08 - Recorrente: ASSOCIACAO O RAIAR DO SOL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 18108.001341/2007-44 - Recorrente: ASSOCIACAO O RAIAR DO SOL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 10935.004922/2009-45 - Recorrente: FRIGORIFICO PORCOBELLO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 10935.004923/2009-90 - Recorrente: FRIGORIFICO PORCOBELLO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 10935.004924/2009-34 - Recorrente: FRIGORIFICO PORCOBELLO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 10935.005464/2009-61 - Recorrente: FRIGORIFICO PORCOBELLO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 10935.005465/2009-14 - Recorrente: FRIGORIFICO PORCOBELLO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 10935.004925/2009-89 - Recorrente: FRIGORIFICO PORCOBELLO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA
13 - Processo nº: 13831.000504/2007-73 - Recorrente: B & L ASSESSORIA E COM INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 13831.000498/2007-54 - Recorrente: B L ASSESSORIA E COM EM INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SAVIO SALOMAO DE ALMEIDA NOBREGA
15 - Processo nº: 15504.012544/2008-86 - Recorrente: CAIXA DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 15504.012543/2008-31 - Recorrente: CAIXA DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 15504.012545/2008-21 - Recorrente: CAIXA DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 15504.012548/2008-64 - Recorrente: CAIXA DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 15504.012546/2008-75 - Recorrente: CAIXA DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 15504.012547/2008-10 - Recorrente: CAIXA DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 15504.012550/2008-33 - Recorrente: CAIXA DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FRANCISCO NOGUEIRA GUARITA
22 - Processo nº: 13603.002446/2007-14 - Recorrente: FIAT AUTOMOVEIS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 13603.002615/2007-16 - Recorrente: FIAT AUTOMOVEIS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 13603.002784/2007-48 - Recorrente: FIAT AUTOMOVEIS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 2 de Fevereiro de 2021, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 1: CS - SALÁRIO INDIRETO / PARCELAS SOBRE FOLHA / CONTRIBUINTE INDIVICUAL / IMUNIDADE / SAT / TERCEIROS / OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA / OUTROS
Relator(a): SAVIO SALOMAO DE ALMEIDA NOBREGA
25 - Processo nº: 10865.003432/2008-11 - Recorrente: J.C.R. BENEFICIAMENTO DE MATERIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 10865.003431/2008-77 - Recorrente: J.C.R. BENEFICIAMENTO DE MATERIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 10865.003438/2008-99 - Recorrente: J.C.R. BENEFICIAMENTO DE MATERIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 10865.003586/2008-11 - Recorrente: J.C.R. BENEFICIAMENTO DE MATERIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 10865.003582/2008-25 - Recorrente: J.C.R. BENEFICIAMENTO DE MATERIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo nº: 10865.000820/2010-65 - Recorrente: J.C.R. BENEFICIAMENTO DE MATERIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA
31 - Processo nº: 14474.000001/2007-77 - Recorrente: UNIVERSIDADE DO PROFESSOR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FRANCISCO NOGUEIRA GUARITA
32 - Processo nº: 15983.000719/2007-86 - Recorrente: ENGENHARIA ELETRICA PARAISO DE ITANHAEM e Interessado: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 15983.000720/2007-19 - Recorrente: ENGENHARIA ELETRICA PARAISO DE ITANHAEM e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SAVIO SALOMAO DE ALMEIDA NOBREGA
34 - Processo nº: 11926.002099/2009-13 - Recorrente: VITTA IMPLEMENTOS RODOVIARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 11176.000177/2007-03 - Recorrente: SAO JORGE DO OESTE PREFEITURA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FRANCISCO NOGUEIRA GUARITA
36 - Processo nº: 17460.000692/2007-56 - Recorrente: WF COMERCIO DE MARMORES E GRANITOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 17460.000691/2007-10 - Recorrente: WF COM MARMORES E GRANITOS LTDA ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 17460.000671/2007-31 - Recorrente: WF COMERCIO DE MARMORES E GRANITOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SAVIO SALOMAO DE ALMEIDA NOBREGA
39 - Processo nº: 12269.000138/2008-11 - Recorrente: COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO DO RIO GRANDE DO SUL E SANTA CATARINA - CENTRAL SICREDI SUL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FRANCISCO NOGUEIRA GUARITA
40 - Processo nº: 36392.002013/2007-89 - Recorrente: FARMA DRUGS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 36392.002010/2007-45 - Recorrente: FARMA DRUGS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 36392.002011/2007-90 - Recorrente: FARMA DRUGS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 36392.002009/2007-11 - Recorrente: FARMA DRUGS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 14120.000369/2007-45 - Recorrente: FAZENDA ELDORADO S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 14120.000371/2007-14 - Recorrente: FAZENDA ELDORADO SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 14120.000370/2007-70 - Recorrente: FAZENDA ELDORADO S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA
47 - Processo nº: 13838.000311/2007-52 - Recorrente: EMPREITEIRA VALE-CON S/C LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 13838.000312/2007-05 - Recorrente: EMPREITEIRA VALE-CON S/C LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 13629.001335/2008-75 - Recorrente: DOUDARLI TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 13629.001043/2008-32 - Recorrente: DOUDARLI TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 19515.001104/2008-25 - Recorrente: INFRASTRUCTURE TEC MANAGEMENT DO BRASIL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 19515.001105/2008-70 - Recorrente: INFRASTRUCTURE TEC MANAGEMENT DO BRASIL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FRANCISCO NOGUEIRA GUARITA
53 - Processo nº: 14751.000143/2008-07 - Recorrente: JOACIR FERNANDO DE FREITAS DE MELO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 14751.000146/2008-32 - Recorrente: JOACIR FERNANDO DE FREITAS MELO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 14751.000144/2008-43 - Recorrente: JOACIR FERNANDO DE FREITAS MELO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA
56 - Processo nº: 13973.000328/2008-36 - Recorrente: VAVE IND. E COM. DE MOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 13973.000327/2008-91 - Recorrente: VAVE IND. E COM. DE MOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DEBORA FOFANO DOS SANTOS
58 - Processo nº: 13907.720068/2018-84 - Recorrente: ALDINEI GONCALVES & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 13907.720110/2018-67 - Recorrente: ARAPON-GAS COMERCIO DE GAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 13907.720085/2018-11 - Recorrente: BRUDER - INDUSTRIA MOVELEIRA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 13907.720112/2018-56 - Recorrente: CARLOS ALBERTO EVANGELISTA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 13907.720069/2018-29 - Recorrente: GUARDIAN - PARTICIPACOES E GESTAO DE NEGOCIOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 13907.720070/2018-53 - Recorrente: HELENA M. G. MARIANO EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 13907.720083/2018-22 - Recorrente: JACOBOSKI & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 13907.720082/2018-88 - Recorrente: JACOBOSKI, JACOBOSKI & CIA. LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 13907.720089/2018-08 - Recorrente: KAZAN - INDUSTRIA E COMERCIO DE ALUMINIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 13907.720072/2018-42 - Recorrente: NICLEVISK & CIA. LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 13907.720086/2018-66 - Recorrente: ODONTOLOGIA MARIANO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 13907.720091/2018-79 - Recorrente: RELOJOARIA PEROLA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 13907.720111/2018-10 - Recorrente: RENATO DE LIMA & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 13907.720074/2018-31 - Recorrente: RICARDO MOLINARI & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 13907.720092/2018-13 - Recorrente: S C S - DEPARTAMENTOS E CONVENIENCIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 13907.720071/2018-06 - Recorrente: S C S COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 13907.720088/2018-55 - Recorrente: S M C - SIRIEMA MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 13907.720087/2018-19 - Recorrente: SOTERVIDIA DISTRIBUIDORA DE FERRAMENTAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 13907.720075/2018-86 - Recorrente: VALLFER - TINTAS E SUPRIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 13603.722709/2015-15 - Recorrente: ARMARINHO QUEIROZ BORGES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 18186.733261/2015-39 - Recorrente: EASYMICRO COMERCIO DE PRODUTOS PARA INFORMATICA E SERVICOS DE MANUTENCAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 13971.724561/2015-57 - Recorrente: EZSOFT SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO
80 - Processo nº: 13971.724497/2015-12 - Recorrente: PREMIER STORE SHOP IMPORTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 13971.724560/2015-11 - Recorrente: ALVORADA TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 13971.724562/2015-00 - Recorrente: RRG MANUTENCAO & TECNOLOGIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 18186.721532/2019-37 - Recorrente: BETA GRAFICA E COMUNICACAO VISUAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DEBORA FOFANO DOS SANTOS
84 - Processo nº: 10930.721429/2019-13 - Recorrente: GILKA MODAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO
85 - Processo nº: 10930.721256/2019-25 - Recorrente: TECNOQUIMICA SISTEMAS DE HIGIENE PROFISSIONAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 10930.721427/2019-16 - Recorrente: SANGRE - CLINICA DE DIAGNOSTICO E TRATAMENTO DE DOENCAS DO SANGUE SOCIEDADE SIMPLES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 10930.721430/2019-30 - Recorrente: DELECTUS SOCIEDADE SIMPLES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 10930.721492/2019-41 - Recorrente: FARMACIA E PERFUMARIA CIDADE ALTA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 10930.721702/2018-11 - Recorrente: LABTEC COMERCIO DE PRODUTOS MICROBIOLOGICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 10930.721704/2018-18 - Recorrente: FARMACIA E PERFUMARIA CIDADE ALTA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo nº: 10930.721706/2018-07 - Recorrente: FARMACIA E PERFUMARIA FLEMINFARMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo nº: 10930.721709/2018-32 - Recorrente: TECNOQUIMICA SISTEMAS DE HIGIENE PROFISSIONAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
93 - Processo nº: 10930.722229/2018-99 - Recorrente: GILKA MODAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
94 - Processo nº: 10930.723825/2018-96 - Recorrente: COMERCIAL FRAME LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
95 - Processo nº: 11610.720763/2019-27 - Recorrente: RHEDUCAR & DESENVOLVER LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo nº: 13002.720195/2019-58 - Recorrente: KB TRANSPORTES & SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DEBORA FOFANO DOS SANTOS
97 - Processo nº: 13671.720060/2019-18 - Recorrente: INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE PITANGUI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo nº: 13671.720042/2019-28 - Recorrente: INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DE BOM DESPACHO-BDPREV e Interessado: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 10920.724272/2015-65 - Recorrente: PEDRO LUIZ ZAVODINE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO
100 - Processo nº: 10166.723722/2019-15 - Recorrente: REALGRAF ARTE GRAFICA EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
101 - Processo nº: 10166.724013/2019-57 - Recorrente: MARCO AURELIO ROCHA DUARTE CONSULTORIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
102 - Processo nº: 10640.721704/2019-56 - Recorrente: DBX SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 10640.721705/2019-09 - Recorrente: DCX SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo nº: 10640.721706/2019-45 - Recorrente: MBX CONTABILIDADE E SERVICOS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
105 - Processo nº: 10665.722206/2019-42 - Recorrente: FUNDO PREVIDENCIARIO MUNICIPAL DE NOVA SERRANA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo nº: 10680.723557/2019-82 - Recorrente: AMARAL ENGEL CLINICA ODONTOLOGICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
107 - Processo nº: 10680.723957/2019-98 - Recorrente: MARIA PAULA DE OLIVEIRA SENA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
108 - Processo nº: 10725.720283/2019-14 - Recorrente: V. GOMES FAGUNDES COMERCIO DE FUMOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
109 - Processo nº: 10830.722341/2019-39 - Recorrente: DETALHE CABELEREIROS UNISSEX LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
110 - Processo nº: 10920.721768/2019-19 - Recorrente: CARLOS ANDREY POLSIN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
111 - Processo nº: 10920.721771/2019-24 - Recorrente: MAURI ALEBRANDT e Interessado: FAZENDA NACIONAL
112 - Processo nº: 10920.721772/2019-79 - Recorrente: DIAS COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE BAZAR EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
113 - Processo nº: 10920.722033/2019-02 - Recorrente: RESTAURANTE E LANCHERIA ZULIAN LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
114 - Processo nº: 10920.722034/2019-49 - Recorrente: METALURGICA GARUVA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
115 - Processo nº: 10920.722902/2018-18 - Recorrente: CARLOS ANDREY POLSIN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
116 - Processo nº: 10920.722939/2018-38 - Recorrente: DIAS COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE BAZAR EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
117 - Processo nº: 10920.722941/2018-15 - Recorrente: RESTAURANTE E LANCHERIA ZULIAN LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
118 - Processo nº: 10920.722983/2018-48 - Recorrente: AGOSTINHO EIDT e Interessado: FAZENDA NACIONAL
119 - Processo nº: 10920.723569/2016-94 - Recorrente: COMERCIAL CAFI LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
120 - Processo nº: 10920.724273/2015-18 - Recorrente: AVELINA COSTA DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
121 - Processo nº: 10920.724405/2015-01 - Recorrente: BELA BAZAR COMERCIO DO VESTUARIO E ENXOVAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
122 - Processo nº: 10920.724406/2015-48 - Recorrente: ELIZETE MARIA KLEMM e Interessado: FAZENDA NACIONAL
123 - Processo nº: 10920.724513/2015-76 - Recorrente: LONTRAS INCORPORADORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
124 - Processo nº: 10920.724514/2015-11 - Recorrente: XPERIENCE CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
125 - Processo nº: 10930.721663/2018-51 - Recorrente: SIGNORI & MURARI LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
126 - Processo nº: 10930.721883/2018-85 - Recorrente: ASSOCIACAO CRISTA EVANGELICA SUL AMERICANA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
127 - Processo nº: 10930.721884/2018-20 - Recorrente: IGREJA PRESBITERIANA DA VILA NOVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
128 - Processo nº: 10936.720464/2019-57 - Recorrente: RUBENS NANDI & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
129 - Processo nº: 11516.720575/2019-77 - Recorrente: CASTILHO SOLUCOES IMOBILIARIAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
130 - Processo nº: 11516.720576/2019-11 - Recorrente: AF CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
131 - Processo nº: 11516.721022/2019-31 - Recorrente: STW ENGENHARIA S/S e Interessado: FAZENDA NACIONAL
132 - Processo nº: 11516.721026/2019-10 - Recorrente: MARTINS TRANSPORTE RODOVIARIO E ESCOLAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
133 - Processo nº: 11516.721050/2019-59 - Recorrente: TRANSPORTE ESCOLAR ANDRE E ALTAIR DE LIZ LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
134 - Processo nº: 11516.721738/2018-58 - Recorrente: SILVEIRA AMORIM REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
135 - Processo nº: 11516.721767/2018-10 - Recorrente: PANIFICADORA E CONFEITARIA DELICIAS DO PAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
136 - Processo nº: 11516.721777/2018-55 - Recorrente: MARTINS TRANSPORTE RODOVIARIO E ESCOLAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
137 - Processo nº: 11516.721882/2018-94 - Recorrente: MG CORRETORA DE SEGUROS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

138 - Processo nº: 11516.723493/2018-01 - Recorrente: CONSUTEC REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
139 - Processo nº: 11707.721625/2016-43 - Recorrente: BOUGAINVILLE FAMA MAR EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
140 - Processo nº: 11707.721626/2016-98 - Recorrente: MADAX EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
141 - Processo nº: 13601.720173/2019-39 - Recorrente: CAIXA ESCOLAR SAO JOAQUIM DE BICAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
142 - Processo nº: 13601.720319/2018-65 - Recorrente: COTEIG CONTABILIDADE EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
143 - Processo nº: 13604.720043/2019-76 - Recorrente: CASA DOS AVIAMENTOS ALVARENGA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
144 - Processo nº: 13604.720044/2019-11 - Recorrente: MEDCENTER - SERVICOS MEDICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
145 - Processo nº: 13604.720045/2019-65 - Recorrente: ANDRADE E MOURA SERVICOS MEDICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
146 - Processo nº: 13604.720047/2019-54 - Recorrente: GIS - PARTICIPACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
147 - Processo nº: 13604.720066/2019-81 - Recorrente: ENFERMED - SERVICOS MEDICOS ITABIRA EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
148 - Processo nº: 13609.720863/2019-18 - Recorrente: MARCOS ANTONIO ALVES TEIXEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
149 - Processo nº: 13609.720880/2019-55 - Recorrente: VIA LAGOS TRANSPORTE DE CARGAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
150 - Processo nº: 13617.720047/2019-13 - Recorrente: FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
151 - Processo nº: 13628.720074/2019-59 - Recorrente: KYOTO COMERCIO DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
152 - Processo nº: 13628.720076/2019-48 - Recorrente: C F C ALIANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
153 - Processo nº: 13628.720082/2019-03 - Recorrente: ELMA CONDE DA SILVA ARAUJO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
154 - Processo nº: 13628.720083/2019-40 - Recorrente: FRANCO E CAMPOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
155 - Processo nº: 13628.720086/2019-83 - Recorrente: CONTUR INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
156 - Processo nº: 13631.720084/2019-35 - Recorrente: INST MUNIC DE PREVID DOS SERV PUBLICOS DE JEQUERI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
157 - Processo nº: 13634.720149/2019-12 - Recorrente: BARROS & GOECKING AUTO PECAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
158 - Processo nº: 13637.720034/2019-06 - Recorrente: CONDOMINIO EDIFICIO MERCANTIL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
159 - Processo nº: 13746.720123/2019-15 - Recorrente: CARDAN BELFORD RECUPERADORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
160 - Processo nº: 13782.720025/2019-33 - Recorrente: CRRFISIO CENTRO DE REABILITACAO E READAPTACAO FISIOTERAPICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
161 - Processo nº: 13786.720025/2019-01 - Recorrente: PAPELARIA SEMIANA DE PADUA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
162 - Processo nº: 13786.720032/2019-03 - Recorrente: CASA DO PEIXE NOVA PADUA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
163 - Processo nº: 13874.720044/2019-31 - Recorrente: ACOUGUE E MINI MERCADO DOIS IRMAOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
164 - Processo nº: 13874.720048/2019-19 - Recorrente: ELIETE RAMOS DA SILVA CAPAO BONITO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
165 - Processo nº: 13874.720058/2019-54 - Recorrente: ARKHE ASSESSORIA E CONSULTORIA SOCIOAMBIENTAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
166 - Processo nº: 13874.720092/2018-48 - Recorrente: DONIZETI FURTADO E PAFETTI ADVOGADOS ASSOCIADOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
167 - Processo nº: 13874.720267/2015-74 - Recorrente: MARIA APARECIDA FERREIRA RODRIGUES CAPAO BONITO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
168 - Processo nº: 13874.720273/2015-21 - Recorrente: SUELI DE FREITAS LIMA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
169 - Processo nº: 13874.720316/2015-79 - Recorrente: ANISIA DE FREITAS RODRIGUES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
170 - Processo nº: 13971.722515/2018-66 - Recorrente: JEANS BOTADO INDUSTRIA E COMERCIO DO VESTUARIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
171 - Processo nº: 14863.720053/2019-13 - Recorrente: INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE SERRA DO SALITRE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
172 - Processo nº: 15467.720234/2018-02 - Recorrente: REFRIGERACAO ALG EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
173 - Processo nº: 15504.721362/2019-52 - Recorrente: JDS REPRESENTACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
174 - Processo nº: 15504.721666/2019-10 - Recorrente: J.P. FARIA DESPACHANTE DOCUMENTALISTA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
175 - Processo nº: 15504.729520/2015-99 - Recorrente: DEPOSITO DE GAS PALMITAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
176 - Processo nº: 17335.720079/2019-28 - Recorrente: MILTO FERREIRA VAZ e Interessado: FAZENDA NACIONAL
177 - Processo nº: 17933.720143/2019-21 - Recorrente: VILA LUZ MATERIAL ELETRICO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
178 - Processo nº: 18186.721479/2019-74 - Recorrente: LIMIAR COMERCIO DE COSMETICOS E SERVICOS DE DIGITALIZACAO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
179 - Processo nº: 18186.721480/2019-07 - Recorrente: CIPA - CIRURGIA PEDIATRICA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
180 - Processo nº: 18186.721481/2019-43 - Recorrente: QUIET METODO DIAGNOSTICO S/S e Interessado: FAZENDA NACIONAL
181 - Processo nº: 18186.721485/2019-21 - Recorrente: INOVARE COMERCIO DE PRODUTOS DE BELEZA E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
182 - Processo nº: 18186.721587/2019-47 - Recorrente: DOLVANI SERVICOS DE DOCUMENTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
183 - Processo nº: 18186.721593/2019-02 - Recorrente: LME CONTABILIDADE E ASSUNTOS FISCAIS S/S e Interessado: FAZENDA NACIONAL
184 - Processo nº: 18186.721601/2019-11 - Recorrente: MIRADOURO ENGENHARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
185 - Processo nº: 18186.721628/2019-03 - Recorrente: DROGARIA BARROS FARMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
186 - Processo nº: 18186.721629/2019-40 - Recorrente: Q DETECTA ENGENHARIA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
187 - Processo nº: 18186.721632/2019-63 - Recorrente: FREIGHT - CONSULTORIA E PROJETOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
188 - Processo nº: 18186.721634/2019-52 - Recorrente: LUIZ G. SILVA ASSISTENCIA TECNICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
189 - Processo nº: 18186.721637/2019-96 - Recorrente: OLGA S. A. AIDAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
190 - Processo nº: 18186.721664/2019-69 - Recorrente: PAVE ASSESSORIA DE COMUNICACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
191 - Processo nº: 18186.723572/2018-32 - Recorrente: L.C. - SOLUCOES EM MOBILIARIO EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
192 - Processo nº: 18186.723711/2018-28 - Recorrente: TGT 11 SERVICOS DE INFORMATICA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
193 - Processo nº: 18186.723776/2018-73 - Recorrente: CIPA - CIRURGIA PEDIATRICA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
194 - Processo nº: 18186.725276/2017-95 - Recorrente: CATURELLI ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
195 - Processo nº: 18186.728944/2016-55 - Recorrente: MEOLIS TRADUCOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DEBORA FOFANO DOS SANTOS
196 - Processo nº: 10840.723477/2015-13 - Recorrente: RENATO VILLA CORRETORA DE SEGUROS DE VIDA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO
197 - Processo nº: 10166.729814/2015-85 - Recorrente: CESAR DE OLIVEIRA HIRAGI INFORMATICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
198 - Processo nº: 10880.727314/2015-33 - Recorrente: MPD MONITORAMENTO DE PRODUCAO E DESEMPENHO EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
199 - Processo nº: 13770.720178/2019-10 - Recorrente: MADEIREIRA BRAUN LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
200 - Processo nº: 13807.727578/2016-49 - Recorrente: MARCIA MATSUDA DE SOUZA CONTABILIDADE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
201 - Processo nº: 15504.721642/2019-61 - Recorrente: RODOREAL TRANSPORTES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
202 - Processo nº: 15504.729409/2015-01 - Recorrente: WTI - WLADIMIR TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
203 - Processo nº: 16592.724647/2015-32 - Recorrente: ACASTRO CONSULTORIA EM INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DEBORA FOFANO DOS SANTOS
204 - Processo nº: 13629.721406/2015-89 - Recorrente: STEPHANIE FERRARI MORAIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
205 - Processo nº: 10073.720087/2016-19 - Recorrente: SUL FLUMINENSE REPRESENTACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO
206 - Processo nº: 10166.723706/2019-22 - Recorrente: DAPONTE ASSESSORIA E COBRANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
207 - Processo nº: 11516.720805/2019-06 - Recorrente: CEPP CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS PERIODONTAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
208 - Processo nº: 11516.720806/2019-42 - Recorrente: REMAN COMERCIO DE PECAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
209 - Processo nº: 11516.721903/2018-71 - Recorrente: OFICINA DO EMPREENDEDOR - CONSULTORIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
210 - Processo nº: 13227.720454/2019-14 - Recorrente: R. P. MAGALHAES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DEBORA FOFANO DOS SANTOS
211 - Processo nº: 11080.731616/2015-94 - Recorrente: TRACO PARALELO ARQUITETURA LTDA - ME - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
212 - Processo nº: 13973.720608/2015-93 - Recorrente: UTTPATEL REPRESENTACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 3 de Fevereiro de 2021, ÀS 08:00 HORAS

TEMA 2: ITR - GLOSA / ARL / APP / VTN / OUTROS
Relator(a): CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO
213 - Processo nº: 10530.720373/2008-21 - Recorrente: ALEXANDRE XIBLE ROLDI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
214 - Processo nº: 10530.720352/2008-14 - Recorrente: ALEXANDRE XIBLE ROLDI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
215 - Processo nº: 10530.720338/2008-11 - Recorrente: ALEXANDRE XIBLE ROLDI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO MONTEIRO LOUREIRO AMORIM
216 - Processo nº: 10218.720019/2009-21 - Recorrente: APARECIDA PENHA DE OLIVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
217 - Processo nº: 10218.720008/2009-41 - Recorrente: APARECIDA PENHA DE OLIVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA
218 - Processo nº: 10215.000462/2005-88 - Recorrente: INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS L.B. MAROCHI LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO
219 - Processo nº: 10680.720591/2010-67 - Recorrente: IGNACIO BALLESTEROS RODRIGUEZ e Interessado: FAZENDA NACIONAL
220 - Processo nº: 18471.720050/2008-91 - Recorrente: MANUEL BALTAZAR DA COVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
221 - Processo nº: 10675.720103/2007-95 - Recorrente: CLAUDIO ALVAREZ GARCIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
222 - Processo nº: 10980.009148/2008-32 - Recorrente: ANDRE GUSTAVO GRASSMANN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA
223 - Processo nº: 11020.720017/2008-21 - Recorrente: WALTHER BROMBERG e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA
224 - Processo nº: 13161.720211/2007-46 - Recorrente: HUMBERTO CESAR FIORI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
225 - Processo nº: 13161.720209/2007-77 - Recorrente: HUMBERTO CESAR FIORI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
226 - Processo nº: 13161.000001/2008-19 - Recorrente: HUMBERTO CESAR FIORI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO MONTEIRO LOUREIRO AMORIM
227 - Processo nº: 10660.723473/2012-19 - Recorrente: MARIA APARECIDA RENNO RIBEIRO COSTA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FRANCISCO NOGUEIRA GUARITA
228 - Processo nº: 10280.721255/2015-59 - Recorrente: RUFINO FONSECA BARBOSA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO
229 - Processo nº: 10280.721256/2015-01 - Recorrente: RUFINO FONSECA BARBOSA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
230 - Processo nº: 10945.721097/2011-42 - Recorrente: LUIZ ALEIXO COLOMBO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
231 - Processo nº: 10469.724294/2011-86 - Recorrente: ERIBALDO RODRIGUES PINHEIRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 3 de Fevereiro de 2021, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 3: IRPF - AJUSTE ANUAL / OMISSÃO DE RENDIMENTOS / APD / DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE ORIGEM NÃO COMPROVADA / GANHO DE CAPITAL / RRA / OUTROS
Relator(a): DEBORA FOFANO DOS SANTOS
232 - Processo nº: 11080.728556/2017-94 - Recorrente: MAURO MARCONDES MACHADO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FRANCISCO NOGUEIRA GUARITA
233 - Processo nº: 10283.723143/2018-55 - Recorrente: BEATRIZ SVERNER e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA
234 - Processo nº: 13819.002353/2010-51 - Recorrente: NELSON CORAZZA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
235 - Processo nº: 13819.002352/2010-15 - Recorrente: NELSON CORAZZA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SAVIO SALOMAO DE ALMEIDA NOBREGA
236 - Processo nº: 10580.726506/2011-83 - Recorrente: ANGELO MARIO DE AZEVEDO MARTINS FILHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA
237 - Processo nº: 13116.001105/2010-19 - Recorrente: CASSIO GUSMAO DE OLIVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SAVIO SALOMAO DE ALMEIDA NOBREGA
238 - Processo nº: 10580.726507/2011-28 - Recorrente: DIEGO HENRIQUE SILVA CERQUEIRA MARTINS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO MONTEIRO LOUREIRO AMORIM
239 - Processo nº: 15983.000092/2007-63 - Recorrente: GILBERTO GOMES MANSUR e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA
240 - Processo nº: 10469.721321/2011-69 - Recorrente: IOLANDA GALISA MONTENEGRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
241 - Processo nº: 19515.001029/2010-17 - Recorrente: ANTONIO AUGUSTO MIELE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SAVIO SALOMAO DE ALMEIDA NOBREGA
242 - Processo nº: 10580.726237/2011-55 - Recorrente: ELEUSA MARGARIDA SILVA CERQUEIRA MARTINS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA
243 - Processo nº: 14751.720081/2011-41 - Recorrente: ISOLDA AGRA CARIRI CAETANO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO
244 - Processo nº: 19515.000369/2010-21 - Recorrente: JOEL ANTONIO MACIEL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA
245 - Processo nº: 10320.002432/2010-76 - Recorrente: MARCELO ARAGAO PINTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
246 - Processo nº: 11052.720088/2011-51 - Recorrente: MARIA DA LUZ VIEGAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
247 - Processo nº: 16095.000304/2010-85 - Recorrente: MARIA EVANIA GARCIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO
248 - Processo nº: 19515.000368/2010-86 - Recorrente: MARIA NILZA RINALDI MACIEL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA
249 - Processo nº: 10840.721036/2011-53 - Recorrente: MARILDA APARECIDA GARCIA DOS SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
250 - Processo nº: 13864.720040/2011-14 - Recorrente: NEIDE RODRIGUES DE SOUZA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO
251 - Processo nº: 10803.000040/2008-25 - Recorrente: PAULO ROBERTO DOS SANTOS LEONOR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO MONTEIRO LOUREIRO AMORIM
252 - Processo nº: 15889.000239/2008-74 - Recorrente: RICARDO FRANCESCHI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
253 - Processo nº: 15889.000687/2007-97 - Recorrente: RICARDO FRANCESCHI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA
254 - Processo nº: 10805.721620/2011-35 - Recorrente: SILVIO MARCHIORI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
255 - Processo nº: 11052.001177/2010-14 - Recorrente: SORAYA ANDRADE SAAD e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO MONTEIRO LOUREIRO AMORIM
256 - Processo nº: 14120.000050/2008-09 - Recorrente: GUSTAVO SUCOLOTTI e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 4 de Fevereiro de 2021, ÀS 08:00 HORAS

TEMA 3: IRPF - AJUSTE ANUAL / OMISSÃO DE RENDIMENTOS / APD / DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE ORIGEM NÃO COMPROVADA / GANHO DE CAPITAL / RRA / OUTROS
Relator(a): SAVIO SALOMAO DE ALMEIDA NOBREGA
257 - Processo nº: 11080.005748/2009-19 - Recorrente: SIDNEI SAMUEL SCHESTATSKY e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA
258 - Processo nº: 18088.000254/2009-17 - Recorrente: CARLOS ROBERTO MICELLI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
259 - Processo nº: 12896.000758/2010-70 - Recorrente: CARLOS ROBERTO MICELLI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
260 - Processo nº: 10580.727803/2011-46 - Recorrente: MILTON BRASIL PALMA JUNIOR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
261 - Processo nº: 10380.721110/2011-04 - Recorrente: MARIA DE SOUZA TAVORA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO MONTEIRO LOUREIRO AMORIM
262 - Processo nº: 11618.002788/2010-37 - Recorrente: MARCOS DOS ANJOS PIRES BEZERRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FRANCISCO NOGUEIRA GUARITA
263 - Processo nº: 13819.003730/2008-55 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: LUIZ ALBERTO ANGELO GABRILLI FILHO e FAZENDA NACIONAL
264 - Processo nº: 13819.003732/2008-44 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: LUIZ ALBERTO ANGELO GABRILLI FILHO e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA
265 - Processo nº: 10725.000263/2006-09 - Recorrente: SILVANA PRAZERES DE AZEVEDO NAKED e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA
266 - Processo nº: 10480.721945/2011-28 - Recorrente: RAIMUNDA FERREIRA MAIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA
267 - Processo nº: 10640.001989/2006-91 - Recorrente: PLINIO LACERDA MARTINS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA
268 - Processo nº: 19515.720359/2011-96 - Recorrente: PIOTR JACEK MAJ e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO
269 - Processo nº: 10768.002808/2010-93 - Recorrente: PAULO CESAR DE FARIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA
270 - Processo nº: 11080.725153/2011-06 - Recorrente: JOSE SALVADOR NUNES DE AZEVEDO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SAVIO SALOMAO DE ALMEIDA NOBREGA
271 - Processo nº: 10840.720797/2011-98 - Recorrente: HILDA APARECIDA PIRES SAMPAIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA
272 - Processo nº: 10480.724972/2012-33 - Recorrente: ANTONIO CARLOS ALVES DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO MONTEIRO LOUREIRO AMORIM
273 - Processo nº: 10665.000600/2009-54 - Recorrente: ANDERSON FERREIRA DE FREITAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA
274 - Processo nº: 10480.723760/2012-39 - Recorrente: ALDERITA RAMOS DE OLIVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA
275 - Processo nº: 11543.001672/2006-15 - Recorrente: LUIZ CARLOS RIBEIRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO MONTEIRO LOUREIRO AMORIM
276 - Processo nº: 19647.010127/2009-14 - Recorrente: JOSUE GOMES CORREIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA
277 - Processo nº: 13896.000968/2010-21 - Recorrente: JOSE CARLOS GARCIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA
278 - Processo nº: 10930.002126/2007-56 - Recorrente: ANDRE LUIZ BORTOLIERO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
279 - Processo nº: 11080.006237/2008-33 - Recorrente: ESTHER VIEIRA JUNG e Interessado: FAZENDA NACIONAL
280 - Processo nº: 10980.011462/2007-02 - Recorrente: MAXIMO PORRES MACEDO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
281 - Processo nº: 12670.000287/2008-20 - Recorrente: ROLANDS INDRIKSONS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 4 de Fevereiro de 2021, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 3: IRPF - AJUSTE ANUAL / OMISSÃO DE RENDIMENTOS / APD / DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE ORIGEM NÃO COMPROVADA / GANHO DE CAPITAL / RRA / OUTROS
Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA
282 - Processo nº: 13899.720340/2011-04 - Recorrente: ODAIR COSTA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA
283 - Processo nº: 10166.002168/2008-86 - Recorrente: PATRICIA CHAVES GENTIL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO
284 - Processo nº: 10640.001036/2010-17 - Recorrente: MARIZA ALVARENGA NOTAROBERTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
285 - Processo nº: 10860.001265/2009-03 - Recorrente: TANIA NAOUM CABLE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
286 - Processo nº: 10860.001266/2009-40 - Recorrente: TANIA NAOUM CABLE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
287 - Processo nº: 10860.001267/2009-94 - Recorrente: TANIA NAOUM CABLE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA
288 - Processo nº: 11962.000492/2007-66 - Recorrente: DILMA SCHADE BARCELLOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA
289 - Processo nº: 11052.001137/2010-72 - Recorrente: FERNANDO DE PAULA CANTOVITZ e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO MONTEIRO LOUREIRO AMORIM
290 - Processo nº: 10670.003833/2008-59 - Recorrente: IRLENE GONCALVES BRANDAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
291 - Processo nº: 10580.733765/2011-61 - Recorrente: JOSE FRANCISCO DE CARVALHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA
292 - Processo nº: 10183.720703/2011-71 - Recorrente: NOEMY NETO SALOMAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA
293 - Processo nº: 10725.000796/2005-00 - Recorrente: NICOLAU JOAO MANSUR NETO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA
294 - Processo nº: 18239.001882/2009-49 - Recorrente: MARIA STELLA BARBOSA PINHEIRO GUIMARAES e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO
Presidente da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção do CARF

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta Ordinária de julgamento dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1) Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio a ser encaminhado por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, observadas as orientações na Carta de Serviços no sítio do CARF;

2) É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta;

3) Fica facultada às partes a solicitação de retirada do recurso de pauta por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, a ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, situação em que o respectivo processo será automaticamente incluído em reunião a ser agendada oportunamente.

4) O julgamento do Processo nº 10925.722792/2011-60 (item 5) servirá como paradigma para o julgamento do processo constante do item 6. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao processo repetitivo de que trata o item 6, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

5) O julgamento do Processo nº 10384.720201/2007-06 (item 12) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 13 e 14. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 13 e 14, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

6) O julgamento do Processo nº 10945.721633/2014-52 (item 15) servirá como paradigma para o julgamento do processo constante do item 16. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao processo repetitivo de que trata o item 16, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada; e

7) O julgamento do Processo nº 10280.721101/2015-67 (item 17) servirá como paradigma para o julgamento do processo constante do item 18. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao processo repetitivo de que trata o item 18, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 2 de Fevereiro de 2021, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: ITR
Relator(a): LUDMILA MARA MONTEIRO DE OLIVEIRA
1 - Processo nº: 10670.001685/2009-19 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TMG SIDERURGIA LTDA
2 - Processo nº: 10670.721966/2011-14 - Recorrente: AMARO RIBEIRO SOBRINHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 10830.726855/2012-97 - Recorrente: P.T.M. AGRICOLA E PARTICIPACOES LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 13971.720238/2010-08 - Recorrente: ALESSIO BARCELLA & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 10925.722792/2011-60 - Recorrente: MADEIREIRA TUPI LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RONNIE SOARES ANDERSON
6 - Processo nº: 10925.722795/2011-01 - Recorrente: MADEIREIRA TUPI LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUDMILA MARA MONTEIRO DE OLIVEIRA
7 - Processo nº: 10293.720157/2007-45 - Recorrente: RAFFAELE FARRIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 10120.720152/2008-85 - Recorrente: JONAS TEODORO FRANCO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 17883.000198/2006-30 - Recorrente: ROBERTO SATURNINO BRAGA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 10480.720034/2006-16 - Recorrente: MARIO BUARQUE DE GUSMAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 13362.000677/2003-31 - Recorrente: SABINO PAULO ALVES NETO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 10384.720201/2007-06 - Recorrente: MARIA VIRGILIA MARTINS SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RONNIE SOARES ANDERSON
13 - Processo nº: 10384.720194/2007-34 - Recorrente: MARIA VIRGILIA MARTINS SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 10384.720197/2007-78 - Recorrente: MARIA VIRGILIA MARTINS SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIO HERMES SOARES CAMPOS
15 - Processo nº: 10945.721633/2014-52 - Recorrente: NEURI DALMINA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RONNIE SOARES ANDERSON
16 - Processo nº: 10945.721634/2014-05 - Recorrente: NEURI DALMINA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 10280.721101/2015-67 - Recorrente: TAFAREL JOSE TEIXEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 10280.721102/2015-10 - Recorrente: TAFAREL JOSE TEIXEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONAM ROCHA DE MEDEIROS
19 - Processo nº: 13161.722620/2019-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: N P P AGROPECUARIA LTDA

DIA 2 de Fevereiro de 2021, ÀS 13:00 HORAS

TEMA 2: IRPF
Relator(a): LEONAM ROCHA DE MEDEIROS
20 - Processo nº: 19515.002757/2005-89 - Recorrente: RUBENS ANTONIO ALVES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 19515.002177/2009-15 - Recorrente: HELIO FRANKLIN DA SILVA FILHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 19515.001011/2009-81 - Recorrente: ETTORE CASORIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 18186.727135/2018-98 - Recorrente: DIONISIO LELES DA SILVA FILHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 15540.000863/2008-11 - Recorrente: MAURO GONCALVES DIAS FERREIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 15540.000521/2010-15 - Recorrente: EDENIR COSTA DA CUNHA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 15540.000500/2008-77 - Recorrente: MARCO ANTONIO SOARES SIMOES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 15504.011552/2009-96 - Recorrente: LUIS EDUARDO MARINHO DE RESENDE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 14120.000316/2009-96 - Recorrente: GLEDISON LOPES SANDIM e Interessado: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 14098.000312/2009-32 - Recorrente: GUIDONE ROMEU DALLASTRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 13984.001370/2009-26 - Recorrente: GRACILIO MORAES DOS SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 10680.016055/2008-49 - Recorrente: MARIA APARECIDA MOURA DE ALMEIDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 10680.016052/2008-13 - Recorrente: JOSE FERNANDO DE ALMEIDA JUNIOR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 10630.720890/2009-53 - Recorrente: JOSE NOVAIS EVANGELISTA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO
34 - Processo nº: 19515.004466/2009-59 - Recorrente: MARIA APARECIDA LEITE LUNARDI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 19515.004401/2009-11 - Recorrente: FRANCISCO JOSE RODRIGUEZ LUNARDI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 11052.000104/2010-13 - Recorrente: MARCELO DE PAULA MARSILLAC e Interessado: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 10970.000523/2010-12 - Recorrente: DANIEL AZAMBUJA SEVERINO RIBEIRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 10380.731264/2012-87 - Recorrente: ANTONIO CEZAR DE FREITAS FERREIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 10380.720975/2010-64 - Recorrente: ANTONIO CEZAR DE FREITAS FERREIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 10283.007363/2009-47 - Recorrente: FERNANDO CESAR TIROLLI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIO HERMES SOARES CAMPOS
41 - Processo nº: 10540.002674/2008-51 - Recorrente: ROSANGELA PEREIRA TAVARES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 13839.720568/2011-09 - Recorrente: DOMINGOS NASTARI NETTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 13839.720569/2011-45 - Recorrente: DOMINGOS NASTARI NETTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SARA MARIA DE ALMEIDA CARNEIRO SILVA
44 - Processo nº: 13770.002541/2008-69 - Recorrente: LUIZ ALBERTO DO NASCIMENTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 13770.000621/2008-80 - Recorrente: LUIZ ALBERTO DO NASCIMENTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 13888.002813/2008-11 - Recorrente: WOLF DIETER GUNTER HAACK e Interessado: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 13501.000665/2008-80 - Recorrente: MARIA DE LOURDES VALVERDE DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 13501.000230/2008-35 - Recorrente: MARIA DE LOURDES VALVERDE DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 11543.002821/2005-82 - Recorrente: MARIO PETROCCHI DE OLIVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 3 de Fevereiro de 2021, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 3: CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS
Relator(a): RONNIE SOARES ANDERSON
50 - Processo nº: 10640.003598/2007-91 - Recorrente: HOSPITAL DR. JOAO FELICIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 10640.003604/2007-19 - Recorrente: HOSPITAL DR. JOAO FELICIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 13639.000695/2007-50 - Recorrente: COOP DOS PRODUTORES DE LEITE DE LEOPOLDINA DE RESP LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 13639.000696/2007-02 - Recorrente: COOP PROD LEITE LEOP RESP LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 13888.002907/2007-00 - Recorrente: AGENCIA TORRES PASSAGENS E TURISMO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 13888.002910/2007-15 - Recorrente: AGENCIA TORRES PASSAGENS E TURISMO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 16095.000202/2008-45 - Recorrente: MULTIPORTAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 16095.000206/2008-23 - Recorrente: MULTIPORTAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 35335.000129/2007-03 - Recorrente: S.G. SUPERMERCADOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 35335.000130/2007-20 - Recorrente: S. G. SUPERMERCADO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO
60 - Processo nº: 18471.004243/2008-00 - Recorrente: TNL PCS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 18471.004242/2008-57 - Recorrente: TNL PCS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 18471.004239/2008-33 - Recorrente: TNL PCS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 18471.004236/2008-08 - Recorrente: TNL PCS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 16539.720009/2014-14 - Recorrente: OI MOVEL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 3 de Fevereiro de 2021, ÀS 13:00 HORAS

TEMA 3: CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS
Relator(a): JULIANO FERNANDES AYRES
65 - Processo nº: 11634.720069/2017-70 - Recorrente: ACUCAR E ALCOOL BANDEIRANTES S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 11634.000434/2009-16 - Recorrente: ACUCAR E ALCOOL BANDEIRANTES S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 11634.000435/2009-61 - Recorrente: ACUCAR E ALCOOL BANDEIRANTES S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 11634.000433/2009-71 - Recorrente: ACUCAR E ALCOOL BANDEIRANTES S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 11634.000436/2009-13 - Recorrente: ACUCAR E ALCOOL BANDEIRANTES S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 11634.000437/2009-50 - Recorrente: ACUCAR E ALCOOL BANDEIRANTES S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 11634.000438/2009-02 - Recorrente: ACUCAR E ALCOOL BANDEIRANTES S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 11634.000439/2009-49 - Recorrente: ACUCAR E ALCOOL BANDEIRANTES S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 11634.000443/2009-15 - Recorrente: ACUCAR E ALCOOL BANDEIRANTES S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 11634.000444/2009-51 - Recorrente: ACUCAR E ALCOOL BANDEIRANTES S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 11634.000445/2009-04 - Recorrente: ACUCAR E ALCOOL BANDEIRANTES S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 11634.000446/2009-41 - Recorrente: ACUCAR E ALCOOL BANDEIRANTES S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 11634.000447/2009-95 - Recorrente: ACUCAR E ALCOOL BANDEIRANTES S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 11634.000448/2009-30 - Recorrente: ACUCAR E ALCOOL BANDEIRANTES S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUDMILA MARA MONTEIRO DE OLIVEIRA
79 - Processo nº: 15504.000472/2007-43 - Recorrente: ELETRONICA MINAS GERAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 15504.000473/2007-98 - Recorrente: ELETRONICA MINAS GERAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 15504.000474/2007-32 - Recorrente: ELETRONICA MINAS GERAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 10640.001900/2009-39 - Recorrente: HOSPITAL E MATERNIDADE THEREZINHA DE JESUS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 10640.001899/2009-42 - Recorrente: HOSPITAL E MATERNIDADE THEREZINHA DE JESUS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIO HERMES SOARES CAMPOS
84 - Processo nº: 11070.002271/2009-39 - Recorrente: AMETISTA DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 12269.000075/2007-11 - Recorrente: ASSOC DOS PROFISSIONAIS LIB.UNIV.DO BRASIL-APLUB e Interessado: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 13855.003566/2007-69 - Recorrente: CALCADOS FERRACINI LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 16542.000654/2007-21 - Recorrente: FORMANOVA INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 10976.000679/2009-18 - Recorrente: GOOD LIFE SAUDE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 10976.000678/2009-65 - Recorrente: GOOD LIFE SAUDE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 4 de Fevereiro de 2021, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 3: CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS
Relator(a): MARIO HERMES SOARES CAMPOS
90 - Processo nº: 10976.000674/2009-87 - Recorrente: GOOD LIFE SAUDE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo nº: 10976.000671/2009-43 - Recorrente: GOOD LIFE SAUDE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo nº: 14486.000051/2007-15 - Recorrente: COL N SENHORA DO ROSARIO EDUC INF ENS FU e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RONNIE SOARES ANDERSON
93 - Processo nº: 19515.000092/2008-11 - Recorrente: ARTALUM ARTES EM ALUMINIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
94 - Processo nº: 17460.000408/2007-41 - Recorrente: ASSOC ATLETICA FERROVIARIA DE BOTUCATU e Interessado: FAZENDA NACIONAL
95 - Processo nº: 17460.000410/2007-11 - Recorrente: ASSOC ATLETICA FERROVIARIA DE BOTUCATU e Interessado: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo nº: 17460.000467/2007-10 - Recorrente: CONSTRUTORA IND E COM BROVAZ LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo nº: 17460.000468/2007-64 - Recorrente: CONSTRUTORA IND E COM BROVAZ LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo nº: 19515.000094/2008-19 - Recorrente: ARTALUM ARTES EM ALUMINIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SARA MARIA DE ALMEIDA CARNEIRO SILVA
99 - Processo nº: 15582.000303/2007-81 - Recorrente: VIXTEAM CONSULTORIA & SISTEMAS S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIO HERMES SOARES CAMPOS
100 - Processo nº: 16327.720968/2018-41 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RONNIE SOARES ANDERSON
101 - Processo nº: 16327.720131/2019-82 - Recorrente: BANCO VOTORANTIM S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 4: IRRF
Relator(a): SARA MARIA DE ALMEIDA CARNEIRO SILVA
102 - Processo nº: 10768.000810/2002-18 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS SA
TEMA 5: IRPF
103 - Processo nº: 13896.000008/2010-61 - Recorrente: BRASILIO DAMATTO JUNIOR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo nº: 11516.008179/2008-15 - Recorrente: IVONE MARIA RIBEIRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

105 - Processo nº: 15971.000567/2007-51 - Recorrente: LUIZ CARLOS DI SERIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo nº: 15971.000276/2007-62 - Recorrente: LEILA DE MENEZES STEIN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
107 - Processo nº: 10855.000053/2009-70 - Recorrente: JOAO FERNANDO DA PALMA ROSA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 4 de Fevereiro de 2021, ÀS 13:00 HORAS

TEMA 5: IRPF
Relator(a): SARA MARIA DE ALMEIDA CARNEIRO SILVA
108 - Processo nº: 11080.011369/2008-87 - Recorrente: SANDRA ILONA R TWORKOWSKI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
109 - Processo nº: 10980.010917/2008-45 - Recorrente: YARA KUPERSTEIN INGBERMAN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
110 - Processo nº: 11080.015222/2007-85 - Recorrente: ARNO DISIDERIO GAZZANA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
111 - Processo nº: 13881.000279/2008-61 - Recorrente: CLAUDIO JOSE FERREIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
112 - Processo nº: 10730.003337/2007-62 - Recorrente: GERSON OTERO DE AZEVEDO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
113 - Processo nº: 10235.000610/2009-50 - Recorrente: JOSE CHERMONT DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
114 - Processo nº: 12965.000892/2008-95 - Recorrente: MARCEL PEREIRA DE CARVALHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
115 - Processo nº: 11543.003973/2007-64 - Recorrente: LEONARDO VALADAO PEREIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
116 - Processo nº: 10640.000447/2010-87 - Recorrente: MARILDA GONCALVES BARBEITOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
117 - Processo nº: 13837.000355/2008-73 - Recorrente: MARIO ALVES DA FONSECA JUNIOR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
118 - Processo nº: 12965.001527/2008-06 - Recorrente: PAULO ROBERTO MONTEIRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
119 - Processo nº: 10882.000072/2009-79 - Recorrente: PAULO CESAR MANGANELLI JUNQUEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
120 - Processo nº: 11543.001562/2007-34 - Recorrente: PEDRO LEITE BARBIERI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
121 - Processo nº: 13117.000685/2008-94 - Recorrente: REMY FARIA ALVES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
122 - Processo nº: 13017.000377/2008-97 - Recorrente: RUBEM ADAMS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

RONNIE SOARES ANDERSON
Presidente da 2ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção do CARF

3ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta Ordinária de julgamento dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1) Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio a ser encaminhado por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, observadas as orientações na Carta de Serviços no sítio do CARF;

2) É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta;

3) Fica facultada às partes a solicitação de retirada do recurso de pauta por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, a ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, situação em que o respectivo processo será automaticamente incluído em reunião a ser agendada oportunamente.

4) O julgamento do Processo nº 37376.000031/2005-25 (item 1) servirá como paradigma para o julgamento do processo constante do item 2. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao processo repetitivo de que trata o item 2, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

5) O julgamento do Processo nº 10920.724432/2015-76 (item 55) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 56 e 57. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 56 e 57, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

6) O julgamento do Processo nº 10920.724544/2015-27 (item 58) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 59 a 65. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 59 a 65, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

7) O julgamento do Processo nº 10860.721664/2015-24 (item 66) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 67 a 110. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 67 a 110, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

8) O julgamento do Processo nº 11516.721783/2018-11 (item 111) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 112 a 115. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 112 a 115, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

9) O julgamento do Processo nº 10940.721853/2018-50 (item 116) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 117 e 118. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 117 e 118, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

10) O julgamento do Processo nº 12448.729934/2015-41 (item 119) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 120 a 123. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 120 a 123, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

11) O julgamento do Processo nº 13811.726395/2015-66 (item 124) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 125 a 131. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 125 a 131, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

12) O julgamento do Processo nº 10865.720912/2019-01 (item 132) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 133 e 136. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 133 e 136, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

13) O julgamento do Processo nº 10920.721327/2017-47 (item 137) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 138 a 163. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 138 a 163, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

14) O julgamento do Processo nº 10218.721112/2012-58 (item 182) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 183. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 183, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

15) Será submetida ao colegiado proposta da Presidente da Turma para retificação da ata dezembro de 2020, relativa ao processo 15983.001267/2010-55.

DIA 2 de Fevereiro de 2021, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): MAURICIO DALRI TIMM DO VALLE
1 - Processo nº: 37376.000031/2005-25 - Recorrente: VIVANTE SERVICOS DE FACILITIES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SHEILA AIRES CARTAXO GOMES
2 - Processo nº: 37376.000029/2005-56 - Recorrente: VIVANTE SERVICOS DE FACILITIES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLEBER FERREIRA NUNES LEITE
3 - Processo nº: 15586.001998/2010-83 - Recorrente: CIA DE MELHORAMENTOS E DESENVOLVIMENTO URBANO GUARAPARI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 15586.000963/2008-11 - Recorrente: CIA DE MELHORAMENTOS E DESENVOLVIMENTO URBANO GUARAPARI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 15586.720296/2013-45 - Recorrente: CIA DE MELHORAMENTOS E DESENVOLVIMENTO URBANO GUARAPARI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WESLEY ROCHA
6 - Processo nº: 16095.000525/2007-58 - Recorrente: ELETROMECANICA DYNA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 16095.000530/2007-61 - Recorrente: ELETROMECANICA DYNA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAURICIO DALRI TIMM DO VALLE
8 - Processo nº: 13656.721161/2014-81 - Recorrente: FIORITO & MENDES LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 13656.721228/2014-88 - Recorrente: FIORITO & MENDES LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 15504.729836/2013-19 - Recorrente: AG-REMY STRETCH FILM DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 15504.729837/2013-63 - Recorrente: AG-REMY STRETCH FILM DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WESLEY ROCHA
12 - Processo nº: 15956.000139/2008-05 - Recorrente: PIGNATA AGROPECUARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 15956.000138/2008-52 - Recorrente: PIGNATA AGROPECUARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 15956.000136/2008-63 - Recorrente: PIGNATA AGROPECUARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 15956.000137/2008-16 - Recorrente: PIGNATA AGROPECUARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 15956.000144/2008-18 - Recorrente: PIGNATA AGROPECUARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 15956.000145/2008-54 - Recorrente: PIGNATA AGROPECUARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 15956.000140/2008-21 - Recorrente: PIGNATA AGROPECUARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 15956.000141/2008-76 - Recorrente: PIGNATA AGROPECUARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLEBER FERREIRA NUNES LEITE
20 - Processo nº: 15983.720322/2012-71 - Recorrente: MARINAS NACIONAIS COMERCIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 15983.720321/2012-27 - Recorrente: MARINAS NACIONAIS COMERCIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAURICIO DALRI TIMM DO VALLE
22 - Processo nº: 15983.720017/2014-41 - Recorrente: INFANTIL SANTOS COOPERATIVA MEDICO-HOSPITALAR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 15983.001060/2010-81 - Recorrente: INFANTIL SANTOS COOPERATIVA MEDICO-HOSPITALAR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WESLEY ROCHA
24 - Processo nº: 17460.000957/2007-16 - Recorrente: EMICOL ELETRO ELETRONICA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO CESAR MACEDO PESSOA
25 - Processo nº: 10183.724740/2011-59 - Recorrente: KPM EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WESLEY ROCHA
26 - Processo nº: 44021.000407/2007-49 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMINIO E OUTRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 44021.000405/2007-50 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMINIO E OUTRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAURICIO DALRI TIMM DO VALLE
28 - Processo nº: 13603.722699/2013-48 - Recorrente: NOBRE JOIAS LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 2 de Fevereiro de 2021, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): WESLEY ROCHA
29 - Processo nº: 36624.009869/2002-08 - Recorrente: INDUSTRIA ELETRICA ITAIM COMERCIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 36624.009875/2002-57 - Recorrente: KT COMERCIO DE APARELHOS ELETRICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 16095.000281/2008-94 - Recorrente: JUSTO & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 36230.001232/2003-70 - Recorrente: PEDREIRAS SAO MATHEUS-LAGEADO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLEBER FERREIRA NUNES LEITE
33 - Processo nº: 10865.003732/2009-81 - Recorrente: ASSOCIACAO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE V GRANDE DO SUL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 16537.000551/2009-00 - Recorrente: ASSOCIACAO CATARINENSE DE ENSINO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 16004.000524/2007-85 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: SOCIEDADE RIOPRETENSE DE ENSINO SUPERIOR e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO CESAR MACEDO PESSOA
36 - Processo nº: 10073.721847/2013-54 - Recorrente: ANDRESSA LOGICARGAS TRANSPORTES E SERVICOS LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 10073.720170/2012-56 - Recorrente: ANDRESSA LOGICARGAS TRANSPORTES E SERVICOS LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLEBER FERREIRA NUNES LEITE
38 - Processo nº: 11516.720635/2011-02 - Recorrente: AUTO SERVICOS JOPAL LTDA ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAURICIO DALRI TIMM DO VALLE
39 - Processo nº: 13855.000602/2010-38 - Recorrente: INSTITUTO ANGLO - LATINO GERMANICO DE IDIOMAS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 10410.721528/2013-71 - Recorrente: INDUSTRIA DE LATICINIOS MURICI LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 15504.021823/2008-31 - Recorrente: SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLEBER FERREIRA NUNES LEITE
42 - Processo nº: 10935.006461/2007-83 - Recorrente: IGUATU CAMARA MUNICIPAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO CESAR MACEDO PESSOA
43 - Processo nº: 10935.006468/2007-03 - Recorrente: IGUATU PREFEITURA MUNICIPAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAURICIO DALRI TIMM DO VALLE
44 - Processo nº: 10970.720117/2013-12 - Recorrente: CMC BRASIL ENGENHARIA E CONSTRUCOES S/A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO CESAR MACEDO PESSOA
45 - Processo nº: 11516.721259/2012-46 - Recorrente: VIGILANCIA TRIANGULO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 11516.721260/2012-71 - Recorrente: VIGILANCIA TRIANGULO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WESLEY ROCHA
47 - Processo nº: 14485.000149/2007-82 - Recorrente: CARBONO LORENA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 14485.000148/2007-38 - Recorrente: CARBONO LORENA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLEBER FERREIRA NUNES LEITE
49 - Processo nº: 10320.000635/2008-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ITABUNA AGROPECUARIA LTDA
50 - Processo nº: 10320.000634/2008-69 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ITABUNA AGROPECUARIA LTDA
51 - Processo nº: 10580.721843/2010-01 - Recorrente: FOLKS RECURSOS HUMANOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 10580.721842/2010-59 - Recorrente: FOLKS RECURSOS HUMANOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 10580.721840/2010-60 - Recorrente: FOLKS RECURSOS HUMANOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 10580.721834/2010-11 - Recorrente: FOLKS RECURSOS HUMANOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 3 de Fevereiro de 2021, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): SHEILA AIRES CARTAXO GOMES
55 - Processo nº: 10920.724432/2015-76 - Recorrente: CASA DE CARNE SAO JOAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 10920.724431/2015-21 - Recorrente: LOTUS CAR SOUND LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 10920.724486/2015-31 - Recorrente: IAPSI-INSTITUTO DE AVALIACAO PSICOLOGICA E PSICOTERAPIA DE JOINVILLE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 10920.724544/2015-27 - Recorrente: EDUARDO DA GRACA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 10920.724535/2015-36 - Recorrente: URSULA MARGRET SCHULZE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 10920.724536/2015-81 - Recorrente: NELSO SCHMIDT e Interessado: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 10920.724545/2015-71 - Recorrente: CADUFE PAPELARIA EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 10920.724546/2015-16 - Recorrente: IVANOR GASPARIN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 10920.724571/2015-08 - Recorrente: BAR DO HAMILTON LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 10920.724572/2015-44 - Recorrente: JAIR APOLINARIO DE MORAIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 10920.724637/2015-51 - Recorrente: ANA FINDER e Interessado: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 10860.721664/2015-24 - Recorrente: FISIOEX CONDICIONAMENTO FISICO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 10640.721532/2019-11 - Recorrente: APES CONTABILIDADE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 11516.720992/2019-10 - Recorrente: CONDOMINIO RESIDENCIAL DESCHAMPS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 11516.720993/2019-64 - Recorrente: CONDOMINIO EDIFICIO COMERCIAL FERNANDO MACHADO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 11516.720994/2019-17 - Recorrente: FLORIPA SUCOS E LANCHES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 11516.720996/2019-06 - Recorrente: CONDOMINIO MANSAO DE HEI DELBERG e Interessado: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 11516.721044/2019-00 - Recorrente: LANCHONETE DANDARA MEDEIROS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 11516.721049/2019-24 - Recorrente: SUFOCOS RESTAURANTE E BAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 11516.721060/2019-94 - Recorrente: CONDOMINIO VERDE MAR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 11516.721061/2019-39 - Recorrente: PEREIRA JORGE CONTABILIDADE & ASSESSORIA SS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 11516.721064/2019-72 - Recorrente: SCHAEMUN-COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 11516.721072/2019-19 - Recorrente: CONDOMINIO EDIFICIO SOLAR DONA MARTHA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 11516.721073/2019-63 - Recorrente: CONDOMINIO EDIFICIO ECA DE QUEIROZ e Interessado: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 11516.721075/2019-52 - Recorrente: CENTRO DE FORMACAO DE CONDUTORES HARMONIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 11516.721076/2019-05 - Recorrente: EDIFICIO METROPOLITAN PARK I e Interessado: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 11516.721078/2019-96 - Recorrente: CONDOMINIO RESIDENCIAL AQUARIUS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 11516.721080/2019-65 - Recorrente: EDIFICIO RESIDENCIAL ILHA DE BARI TORRES I E II e Interessado: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 11516.721082/2019-54 - Recorrente: CENTRAL DE MAQUINAS FOTOCOPIADORAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo nº: 11516.721092/2019-90 - Recorrente: CONDOMINIO EDIFICIO RESIDENCIAL SCALARIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 11516.721094/2019-89 - Recorrente: CONDOMINIO RESIDENCIAL LAMBORGHINI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 11516.721118/2019-08 - Recorrente: MUNIR E MORLEI LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 11516.721126/2019-46 - Recorrente: CONDOMINIO EDIFICIO FONTAINEBLEAU e Interessado: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 11516.721133/2019-48 - Recorrente: CONDOMINIO CENTRO EXECUTIVO PEDRO XAVIER e Interessado: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 11516.721174/2019-34 - Recorrente: CONDOMINIO EDIFICIO SANTA MARTHA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 11516.721220/2019-03 - Recorrente: CONDOMINIO EDIFICIO GOYA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo nº: 11516.721722/2018-45 - Recorrente: PEREIRA JORGE CONTABILIDADE & ASSESSORIA SS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo nº: 11516.721797/2018-26 - Recorrente: RESTAURANTE SANTO ANDRE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
93 - Processo nº: 11516.721805/2018-34 - Recorrente: LANCHONETE DANDARA MEDEIROS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
94 - Processo nº: 11516.721821/2018-27 - Recorrente: CONDOMINIO EDIFICIO COMERCIAL FERNANDO MACHADO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
95 - Processo nº: 11516.722082/2018-91 - Recorrente: CENTRAL DE MAQUINAS FOTOCOPIADORAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo nº: 11516.722304/2018-75 - Recorrente: CONDOMINIO RESIDENCIAL TARUMA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo nº: 11516.722309/2018-06 - Recorrente: CONDOMINIO MANSAO DE HEI DELBERG e Interessado: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo nº: 11516.722318/2018-99 - Recorrente: CONDOMINIO EDIFICIO GOYA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 11516.722325/2018-91 - Recorrente: CONDOMINIO EDIFICIO ECA DE QUEIROZ e Interessado: FAZENDA NACIONAL
100 - Processo nº: 11516.722341/2018-83 - Recorrente: CONDOMINIO RESIDENCIAL LAMBORGHINI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
101 - Processo nº: 11516.722342/2018-28 - Recorrente: CONDOMINIO VERDE MAR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
102 - Processo nº: 11516.722387/2018-01 - Recorrente: CONDOMINIO TRES AMERICAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 11516.722393/2018-50 - Recorrente: CONDOMINIO EDIFICIO SOLAR DONA MARTHA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo nº: 11516.722490/2018-42 - Recorrente: PNEUMOCOR CLINICA DE DIAGNOSTICO E TERAPEUTICA RESPIRATORIA S/S LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
105 - Processo nº: 11516.722600/2018-76 - Recorrente: CONDOMINIO CENTRO EXECUTIVO PEDRO XAVIER e Interessado: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo nº: 11516.722606/2018-43 - Recorrente: CONDOMINIO EDIFICIO BEIRAMAR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
107 - Processo nº: 11516.722607/2018-98 - Recorrente: CONDOMINIO EDIFICIO FONTAINEBLEAU e Interessado: FAZENDA NACIONAL
108 - Processo nº: 11610.720660/2019-67 - Recorrente: FR DE ANDRADE ESTACIONAMENTO E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
109 - Processo nº: 13807.722219/2018-67 - Recorrente: RANIERI CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
110 - Processo nº: 19985.724838/2015-79 - Recorrente: HANDLER COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
111 - Processo nº: 11516.721783/2018-11 - Recorrente: JOARES PEREIRA CONSTRUCOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
112 - Processo nº: 11516.721784/2018-57 - Recorrente: PADARIA E CONFEITARIA PAULISTA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
113 - Processo nº: 11516.721934/2018-22 - Recorrente: PADARIA CONFEITARIA TRINDADE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
114 - Processo nº: 11516.721943/2018-13 - Recorrente: NATUS CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
115 - Processo nº: 11516.722421/2018-39 - Recorrente: CARLIN, OLIVEIRA, GUIMARAES, PICCININI & COSTI ADVOGADOS ASSOCIADOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
116 - Processo nº: 10940.721853/2018-50 - Recorrente: JULIANO MARTINS DE CASTRO SOLDAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
117 - Processo nº: 10940.722048/2018-43 - Recorrente: H S RENOVADORA DE CARRETAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
118 - Processo nº: 10940.722068/2018-14 - Recorrente: FABRICA DE CARROCERIAS RAINHA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
119 - Processo nº: 12448.729934/2015-41 - Recorrente: POINT PAPPER PAPELARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
120 - Processo nº: 10930.722234/2018-00 - Recorrente: EQUILIBRIO PRESTADORA DE SERVICOS DE COBRANCAS E COMERCIO DE CARTOES TELEFONICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
121 - Processo nº: 13120.720052/2015-76 - Recorrente: ASSOCIACAO DE APOIO DA ESCOLA ESTADUAL DONA INES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
122 - Processo nº: 13971.724153/2015-03 - Recorrente: PRATICA SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
123 - Processo nº: 13971.724158/2015-28 - Recorrente: MENDES, JOHANN ADVOGADOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
124 - Processo nº: 13811.726395/2015-66 - Recorrente: SLIPPERS SAO PAULO - COMERCIO DE CALCADOS E ROUPAS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
125 - Processo nº: 13605.720046/2019-08 - Recorrente: CAIXA ESCOLAR PROFESSOR ANTONIO FERNANDES PINTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
126 - Processo nº: 13605.720173/2017-37 - Recorrente: ANTONIO BUENO MARTINS COSTA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
127 - Processo nº: 13605.720179/2017-12 - Recorrente: COORPORACAO MUSICAL PIO XII e Interessado: FAZENDA NACIONAL
128 - Processo nº: 13767.720079/2019-97 - Recorrente: SG MATERIAL ESPORTIVO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
129 - Processo nº: 13807.721295/2019-36 - Recorrente: MARIA DE FATIMA DE JESUS SERVICOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
130 - Processo nº: 13896.723619/2015-95 - Recorrente: GAMA CONSULTORIA - SERVICOS S/C. LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
131 - Processo nº: 13897.720590/2015-80 - Recorrente: RKSJ-INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
132 - Processo nº: 10865.720912/2019-01 - Recorrente: STAR PARK ESTACIONAMENTO PORTARIA E LIMPEZA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
133 - Processo nº: 10865.720911/2019-59 - Recorrente: KARISOL CONFECCOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
134 - Processo nº: 12448.722547/2019-16 - Recorrente: CONDOMINIO VILA CANNING e Interessado: FAZENDA NACIONAL
135 - Processo nº: 13746.720168/2018-09 - Recorrente: HIPERROLL EMBALAGENS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
136 - Processo nº: 15504.720185/2016-44 - Recorrente: RODRIGUES ENGENHARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
137 - Processo nº: 10920.721327/2017-47 - Recorrente: TALAC COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

138 - Processo nº: 10680.724029/2019-41 - Recorrente: HOSPITAL E MATERNIDADE HENRIQUE PENIDO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
139 - Processo nº: 10680.724389/2019-42 - Recorrente: MARCENARIA IRMAOS OLIVEIRA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
140 - Processo nº: 10680.724715/2019-11 - Recorrente: THIAGO GOMES DE AMORIM e Interessado: FAZENDA NACIONAL
141 - Processo nº: 10680.726010/2016-96 - Recorrente: EXPRESSO CANADA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
142 - Processo nº: 10880.721171/2016-37 - Recorrente: BEM ME QUER LEMBRANCINHAS E BRINDES PERSONALIZADOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
143 - Processo nº: 10930.721716/2018-34 - Recorrente: JORGE BALESTRA & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
144 - Processo nº: 10950.722474/2019-49 - Recorrente: WEINAND & YOKOSAWA CARDIOLOGIA PEDIATRICA S/S e Interessado: FAZENDA NACIONAL
145 - Processo nº: 11516.721024/2019-21 - Recorrente: MOLAS BUDAG COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
146 - Processo nº: 11516.721760/2018-06 - Recorrente: VOZ DO CONDOMINO.COM CONTABILIDADE E GESTAO CONDOMINIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
147 - Processo nº: 11516.721831/2018-62 - Recorrente: MANTEL TELECOMUNICACOES E ENERGIA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
148 - Processo nº: 11516.722062/2018-10 - Recorrente: STAND-BY MONTAGEM E LOCACAO DE STANDS E BENS MOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
149 - Processo nº: 11516.722172/2018-81 - Recorrente: MARMORARIA BARREIROS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
150 - Processo nº: 11516.722178/2018-59 - Recorrente: PANIFICADORA PAO DI AMORE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
151 - Processo nº: 11707.721515/2016-81 - Recorrente: SBG ADMINISTRACAO E PARTICIPACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
152 - Processo nº: 12448.724116/2017-14 - Recorrente: ECAP2008 CONSULTORIA EMPRESARIAL EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
153 - Processo nº: 13687.720048/2019-26 - Recorrente: MOTO TAXI 4 AMIGOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
154 - Processo nº: 13807.720877/2019-03 - Recorrente: ORLANDO PEIXOTO DE SOUZA FILHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
155 - Processo nº: 13811.723935/2018-01 - Recorrente: MICELI EVENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
156 - Processo nº: 13851.721181/2019-51 - Recorrente: CITROTEC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
157 - Processo nº: 13851.721232/2019-44 - Recorrente: TATIANE WAGNER ARQUITETURA EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
158 - Processo nº: 13851.721233/2019-99 - Recorrente: NPC - SERVICOS MEDICOS DE ARARAQUARA S/S LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
159 - Processo nº: 13953.720087/2015-11 - Recorrente: NILSON SANCHES PERES E CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
160 - Processo nº: 13973.720123/2019-23 - Recorrente: LUIZ ALBERTO REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
161 - Processo nº: 15504.721610/2019-65 - Recorrente: NL SEMIJOIAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
162 - Processo nº: 15504.721633/2019-70 - Recorrente: JAICAUTO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
163 - Processo nº: 15504.729873/2015-99 - Recorrente: MARCENARIA IRMAOS OLIVEIRA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
164 - Processo nº: 10930.721798/2018-17 - Recorrente: ZEUS REPRESENTACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
165 - Processo nº: 11075.722247/2015-18 - Recorrente: SILVANA MACIEL CARDOSO - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
166 - Processo nº: 11080.732024/2015-90 - Recorrente: SERGIO ROBERTO FREITAS JUNIOR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
167 - Processo nº: 14411.720058/2015-31 - Recorrente: REGINO A DE ARAGAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
168 - Processo nº: 10825.723735/2015-50 - Recorrente: POUSADA TIBIRICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
169 - Processo nº: 19985.723884/2014-70 - Recorrente: MARIO DE MARI ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
170 - Processo nº: 10920.724519/2015-43 - Recorrente: M. A. DA SILVA & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
171 - Processo nº: 10935.723878/2015-14 - Recorrente: LAUDELINA IMPERATOR 47637048934 e Interessado: FAZENDA NACIONAL
172 - Processo nº: 13811.723214/2017-10 - Recorrente: JOSE ROBERTO & FILHO COMERCIO DE VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
173 - Processo nº: 10670.721871/2015-16 - Recorrente: IRANETE MARIA ALMEIDA E PESSOA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
174 - Processo nº: 10183.727327/2015-70 - Recorrente: INOVE TECNOLOGIA SERVICOS E LOCACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
175 - Processo nº: 10315.721098/2015-37 - Recorrente: DIANA SILVA DO NASCIMENTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
176 - Processo nº: 13900.720358/2015-45 - Recorrente: CST - CONTABILIDADE E SERVICOS TECNICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
177 - Processo nº: 10930.721760/2018-44 - Recorrente: BILLETS DO PARANA - LIGAS METALICAS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
178 - Processo nº: 10830.726999/2015-96 - Recorrente: ZALEDO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WESLEY ROCHA
179 - Processo nº: 16095.000290/2007-02 - Recorrente: SATO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
180 - Processo nº: 35465.000512/2005-14 - Recorrente: RAMBERGER & RAMBERGER LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
181 - Processo nº: 16095.000352/2008-59 - Recorrente: ROLL FOR ARTEFATOS METALICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 3 de Fevereiro de 2021, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): FERNANDA MELO LEAL
182 - Processo nº: 10218.721112/2012-58 - Recorrente: RAFAEL SALDANHA DE CAMARGOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SHEILA AIRES CARTAXO GOMES
183 - Processo nº: 10218.721113/2012-01 - Recorrente: RAFAEL SALDANHA DE CAMARGOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LETICIA LACERDA DE CASTRO
184 - Processo nº: 17883.000322/2010-43 - Recorrente: JOSE MOREIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO CESAR MACEDO PESSOA
185 - Processo nº: 13896.722398/2013-76 - Recorrente: FLORESTAL MATARAZZO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
186 - Processo nº: 10183.721986/2014-11 - Recorrente: REGINALDO TOLENTINO CRUVINEL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
187 - Processo nº: 10183.721370/2014-41 - Recorrente: NELSON JOSE DAL WITTE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
188 - Processo nº: 10183.720941/2014-20 - Recorrente: ILDO DAGA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
189 - Processo nº: 13888.000105/2008-38 - Recorrente: MARCOS RICARDO DALLANEZE E SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
190 - Processo nº: 13888.000104/2008-93 - Recorrente: MARCOS RICARDO DALLANEZE E SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
191 - Processo nº: 10166.727305/2013-56 - Recorrente: NIVALDO NOBREGA DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LETICIA LACERDA DE CASTRO
192 - Processo nº: 10803.000115/2008-78 - Recorrente: JOSE SOARES PEZETA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
193 - Processo nº: 18471.000904/2007-39 - Recorrente: MARIA EUGENIA MONTEIRO BARBOSA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLEBER FERREIRA NUNES LEITE
194 - Processo nº: 13830.000884/2006-75 - Recorrente: JOSUE GUIMARAES CAMARINHA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LETICIA LACERDA DE CASTRO
195 - Processo nº: 15504.723119/2013-83 - Recorrente: SEBASTIAO RODRIGUES DE OLIVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
196 - Processo nº: 15504.721362/2013-67 - Recorrente: SEBASTIAO RODRIGUES DE OLIVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
197 - Processo nº: 19647.011737/2009-27 - Recorrente: MARIA DE LOURDES SOARES DE MENEZES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
198 - Processo nº: 13804.003821/2009-31 - Recorrente: REGIS JEAN DANIEL HAHN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDA MELO LEAL
199 - Processo nº: 10675.003444/2006-11 - Recorrente: ADRIANA DE FREITAS PACHECO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LETICIA LACERDA DE CASTRO
200 - Processo nº: 16004.001000/2010-15 - Recorrente: FRANCISCO JALLES NETO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
201 - Processo nº: 19515.002198/2009-31 - Recorrente: AURELIO MARTINS DO NASCIMENTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAURICIO DALRI TIMM DO VALLE
202 - Processo nº: 10380.014702/2007-81 - Recorrente: CARLOS EDUARDO MONTE SILVA AGUIAR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
203 - Processo nº: 10437.720154/2018-82 - Recorrente: MARCIA MARLY MANZO LINDGREN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
204 - Processo nº: 19515.000797/2008-39 - Recorrente: MARLENE FROMER e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 4 de Fevereiro de 2021, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): FERNANDA MELO LEAL
205 - Processo nº: 13005.001088/2005-00 - Recorrente: ADRIANE CRUSSER NUNES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
206 - Processo nº: 10380.007859/2005-99 - Recorrente: ALEXANDER BERLIN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
207 - Processo nº: 15540.000441/2008-37 - Recorrente: ANA GONCALVES DIOGO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
208 - Processo nº: 19515.000658/2005-62 - Recorrente: ANTONIO LUIZ SIMOES TOLEDO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAURICIO DALRI TIMM DO VALLE
209 - Processo nº: 10435.721924/2009-33 - Recorrente: CARLOS EURICO FERREIRA CECILIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLEBER FERREIRA NUNES LEITE
210 - Processo nº: 11080.722371/2011-81 - Recorrente: EDGARD ANTONIO LIPPMANN JUNIOR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDA MELO LEAL
211 - Processo nº: 15586.001133/2008-01 - Recorrente: DOMINGOS SALIS DE ARAUJO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
212 - Processo nº: 10120.014104/2008-54 - Recorrente: FERNANDO BERNARDINO DE SOUZA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLEBER FERREIRA NUNES LEITE
213 - Processo nº: 10280.720579/2011-46 - Recorrente: IONE ARRAIS DE CASTRO OLIVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAURICIO DALRI TIMM DO VALLE
214 - Processo nº: 10707.000693/2008-01 - Recorrente: JOSE EDUARDO RIBEIRO GOMES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDA MELO LEAL
215 - Processo nº: 10865.001981/2002-66 - Recorrente: JOSE CAMILO LANZONI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
216 - Processo nº: 10215.720122/2007-39 - Recorrente: JOSE CARLOS FRAZAO MERABET e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LETICIA LACERDA DE CASTRO
217 - Processo nº: 10882.003024/2010-76 - Recorrente: JULIO CEZAR XAVIER DA SILVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAURICIO DALRI TIMM DO VALLE
218 - Processo nº: 11020.003607/2009-76 - Recorrente: MIRELA NUNES SPIER e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDA MELO LEAL
219 - Processo nº: 19515.007775/2008-08 - Recorrente: RICARDO ARRUDA DE AQUINO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAURICIO DALRI TIMM DO VALLE
220 - Processo nº: 15983.720131/2015-52 - Recorrente: RUBENS CESAR AGAPITO DOS SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDA MELO LEAL
221 - Processo nº: 13971.003147/2007-09 - Recorrente: RUDOLFO ROBERTO WEICKERT JUNIOR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
222 - Processo nº: 19515.000037/2004-06 - Recorrente: SERGIO TADEU HANASIRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LETICIA LACERDA DE CASTRO
223 - Processo nº: 13807.009663/2009-01 - Recorrente: DIJANI MARCOLINO BEZERRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
224 - Processo nº: 12898.000544/2010-83 - Recorrente: HELIO MOURA LIMA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO CESAR MACEDO PESSOA
225 - Processo nº: 10166.000780/2008-14 - Recorrente: ALOISIO FERREIRA DE VASCONCELOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 4 de Fevereiro de 2021, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): FERNANDA MELO LEAL
226 - Processo nº: 10925.723002/2011-63 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ZEFERINO LOTARIO WALTER
Relator(a): LETICIA LACERDA DE CASTRO
227 - Processo nº: 17613.721385/2011-06 - Recorrente: MANOEL LOURENCO RODRIGUES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAURICIO DALRI TIMM DO VALLE
228 - Processo nº: 10469.722556/2014-11 - Recorrente: MARIA APARECIDA DE SOUZA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LETICIA LACERDA DE CASTRO
229 - Processo nº: 18186.010296/2010-91 - Recorrente: HELOISA ENEIDA PAES PINTO MENDES PINHEIRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
230 - Processo nº: 10480.913949/2009-16 - Recorrente: SEBASTIAO LUIZ MARINHO DE BARROS SOARES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
231 - Processo nº: 10480.904070/2010-17 - Recorrente: SEBASTIAO LUIZ MARINHO DE BARROS SOARES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO CESAR MACEDO PESSOA
232 - Processo nº: 10480.725384/2016-41 - Recorrente: JOSE THEODOZIO NETTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LETICIA LACERDA DE CASTRO
233 - Processo nº: 10845.723256/2011-71 - Recorrente: LUIZ SIMOES POLACO FILHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

SHEILA AIRES CARTAXO GOMES
Presidente da 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara
da 2ª Seção do CARF

4ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta Ordinária de julgamento dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1) Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio a ser encaminhado por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, observadas as orientações na Carta de Serviços no sítio do CARF;

2) É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta;

3) Fica facultada às partes a solicitação de retirada do recurso de pauta por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, a ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, situação em que o respectivo processo será automaticamente incluído em reunião a ser agendada oportunamente.

4) O julgamento do Processo nº 10675.722662/2013-88 (item 1) servirá como paradigma para o julgamento do processo constante do item 2. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao processo repetitivo de que trata o item 2, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada; e

5) O julgamento do Processo nº 10325.721910/2014-24 (item 20) servirá como paradigma para o julgamento do processo constante do item 21. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao processo repetitivo de que trata o item 21, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 2 de Fevereiro de 2021, ÀS 08:30 HORAS

TEMA 1: ITR - GLOSA DE ÁREA DECLARADA
Relator(a): RODRIGO LOPES ARAUJO
1 - Processo nº: 10675.722662/2013-88 - Recorrente: VALE S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MIRIAM DENISE XAVIER
2 - Processo nº: 10675.722663/2013-22 - Recorrente: VALE S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO LOPES ARAUJO
3 - Processo nº: 10630.720968/2009-30 - Recorrente: VALE S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 10983.722413/2011-47 - Recorrente: PAULO SERGIO GALLOTTI PRISCO PARAISO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 10980.009155/2009-15 - Recorrente: JOSE ARNALDO FOGGIATTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MATHEUS SOARES LEITE
6 - Processo nº: 10783.720120/2010-09 - Recorrente: ZANDER JOSE GINAID e Interessado: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 10783.720257/2008-31 - Recorrente: JOSE RENATO ZOTTICH e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO LOPES ARAUJO
8 - Processo nº: 11624.720017/2011-27 - Recorrente: C. W. RITZMANN AGROFLORESTAL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 10980.002274/2010-81 - Recorrente: ROBERTO ROCHA GOMES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 10073.720440/2008-42 - Recorrente: EDSON CONDE MIRANDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA
11 - Processo nº: 10735.721359/2009-20 - Recorrente: QUIACA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E AG e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO LOPES ARAUJO
12 - Processo nº: 10675.720581/2009-67 - Recorrente: ORCALINO MOISES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 2: ITR - VALOR DA TERRA NUA
Relator(a): MATHEUS SOARES LEITE
13 - Processo nº: 10245.720100/2011-06 - Recorrente: MANOEL DANTAS DIAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 10245.720101/2011-42 - Recorrente: MANOEL DANTAS DIAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 10980.000635/2008-30 - Recorrente: MEF ADMINISTRACAO E PARTICIPACAO IMOBILIARIA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO LOPES ARAUJO
16 - Processo nº: 10680.723018/2009-71 - Recorrente: VALE S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 10630.720976/2009-86 - Recorrente: VALE S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 10980.002612/2010-84 - Recorrente: BS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE LUIS HENTSCH BENJAMIN PINHEIRO
19 - Processo nº: 13161.720569/2012-36 - Recorrente: SVERDI PROPAGACAO E CULTURA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 3: ITR - DIVERSOS
Relator(a): MATHEUS SOARES LEITE
20 - Processo nº: 10325.721910/2014-24 - Recorrente: GUARANY SIDERURGIA E MINERACAO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MIRIAM DENISE XAVIER
21 - Processo nº: 10325.721911/2014-79 - Recorrente: GUARANY SIDERURGIA E MINERACAO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA
22 - Processo nº: 11516.721649/2012-16 - Recorrente: CEZARIO CEZAR SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 2 de Fevereiro de 2021, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 4: IRRF
Relator(a): RODRIGO LOPES ARAUJO
23 - Processo nº: 10680.723581/2008-69 - Recorrente: CORADI ASSOCIADOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 5: IRPF - OMISSÃO DE RENDIMENTOS/DEPÓSITOS BANCÁRIOS
Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA
24 - Processo nº: 18471.000022/2004-21 - Recorrente: CRISTIANO DE ASSIS COUGIL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 11020.723987/2012-64 - Recorrente: JANETE DOS SANTOS ZATT e Interessado: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 11080.725585/2011-17 - Recorrente: DANIELLE GUINTER LIMA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 11080.724349/2010-94 - Recorrente: HELTO PAULO NARDINO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 11080.725188/2010-56 - Recorrente: MARCELA IVONNE PATRICIA SOTO NARDINO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 10580.726320/2011-24 - Recorrente: ROBERTO TOSTO PEREIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 13888.005448/2010-11 - Recorrente: SERGIO JOSE DE MATTEO NETO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 10640.000014/2011-11 - Recorrente: MARIA EPHIGENIA SOARES BELFORT e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MATHEUS SOARES LEITE
32 - Processo nº: 19515.722769/2013-33 - Recorrente: SANDRA MARIA GONCALVES VICTOR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 6: IRPF - OMISSÃO DE RENDIMENTOS/ACRÉSCIMO PATRIMONIAL A DESCOBERTO
Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA
33 - Processo nº: 15940.720043/2011-23 - Recorrente: RICARDO MENDES TAHAN SOBRINHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 10932.720046/2011-42 - Recorrente: CARLOS EDUARDO GALLETTI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 7: IRPF - OMISSÃO DE RENDIMENTOS/RRA
35 - Processo nº: 13839.721305/2011-17 - Recorrente: LEONARDO MENEGOSSI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 13839.722613/2011-51 - Recorrente: GERSON DOS SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 13886.720235/2012-97 - Recorrente: VALTER PINTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 13839.721161/2011-91 - Recorrente: JOEL JESUS BISPO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 8: IRPF - OMISSÃO DE RENDIMENTOS - DIVERSOS
Relator(a): MATHEUS SOARES LEITE
39 - Processo nº: 13830.720756/2014-51 - Recorrente: JOSE CARLOS GARLA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 13830.722091/2013-30 - Recorrente: JOSE CARLOS GARLA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 13851.721699/2011-37 - Recorrente: PAULO ROBERTO TANURI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 13851.721700/2011-23 - Recorrente: PAULO ROBERTO TANURI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE LUIS HENTSCH BENJAMIN PINHEIRO
43 - Processo nº: 10830.006455/2006-13 - Recorrente: JEAN PAUL RAOUL MARIE GAIYET e Interessado: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 15540.000733/2008-70 - Recorrente: EDSON DE FREITAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 9: IRPF - DIVERSOS
Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA
45 - Processo nº: 15504.726488/2011-66 - Recorrente: ELTON DE CAMPOS PASSARO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO LOPES ARAUJO
46 - Processo nº: 10830.003757/2003-97 - Recorrente: WALDYR MASSOCO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 3 de Fevereiro de 2021, ÀS 08:30 HORAS

TEMA 10: IRPF - AJUSTE/GLOSA - DIVERSOS
Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA
47 - Processo nº: 13971.001923/2010-23 - Recorrente: OTTO BAIER e Interessado: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 13830.720363/2013-67 - Recorrente: JOSE STERZA JUSTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 13830.721645/2012-09 - Recorrente: JOSE STERZA JUSTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 13830.721647/2012-90 - Recorrente: JOSE STERZA JUSTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 11444.000367/2007-13 - Recorrente: JOSE STERZA JUSTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 13826.000459/2006-45 - Recorrente: JOSE STERZA JUSTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 15463.001059/2010-25 - Recorrente: LUIZ CARLOS GUEDES VALENTE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO LOPES ARAUJO
54 - Processo nº: 10580.722728/2009-11 - Recorrente: LUIZ AUGUSTO DE CASTRO TEIXEIRA DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE LUIS HENTSCH BENJAMIN PINHEIRO
55 - Processo nº: 15471.001731/2007-88 - Recorrente: MAURILIO SERGIO DOS ANJOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 11: CS - CONSTRUÇÃO CIVIL/DIVERSOS
Relator(a): MATHEUS SOARES LEITE
56 - Processo nº: 17460.000889/2007-95 - Recorrente: BOTUCATU PREFEITURA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 17460.000885/2007-15 - Recorrente: MUNICIPIO DE BOTUCATU PREF MUN E OUTRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 17460.000896/2007-97 - Recorrente: MUNICIPIO DE BOTUCATU PREF MUN E OUTRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 17460.000902/2007-14 - Recorrente: BOTUCATU PREFEITURA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 17460.000915/2007-85 - Recorrente: BOTUCATU PREFEITURA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 17460.000927/2007-18 - Recorrente: BOTUCATU PREFEITURA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 12: CS - PARCELAS EM FOLHA DE PAGAMENTO/DIVERSOS
62 - Processo nº: 10283.008376/2007-71 - Recorrente: MAGI CLEAN ADM.DE SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 10283.008369/2007-70 - Recorrente: MAGI CLEAN ADM.DE SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 19615.000624/2007-10 - Recorrente: SEMEPE SERVICO MEDICO DE PERNAMBUCO LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MIRIAM DENISE XAVIER
65 - Processo nº: 13971.002600/2007-51 - Recorrente: CONSTRUTORA E COMERCIO CONFI LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 13971.003295/2007-15 - Recorrente: DIDJURGEIT INSTALACOES AMBIENT LTDA EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA
67 - Processo nº: 10183.001485/2009-58 - Recorrente: AGE TRANSPORTES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 10183.001490/2009-61 - Recorrente: AGE TRANSPORTES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 35087.000193/2006-74 - Recorrente: AGE TRANSPORTES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 3 de Fevereiro de 2021, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 13: CS - SALÁRIO INDIRETO
Relator(a): MIRIAM DENISE XAVIER
70 - Processo nº: 16370.000219/2007-15 - Recorrente: CONDOMINIO METROPOLITAN PLAZA RESIDENCE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO
71 - Processo nº: 15536.000033/2008-44 - Embargante: ASSO NITEROIENSE DOS DEFICIENTES FISICOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 11330.000126/2007-43 - Recorrente: ASSOC NAC DAS INST DO MERCADO FINANCEIRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 18050.007563/2008-64 - Recorrente: POSTO IPANEMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 18050.007502/2008-05 - Recorrente: POSTO IPANEMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 14: CS - OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Relator(a): MATHEUS SOARES LEITE
75 - Processo nº: 10540.000627/2007-91 - Recorrente: ATLANTA VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MIRIAM DENISE XAVIER
76 - Processo nº: 11516.006527/2007-39 - Recorrente: ASS SERVIDORES SECRETARIA DA FAZENDA SC e Interessado: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 11516.006677/2007-42 - Recorrente: SIND AUX ADM ESCOLAR GRANDE FPOLIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO LOPES ARAUJO
78 - Processo nº: 15563.000388/2009-97 - Recorrente: TAHO - ACESSO A INTERNET RAPIDO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MIRIAM DENISE XAVIER
79 - Processo nº: 11474.000230/2007-01 - Recorrente: FUNDICAO VITORIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 14474.000085/2007-49 - Recorrente: RIMAPAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 13973.001006/2007-23 - Recorrente: LUNIEL IND E COM TEXTIL LTDA ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 13971.001929/2007-03 - Recorrente: PLASTICOS CREMER S/A E CREMER S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MATHEUS SOARES LEITE
83 - Processo nº: 18050.000920/2008-63 - Recorrente: TCI ENGENHARIA E SISTEMAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo nº: 36266.010479/2006-12 - Recorrente: EDITORA ATICA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO
85 - Processo nº: 15922.000198/2008-62 - Recorrente: GRUPO EDUCACIONAL HYUGENS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 10580.724997/2009-11 - Recorrente: REFRIGERANTES DA BAHIA LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 10580.724998/2009-58 - Recorrente: REFRIGERANTES DA BAHIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 10580.724999/2009-01 - Recorrente: REFRIGERANTES DA BAHIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 10580.725001/2009-87 - Recorrente: REFRIGERANTES DA BAHIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 10580.725000/2009-32 - Recorrente: REFRIGERANTES DA BAHIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo nº: 10580.733112/2010-09 - Recorrente: REFRIGERANTES DA BAHIA LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 4 de Fevereiro de 2021, ÀS 08:30 HORAS

TEMA 15: CS - CPRB
Relator(a): MATHEUS SOARES LEITE
92 - Processo nº: 11080.720114/2018-81 - Embargante: REDEBRASIL GESTAO DE ATIVOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO
93 - Processo nº: 10660.723825/2018-13 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e HELICOPTEROS DO BRASIL S/A
TEMA 16: CS - ENTIDADE BENEFICENTE
Relator(a): JOSE LUIS HENTSCH BENJAMIN PINHEIRO
94 - Processo nº: 11020.003421/2009-17 - Recorrente: ASSOCIACAO FARROUPILHENSE PRO-SAUDE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
95 - Processo nº: 11020.003420/2009-72 - Recorrente: ASSOCIACAO FARROUPILHENSE PRO-SAUDE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo nº: 15586.721263/2012-31 - Recorrente: FUNDACAO SAO JOAO BATISTA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo nº: 15586.721262/2012-97 - Recorrente: FUNDACAO SAO JOAO BATISTA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA
98 - Processo nº: 19515.721413/2014-63 - Recorrente: ASSOCIACAO SANTA MARCELINA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE LUIS HENTSCH BENJAMIN PINHEIRO
99 - Processo nº: 15521.000381/2008-81 - Recorrente: RETIRO SAO JOAO BATISTA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
100 - Processo nº: 15521.000380/2008-36 - Recorrente: RETIRO SAO JOAO BATISTA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
101 - Processo nº: 15521.000379/2008-10 - Recorrente: RETIRO SAO JOAO BATISTA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 17: CS - DIVERSOS
Relator(a): MATHEUS SOARES LEITE
102 - Processo nº: 16000.000692/2007-19 - Recorrente: CAPI ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO
103 - Processo nº: 10120.002051/2008-29 - Recorrente: METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo nº: 10380.014219/2007-05 - Recorrente: ANTONIO GILSON MENEZES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 18: CS - DECADÊNCIA/PRESCRIÇÃO
Relator(a): MIRIAM DENISE XAVIER
105 - Processo nº: 13982.000707/2007-36 - Recorrente: ANCHIETA PREFEITURA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO
106 - Processo nº: 15885.000303/2007-76 - Recorrente: SLZ SERVICOS AUXILIARES E TRANSPORTE AER e Interessado: FAZENDA NACIONAL
107 - Processo nº: 13123.000282/2007-85 - Recorrente: POSTO DE MOLAS GURUPI LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
108 - Processo nº: 14485.000493/2007-71 - Recorrente: BRASCOOP COOP. DE TRABALHO DO BRASIL LTD e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 4 de Fevereiro de 2021, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 19: CS - CONHECIMENTO
Relator(a): MIRIAM DENISE XAVIER
109 - Processo nº: 14474.000182/2007-31 - Recorrente: SABANCO DE CURITIBA SERV DE ASSIST BANC e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO
110 - Processo nº: 15504.000008/2009-19 - Recorrente: SERIS - SERVICOS TECNICOS INDUSTRIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
111 - Processo nº: 15504.000009/2009-63 - Recorrente: SERIS - SERVICOS TECNICOS INDUSTRIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
112 - Processo nº: 15504.000010/2009-98 - Recorrente: SERIS - SERVICOS TECNICOS INDUSTRIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
113 - Processo nº: 15504.000006/2009-20 - Recorrente: SERIS - SERVICOS TECNICOS INDUSTRIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
114 - Processo nº: 15504.000005/2009-85 - Recorrente: SERIS - SERVICOS TECNICOS INDUSTRIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
115 - Processo nº: 15504.000011/2009-32 - Recorrente: SERIS - SERVICOS TECNICOS INDUSTRIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

MIRIAM DENISE XAVIER
Presidente da 1ª Turma Ordinária da 4ª Câmara
da 2ª Seção do CARF

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta Ordinária (02 a 04/02/2021) e Extraordinária (05/02/2021) de julgamento dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1) Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio a ser encaminhado por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, observadas as orientações na Carta de Serviços no sítio do CARF;

2) É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta;

3) Fica facultada às partes a solicitação de retirada do recurso de pauta por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, a ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, situação em que o respectivo processo será automaticamente incluído em reunião a ser agendada oportunamente; e

4) O julgamento do Processo nº 10218.720714/2015-31 (item 93) servirá como paradigma para o julgamento do processo constante do item 94. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao processo repetitivo de que trata o item 94, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 2 de Fevereiro de 2021, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): MARCIO AUGUSTO SEKEFF SALLEM
1 - Processo nº: 11516.008534/2008-56 - Recorrente: INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS JURIDICOS E CULTURAIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo nº: 11516.008530/2008-78 - Recorrente: INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS JURIDICOS E CULTURAIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 11516.008533/2008-10 - Recorrente: INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS JURIDICOS E CULTURAIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 11516.008531/2008-12 - Recorrente: INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS JURIDICOS E CULTURAIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 11516.008529/2008-43 - Recorrente: INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS JURIDICOS E CULTURAIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 11516.008527/2008-54 - Recorrente: INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS JURIDICOS E CULTURAIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 11516.008528/2008-07 - Recorrente: INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS JURIDICOS E CULTURAIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 11516.008532/2008-67 - Recorrente: INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS JURIDICOS E CULTURAIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENNY MEDEIROS DA SILVEIRA
9 - Processo nº: 16045.000116/2008-28 - Recorrente: CIBI COMPANHIA IND. BRASILEIRA IMPIANTI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 16045.000115/2008-83 - Recorrente: CIBI COMPANHIA INDUSTRIAL BRASILEIRA IMPIANTI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA
11 - Processo nº: 10830.009169/2008-71 - Recorrente: PRIOR PACK INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 10830.009170/2008-04 - Recorrente: PRIOR PACK INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 10830.009167/2008-82 - Recorrente: PRIOR PACK INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS HENRIQUE DIAS LIMA
14 - Processo nº: 19311.000353/2009-71 - Recorrente: ASSOCIACAO CULTURAL E EDUCACIONAL ATIBAIENSE LTDA-ACEA -EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 16004.000261/2008-95 - Recorrente: EMPREITEIRA E TRANSPORTADORA SONIA E EDVANIL LTDA ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR
16 - Processo nº: 15540.000088/2008-95 - Recorrente: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUARIA EST RJ e Interessado: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 15540.000087/2008-41 - Recorrente: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUARIA EST RJ e Interessado: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 15540.000086/2008-04 - Recorrente: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUARIA EST RJ e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 2 de Fevereiro de 2021, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): FRANCISCO IBIAPINO LUZ
19 - Processo nº: 15277.000645/2009-16 - Recorrente: MAHLE COMPONENTES DE MOTORES DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 15277.000643/2009-27 - Recorrente: MAHLE COMPONENTES DE MOTORES DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 15277.000642/2009-82 - Recorrente: MAHLE COMPONENTES DE MOTORES DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 15277.000641/2009-38 - Recorrente: MAHLE COMPONENTES DE MOTORES DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 15277.000646/2009-61 - Recorrente: MAHLE COMPONENTES DE MOTORES DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 15277.000644/2009-71 - Recorrente: MAHLE COMPONENTES DE MOTORES DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI
25 - Processo nº: 19515.005223/2008-57 - Recorrente: LABTRADE DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 19515.005219/2008-99 - Recorrente: LABTRADE DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 19515.005213/2008-11 - Recorrente: LABTRADE DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 19515.005215/2008-19 - Recorrente: LABTRADE DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 19515.005210/2008-88 - Recorrente: LABTRADE DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 19515.005222/2008-11 - Recorrente: LABTRADE DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo nº: 19515.005221/2008-68 - Recorrente: LABTRADE DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA
32 - Processo nº: 16095.000240/2009-89 - Recorrente: ARMOR EQUIPAMENTOS DE PROTECAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 16095.000241/2009-23 - Recorrente: ARMOR EQUIPAMENTOS DE PROTECAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR
34 - Processo nº: 17460.000297/2007-73 - Recorrente: ARAKAKI MAQ E IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 17460.000296/2007-29 - Recorrente: ARAKAKI MAQ E IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 17460.000298/2007-18 - Recorrente: ARAKAKI MAQ E IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 3 de Fevereiro de 2021, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): RAFAEL MAZZER DE OLIVEIRA RAMOS
37 - Processo nº: 10680.721653/2011-39 - Recorrente: RIO RANCHO AGROPECUARIA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 15504.011267/2008-94 - Recorrente: RIO RANCHO AGROPECUARIA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 15504.011269/2008-83 - Recorrente: RIO RANCHO AGROPECUARIA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 15504.731983/2012-78 - Recorrente: RIO RANCHO AGROPECUARIA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 10680.721654/2011-83 - Recorrente: RIO RANCHO AGROPECUARIA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENNY MEDEIROS DA SILVEIRA
42 - Processo nº: 18050.000182/2009-35 - Recorrente: MOPPCLEAN SERVICOS DE LIMPEZA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 18050.000171/2009-55 - Recorrente: MOPPCLEAN SERVICOS DE LIMPEZA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 18050.000197/2009-01 - Recorrente: 0MOPPCLEAN SERVICOS DE LIMPEZA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 18050.000196/2009-59 - Recorrente: MOPPCLEAN SERVICOS DE LIMPEZA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 18050.000195/2009-12 - Recorrente: MOPPCLEAN SERVICOS DE LIMPEZA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 18050.000191/2009-26 - Recorrente: MOPPCLEAN SERVICOS DE LIMPEZA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 18050.000190/2009-81 - Recorrente: MOPPCLEAN SERVICOS DE LIMPEZA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 18050.000188/2009-11 - Recorrente: MOPPCLEAN SERVICOS DE LIMPEZA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR
50 - Processo nº: 35558.001017/2006-66 - Recorrente: GUARUJA VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 15983.000857/2007-65 - Recorrente: GUARUJA VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA
52 - Processo nº: 10380.016591/2009-18 - Recorrente: IRENE LIMA DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 10380.016593/2009-07 - Recorrente: IRENE LIMA DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 10380.016590/2009-65 - Recorrente: IRENE LIMA DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 3 de Fevereiro de 2021, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): FRANCISCO IBIAPINO LUZ
55 - Processo nº: 14337.000331/2009-07 - Recorrente: PORTEL PREFEITURA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 18050.003225/2008-53 - Recorrente: CONSTRUTORA PINHEIRO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENNY MEDEIROS DA SILVEIRA
57 - Processo nº: 16682.720113/2018-71 - Recorrente: TAP MANUTENCAO E ENGENHARIA BRASIL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 19515.002986/2008-46 - Recorrente: MCK COMERCIAL & REPRESENTACAO FONOGRAFICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 14479.001178/2007-41 - Recorrente: MCK COML REPRES FONOGRFICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA
60 - Processo nº: 13864.720084/2012-25 - Recorrente: TRANSCASTRO MULTIMODAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 13864.720085/2012-70 - Recorrente: TRANSCASTRO MULTIMODAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 13864.720086/2012-14 - Recorrente: TRANSCASTRO MULTIMODAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 13864.720088/2012-11 - Recorrente: TRANSCASTRO MULTIMODAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS HENRIQUE DIAS LIMA
64 - Processo nº: 13827.000883/2009-22 - Recorrente: ASSOCIACAO APOSENTADOS E PENSIONISTAS DE JAU E REGIAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 13827.000884/2009-77 - Recorrente: ASSOCIACAO APOSENTADOS E PENSIONISTAS DE JAU E REGIAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR
66 - Processo nº: 15765.000190/2008-56 - Recorrente: MOINHO DE TRIGO SANTO ANDRE SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 15765.000187/2008-32 - Recorrente: MOINHO DE TRIGO SANTO ANDRE SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 13896.001407/2007-43 - Recorrente: ALPHAVILLE TENNIS CLUBE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 13896.001406/2007-07 - Recorrente: ALPHAVILLE TENNIS CLUBE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI
70 - Processo nº: 12448.720791/2018-55 - Embargante: FOREVER LIVING PRODUCTS BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCIO AUGUSTO SEKEFF SALLEM
71 - Processo nº: 10480.728380/2018-86 - Recorrente: BBC SERVICOS DE VIGILANCIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENNY MEDEIROS DA SILVEIRA
72 - Processo nº: 14474.000063/2007-89 - Recorrente: DP LESSNAU HOTEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 4 de Fevereiro de 2021, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA
73 - Processo nº: 10552.000510/2007-79 - Recorrente: SIND TRAB IND CONSTR CIVIL PORTO ALEGRE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 10283.007898/2007-56 - Recorrente: COMPLEXO HOSPITALAR NILTON LINS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 10920.004424/2009-61 - Recorrente: ICB TREIN DE INFORMATICA E ASSOC EDUCACIONAL LTDA ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENNY MEDEIROS DA SILVEIRA
76 - Processo nº: 18088.000548/2007-87 - Recorrente: EMPRESA CRUZ DE TRANSPORTES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 18088.000544/2007-07 - Recorrente: EMPRESA CRUZ DE TRANSPORTES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR
78 - Processo nº: 17460.000128/2007-33 - Recorrente: PEVI COMERCIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 17460.000191/2007-70 - Recorrente: PEVI COMERCIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 10865.002717/2007-54 - Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL-MOGI MIRIM E OUTRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 10865.002715/2007-65 - Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL-MOGI MIRIM E OUTRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS HENRIQUE DIAS LIMA
82 - Processo nº: 10865.003046/2009-19 - Recorrente: DIOCESE DE SAO JOAO DA BOA VISTA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 15889.000410/2007-64 - Recorrente: COMPANHIA AGRICOLA QUATA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo nº: 15889.000401/2007-73 - Recorrente: COMPANHIA AGRICOLA QUATA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA
85 - Processo nº: 35950.001897/2004-76 - Recorrente: FUNDACAO DE ACAO SOCIAL FAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 36582.001550/2004-21 - Recorrente: BRESOLIN INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 10469.000157/2008-57 - Recorrente: IMOBILIARIA TERTULIANO REGO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS HENRIQUE DIAS LIMA
88 - Processo nº: 19839.004355/2009-90 - Recorrente: SERV-LOOK PRESTACAO DE SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 13888.001911/2007-42 - Recorrente: RIO CLARO FUTEBOL CLUBE e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 4 de Fevereiro de 2021, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): DENNY MEDEIROS DA SILVEIRA
90 - Processo nº: 37284.001813/2005-19 - Recorrente: GEAC CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo nº: 35013.004421/2003-04 - Recorrente: GRIFFIN DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI
92 - Processo nº: 11060.722010/2016-87 - Recorrente: HOSPITAL DE CARIDADE DR ASTROGILDO DE AZEVEDO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA
93 - Processo nº: 10218.720714/2015-31 - Recorrente: ATILIO CARVALHO SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENNY MEDEIROS DA SILVEIRA
94 - Processo nº: 10218.720713/2015-96 - Recorrente: ATILIO CARVALHO SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL MAZZER DE OLIVEIRA RAMOS
95 - Processo nº: 10665.722013/2011-34 - Recorrente: RIO RANCHO AGROPECUARIA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo nº: 10665.722014/2011-89 - Recorrente: RIO RANCHO AGROPECUARIA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo nº: 10670.001044/2009-64 - Recorrente: RIO RANCHO AGROPECUARIA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo nº: 10650.721371/2011-99 - Recorrente: RIO RANCHO AGROPECUARIA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 10650.721384/2011-68 - Recorrente: RIO RANCHO AGROPECUARIA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
100 - Processo nº: 10665.722011/2011-45 - Recorrente: RIO RANCHO AGROPECUARIA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FRANCISCO IBIAPINO LUZ
101 - Processo nº: 10983.721815/2011-24 - Recorrente: SERGIO WIRWALSKI BILLODRE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL MAZZER DE OLIVEIRA RAMOS
102 - Processo nº: 10980.001867/2010-20 - Recorrente: ECEPLAN - ENGENHARIA CIVIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 10983.721417/2011-16 - Recorrente: IGNACIO THEODORO PEREIRA NETO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo nº: 10945.720983/2011-59 - Recorrente: LUIZ CARLOS DALCANALE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR
105 - Processo nº: 10480.727562/2018-30 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: COMPANHIA GERAL DE MELHORAMENTOS EM PERNAMBUCO EM RECUPERACAO JUDICIAL
106 - Processo nº: 10480.727561/2018-95 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: COMPANHIA GERAL DE MELHORAMENTOS EM PERNAMBUCO EM RECUPERACAO JUDICIAL
Relator(a): RAFAEL MAZZER DE OLIVEIRA RAMOS
107 - Processo nº: 10735.720043/2009-11 - Recorrente: DIRON TORRES PAIVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
108 - Processo nº: 10469.724293/2011-31 - Recorrente: SAMUEL PATRICIO XAVIER e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 5 de Fevereiro de 2021, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): RAFAEL MAZZER DE OLIVEIRA RAMOS
109 - Processo nº: 10945.720214/2010-70 - Recorrente: MANOEL MAXIMIANO JUNQUEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
110 - Processo nº: 11080.725102/2010-95 - Recorrente: SEVERINO LAIN ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
111 - Processo nº: 10980.002320/2010-41 - Recorrente: GELSON ROBERTO MERLIN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
112 - Processo nº: 10980.001773/2010-51 - Recorrente: GENESIO VIANA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS HENRIQUE DIAS LIMA
113 - Processo nº: 19515.000442/2009-21 - Recorrente: EDISON DOMINGOS BARATO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
114 - Processo nº: 19515.000878/2011-34 - Recorrente: EDISON DOMINGOS BARATO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA TORATTI CASSINI
115 - Processo nº: 16004.720284/2017-19 - Embargante: PAULO ROBERTO BRUNETTI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
116 - Processo nº: 10882.003360/2010-19 - Recorrente: JOSE TADEU MORINI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
117 - Processo nº: 10865.004013/2008-05 - Recorrente: ANGELO GERALDO PEREIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS HENRIQUE DIAS LIMA
118 - Processo nº: 10480.722912/2012-86 - Recorrente: ADELSON ALVES DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
119 - Processo nº: 11516.001929/2004-02 - Embargante: GIAN MARCO NERCOLINI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENNY MEDEIROS DA SILVEIRA
120 - Processo nº: 12448.723488/2011-38 - Recorrente: SELMA RIBEIRO DE PAIVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
121 - Processo nº: 10970.720236/2011-11 - Recorrente: VERA LUCIA ALMEIDA DRUMMOND e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS HENRIQUE DIAS LIMA
122 - Processo nº: 12278.000158/2011-70 - Recorrente: ANTONIO CARLOS NASCIMENTO AFFONSO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
123 - Processo nº: 10640.722922/2011-51 - Recorrente: CARLOS AUGUSTO SABINO DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

124 - Processo nº: 13896.002909/2010-97 - Recorrente: JOAO LUIZ DO VALLE NOGUEIRA FILHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENNY MEDEIROS DA SILVEIRA
125 - Processo nº: 13964.720004/2011-22 - Recorrente: VICENTE THOMAZ DA SILVEIRA NETO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
126 - Processo nº: 12898.000606/2010-57 - Recorrente: JOHN FRANS JEANNE NIJS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 5 de Fevereiro de 2021, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA
127 - Processo nº: 13807.009808/2010-07 - Recorrente: NAIM NAGIB EL BAYEH e Interessado: FAZENDA NACIONAL
128 - Processo nº: 12898.002454/2009-93 - Recorrente: MONICA ABRANTES DE ANDRADE MUSSI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
129 - Processo nº: 13116.722894/2017-93 - Recorrente: RENATO ROMEU SORGATTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCIO AUGUSTO SEKEFF SALLEM
130 - Processo nº: 12448.727245/2018-45 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ANTONIO JOSE DE ALMEIDA CARNEIRO
131 - Processo nº: 19311.720001/2011-50 - Recorrente: JOSE ROBERTO DE LUCA BRAZ e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS HENRIQUE DIAS LIMA
132 - Processo nº: 10730.723576/2012-08 - Recorrente: ROBERTO GRABOWSKY NUNES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
133 - Processo nº: 11516.722145/2011-32 - Recorrente: PATRICIA TRANCOSO DA SILVA DISARO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
134 - Processo nº: 11020.721161/2011-80 - Recorrente: CAREN ISABEL RECH e Interessado: FAZENDA NACIONAL
135 - Processo nº: 15983.720225/2012-89 - Recorrente: GERALDO SOARES NOVAES FILHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR
136 - Processo nº: 18470.721138/2017-21 - Recorrente: JOSE ADOLFO PASCOWITCH e Interessado: FAZENDA NACIONAL
137 - Processo nº: 10880.734908/2018-43 - Recorrente: MARCOS MARINHO LUTZ e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

DENNY MEDEIROS DA SILVEIRA
Presidente da 2ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 2ª Seção do CARF

3ª SEÇÃO
1ª TURMA EXTRAORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta Ordinária de julgamento dos recursos das Sessões não presenciais virtuais a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1 - Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta.

2 - É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta.

3 - Não serão admitidos pedidos, pelas partes, de alteração da ordem de julgamento ou de retirada de processos em pauta de sessão não presencial virtual. (Redação dada pela Portaria MF nº 329, de 2017)

4 - Será submetida ao colegiado proposta do Presidente da Turma para retificação da Ata de Dezembro de 2020, relativa ao processo nº 10940.903296/2011-17 e 10940.903294/2011-28.

DIA 9 de Fevereiro de 2021, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): MARIA EDUARDA ALENCAR CAMARA SIMOES
1 - Processo nº: 12448.926074/2012-40 - Recorrente: GAN RIO APOIO NUTRICIONAL GANUTRE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo nº: 12448.926073/2012-03 - Recorrente: GAN RIO APOIO NUTRICIONAL GANUTRE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 12448.926072/2012-51 - Recorrente: GAN RIO APOIO NUTRICIONAL GANUTRE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 12448.926071/2012-14 - Recorrente: GAN RIO APOIO NUTRICIONAL GANUTRE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 12448.926070/2012-61 - Recorrente: GAN RIO APOIO NUTRICIONAL GANUTRE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 12448.926069/2012-37 - Recorrente: GAN RIO APOIO NUTRICIONAL GANUTRE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 12448.926068/2012-92 - Recorrente: GAN RIO APOIO NUTRICIONAL GANUTRE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 12448.926067/2012-48 - Recorrente: GAN RIO APOIO NUTRICIONAL GANUTRE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 9 de Fevereiro de 2021, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): MARIA EDUARDA ALENCAR CAMARA SIMOES
9 - Processo nº: 11128.725644/2015-89 - Recorrente: TASK LOGISTICA TRANSPORTES NACIONAIS E INTERNACIONAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 11128.725513/2015-00 - Recorrente: TASK LOGISTICA TRANSPORTES NACIONAIS E INTERNACIONAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 11128.724715/2015-26 - Recorrente: TASK LOGISTICA TRANSPORTES NACIONAIS E INTERNACIONAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 11128.721917/2018-69 - Recorrente: TASK LOGISTICA TRANSPORTES NACIONAIS E INTERNACIONAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 11128.721194/2015-55 - Recorrente: TASK LOGISTICA TRANSPORTES NACIONAIS E INTERNACIONAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 11128.720975/2015-22 - Recorrente: TASK LOGISTICA TRANSPORTES NACIONAIS E INTERNACIONAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 11128.720846/2019-68 - Recorrente: TASK LOGISTICA TRANSPORTES NACIONAIS E INTERNACIONAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 10783.915704/2016-48 - Recorrente: COOPERATIVA LATICINIOS GUACUI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 10783.915703/2016-01 - Recorrente: COOPERATIVA LATICINIOS GUACUI e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 10 de Fevereiro de 2021, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): LUIS FELIPE DE BARROS RECHE
18 - Processo nº: 11080.908695/2008-17 - Recorrente: CARBE-VIATURAS E TECNOLOGIA PARA COMBATE A SINISTROS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 19647.021434/2008-31 - Recorrente: BRASICOR AGENCIA DE VIAGENS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 12689.000074/2008-07 - Recorrente: OLEOQUIMICA INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 10940.903535/2008-33 - Recorrente: EMILIO B GOMES E FILHOS S A IND COM E EXP DE MADEIRAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 10940.903532/2008-08 - Recorrente: EMILIO B GOMES E FILHOS S A IND COM E EXP DE MADEIRAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 10940.903534/2008-99 - Recorrente: EMILIO B GOMES E FILHOS S A IND COM E EXP DE MADEIRAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 10940.903533/2008-44 - Recorrente: EMILIO B GOMES E FILHOS S A IND COM E EXP DE MADEIRAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 10 de Fevereiro de 2021, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): LUIS FELIPE DE BARROS RECHE
25 - Processo nº: 12466.000282/2009-01 - Recorrente: CAF TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 10715.008259/2008-61 - Recorrente: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 10940.902893/2008-29 - Recorrente: EMILIO B GOMES E FILHOS S A IND COM E EXP DE MADEIRAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 10940.902892/2008-84 - Recorrente: EMILIO B GOMES E FILHOS S A IND COM E EXP DE MADEIRAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 10715.008548/2010-85 - Recorrente: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 10120.900470/2010-42 - Recorrente: NOVO MUNDO MOVEIS E UTILIDADES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 10711.720582/2011-42 - Recorrente: CONQUEST LOGISTICA E CONSULTORIA ADUANEIRA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 10880.995917/2012-13 - Recorrente: DORMER TOOLS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 10880.661981/2012-01 - Recorrente: DORMER TOOLS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 11 de Fevereiro de 2021, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): MARCOS ROBERTO DA SILVA
34 - Processo nº: 11020.920532/2011-12 - Recorrente: AGROPECUARIA A & S LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 11020.920533/2011-59 - Recorrente: AGROPECUARIA A & S LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 11050.721103/2011-07 - Recorrente: AMRG AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 11128.728515/2013-81 - Recorrente: ECU WORLDWIDE LOGISTICS DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 11128.004483/2010-81 - Recorrente: ECU WORLDWIDE LOGISTICS DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 11050.721502/2013-21 - Recorrente: ECU WORLDWIDE LOGISTICS DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 10283.000468/2011-90 - Recorrente: ECU WORLDWIDE LOGISTICS DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 11 de Fevereiro de 2021, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): MARCOS ROBERTO DA SILVA
41 - Processo nº: 11128.722435/2012-31 - Recorrente: ECU WORLDWIDE LOGISTICS DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 10283.001451/2011-50 - Recorrente: ECU WORLDWIDE LOGISTICS DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 11968.001260/2009-37 - Recorrente: ECU WORLDWIDE LOGISTICS DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 10283.003155/2010-11 - Recorrente: ECU WORLDWIDE LOGISTICS DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 11128.003284/2010-56 - Recorrente: ECU WORLDWIDE LOGISTICS DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 10711.001819/2010-10 - Recorrente: ECU WORLDWIDE LOGISTICS DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 13603.906826/2012-89 - Recorrente: FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

MARCOS ROBERTO DA SILVA
Presidente da 1ª Turma Extraordinária da 3ª Seção do CARF

2ª TURMA EXTRAORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta Ordinária de julgamento dos recursos das Sessões não presenciais virtuais a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1 - Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta.

2 - É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta.

3 - Não serão admitidos pedidos, pelas partes, de alteração da ordem de julgamento ou de retirada de processos em pauta de sessão não presencial virtual. (Redação dada pela Portaria MF nº 329, de 2017)

DIA 9 de Fevereiro de 2021, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): CARLOS ALBERTO DA SILVA ESTEVES
1 - Processo nº: 13971.909716/2009-85 - Recorrente: VALE NORTE INDUSTRIAL MERCANTIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo nº: 13975.000046/2009-08 - Recorrente: VALE NORTE INDUSTRIAL MERCANTIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 13836.720376/2013-86 - Recorrente: BERG STEEL S A FABRICA BRASILEIRA DE FERRAMENTAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 13836.720378/2013-75 - Recorrente: BERG STEEL S A FABRICA BRASILEIRA DE FERRAMENTAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 10880.997360/2011-74 - Recorrente: ARTIGOS ODONTOLOGICOS CLASSICO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 10880.997362/2011-63 - Recorrente: ARTIGOS ODONTOLOGICOS CLASSICO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 10880.997363/2011-16 - Recorrente: ARTIGOS ODONTOLOGICOS CLASSICO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 10880.997364/2011-52 - Recorrente: ARTIGOS ODONTOLOGICOS CLASSICO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 10880.997366/2011-41 - Recorrente: ARTIGOS ODONTOLOGICOS CLASSICO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 10880.997367/2011-96 - Recorrente: ARTIGOS ODONTOLOGICOS CLASSICO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 10880.997368/2011-31 - Recorrente: ARTIGOS ODONTOLOGICOS CLASSICO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 9 de Fevereiro de 2021, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): CARLOS ALBERTO DA SILVA ESTEVES
12 - Processo nº: 10735.905165/2012-81 - Recorrente: LABORATORIOS PIERRE FABRE DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 10735.905166/2012-25 - Recorrente: LABORATORIOS PIERRE FABRE DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 10245.720650/2014-60 - Recorrente: BEBIDAS MONTE RORAIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 10245.721230/2014-09 - Recorrente: BEBIDAS MONTE RORAIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIEL ORSI GAMEIRO
16 - Processo nº: 10283.002796/2011-21 - Recorrente: C.H. ROBINSON WORLDWIDE LOGISTICA DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 10711.725969/2011-95 - Recorrente: C.H. ROBINSON WORLDWIDE LOGISTICA DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 11128.720023/2011-85 - Recorrente: C.H. ROBINSON WORLDWIDE LOGISTICA DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 11128.721212/2015-07 - Recorrente: C.H. ROBINSON WORLDWIDE LOGISTICA DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 12689.720207/2011-52 - Recorrente: C.H. ROBINSON WORLDWIDE LOGISTICA DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 10855.910091/2011-57 - Recorrente: GUARANY INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 10855.910092/2011-00 - Recorrente: GUARANY INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 10855.910098/2011-79 - Recorrente: GUARANY INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 10855.913036/2009-02 - Recorrente: GUARANY INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 10 de Fevereiro de 2021, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): MARIEL ORSI GAMEIRO
25 - Processo nº: 11080.915443/2012-12 - Recorrente: NOVO BANCO CONTINENTAL S.A.BANCO MULTIPLO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 11080.915731/2012-77 - Recorrente: NOVO BANCO CONTINENTAL S.A.BANCO MULTIPLO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 10711.720007/2011-40 - Recorrente: OPEN BRASIL COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 11516.723213/2013-42 - Recorrente: RESTAURACAO AMBIENTAL SISTEMICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 12466.001809/2009-15 - Recorrente: RODOS AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 10907.720549/2013-97 - Recorrente: SCHENKER DO BRASIL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 10907.720615/2017-52 - Recorrente: SCHENKER DO BRASIL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 11128.005950/2009-57 - Recorrente: SCHENKER DO BRASIL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 11128.720055/2017-76 - Recorrente: SCHENKER DO BRASIL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 11128.720803/2016-30 - Recorrente: SCHENKER DO BRASIL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 11128.721038/2015-94 - Recorrente: SCHENKER DO BRASIL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 10 de Fevereiro de 2021, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): MARIEL ORSI GAMEIRO
36 - Processo nº: 10907.720517/2013-91 - Recorrente: SUNTRANS LOGISTICA BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 10909.723006/2012-21 - Recorrente: SUNTRANS LOGISTICA BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 11128.721452/2016-84 - Recorrente: SUNTRANS LOGISTICA BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 11684.720966/2011-01 - Recorrente: SUNTRANS LOGISTICA BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 12466.720485/2011-24 - Recorrente: SUNTRANS LOGISTICA BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 12466.723434/2011-54 - Recorrente: SUNTRANS LOGISTICA BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 10540.902416/2011-71 - Recorrente: TOPY FREE INDUSTRIA DE ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 10540.902417/2011-16 - Recorrente: TOPY FREE INDUSTRIA DE ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 10540.902418/2011-61 - Recorrente: TOPY FREE INDUSTRIA DE ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 10540.902419/2011-13 - Recorrente: TOPY FREE INDUSTRIA DE ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 10540.902420/2011-30 - Recorrente: TOPY FREE INDUSTRIA DE ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 11 de Fevereiro de 2021, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): SABRINA COUTINHO BARBOSA
47 - Processo nº: 10875.903893/2011-72 - Recorrente: CAMPEL CALDEIRARIA E MECANICA PESADA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 10875.903892/2011-28 - Recorrente: CAMPEL CALDEIRARIA E MECANICA PESADA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 10880.917473/2013-66 - Recorrente: FOSBRASIL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 10880.917472/2013-11 - Recorrente: FOSBRASIL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 10480.727303/2012-13 - Recorrente: S/A FLUXO - COMERCIO E ASSESSORIA INTERNACION AL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 10480.722886/2010-24 - Recorrente: S/A FLUXO - COMERCIO E ASSESSORIA INTERNACION AL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 10480.720365/2010-32 - Recorrente: S/A FLUXO - COMERCIO E ASSESSORIA INTERNACION AL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 11051.000056/2008-41 - Recorrente: SUL PET PLASTICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 12466.721671/2011-81 - Recorrente: VITTORIA AGENCIA DE NAVEGACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 11065.915639/2011-14 - Recorrente: IKRO COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 11065.915638/2011-70 - Recorrente: IKRO COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 11065.915636/2011-81 - Recorrente: IKRO COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 11 de Fevereiro de 2021, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): SABRINA COUTINHO BARBOSA
59 - Processo nº: 10909.721102/2014-04 - Recorrente: ERALDO PERRARO ALANO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 19558.720584/2016-31 - Recorrente: NUNO FERREIRA CARGAS INTERNACIONAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 12689.720396/2017-59 - Recorrente: NUNO FERREIRA CARGAS INTERNACIONAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 11128.723990/2016-11 - Recorrente: NUNO FERREIRA CARGAS INTERNACIONAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 11128.720806/2016-73 - Recorrente: NUNO FERREIRA CARGAS INTERNACIONAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 11128.720497/2016-31 - Recorrente: NUNO FERREIRA CARGAS INTERNACIONAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 11128.720262/2011-35 - Recorrente: NUNO FERREIRA CARGAS INTERNACIONAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 11128.007828/2008-34 - Recorrente: NUNO FERREIRA CARGAS INTL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 11128.000502/2009-67 - Recorrente: NUNO FERREIRA CARGAS INTERNACIONAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

CARLOS ALBERTO DA SILVA ESTEVES
Presidente da 2ª Turma Extraordinária da 3ª Seção do CARF
Substituto

3ª CÂMARA

3ª TURMA EXTRAORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta Ordinária de julgamento dos recursos das Sessões não presenciais virtuais a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1 - Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta.

2 - É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta.

3 - Não serão admitidos pedidos, pelas partes, de alteração da ordem de julgamento ou de retirada de processos em pauta de sessão não presencial virtual. (Redação dada pela Portaria MF nº 329, de 2017)

DIA 9 de Fevereiro de 2021, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): MULLER NONATO CAVALCANTI SILVA
1 - Processo nº: 10680.904520/2014-49 - Recorrente: CMU TRADING COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo nº: 10880.689616/2009-58 - Recorrente: COMERCIAL E IMPORTADORA CENTER SPORT LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 11684.720919/2011-59 - Recorrente: DM3 TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 11128.722281/2011-04 - Recorrente: DM3 TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 11128.722275/2011-49 - Recorrente: DM3 TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 10909.721756/2016-91 - Recorrente: DM3 TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 10909.004279/2009-77 - Recorrente: DM3 TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 16366.720755/2013-48 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: EXPORTADORA E IMPORTADORA MARUBENI COLORADO LTDA e FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 16366.720754/2013-01 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: EXPORTADORA E IMPORTADORA MARUBENI COLORADO LTDA e FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 16366.720750/2013-15 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: EXPORTADORA E IMPORTADORA MARUBENI COLORADO LTDA e FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 16366.720748/2013-46 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: EXPORTADORA E IMPORTADORA MARUBENI COLORADO LTDA e FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 16366.720738/2013-19 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: EXPORTADORA E IMPORTADORA MARUBENI COLORADO LTDA e FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 11128.722363/2016-55 - Recorrente: LOGITRADE REPRESENTACAO, TRANSPORTES E COMERCIO INTERNACIONAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 11128.722185/2016-62 - Recorrente: LOGITRADE REPRESENTACAO, TRANSPORTES E COMERCIO INTERNACIONAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 11128.721475/2014-27 - Recorrente: LOGITRADE REPRESENTACAO, TRANSPORTES E COMERCIO INTERNACIONAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 11128.720852/2017-53 - Recorrente: LOGITRADE REPRESENTACAO, TRANSPORTES E COMERCIO INTERNACIONAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 11128.009712/2009-11 - Recorrente: LOGITRADE REPRESENTACAO, TRANSPORTES E COMERCIO INTERNACIONAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 9 de Fevereiro de 2021, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): ARIENE D ARC DINIZ E AMARAL
18 - Processo nº: 12466.723092/2011-72 - Recorrente: MWA LOGISTICA INTERNACIONAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 12466.003344/2010-62 - Recorrente: LUA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 12448.946366/2011-18 - Recorrente: RENAISSANCE DO BRASIL HOTELARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 12448.926368/2012-71 - Recorrente: MAGAZZINO DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 11128.721005/2015-44 - Recorrente: LAC WORLDWIDE DO BRASIL TRANSPORTES INTERNACIONAIS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 10983.902581/2015-48 - Recorrente: ITACORDA INDUSTRIA E COMERCIO DE CORDAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 10983.901374/2013-12 - Recorrente: ITACORDA INDUSTRIA E COMERCIO DE CORDAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 10907.722520/2013-40 - Recorrente: LAC WORLDWIDE DO BRASIL TRANSPORTES INTERNACIONAIS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 10907.722367/2013-51 - Recorrente: LUA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 10880.990153/2012-70 - Recorrente: COSTA MAGGIORE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 10880.990151/2012-81 - Recorrente: COSTA MAGGIORE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 10880.957676/2012-12 - Recorrente: AMAZON TRANSPORTES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 10 de Fevereiro de 2021, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): ARIENE D ARC DINIZ E AMARAL
30 - Processo nº: 10880.903495/2017-72 - Recorrente: MULTIMAGEM SERVICOS MEDICOS S/S LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 10880.903494/2017-28 - Recorrente: MULTIMAGEM SERVICOS MEDICOS S/S LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

32 - Processo nº: 10850.901556/2013-91 - Recorrente: PORTOBENS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 10850.901555/2013-46 - Recorrente: PORTOBENS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 10850.901554/2013-00 - Recorrente: PORTOBENS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 10850.901553/2013-57 - Recorrente: PORTOBENS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 10850.901552/2013-11 - Recorrente: PORTOBENS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 10845.906784/2009-40 - Recorrente: CRED-SYSTEM SERVICOS DE GESTAO E PROMOCAO DE VENDAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 10845.906783/2009-03 - Recorrente: CRED-SYSTEM SERVICOS DE GESTAO E PROMOCAO DE VENDAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 10845.906782/2009-51 - Recorrente: CRED-SYSTEM SERVICOS DE GESTAO E PROMOCAO DE VENDAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 10845.906781/2009-14 - Recorrente: CRED-SYSTEM SERVICOS DE GESTAO E PROMOCAO DE VENDAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 10845.906780/2009-61 - Recorrente: CRED-SYSTEM SERVICOS DE GESTAO E PROMOCAO DE VENDAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 10845.906779/2009-37 - Recorrente: CRED-SYSTEM SERVICOS DE GESTAO E PROMOCAO DE VENDAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 10840.910891/2009-12 - Recorrente: AGRICHEM DO BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 10830.903527/2013-00 - Recorrente: PEDRA DA MATA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 10380.900634/2011-51 - Recorrente: VULCABRAS AZALEIA - CE, CALCADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 10 de Fevereiro de 2021, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): LARA MOURA FRANCO EDUARDO
46 - Processo nº: 13971.906502/2012-52 - Recorrente: MALWEE MALHAS POMERODE LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 11128.720439/2017-99 - Recorrente: H.M. WAY COMERCIO EXTERIOR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 12689.000577/2009-55 - Recorrente: H.M. WAY COMERCIO EXTERIOR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 12466.720131/2011-80 - Recorrente: H.M. WAY COMERCIO EXTERIOR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 11968.000025/2010-81 - Recorrente: H.M. WAY COMERCIO EXTERIOR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 11128.725552/2015-07 - Recorrente: H.M. WAY COMERCIO EXTERIOR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 11128.720951/2015-73 - Recorrente: H.M. WAY COMERCIO EXTERIOR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 10921.720570/2016-57 - Recorrente: H.M. WAY COMERCIO EXTERIOR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 10711.007831/2008-13 - Recorrente: H.M. WAY COMERCIO EXTERIOR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 10711.005530/2009-28 - Recorrente: H.M. WAY COMERCIO EXTERIOR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 12466.721161/2011-11 - Recorrente: WEGH ASSESSORIA E LOGISTICA INTERNACIONAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 10711.724565/2012-65 - Recorrente: WEGH ASSESSORIA E LOGISTICA INTERNACIONAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 10711.720922/2012-16 - Recorrente: WEGH ASSESSORIA E LOGISTICA INTERNACIONAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 10711.005184/2009-88 - Recorrente: WEGH ASSESSORIA E LOGISTICA INTERNACIONAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 10983.902067/2014-21 - Recorrente: WEG AUTOMACAO CRITICAL POWER LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 11 de Fevereiro de 2021, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): MARCOS ANTONIO BORGES
61 - Processo nº: 16151.720592/2013-19 - Recorrente: SPARFLEX FIOS E CABOS ESPECIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 12448.927507/2012-84 - Recorrente: WILPORT OPERADORES PORTUARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 12448.927506/2012-30 - Recorrente: WILPORT OPERADORES PORTUARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 12448.927505/2012-95 - Recorrente: WILPORT OPERADORES PORTUARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 10925.900114/2011-44 - Recorrente: ANDREAZZA MADEIRAS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 10925.900113/2011-08 - Recorrente: ANDREAZZA MADEIRAS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 10925.900108/2011-97 - Recorrente: ANDREAZZA MADEIRAS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 10925.900107/2011-42 - Recorrente: ANDREAZZA MADEIRAS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 10925.900096/2011-09 - Recorrente: ANDREAZZA MADEIRAS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 10925.900095/2011-56 - Recorrente: ANDREAZZA MADEIRAS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 10925.900094/2011-10 - Recorrente: ANDREAZZA MADEIRAS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 10925.900093/2011-67 - Recorrente: ANDREAZZA MADEIRAS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 10925.900092/2011-12 - Recorrente: ANDREAZZA MADEIRAS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 10925.900091/2011-78 - Recorrente: ANDREAZZA MADEIRAS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 10925.900090/2011-23 - Recorrente: ANDREAZZA MADEIRAS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 10925.721236/2011-76 - Recorrente: ANDREAZZA MADEIRAS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 11 de Fevereiro de 2021, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): MARCOS ANTONIO BORGES
77 - Processo nº: 10880.987942/2012-23 - Recorrente: TRANSAMERICA FLATS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 10880.913963/2014-74 - Recorrente: TRANSAMERICA FLATS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 10880.658750/2012-11 - Recorrente: TRANSAMERICA FLATS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 10880.658749/2012-88 - Recorrente: TRANSAMERICA FLATS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 10880.658747/2012-99 - Recorrente: TRANSAMERICA FLATS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 10680.725997/2011-17 - Recorrente: ANGLOGOLD ASHANTI BRASIL MINERACAO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 10640.900549/2011-85 - Recorrente: LATICINIOS VITORIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo nº: 10640.900548/2011-31 - Recorrente: LATICINIOS VITORIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 10640.900547/2011-96 - Recorrente: LATICINIOS VITORIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

MARCOS ANTONIO BORGES
Presidente da 3ª Turma Extraordinária da 3ª Seção do CARF

CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS

1ª TURMA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta Ordinária de julgamento dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1) Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio a ser encaminhado por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, observadas as orientações na Carta de Serviços no sítio do CARF;

2) É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta;

3) Fica facultada às partes a solicitação de retirada do recurso de pauta por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, a ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, situação em que o respectivo processo será automaticamente incluído em reunião a ser agendada oportunamente.

DIA 2 de Fevereiro de 2021, ÀS 09:00 HORAS

Tema 01: PER/DCOMP
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
1 - Processo nº: 10830.917638/2009-17 - Recorrente: VALEANT FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
2 - Processo nº: 10880.915284/2006-20 - Recorrente: SETEC TECNOLOGIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 19647.000548/2003-33 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TINTAS IQUINE LTDA.
Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
4 - Processo nº: 19647.004651/2005-14 - Recorrente: TELECEARA CELULAR S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 19647.004622/2005-52 - Recorrente: TELECEARA CELULAR S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
6 - Processo nº: 10283.902002/2009-14 - Recorrente: HERMASA NAVEGACAO DA AMAZONIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 10283.902882/2009-11 - Recorrente: HERMASA NAVEGACAO DA AMAZONIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
8 - Processo nº: 10384.000207/2003-21 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CARVALHO & FERNANDES LTDA
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
9 - Processo nº: 10073.720520/2012-84 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: VIACAO CIDADE DO ACO LTDA
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
10 - Processo nº: 16327.003912/2002-61 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: BANCO ITAULEASING S.A.

DIA 2 de Fevereiro de 2021, ÀS 14:00 HORAS

Tema 02: DECADÊNCIA/PRESCRIÇÃO
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
11 - Processo nº: 10380.014657/2007-65 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CCB-CONSTRUT.CASTELO BRANCO EMPREEND.IMOBILIARIOS LTDA.
12 - Processo nº: 13804.000951/2001-64 - Recorrente: DM MOTORS DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 16004.000430/2008-97 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: DOVAIR ROMA
14 - Processo nº: 19515.000899/2007-73 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: LUANDRE LTDA
15 - Processo nº: 13808.000397/99-91 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: UNIMED PARTICIPACOES LTDA
Tema 03: LUCRO PRESUMIDO
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
16 - Processo nº: 13971.001643/2006-39 - Recorrente: CELSO MOTOS & AUTOMOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 3 de Fevereiro de 2021, ÀS 09:00 HORAS

Tema 04: CUSTOS, DESPESAS E ENCARGOS
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
17 - Processo nº: 19515.001582/2006-73 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: DIA BRASIL SOCIEDADE LIMITADA
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
18 - Processo nº: 12897.000116/2008-46 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TERMOCABO S.A.
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
19 - Processo nº: 15889.000669/2007-13 - Recorrente: FERRUCCI & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 12448.723214/2014-91 - Recorrente: SOLSTAD OFFSHORE LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Tema 05: DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE ORIGEM NÃO COMPROVADA
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
21 - Processo nº: 11516.722692/2011-18 - Recorrente: ALVES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
22 - Processo nº: 10280.720851/2010-15 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: NOVO TRIANGULO COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
23 - Processo nº: 10469.731222/2012-76 - Recorrente: THERMAS PARTICIPACOES SOCIETARIAS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Tema 06: OMISSÃO DE RECEITAS
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
24 - Processo nº: 18471.001741/2005-40 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ADVENTURE WORLD DO BRASIL TURISMO LTDA

DIA 3 de Fevereiro de 2021, ÀS 14:00 HORAS

Tema 07: OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
25 - Processo nº: 16561.720028/2014-55 - Recorrente: UNILEVER BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
26 - Processo nº: 10580.734318/2011-29 - Recorrentes: ITAPEBI GERACAO DE ENERGIA SA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
27 - Processo nº: 15586.720086/2016-08 - Recorrente: RIO NOVO LOCACOES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Tema 08: OUTRAS RECEITAS
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
28 - Processo nº: 10580.005113/2002-41 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: VITALMED - SERVICOS DE EMERGENCIA MEDICA LTDA
Tema 09: LUCRO ARBITRADO
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
29 - Processo nº: 18471.002187/2007-80 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: YIN'S BRASIL COMERCIO INTERNACIONAL LTDA
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
30 - Processo nº: 13609.720340/2016-29 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS SIRO LTDA
31 - Processo nº: 11516.000095/2004-18 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI
Tema 10: PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
32 - Processo nº: 10283.720367/2012-10 - Recorrentes: YAMAHA MOTOR COMPONENTES DA AMAZONIA LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
33 - Processo nº: 16561.000162/2007-15 - Recorrente: UNILEVER BRASIL HIGIENE PESSOAL E LIMPEZA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Tema 11: PENALIDADES
Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
34 - Processo nº: 13116.720927/2014-18 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: A.S.E. DISTRIBUICAO LTDA.
35 - Processo nº: 15586.000584/2010-37 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: JOSE CARLOS CARNEIRO - ME
36 - Processo nº: 10665.000932/2006-96 - Embargante: ARAPE AGROINDUSTRIA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Tema 12: DIVERSOS
37 - Processo nº: 16004.001173/2007-20 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: USINA SAO DOMINGOS-ACUCAR E ETANOL S/A

DIA 4 de Fevereiro de 2021, ÀS 09:00 HORAS

Tema 13: APURAÇÃO REFLEXA
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
38 - Processo nº: 13005.722428/2012-51 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: METALURGICA VENANCIO LTDA
39 - Processo nº: 10680.720787/2006-75 - Recorrente: MANOEL BERNARDES COMERCIO E INDUSTRIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
40 - Processo nº: 16408.000839/2006-07 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: BRASFIBRA INDUSTRIA E COMERCIO DE CHAPAS DE MADEIRA - EIRELI
41 - Processo nº: 18471.001807/2006-82 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: BENFICA ADMINISTRACAO DE IMOVEIS PROPRIOS S.A
Tema 14: PRELIMINARES
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
42 - Processo nº: 19515.721887/2013-24 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
43 - Processo nº: 19647.012518/2005-31 - Embargante: CICANORTE INDUSTRIA DE CONSERVAS ALIMENTICIAS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
44 - Processo nº: 10580.006024/2005-65 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: FUNDACAO DE SEGURIDADE SOCIAL DO BANCO ECONOMICO S A

DIA 4 de Fevereiro de 2021, ÀS 14:00 HORAS

Tema 15: CONHECIMENTO
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
45 - Processo nº: 15374.003676/2001-73 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TRUCK COMERCIAL IMPORTACAO EXPORTACAO LTDA
46 - Processo nº: 16682.902165/2013-59 - Recorrente: RAIZEN COMBUSTIVEIS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
Tema 16: Deduções/compensações em razão de retenções, antecipações e recolhimentos a maior do imposto
47 - Processo nº: 16004.000383/2008-81 - Recorrente: FRIGOSUL - FRIGORIFICO SUL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Tema 17: SOCIEDADE COOPERATIVA
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
48 - Processo nº: 16095.720155/2013-17 - Recorrente: UNIMED DE GUARULHOS-COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Tema 18: SIMPLES
Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
49 - Processo nº: 13971.001649/2005-25 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TOP AUXILIAR SERVICOS DE INFORMATICA LTDA

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

ADRIANA GOMES RÊGO
Presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos da sessão extraordinária não presencial utilizando videoconferência a ser realizada na data a seguir mencionada.

OBSERVAÇÕES:

1) Solicitação de acompanhamento está condicionada a requerimento prévio a ser encaminhado por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, observadas as orientações na Carta de Serviços no sítio do CARF;

2) Fica facultada às partes e ao conselheiro representado solicitação de retirada do recurso de pauta por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, a ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, situação em que o respectivo processo será automaticamente incluído em reunião a ser agendada oportunamente.

DIA 1º de Fevereiro de 2021, ÀS 14:00 HORAS

Tema: Representação de Nulidade
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
1 - Processo nº: 10166.727417/2017-31 (PAF: 11080.008088/2001-71) - Representante: SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL e CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO DA FAZENDA - Representada: 1ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais do CARF e Interessados: RBS ADMINISTRAÇÃO E COBRANÇAS LTDA, FAZENDA NACIONAL e OUTROS - Objeto da Representação: Acórdão nº: 01-06.015.

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

ADRIANA GOMES RÊGO
Presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 1ª REGIÃO
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIA PFN/MG Nº 779, DE 19 DE JANEIRO DE 2021

Dispõe sobre o Sistema de Recuperação de Créditos da 1ª Região (SRC-1ª Região) no Estado de Minas Gerais, cria equipes, delimita a atuação dos grupos, designa os coordenadores para as atividades de cobrança do Sistema de Recuperação de Créditos, tendo como base o que consta na Portaria PGFN nº 32, de 16/01//2019, e na PORTARIA PRFN1/PGFN/ME nº 23815, de 19 de novembro de 2020, no âmbito da atuação regionalizada em Minas Gerais. Documento público. Ausência de sigilo.

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS (PFN/MG), no uso das atribuições que lhe confere o art. 89, inciso II, alínea "b", do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e nos termos do art. 5º da Portaria PGFN/MF nº 737, de 17 de dezembro de 2018:

CONSIDERANDO o disposto no art. 19, § 3º e §5º, e 25 da Portaria PGFN nº 32/2019, de 16 de janeiro de 2019, que instituiu o Sistema de Recuperação de Créditos (SRC);

CONSIDERANDO a Norma de Execução CGR/PGDAU nº 43, de 10/11/2020, que instituiu as metas regionalizadas do Sistema de Recuperação de Créditos;

CONSIDERANDO a edição da Portaria PRFN1/PGFN/ME nº 23.815, de 19 de novembro de 2020, que institui o Sistema de Recuperação de Créditos da 1ª Região (SRC-1ª Região), cria equipes, designa os Coordenadores para as ações especiais de cobrança das atividades do Sistema de Recuperação de Créditos (SRC), no âmbito da atuação regionalizada e desterritorializada da 1ª Região;

CONSIDERANDO que o art. 2º da PORTARIA PRFN1/PGFN/ME nº 23.815, de 19 de novembro de 2020, instituiu a Equipe SRC-1ª região - Minas Gerais, composta pela unidade Estadual e as unidades seccionais do Estado de Minas Gerais;

CONSIDERANDO a regionalização das atividades do Sistema de Recuperação de Créditos, instituído pela Portaria PGFN n.º 32, de 16/01//2019;

CONSIDERANDO o disposto no art. 4º da Portaria PFN/MG nº 35/2019;, resolve:

por meio da presente Portaria, delimitar a atuação dos grupos de atuação estratégica no Estado de Minas Gerais ligados ao Sistema de Recuperação de Créditos, disciplinar o alcance de suas atribuições e designar coordenadores, nos termos do art. 3º da PORTARIA PRFN1/PGFN/ME Nº 23815, DE 19 DE NOVEMRBO DE 2020.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Esta portaria disciplina o funcionamento do Sistema de Recuperação de Créditos Inscritos em Dívida Ativa da União e do FGTS (SRC), no âmbito da Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado de Minas Gerais, instituído pela PORTARIA PRFN1/PGFN/ME Nº 23815, DE 19 DE NOVEMRBO DE 2020, que será composto pela unidade estadual e todas as seccionais e escritórios avançados localizados em território mineiro.

Parágrafo Único. As atividades do Sistema de Recuperação de Créditos a serem regulamentados pela presente portaria são:

I - Combate à fraude fiscal estruturada;

II - Monitoramento Econômico-fiscal;

III - Contencioso das ações especiais de cobrança decorrentes do exercício das atividades descritas nos incisos I e II;

IV - Investigação Fiscal.

Art. 2º. No plano de estadualização de Minas Gerais, as atividades descritas no art. 4º, incisos I, II e III e § 1º, I, da Portaria PGFN nº 32, de 16 de janeiro de 2019, estarão sob a coordenação da unidade estadual através das seguintes divisões:

I - Divisão de Acompanhamento de Grandes Devedores (DIGRA):

a) análise de risco e monitoramento econômico-fiscal dos grandes devedores acompanhados;

b) combate à fraude fiscal estruturada quando praticada por grande devedor acompanhado;

c) contencioso das ações especiais de cobrança decorrentes do exercício das atividades descritas nas alíneas anteriores.

II - Divisão de Assuntos Fiscais (DIAFI):

a) investigação fiscal;

b) contencioso das ações especiais de cobrança decorrentes da atividade de investigação fiscal.

§ 1º A coordenação central das atividades afetas ao SRC-1ª Região-Minas Gerais será exercida pela chefia da Divisão de Grandes devedores da PFN/MG.

§2º No âmbito da investigação fiscal, a coordenação definida no §1º restringe-se a ser ponto focal de comunicação com a regional, devendo as demais atividades de coordenação ser exercida pela chefia da Divisão de Assuntos Fiscais.

§3º Os Procuradores designados para as atividades do SRC deverão primar pela integração mútua, cooperação e compartilhamento de informações.

Art. 3º. O apoio administrativo das equipes componentes do SRC-1ª Região-Minas Gerais será o existente na Divisão de Grandes Devedores e na Divisão de Assuntos fiscais da unidade estadual, bem como aqueles existentes nas unidades da PGFN responsáveis pelo acompanhamento dos devedores, ou, ainda, conforme organização desterritorializada a ser regulamentada no âmbito de Minas Gerais.

CAPÍTULO II

DA ATIVIDADE DE ANÁLISE DE RISCO E MONITORAMENTO ECONÔMICO FISCAL

Seção I

Disposições Gerais e Relacionamento com as Demais atividades na Condução da Atividade de Análise de Risco e Monitoramento Econômico-Fiscal

Art. 4º. A atividade de análise de risco e monitoramento econômico-fiscal dos grandes devedores acompanhados consiste em realizar o acompanhamento individualizado e periódico dos sujeitos passivos com maior perspectiva de recuperação, e observará as diretrizes descritas neste capítulo e no art. 9º da Portaria PGFN nº 32, de 16 de janeiro de 2019.

§ 1º Entende-se por sujeito passivo com maior perspectiva de recuperação os devedores selecionados como grandes devedores acompanhados, de rating A e B, segundo a Norma de Execução PGDAU nº 43, de 10 de novembro de 2020, ou qualquer outro ato normativo que lhe substituir, bem como os grandes devedores advindos da atividade de combate à fraude estruturada, em que ainda não se tenha formalizado garantias válidas ou outras circunstâncias, de modo a alterar o rating originário, eventualmente indicado como C ou D.

§ 2º A atividade de análise de risco e monitoramento econômico-fiscal está erigida sob a égide de promover iniciativas objetivando sempre o adimplemento amigável dos débitos inscritos em dívida ativa da União e do FGTS. Pauta-se pela proatividade e redução de litigiosidade, mediante contato direto com o grande devedor acompanhado, com vistas ao estabelecimento de garantias de maior interesse para a União, além da assunção da correspondente regularidade fiscal, na maior brevidade possível.

§ 3º A atividade de análise de risco e monitoramento econômico-fiscal compreende o monitoramento do comportamento e das variações econômicas fiscais dos grandes devedores acompanhados. Para tal desiderato, a atividade envolve a consulta e pesquisa nos sistemas que demonstram a atividade produtiva-financeira-patrimonial dos sujeitos passivos tributários, sendo que, na hipótese de ser constatada a possibilidade de risco de inadimplemento dos créditos inscritos em dívida ativa, imediatamente, deverão ser adotadas as medidas administrativas e judiciais necessárias no sentido da recuperação, sobretudo o acionamento formal do núcleo de combate à fraude fiscal estruturada, mediante envio de comunicação, via e-mail, à chefia da DIGRA/MG.

Art. 5º. O Procurador afeto ao monitoramento deve manter constante diálogo com as demais divisões da PFN/MG, de forma a evitar atuações contraditórias na cobrança do crédito de devedor relacionado na lista da atividade de análise de risco e monitoramento econômico-fiscal.

§ 1º O Procurador inserido na atividade de monitoramento em tela poderá realizar as atividades de cobrança administrativa previstas no art. 14 da Portaria PGFN nº 32, de 16 de janeiro de 2019, atuando de forma complementar à equipe de Gestão da Dívida Ativa da União em Minas Gerais, bem como as atividades de contencioso das ações administrativas de cobrança descritas nos incisos I, II, III, IV, V, VI e VIII do art. 16 da Portaria PGFN nº 32, de 16 de janeiro de 2019, e em constante comunicação com aquele grupo, podendo promover a seleção de atividades específicas a serem praticadas em relação aos devedores monitorados, sujeito à comunicação prévia, salvo em caso de urgência, quando a comunicação poderá ser feita posteriormente.

§ 2º O Procurador poderá peticionar em qualquer ação judicial na qual o devedor acompanhado seja parte, devendo comunicar previamente à coordenação do grupo estadualizado responsável, salvo em caso de urgência, quando a comunicação poderá ser feita posteriormente.

§ 3º Além da prerrogativa de que trata o parágrafo anterior, o Procurador poderá solicitar às demais coordenações, divisões ou unidades no Estado de Minas Gerais que determinado processo judicial acompanhado seja direcionado ao setor pelo período necessário à resolução de determinada tarefa, sendo devolvido ao acompanhamento da divisão após a sua conclusão.

§ 4º A prerrogativa contida no parágrafo anterior somente se aplica caso não haja prazo peremptório de manifestação, ocasião em que, somente após a atuação do grupo responsável, será direcionado o processo solicitado.

§ 5º O Procurador responsável pela atividade apresentará relatório semestral de trabalho, até os dias 30/04 e 31/10 de cada ano, que permita visualizar um panorama geral da situação econômico-financeira e fiscal dos devedores acompanhados, sintetizando as principais medidas adotadas, ocasião em que poderá sugerir a substituição de devedor da lista de acompanhamento.

Seção II

Das Atividades de Análise de Risco e Monitoramento Econômico-Fiscal

Art. 6º. Além das atribuições previstas no art. 9º da Portaria PGFN nº 32, de 16 de janeiro de 2019, as atividades administrativas de análise de risco e monitoramento econômico-fiscal dos grandes devedores acompanhados, especificamente, compreendem:

I - emissão de certidão de regularidade fiscal;

II - todos os atos relativos à concessão de parcelamentos ordinários ou simplificados, tais como análise inicial, aferição de requisitos, deferimento, rescisão, requerimentos, recursos e, principalmente, a verificação periódica da regularidade de pagamentos;

III - a anotação de garantia e de causa suspensiva da exigibilidade, nos sistemas de dívida ativa, inclusive com relação aquelas derivadas de cumprimento de decisão judicial, podendo realizar as atualizações no sistema que entender necessárias;

IV - a análise de requerimentos para retirada do CADIN;

V - a análise de requerimentos que abordem a revisão de débitos inscritos, desde que devidamente selecionados e comunicados à chefia da DIDAU;

VI - apreciação de requerimentos relativos a oferta antecipada de garantia, com verificação qualitativa e atendimento de todos os requisitos para atestar a suficiência da garantia, mormente a regularidade de depósitos, de carta de fianças e seguros;

VII - requerimentos administrativos de exclusão de corresponsável;

VIII - o controle de legalidade da cobrança administrativa e judicial;

IX - averbação pré-executórias e requerimentos administrativos relacionados;

X - a emissão de inicial executiva e seu ajuizamento, preferencialmente com a indicação de garantia;

XI - a verificação periódica da saúde financeira e patrimonial das empresas com créditos em discussão administrativa;

XII - complementarmente à equipe de Gestão da Dívida Ativa da União e em constante comunicação, as atividades de cobrança administrativa previstas pelo art. 14 da Portaria PGFN nº 32, de 16 de janeiro de 2019, quando não realizados eletronicamente ou diretamente pela Coordenação-Geral de Estratégias de Recuperação de Créditos ou pela Coordenação-Geral da Dívida Ativa da União e do FGTS, desde que devidamente selecionados e comunicados à chefia DIDAU/MG ou ao coordenador especificamente designado;

XIII - as demais atividades de contencioso das ações administrativas de cobrança previstas pelo artigo 16, incisos I, II, III, IV, V, VI e VIII da Portaria PGFN nº 32, de 16 de janeiro de 2019, desde que se refira aos atos praticados pela atividade de monitoramento.

Art. 7º. As atividades judiciais concernentes à análise de risco e monitoramento econômico-fiscal dos grandes devedores acompanhados, além das atribuições previstas no artigo 9º da Portaria PGFN Nº 32/2019, ordinariamente, deverão contemplar as seguintes ações:

I - o prosseguimento da cobrança executiva em caso de rescisão de parcelamentos ordinários e simplificados, com a indicação de bens à penhora, munido de pedido de expropriação, transformação de depósitos em pagamento definitivo, ou execução de carta de fiança e seguros garantia;

II - a imediata realização de pedido de liquidação do seguro garantia ou carta de fiança ofertados, quando constatado, mesmo durante a verificação de procedimentos administrativos, o vencimento da cártula ou ocorrência do sinistro;

III - praticar todos os atos necessários à execução judicial das garantias obtidas quando inexistentes qualquer causa de suspensão de exigibilidade, pendência de efetivação ou vigência de negócio jurídico processual, ou qualquer outro óbice ao prosseguimento da cobrança;

IV - promover eventual reforço de penhora, assim como a substituição das garantias por outras mais líquidas para satisfazer os interesses da União no adimplemento do crédito;

V - distribuir requerimentos ao juízo da execução fiscal para tramitação prioritária dos processos de interesse, nos termos do artigo 12, § 2º, VII e IX, da Lei nº 13.105/2015;

VI - promover a celebração de negócios jurídicos processuais em relação aos devedores objetos da atividade de monitoramento;

VII - fornecer subsídios para que a autoridade impetrada possa prestar informações em mandados de segurança impetrados contra atos praticados no exercício das atribuições previstas nos art. 6º e 7º;

VIII - atuar em tutelas cautelares antecedentes, de urgência, pedidos de liminar, entre outros, e prestar subsídios nas ações judiciais em que há determinação para a aceitação de garantia, emissão de certidão de regularidade fiscal e/ou retirada do CADIN com relação aos grandes devedores monitorados restringindo-se a atuação processual a estes atos.

CAPÍTULO III

DA ATIVIDADE DE COMBATE À FRAUDE FISCAL ESTRUTURADA

Art. 8º. A atividade de combate à fraude fiscal estruturada consiste em realizar as ações descritas no art. 11 da Portaria PGFN nº 32, de 16 de janeiro de 2019, e observará as diretrizes descritas neste Capítulo.

§ 1º A atividade de combate à fraude fiscal estruturada possui natureza investigativa e atua com o escopo específico de identificar patrimônio, interpostas pessoas, reais responsáveis tributários, sucessões e grupos econômicos que possam satisfazer os créditos tributários e não tributários no interesse da União.

§ 2º Para o cumprimento de sua finalidade, a atividade de combate à fraude fiscal estruturada deverá sempre priorizar o acesso aos sistemas disponibilizados pela PGFN, com a produção estruturada e massificada de dados, assim como realizar as ações de produção de relatórios, de elaboração de representação para fins penais, articulação com outros órgãos de interesse e participar de eventos de capacitação, disponibilizando-se a replicar seu conteúdo a outros membros de mesma área de atuação.

§ 3º As operações da atividade de combate à fraude fiscal estruturada devem resultar na elaboração e na propositura de ações judiciais concernentes a medidas cautelares fiscais e inominadas que possibilitem a indicação de responsáveis tributários e patrimônio hábil à recuperação do crédito público exigido.

§ 4º A atuação do(s) responsável(eis) pelas operações a serem deflagradas persiste até a manifestação em eventuais recursos de indeferimento dos pedidos da União, e ainda contempla, quando cabível, o saneamento processual da ação judicial que porventura possa ser objeto da medida a ser pleiteada.

§ 5º Igualmente constituem operações a propositura de ações de busca e apreensão, quebra de sigilo bancário, quebra de sigilo de dados ou outras medidas necessárias à produção de provas para demonstração de responsabilidade tributária ou localização de bens e direitos em nome de grandes devedores acompanhados, inclusive aquelas realizadas para atender e subsidiar as atividades da autoridade fiscal com relação aos créditos tributários que estejam em fase administrativa, neste último caso, mesmo que o sujeito passivo não seja grande devedor acompanhado, desde que se refira a contribuinte sujeito a acompanhamento diferenciado ou especial pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

§ 6º A atividade de combate à fraude fiscal estruturada é essencialmente sigilosa, devendo seus integrantes constantemente velar pela proteção das informações produzidas, sobretudo, mediante a guarda em local seguro de documentos, mídias eletrônicas, entre outros.

§ 7º Considerando a necessidade de dar maior proteção a todos os dados sigilosos, a instrução de medidas cautelares fiscais e das demais ações judiciais consideradas como operações deverão, preferencialmente, ser instruídas com a utilização de mídia eletrônica.

§ 8º Todo início de atividade investigativa deve prever a abertura de dossiê eletrônico, em caráter sigiloso, onde devem ser arquivados todos os documentos e informações produzidas, inclusive relatórios e peças judiciais relativas ao caso.

§ 9º. O Procurador designado para a atividade de combate à fraude fiscal integrará o Grupo de Operações Especiais de Combate à Fraude Fiscal Estruturada da Coordenação-Geral de Estratégias de Recuperação de Créditos e participará do Sistema de Inteligência Fiscal da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Seção I

Do Limite da Atuação Judicial na Atividade de Combate à Fraude Fiscal Estruturada

Art. 9º. Deflagrada a operação com o protocolo da medida judicial, o Procurador que elaborou a peça processual ficará responsável pela condução do processo até a fase de apresentação de eventual recurso da decisão que indeferir o pedido da União.

§ 1º Encerrada a fase de que trata o caput, o processo judicial em que houve a deflagração da operação será repassado ao núcleo da atividade de contencioso das ações especiais de cobrança.

§ 2º Além do processo judicial em que deflagrada a operação, o Procurador afeto à atividade de contencioso das ações especiais de cobrança que receber o processo judicial referido no caput deverá requerer, se for o caso, o redirecionamento da cobrança aos corresponsáveis, o saneamento processual, e a conversão das indisponibilidades em penhora nas execuções fiscais respectivas.

§ 3º Antes de deflagrada a operação, o Procurador responsável deverá promover o controle de legalidade e o ajuizamento de todos os créditos tributários e não tributários que integrarão o objeto da medida, salvo os casos estrategicamente identificados e com a concordância da chefia do SRC-1-Minas Gerais.

§ 4º Encerrada a fase de que trata o § 3º deste artigo, caberá ao Procurador responsável pela medida promover o encaminhamento de mensagem eletrônica à chefia do SRC-1- Minas Gerais e aos integrantes do núcleo das ações especiais de cobrança, com um breve relato, informando:

a) a deflagração de operação decorrente de atividade de CFFE, com a indicação no número do dossiê respectivo ou endereço eletrônico onde todos os documentos e arrazoados podem ser localizados;

b) o número e o juízo do processo judicial em que a operação foi deflagrada;

c) se a medida judicial pretendida foi deferida;

d) os números dos processos judiciais em relação aos quais poderia haver a extensão dos efeitos da medida judicial acolhida no processo principal, caso houver;

e) se houve a interposição de recurso pela parte ou pela União;

f) a atual situação processual;

g) o valor total do crédito público envolvido.

Seção II

Das Representações para a Propositura de Medidas Cautelares

Art. 10. As propostas de interposição de Medidas Cautelares Fiscais encaminhadas à Coordenação Central do SRC-1ª Região-Minas Gerais pela Divisão de Assuntos Fiscais da PFN/MG, nos termos da previsão da norma contida no inciso VIII do artigo 13 da Portaria PGFN nº 32, de 16 de janeiro de 2019, serão direcionadas para a atividade de combate à fraude fiscal estruturada.

§ 1º As disposições contidas neste artigo se aplicam às cautelares inominadas, de busca e apreensão e de quebra de sigilo bancário e de dados ou outras medidas necessárias à produção de provas visando à demonstração de responsabilidade tributária ou localização de bens e direitos em nome de devedores da dívida ativa da União.

§ 2º As propostas de Medidas Cautelares Fiscais a serem analisadas pela atividade de combate à fraude fiscal estruturada independem da qualificação do sujeito passivo como grande devedor acompanhado, regulando-se pela complexidade inerente ao caso enviado.

§ 3º As propostas de Medida Cautelares Fiscais serão livremente distribuídas aos integrantes do grupo de combate à fraude estruturada para realizar a análise sobre a viabilidade de sua interposição, seja promovendo o ajuizamento da medida, bem como implementando novas investigações, ou retornando referida proposta à Secretaria da Receita Federal do Brasil para complemento de informações e diligências, ou ainda, realizando seu arquivamento na forma da NORMA DE EXECUÇÃO CONJUNTA COFIS/COPES/CODAC/COREC/COSIT/CDA/CGD Nº 01, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015.

§ 4º Conforme descrito no parágrafo anterior, uma vez reconhecida a viabilidade de interposição da Medida Cautelar Fiscal ou inominada encaminhada, a Coordenação Central do SRC-1ª Região-Minas Gerais fará a avaliação, a depender do caso concreto, se o caso submetido necessita do implemento de operação imediata ou se será incluído no cronograma do ano seguinte.

§ 5º Na hipótese de a proposta de interposição de Medida Cautelar Fiscal ou inominada não se enquadrar nas situações previstas pelos parágrafos anteriores, principalmente em razão da complexidade, a proposta será reencaminhada à chefia da Divisão de Assuntos Fiscais para prosseguimento e análise, conforme a norma do inciso VII do art. 13 da Portaria PGFN nº 32, de 16 de janeiro de 2019.

CAPÍTULO IV

DA ATIVIDADE DE CONTENCIOSO DAS AÇÕES ESPECIAIS DE COBRANÇA DECORRENTES DAS ATIVIDADES DE MONITORAMENTO ECONÔMICO E COMBATE À FRAUDE FISCAL ESTRUTURADA

Art. 11. A atividade de contencioso das ações especiais de cobrança consiste na defesa da União nas ações, impugnações ou incidentes decorrentes das atividades de análise de risco e monitoramento econômico-fiscal e de combate à fraude fiscal estruturada, e observará as diretrizes descritas neste capítulo e no art. 18, § 1º, da Portaria PGFN nº 32, de 16 de janeiro de 2019, com foco na manutenção das responsabilizações, preservação das garantias e na redução da litigiosidade.

Parágrafo Único. Estão compreendidas, ainda, nas atividades de contencioso em tela a avaliação do risco de perda ou êxito de referidas ações, a elaboração de representação direcionada ao grupo estadualizado competente em Minas Gerais responsável pela interposição de ações de revisão, reforma ou invalidação das tutelas antecipadas estabilizadas, assim como das medidas para suspensão de liminar ou sentença em mandado de segurança, proferidas em ações judiciais envolvendo os devedores acompanhados pelo SRC-1ª Região-Minas Gerais.

Art. 12. Além das atribuições previstas pelo artigo 18 da Portaria PGFN nº 32/2019 e desde que respeitado o limite de atuação disposto no art. 13 desta portaria, a atividade de contencioso das ações especiais de cobrança envolve, especialmente, as seguintes medidas:

I - atuar na defesa das medidas cautelares fiscais, apresentando réplica à contestação, na produção de provas complementares e na apresentação de razões finais e recursos;

II - impugnar exceções de pré-executividade apresentadas pelos grandes devedores acompanhados;

III - atuar nas execuções fiscais dos devedores que tenham sido objeto das ações de combate à fraude fiscal estruturada, saneando os processos, apresentando bens passíveis de penhora, indicando pessoas físicas e jurídicas como responsáveis tributários, entre outros;

IV - atuar nas ações de embargos de terceiro movidas por eventuais prejudicados pelas constrições realizadas tanto pela atividade de análise de risco monitoramento econômico fiscal quanto as decorrentes da atividade de combate à fraude fiscal estruturada;

V - apresentar impugnação aos embargos dos grandes devedores acompanhados quando o polo ativo da ação tenha sido alvo da atividade de combate à fraude estruturada e o objeto dos embargos se refira à imputação de responsabilidade tributária, ainda que exista outras alegações de direito;

VI - atuar nas ações ordinárias em que o polo ativo da ação tenha sido alvo da atividade de combate à fraude estruturada e o objeto da ação se refira à imputação de responsabilidade tributária e ainda que exista outras alegações de direito;

VII - interpor e oferecer razões e contrarrazões de recursos contra decisões proferidas nas execuções fiscais, incidentes de desconsideração da personalidade jurídica ou quaisquer outras ações de acautelamento ou cobrança de créditos inscritos;

VIII - representar ao setor competente para instauração de incidente de resolução de demandas repetitivas, quando cabível, nos termos do art. 976 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015;

IX - comunicar as decisões judiciais que tenham potencial repercussão nos sistemas da Dívida Ativa da União ou que afete interesse da Fazenda Nacional, nos termos da Portaria PGFN nº 1.082, de 10 de novembro de 2017;

X - analisar e reconhecer a ocorrência da prescrição, inclusive a intercorrente, da decadência e de outras hipóteses de extinção do crédito fiscal, de ofício e quando suscitadas nas ações de sua competência, determinando, se for o caso, o cancelamento da inscrição e a extinção ou desistência da execução fiscal;

XI - visitar magistrados, despachar medidas urgentes, esclarecer questões relativas as ações judiciais de interesse dos grandes devedores acompanhados que estejam sob o acompanhamento das ações especiais de cobrança;

XII- prestar subsídios, esclarecimentos, à autoridade administrativa tributária a respeito das ações judiciais de interesse dos grandes devedores acompanhados que estejam sob o acompanhamento das ações especiais de cobrança;

XIII - cooperar na celebração de negócios jurídicos processuais, transações e acordos, atuando processualmente e efetivando todas a medidas de apoio com tal finalidade;

XIV - promover o controle de legalidade e ajuizamento de créditos tributários e não tributários inseridos dentro do objeto de ação cautelar fiscal que se tornaram aptos à cobrança judicial após o ajuizamento da medida.

Parágrafo único. Não serão redistribuídas ao Procurador referido no caput as ações judiciais que tenham por objeto discussão alheia à atividade de combate à fraude fiscal estruturada, como as que contestem a validade do crédito tributário ou de seus consectários.

Art. 13. Devido à deflagração de novas operações pelos Procuradores inseridos na atividade de combate à fraude fiscal estruturada, conforme as metas estipuladas pelas normas expedidas pelo órgão central ou regional, o término do acompanhamento processual pelo núcleo de contencioso das ações especiais de cobrança, com a redistribuição dos devedores acompanhados para as demais divisões do SRC estadualizadas, será definido pelo Procurador-Chefe da DIGRA e pelo Procurador Chefe da PFN/MG, via mensagem eletrônica, da qual constarão informações importantes sobre as estratégias de cobrança até então utilizadas, que servirão de apoio para o seguimento das medidas de exigência do crédito tributário.

§ 1º A redistribuição em tela será precedida dos registros das operações e dos relatórios de investigação nos sistemas da PGFN, nos termos do art. 11 da PORTARIA PRFN1/PGFN/ME Nº 23815, DE 19 DE NOVEMRBO DE 2020.

§ 2º Na forma do caput, eventual divergência pelas demais divisões do SRC quanto ao critério adotado para a redistribuição do acompanhamento do devedor será dirimida pelo Procurador-Chefe da PFN/MG.

CAPÍTULO V

DA ATIVIDADE DE INVESTIGAÇÃO FISCAL

Art. 14. A atividade de Investigação Fiscal, no âmbito da Equipe SRC-1ª Região-Minas Gerais, consiste em realizar as ações descritas no art. 13 da Portaria PGFN nº 32/2019, observando as diretrizes deste capítulo e os dispositivos da Portaria PRFN1/PGFN/ME nº 23.815, de 19 de novembro de 2020, estando norteada pelos parâmetros de seleção, metas e resultados, conforme critérios estabelecidos na Norma de Execução PGDAU/CGR nº 43, de 10 de novembro de 2020.

Seção I

Da Coordenação e da Coordenação-Técnica da atividade de Investigação Fiscal no âmbito da Equipe SRC-1ª Região-Minas Gerais

Art. 15. Sem prejuízo da Coordenação Central da Equipe SRC-1ª Região-Minas Gerais, a cargo do Procurador-Chefe da DIGRA da PFN-Minas Gerais, cabe ao Procurador-Chefe da DIAFI da PFN-Minas Gerais a coordenação das atividades de Investigação Fiscal no âmbito da Equipe SRC-1ª Região-Minas Gerais, competindo-lhe as atribuições previstas no art. 3º, § 2º, da Portaria PRFN1/PGFN/ME nº 23.815, de 19 de novembro de 2020.

Art. 16. O Procurador-Chefe da DIAFI da PFN-Minas Gerais poderá designar um Coordenador-Técnico, dentre os Procuradores integrantes da atividade de Investigação Fiscal da Equipe SRC-1ª Região-Minas Gerais, para atuação como ponto focal dos aspectos técnicos atinentes às atividades da equipe.

Art. 17. O Coordenador-Técnico da atividade de Investigação Fiscal da Equipe SRC-1ª Região-Minas Gerais terá as seguintes atribuições:

I - ser o ponto focal das equipes de Procuradores e de apoio administrativo, no tocante aos aspectos técnicos da atividade;

II - articular com os Procuradores afetados às atividades de Investigação Fiscal, com os Procuradores-Seccionais das unidades da PGFN em Minas Gerais e com o Procurador-Chefe da DIAFI da PFN-Minas Gerais a lista de seleção anual, de modo a proporcionar a melhor seleção de devedores e não haver coincidência de alvos entre as equipes;

III - articular com o Procurador-Chefe da DIAFI da PFN-Minas Gerais a versão final da lista de seleção da equipe vinculada;

IV - articular com o Procurador-Chefe da DIAFI da PFN-Minas Gerais proposta de inclusão de novos alvos, bem como proposta de resolução de eventual conflito positivo ou negativo na distribuição de devedores;

V - zelar pelo cumprimento das metas e resultados das equipes vinculadas;

VI - orientar tecnicamente a equipe de Procuradores e apoio administrativo nas atividades de Investigação Fiscal;

VII - promover e facilitar o registro de conformidades administrativas relativas às ações especiais de cobrança; e

VIII - orientar e articular com os Procuradores o planejamento, priorização e deflagração de operações, por meio de reuniões periódicas e outros meios colaborativos, preferencialmente tecnológicos.

Seção II

Dos Procuradores integrantes da atividade de Investigação Fiscal da Equipe SRC-1ª Região-Minas Gerais

Art. 18. Os Procuradores responsáveis pela atividade de Investigação Fiscal da Equipe SRC-1ª Região-Minas Gerais serão designados em conformidade com os arts. 5º e 6º da Portaria PRFN1/PGFN/ME nº 23.815, de 19 de novembro de 2020.

Art. 19. Em caráter de exclusividade, serão designados 8 (oito) Procuradores da Fazenda Nacional, lotados nas unidades da PGFN no Estado de Minas Gerais, para a atividade de Investigação Fiscal da Equipe SRC-1ª Região-Minas Gerais no ano de 2021.

Parágrafo único. Até que sejam iniciados os procedimentos para a atuação desterritorializada da cobrança judicial ordinária no âmbito de Minas Gerais, nos termos do art. 4º da Portaria PFN/MG 24.468, de 07 de janeiro de 2021, a atuação dos Procuradores da investigação fiscal poderá ocorrer de modo não exclusivo.

Seção III

Da Seleção de Devedores Sujeitos à Atividade de Investigação Fiscal

Art. 20. A seleção de devedores sujeitos à atividade de Investigação Fiscal observará os parâmetros estabelecidos pelos arts. 5º e 6º da Norma de Execução PGDAU/CGR nº 43, de 10 de novembro de 2020, bem como pelo art. 9º da Portaria PRFN1/PGFN/ME nº 23.815, de 19 de novembro de 2020.

Art. 21. Após a seleção dos devedores sujeitos à atividade de Investigação Fiscal, deverá ser formada Lista Definitiva de Seleção da Atividade de Investigação Fiscal, consoante arts. 7º a 9º da Norma de Execução PGDAU/CGR nº 43, de 10 de novembro de 2020.

Art. 22. Por ocasião da aprovação da lista de seleção, deverão ser informadas e justificadas eventuais exceções aos parâmetros estabelecidos na Norma de Execução nº 43, de 10 de novembro de 2020, especialmente:

I - se houve seleção de devedor principal cujo rating é diverso daqueles previstos para Investigação Fiscal e, em caso positivo, justificar;

II - se houve exceção quanto à seleção de sujeitos passivos que envolvam, preferencialmente, 2% do total de débitos classificados com rating C e D, cujo valor consolidado esteja entre R$ 1 milhão e R$ 15 milhões e, em caso positivo, justificar;

III - se houve exceção à programação dos limites mínimos de operações previstos e, em caso positivo, justificar; e

IV - se houve outras questões específicas e, em caso positivo, justificar.

Seção IV

Da Distribuição dos Devedores Sujeitos à Atividade de Investigação Fiscal

Art. 23. A distribuição dos devedores sujeitos à atividade de Investigação Fiscal será feita em conformidade com o art. 10 da Portaria PRFN1/PGFN/ME nº 23.815, de 19 de novembro de 2020.

Seção V

Da Atividade de Investigação Fiscal e dos Limites de Atuação

Art. 24. Em conformidade com o art. 13, I a VI, da Portaria PGFN nº 32/2019, a atividade de Investigação Fiscal consiste em realizar as seguintes ações:

I - promover ações de pesquisa e investigação para identificação de hipóteses de responsabilidade tributária, não tributária ou patrimonial, de forma a redirecionar a cobrança aos respectivos corresponsáveis;

II - promover ações de pesquisa e investigação para identificação de indícios de fraude à execução fiscal;

III - promover ações de pesquisa e investigação para identificação de sucessões empresariais mascaradas;

IV - promover ações de pesquisa e investigação para identificação de hipóteses e uso abusivo da personalidade jurídica, pelo desvio de finalidade ou confusão patrimonial, visando frustrar a recuperação dos créditos inscritos em dívida ativa da União e do FGTS;

V - promover ações de pesquisa e investigação para identificação de simulação ou dissimulação na transferência de bens visando frustrar a recuperação dos créditos inscritos em dívida ativa da União e do FGTS;

VI - promover ações de pesquisa e investigação visando identificar a utilização de interpostas pessoas físicas ou jurídicas para ocultar o real beneficiário dos valores que deram origem aos débitos inscritos em dívida ativa da União e do FGTS.

Art. 25. Em conformidade com o art. 13, VII e VIII, da Portaria PGFN nº 32/2019, entende-se por operações decorrentes de Investigação Fiscal as seguintes medidas:

I - atuar na propositura de ações cautelares fiscais, pedidos de redirecionamento, incidentes de desconsideração da personalidade jurídica ou quaisquer outras ações necessárias à garantia ou recuperação dos créditos inscritos em dívida ativa da União e do FGTS, inclusive quando originadas de demandas distribuídas pelo sistema PGFN Analytics;

II - analisar e dar andamento às representações para propositura de medida cautelar fiscal encaminhadas pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, nos termos do art. 15 da Instrução Normativa nº RFB nº 1.565, de 11 de maio de 2015, inclusive quando distribuídas pelo sistema PGFN Analytics, após o procedimento previsto no Art. 10 desta portaria.

Art. 26. Após encerradas as ações de pesquisa e investigação a que se refere o art. 24 desta Portaria, o Procurador da Investigação Fiscal, entendendo pela sua viabilidade, deflagrará a respectiva operação, mediante peticionamento em processo executivo já ajuizado contra o devedor acompanhado, ajuizamento de novos feitos executivos ou ajuizamento de ação cautelar fiscal.

§ 1º Caso opte pela deflagração de operação mediante peticionamento em feitos executivos já ajuizados contra devedor acompanhado e/ou ajuizamento de novos feitos executivos, o Procurador da Investigação Fiscal deverá selecionar o número de processos em que a operação será deflagrada considerando o potencial de recuperabilidade do caso concreto, diante dos valores executados e dos bens a serem objeto de futura constrição.

§ 2º Para fins do disposto no parágrafo anterior, considera-se relevante para fins de deflagração as execuções fiscais em tramitação de valor superior a R$ 1.000.000,00.

§ 3º Deflagrada a operação, mediante peticionamento em processos executivos já ajuizados contra devedor acompanhado, ajuizamento de novos feitos executivos ou ajuizamento de ação cautelar fiscal, o Procurador da Investigação Fiscal ficará responsável pela condução do(s) processo(s) até a fase de interposição de recurso da decisão que indeferir o pedido da União, e, no caso de deferimento do pedido, deverá promover as medidas administrativas necessárias para o cumprimento da decisão.

§ 4º Encerrada a fase de que trata o § 3º deste artigo, o Procurador da Investigação Fiscal encaminhará mensagem eletrônica ao respectivo setor responsável pela cobrança ordinária, com a informação da deflagração e da respectiva decisão judicial, contendo, em anexo, a minuta da petição da operação deflagrada e da respectiva minuta do recurso interposto, em caso de indeferimento, bem como indicando a juntada do relatório da investigação no sistema PGFN Analytics.

§ 5º Efetuada a comunicação a que se refere o § 4º deste artigo, ao setor responsável pelo acompanhamento da cobrança judicial ordinária competirá:

I - promover o subsequente acompanhamento dos processos executivos ou da ação cautelar fiscal em que deflagrada a operação; e

II - promover o espelhamento da operação deflagrada nos demais feitos executivos do devedor acompanhado, sempre que possível.

Seção VI

Do Registro das ações especiais de Investigação Fiscal

Art. 27. A Equipe de Investigação Fiscal do SRC-1ª Região-Minas Gerais fará os registros das operações e dos relatórios de investigação nos sistemas da PGFN, em observância ao art. 11 da Portaria PRFN1/PGFN/ME nº 23.815, de 19 de novembro de 2020, e à Norma de Execução CGR nº 12, de 19 de fevereiro de 2020, suas alterações e possíveis substituições.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 28. A apreciação dos pedidos de transação individual e negócio jurídico processual no âmbito do SRC1 - Minas Gerais, e todos os requerimentos deles decorrentes ou preparatórios para a sua análise, quando se referirem a devedores que figurem nas listas de monitoramento econômico-fiscal, devedores sujeitos ao combate à fraude fiscal estruturada e aqueles sujeitos ao contencioso das ações especiais de cobrança serão de responsabilidade da equipe de monitoramento econômico-fiscal.

§1º. Ficará a cargo, ainda, da equipe de monitoramento econômico-fiscal a apreciação de todos os pedidos de transação individual, na forma dos inciso I, IV e V do Art.32 da Portaria PGFN nº 9.917/2020, bem como os pedidos de negócio jurídico processual cujo valor consolidado for superior a R$ 15.000.000,00, e todos os requerimentos deles decorrentes ou preparatórios para sua análise, desde que se refira a débitos ajuizados.

§2º. O Coordenador do SRC1 - Minas Gerais designará um integrante do núcleo de monitoramento econômico fiscal para apreciar os pedidos de transação, negócio jurídico processual oriundos de operações deflagradas pelo CFFE, seguido do suporte do(s) responsáve(is) pela deflagração e acompanhamento da medida.

Art. 29. Competirá à Coordenação Central do SRC1 - Minas Gerais a construção dos critérios e regramentos para designação dos procuradores disponibilizados pelas unidades, em cada atividade, a serem aplicados a partir de 2022.

Art. 30. O cabeçalho das peças processuais deflagradoras das operações de combate à fraude fiscal estruturada e de investigação fiscal deverão conter as expressões "EQUIPE DE COMBATE À FRAUDE FISCAL ESTRUTURADA" e "EQUIPE DE INVESTIGAÇÃO FISCAL", respectivamente.

Art. 31. Poderão as unidades seccionais, em relação às operações já deflagradas em 2020 e que sejam fruto da atuação em combate à fraude fiscal estruturada, solicitar à Coordenação Central do SRC o acompanhamento destas pela equipe das ações especiais de cobrança, nos limites das atribuições definidas no Capítulo IV e caso seja necessária a adoção de medidas urgentes para a preservação do provimento judicial obtido.

Art. 32. O inicio das atividades do SRC1- Minas Gerais de forma exclusiva será precedido de Mensagem Eletrônica do Procurador Chefe em Minas Gerais e levará em conta o cronograma geral das estadualizações.

Parágrafo único: Até o encaminhamento da mensagem eletrônica descrita no caput, aplicar-se-ão as regras de distribuição de processos existente em cada uma das unidades participantes.

Art. 33. Ficam revogados os arts. 20 a 22 da Portaria PFN/MG nº 35/2019, bem como todas as demais disposições contrárias às contidas na presente portaria.

Art.34. Em razão do disposto no § 1º do Art. 28 desta portaria, será acrescido uma vaga em participação na equipe de Monitoramento Econômico Fiscal, devendo ser retificada o ANEXO I da PORTARIA PFN/MG Nº 196, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

Art. 35. Os casos omissos nesta portaria e as dúvidas surgidas por ocasião da sua aplicação serão solucionados pelo Procurador-Chefe.

Art. 36. Esta portaria entra em vigor em 22 de Janeiro de 2021.

RANULFO ALEXANDRE PINGOSVIK DE MELO VALE MAURO BENEDITO DE SANTANA FILHO

SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA SPU/ME Nº 663, DE 14 DE JANEIRO DE 2021

Atualiza o valor mensal do metro quadrado da multa por infração administrativa contra o patrimônio da União, conforme previsto no § 6º do art. 6º do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987.

O SECRETÁRIO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 102 e 181 do Anexo I do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, o art. 40, inciso I, do Anexo da Portaria GM/ME nº 335, de 2 de outubro de 2020, considerando o art. 6º, § 6º, do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, e os elementos que integram o Processo Administrativo nº 04905.005900/2010-91, resolve:

Art. 1º Atualizar para R$ 93,38 (noventa e três reais e trinta e oito centavos) o valor da multa mensal prevista no art. 6º, § 5º, do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO

DESPACHO Nº 1, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71 do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e o inciso XVIII do art. 28 da Portaria ME nº 406, de 8 de dezembro de 2020, com base no art. 8º do Decreto nº 5, de 14 de janeiro de 1991, resolve cancelar a inscrição das seguintes empresas no Programa de Alimentação do Trabalho - PAT por execução inadequada do programa, conforme fundamentação constante nos processos correspondentes - (Processo nº 19964.100158/2020-71):

nº	Empresa	CNPJ	Processo SEI nº	Inscrição da Empresa no PAT	Fundamentação da decisão (Doc. SEI nº)	Termo inicial da decisão
1	QUALIDADE ALIMENTOS LTDA	05.643.516/0001-78	46206.000248/2019-83	2851369	3099207	01/01/2010
2	VIA NETWORKS ENGENHARIA LTDA	08.422.945/0001-03	19966.100110/2019-17	2245140	2586424	23/06/2015
3	XERIUM TECHNOLOGIES BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. (atual ANDRITZ FABRICS AND ROLLS INDUSTRIA E COMERCIO S.A.)	58.309.998/0001-90	19966.100417/2019-18	0326291	4470377 (fls. 183 a 188; 233 a 255)	01/11/2012
4	OMEGA YK FÁBRICA DE ALIMENTOS LTDA.	23.314.044/0001-91	19966.100415/2019-11	P2385180	4469650 (fls. 1 a 3; 535 a 547)	09/03/2016
5	COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.	04.370.282/0001-70	19966.100406/2019-20	0086509	4467823 (fls. 189 a 191; 243 a 255)	01/12/2011
6	COPEL TELECOMUNICAÇÕES S.A.	04.368.865/0001-66	19966.100407/2019-74	0086541	4468028 (fls. 155 a 158; 203 a 215)	01/12/2012
7	HADCO COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.	37.505.757/0001-47	19966.100408/2019-19	P2368536	4468144 (fls. 1 a 3; 119 a 131)	01/03/2016
8	HADID COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.	11.608.542/0001-68	19966.100409/2019-63	P2368501	4468226 (fls. 1; 109 a 121)	04/03/2016
9	MW COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.	20.926.426/0001-88	19966.100410/2019-98	P2368498	4468337 (fls. 1; 119 a 131)	01/03/2016
10	RESTAURANTE ARABIA LTDA. (atual RESTAURANTE ARABIA EIRELI)	65.420.473/0001-93	19966.100411/2019-32	P2385171	4468456 (fls. 1; 254 a 257)	09/03/2016
11	COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ SANEPAR	76.484.013/0001-45	19966.100412/2019-87	0181544 (atual 3082784)	4468728 (fls. 199 a 200; 241 a 251; 260 a 261)	01/12/2011
12	WEIDPLAS BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA.	02.414.452/0001-45	19966.100414/2019-76	0399825	4468935 (fls. 132 a 134; 146 a 149)	09/02/2009
13	FIENG CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA.	82.231.739/0001-79	19966.100421/2019-78	1542818	4497005 (fls. 405 a 419)	13/09/2011
14	ALPHA CAVE COMÉRCIO DE VINHOS S.A.	05.995.140/0001-60	19966.100429/2019-34	P2326019	4577090 (fls. 3 a 5; 19 a 21)	07/07/2015
15	BETTER COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.	01.477.466/0001-45	19966.100432/2019-58	P2654300	4581377 (fls. 3 a 5; 19 a 21)	03/10/2017
16	LATOUR RESTAURANTE & BISTRO LTDA.	13.426.953/0001-68	19966.100433/2019-01	P2325993	4581485 (fls. 3 a 5; 17 a 19)	15/07/2015
17	MAGIC TASTE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.	02.377.255/0001-01	19966.100434/2019-47	P2464802	4581889 (fls. 3 a 5; 17 a 19)	09/08/2016
18	MICROCERVEJARIA NACIONAL FT LTDA.	08.210.962/0001-87	19966.100435/2019-91	P2326167	4582024 (fls. 3 a 5; 19 a 23)	15/10/2015
19	GUEST E.C.A COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.	01.467.439/0001-91	19966.100439/2019-70	P2326175	4582389 (fls. 3 a 5; 17 a 19)	26/11/2015
20	GUEST E.C.A COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.	01.467.439/0002-72	19966.100440/2019-02	P2013878	4582417 (fls. 3 a 5; 17 a 19)	26/11/2015
21	VIVA MORUMBI COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.	11.307.678/0001-38	19966.100438/2019-25	P2326132	4582312 (fls. 11 a 13; 17 a 19)	25/08/2015
22	PONTO ANÁLIA FRANCO COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.	19.213.880/0001-02	19966.100436/2019-36	P2326027	4582124 (fls. 11 a 13; 17 a 19)	10/08/2015
23	RCMV JARDINS COMÉRCIO DE ALIMENTOS E PROMOÇÕES LTDA.	07.905.605/0001-70	19966.100437/2019-81	P2504162	4582202 (fls. 3 a 5; 19 a 21)	04/08/2016
24	MELFOOD COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.	00.716.835/0001-42	19966.100526/2019-27	P2325861	5829218 ; 5833588	26/11/2015
25	CHURRASCARIA RODEIO S.A.	60.736.816/0001-00	19966.100522/2019-49	P2326140	5150983 (fls. 125 a 129) ; 5881807	26/11/2015
26	BETTENCAS RESTAURANTE LTDA.	04.439.383/0001-50	19966.100521/2019-02	P2385163	5145271 (fls. 129 a 135) ; 5881686	04/04/2016
27	ALPHA YK RESTAURANTE LTDA.	23.320.323/0001-68	19966.100520/2019-50	P2385198	5144448 (fls. 529 a 533) ; 5881516	09/03/2016
28	SÃO BENTO COMESTÍVEIS LTDA.	69.001.857/0001-22	19966.100519/2019-25	P2473658	5134933 (fls. 49 a 57) ; 5881148	09/09/2016
29	BETA YK REFEIÇÕES RÁPIDAS LTDA.	23.306.649/0002-11	19966.100523/2019-93	P2385155	5157448 (fls. 135 a 139) ; 5881949	09/03/2016
30	CANOAS FOOD COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.	02.726.324/0001-37	19966.100057/2020-80	P2494310	6077068 (fls. 23 a 27)	14/10/2016
31	NASCIMENTO E SALES CONSTRUTORA LTDA	20.801.309/0001-98	46221.003770/2019-29	2233053	11588503	01/01/2017
32	CONSTRUTORA CELI LTDA	13.031.257/0001-52	46221.003769/2019-02	0807567	10649006	01/01/2017

SECRETARIA DE TRABALHO
SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTRO SINDICAL

DESPACHOS DE 20 DE JANEIRO DE 2021

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais; com fundamento na Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020, atual normativo sobre a matéria, na NOTA TÉCNICA SEI Nº 55631/2020/ME, resolve: NOTIFICAR os representantes legais do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Matadouros, Abatedouros, Frigoríficos e Laticínios do Município de Marabá/PA (impugnado), Processo de Pedido de Registro Sindical nº 46222.001766/2015-92 (SC16924), CNPJ: 20.280.075/0001-80; e Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação no Estado do Pará (impugnante), CNPJ: 04.136.545/0001-80, para apresentarem, no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da data desta publicação, o resultado da solução do conflito existente entre as partes litigantes, sob pena de arquivamento do processo da entidade impugnada, nos termos do art. 17, § 1º, da Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020. Os documentos deverão ser encaminhados nos termos da Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020, com referência ao Processo de Pedido de Registro Sindical supracitado, em arquivo digital, à Coordenação-Geral de Registro Sindical pelo Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Economia - SEI/ME, disponível no endereço eletrônico www.fazenda.gov.br/sei.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 17.593/2020 e na Lei nº 9.784/1999, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 2463/2021/ME, resolve: NÃO CONHECER o Recurso Administrativo n.º 19964.115401/2020-55 interposto pelo SINTIMADE - SIND DOS TRAB NAS IND DE SER CARP TAN MAD COMP D ELISEU, CNPJ 34.845.446/0001-39, nos autos do Processo Administrativo n.º 46222.013629/2015-09, com respaldo no art. 63, inciso III, da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 17.593/2020 e na Lei nº 9.784/1999, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 2434/2021/ME, resolve: NÃO CONHECER o Recurso Administrativo n.º 19964.115695/2020-15, interposto pelo Sindicato dos Agentes de Segurança Socioeducativo e Prestadores de Serviço do Sistema Penitenciário do Estado de Alagoas, CNPJ 22.828.194/0001-50, nos autos do Processo Administrativo n.º 19964.114149/2020-67, com respaldo no art. 63, inciso III, da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 17.593/2020 e na Lei nº 9.784/1999, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 2409/2021/ME, resolve: NÃO CONHECER o Recurso Administrativo n.º 19964.115700/2020-90 interposto pelo SINDICATO DOS CONDUTORES AUTÔNOMOS CADASTRADOS EM APLICATIVOS DE CARONA, ENTREGA DE ENCOMENDAS, ALIMENTOS E PRODUTOS DIVERSOS COM VEÍCULOS, CICLOMOTORES, MOTOCICLETAS, CICLOELÉTRICOS E BICICLETAS DO ESTADO DA BAHIA - SINCAAP - BA, CNPJ 36.846.296/0001-03, nos autos do Processo Administrativo n.º 19964.104012/2020-02, com respaldo no art. 63, inciso I, da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 17.593/2020 e na Lei nº 9.784/1999, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 51810/2020/ME (11856623), resolve: a) Deferir os Recursos Administrativos n°s 08015.003852/2019-10, 14021.106582/2019-11, 14021.106640/2019-15, 14021.106587/2019-44 e 14021.106491/2019-86; b) Cancelar a Nota Técnica n.º 444/2019/DIAI/CTRS/CGRS-DPJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ, publicada no DOU n° 189, de 30/09/2019, seção 1, pág. 74, que deferiu o registro de alteração estatutária, Processo nº 46219.015078/2010-54, de interesse da FEDERAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS E DAS EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS - FENACON, CNPJ nº 66.660.846/0001-66, nos termos art. 53 e 54, da Lei n° 9.784/1999; c) Arquivar o Processo nº 46219.015078/2010-54, de interesse da FEDERAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS E DAS EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS - FENACON, CNPJ nº 66.660.846/0001-66, com fundamento no inciso II do art. 5° da Portaria 186/2008 (normativo vigente na época) c/c o inciso V do art.22 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 17.593/2020 e na Lei nº 9.784/1999, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 2358/2021/ME (13116488), resolve: NÃO CONHECER o Recurso Administrativo n.º 47827.000009/2016-36 interposto pelo SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTACAO DOS ESTADOS DE GOIAS E TOCANTINS, CNPJ 01.668.094/0001-34, nos autos do Processo Administrativo n.º 46208.004926/2010-29, com respaldo no art. 63, inciso III, da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na NT nº nº 58924/2020/ME, resolve: a) o conhecer e deferir o Recurso Administrativo nº 19964.113190/2020-16, nos termos do art. 56, § 1º, c/c art. 64 da Lei nº 9.784/99, com a consequente reconsideração da Nota Técnica nº 47647/2020/ME, publicada no D.O.U. de 29/10/2020; b) desarquivar o processo nº 08000.052811/2019-16; c) Remeter o processo nº 08000.052811/2019-16 para a Divisão de Análise de Registro Sindical para que dê prosseguimento aos trâmites necessários.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 1484/2021/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 46312.000051/2015-11, de interesse do STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais, inscrição no CNPJ n.º 01.106.236/0001-70, nos termos do art. 22, inciso I c/c art. 47 da Portaria n° 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na NT 1972/2021/ME (SEI 13063712), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46219.006099/2016-74, de interesse do SINDILIVE - SINDICATO NACIONAL DAS AGÊNCIAS DE MARKETING PROMOCIONAL E LIVE MARKETING, MICRO, PEQUENAS, MÉDIAS E GRANDES EMPRESAS, E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS ESPECIALIZADOS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MARKETING PROMOCIONAL E LIVE MARKETING, COM FOCO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CRIAÇÃO, PLANEJAMENTO E PRODUÇÃO DE MARKETING PROMOCIONAL E LIVE MARKETING, CNPJ 23.668.667/0001-62, nos termos do art. 22, inciso I e II e c/c art. 47 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 2439/2021/ME (13125603), resolve: DEFERIR o registro sindical ao SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE GILBUÉS (PI), BARREIRAS DO PIAUÍ (PI) E SÃO GONÇALO DO GURGUEIA (PI) "SINSERPIM - GBS, CNPJ 22.142.685/0001-43, Processo nº. 46214.004621/2015-42, para representar a Categoria Profissional dos servidores e dos empregados públicos municipais dos municípios de Gilbués (PI), Barreiras do Piauí (PI) e São Gonçalo do Gurguéia (PI) sejam efetivos, comissionados, contratado ou em função gratificada, com abrangência intermunicipal e base territorial nos municípios de Gilbués (PI), Barreiras do Piauí (PI) e São Gonçalo do Gurguéia (PI), Estado Piauí, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação das seguintes entidades: A) UNSP - Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil; CNPJ 33.721.911/0001-67; Processo nº 46219.007289/2009-80; excluindo a Categoria dos servidores e dos empregados públicos municipais dos municípios de Gilbués (PI), Barreiras do Piauí (PI) e São Gonçalo do Gurguéia (PI) sejam efetivos, comissionados, contratado ou em função gratificada; nos municípios de Gilbués (PI), Barreiras do Piauí (PI) e São Gonçalo do Gurguéia (PI), do Estado Piauí, nos termos do art. 24 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 2466/2021/ME (13128925), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro de alteração estatutária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rubiataba, CNPJ 00.097.915/0001-67, Processo nº 46208.004366/2016-06, nos termos do art. 22, incisos I e VI c/c o art. 47, todos da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 2185/2021/ME (13091824), resolve: ARQUIVAR o Pedido de Registro Sindical nº 46226.000047/2016-03, SC17847, de interesse do SINSPSN -Sindicato dos Servidores Públicos de Sitio Novo do Tocantins, CNPJ nº 08.887.194/0001-09, nos termos do art. 22, inciso I, c/c o art. 47 da Portaria ME nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 1492/2021/ME (SEI 13000368), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46211.000947/2019-54 de interesse do SINDICATO DOS SERVIDORES E EMPREGADOS PUBLICOS MUNICIPAIS DE BONFINOPOLIS DE MINAS- MG - SINDSBON, CNPJ 05.319.915/0001-88, nos termos do artigo 22, inciso I, e artigo 47 da Portaria n° 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 2253/2021/ME (13100172), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 46213.003732/2016-22, de interesse do STR - SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE TRINDADE - PE, CNPJ 11.392.834/0001-06, para representação da categoria dos Trabalhadores rurais agricultores familiares do Município de Trindade - PE, que desempenham suas atividades em área igual ou inferior a 02 (dois) módulos rurais, na forma do Decreto-Lei nº 1.166/71, ou de lei que venha a substituí-la, com abrangência municipal e base territorial no município de Trindade, no Estado do Pernambuco, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento na Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020, considerando NOTA TÉCNICA SEI Nº 55921/2020/ME (SEI 12351625), resolve: conhecer e reconsiderar a decisão administrativa que deu cabimento a interposição do Recurso Administrativo nº 19964.113627/2020-11 de interesse do SINTICON - SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL, MOBILIÁRIO E MÁRMORE E GRANITOS DE CABO FRIO, CNPJ 14.239.353/0001-53, nos termos do art. 56, § 1º, da Lei nº 9.784/99, com o envio do processo ao setor competente para fins de DESARQUIVAMENTO e continuidade da análise dos autos do Processo de Pedido de Registro Sindical nº 46215.039335/2011-64 (SC12216).

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 2553/2021/ME (13142362), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46201.000290/2018-63, de interesse do SINDICATO DOS DELEGADOS DE POLICIA DO ESTADO DE ALAGOAS - SINDEPOL/AL, CNPJ 28.248.208/0001-43, nos termos do art. 22, incisos I e XI c/c o art. 47, todos da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 2566/2021/ME , resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46211.003154/2015-63, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Jaíba/MG, CNPJ 25.228.545/0001-80, nos termos do art. 21, §2º e art. 22, inciso XI c/c art. 47 da Portaria n. 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 2400/2021/ME (13120897), resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas, de Material Elétrico, Siderúrgicas, de Reparação de Veículos e de Implementos Agrícolas de Concordia/SC e Região, CNPJ 09.126.428/0001-50, Processo nº 46220.006417/2016-68, para representar a Categoria Profissional dos Trabalhadores empregados contratados de forma direta e indireta nas indústrias de proteção; tratamento térmico e transformações de superfícies; de eletroeletrônicos; de materiais elétricos; de motores elétricos; de geradores; de alternadores; das oficinas de latoarias e mecânicas; de artefatos de metais não ferrosos; de artefatos de ferro, metais e ferramentas em geral; de artigos e equipamentos odontológicos, médicos e hospitalares; de condutores elétricos, trefilação e laminação de metais ferrosos e não ferrosos; de esquadrias construções metálicas; de estamparia de metais; de forjaria; de fundição; de funilaria de móveis de metal; de lâmpadas e aparelhos elétricos de iluminação; de metais e equipamentos ferroviários e rodoviários; de funilaria e pintura; de tornearia; de fresas; de ferramentaria; de mecânica; de parafusos, porcas e rebites; de refrigeração, aquecimento e tratamento de ar; de reparação de veículos e acessórios; de máquinas e equipamentos; de componentes para veículos automotores; de tratores, caminhões, automóveis e veículos automotores; de implementos agrícolas; da construção e manutenção naval, da construção e manutenção de silos, da construção e manutenção de câmaras frias e laminação de fibras, com abrangência intermunicipal e base territorial nos municípios de: Arabutã, Concórdia, Ipumirim, Irani, Itá, Lindóia do Sul, Peritiba, Presidente Castelo Branco e Seara, Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação da seguinte entidade: Sintimesc - Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de SC, CNPJ 83.930.644/0001-06, Processo nº 46220.003134/2016-64; excluindo de sua base territorial os municípios de Arabutã, Ipumirim, Irani, Itá, Lindóia do Sul, Peritiba, Presidente Castelo Branco e Seara, Estado de Santa Catarina , nos termos do art. 24 da Portaria nº. 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 2381/2021/ME (13118986), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n. 46218.018255/2016-50, SA03711 , de interesse do Sindiatacadista de Louças, Tintas e Ferragens de Porto Alegre, CNPJ: 92.963.651/0001-03, nos termos do inciso XI do art. 22 e art. 47 da Portaria 17.593/2020.

JOATAN BATISTA GONÇALVES DOS REIS

SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS E INOVAÇÃO

CONSULTA PÚBLICA Nº 2, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

O Secretário de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, de acordo com os artigos 8º e 9º da Portaria Interministerial SEPEC-ME/MCTIC nº 32, de 15 de julho de 2019, torna pública a proposta de fixação de Processo Produtivo Básico - PPB para o produto "CONVERSOR ELÉTRICO ESTÁTICO EÓLICO".

O texto completo está disponível no sítio da Secretária de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação, no endereço:

https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/competitividade-industrial/processo-produtivo-basico-ppb/consultas-publicas-de-ppb-1/consultas-publicas-de-ppb-2021

As manifestações deverão ser encaminhadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta no Diário Oficial da União, a todos os seguintes e-mails: cgel.ppb@economia.gov.br, cgct.ppb@mctic.gov.br e cgpri@suframa.gov.br.

GUSTAVO LEIPNITZ ENE

ANEXO

PROPOSTA Nº 007/2017 - FIXAÇÃO DE PROCESSO PRODUTIVO BÁSICO PARA CONVERSOR ELÉTRICO ESTÁTICO EÓLICO

OBS.: A consulta está em forma de Portaria na versão da Lei de Informática, mas também vale para a versão da Zona Franca de Manaus.

Art. 1º O Processo Produtivo Básico do produto "CONVERSOR ELÉTRICO ESTÁTICO EÓLICO", industrializado no País, passa a ser composto pelas etapas e respectivas pontuações relacionadas na tabela constante do Anexo desta Portaria Interministerial.

§ 1º Os pontos totais serão atribuídos a cada etapa de produção realizada, conforme o disposto no Anexo, sendo que a empresa deverá acumular a pontuação mínima por ano-calendário, de acordo com a potência do equipamento:

I - Conversores utilizados em aerogeradores de potência nominal de até 3 MW: 72 pontos; e

II - Conversores utilizados em aerogeradores de potência nominal acima de 3 MW: 52 pontos.

§ 2º O projeto de desenvolvimento a que se refere a etapa I do Anexo só será pontuado para os produtos que atendam às especificações, normas e padrões adotados pela legislação brasileira e cujas especificações, projetos e desenvolvimentos tenham sido realizados no País, por técnicos de comprovado conhecimento em tais atividades, residentes e domiciliados no Brasil e atendam às Portarias específicas do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI.

Art. 2º O investimento em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Adicional (PD&IA) ao exigido pela legislação a que se refere a etapa II do Anexo deverá ser aplicado em programas e projetos de interesse nacional nas áreas de tecnologias da informação e comunicação considerados prioritários pelo Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI.

§ 1º O investimento a que se refere o caput deste artigo deverá ser calculado sobre o faturamento bruto incentivado no mercado interno, decorrente da comercialização, do produto a que se refere esta Portaria, nos termos dos §§1º e 2º do art. 9º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

§ 2º A comprovação do investimento em PD&IA deverá ser apresentada de forma discriminada junto com o relatório descritivo referente à obrigação estabelecida na Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.

§ 3º Para efeito do disposto no caput, serão considerados como aplicação em atividades de PD&IA do ano-calendário os dispêndios correspondentes à execução de tais atividades realizados até 31 de março do ano subsequente.

Art. 3º Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim o determinarem, a realização de qualquer etapa do Processo Produtivo Básico poderá ser suspensa temporariamente ou modificada, por meio de portaria conjunta dos Ministérios da Economia e da Ciência, Tecnologia e Inovações.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO

ETAPAS	DESCRIÇÃO DAS ETAPAS PRODUTIVAS	PONTUAÇÃO
I	Projeto e desenvolvimento no País - Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, ou Portaria MCTI nº 1.309, de 19 de dezembro de 2013, ou Portaria MCTIC nº 356, de 19 de janeiro de 2018, ou Portaria MCTIC nº 3.303, de 25 de junho de 2018.	8
II	Investimento em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Adicional (PD&IA), valendo 2 pontos para cada 1% investido, limitado a 6 pontos.	6
III	Desenvolvimento do software embarcado de baixo nível (firmware) da placa de circuito impresso com função de controle ou de potência.	2
IV	Corte, dobra, estampagem, tratamento e soldagem das partes metálicas estruturais do gabinete, quando aplicável.	13
V	Laminação, furação e teste elétrico de pelo menos duas das seguintes placas de circuito impresso dos seguintes módulos: módulo IGBT, módulo controlador lógico DSP com entrada lógicas e digitais, módulo de descarga (Crowbar), módulo de comunicação.	19
VI	Montagem e soldagem de todos os componentes na placa do módulo IGBT (Insulated Gate Bipolar Transistor).	13
VII	Montagem e soldagem de todos os componentes na placa do controlador lógico DSP (Digital Signal Processor) com entrada lógicas e digitais.	8
VIII	Montagem e soldagem de todos os componentes na placa do módulo de descarga (Crowbar) (circuito de proteção de sobrecargas elétricas).	7
IX	Montagem e soldagem de todos os componentes na placa do módulo de comunicação.	2
X	Trefilação do barramentos de cobre.	4
XI	Trefilação dos cabos elétricos.	2
XII	Enrolamento e montagem dos transformadores de potência ou reatores/indutores de potência.	5
XIII	Montagem do sistema de ventilação e circuito de refrigeração.	5
XIV	Fabricação dos isolantes/isoladores.	6
XV	Fabricação dos disjuntores e contatores.	4
XVI	Montagem das partes elétricas e mecânicas, totalmente desagregadas, em nível básico de componentes.	5
XVII	Integração das placas de circuito impresso e das partes elétricas e mecânicas na formação final do produto.	4
XVIII	Testes intermediários e finais.	1
	TOTAL	114

SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO

DESPACHO

Considerando o disposto no inciso II do art. 6º da Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018, CERTIFICO que a Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Família - Banco da Família, inscrita no CNPJ sob o nº 02.559.046/0001-70, encontra-se cadastrada no Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado.

Esta Certidão tem validade de 180 dias, contados a partir da data da sua emissão. Processo SEI/ME nº 14021.100598/2021-35.

FERNANDO DE HOLANDA BARBOSA FILHO
Secretário

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1060, DE 18 DE SETEMBRO DE 2020

Cancelamento, a pedido, de habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), de que trata a Instrução Normativa RFB nº 758/2007, vigente à época da solicitação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE (PE), no uso das atribuições que lhe confere o art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto no artigo 12, inciso I e seus parágrafos 1º, 2º, 6º e 7º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de junho de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2007, em vigor à época do pedido de cancelamento, e considerando o que consta do dossiê nº 10010.025302/1218-34, resolve:

Art. 1º. Cancelar, a pedido, a habilitação da pessoa jurídica APODI I ENERGIA SPE S.A., CNPJ nº 24.424.331/0001-17 ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, formalizada por meio do ADE DRF RECIFE nº 90, de 28 de setembro de 2017, publicado no DOU, de 02 de outubro de 2017, relativamente ao projeto de uma Central Geradora Fotovoltaica denominada UFV APODI I, no Município de Quixeré, Estado do Ceará, de titularidade Pessoa Jurídica acima nominada, conforme despacho decisório nº 3.416/2020 - EBEN/SRRF/04, exarado no dossiê nº 10010.025302/1218-34.

Art. 2º Fica revogado os efeitos do Ato Declaratório Executivo referido no artigo 1º, pelo que a supracitada pessoa jurídica não poderá mais efetuar aquisições e importações ao amparo do REIDI de bens e serviços destinados ao projeto correspondente à habilitação ora cancelada, abrangendo referidos efeitos à(s) pessoa(s) jurídica(s) eventualmente coabilitada(s) e vinculada(s) ao correspondente projeto.

Art. 3º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

DARCI MENDES DE CARVALHO FILHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1.062, DE 21 DE SETEMBRO DE 2020

Cancelamento, a pedido, de habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), de que trata a Instrução Normativa RFB nº 758/2007, vigente à época da solicitação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE (PE), no uso das atribuições que lhe confere o art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto no artigo 12, inciso I e seus parágrafos 1º, 2º, 6º e 7º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de junho de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2007, em vigor à época do pedido de cancelamento, e considerando o que consta do dossiê nº 10010.025319/1218-91, resolve:

Art. 1º. Cancelar, a pedido, a habilitação da pessoa jurídica APODI III ENERGIA SPE S.A., CNPJ nº 24.424.233/0001-80 ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, formalizada por meio do ADE DRF RECIFE nº 94, de 03 de outubro de 2017, publicado no DOU, nº 192, de 05 de outubro de 2017, relativamente ao projeto de uma Central Geradora Fotovoltaica denominada UFV APODI III, no Município de Quixeré, Estado do Ceará, de titularidade Pessoa Jurídica acima nominada, conforme despacho decisório nº 3.507/2020 - EBEN/SRRF/04, exarado no dossiê nº 10010.025319/1218-91.

Art. 2º Fica revogado os efeitos do Ato Declaratório Executivo referido no artigo 1º, pelo que a supracitada pessoa jurídica não poderá mais efetuar aquisições e importações ao amparo do REIDI de bens e serviços destinados ao projeto correspondente à habilitação ora cancelada, abrangendo referidos efeitos à(s) pessoa(s) jurídica(s) eventualmente coabilitada(s) e vinculada(s) ao correspondente projeto.

Art. 3º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

DARCI MENDES DE CARVALHO FILHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1.063, DE 21 DE SETEMBRO DE 2020

Cancelamento, a pedido, de habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), de que trata a Instrução Normativa RFB nº 758/2007, vigente à época da solicitação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE (PE), no uso das atribuições que lhe confere o art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto no artigo 12, inciso I e seus parágrafos 1º, 2º, 6º e 7º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de junho de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2007, em vigor à época do pedido de cancelamento, e considerando o que consta do dossiê nº 10010.025333/1218-95, resolve:

Art. 1º. Cancelar, a pedido, a habilitação da pessoa jurídica APODI II ENERGIA SPE S.A., CNPJ nº 24.424.175/0001-94 ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, formalizada por meio do ADE DRF RECIFE nº 91, de 29 de setembro de 2017, publicado no DOU, nº 191, de 04 de outubro de 2017, relativamente ao projeto de uma Central Geradora Fotovoltaica denominada UFV APODI II, no Município de Quixeré, Estado do Ceará, de titularidade Pessoa Jurídica acima nominada, conforme despacho decisório nº 3.512/2020 - EBEN/SRRF/04, exarado no dossiê nº 10010.025333/1218-95.

Art. 2º Fica revogado os efeitos do Ato Declaratório Executivo referido no artigo 1º, pelo que a supracitada pessoa jurídica não poderá mais efetuar aquisições e importações ao amparo do REIDI de bens e serviços destinados ao projeto correspondente à habilitação ora cancelada, abrangendo referidos efeitos à(s) pessoa(s) jurídica(s) eventualmente coabilitada(s) e vinculada(s) ao correspondente projeto.

Art. 3º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

DARCI MENDES DE CARVALHO FILHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1.064, DE 21 DE SETEMBRO DE 2020

Cancelamento, a pedido, de habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), de que trata a Instrução Normativa RFB nº 758/2007, vigente à época da solicitação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE (PE), no uso das atribuições que lhe confere o art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto no artigo 12, inciso I e seus parágrafos 1º, 2º, 6º e 7º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de junho de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2007, em vigor à época do pedido de cancelamento, e considerando o que consta do dossiê nº 10010.025348/1218-53, resolve:

Art. 1º. Cancelar, a pedido, a habilitação da pessoa jurídica APODI IV ENERGIA SPE S.A., CNPJ nº 24.424.369/0001-90 ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, formalizada por meio do ADE DRF RECIFE nº 95, de 05 de outubro de 2017, publicado no DOU, de 10 de outubro de 2017, relativamente ao projeto de uma Central Geradora Fotovoltaica denominada UFV APODI IV, no Município de Quixeré, Estado do Ceará, de titularidade Pessoa Jurídica acima nominada, conforme despacho decisório nº 3.412/2020 - EBEN/SRRF/04, exarado no dossiê nº 10010.025348/1218-53.

Art. 2º Fica revogado os efeitos do Ato Declaratório Executivo referido no artigo 1º, pelo que a supracitada pessoa jurídica não poderá mais efetuar aquisições e importações ao amparo do REIDI de bens e serviços destinados ao projeto correspondente à habilitação ora cancelada, abrangendo referidos efeitos à(s) pessoa(s) jurídica(s) eventualmente coabilitada(s) e vinculada(s) ao correspondente projeto.

Art. 3º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

DARCI MENDES DE CARVALHO FILHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 13 DE JANEIRO DE 2021

Habilitar a Pessoa Jurídica que menciona a operar no regime de redução do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no Lucro da Exploração.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE (PE), no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º do Decreto nº 4.213, de 2002; no que disciplina o art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 27 de julho de 2020; considerando o disposto na Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001, com a redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.715, de 2012, nos Decretos nº 4.213, de 2002 e no Decreto nº 6.539, de 2008, sem prejuízo das demais normas em vigor que regem a matéria, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 10480.735075/2019-21, formalizado em 27/12/2020, e seu Despacho Decisório nº 0013/2021 - EBEN/SRRF/04, de 04/01/2021, declara:

Art. 1º - HABILITADA a operar como beneficiária do regime de REDUÇÃO de 75% (setenta e cinco por cento) do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, pelo prazo de 10 (dez) anos, a pessoa jurídica COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, CNPJ nº 33.541.368/0001-16, em razão da condição onerosa de Instalação de Empreendimento na área de atuação da SUDENE, na forma do artigo 3º do Decreto nº 4.213/2002 e conforme Laudo Constitutivo nº 0069/2019, emitido pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, por meio da SUDENE, e de acordo com o que consta do mencionado processo administrativo nº 10480.735075/2019-21.

Art. 2º - Fica o benefício à redução, mencionado no artigo 1º, concedido exclusivamente ao estabelecimento Filial da COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, CNPJ nº 33.541.368/0045-37, localizado na Rodovia AL 115, Km 5, Bairro Boa Vista, Município de Arapiraca, no Estado do Alagoas, CEP 57303-182, em razão de modernização total de o seguinte empreendimento: Infraestrutura - Energia Elétrica, atividade essa considerada pela SUDENE como enquadrada em setor prioritário de Infraestrutura - Energia, conforme art. 2º, Inciso I, do Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002, como constam do Anexo I do Laudo Constitutivo nº 0069/2019, com início de fruição em 01/01/2019, e término em 31/12/2028, ficando excluídas do benefício as demais atividades objetos da empresa em questão.

Art. 3º - Demais critérios e condições deverão obedecer ao estabelecido no Laudo Constitutivo nº 0069/2019, seus Anexos I e II, bem como na Instrução Normativa SRF nº 267/2002.

Art. 4º - Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DARCI MENDES DE CARVALHO FILHO

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.001, DE 19 DE JANEIRO DE 2021

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

Ementa: INCENTIVOS FISCAIS. INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS OU FINANCEIROS-FISCAIS RELATIVOS AO ICMS. SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTO. REQUISITOS E CONDIÇÕES.

A partir da Lei Complementar nº 160, de 2017, os incentivos e os benefícios fiscais ou financeiro-fiscais relativos ao ICMS, concedidos por estados e Distrito Federal e considerados subvenções para investimento por força do § 4º do art. 30 da Lei nº 12.973, de 2014, poderão deixar de ser computados na determinação do lucro real desde que observados os requisitos e as condições impostos pelo art. 30 da Lei nº 12.973, de 2014, dentre os quais a necessidade de que tenham sido concedidos como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 145, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020, COM EMENTA PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 22 DE DEZEMBRO DE 2020, SEÇÃO 1, PÁGINA 33.

Dispositivos Legais: Lei nº 12.973, de 2014, art. 30; Lei Complementar nº 160, de 2017, arts. 9º e 10; Parecer Normativo Cosit nº 112, de 1978; Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 2017, art. 198, § 7º.

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

Ementa: INCENTIVOS FISCAIS. INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS OU FINANCEIROS-FISCAIS RELATIVOS AO ICMS. SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTO. REQUISITOS E CONDIÇÕES.

A partir da Lei Complementar nº 160, de 2017, os incentivos e os benefícios fiscais ou financeiro-fiscais relativos ao ICMS, concedidos por estados e Distrito Federal e considerados subvenções para investimento por força do § 4º do art. 30 da Lei nº 12.973, de 2014, poderão deixar de ser computados na determinação da base de cálculo da CSLL apurada na forma do resultado do exercício desde que observados os requisitos e as condições impostos pelo art. 30 da Lei nº 12.973, de 2014, dentre os quais a necessidade de que tenham sido concedidos como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 145, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020, COM EMENTA PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 22 DE DEZEMBRO DE 2020, SEÇÃO 1, PÁGINA 33.

Dispositivos Legais: Lei nº 12.973, de 2014, arts. 30 e 50; Lei Complementar nº 160, de 2017, arts. 9º e 10; Parecer Normativo Cosit nº 112, de 1978; Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 2017, art. 198, § 7º.

FLÁVIO OSÓRIO DE BARROS
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.002, DE 19 DE JANEIRO DE 2021

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

Ementa: PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS. PORTARIA MF Nº 12, DE 2012, E INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.243, DE 2012. SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA DE ÂMBITO NACIONAL. INAPLICABILIDADE.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, concedem aos contribuintes estabelecidos em municípios específicos, em estado de calamidade localizado, prazo maior para honrar suas obrigações tributárias. Portanto, trata-se de situação distinta da calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, dada sua abrangência nacional, decorrente de pandemia global.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, não se aplicam à situação de calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, seja do ponto de vista fático (dado que foram editadas em razão de desastres naturais localizados em determinados municípios - não se confundindo com pandemia global), seja do ponto de vista normativo (não se confunde calamidade municipal reconhecida por decreto estadual com calamidade de âmbito nacional reconhecida por decreto legislativo).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 131, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020, COM EMENTA PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 19 DE OUTUBRO DE 2020, SEÇÃO 1, PÁGINA 19.

Dispositivos Legais: Decreto Legislativo nº 6, de 2020, art. 1º; Portaria MF nº 12, de 2012, arts. 1º a 3º; Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, arts. 1º a 3º.

FLÁVIO OSÓRIO DE BARROS
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.003, DE 19 DE JANEIRO DE 2021

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

Ementa: PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS. PORTARIA MF Nº 12, DE 2012, E INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.243, DE 2012. SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA DE ÂMBITO NACIONAL. INAPLICABILIDADE.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, concedem aos contribuintes estabelecidos em municípios específicos, em estado de calamidade localizado, prazo maior para honrar suas obrigações tributárias. Portanto, trata-se de situação distinta da calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, dada sua abrangência nacional, decorrente de pandemia global.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, não se aplicam à situação de calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, seja do ponto de vista fático (dado que foram editadas em razão de desastres naturais localizados em determinados municípios - não se confundindo com pandemia global), seja do ponto de vista normativo (não se confunde calamidade municipal reconhecida por decreto estadual com calamidade de âmbito nacional reconhecida por decreto legislativo).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 131, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020, COM EMENTA PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 19 DE OUTUBRO DE 2020, SEÇÃO 1, PÁGINA 19.

Dispositivos Legais: Decreto Legislativo nº 6, de 2020, art. 1º; Portaria MF nº 12, de 2012, arts. 1º a 3º; Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, arts. 1º a 3º.

FLÁVIO OSÓRIO DE BARROS
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.004, DE 19 DE JANEIRO DE 2021

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

Ementa: INCENTIVOS FISCAIS. INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS OU FINANCEIROS-FISCAIS RELATIVOS AO ICMS. SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTO. REQUISITOS E CONDIÇÕES.

A partir da Lei Complementar nº 160, de 2017, os incentivos e os benefícios fiscais ou financeiro-fiscais relativos ao ICMS, concedidos por estados e Distrito Federal e considerados subvenções para investimento por força do § 4º do art. 30 da Lei nº 12.973, de 2014, poderão deixar de ser computados na determinação do lucro real desde que observados os requisitos e as condições impostos pelo art. 30 da Lei nº 12.973, de 2014, dentre os quais a necessidade de que tenham sido concedidos como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 145, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020, COM EMENTA PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 22 DE DEZEMBRO DE 2020, SEÇÃO 1, PÁGINA 33.

Dispositivos Legais: Lei nº 12.973, de 2014, art. 30; Lei Complementar nº 160, de 2017, arts. 9º e 10; Parecer Normativo Cosit nº 112, de 1978; Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 2017, art. 198, § 7º.

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

Ementa: INCENTIVOS FISCAIS. INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS OU FINANCEIROS-FISCAIS RELATIVOS AO ICMS. SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTO. REQUISITOS E CONDIÇÕES.

A partir da Lei Complementar nº 160, de 2017, os incentivos e os benefícios fiscais ou financeiro-fiscais relativos ao ICMS, concedidos por estados e Distrito Federal e considerados subvenções para investimento por força do § 4º do art. 30 da Lei nº 12.973, de 2014, poderão deixar de ser computados na determinação da base de cálculo da CSLL apurada na forma do resultado do exercício desde que observados os requisitos e as condições impostos pelo art. 30 da Lei nº 12.973, de 2014, dentre os quais a necessidade de que tenham sido concedidos como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 145, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020, COM EMENTA PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 22 DE DEZEMBRO DE 2020, SEÇÃO 1, PÁGINA 33.

Dispositivos Legais: Lei nº 12.973, de 2014, arts. 30 e 50; Lei Complementar nº 160, de 2017, arts. 9º e 10; Parecer Normativo Cosit nº 112, de 1978; Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 2017, art. 198, § 7º.

FLÁVIO OSÓRIO DE BARROS
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.005, DE 19 DE JANEIRO DE 2021

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

Ementa: PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS. PORTARIA MF Nº 12, DE 2012, E INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.243, DE 2012. SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA DE ÂMBITO NACIONAL. INAPLICABILIDADE.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, concedem aos contribuintes estabelecidos em municípios específicos, em estado de calamidade localizado, prazo maior para honrar suas obrigações tributárias. Portanto, trata-se de situação distinta da calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, dada sua abrangência nacional, decorrente de pandemia global.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, não se aplicam à situação de calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, seja do ponto de vista fático (dado que foram editadas em razão de desastres naturais localizados em determinados municípios - não se confundindo com pandemia global), seja do ponto de vista normativo (não se confunde calamidade municipal reconhecida por decreto estadual com calamidade de âmbito nacional reconhecida por decreto legislativo).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 131, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020, COM EMENTA PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 19 DE OUTUBRO DE 2020, SEÇÃO 1, PÁGINA 19.

Dispositivos Legais: Decreto Legislativo nº 6, de 2020, art. 1º; Portaria MF nº 12, de 2012, arts. 1º a 3º; Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, arts. 1º a 3º.

FLÁVIO OSÓRIO DE BARROS
Chefe

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 19, DE 18 DE JANEIRO DE 2021

Declara a habilitação definitiva no Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS (MG), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 290, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 27 de julho de 2020 e a Portaria SRRF06 nº 334 de 28 de julho de 2020, tendo em vista a Lei n°10.925, de 23 de julho de 2004, e alterações, o Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e alterações, e a Instrução Normativa (IN) RFB n° 1.911, de 11 de outubro de 2019, e alterações, e considerando o que consta no dossiê nº 13031.370894/2020-39, declara:

Art. 1º Habilitada definitivamente no âmbito do Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, a pessoa jurídica COOPERATIVA AGROPECUARIA DE IPANEMA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 20.941.597/0001-86, titular de projeto de realização de investimentos destinados a auxiliar produtores rurais de leite no desenvolvimento da qualidade e da produtividade de sua atividade, aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com período de vigência de 01/08/2020 a 31/07/2023, com base nas análises técnicas constantes nos autos do Processo nº 21028.007753/2020-60.

Art. 2º A fruição dos benefícios instituídos pelo Programa Mais Leite Saudável, fica condicionada ao cumprimento dos requisitos estabelecidos no art. 7º do Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e ao atendimento das exigências impostas pelo art. 31 do mesmo Decreto.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FILIPE ARAÚJO FLORÊNCIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF Nº 20, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

Cancela as inscrições no Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) dos estabelecimentos das pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS (MG), NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFEREM O ART. 303 DO REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, APROVADO PELA PORTARIA ME N° 284, DE 27 DE JULHO DE 2020, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (DOU) DE 27 DE JULHO DE 2020 E O ART. 334 DA PORTARIA SRRF06, DE 28 DE JULHO DE 2020, E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NOS ARTS. 1º E 2º DA LEI Nº 11.945, DE 04 DE JUNHO DE 2009, BEM COMO O ESTABELECIDO NO ART. 11 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.817, DE 20 DE JULHO DE 2018, declara:

Art. 1º Canceladas as inscrições no Registro Especial de Papel Imune (Regpi) instituído pelo art. 1º da Lei nº 11.945, de 04 de junho de 2009, regulamentado pela Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, dos estabelecimentos relacionados no Anexo Único:

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FILIPE ARAUJO FLORENCIO

ANEXO ÚNICO

Nº Registro Especial Cancelado	CNPJ	RAZÃO SOCIAL	Enquadramento legal - Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018
GP-06112/00012	07.659.883/0001-95	EDITORA VIEIRA LTDA	Art. 11, incisos II e IV
GP-06106/00067	11.724.694/0001-26	INTER MIDIA COMUNICACOES LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-06101/00103	12.259.872/0001-58	SED PUBLICIDADE LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-06109/00082	14.421.375/0001-30	EDITORA IMAGINE LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-06101/00235	17.118.870/0001-62	GRAFICA I3 LTDA	Art. 11, incisos II e IV
GP-06109/00093	17.316.312/0001-01	ZAVIC GRAFICA E EDITORA EIRELI	Art. 11, inciso IV
UP-06109/00094	20.673.091/0001-33	ARAGUARI COMUNICACOES LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-06103/00076	21.299.292/0002-66	FUNDACAO EXPANSAO CULTURAL	Art. 11, inciso IV
GP-06109/00009	21.884.184/0001-70	GRAFICA BRASIL EDITORA E MARKETING EIRELI	Art. 11, inciso IV
GP-06109/00090	22.515.513/0001-78	GBEX EDITORA E GRAFICA EIRELI	Art. 11, incisos II e IV
UP-06101/00152	42.781.211/0001-59	GRUPO ESPIRITA EURIPEDES BARSANULFO	Art. 11, inciso IV

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA Nº 5, DE 18 DE JANEIRO DE 2021

Institui o Programa Regional de Conformidade Tributária e Aduaneira da 7ª Região Fiscal.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 359 e 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284 de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto na Portaria RFB nº 4.888, de 7 de dezembro de 2020, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Programa Regional de Conformidade Tributária e Aduaneira (PRC) da 7ª Região Fiscal, o qual consiste na aplicação de um conjunto de ações voltadas para o alcance da regularidade fiscal de contribuintes jurisdicionados pela região e, por meio de ações de conscientização, na promoção da mudança de comportamento em prol da aderência às normas tributária e aduaneiras.

Art. 2º O Programa Regional de Conformidade Tributária e Aduaneira obedecerá às seguintes condições:

I - Terá vigência anual e será aprovado pelo Superintendente;

II - Será proposto anualmente e avaliado trimestralmente por um comitê, composto por integrantes da administração regional;

III - Será executado por servidores ou equipes regionais específicas designadas pelo Superintendente e pelo prazo por ele definido; e

Parágrafo único. Os resultados das ações definidas no PRC serão acompanhados e monitorados pelos servidores ou equipes indicadas nos termos do inciso III.

CAPÍTULO I

DAS AÇÕES DE CONFORMIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

Art. 3º As ações de conformidade tributária e aduaneira serão executadas de forma impessoal e terão como focos:

I - Aproximar a atuação da RFB à data da ocorrência do fato gerador, priorizando as distorções relativas a fatos geradores ocorridos nos dois anos anteriores ao ano de elaboração do PRC;

II - Promover a mudança de comportamento do contribuinte selecionado, induzindo

a adequação voluntária à legislação tributária e aduaneira;

III - Aumentar a percepção de risco e a presença fiscal;

IV - Incentivar a autorregularização, oportunizando ao contribuinte orientações sobre o cumprimento de suas obrigações tributárias;

V - Criar canal de comunicação eficaz, rápido e simples para apoiar os procedimentos de autorregularização tributária e aduaneira;

VI - Reduzir a inadimplência e o litígio; e

VII - Aumentar a qualidade das informações prestadas pelos contribuintes.

Art. 4º As ações de conformidade tributária e aduaneira englobarão todos os contribuintes detectados pelo seu critério de seleção.

Parágrafo único. A inclusão do contribuinte em uma ação de conformidade não interfere no andamento de nenhum outro procedimento da administração tributária e aduaneira.

Art. 5º As ações de conformidade tributária e aduaneira, conforme o escopo de atuação, são classificadas como:

I - Ações de conscientização: consistem em produção de artigos, palestras ou qualquer outro evento ou reunião, promovido por servidor da RFB, habilitado e especializado nos temas, com vistas a promover a cidadania fiscal e estimular a conformidade tributária e aduaneira; e

II - Ações de autorregularização: consistem em apresentar aos contribuintes uma possível distorção ou irregularidade tributária ou aduaneira e em oferecer, mediante um prazo determinado, orientação para a regularização.

Parágrafo único. As ações de autorregularização poderão ser realizadas por comunicados ou cartas, em papel, por e-mail ou pelo e-CAC e, para os contribuintes de acompanhamento diferenciado, poderá ser realizada reunião presencial ou virtual por meio de aplicativo homologado pela Receita Federal do Brasil (RFB).

Art. 6º As ações de conformidade tributária e aduaneira, conforme o objeto, são classificadas como:

I - Processo de trabalho: ações de conformidade cujo objeto versa sobre uma atividade específica de um determinado processo de trabalho, notadamente: atendimento, benefícios fiscais e regimes especiais, cadastro, controle aduaneiro, controle processual, direito creditório, gestão do crédito tributário, monitoramento ou fiscalização tributária e aduaneira, perpassando os segmentos econômicos e todos os tipos de natureza jurídica ou porte dos contribuintes;

II - Segmento ou porte: ações de conformidade cujo objeto versa sobre um segmento ou ramo econômico, ou ainda, sobre um nicho específico de contribuintes com base no porte ou natureza jurídica;

III - Matriz tributária: ações de conformidade cujo objeto versa sobre uma regra de negócio de um determinado tributo ou regime especial de tributação, perpassando segmentos econômicos, naturezas jurídicas ou portes de contribuintes; e

IV - Híbridas: ações de conformidade cujo objeto versa sobre uma combinação de duas ou mais definições dos incisos anteriores.

Art. 7º As ações de conformidade poderão se utilizar das seguintes formas de comunicação:

I - Caixa Postal do Contribuinte;

II - Comunicado via postal;

III - Contato telefônico;

IV - Reunião coletiva presencial ou virtual com um conjunto de contribuintes ou com entidades que os representem; e

V - Reunião individual presencial nas dependências da RFB ou virtual apenas para os contribuintes diferenciados e para os entes da administração pública direta e indireta da União, Estados e Municípios dos três poderes.

§ 1º Especificamente quanto às reuniões, o contribuinte será cientificado com, pelo menos, 15 (quinze) dias de antecedência.

§ 2º As formas de contato previstas têm por objetivo comunicar indício de irregularidade sobre fato ou circunstância previamente identificada pela RFB e oportunizar ao contribuinte a possibilidade de contar com orientação da RFB para retornar à conformidade tributária e aduaneira, não se caracterizando como início de procedimento fiscal, notificação ou medida preparatória indispensável ao lançamento do crédito tributário porventura devido.

§ 3º A comunicação via Caixa Postal do Contribuinte é pré-requisito obrigatório para a realização das demais formas de contato.

CAPÍTULO II

DO PÓS - CONFORMIDADE

Art. 8º O Pós-Conformidade consiste em ações de regularização dos contribuintes que, tendo ou não buscado as orientações disponibilizadas, não promoveram a autorregularização, e podem ser assim classificadas:

I - Ações de regularização simplificada: consistem em procedimentos de regularização tributária ou aduaneira, sem emissão de Termo de Distribuição de Procedimento Fiscal (TDPF), de forma automática ou semiautomática; e

II - Ações de regularização detalhada ou ampliada: consistem em procedimentos de regularização tributária ou aduaneira, precedido de emissão de TDPF, de forma manual.

CAPÍTULO III

REGISTRO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DE CONFORMIDADE E PÓS-CONFORMIDADE

Art. 9º O registro e a avaliação das ações de conformidade e do pós-conformidade considerarão o grau de aderência à autorregularização e à regularização do crédito tributário constituído, respectivamente, quanto:

I - À espontaneidade da entrega ou retificação de declarações;

II - À espontaneidade do pagamento ou parcelamento;

III - Ao pagamento ou ao parcelamento do crédito tributário constituído na esfera administrativa; e

IV - À litigância no pós-conformidade no que se refere à impugnação ou recurso voluntário impetrados.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10 Esta Portaria entrará em vigor no dia 1º de fevereiro de 2021.

FLÁVIO JOSE PASSOS COELHO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/GUARULHOS

PORTARIA Nº 2, DE 14 DE JANEIRO DE 2021

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/GUARULHOS (SP), no uso de suas atribuições regimentais previstas nos arts. 360 e 364 do Anexo I do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria Ministério da Fazenda nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no DOU, Seção I-B, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista as disposições da Portaria MF n.º 1215, de 23 de julho de 2020, publicada no DOU de 27 de julho de 2020, Seção I, resolve:

Art. 1º Delegar competência aos Chefes e Chefes Substitutos de Divisão, Serviço, Seção, Equipes e CAC para:

I - autorizar o arquivamento de processos findos, desde que não tenha ocorrido prescrição ou decadência de crédito tributário, situação em que o processo com a respectiva proposta de encaminhamento deverá ser submetido à análise prévia do Delegado;

II - declarar a revelia, e, nos casos de perdimento de mercadorias, aplicar concomitantemente a pena de perdimento encerrando o processo de apuração de dano ao Erário, em relação aos processos de Autos de Infração na carga de sua Divisão, Serviço, Seção, Equipe ou Grupo;

III - declarar a revelia, nos termos e condições do § 2º do artigo 89 da Medida Provisória nº 2.158-35/2001 e, concomitantemente, nesses casos, aplicar a pena de perdimento de moedas, encerrando o processo administrativo, em relação aos referidos Autos de Infração lavrados por sua Divisão, Serviço, Seção, Equipe ou Grupo.

IV - controlar a frequência e fazer as devidas anotações na folha de ponto dos seus subordinados;

V - controlar e homologar pedidos de férias dos seus subordinados

VI - autorizar o encaminhamento de ativos financeiros retidos no âmbito dos procedimentos de sua Divisão, Serviço, Seção ou Equipe para custódia no BACEN ou CEF;

VII - Expedir Ofícios.

Parágrafo Único - A competência dos incisos II e III, na bagagem acompanhada, fica delegada ao Chefe e Chefe Substituto da DIBAG.

Art. 2º Delegar competência aos Chefes e Chefes Substitutos de Divisão, Serviço, Seção, Equipe, CAC e aos Supervisores e Supervisores Substitutos de Equipe e Grupo para, dentro de suas áreas de competência:

I - Apreciar pedidos, recursos e solicitações.

II - manter controle sobre o acervo de bens móveis sob sua responsabilidade, competência essa extensível ao servidor ou funcionário que seja responsável por sala na Unidade, ainda que não ocupante das funções descritas no caput deste artigo;

III - efetuar o controle de utilização e o programa de manutenção periódica dos veículos oficiais sob sua responsabilidade, de acordo com a legislação vigente e sob orientação do SAPOL/GLOG;

IV - Publicar Editais;

V - autorizar, no âmbito de suas Equipes ou Grupos, a adoção dos procedimentos especiais de contingência previstos na legislação, nos casos de indisponibilidade dos sistemas informatizados por problemas técnicos de repercussão ampla.

Art. 3º Delegar competência ao Chefe e Chefe Substituto da Divisão de Conferência de Bagagem (DIBAG) para:

I - apreciar pedido de relevação de irregularidades relacionadas com o despacho aduaneiro de bens integrantes de bagagem acompanhada proveniente do exterior, nos termos e condições do inciso III, do art. 1º da Portaria SRF nº 1.703/98;

II - autorizar ingresso em recinto alfandegado de funcionários do Serviço Exterior Brasileiro e agentes diplomáticos e consulares, assim definidos na Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas e sobre Relações Consulares, quando no efetivo exercício de suas funções e de servidores de órgãos, conforme previsto pelo inciso VI e VII do artigo 1º da Portaria SRF/DPF/INFRAERO nº 01/98;

III - decidir sobre pedido de retomada do despacho de bagagem acompanhada objeto de declaração de abandono.

Art. 4º Delegar competência aos Supervisores das Equipes Aduaneiras de Bagagem Acompanhada (EBG) para:

I - determinar a realização de operações de fiscalização internacional e doméstica nos terminais de passageiros, distribuir servidores nos postos de trabalho, atribuir funções e tarefas e adotar critérios de amostragem e seleção;

II - autorizar a movimentação não usual de bagagens, tripulantes, passageiros e a entrada excepcional de pessoas na área restrita no interesse da fiscalização.

Art. 5º Delegar competência aos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil lotados nas Equipes Aduaneiras de Bagagem Acompanhada (EBG) para:

I - apreciar pedido de autorização especial para passageiro procedente do exterior em voo particular, que pretender adquirir mercadoria em loja franca, nos termos e condições do item 2.1 do Ato Declaratório DpRF nº 07/91;

II - reconhecer a isenção e autorizar a entrada ou saída de material promocional entre os Estados-Partes do Mercosul, nos termos da IN SRF nº 10/00;

III - apreciar pedidos de prorrogação de prazo do regime especial de admissão temporária de bens contidos em bagagem acompanhada, efetuados com base no inciso I, do § 1º, do art. 103 da IN RFB nº 1600/2015.

Art. 6º Delegar competência aos Fiéis Depositários do Dibag para a guarda e o controle de bens, mercadorias e ativos financeiros retidos pela Divisão de Conferência de Bagagem (DIBAG).

Art. 7º Delegar competência ao Chefe da Divisão de Despacho Aduaneiro (DIDAD) para:

I - autorizar a entrega da mercadoria, em despacho aduaneiro por declaração simplificada de importação - DSI, antes de totalmente realizada a conferência aduaneira, em situações justificadas, nos termos e condições do parágrafo único do artigo 18 da IN SRF nº 611/2006;

II - autorizar a devolução ao exterior de mercadoria estrangeira importada.

Art. 8º Delegar competência ao Chefe da Equipe de Despacho Aduaneiro de Importação e Exportação (EDESP) para:

I - distribuir ou atribuir despachos, processos e tarefas no âmbito de suas atribuições;

II - autorizar a entrada e saída de cargas, veículos e pessoas nos Terminais de Carga Aérea de Exportação e Importação, inclusive nos seus pátios de estacionamento e plataformas de carregamento e descarregamento, quando esta movimentação for de caráter excepcional ou quando não estiver pré-autorizada pela legislação;

III - autorizar o despacho de exportação após o embarque da mercadoria ou sua saída do território nacional, nos termos do artigo 55 da IN SRF nº 28/94;

IV - autorizar a verificação de mercadoria em recinto não alfandegado, nos termos e condições do artigo 35 da IN SRF nº 680/2006;

V - encaminhar, nos casos de constatação de fatos que possam configurar ilícitos tributários relacionados com as atividades de fiscalização de tributos internos, bem como nos de detecção de indícios de infrações relativas à fiscalização aduaneira em zona secundária, os elementos probatórios ou indiciários e relatório circunstanciado à unidade da RFB de fiscalização jurisdicionante do contribuinte;

VI - autorizar o cancelamento de DSI, no âmbito da EDESP, nos termos do art. 27 da IN SRF nº 611/2006;

VII - apreciar o pedido de prosseguimento do despacho aduaneiro de importação, cujo processo de exigência do crédito tributário se encontre em fase litigiosa, nos termos e condições da Portaria MF nº 389/1976;

VIII - apreciar as autorizações para a importação de que trata o artigo 161, inciso I do Decreto 6.759/2009 e praticar os atos necessários do tratamento da carga no MANTRA para fins de prosseguimento do despacho;

IX - expedir os atos necessários para tratamento dos casos de interrupção do despacho por descumprimento do art. 5º da IN SRF nº 69, de 1999.

Parágrafo Único - A competência dos incisos I, II e III fica delegada ao Chefe e Chefe Substituto da EDESP.

Art. 9º Delegar ao Chefe da Equipe de Despacho Aduaneiro Diferenciado (EDAD) as mesmas competências delegadas ao Chefe da Equipe de Despacho Aduaneiro de Importação e Exportação (EDESP) em relação às cargas submetidas a despacho em sua Equipe, e ainda:

I - apreciar pedido de relevação de irregularidades relacionadas com o despacho aduaneiro de bens integrantes de bagagem desacompanhada proveniente do exterior, nos termos e condições do inciso III do art. 1º da Portaria SRF nº 1.703/98.

Art. 10 Delegar competência ao Chefe da Equipe de Controle de Regimes Aduaneiros Especiais (ERAE) para:

I - apreciar pedido de relevação de inobservância de normas processuais verificadas na exportação temporária de mercadorias, nos termos e condições do inciso II do art. 1º da Portaria SRF nº 1.703/98;

II - apreciar pedido de despacho aduaneiro de mercadoria de reposição antes da exportação ou destruição da equivalente a ser restituída, nos termos e condições do item 4 da Portaria MF nº 150/82;

III - apreciar pedido de substituição de beneficiário do regime especial de admissão temporária, nos termos e condições do artigo 371 do Decreto nº 6.759/2009 (Regulamento Aduaneiro);

IV - autorizar o cancelamento de DSI, no âmbito da ERAE, nos termos do art. 27 da IN SRF nº 611/2006;

V - autorizar o registro antecipado de declaração de importação, nos casos previstos na legislação, no âmbito de suas atribuições; e

VI - autorizar o armazenamento prioritário, nos termos do inciso VIII do § 2º do artigo 12, da IN SRF nº 102/94, das cargas submetidas a despacho aduaneiro de admissão temporária dos bens de caráter cultural, nos termos do inciso I do art. 4º da IN RFB nº 1.600/2015;

Art. 11 Delegar competência ao Chefe da Seção de Remessas Postais e Expressas (SARPE) para reconhecer o problema de ordem técnica de que trata o artigo 64 da IN RFB nº 1737/2017.

Art. 12 Delegar competência ao Chefe do Serviço de Assessoramento Técnico Aduaneiro (SEATA) para reconhecer o direito creditório, após manifestação da comissão de leilão, nos termos do § 2º do art. 11 da Portaria RFB nº 3.010/2011.

Art. 13 Delegar competência ao Chefe da Seção de Fiscalização Aduaneira (SAFIA) para expedir Termo de Distribuição de Procedimento Fiscal de Diligência (TDPF-D).

Art. 14 Delegar competência ao Chefe e ao Chefe Substituto da Equipe de Controle de Carga e Trânsito (ECAT) para excluir do sistema, mediante justificativa, ocorrências graves ou agravadas.

Art. 15 Delegar competência aos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil da Equipe de Controle de Carga e Trânsito (ECAT) e aos plantonistas da Equipe de Despacho Aduaneiro Diferenciado (EDAD), para, a qualquer tempo, determinar que se proceda à ação fiscal pertinente, se tiver conhecimento de fato ou da existência de indícios que requeiram a necessidade de conferência dos volumes, de verificação da mercadoria, ou de aplicação de procedimento aduaneiro especial, direcionando a DTA para canal vermelho de conferência, nos termos do art. 41 da IN SRF nº 248/2002.

Art. 16 Delegar competência ao Chefe da Equipe de Controle das Atividades dos Intervenientes no Comércio Exterior (ECEX) para determinar modificações ou adequações indispensáveis à segurança fiscal, à movimentação, à guarda e à conservação de mercadorias e ao controle do fluxo de passageiros.

Art. 17 Delegar competência à Equipe de Controle das Atividades dos Intervenientes no Comércio Exterior (ECEX) para:

I - Proceder ao registro e atualizações no Sistema CAD-ADUANA, nos termos do art. 76, § 1º, da Lei nº 10.833/03.

Art. 18 Delegar competência aos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil da DIDAD, DIBAG, ECAT, e SEATA para, no âmbito de suas atribuições, decidir sobre a concessão de regimes aduaneiros especiais, pedidos de suspensão e redução de tributos e sobre o reconhecimento de imunidades e isenções.

Art. 19 Delegar competência aos servidores da Seção de Vigilância Aduaneira (SAVIG) para autorizar a entrada e a saída de veículos, pessoas e equipamentos pelos portões de acesso ao Pátio e Pista deste Aeroporto cabendo ao Chefe da SAVIG estabelecer rotinas para tanto.

Art. 20 Delegar competência ao Chefe da Equipe de Gestão de Pessoas (EGP), para:

I - expedir declarações sobre a situação funcional de servidores e ex-servidores, para fins de prova junto a órgãos públicos e/ou privados, e outras declarações em geral acerca de atividades no âmbito de sua área;

II - assinar, como concedente, os Termos de Compromisso de Estágio e demais documentações necessárias para promover a contratação ou o desligamento de estagiários, nos termos do contrato celebrado entre a SRRF/8ª RF e o Agente de Integração.

Art. 21 Delegar competência aos Auditores-Fiscais da Alfândega de Guarulhos para registrar, no Sistema de Controle de Procedimentos Vinculados (Conprovi), as informações referentes às representações fiscais em geral e aos comunicados de ilícitos criminais formalizados, nos termos da legislação específica.

Art. 22 A revogação ou alteração dos atos legais citados nesta Portaria, desde que a competência original seja mantida pelo ato superveniente, não revoga as delegações ora estabelecidas.

Art. 23 Qualquer superior hierárquico detém todas as competências delegadas a seus subordinados imediatos ou não, podendo, inclusive, exercê-las concomitantemente com estes.

Art. 24 As delegações conferidas pelo presente ato são extensivas aos substitutos eventuais dos titulares, na hipótese do impedimento legal destes últimos.

Art. 25 Ficam revogadas:

I - a Portaria ALF/GRU nº 43, de 18 de janeiro de 2018;

II - a portaria ALF/GRU nº 110, de 04 de abril de 2018;

III - a Portaria ALF/GRU nº 148, de 15 de maio de 2018; e

IV - a Portaria ALF/GRU Nº 119, de 12 de setembro DE 2019

Art. 26 Esta Portaria entra em vigor na data de publicação no Diário Oficial da União.

ANDRÉ LUIZ GONÇALVES MARTINS

PORTARIA Nº 3, DE 14 DE JANEIRO DE 2021

Disciplina as atribuições das Divisões, Serviços, Seções, Equipes, Grupos e CAC da Alfândega da Receita Federal do Brasil do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos (SP).

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/GUARULHOS (SP), no uso de suas atribuições regimentais previstas nos arts. 360 e 364 do Anexo I do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria Ministério da Fazenda nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no DOU, Seção I-B, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista as disposições da Portaria MF n.º 1215, de 23 de julho de 2020, publicada no DOU de 27 de julho de 2020, Seção I, resolve:

Art. 1º A Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos (ALF/GRU) tem a seguinte estrutura organizacional:

1 - Divisão de Conferência de Bagagem (DIBAG)
1.1 - Equipe Aduaneira de Bagagem Acompanhada A (EBG A)
1.2 - Equipe Aduaneira de Bagagem Acompanhada B (EBG B)
1.3 - Equipe Aduaneira de Bagagem Acompanhada C (EBG C)
1.4 - Equipe Aduaneira de Bagagem Acompanhada D (EBG D)
2 - Divisão de Despacho Aduaneiro (DIDAD)
2.1 - Equipe de Despacho Aduaneiro de Importação e Exportação (EDESP)
2.2 - Equipe de Despacho Aduaneiro Diferenciado (EDAD)
2.3 - Equipe de Controle de Regimes Aduaneiros Especiais (ERAE)
2.4 - Seção de Remessas Postais e Expressas (SARPE)
2.5 - Equipe de Fiscalização de Lojas Francas (ELOF)
3 - Serviço de Gestão de Riscos Aduaneiros (SERAD)
4 - Serviço de Assessoramento Técnico Aduaneiro (SEATA)
5 - Seção de Fiscalização Aduaneira (SAFIA)
6 - Seção de Controle de Intervenientes, Carga e Trânsito Aduaneiro (SACIT)
6.1 -Equipe de Controle de Carga e Trânsito Aduaneiro (ECAT)
6.2 - Equipe de Controle das Atividades dos Intervenientes no Comércio Exterior (ECEX)
7 - Seção de Vigilância Aduaneira (SAVIG)
7.1 - Equipe Operacional de Vigilância Aduaneira A (EQOP A)
7.2 - Equipe Operacional de Vigilância Aduaneira B (EQOP B)
7.3 - Equipe Operacional de Vigilância Aduaneira C (EQOP C)
7.4 - Equipe Operacional de Vigilância Aduaneira D (EQOP D)
8 - Seção de Programação e Logística (SAPOL)
8.1 - Equipe de Mercadorias Apreendidas (EMA)
8.2 - Grupo Financeiro e Orçamentário (GFOR)
8.3 - Grupo de Preparo de Licitações e Contratos (GLIC)
8.4 - Grupo de Apoio Logístico (GLOG)
8.5 - Grupo de Controle Patrimonial e Material (GPAT)
9 - Seção de Tecnologia e Segurança da Informação (SATEC)
10 - Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC)
11 - Equipe de Gestão de Pessoas (EGP)
12 - Equipe de Autuações (EAUT)
13 - Equipe de Verificação de Carga (EVC)
14 - Equipe de Mercadorias Abandonadas (EMAB)

Das ATRIBUIÇÕES das Divisões, Serviços, Seções, Equipes, Grupos e Centro de Atendimento ao Contribuinte

Art. 2º À DIBAG compete gerir e executar as atividades relativas ao controle aduaneiro de bens de viajantes, exceto bagagem desacompanhada, a concessão e baixa de admissão temporária para as aeronaves executivas e a recepção das Declarações de Trânsito Aduaneiro nos horários definidos pelo Gabinete.

Art. 3º À DIDAD compete gerir e executar as atividades relativas ao controle aduaneiro nas operações de importação e exportação, inclusive de bagagem desacompanhada.

Art. 4º À EDESP compete executar todos os procedimentos de despacho aduaneiro de importação e exportação de mercadorias, exceto aquelas de competência específica de outras equipes, e de devolução de mercadoria estrangeira, quando autorizada.

Art. 5º À EDAD compete:

I - executar todos os procedimentos de despacho aduaneiro de produtos radioativos, perecíveis, animais vivos, órgãos e tecidos humanos para transplante, urnas funerárias, medicamentos perecíveis ou importados sob prescrição médica pela pessoa física a que se destine ou seu representante, periódicos, partes e peças de necessidade imediata para reparos em aeronaves de companhias aéreas regulares (AOG), papel moeda, cheques, cheques de viagem, títulos financeiros, ouro ativo financeiro ou instrumento cambial, pedras preciosas ou semipreciosas e joias em consignação, bagagem desacompanhada, produtos importados sob o Regime de Tributação Simplificada (RTS), incluindo remessas expressas, despacho em caráter de urgência de produtos inflamáveis e explosivos não armazenados no depósito de cargas perigosas (DG) e outros bens ou produtos em caráter de urgência quando autorizados pela chefia;

II - executar todos os procedimentos de despacho aduaneiro de bens importados ou exportados temporariamente e bens amparados por ATA Carnê, fora do horário de expediente normal da Alfândega;

III - executar todos os procedimentos de liberação de malas diplomáticas e de despacho aduaneiro de bens importados para permanência definitiva ou temporária por missão diplomática, repartição consular de carreira e de caráter permanente, representação de organismo internacional de que o Brasil faça parte ou delegação acreditada junto ao Governo Brasileiro, bem assim por seus respectivos integrantes, funcionários, peritos ou técnicos;

IV - executar todos os procedimentos de despacho de declarações de trânsito aduaneiro de partes, peças e componentes necessários aos serviços de manutenção e reparo de embarcações em viagem internacional e de remessas expressas;

V - executar todos os procedimentos de despacho de mercadorias submetidas ao regime especial de trânsito aduaneiro internacional de cargas, processado mediante Declaração de Transbordo ou Baldeação Internacional (DTI), fora do horário de atendimento do CAC da Alfândega;

VI - executar todos os procedimentos de despacho de importação eventual realizada por pessoa física, incluída a elaboração e transmissão da DSI, quando aplicável;

VII - apreciar pedido de relevação de inobservância de normas processuais verificadas na exportação temporária de animais de vida doméstica; e

VIII- executar todos os procedimentos de lacração e deslacração de veículos e conclusão de trânsito aduaneiro e recepcionar as Declarações de Trânsito nos horários estabelecidos pela Alfândega.

Parágrafo único. Os procedimentos de despacho aduaneiro previstos nos incisos I, II, III e IV do caput incluem averbações de DUE, retificações e cancelamentos de DUE, DSE, DI e DSI e solicitações formalizadas em processo administrativo.

Art. 6º À ERAE compete executar todos os procedimentos de controle e despacho aduaneiro de mercadorias submetidas aos regimes especiais de admissão temporária, exportação temporária e depósito afiançado, incluindo a extinção dos regimes, exceto destruição, averbações de DUE, retificações e cancelamentos de DUE, DI e DSI, e solicitações formalizadas em processo administrativo de sua competência.

Art. 7º À SARPE compete gerir e executar as atividades relativas ao controle da entrada, trânsito e saída de remessas expressas internacionais.

Art. 8º À ELOF compete executar todos os procedimentos relativos ao regime especial de loja franca.

Art. 9º Ao SERAD compete executar as atividades relacionadas à gestão de riscos para o controle aduaneiro.

Art. 10 Ao SEATA compete prestar assessoramento técnico ao Delegado, executar as atividades relativas ao direito creditório relacionado ao comércio exterior e atribuídas a esta Alfândega e ainda:

I - preparar informações a serem prestadas aos órgãos do Poder Judiciário, da Procuradoria da Fazenda Nacional e da Advocacia Geral da União, exclusivamente para a defesa jurídica dos interesses da União;

II - disseminar informações relativas a decisões judiciais, nos termos da Ordem de Serviço ALF/GRU n.º 02/2001, e acompanhar os respectivos processos administrativos;

III - elaborar parecer, em caso de apresentação pelo contribuinte de impugnação a Auto de Infração com apreensão de mercadorias, veículos ou de valores;

IV - remeter à Procuradoria da Fazenda Nacional as peças necessárias à defesa da União, em cumprimento à Portaria Conjunta SRF - PGFN nº 02/1999;

V - registrar no Sistema de Cadastro de Ações Judiciais (SICAJ-Web) as informações relativas aos Mandados de Segurança impetrados contra a autoridade local, nos termos da Portaria RFB n.º 736/2015;

VI - preparar informação interna sobre interpretação da legislação tributária e aduaneira;

VII - elaborar parecer, em caso de apresentação de impugnação pelo autuado, sobre o mérito de Auto de Infração de sanções administrativas do art. 46 da Lei nº 12.715/12 e do art. 76 da Lei nº 10.833/03.

Parágrafo Único - Os atos decorrentes das atribuições previstas no presente artigo devem ser sempre submetidos à consideração do Chefe de Serviço.

Art. 11 À SAFIA compete executar as atividades de fiscalização aduaneira, em especial as ações de combate às fraudes aduaneiras.

Art. 12 À SACIT compete executar as atividades relativas ao monitoramento de intervenientes no comércio exterior, ao controle de alfandegamento de locais e recintos e ao controle de carga, pessoas, veículos e de trânsito aduaneiro.

Art. 13 À ECAT compete:

I - tratar as cargas do pré-despacho, incluindo as ocorrências do Sistema Mantra e as ocorrências de extravio de cargas no pré-despacho e trânsito;

II - analisar e encaminhar parecer à DIDAD sobre pedido de devolução ao exterior de mercadoria estrangeira;

III - tratar o trânsito aduaneiro de cargas e remessas expressas e dispor sobre suas cautelas.

Art. 14 À ECEX compete:

I - analisar pedido de habilitação para o regime aduaneiro especial de depósito afiançado, elaborando proposta de decisão ao Titular da Unidade;

II - analisar pedidos de alfandegamento de locais, inclusive àqueles destinados à operação de regimes aduaneiros especiais, formulando as exigências para adequação física e operacional, bem como para o cumprimento das normas de conformidade e segurança aduaneira, elaborando proposta de decisão do Titular da Unidade;

III - instruir processos e elaborar proposta de decisão ao Titular da Unidade sobre autorização para instalação e funcionamento dos estabelecimentos comerciais nos termos da IN SRF nº 519/2005 e fiscalizar suas atividades;

IV - vistoriar e, se necessário, apreender mercadorias e interditar os locais alfandegados;

V - manifestar-se quanto aos intervenientes com atuação nesta jurisdição, quando demandado por setores desta Alfândega ou outras Unidades da RFB;

VI - apurar e autuar os casos de possível aplicação de sanções administrativas de advertência ou suspensão de habilitação de intervenientes de que trata o art. 76 da Lei nº 10.833/03;

VII - receber a representação de que trata o art. 44 da IN RFB nº 1.863/2018 sobre irregularidades em operações de comércio exterior e se acatada, seguir com os procedimentos, emitindo parecer final ao Delegado.

Art. 15 À SAVIG compete gerir e executar as atividades relativas à vigilância aduaneira e ainda:

I - proceder ao acompanhamento de carga em situações nas quais o embarque precise ser atestado;

II - realizar a verificação física de cargas e bagagens, sempre que for necessário ao trabalho de fiscalização ou inteligência da Alfândega;

III - realizar os procedimentos de lacração dos caminhões em Trânsito Aduaneiro e recepção das Declarações de Trânsito nos horários definidos pelo Gabinete.

Art. 16 À SAPOL compete dar o suporte nas atividades relativas à gestão de materiais e serviços, à gestão de mercadorias apreendidas, à gestão de documentos, à gestão da execução orçamentária, financeira e contábil, à gestão de contratos e de procedimentos licitatórios e à gestão de custos da Alfândega, nos termos do Anexo XIII do Regimento Interno da RFB.

Art. 17 À EMA compete:

I - executar, controlar e avaliar os procedimentos relativos à destinação ou à alienação de mercadorias objeto de pena de perdimento;

II - efetuar e controlar a movimentação física e contábil de mercadorias apreendidas; e

III - realizar o cadastro e movimentação contábil para a confirmação da apreensão em guarda fiscal no sistema próprio de controle de mercadorias apreendidas - SIEF/CTMA.

Art. 18 Ao GFOR compete o suporte à administração orçamentária, financeira e contábil da Unidade, nos termos do Anexo XIII do Regimento Interno da RFB.

Art. 19 Ao GLIC compete o suporte a licitações, programação para aquisição de bens e contratação de serviços, publicidade aos contratos, avisos e demais atos licitatórios, dispensa e inexigibilidade de licitação, nos termos do Anexo XIII do Regimento Interno da RFB.

Art. 20 Ao GLOG compete o suporte ao controle e fiscalização do cumprimento das tarefas desempenhadas por terceirizados, manutenção e conserto das instalações prediais e viaturas e demais tarefas da área de logística, nos termos do Anexo XIII do Regimento Interno da RFB.

Art. 21 Ao GPAT compete o suporte à administração e controle dos materiais de consumo, o registro e controle dos materiais permanentes e demais tarefas do controle patrimonial, nos termos do Anexo III do Regimento Interno da RFB.

Art. 22 À SATEC compete gerir e executar as atividades relativas à governança de TI, no âmbito da Alfândega.

Art. 23 Ao CAC compete gerir e executar as atividades de atendimento e orientação ao cidadão, presencial e remoto e ainda:

I - subsidiar o administrador aeroportuário, por meio de pesquisas nos sistemas informatizados da RFB e análise documental, no processo de cadastramento de acesso dos intervenientes em operação de comércio exterior nas áreas restritas do recinto alfandegado;

II - proceder à confirmação dos dados cadastrais inseridos pelos despachantes aduaneiros e ajudantes de despachantes aduaneiros no Cadastro Aduaneiro Informatizado de Intervenientes no Comércio Exterior (sistema CAD-ADUANA), na hipótese prevista no inciso I do § 2º do art. 3º do Ato Declaratório Executivo Coana nº 16, de 8 de junho de 2012;

III - prestar informações ao contribuinte, excetuando-se as que envolverem interpretação de legislação;

IV - analisar e efetuar o credenciamento de interveniente e representante para a prática das atividades relacionadas com o despacho aduaneiro no Siscomex previsto no art. 14º da Portaria Coana nº 72, de 29 de Outubro de 2020;

V - visar o armazenamento de cargas já avalizadas pelo transportador;

VI - apreciar pleito de apropriação de DSIC e correção do armazenamento de carga;

VII - realizar o tratamento de indisponibilidades no MANTRA;

VIII - apreciar pleito de correção de erros de digitação no MANTRA em relação aos conhecimentos de carga aérea.

Art. 24 À EGP compete:

I - executar as atividades relativas aos processos de trabalho relacionados à gestão de pessoas previstos no Anexo XIV da Portaria RFB nº 925/2018;

II - encaminhar à SRRF/8ª RF as informações relativas ao controle de funcionários do SERPRO à disposição do Ministério da Economia nesta Unidade;

III - encaminhar à Superintendência Regional de Administração do Ministério da Economia no Estado de São Paulo (SRA/SP) as informações necessárias ao Serviço Médico;

IV - Prestar suporte à DIGEP08.

Art. 25 À EAUT compete:

I - lavrar os autos de infração e termos correlatos relativos aos lançamentos de créditos tributários, multas, perdimento de mercadorias e moedas e aplicação de sanções administrativas das diversas equipes da Alfândega, indicados pelo Gabinete, procedendo as análises ou ações prévias, quando necessário;

Art. 26 À EVC compete realizar a verificação de cargas no Pré-Despacho, Trânsito Aduaneiro, Despacho e Abandono na área do Terminal de Cargas - TECA e de Produtos Perigosos - DG do Aeroporto, além de prestar atendimento aos intervenientes e apoio à fiscalização aduaneira da DIDAD, SAFIA, SACIT e EAUT, definidos pelo Gabinete.

Art. 27 À EMAB compete:

I - realizar o controle e a triagem das mercadorias em situação de abandono, exceto as atribuídas à EVC, procedimento preparatório ao Auto de abandono de cargas e bagagens da EAUT;

II - formalizar abandono de cargas e bagagens, nos termos e condições do Decreto-Lei nº 1.455, de 1976, no âmbito de suas atribuições;

III - realizar o cadastro e movimentação contábil para a confirmação da apreensão em guarda fiscal no sistema próprio de controle de mercadorias apreendidas - SIEF/CTMA; e

IV - Reduzir a Termo para encaminhamento a EAUT, a ocorrência de que trata o parágrafo 3º do Art. 700 de Decreto 6.759, de 2009, no âmbito de suas competências.

Art. 28 À EDESP, ERAE, EDAD e ELOF compete apreciar e decidir sobre pedido de início ou retomada do despacho de importação de mercadorias em situação de abandono, no âmbito de suas atribuições, tornando insubsistente eventual Auto de Infração de Perdimento, quando autorizado.

Art. 29 A DIBAG, DIDAD, SERAD, SEATA, SAFIA, SACIT, SAVIG, SAPOL, SATEC, CAC, EGP, EAUT, EVC e EMAB são vinculadas diretamente ao Gabinete do Delegado.

Art. 30 Aos chefes de Divisões, Serviços, Seções, Equipes e Grupos compete:

I - requisitar, devolver e encaminhar processos a outras unidades administrativas do Ministério da Economia;

II - requisitar processos ou documentos arquivados;

III - expedir intimações, inclusive por edital;

IV - definir rotinas de trabalho no âmbito de suas competências e zelar pela manutenção e atualização dos respectivos manuais de procedimentos;

V - autorizar a baixa de Termos de Responsabilidade;

VI - decidir quanto à oportunidade e conveniência de solicitação de assistência técnica, bem como designar a instituição ou o perito encarregado de sua execução;

VII - decidir quanto à conveniência da realização de testes, ensaios e análises laboratoriais ou de propriedade industrial ou intelectual;

VIII - separar e encaminhar os documentos que devam ser expurgados, de acordo com o prazo de temporalidade previsto pela legislação vigente;

IX - autorizar o acesso de pessoas e equipamentos às áreas restritas do aeroporto, no caso de necessidade de serviço nos locais de trabalho de sua equipe ou grupo.

Art. 31 Aos Chefes de Divisão, Serviço, Seção e EAUT compete encaminhar o processo de exigência de crédito tributário à DRF de jurisdição do contribuinte, após a ciência do autuado.

Art. 32 Aos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil, no âmbito das atribuições de sua alocação e respeitadas as normas vigentes, competem:

I - expedir intimações, exclusivamente, para fins de instrução de procedimentos administrativos sob sua responsabilidade;

II - promover, quando da lavratura de Auto de Infração para constituição de crédito tributário ou proposição de aplicação da pena de perdimento, a ciência do autuado ou seu representante;

III - encaminhar o processo com proposta de aplicação da pena de perdimento ao SEATA, após a instauração da fase litigiosa.

Art. 33 Aos servidores em geral, no âmbito das atribuições de sua alocação e respeitadas as normas vigentes, compete:

I - proceder ao desarquivamento no sistema e-Processo;

II - autorizar a juntada de processos por anexação ou por apensação, bem como a sua desapensação ou desanexação no sistema e-Processo.

Art. 34 Ficam revogadas:

I - a Portaria ALF/GRU nº 203, de 28 de dezembro de 2017;

II - a Portaria ALF/GRU nº 59, de 02 de fevereiro de 2018;

III - a Portaria ALF/GRU nº 111, de 04 de abril de 2018;

IV - a Portaria ALF/GRU nº 149, de 15 de maio de 2018;

V - a Portaria ALF/GRU nº 213, de 17 de setembro de 2018;

VI - a Portaria ALF/GRU nº 91, de 07 de agosto de 2019;

VII - a Portaria ALF/GRU nº 120, de 12 de setembro de 2019;

VIII - a Portaria ALF/GRU nº 132, de 02 de outubro de 2019;

IX - a Portaria ALF/GRU nº 161, de 12 de dezembro de 2019;

X - a Portaria ALF/GRU nº 13, de 29 de janeiro de 2020;

XI - a Portaria ALF/GRU nº 22, de 13 de fevereiro de 2020; e

XII - a Portaria ALF/GRU nº 51, de 11 de maio de 2020;

Art. 35. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação no Diário Oficial da União.

ANDRÉ LUIZ GONÇALVES MARTINS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CASCAVEL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 19 DE JANEIRO DE 2021

Declara ANULADA Certidão Positiva Com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CASCAVEL- PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 360 e 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284 de 27 de julho de 2020, publicado no D.O.U. de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no art. 15 da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º: Declarar ANULADA a Certidão Positiva Com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, código de controle DBEC.56BD.0007.8016, emitida indevidamente em 19 de janeiro de 2021, em favor de TATSUO MATSUOKA, CPF 113.203.709-34.

Art. 2º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU), com efeito retroativo a 19 de janeiro de 2021.

FILISBERTO LUIS MIOTO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 19 DE JANEIRO DE 2021

Designa representante de pessoa jurídica, em face da complexidade técnica de efetuar a alteração no sistema relativo ao Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 10ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI do art. 359 e o inciso I do art. 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, o art. 5º da Portaria RFB nº 1.098, de 8 de agosto de 2013, e o disposto na Nota Cocad/Cocat/Dicaj nº 09, de 15 de janeiro de 2021, declara:

Art. 1º Fica designado o Sr. Francisco de Paula Figueiredo, CPF nº 167.342.460-00, como representante, perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), das filiais da GAMP - GRUPO DE APOIO À MEDICINA PREVENTIVA E À SAÚDE PUBLICA, inscritas no CNPJ sob o nº 09.549.061/0002-68 e o nº 09.549.061/0003-49.

§ 1º A designação de que trata o caput decorre da:

I - decisão proferida em 28 de agosto de 2020 no agravo de instrumento nº 5040956-23.2020.4.04.0000/RS, com trâmite na Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que determinou ao Superintendente a obrigação de "efetivar a atualização do cadastro, incluindo o administrador nomeado em virtude da decisão judicial como representante da autora perante o CNPJ, nos limites e enquanto pendente a intervenção judicial";

II - decisão proferida em 7 de dezembro de 2018 na ação civil pública nº 1.18.0021073-1, com trâmite na 4ª Vara Cível da Comarca de Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul, que determinou o afastamento "de todos os dirigentes do GAMP da gestão das unidades de saúde de Canoas compreendidas nos termos de fomento nº 01/2016 e 02/2016" e "que o Município de Canoas/RS assuma, imediatamente, a gestão das unidades de saúde de Canoas compreendidas nos Termos de Fomento ns. 01/2016 e 02/2016, pelo prazo de 180 dias", prazo que vem sendo, sucessivamente, prorrogado; e

III - designação do Sr. Francisco de Paula Figueiredo, CPF nº 167.342.460-00, pelo Decreto nº 367, de 11 de dezembro de 2018, do Município de Canoas no Estado do Rio Grande do Sul, "com plenos poderes de direção e administração, para a prática de todos os atos de gestão necessários ao perfeito desempenho dos Termos de Fomento nº 1 e nº 2, de 2016", pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, que vem sendo, sucessivamente, prorrogado.

§ 2º A designação de que trata o caput fica restrita ao período em que for mantida nos termos do § 1º.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, com efeitos retroativos a 11 de dezembro de 2018.

LUIZ BERNARDI

SUBSECRETARIA-GERAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO
COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

RETIFICAÇÃO

Na Solução de Consulta de 06/01/2021, publicada no DOU de 20/01/2021, Seção 1, página 50.

Onde se lê: "SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO. "

Leia-se: "SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO. "

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA SUFRAMA Nº 37, DE 19 DE JANEIRO DE 2021

Aprova o projeto industrial de AMPLIAÇÃO da empresa CAL-COMP INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS E INFORMÁTICA LTDA.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 204, de 06 de agosto de 2019, do Conselho de Administração da SUFRAMA, em seu Art. 9º, inciso III; os termos da Parecer Técnico do Projeto nº 4/2021 - COAPA/CGPRI/SPR, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA; e o que consta no processo SEI-SUFRAMA nº 52710.011191/2020-84, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto industrial de AMPLIAÇÃO da empresa CAL-COMP INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS E INFORMÁTICA LTDA. (CNPJ: 07.200.194/0003-80 e Inscrição SUFRAMA: 20.0117.94-7), na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto nº 4/2021 - COAPA/CGPRI/SPR, para produção de PLACA DE CIRCUITO IMPRESSO MONTADA (DE USO EM INFORMÁTICA), código SUFRAMA 0361, recebendo os benefícios fiscais previstos nos parágrafos 1º e 2º do Art. 2º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislações posteriores.

Art. 2º Definir que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação do produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, seja obtida mediante a aplicação da fórmula do § 1º do Art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, conforme dita o § 1º do Art. 2º da Lei nº 8.387/91.

Art. 3º Estabelecer para o produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, os seguintes limites anuais de importação de insumos:

Discriminação	Valor em US$ 1.00
1º ANO	2º ANO
3º ANO	PLACA DE CIRCUITO IMPRESSO MONTADA (DE USO EM INFORMÁTICA)
85,314,680	93,846,148

Art. 4º DETERMINAR sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento, quando da fabricação do produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, do Processo Produtivo Básico definido pela Portaria Interministerial ME/MCTIC nº 27, de 4 de junho de 2020;

II - o investimento anual em atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) no percentual mínimo exigido pelo § 3º do Art. 2º da Lei 8.387, de 30 de dezembro de 1991, sobre o faturamento bruto, deduzidos os tributos incidentes e demais reduções pertinentes previstas na lei, do produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, cuja comercialização seja decorrente do mercado interno;

III - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio Ambiente, conforme disciplina a Legislação nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal;

IV - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

V - o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 204, de 06 de agosto de 2019, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALGACIR ANTÔNIO POLSIN

PORTARIA SUFRAMA Nº 38, DE 19 DE JANEIRO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso das atribuições legais, considerando o disposto no Art. 11 da Resolução nº 204, de 06 de agosto de 2019 e os termos do Parecer Técnico nº 12/2021-COAPI/CGAPI/SPR, constante no processo nº 52710.012753/2020-15, resolve:

Art. 1º Autorizar o adicional de cota de importação de insumos no valor de US$ 1,440,000.00 (um milhão quatrocentos e quarenta mil dólares norte-americano) para o produto RESINA TERMOPLÁSTICA EXTRUDADA (APRESENTADA NA FORMA DE GRÂNULOS), Código Suframa - 1306, aprovado pela Portaria nº 0285, de 07/04/2020 (DOU de 13/94/2020), em nome da empresa GREEN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA., com Inscrição SUFRAMA nº 20.0151.94-0 e CNPJ nº 30.483.463/0001-12.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALGACIR ANTÔNIO POLSIN

PORTARIA SUFRAMA Nº 40, DE 19 DE JANEIRO DE 2021

Aprova o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa FOXCONN MOEBG INDÚSTRIA DE ELETRÔNICOS LTDA.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 204, de 06 de agosto de 2019, do Conselho de Administração da SUFRAMA, em seu Art. 9º, inciso II; os termos da Parecer Técnico do Projeto nº 6/2021 - COAPA/CGPRI/SPR, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA; e o que consta no processo SEI-SUFRAMA nº 52710.011662/2020-54, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa FOXCONN MOEBG INDÚSTRIA DE ELETRÔNICOS LTDA. (CNPJ: 08.986.284/0001-49 e Inscrição SUFRAMA: 20.0111.64-7), na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto nº 6/2021 - COAPA/CGPRI/SPR, para produção de UNIDADE DIGITAL DE PROCESSAMENTO MONTADA EM UM MESMO CORPO OU GABINETE DO TIPO SERVIDOR, código SUFRAMA 2077, recebendo os benefícios fiscais previstos nos parágrafos 1º e 2º do Art. 2º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislações posteriores.

Art. 2º Definir que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação do produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, seja obtida mediante a aplicação da fórmula do § 1º do Art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, conforme dita o § 1º do Art. 2º da Lei nº 8.387/91.

Art. 3º Estabelecer para o produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, os seguintes limites anuais de importação de insumos:

Discriminação	Valor em US$ 1.00
1º ANO	2º ANO
3º ANO	UNIDADE DIGITAL DE PROCESSAMENTO MONTADA EM UM MESMO CORPO OU GABINETE DO TIPO SERVIDOR
20,310,547	22,076,155

Art. 4º Determinar sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento, quando da fabricação do produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, do Processo Produtivo Básico definido pela Portaria Interministerial SEPEC/ME/MCTIC nº 21, de 26 de junho de 2019

II - o investimento anual em atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) no percentual mínimo exigido pelo § 3º do Art. 2º da Lei 8.387, de 30 de dezembro de 1991, sobre o faturamento bruto, deduzidos os tributos incidentes e demais reduções pertinentes previstas na lei, do produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, cuja comercialização seja decorrente do mercado interno;

III - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio Ambiente, conforme disciplina a Legislação nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal;

IV - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

V - o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 204, de 06 de agosto de 2019, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALGACIR ANTÔNIO POLSIN

PORTARIA SUFRAMA Nº 41, DE 19 DE JANEIRO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso das atribuições legais, considerando o disposto no Art. 11 da Resolução nº 204, de 06/08/2019 e os termos do Parecer Técnico nº 14/2021-COAPI/CGAPI/SPR, constante no processo nº 52710.000158/2021-18, resolve:

Art. 1º Autorizar o adicional de cotas de importação de insumos no valor de US$ 1,505,883.26 (Um milhão, quinhentos e cinco mil, oitocentos e oitenta e três dólares norte-americano e vinte e seis centavos) para o produto AUTO RÁDIO - Código Suframa 0099, aprovado pela Resolução nº 0322, de 17/12/2008, em nome da empresa PST - INDÚSTRIA ELETRÔNICA DA AMAZÔNIA LTDA., com inscrição Suframa nº 200149172 e CNPJ nº 84.496.066/0001-04.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor da data de sua publicação.

ALGACIR ANTÔNIO POLSIN

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 21, DE 19 DE JANEIRO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, em observância à disciplina do art. 37 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e do art. 3º do Decreto nº 7.232, de 19 de julho de 2010, e considerando o disposto na Portaria nº 79, de 28 de fevereiro de 2002, do então Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, resolve:

Art. 1º Remanejar, das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES para o Ministério da Educação - MEC, os cargos e seus respectivos códigos de vaga, constantes do Anexo I a esta Portaria.

Art. 2º Redistribuir, do MEC para as IFES, os cargos e os códigos de vaga a eles referentes, constantes do Anexo II a esta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 1º de fevereiro de 2021.

MILTON RIBEIRO

ANEXO I

DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR PARA O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC

DESTINO	CARGO	NOME DO CARGO	CLASSE	QTDE	VAGA
26279 UFPI	701026	Economista	E	1	721583
26279 UFPI	701086	Engenheiro Agrônomo	E	1	721440
26279 UFPI	701032	Engenheiro de Segurança do Trabalho	E	1	332353
26279 UFPI	701047	Médico/área	E	1	721572
26279 UFPI	701048	Médico Veterinário	E	1	987174
26279 UFPI Total				5	
26241 UFPR	701031	Engenheiro/área	E	1	297969
26241 UFPR	701029	Enfermeiro/área	E	4	676978; 676977 676854; 716739
26241 UFPR	701087	Farmacêutico	E	1	679484
26241 UFPR	701038	Fisioterapeuta	E	1	677014
26241 UFPR	701047	Médico/área	E	4	265823; 676427 731025; 266394
26241 UFPR	701072	Relações Públicas	E	1	984893
26241 UFPR	701233	Técnico em Enfermagem	D	3	679669; 773947; 716935
26241 UFPR	701238	Técnico em Farmácia	D	1	309934
26241 UFPR	701244	Técnico de Laboratório/área	D	1	101922
26241 UFPR Total				17	
26237 UFJF	701076	Secretário Executivo	E	2	0678903; 0677791
26237 UFJF	701233	Técnico em Enfermagem	D	4	0679476; 0679064 0678213; 678208
26237 UFJF	701233	Técnico em Enfermagem	D	2	679388; 679456
26237 UFJF Total				8	
26234 UFES	701029	Enfermeiro/área	E	1	745836
26234 UFES	701087	Farmacêutico	E	2	228526; 228567
26234 UFES	701047	Médico/área	E	4	228851; 710887 228401; 229153
26234 UFES	701233	Técnico em Enfermagem	D	3	745797; 229031; 745754
26234 UFES Total				10	
26274 UFU	701029	Enfermeiro/área	E	1	320267
26274 UFU	701047	Médico/área	E	2	708691; 708693
26274 UFU	701221	Técnico em Audiovisual	D	1	969813
26274 UFU	701246	Técnico em Metalurgia	D	1	671792
26274 UFU Total				5	
26236 UFF	701224	Técnico em Contabilidade	D	1	871105
26236 UFF Total				1	
26350 UFGD	701233	Técnico em Enfermagem	D	4	748380; 774280 280743; 340451
26350 UFGD Total				4	
26235 UFG	701233	Técnico em Enfermagem	D	2	693661; 230468
26235 UFG	701255	Técnico em Prótese Dentária	D	1	232056
26235 UFG	701220	Técnico em Anatomia e Necropsia	D	1	232004
26235 UFG	701231	Técnico em Eletromecânica	D	2	755298; 259570
26235 UFG	701230	Técnico em Eletrotécnica	D	1	295684
26235 UFG	701216	Técnico em Arquivo	D	1	231188
26235 UFG	701272	Técnico em Eletricidade	D	1	229622
26235 UFG	701266	Tradutor e Intérprete de Linguagem Sinais	D	1	972701
26235 UFG	701217	Técnico em Artes Gráficas	D	2	231561; 231489
26235 UFG	701006	Assistente Social	E	2	229775; 230841
26235 UFG	701029	Enfermeiro/área	E	1	769495
26235 UFG	701064	Odontólogo	E	1	693422
26235 UFG	701081	Tecnólogo-Formação	E	2	0986975; 0986976
26235 UFG Total				18	
26282 UFV	701081	Tecnólogo-Formação	E	2	0337692; 0986237
26282 UFV Total				2	
26235 UFG/UFCAT	701266	Tradutor e Intérprete de Linguagem Sinais	D	1	972306
26235 UFG/UFCAT Total				1	
26232 UFBA	701201	Assistente de Direção e Produção	D	1	217850
26232 UFBA	701830	Técnico em Eletrônica	D	1	216125
26232 UFBA	701239	Técnico em Geologia	D	1	218323
26232 UFBA	701250	Técnico em Móveis e Esquadrias	D	1	231540
26232 UFBA	701256	Técnico em Química	D	2	218753; 220374
26232 UFBA	701257	Técnico em Radiologia	D	1	613325
26232 UFBA	701262	Técnico em Segurança do Trabalho	D	1	971794
26232 UFBA	701211	Revisor de Textos Braille	D	1	965013
26232 UFBA	701029	Enfermeiro/área	E	2	613756; 217102
26232 UFBA	701038	Fisioterapeuta	E	1	613806
26232 UFBA	701045	Jornalista	E	1	231536
26232 UFBA	701055	Nutricionista/habilitação	E	1	982718
26232 UFBA Total				14	
26262 UNIFESP	701047	Médico/área	E	2	0672569; 0675686
26262 UNIFESP	701208	Mestre de Edificações e Infraestrutura	D	1	0675956
26262 UNIFESP	701245	Técnico em Mecânica	D	1	0675265
26262 UNIFESP Total				4	
26252 UFCG	701220	Técnico em Anatomia e Necropsia	D	1	0256806
26252 UFCG	701223	Técnico em Cinematografia	D	1	0256780
26252 UFCG	701247	Técnico em Meteorologia	D	1	0259083
26252 UFCG	701029	Enfermeiro/área	E	1	0478609
26252 UFCG	701034	Farmacêutico/Habilitação	E	1	0239766
26252 UFCG	701047	Médico/área	E	2	0604924; 0604874
26252 UFCG Total				7	
26231 UFAL	701006	Assistente Social	E	1	0713426
26231 UFAL	701010	Bibliotecário-Documentalista	E	1	0875326
26231 UFAL	701088	Farmacêutico Bioquímico	E	1	0632249
26231 UFAL	701275	Técnico em Secretariado	D	1	0205897
26231 UFAL Total				4	
26278 UFPEL	701247	Técnico em Meteorologia	D	1	326634
26278 UFPEL	701029	Enfermeiro/área	E	1	319267
26278 UFPEL	701047	Médico/área	E	4	330624; 330677 330703; 330734

26278 UFPEL Total				6	
26246 UFSC	701047	Médico/área	E	4	689703; 691131 690605; 691489
26246 UFSC	701047	Médico/área	E	4	692012; 691665 139309; 687533
26246 UFSC	701047	Médico/área	E	4	689218; 691803 692303; 692224
26246 UFSC	701047	Médico/área	E	4	692351; 687529 691164; 692363
26246 UFSC	701047	Médico/área	E	3	641931; 690153; 744613
26246 UFSC	701029	Enfermeiro/área	E	1	689989
26246 UFSC	701233	Técnico em Enfermagem	D	4	692122; 690207; 691741; 691904
26246 UFSC Total				24	
26276 UFMT	701029	Enfermeiro/área	E	3	709671; 748436; 748450
26276 UFMT	701040	Geógrafo	E	1	325922
26276 UFMT	701047	Médico/área	E	1	747892
26276 UFMT	701233	Técnico em Enfermagem	D	4	774585; 236838 243655; 237269
26276 UFMT	701223	Técnico em Cinematografia	D	1	257382
26276 UFMT	701257	Técnico em Radiologia	D	1	326488
26276 UFMT Total				11	

ANEXO II

DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO PARA AS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - IFES

DESTINO	CARGO	NOME DO CARGO	CLASSE	QTDE	VAGA
26279 UFPI	701001	Administrador	E	1	0337798
26279 UFPI	701058	Pedagogo/área	E	1	0602867
26279 UFPI	701058	Pedagogo/área	E	1	0895482
26279 UFPI	701058	Pedagogo/área	E	1	0983191
26279 UFPI	701079	Técnico em Assuntos Educacionais	E	1	0255509
26279 UFPI Total				5	
26238 UFMG	701224	Técnico em Contabilidade	D	2	902779; 902780
26238 UFMG Total				2	
26241 UFPR	701001	Administrador	E	7	0975151 a 0975157
26241 UFPR	701062	Analista de Tecnologia da Informação	E	2	0976149; 0976150
26241 UFPR	701006	Assistente Social	E	1	0301404
26241 UFPR	701086	Engenheiro Agrônomo	E	1	0297984
26241 UFPR	701204	Desenhista de Artes Gráficas	D	1	0247415
26241 UFPR	701226	Técnico de Tecnologia da Informação	D	4	0967643 a 0967646
26241 UFPR	701224	Técnico em Contabilidade	D	1	0902781
26241 UFPR Total				17	
26237 UFJF	701001	Administrador	E	2	0975159; 0975160
26237 UFJF	701226	Técnico de Tecnologia da Informação	D	3	0967647 a 0967649
26237 UFJF	701238	Técnico em Farmácia	D	1	0234600
26237 UFJF	701224	Técnico em Contabilidade	D	2	0902782; 0902783
26237 UFJF Total				8	
26234 UFES	701001	Administrador	E	2	0862024; 0975158
26234 UFES	701006	Assistente Social	E	1	0308425
26234 UFES	701026	Economista	E	1	0208858
26234 UFES	701031	Engenheiro/área	E	1	0811368
26234 UFES	701058	Pedagogo/área	E	1	0983338
26234 UFES	701079	Técnico em Assuntos Educacionais	E	1	0015540
26234 UFES	701226	Técnico de Tecnologia da Informação	D	1	0967650
26234 UFES	701224	Técnico em Contabilidade	D	2	0902784; 0902785
26234 UFES Total				10	
26274 UFU	701055	Nutricionista/habilitação	E	1	0696588
26274 UFU	701224	Técnico em Contabilidade	D	1	0902786
26274 UFU Total				2	
26236 UFF	701244	Técnico de Laboratório/área	D	1	0329346
26236 UFF Total				1	
26253 UFRA	701224	Técnico em Contabilidade	D	2	0902787; 0902788
26253 UFRA Total				2	
26350 UFGD	701226	Técnico de Tecnologia da Informação	D	2	0967651; 0967652
26350 UFGD	701224	Técnico em Contabilidade	D	2	0902789; 0902790
26350 UFGD Total				4	
26271 UNB	701079	Técnico em Assuntos Educacionais	E	2	0015565; 0256275
26271 UNB Total				2	
26235 UFG	701004	Arquiteto e Urbanista	E	1	0272591
26235 UFG	701011	Biólogo	E	1	0239437
26235 UFG	701081	Tecnólogo-Formação	E	2	0337692; 0986237
26235 UFG	701081	Tecnólogo-Formação	E	1	0986919
26235 UFG	701204	Desenhista de Artes Gráficas	D	2	0254681; 0258424
26235 UFG	701244	Técnico de Laboratório/área	D	1	0745782
26235 UFG	701224	Técnico em Contabilidade	D	3	0902791 a 0902793
26235 UFG	701226	Técnico de Tecnologia da Informação	D	4	0967653 a 0967656
26235 UFG	701238	Técnico em Farmácia	D	2	0716961; 0716964
26235 UFG Total				17	
26282 UFV	701001	Administrador	E	2	0257275; 0296867
26282 UFV Total				2	
26235 UFG/UFCAT	701224	Técnico em Contabilidade	D	1	0902794
26235 UFG/UFCAT Total				1	
26243 UFRN	701226	Técnico de Tecnologia da Informação	D	2	0967657; 0904342
26243 UFRN	701244	Técnico de Laboratório/área	D	1	0902996
26243 UFRN Total				3	
26232 UFBA	701224	Técnico em Contabilidade	D	3	0902795 a 0902797
26232 UFBA	701226	Técnico de Tecnologia da Informação	D	7	0967658 a 0967664
26232 UFBA	701001	Administrador	E	1	0875107
26232 UFBA	701039	Fonoaudiólogo	E	1	0982098
26232 UFBA	701047	Médico/área	E	1	0106583
26232 UFBA	701048	Médico Veterinário	E	1	0987280
26232 UFBA	701058	Pedagogo/área	E	1	0983393
26232 UFBA Total				15	
26262 UNIFESP	701012	Biomédico	E	2	0673693; 0675206
26262 UNIFESP	701226	Técnico de Tecnologia da Informação	D	2	0967665; 0967666
26262 UNIFESP Total				4	
26252 UFCG	701224	Técnico em Contabilidade	D	1	0902798
26252 UFCG	701226	Técnico de Tecnologia da Informação	D	1	0967667
26252 UFCG	701244	Técnico de Laboratório/área	D	1	101922
26252 UFCG	701001	Administrador	E	1	0975161
26252 UFCG	701009	Auditor	E	1	0321013
26252 UFCG	701087	Farmacêutico	E	1	0219419

26252 UFCG	701058	Pedagogo/área	E	1	0983394
26252 UFCG	701076	Secretário Executivo	E	1	0217888
26252 UFCG Total				8	
26231 UFAL	701001	Administrador	E	1	0975162
26231 UFAL	701087	Farmacêutico	E	1	0696407
26231 UFAL	701226	Técnico de Tecnologia da Informação	D	1	0967668
26231 UFAL Total				3	
26278 UFPEL	701001	Administrador	E	1	0975163
26278 UFPEL	701086	Engenheiro Agrônomo	E	1	0298002
26278 UFPEL	701032	Engenheiro de Segurança do Trabalho	E	1	0981260
26278 UFPEL	701034	Farmacêutico/Habilitação	E	1	0324700
26278 UFPEL	701079	Técnico em Assuntos Educacionais	E	1	0017831
26278 UFPEL Total				5	
26246 UFSC	701001	Administrador	E	4	0975164 a 0975167
26246 UFSC	701062	Analista de Tecnologia da Informação	E	2	0976151; 0976152
26246 UFSC	701006	Assistente Social	E	2	0330012; 0480294
26246 UFSC	701006	Assistente Social	E	1	0698354
26246 UFSC	701009	Auditor	E	2	0862598; 0978761
26246 UFSC	701010	Bibliotecário-Documentalista	E	3	0979338 a 0979340
26246 UFSC	701087	Farmacêutico	E	1	0696410
26246 UFSC	701039	Fonoaudiólogo	E	1	0982099
26246 UFSC	701046	Matemático	E	1	0202481
26246 UFSC	701058	Pedagogo/área	E	2	0983395; 0983396
26246 UFSC	701079	Técnico em Assuntos Educacionais	E	1	0017963
26246 UFSC	701226	Técnico de Tecnologia da Informação	D	4	0967669 a 0967671; 0967677
26246 UFSC Total				24	
26276 UFMT	701001	Administrador	E	2	0975168; 0975169
26276 UFMT	701079	Técnico em Assuntos Educacionais	E	2	0018288; 0236963
26276 UFMT	701224	Técnico em Contabilidade	D	1	0902799
26276 UFMT	701226	Técnico de Tecnologia da Informação	D	5	0967672 a 0967676
26276 UFMT Total				10	

PORTARIA Nº 23, DE 19 DE JANEIRO DE 2021

Define as ações e metas do exercício de 2020/2021 relativas a programas, projetos e atividades prioritárias para a avaliação de desempenho institucional do Ministério da Educação.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no § 5º do art. 7º-A da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, alterada pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, em conformidade com o § 5º do art. 22 da Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010, e com o art. 8º da Lei nº 12.094, de 19 de novembro de 2009, em observância ao contido no Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, e no Decreto nº 8.435, de 22 de abril de 2015, e considerando o disposto na Portaria MEC nº 1.118, de 7 de junho de 2019, resolve:

Art. 1º Definir as ações e metas do exercício de 2020/2021 relativas a programas, projetos e atividades prioritárias para a avaliação de desempenho institucional do Ministério da Educação - MEC, referente ao ciclo avaliativo de 1º de novembro de 2020 a 31 de outubro de 2021, da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE, da Gratificação de Desempenho de Atividades de Cargos Específicos - GDACE e da Gratificação de Desempenho de Atividade em Políticas Sociais - GDAPS, na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º No ciclo de avaliação de desempenho referente a 2020/2021, aplicar-se-ão, como referencial, as metas de desempenho institucional constantes do Anexo, para fins de pagamento da GDPGPE, da GDACE e da GDAPS.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor no dia 1º de fevereiro de 2021.

MILTON RIBEIRO

ANEXO

METAS INSTITUCIONAIS GLOBAIS

AÇÕES GLOBAIS	DESCRIÇÃO	NOME DO INDICADOR	META ESTABELECIDA	PERIODICIDADE DE MENSURAÇÃO
Manifestar-se sobre questões educacionais	Emitir parecer e resposta administrativa sobre assuntos da área educacional	Elaboração, revisão ou atualização de parecer e resposta administrativa	Elaborar, revisar ou atualizar novecentos pareceres e respostas administrativas	Anual
Apoiar os entes federados a implementarem programas e ações decorrentes da Política Nacional de Alfabetização - PNA	Os programas e ações decorrentes da PNA visam melhorar o processo de alfabetização e tornar a aprendizagem mais eficaz. Para tanto, a Sealf apoiará os entes federados a aderirem aos programas, bem como disponibilizará materiais de apoio e de orientação, formações e outros recursos materiais e financeiros eventualmente necessários	Ente federado apoiado por meio de ações do Programa Tempo de Aprender	Oitenta por cento dos entes federados apoiados com o Programa Tempo de Aprender	Anual
		Ente federado apoiado por meio de ações do Programa Conta pra Mim	Vinte por cento dos entes federados apoiados com o Programa Conta pra Mim	Anual
Realizar articulações com órgãos, entidades e sistemas de ensino, no que se refere ao tema da alfabetização	As articulações serão realizadas por meio de reuniões e/ou visitas técnicas	Número de reuniões e/ou visitas técnicas	Oitenta reuniões e/ou visitas técnicas	Anual
Implementar iniciativas que promovam políticas vinculadas às modalidades especializadas de educação, para viabilizar a qualidade da educação básica, em uma perspectiva inclusiva, equitativa e ao longo da vida	Promover ações destinadas a viabilizar a qualidade da educação nas modalidades especializadas de educação, com apoio técnico e financeiro a: projetos que contemplem o acompanhamento da frequência escolar; formação docente; garantia de acesso, permanência e conclusão da educação básica	Ações de apoio desenvolvidas	Nove ações	Anual
Regulação e supervisão de cursos de graduação e instituições públicas e privadas de educação superior	Expressa as ações de regulação e supervisão indutoras de qualidade de cursos e instituições de educação superior	Quantitativo de processos concluídos/arquivados no ciclo	Três mil e novecentos processos	Anual
Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social - CEBAS	Expressa as ações de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Educação - CEBAS-Educação	Quantitativo de processos finalizados no ciclo	Oitocentos e cinquenta processos	Anual
Proporcionar condições para a oferta de vagas no ensino superior	Desenvolver ações no sentido de proporcionar condições para a oferta de vagas pelas instituições federais, por meio de programas como, entre outros, o Sistema de Seleção Unificada - Sisu e o Programa Universidade para Todos - Prouni, no que se refere à adesão de instituições privadas	Percentual de demandas atendidas, visando proporcionar condições para a oferta de vagas no ensino superior	Atendimento de cem por cento das demandas	Anual
Fomentar o desenvolvimento, aperfeiçoamento e a modernização do sistema federal de ensino superior	Reconhecendo o papel estratégico da universidade como um instrumento de transformação social, desenvolvimento sustentável e inserção do País no cenário internacional, a expansão da rede federal de ensino busca ampliar o acesso e a permanência na educação superior, por meio de apoio técnico e financeiro às universidades, promovendo também a educação superior gratuita a distância, proporcionando condições de ampliação dessa modalidade de educação, capacitando professores e técnicos para o melhor atendimento a sociedade	Número de instituições apoiadas por meio de técnico/financeiro visando fomentar o desenvolvimento do sistema federal de ensino superior	Vinte instituições do sistema federal de ensino superior apoiadas	Anual
Expandir e qualificar a oferta de matrículas em cursos de educação profissional e tecnológica nas redes públicas e privada	Expandir e qualificar a oferta de matrículas de educação profissional e tecnológica, por intermédio da atuação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do fomento a programas e projetos destinados à oferta de matrículas em cursos educação profissional técnica de nível médio e de qualificação profissional nas redes públicas e privadas	Número de matrículas ofertadas	Oitocentos e quarenta mil matrículas ofertadas	Anual
Apoiar o educando, a escola e os entes federados, com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, observado o regime de colaboração com os entes federados	A política de educação básica visa assegurar o direito das crianças e adolescentes de 0 a 17 anos ao acesso a uma educação de qualidade, oferecendo subsídios para o desenvolvimento e aprimoramento de práticas educativas que promovam a qualidade da educação infantil, fundamental e ensino médio; propiciando condições para a melhoria do atendimento em instituições públicas de educação básica, por meio de apoio técnico e financeiro às redes públicas municipais e estaduais de educação	Percentual de redes de ensino apoiadas	Oitenta por cento das redes de ensino apoiadas	Anual

PORTARIA Nº 24, DE 19 DE JANEIRO DE 2021

Dispõe sobre o Sistema Nacional de Reconhecimento e Certificação de Saberes e Competências Profissionais - Re-Saber, no âmbito do Ministério da Educação.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, e considerando o disposto no art. 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, bem como no § 2º do art. 2º da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, no § 1º do art. 20 da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, no Parecer CNE/CEB nº 40, 8 de dezembro de 2004, no Parecer CNE/CP nº 17, de 19 de maio de 2020, na Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021, e no art. 16, inciso II do Anexo I do Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, conforme consta do Processo nº 23000.017218/2013-21, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Regulamentar o processo educacional formal de avaliação, reconhecimento e certificação de saberes que desenvolvem competências profissionais - Certificação Profissional, para fins de exercício profissional, bem como para o prosseguimento ou conclusão de estudos, por meio do Sistema Nacional de Reconhecimento e Certificação de Saberes e Competências Profissionais - Re-Saber, no âmbito do Ministério da Educação - MEC.

§ 1º Para fins desta Portaria, entende-se por este sistema o conjunto articulado de estruturas e ações educacionais sob a responsabilidade de uma instituição específica, envolvendo diferentes atores para o mesmo propósito.

§ 2º Entende-se por saberes e competências profissionais a mobilização, a articulação e a integração de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores, para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho, incluindo instrumentos gerenciais, normas e legislação aplicáveis relativas a cada ocupação ou profissão.

§ 3º O Re-Saber constitui-se como sistema voltado para o atendimento de trabalhadores que buscam a certificação profissional de saberes e competências desenvolvidas ao longo da vida.

§ 4º Podem participar do processo de certificação profissional, trabalhadores maiores de 18 (dezoito) anos, com escolaridade mínima requerida para o respectivo processo, inseridos ou não no mundo do trabalho.

Art. 2º O processo de certificação profissional, no âmbito do Re-Saber, constitui-se em um conjunto articulado de ações de natureza educativa para:

I - a sistematização de saberes e competências que possibilite a elaboração do processo de certificação profissional;

II - o desenvolvimento de metodologias que permitam identificar, avaliar e reconhecer saberes e competências que habilitem para o exercício profissional ou para a conclusão ou prosseguimento de estudos;

III - o atendimento às demandas de certificação profissional correspondentes aos cursos de qualificação profissional, técnicos de nível médio, de especialização técnica e superiores de tecnologia;

IV - o atendimento às demandas de certificação profissional para a docência na educação profissional técnica de nível médio, conforme norma própria;

V - o estímulo à inclusão socioprodutiva e ao aumento das possibilidades de inserção profissional dos trabalhadores certificados;

VI - o incentivo à continuidade de estudos para a elevação da escolaridade, sempre que possível; e

VII - a articulação de esforços das instituições participantes do Re-Saber, para compartilhar práticas e capacitar docentes para a ampliação da oferta de certificações profissionais.

Parágrafo único. Os profissionais com notório saber a que se refere o inciso IV do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, podem ser certificados pelo Re-Saber para o magistério na educação profissional técnica de nível médio.

Art. 3º O Re-Saber tem por finalidade promover a oferta gratuita dos processos de certificação profissional.

§ 1º O processo de reconhecimento de saberes e competências e a certificação profissional deverão ser realizados sem ônus para o participante, cabendo à instituição certificadora arcar com seus custos.

§ 2º Não poderá haver cobrança de taxas aos participantes para a emissão da primeira via de nenhum documento do processo de certificação profissional.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 4º O Re-Saber, organizado nacionalmente, possui estrutura descentralizada, respeitadas as competências dos sistemas de ensino federal, estaduais, distrital e municipais, nos termos dos arts. 8º a 11 da Lei nº 9.394, de 1996, é composto pelos seguintes atores:

I - MEC, por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - Setec;

II - órgãos competentes do respectivo sistema de ensino; e

III - unidades certificadoras integrantes do Re-Saber.

Parágrafo único. É facultada ao sistema de ensino militar a participação no Re-Saber, observados os termos do art. 83 da Lei nº 9.394, de 1996.

Art. 5º São atribuições da Setec/MEC:

I - estabelecer os critérios e mecanismos de adesão de unidades de ensino junto ao Re-Saber;

II - verificar, no Sistema Nacional de Informação da Educação Profissional e Tecnológica - Sistec, o cumprimento por parte do requerente dos requisitos dos incisos I a III do art. 6º desta Portaria, para fins de admissibilidade ao Re-Saber e a oferta de processo de certificação profissional;

III - monitorar e avaliar a implementação e o desenvolvimento dos processos de certificação profissional no âmbito do Re-Saber;

IV - articular ações de certificação profissional com outras políticas públicas afins;

V - fomentar a formação continuada dos profissionais da educação para o fortalecimento do processo de certificação profissional no âmbito do Re-Saber; e

VI - promover intercâmbio de experiências entre as unidades certificadoras.

Art. 6º São atribuições dos órgãos competentes do respectivo sistema de ensino:

I - aprovar o termo de adesão das unidades de ensino ao Re-Saber;

II - aprovar a regulamentação interna da certificação profissional;

III - aprovar cada Projeto Pedagógico de Certificação Profissional - PPCP e autorizar a respectiva oferta; e

IV - monitorar e supervisionar a implementação e o desenvolvimento dos processos de certificação profissional no âmbito institucional.

Art. 7º Para adesão ao Re-Saber, as unidades de ensino deverão:

I - elaborar a regulamentação interna e submetê-la ao órgão competente do respectivo sistema de ensino;

II - submeter o termo de adesão para aprovação pelo órgão competente do respectivo sistema de ensino; e

III - solicitar adesão ao Re-Saber para a Setec/MEC por meio do Sistec, inserindo o termo de adesão e a regulamentação interna.

§ 1º As instituições educacionais multicampi poderão definir termo de adesão e regulamentação interna únicos para todas as suas unidades de ensino.

§ 2º Verificada a conformidade da unidade de ensino para adesão ao Re-Saber, esta torna-se unidade certificadora.

Art. 8º São atribuições das unidades certificadoras:

I - realizar levantamento e articulação da demanda para a certificação profissional;

II - articular-se ao setor produtivo e às instituições públicas responsáveis pelas políticas de trabalho e emprego, para o levantamento, difusão e colaboração nos processos de certificação;

III - elaborar e submeter o PPCP para a autorização da oferta pelo órgão competente do respectivo sistema de ensino, após adesão ao Re-Saber;

IV - cadastrar a oferta de certificação no Sistec, inserindo o PPCP;

V - realizar a formação dos profissionais que atuarão no processo de certificação profissional;

VI - dar publicidade a sua oferta de certificação profissional e estabelecer estratégias para alcançar potenciais interessados;

VII - promover ações institucionais que contribuam para a difusão e consolidação dos princípios da certificação profissional;

VIII - compor equipe multiprofissional para o desenvolvimento da certificação profissional;

IX - implementar procedimentos administrativos e pedagógicos para a oferta da certificação profissional;

X - organizar, implementar e avaliar o processo de certificação profissional;

XI - planejar estratégias que possibilitem a continuidade dos participantes em seu itinerário formativo, quando for o caso; e

XII - assegurar o atendimento adequado ao trabalhador no desenvolvimento do processo de certificação profissional, inclusive às pessoas com deficiência.

Art. 9º A regulamentação interna é o instrumento da unidade certificadora que estabelece as normas específicas aplicadas ao desenvolvimento do processo de certificação profissional.

Parágrafo único. A regulamentação interna para a certificação profissional deve ser aprovada pelo órgão competente do respectivo sistema de ensino a que pertence a unidade de ensino certificadora.

Art. 10. Na regulamentação interna para a certificação profissional deverão constar, no mínimo:

I - atendimento aos requisitos elencados no art. 12 desta Portaria para a oferta de processos de certificação profissional;

II - sistemática de certificação profissional e atestados, certificados ou diplomas a serem emitidos;

III - condições para o funcionamento da certificação profissional;

IV - regulamentação didático-pedagógica da certificação profissional;

V - possibilidade de recurso quanto ao resultado da avaliação; e

VI - estratégias de elevação da escolaridade, quando for o caso.

CAPÍTULO III

DOS TIPOS DE CERTIFICAÇÃO E DOCUMENTOS EMITIDOS

Art. 11. Os tipos de certificação profissional são:

I - certificação de qualificação profissional: certificado de qualificação profissional de acordo com o art. 12 da Resolução CNE/CP de nº 1, de 5 de janeiro de 2021;

II - certificação profissional técnica: diploma de técnico de nível médio referente a curso constante do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos - CNCT, para possuidores de certificado de conclusão do Ensino Médio;

III - certificação de especialização profissional técnica: certificado de especialista técnico para possuidores de diploma de técnico ou de graduação correspondentes ao perfil a ser certificado;

IV - certificação profissional tecnológica: diploma de graduação tecnológica referente a curso superior de tecnologia constante do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia - CNCST, para possuidores de certificado de conclusão do Ensino Médio; e

V - certificação docente da educação profissional: diploma de licenciatura para a educação profissional, nos termos do inciso V do art. 61 da nº Lei 9.394, de 1996.

Art. 12. Para a oferta de processo de certificação profissional, as unidades certificadoras devem atender aos seguintes requisitos:

I - certificação de qualificação profissional: ter oferta de curso de qualificação profissional, ou de curso técnico ou de curso superior de tecnologia correspondentes ao perfil a ser certificado;

II - certificação técnica: ter oferta de curso técnico ou de curso superior de tecnologia correspondentes ao perfil a ser certificado;

III - certificação de especialização técnica: ter oferta de especialização técnica, ou de curso técnico ou de curso superior de tecnologia correspondentes ao perfil a ser certificado;

IV - certificação tecnológica: ter oferta de curso superior de tecnologia correspondente ao perfil a ser certificado, devidamente reconhecido, com conceito igual ou superior a três no cadastro do Sistema e-MEC; e

V - certificação docente da educação profissional: ter oferta de curso de licenciatura em educação profissional ou de complementação/formação pedagógica ou de especialização em docência para educação profissional, devidamente cadastrado no Sistema e-MEC.

§ 1º A correspondência entre qualificação profissional e curso técnico, de que trata o inciso I, deve estar associada ao CNCT ou às ocupações dispostas na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO.

§ 2º A correspondência entre curso técnico e curso superior de tecnologia, de que trata o inciso II, deve estar associada ao CNCT e ao CNCST.

Art. 13. O diploma de técnico, tecnólogo ou licenciado para educação profissional deverá ser acompanhado de histórico escolar com lista de componentes curriculares do curso de referência correspondente, suas respectivas cargas horárias e avaliação.

§ 1º O diploma de técnico expedido pela unidade certificadora terá código autenticador do seu registro no Sistec para fins de validade nacional.

§ 2º Os diplomas emitidos a partir de processo de certificação de saberes e competências , quando registrados, terão validade nacional como prova da formação de seu titular.

§ 3º A forma da obtenção do diploma, por meio de reconhecimento de saberes e competências, bem como a modalidade educacional empregada, não deve constar do documento expedido.

CAPÍTULO IV

DA OFERTA DE CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Art. 14. Deve ser autorizado um PPCP específico para cada perfil de certificação profissional.

§ 1º Os PPCP devem estar vinculados aos respectivos cursos de referência, de acordo com o tipo de certificação profissional, conforme o art. 11 desta Portaria.

§ 2º Para a elaboração do PPCP deve ser observado o perfil profissional de conclusão para o curso de referência correspondente, constante no CNCT e/ou no CNCST, ou ocupação constante na CBO ou documento equivalente e as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, no que se refere à Educação Profissional e Tecnológica.

Art. 15. Cada PPCP deve conter no mínimo:

I - identificação da certificação profissional, vinculada ao curso de referência;

II - descrição do cumprimento dos requisitos para a oferta, conforme o art. 12 desta Portaria;

III - justificativa e objetivos da oferta;

IV - público-alvo e estratégia de busca ativa;

V - descrição do perfil profissional de conclusão objeto da certificação profissional;

VI - saberes e competências a serem avaliados;

VII - forma e requisitos de acesso, inclusive escolaridade mínima;

VIII - descrição do processo, inclusive etapas e procedimentos;

IX - instrumentos e critérios de avaliação do trabalhador;

X - disponibilidade de equipamentos e infraestrutura;

XI - caracterização da equipe multiprofissional composta por, no mínimo, um profissional de educação e dois da área específica correspondente à certificação profissional; e

XII - documentação a ser emitida, constando atestados, histórico escolar, certificados ou diploma.

Art. 16. Mesmo que o curso de referência não contemple certificações intermediárias, o PPCP deve prever certificações intermediárias de qualificação profissional, técnica ou tecnológica, sempre que possível.

Art. 17. Os PPCP devem prever as condições para o atendimento adequado às pessoas com deficiência.

Art. 18. As unidades certificadoras devem tornar pública a oferta de processos de certificação profissional, incluindo:

I - as profissões ou ocupações a serem certificadas;

II - os saberes e competências a serem avaliados;

III - a gratuidade do processo de certificação profissional;

IV - os procedimentos e orientações sobre a inscrição;

V - os critérios e os documentos necessários para efetuar a inscrição;

VI - as etapas do processo de certificação profissional;

VII - o cronograma de atendimento, quando houver;

VIII - os critérios de aprovação; e

IX - a possibilidade de interposição de recurso quanto ao resultado da avaliação.

Art. 19. Os processos de certificação profissional serão desenvolvidos nas unidades certificadoras seguindo as etapas obrigatórias de:

I - inscrição: manifestação de interesse dos indivíduos em participar do processo de certificação profissional;

II - acolhimento:

a) apresentação detalhada das etapas do processo de certificação profissional;

b) entrevista diagnóstica para levantamento da história profissional e educacional do participante; e

c) orientação e direcionamento do participante para a matrícula e as demais etapas.

III - matrícula: formalização e validação da inscrição do participante para o processo de certificação profissional;

IV - avaliação: processo de verificação e reconhecimento de saberes e competências profissionais, realizada por meio de atividades teórico-práticas;

V - encaminhamento: devolutiva individual em relação ao desempenho do participante nas atividades avaliativas; e

VI - emissão de documentos: diploma, certificado, histórico e atestado de reconhecimento de saberes e competências profissionais.

§ 1º As etapas de Acolhimento, Avaliação e Encaminhamento devem ser realizadas pela equipe multiprofissional de acordo com o estabelecido no inciso IX do art. 15 desta Portaria.

§ 2º Na etapa de Acolhimento, a orientação e o direcionamento de que trata o inciso II, alínea "c", deste artigo, deve considerar que a decisão pelo percurso a ser seguido é do participante.

§ 3º Para participação na certificação técnica e na certificação tecnológica será exigido certificado de conclusão de ensino médio, nos termos da Lei nº 9.394, de 1996.

§ 4º A avaliação de que trata o inciso IV deve contemplar:

a) avaliação teórico-prática de saberes e competências profissionais para a certificação de qualificação profissional, certificação técnica, certificação de especialização técnica e certificação tecnológica; e

b) avaliação didática, incluindo memorial, para a certificação docente da educação profissional.

§ 5º A etapa de Avaliação pode ser desenvolvida em momentos individuais e coletivos e deve ter caráter diagnóstico-formativo.

§ 6º O atestado de reconhecimento é o documento que confirma a participação do trabalhador no processo de certificação e de registro dos saberes e das competências profissionais demonstrados e reconhecidos no processo de certificação profissional, insuficientes para a obtenção de certificado ou diploma, podendo ser utilizado para fins de aproveitamento em caso de continuidade de estudos.

Art. 20. As unidades certificadoras podem realizar parcerias com outras unidades ou com instituições, inclusive de natureza jurídica diversa, para otimização de recursos, ampliando a oferta de certificação profissional.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21. O credenciamento para a oferta de certificação profissional deve ser renovado a critério do órgão competente do respectivo sistema de ensino, mediante solicitação da unidade certificadora.

§ 1º O prazo de credenciamento e de renovação de credenciamento para a oferta deve ser definido pelo órgão competente do respectivo sistema de ensino.

§ 2º Caso a unidade não requeira renovação do credenciamento, será inabilitada a inserir novos projetos no Sistec e estará impedida de ofertar novos processos de certificação.

Art. 22. Os processos de certificação profissional devem, sempre que possível, ser integrados ao calendário escolar da unidade de ensino, de modo a propiciar o planejamento adequado da carga horária docente, das atividades de divulgação, do agendamento de recursos e das demais etapas do processo.

Art. 23. A Setec do MEC ficará responsável pela emissão e definição de procedimentos associados ao Re-Saber.

Art. 24. Ficam revogadas:

I - Portaria Interministerial nº 5/MEC/MTE, de 25 de abril de 2014; e

II - Portaria Setec nº 8, de 2 de maio de 2014.

Art. 25. Esta Portaria entra em vigor no dia 1º de fevereiro de 2021.

MILTON RIBEIRO

PORTARIA Nº 27, DE 19 DE JANEIRO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; as Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 3 de setembro de 2018 e em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos da Ação Judicial nº 1069123-87.2020.4.01.3400, em trâmite perante a Procuradoria Regional da União da 1ª Região, conforme consta no Processo Administrativo nº 00732.003568/2020-70, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 128/2017, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201102057.

Art. 2º Recredenciar a Faculdade Padrão, com sede à Avenida Anhanguera, esquina com a Rua do Algodão, Quadra 16 - A Lt. área, nº 105, bairro Rodoviário, no município de Goiânia, estado de Goiás, mantida pela Sociedade de Educação e Cultura de Goiânia Ltda., com sede na QDA F-13 LT 28, Setor Sul, no município de Goiânia, no estado de Goiás (CNPJ 02.684.686/0001-02).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017, do Ministério da Educação, ou até decisão judicial em sentido contrário.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

PORTARIA Nº 28, DE 19 DE JANEIRO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; as Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 3 de setembro de 2018 e em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos da Ação Judicial nº 1069123-87.2020.4.01.3400, em trâmite perante a Procuradoria Regional da União da 1ª Região, conforme consta no Processo Administrativo nº 00732.003568/2020-70, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 631/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201406692.

Art. 2º Fica recredenciado o Instituto Superior de Educação Padrão (ISE Padrão), com sede na Avenida Anhanguera - esquina com a Rua do Algodão, nº 105, Quadra 16 A, Bairro Rodoviário, no Município de Goiânia, no Estado de Goiás, mantido pelo Centro de Educação e Cultura de Goiânia Eireli, com sede na QDA F-13, LT 28, Setor Sul, no municipio de Goiânia, no estado de Goiás (CNPJ 02.684.686/0001-02).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017, do Ministério da Educação, ou até decisão judicial em sentido contrário.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

DESPACHOS DE 19 DE JANEIRO DE 2021

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, em cumprimento à Ação Judicial nº 1068500-23.2020.4.01.3400 registrada no Processo SEI-MEC nº 00732.003516/2020-01, deixo de homologar o Parecer CNE/CES nº 884/2019, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, cujo objeto tratou do pedido de credenciamento para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância da Faculdade Bento Quirino - FACBQ, com sede na Rua José de Alencar, nº 442, Centro, no município de Campinas, no estado de São Paulo, mantida pelo Instituto Procamp de Ensino e Pesquisa - IPEP, com sede no mesmo município e estado, conforme consta do Processo nº 00732.003364/2019-03 (e-MEC 201801922).

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, deixo de homologar o Parecer CNE/CES nº 788/2019, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, que entendeu favoravelmente o credenciamento institucional, para oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da Faculdade Ana Carolina Puga - FAPUGA, com sede na Rua Padre Estevão Pernet, nº 398/402, bairro Vila Gomes Cardim, no município de São Paulo, no estado de São Paulo, mantida por Nepuga Pós-Graduação Ltda., com sede no município de Ribeirão Preto, no estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de três anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro 2017, com abrangência de atuação em sua sede e nos eventuais polos a serem criados pela instituição, a partir de oferta dos cursos superiores de Administração, bacharelado, e Estética e Cosmética, tecnológico, como consta no Processo SEI nº 00732.003253/2019-99 (e-MEC nº 201709641).

MILTON RIBEIRO
Ministro

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA 37, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

Estabelece critérios e procedimentos para a formalização de descentralização de créditos orçamentários efetuados para execução das políticas públicas no âmbito do Ministério da Educação.

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 7º do Anexo I do Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e considerando o disposto no Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Portaria estabelece critérios e procedimentos para a formalização de descentralizações de créditos orçamentários realizadas para execução das políticas públicas no âmbito do Ministério da Educação, regulamentando a celebração, o acompanhamento da execução e a prestação de contas dos Termos de Execução Descentralizada - TED de que trata o Decreto nº 10.426, de 16 de Julho de 2020.

Art. 2º Para efeitos desta Portaria considera-se:

I - Unidade Descentralizadora - órgão ou entidade da administração pública federal integrante dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União descentralizadora dos créditos orçamentários;

II - Unidade Descentralizada - órgão ou entidade da administração pública federal integrante dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União para a qual é descentralizado o crédito orçamentário;

III - Unidade Intermediária - unidade integrante da Unidade Descentralizadora responsável pela certificação de disponibilidade orçamentária e pela efetivação da descentralização do crédito orçamentário, ficando esta função a cargo da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento no âmbito do Ministério da Educação;

IV - Unidade Gestora da Política - Unidade do Ministério da Educação responsável pela gestão de determinado programa, ação ou política educacional, bem como pelo acompanhamento, monitoramento e avaliação da execução do objeto pactuado, que poderá ser distinta da Unidade Descentralizadora;

V - Termo de Execução Descentralizada - TED - instrumento por meio do qual é ajustada a descentralização de crédito entre órgãos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União é ajustada, com vistas à execução de programas, de projetos e de atividades, nos termos estabelecidos no plano de trabalho e observada a classificação funcional programática;

VI - Ressarcimento de despesa - descentralização de crédito para reembolso por despesa realizada anteriormente pela Unidade Descentralizada, observada a legislação aplicável e mediante manifestação prévia da Unidade Descentralizadora.

VII - Denúncia do TED - manifestação de desinteresse ou desistência por um dos partícipes;

VIII - Rescisão - extinção do TED em decorrência:

a) do inadimplemento das cláusulas pactuadas;

b) da constatação de irregularidade em sua execução;

c) de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, que impeça a execução do objeto; ou

d) da verificação de outras circunstâncias que ensejem a tomada de contas especial;

IX - Custos indiretos: custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED, observada a aplicação das normas pertinentes de cada tipo;

X - Plano de trabalho - Instrumento que integra o Termo de Execução Descentralizada, devendo conter, no mínimo, os elementos descritos no art. 8º do Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020;

XI - Termo Aditivo - instrumento que tem por objetivo a modificação do Termo de Execução Descentralizada já celebrado, vedada a alteração do objeto aprovado; e

XII - Relatório de Cumprimento do Objeto - RCO - documento apresentado pela Unidade Descentralizada contendo informações suficientes para comprovar a aplicação dos créditos orçamentários descentralizados e dos recursos financeiros repassados, bem como para fundamentar a avaliação sobre o cumprimento do objeto, das metas e dos produtos pactuados no Termo de Execução Descentralizada, em conformidade com o Plano de Trabalho aprovado.

CAPÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES

Art. 3º Compete à Unidade Descentralizadora:

I - Analisar se o Plano de Trabalho proposto pela Unidade Descentralizada e aprovado pela Unidade Gestora da Política atende a todas as exigências do art. 8º desta Portaria;

II - Celebrar o Termo de Execução Descentralizada;

III - Solicitar outros documentos que julgar necessários à comprovação da execução física do objeto pactuado;

IV- Avaliar, recusar ou aprovar o Relatório de Cumprimento do Objeto, após aprovação pela Unidade Gestora da Política, e adotar os procedimentos e rotinas para finalizar os instrumentos no âmbito de sua Unidade; e

V - Instaurar tomada de contas especial, quando cabível, seguindo as diretrizes da Assessoria Especial de Controle Interno no Ministério da Educação.

Art. 4º Compete à Unidade Gestora da Política:

I - Analisar, aprovar e acompanhar a execução do Plano de Trabalho, podendo solicitar documentos adicionais à Unidade Descentralizada para subsidiar sua análise;

II - Aprovar, recusar e diligenciar quanto ao cumprimento do objeto; e

III - Prestar apoio técnico à Unidade Descentralizadora nas atividades necessárias à instauração da tomada de contas especial.

Art. 5º Compete à Unidade Intermediária:

I - Certificar a disponibilidade orçamentária para a descentralização do Termo de Execução Orçamentária;

II - Proceder a descentralização orçamentária após a aprovação da Unidade Gestora da Política;

III - Efetivar o repasse dos recursos financeiros referentes aos créditos descentralizados pactuados no Termo de Execução Descentralizada após a verificação da liquidação por parte da Unidade Descentralizada e observada a disponibilidade financeira da Unidade Descentralizadora; e

IV - Providenciar o registro e a conclusão do Termo de Execução Descentralizada no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

Art. 6º Compete à Unidade Descentralizada:

I - Elaborar e apresentar o Plano de Trabalho;

II - Apresentar a declaração de capacidade técnica necessária à execução do objeto;

III - Apresentar a declaração de compatibilidade de custos;

IV - Observar os regulamentos aplicáveis às licitações e aos contratos administrativos no âmbito da Administração Pública Federal e das normas e orientações específicas da Unidade Descentralizadora;

V - Analisar técnica e juridicamente os procedimentos de licitação e de execução da contratação;

VI - Executar os créditos orçamentários em estrita observância ao Plano de Trabalho e aos objetivos, políticas e metas pactuadas;

VII - Executar orçamentária e financeiramente os créditos descentralizados e seu processamento em estrita consonância com a descrição da ação orçamentária, observada a legislação afeta à execução da despesa no âmbito da Administração Pública Federal, bem como com as normas e orientações específicas da Unidade Descentralizadora;

VIII - Encaminhar à Unidade Descentralizadora:

a) relatórios parciais de cumprimento do objeto, quando solicitado; e

b) o Relatório de Cumprimento do Objeto referente à execução dos créditos orçamentários descentralizados, em até 120 (cento e vinte) dias, após o encerramento da vigência ou da conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro.

IX - Instaurar tomada de contas especial, quando necessário, e dar conhecimento dos fatos à Unidade Gestora da Política e à Unidade Descentralizadora;

X - Observar o fiel cumprimento aos demais normativos constitucionais, legais e infra legais vigentes;

CAPÍTULO III

DA DESCENTRALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 7º A descentralização de créditos orçamentários será motivada e terá as seguintes finalidades:

I - Execução de programas, de projetos e de atividades de interesse recíproco, em regime de colaboração mútua;

II - Execução de atividades específicas pela unidade descentralizada em benefício da unidade descentralizadora; ou

III - ressarcimento de despesas.

Art. 8º Nos casos de celebração de Termo de Execução Descentralizada conforme art. 3º do Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020, será obrigatória a elaboração de Plano de Trabalho, que deverá conter, no mínimo:

I - Descrição do objeto, das metas e dos produtos pactuados, contendo características suficientes que permitam a posterior aferição dos resultados alcançados;

II - Justificativa da celebração, contendo pertinência entre o objeto e as ações/planos orçamentários da Unidade Descentralizadora em relação à Unidade Descentralizada;

III - Cronograma físico com a descrição das metas e dos produtos pactuados, as unidades de medida, a quantidade e os valores unitários e totais;

IV - Cronograma de desembolso;

V - Plano de aplicação consolidado até o nível de elemento de despesa;

VII - Detalhamento dos custos indiretos, quando previstos, informando o suporte legal dessas despesas, e observando ainda eventuais orientações específicas da Unidade Descentralizadora;

VIII - a identificação das unidades descentralizadora e descentralizada, com discriminação das unidades gestoras; e

IX - Identificação dos signatários.

§ 1º As Unidades Descentralizadora e Descentralizada disponibilizarão a íntegra do TED e do Plano de Trabalho atualizado em seus sítios eletrônicos oficiais no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data de assinatura.

§ 2º O Plano de Trabalho deverá ser analisado quanto à sua viabilidade, aos custos, à adequação ao programa, à ação orçamentária e ao período de vigência pela Unidade Gestora da Política de acordo com critérios estabelecidos pela Unidade Descentralizadora.

Art. 9º Nos casos em que é dispensável a celebração de Termo de Execução Descentralizada, nos termos do § 3º art. 3 º do Decreto nº 10.426/2020, o pedido de descentralização orçamentária será encaminhado à Unidade Intermediária, devidamente instruído pela Unidade Descentralizadora, contendo a seguinte documentação:

a. Aprovação pela Unidade Descentralizadora;

b. Descrição do objeto;

c. Dados orçamentários necessários para a emissão da nota de movimentação de crédito - NC;

d. UG e Gestão da Unidade favorecida.

Parágrafo único. A Unidade Descentralizadora poderá solicitar documentos adicionais à Unidade Descentralizada, a fim de subsidiar a instrução do processo.

CAPÍTULO IV

DA VIGÊNCIA

Art. 10 O prazo de vigência do Termo de Execução Descentralizada não será superior a 60 (sessenta) meses, incluídas as prorrogações.

§ 1º A vigência do Termo de Execução Descentralizada terá início a partir da data da celebração.

§ 2º O Termo de Execução Descentralizada poderá ser alterado mediante proposta, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada até 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência, vedada a alteração do objeto aprovado, e será validada pela Unidade Gestora da Política em consonância com a Unidade Descentralizadora.

§ 3º Após o prazo de que trata o §2º, somente haverá alteração de vigência com autorização da Unidade Gestora da Política, mediante apresentação de justificativa da necessidade, respeitado o prazo total de vigência do TED, nos termos do Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020.

CAPÍTULO V

DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO E DA AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

Art. 11. No prazo de vinte dias, contado da data da celebração do TED, as unidades descentralizadora e descentralizada designarão os agentes públicos federais titulares e suplentes do termo que exercerão a função de monitoramento e de avaliação da execução do objeto pactuado.

Parágrafo único. Nos casos em que a Unidade Descentralizadora for distinta da Unidade Gestora da Política, o atendimento do caput fica sob a responsabilidade desta última.

Art. 12. Os recursos financeiros repassados deverão ser utilizados exclusivamente para o Termo de Execução Descentralizada correspondente para o qual foram pactuados, respeitando-se, em qualquer hipótese de descentralização de crédito orçamentário, o emprego obrigatório e integral dos recursos na consecução do objeto previsto pelo programa de trabalho pertinente, atendida fielmente a classificação funcional programática.

Art. 13. Os saldos dos créditos orçamentários descentralizados e não empenhados e os recursos financeiros não utilizados serão devolvidos à Unidade Descentralizadora até quinze dias antes do prazo-limite para empenho.

§ 1º O prazo-limite para empenho de que trata o caput será estabelecido em Portaria da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação, ou na ausência desta, por orientação expressa da Unidade Descentralizadora.

§ 2º Após o encerramento do TED ou da conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro, os créditos orçamentários e os recursos financeiros serão devolvidos no prazo de trinta dias, contado da data do encerramento ou da conclusão.

§3º O Termo de Execução Descentralizada deverá ser registrado no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

Art. 14. É de responsabilidade do ordenador de despesa da Unidade Descentralizadora proceder à avaliação e à aprovação do Relatório de Cumprimento do Objeto, após a aprovação pela Unidade Gestora da Política, ficando sob sua gestão a adoção de procedimentos e rotinas para finalização dos instrumentos celebrados no âmbito de sua unidade.

§1º Não tendo sido apresentado o Relatório de que trata o item XII do art. 2 º no prazo de 120 (cento e vinte) dias do término de vigência do Termo de Execução Descentralizada, e enquanto perdurar esta situação, não poderá a Unidade Descentralizada inadimplente firmar novos Termos de Execução Descentralizada com a Unidade Descentralizadora a qual foi celebrado o termo.

§ 2º Os Termos de Execução Descentralizada que tratam de pagamento de Bolsa do Programa de Residência em Saúde e aqueles relacionados às emendas impositivas, poderão ser dispensados de atender as exigências previstas no § 1º deste artigo, mediante autorização expressa da Unidade Descentralizadora.

§ 3º Fica autorizada a celebração de novos Termos de Execução Descentralizada com Unidades Descentralizadas as quais tenham apresentado o Relatório de Cumprimento do Objeto à Unidade Descentralizadora.

§ 4º A celebração de novos Termos de Execução Descentralizada com as instituições federais de educação superior, a partir de 2021, fica condicionada, no âmbito da Secretaria de Educação Superior, ao cumprimento do disposto no art. 6º do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.

§ 5º Caberá à Unidade Descentralizadora realizar atos relativos a diligências, requisição de informações e demais ações adicionais necessárias visando a aprovação do Relatório de Cumprimento do Objeto das Unidades Descentralizadas.

Art. 15. Nos casos em que circunstâncias adversas impossibilitem provisória ou definitivamente a execução orçamentária e financeira de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Execução Descentralizada, a Unidade Descentralizada deverá comunicar o fato à Unidade Gestora da Política.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. Constatada irregularidade na execução de Termo de Execução Descentralizada, a Unidade Descentralizadora, após envio das informações pela Unidade Gestora da Política, deverá encaminhar as informações pertinentes para análise preliminar da Assessoria Especial de Controle Interno, tendo em vista o disposto no art. 13, parágrafo único, do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000.

Art. 17. Caso haja passivos de Termo de Execução Descentralizada com Relatório de Cumprimento do Objeto não finalizado, o ordenador de despesa da Unidade Descentralizadora deverá apresentar plano de ação à Secretaria-Executiva do Ministério da Educação com as medidas de saneamento a serem adotadas, no prazo de 60 (sessenta) dias da apresentação do RCO.

Parágrafo único. Nos casos dos Termos de Execução Descentralizada celebrados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e a Unidade Gestora da Política for quaisquer das Secretarias do Ministério da Educação, o plano de ação previsto no caput será apresentado pela Secretaria responsável pela Política, as quais também serão responsáveis pela análise e aprovação do Plano de Trabalho, bem como pelo acompanhamento, monitoramento e avaliação da execução do objeto do Termo de Execução Descentralizada.

Art. 18 Fica suspensa a contagem do prazo estabelecido no § 1º do art. 14, enquanto perdurarem os efeitos do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

Parágrafo único. A suspensão prevista no caput não obsta a execução dos instrumentos pactuados e, também, o cumprimento dos prazos inicialmente pactuados.

Art. 19. Fica facultada a dispensa de análise jurídica na celebração de TED que utilize os modelos padronizados de que trata o art. 25 do Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020, disponibilizados pela Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia na Plataforma +Brasil.

Art. 20. Esta Portaria poderá ser aplicada aos TEDs celebrados anteriormente à data de sua publicação, por meio de termo aditivo, desde que haja benefício à execução do objeto.

Parágrafo único. À exceção das disposições do caput, os TEDs firmados anteriormente à data de publicação desta Portaria permanecerão regidos pelas disposições da Portaria nº 1.672, de 20 de setembro de 2019, do Secretário-Executivo do Ministério da Educação.

Art. 21. Esta Portaria entra em vigor em 1º de fevereiro de 2021.

VICTOR GODOY VEIGA

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 53, DE 19 DE JANEIRO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e com base no art. 53 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e na Nota Técnica nº 6/2021/CGSO-TÉCNICOS/DISUP/SERES, exarada nos autos do Processo de Supervisão nº 23123.001132/2019-86, para dar cumprimento à decisão judicial proferida no processo judicial nº 1022498-13.2020.4.01.3200, resolve:

Art. 1º SUSPENDER os efeitos da Portaria nº 617, de 17 de dezembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2020, enquanto estiver válida a decisão judicial liminar exarada no processo judicial nº 1022498-13.2020.4.01.3200;

Art. 2º NOTIFICAR a Escola Superior Batista do Amazonas - ESBAM (cód. e-MEC nº 1436) sobre a presente decisão;

Art. 3º REABRIR prazo de 30 (trinta) dias para apresentação de contrarrazões por parte da ESBAM;

Art. 4º NOTIFICAR o Conselho Regional de Enfermagem do Amazonas - COREN/AM e a Procuradoria da República no Amazonas, órgão do Ministério Público Federal - MPF/AM, sobre a presente decisão.

DANILO DUPAS RIBEIRO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PORTARIA Nº 75, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

A REITORA PRO TEMPORE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando: o que consta do Processo de nº. 23113.015040/2018-11/Departamento de Odontologia/Campus Universitário Prof. Antônio Garcia Filho; o Decreto Legislativo nº 06, de 20/03/2020; o disposto no artigo 10º da Lei Complementar nº 173, de 28/05/2020; a Portaria nº 445, de 05/06/2020, publicada no D.O.U em 09/06/2020, da Universidade Federal de Sergipe; a Portaria nº 60, de 14/01/2021, publicada no D.O.U em 15/01/2021, da Universidade Federal de Sergipe; resolve:

Art. 1º - Prorrogar, por 01 (um) ano, contado a partir de 06/02/2021, o prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Adjunto-A - Nível I, em regime de trabalho de Dedicação Exclusiva objeto do Edital nº. 015/2018, publicado no D.O.U. em 21/12/2018, para a Matéria de Ensino "Odontologia Legal e Odontologia em Saúde Coletiva e da Família", homologado através da Portaria nº 850, de 03/07/2019, publicada no D.O.U. em 04/07/2019, seção 1, página 46.

Art. 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LILIÁDIA DA SILVA OLIVEIRA BARRETO

Ministério da Infraestrutura

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 3, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

Estabelece diretrizes e procedimentos para extensão de prazo de contratos da 1ª Etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais - PROCROFE e institui a política tarifária até a conclusão dos certames licitatórios.

O MINISTRO DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA, no uso de suas atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, os incisos I e VI do caput e o inciso I do parágrafo único do art. 35 da Lei n° 13.844, de 18 de junho de 2019, os incisos I e VI do caput e o inciso I do parágrafo único do art. 1°, o inciso V do art. 7°, e o inciso VII do art. 24, todos do anexo I do Decreto n° 10.368, de 22 de maio de 2020, tendo em vista o disposto no art. 32 da Lei n° 13.448, de 5 de junho de 2017, no art. 35, §1º, b, da Lei n° 10.223, de 5 de junho de 2001, no art. 7º da Lei 12.379, de 6 de janeiro de 2011; e,

Considerando o advento de prazo de contratos da 1ª Etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais - PROCROFE e a necessidade de evitar a descontinuidade do serviço, nos termos do art. 32 da Lei n° 13.448, de 5 de junho de 2017;

Considerando a necessidade de evitar oscilações abruptas de valores de tarifa de pedágio com vistas à modulação tarifária e à possibilidade de transferência de fatores que afetam custo ou receita aos usuários, nos termos do art. 35, §1º, b, da Lei n° 10.233, de 5 de junho de 2001;

Considerando a superveniência e incidência dos efeitos da pandemia do coronavírus SARS-CoV-2 (COVID-19), reconhecidos como situação de força maior por meio do Parecer n° 261/2020/CONJUR-MINFRA/CGU/AGU, bem como a impossibilidade de quantificação prévia dos impactos financeiros para fins de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos vigentes;

Considerando o dever de garantir a austeridade fiscal, evitar a criação de despesas adicionais para o orçamento da União em razão de eventuais passivos regulatórios decorrentes do encerramento de contratos de concessão e a adequada destinação das receitas para aplicação no Sistema Federal de Viação, nos termos do art. 30, §§ 1º e 2º, da Lei nº 13.448, de 5 de junho de 2017, resolve:

Art. 1º Esta Portaria estabelece diretrizes e procedimentos para extensão de prazo de contratos da 1ª Etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais - PROCROFE e institui a política tarifária até a conclusão dos certames licitatórios.

Art. 2º A Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT informará ao Ministério da Infraestrutura a situação de adimplemento contratual e adequada prestação do serviço dos contratos de concessão em vigor da 1ª Etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais - PROCROFE.

Art. 3º O Ministério da Infraestrutura indicará, por meio de manifestação conjunta da Secretaria Nacional de Transportes Terrestres e da Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias, quais os contratos poderão ter seu prazo de extensão prorrogado até a conclusão dos certames licitatórios, nos termos do art. 32 da Lei n° 13.448, de 5 de junho de 2017.

Art. 4º Durante o período da extensão de prazo de que trata o art. 3º, o valor da tarifa a ser cobrada nas praças de pedágio será a tarifa vigente ao tempo da celebração do termo aditivo, ou outro valor inferior determinado pelo Ministério da Infraestrutura, por meio de manifestação conjunta da Secretaria Nacional de Transportes Terrestres e da Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias.

Parágrafo único. O disposto no caput não importa reconhecimento prévio de dívida pela administração pública face à concessionária.

Art. 5º A ANTT deverá apurar:

I - o valor relativo às obrigações que constarão do termo aditivo de extensão contratual; e

II - o valor de eventual excedente tarifário, relativo à diferença entre a receita tarifária a ser auferida pela concessionária descontado o valor a que se refere o inciso I.

Art. 6º A ANTT deverá estabelecer mecanismo de segregação do excedente tarifário de que trata o inciso II do art. 5° por meio de conta bancária vinculada à concessão ou outro dispositivo capaz de garantir a contabilização em separado.

§ 1° O valor a que se refere o caput deverá ser utilizado para a quitação de eventual saldo credor em favor da concessionária reconhecido pela ANTT em apuração de haveres e deveres.

§ 2° Eventual remanescente do valor apurado nos termos do § 1° será destinado na forma de legislação específica, observadas as normas vigentes e as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Infraestrutura.

§ 3º Poderá ser dispensada a adoção do mecanismo de que trata o caput caso haja reconhecimento pela ANTT de saldo credor em favor da concessionária em valor superior à estimativa de receita a ser arrecadada, hipótese em que a receita tarifária excedente percebida pela concessionária será considerada em apuração de haveres e deveres.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TARCISIO GOMES DE FREITAS

PORTARIA Nº 4, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

Define a área do Porto Organizado de Vitória, no Estado do Espírito Santo.

O MINISTRO DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA, no uso da competência que lhe foi delegada nos termos do Decreto n.º 9.827, de 10 de junho de 2019, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo n° 50000.028011/2020-84, resolve:

Art. 1° A área do Porto Organizado de Vitória, localizado nos Municípios de Vitória e Vila Velha, Estado do Espírito Santo, é definida pelos polígonos cujos vértices têm as coordenadas georreferenciadas discriminadas nos anexos 01 a 26.

§ 1º A área do porto organizado compreende as instalações portuárias e a infraestrutura de proteção e de acesso ao porto, bem público construído e aparelhado para atender às necessidades de navegação, de movimentação de passageiros ou de movimentação e armazenagem de mercadorias, e cujo tráfego e operações portuárias estejam sob jurisdição da autoridade portuária.

§ 2º Os imóveis sob a gestão da autoridade portuária contidos na área do Porto Organizado são inalienáveis e não se sujeitam a usucapião, na forma dos art. 100 e art. 102 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e impenhoráveis, na forma do art. 833, caput, inciso I, da Lei n.º 13.105, de 16 de março de 2015.

Art. 2° A autoridade portuária do Porto Organizado de Vitória deverá disponibilizar ao público, em seu endereço eletrônico, planta dos polígonos referidos no art. 1°, que identificará com precisão os limites das áreas do porto e de suas vizinhanças.

Art. 3° Fica revogado o Decreto n° 8.888, de 26 de outubro de 2016.

Art. 4° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

TARCISIO GOMES DE FREITAS

ANEXO

ANEXO 01 - Área terrestre do porto no Município de Vitória (Área = 139.534,17 m²)

Vértices	Coordenadas geodésicas (SIRGAS 2000)	
	Latitude	Longitude
BRVIX-0001	-20,3217629332910°	-40,3450089346198°
BRVIX-0002	-20,3213977071970°	-40,3461455876393°
BRVIX-0003	-20,3211699999999°	-40,3469110000000°
BRVIX-0004	-20,3211220407502°	-40,3469738968950°
BRVIX-0005	-20,3209370000000°	-40,3476220000000°
BRVIX-0006	-20,3210719999999°	-40,3476650000000°
BRVIX-0007	-20,3211103614009°	-40,3475246155492°
BRVIX-0008	-20,3211095566200°	-40,3475241547332°
BRVIX-0009	-20,3211976677057°	-40,3475234913618°
BRVIX-0010	-20,3212004902815°	-40,3475970012919°
BRVIX-0011	-20,3215170000000°	-40,3473119999999°
BRVIX-0012	-20,3229589999999°	-40,3471920000000°
BRVIX-0013	-20,3233420000000°	-40,3471590000000°
BRVIX-0014	-20,3240693087609°	-40,3483816285487°
BRVIX-0015	-20,3239122323037°	-40,3485435738825°
BRVIX-0016	-20,3240133092703°	-40,3486493272525°
BRVIX-0017	-20,3240042359884°	-40,3486600229880°
BRVIX-0018	-20,3240316476478°	-40,3486873128696°
BRVIX-0019	-20,3239962706503°	-40,3487416014421°
BRVIX-0020	-20,3237212203572°	-40,3490106294419°
BRVIX-0021	-20,3236374272805°	-40,3495015946324°
BRVIX-0022	-20,3235791488953°	-40,3497710271103°
BRVIX-0023	-20,3240520000000°	-40,3498490000000°
BRVIX-0024	-20,3240833021063°	-40,3498541830724°
BRVIX-0025	-20,3240446893947°	-40,3501449009403°
BRVIX-0026	-20,3240360661845°	-40,3501724906418°
BRVIX-0027	-20,3240225934027°	-40,3501804101780°
BRVIX-0028	-20,3239919149611°	-40,3501885079435°
BRVIX-0029	-20,3239878762846°	-40,3502515041797°
BRVIX-0030	-20,3239269999999°	-40,3502399999999°
BRVIX-0031	-20,3239130000000°	-40,3502729999999°

BRVIX-0032	-20,3240180000000°	-40,3503290000000°
BRVIX-0033	-20,3240307006744°	-40,3503357736992°
BRVIX-0034	-20,3240281836849°	-40,3503410154996°
BRVIX-0035	-20,3242136898247°	-40,3504473077100°
BRVIX-0036	-20,3243404490654°	-40,3502621638497°
BRVIX-0037	-20,3245411829409°	-40,3491581619073°
BRVIX-0038	-20,3245829967048°	-40,3491640008254°
BRVIX-0039	-20,3246491656194°	-40,3491702197920°
BRVIX-0040	-20,3246680000000°	-40,3491720000000°
BRVIX-0041	-20,3246770000000°	-40,3491680000000°
BRVIX-0042	-20,3246888151957°	-40,3491582664495°
BRVIX-0043	-20,3246938039064°	-40,3491449410074°
BRVIX-0044	-20,3246900933451°	-40,3491266022901°
BRVIX-0045	-20,3246773173931°	-40,3491151569862°
BRVIX-0046	-20,3244041933534°	-40,3490166036255°
BRVIX-0047	-20,3242958622922°	-40,3489866203054°
BRVIX-0048	-20,3242282885967°	-40,3489713802548°
BRVIX-0049	-20,3242010728787°	-40,3489714700547°
BRVIX-0050	-20,3242030223134°	-40,3488158558436°
BRVIX-0051	-20,3243937244056°	-40,3488103530458°
BRVIX-0052	-20,3244170129481°	-40,3487569947387°
BRVIX-0053	-20,3245482467808°	-40,3486850986803°
BRVIX-0054	-20,3244840317298°	-40,3486106910817°
BRVIX-0055	-20,3244747120342°	-40,3485833557659°
BRVIX-0056	-20,3244374850665°	-40,3484463899388°
BRVIX-0057	-20,3243418520469°	-40,3481408905724°
BRVIX-0058	-20,3242579999999°	-40,3479480000000°
BRVIX-0059	-20,3241400000000°	-40,3476710000000°
BRVIX-0060	-20,3241130000000°	-40,3476039999999°
BRVIX-0061	-20,3240730000000°	-40,3474850000000°
BRVIX-0062	-20,3240680000000°	-40,3474730000000°
BRVIX-0063	-20,3240390000000°	-40,3474129999999°
BRVIX-0064	-20,3240290000000°	-40,3473859999999°
BRVIX-0065	-20,3239969999999°	-40,3473100000000°
BRVIX-0066	-20,3239910000000°	-40,3472950000000°
BRVIX-0067	-20,3239560000000°	-40,3472099999999°
BRVIX-0068	-20,3234170000000°	-40,3461840000000°
BRVIX-0069	-20,3236479999999°	-40,3460350000000°
BRVIX-0070	-20,3236775174229°	-40,3459191382866°
BRVIX-0071	-20,3229580000000°	-40,3435709999999°
BRVIX-0072	-20,3229279999999°	-40,3435680000000°
BRVIX-0073	-20,3228990000000°	-40,3434770000000°
BRVIX-0074	-20,3229190000000°	-40,3434420000000°
BRVIX-0075	-20,3228080000000°	-40,3430760000000°
BRVIX-0076	-20,3222287127751°	-40,3429214843813°
BRVIX-0077	-20,3225529999999°	-40,3413810000000°
BRVIX-0078	-20,3225590000000°	-40,3393199999999°
BRVIX-0079	-20,3223761987612°	-40,3379514170338°
BRVIX-0080	-20,3219827994247°	-40,3350016518581°
BRVIX-0081	-20,3217420000000°	-40,3350320000000°
BRVIX-0082	-20,3217740000000°	-40,3357599999999°
BRVIX-0083	-20,3217880000000°	-40,3360900000000°
BRVIX-0084	-20,3217610000000°	-40,3360940000000°
BRVIX-0085	-20,3220805366775°	-40,3384873782836°
BRVIX-0086	-20,3221078641374°	-40,3386702486656°
BRVIX-0087	-20,3221247519489°	-40,3386673926196°
BRVIX-0088	-20,3221334522348°	-40,3386664296348°
BRVIX-0089	-20,3221748584286°	-40,3387380168437°
BRVIX-0090	-20,3222588387774°	-40,3393932116163°
BRVIX-0091	-20,3222411675450°	-40,3394705082802°
BRVIX-0092	-20,3222423160948°	-40,3395269396724°
BRVIX-0093	-20,3222382130416°	-40,3399246926734°
BRVIX-0094	-20,3222384945160°	-40,3399664247381°
BRVIX-0095	-20,3222301687954°	-40,3399681260212°
BRVIX-0096	-20,3222227798227°	-40,3413322267298°
BRVIX-0097	-20,3219740000000°	-40,3425149999999°
BRVIX-0098	-20,3217240542027°	-40,3437256993478°
BRVIX-0099	-20,3217139999999°	-40,3438710000000°
BRVIX-0100	-20,3217459999999°	-40,3441110000000°
BRVIX-0101	-20,3217679999999°	-40,3441100000000°
BRVIX-0102	-20,3218100000000°	-40,3444820000000°
BRVIX-0103	-20,3218029999999°	-40,3446020000000°

ANEXO 02 - Área terrestre principal do Porto no Município de Vila Velha (Área = 858.048,00 m²)

Vértices	Coordenadas geodésicas (SIRGAS 2000)	
	Latitude	Longitude
BRVIX-0104	-20,3335510000000°	-40,3273639999999°
BRVIX-0105	-20,3335209999999°	-40,3273700000000°
BRVIX-0106	-20,3335057071264°	-40,3272379983544°
BRVIX-0107	-20,3334859681696°	-40,3270676199906°
BRVIX-0108	-20,3323439347248°	-40,3271357779069°
BRVIX-0109	-20,3319178565641°	-40,3271834692632°
BRVIX-0110	-20,3313047690122°	-40,3272348741660°
BRVIX-0111	-20,3311979698639°	-40,3272286530047°
BRVIX-0112	-20,3310948319557°	-40,3271799854045°
BRVIX-0113	-20,3310656298906°	-40,3270682322634°
BRVIX-0114	-20,3302361171951°	-40,3267098301191°
BRVIX-0115	-20,3302600592205°	-40,3256445574981°
BRVIX-0116	-20,3294327518702°	-40,3253251212091°
BRVIX-0117	-20,3289284761648°	-40,3251172880416°
BRVIX-0118	-20,3287838908589°	-40,3252505670410°
BRVIX-0119	-20,3284370257299°	-40,3247591261751°
BRVIX-0120	-20,3279565291244°	-40,3247178665841°
BRVIX-0121	-20,3277912359567°	-40,3250058338260°
BRVIX-0122	-20,3269990000000°	-40,3240329999999°
BRVIX-0123	-20,3269890000000°	-40,3240210000000°
BRVIX-0124	-20,3269760000000°	-40,3239940000000°
BRVIX-0125	-20,3269687012231°	-40,3239964416164°
BRVIX-0126	-20,3262954907119°	-40,3231633759727°
BRVIX-0127	-20,3262441767692°	-40,3231020258718°
BRVIX-0128	-20,3262160775095°	-40,3230173965706°
BRVIX-0129	-20,3262264907000°	-40,3227954529000°
BRVIX-0130	-20,3262498314202°	-40,3227792733603°
BRVIX-0131	-20,3262964977698°	-40,3224836235053°
BRVIX-0132	-20,3263146289822°	-40,3222803211161°
BRVIX-0133	-20,3263289077673°	-40,3220972476868°
BRVIX-0134	-20,3263207961661°	-40,3218112215397°

BRVIX-0135	-20,3263017276861°	-40,3217252228081°
BRVIX-0136	-20,3262706532903°	-40,3216468034853°
BRVIX-0137	-20,3260331391914°	-40,3215282039261°
BRVIX-0138	-20,3258401805483°	-40,3215947472533°
BRVIX-0139	-20,3256499772099°	-40,3216593874339°
BRVIX-0140	-20,3254910044177°	-40,3217544091078°
BRVIX-0141	-20,3253575099174°	-40,3218532227311°
BRVIX-0142	-20,3253021128470°	-40,3219561702094°
BRVIX-0143	-20,3252412178000°	-40,3221463314999°
BRVIX-0144	-20,3251872861978°	-40,3222991205267°
BRVIX-0145	-20,3251560786556°	-40,3224388967121°
BRVIX-0146	-20,3250089583019°	-40,3225528435949°
BRVIX-0147	-20,3248628575278°	-40,3225159942086°
BRVIX-0148	-20,3247754721970°	-40,3224442876522°
BRVIX-0149	-20,3247715260540°	-40,3224113865506°
BRVIX-0150	-20,3247513789999°	-40,3224074681000°
BRVIX-0151	-20,3246456819000°	-40,3224065696000°
BRVIX-0152	-20,3246343753834°	-40,3224149866789°
BRVIX-0153	-20,3244976750427°	-40,3224188592910°
BRVIX-0154	-20,3245237897797°	-40,3224764927722°
BRVIX-0155	-20,3245503086250°	-40,3225312146252°
BRVIX-0156	-20,3245609925728°	-40,3225626452806°
BRVIX-0157	-20,3245635472905°	-40,3226044463891°
BRVIX-0158	-20,3245411208000°	-40,3227332344000°
BRVIX-0159	-20,3245109755999°	-40,3227770349999°
BRVIX-0160	-20,3244336011437°	-40,3229645316405°
BRVIX-0161	-20,3244363161437°	-40,3230833167406°
BRVIX-0162	-20,3245602312518°	-40,3231036743823°
BRVIX-0163	-20,3245664628673°	-40,3231289833945°
BRVIX-0164	-20,3245743090854°	-40,3231537826133°
BRVIX-0165	-20,3245837333270°	-40,3231779564258°
BRVIX-0166	-20,3245946916566°	-40,3232013921345°
BRVIX-0167	-20,3246071329871°	-40,3232239804831°
BRVIX-0168	-20,3246209993174°	-40,3232456161654°
BRVIX-0169	-20,3246362260032°	-40,3232661983163°
BRVIX-0170	-20,3246527420582°	-40,3232856309827°
BRVIX-0171	-20,3246704704853°	-40,3233038235695°
BRVIX-0172	-20,3246893286348°	-40,3233206912633°
BRVIX-0173	-20,3247092285909°	-40,3233361554268°
BRVIX-0174	-20,3247300775806°	-40,3233501439665°
BRVIX-0175	-20,3247517784067°	-40,3233625916672°
BRVIX-0176	-20,3248530721081°	-40,3234160383213°
BRVIX-0177	-20,3248793904711°	-40,3234511311345°
BRVIX-0178	-20,3248999494099°	-40,3234767533844°
BRVIX-0179	-20,3249220640028°	-40,3235008758516°
BRVIX-0180	-20,3249456371323°	-40,3235233926006°
BRVIX-0181	-20,3249705652755°	-40,3235442047465°
BRVIX-0182	-20,3249967389585°	-40,3235632208911°
BRVIX-0183	-20,3250240432383°	-40,3235803575224°
BRVIX-0184	-20,3252702451534°	-40,3237234175352°
BRVIX-0185	-20,3252985344742°	-40,3237385868168°
BRVIX-0186	-20,3253277086723°	-40,3237517383055°
BRVIX-0187	-20,3253576398552°	-40,3237628143473°
BRVIX-0188	-20,3253881968121°	-40,3237717663861°
BRVIX-0189	-20,3254192455881°	-40,3237785551774°
BRVIX-0190	-20,3254506500732°	-40,3237831509592°
BRVIX-0191	-20,3254822725971°	-40,3237855335834°
BRVIX-0192	-20,3256083405987°	-40,3237910666040°
BRVIX-0193	-20,3256225815646°	-40,3238191623551°
BRVIX-0194	-20,3256254763570°	-40,3238550739970°
BRVIX-0195	-20,3256295438270°	-40,3238913836190°
BRVIX-0196	-20,3256356784722°	-40,3239273653811°
BRVIX-0197	-20,3256438577636°	-40,3239628871434°
BRVIX-0198	-20,3256540516636°	-40,3239978184562°
BRVIX-0199	-20,3256662227362°	-40,3240320310374°
BRVIX-0200	-20,3256526305963°	-40,3240522969222°
BRVIX-0201	-20,3256403755706°	-40,3240734994454°
BRVIX-0202	-20,3256295148698°	-40,3240955396258°
BRVIX-0203	-20,3256200991953°	-40,3241183145726°
BRVIX-0204	-20,3256121725025°	-40,3241417179638°
BRVIX-0205	-20,3256057717962°	-40,3241656405446°
BRVIX-0206	-20,3256009269570°	-40,3241899706361°
BRVIX-0207	-20,3255976606020°	-40,3242145946570°
BRVIX-0208	-20,3255959879797°	-40,3242393976540°
BRVIX-0209	-20,3255959168986°	-40,3242642638382°
BRVIX-0210	-20,3255974476902°	-40,3242890771261°
BRVIX-0211	-20,3256005732085°	-40,3243137216804°
BRVIX-0212	-20,3256052788622°	-40,3243380824522°
BRVIX-0213	-20,3256115426839°	-40,3243620457172°
BRVIX-0214	-20,3256193354319°	-40,3243854996064°
BRVIX-0215	-20,3256286207266°	-40,3244083346290°
BRVIX-0216	-20,3257212302219°	-40,3246162440486°
BRVIX-0217	-20,3257326976067°	-40,3246399679941°
BRVIX-0218	-20,3257455887620°	-40,3246628557503°
BRVIX-0219	-20,3257598496748°	-40,3246848114197°
BRVIX-0220	-20,3257754205933°	-40,3247057430102°
BRVIX-0221	-20,3257922362772°	-40,3247255628199°
BRVIX-0222	-20,3258102262703°	-40,3247441878060°
BRVIX-0223	-20,3258293151962°	-40,3247615399309°
BRVIX-0224	-20,3258494230744°	-40,3247775464905°
BRVIX-0225	-20,3258704656548°	-40,3247921404186°
BRVIX-0226	-20,3258923547709°	-40,3248052605673°
BRVIX-0227	-20,3259149987094°	-40,3248168519639°
BRVIX-0228	-20,3259383025941°	-40,3248268660407°
BRVIX-0229	-20,3265439307795°	-40,3250632231925°
BRVIX-0230	-20,3266743821727°	-40,3253827898782°
BRVIX-0231	-20,3266843391863°	-40,3254050778633°
BRVIX-0232	-20,3266956971330°	-40,3254265998228°
BRVIX-0233	-20,3267084038620°	-40,3254472569362°
BRVIX-0234	-20,3267224010288°	-40,3254669543543°
BRVIX-0235	-20,3267376243637°	-40,3254856016337°
BRVIX-0236	-20,3267540039674°	-40,3255031131531°

BRVIX-0237	-20,3267714646309°	-40,3255194085063°
BRVIX-0238	-20,3267899261815°	-40,3255344128707°
BRVIX-0239	-20,3268093038511°	-40,3255480573517°
BRVIX-0240	-20,3268295086649°	-40,3255602792988°
BRVIX-0241	-20,3268504478498°	-40,3255710225927°
BRVIX-0242	-20,3268720252614°	-40,3255802379038°
BRVIX-0243	-20,3268941418242°	-40,3255878829181°
BRVIX-0244	-20,3269166959873°	-40,3255939225323°
BRVIX-0245	-20,3269395841908°	-40,3255983290138°
BRVIX-0246	-20,3270737595013°	-40,3257766768384°
BRVIX-0247	-20,3270887510606°	-40,3257952844562°
BRVIX-0248	-20,3271048882516°	-40,3258127819953°
BRVIX-0249	-20,3271220981175°	-40,3258290903485°
BRVIX-0250	-20,3271403028524°	-40,3258441357851°
BRVIX-0251	-20,3271089242921°	-40,3258778804514°
BRVIX-0252	-20,3267008060782°	-40,3260467310190°
BRVIX-0253	-20,3266587119356°	-40,3260657349842°
BRVIX-0254	-20,3266177894203°	-40,3260874251385°
BRVIX-0255	-20,3265781908838°	-40,3261117207287°
BRVIX-0256	-20,3262996745210°	-40,3262948503654°
BRVIX-0257	-20,3262762118982°	-40,3263114206640°
BRVIX-0258	-20,3262538145091°	-40,3263295721679°
BRVIX-0259	-20,3262325770197°	-40,3263492281564°
BRVIX-0260	-20,3262125891935°	-40,3263703055493°
BRVIX-0261	-20,3261939355124°	-40,3263927152594°
BRVIX-0262	-20,3261766948189°	-40,3264163625679°
BRVIX-0263	-20,3261609399835°	-40,3264411475254°
BRVIX-0264	-20,3261467375965°	-40,3264669653743°
BRVIX-0265	-20,3261341476863°	-40,3264937069909°
BRVIX-0266	-20,3261232234661°	-40,3265212593478°
BRVIX-0267	-20,3261140111085°	-40,3265495059906°
BRVIX-0268	-20,3261065495511°	-40,3265783275304°
BRVIX-0269	-20,3261008703311°	-40,3266076021486°
BRVIX-0270	-20,3260892675348°	-40,3266791212328°
BRVIX-0271	-20,3259150000000°	-40,3267789999999°
BRVIX-0272	-20,3256949999999°	-40,3268659999999°
BRVIX-0273	-20,3254050000000°	-40,3269759999999°
BRVIX-0274	-20,3252369999999°	-40,3270359999999°
BRVIX-0275	-20,3250659999999°	-40,3271080000000°
BRVIX-0276	-20,3249340000000°	-40,3271470000000°
BRVIX-0277	-20,3247800000000°	-40,3272180000000°
BRVIX-0278	-20,3246810000000°	-40,3271859999999°
BRVIX-0279	-20,3245730000000°	-40,3272260000000°
BRVIX-0280	-20,3245530000000°	-40,3272650000000°
BRVIX-0281	-20,3244339999999°	-40,3273450000000°
BRVIX-0282	-20,3238709999999°	-40,3275560000000°
BRVIX-0283	-20,3237770000000°	-40,3274280000000°
BRVIX-0284	-20,3237800000000°	-40,3274199999999°
BRVIX-0285	-20,3237780000000°	-40,3271070000000°
BRVIX-0286	-20,3237919999999°	-40,3270640000000°
BRVIX-0287	-20,3238780000000°	-40,3270249999999°
BRVIX-0288	-20,3238690000000°	-40,3270200000000°
BRVIX-0289	-20,3238400000000°	-40,3269660000000°
BRVIX-0290	-20,3238199999999°	-40,3268630000000°
BRVIX-0291	-20,3237900000000°	-40,3268610000000°
BRVIX-0292	-20,3237489999999°	-40,3267610000000°
BRVIX-0293	-20,3237499999999°	-40,3267270000000°
BRVIX-0294	-20,3237359999999°	-40,3266759999999°
BRVIX-0295	-20,3237210000000°	-40,3266430000000°
BRVIX-0296	-20,3236880000000°	-40,3266150000000°
BRVIX-0297	-20,3236279999999°	-40,3265860000000°
BRVIX-0298	-20,3235450000000°	-40,3265000000000°
BRVIX-0299	-20,3234930000000°	-40,3265470000000°
BRVIX-0300	-20,3234562216968°	-40,3265691270954°
BRVIX-0301	-20,3244866353526°	-40,3297306612521°
BRVIX-0302	-20,3245787439211°	-40,3296986548531°
BRVIX-0303	-20,3248688839665°	-40,3306150246183°
BRVIX-0304	-20,3247805960547°	-40,3306434475622°
BRVIX-0305	-20,3248552006300°	-40,3314331222644°
BRVIX-0306	-20,3249536892108°	-40,3314250214147°
BRVIX-0307	-20,3250312892362°	-40,3323888242035°
BRVIX-0308	-20,3249039120549°	-40,3323943861768°
BRVIX-0309	-20,3251629223623°	-40,3361440290034°
BRVIX-0310	-20,3251473713894°	-40,3361446278788°
BRVIX-0311	-20,3251695733590°	-40,3365155333463°
BRVIX-0312	-20,3252668469845°	-40,3365107049972°
BRVIX-0313	-20,3252760461308°	-40,3366653713682°
BRVIX-0314	-20,3253310736011°	-40,3366628345695°
BRVIX-0315	-20,3253334110857°	-40,3367300857972°
BRVIX-0316	-20,3253720744546°	-40,3367279356467°
BRVIX-0317	-20,3253916776360°	-40,3370691297813°
BRVIX-0318	-20,3252280469780°	-40,3370842375665°
BRVIX-0319	-20,3252362398841°	-40,3372039168753°
BRVIX-0320	-20,3251905964807°	-40,3372429412959°
BRVIX-0321	-20,3250539999999°	-40,3372380000000°
BRVIX-0322	-20,3251660000000°	-40,3412769999999°
BRVIX-0323	-20,3253350000000°	-40,3412670000000°
BRVIX-0324	-20,3253340000000°	-40,3412900000000°
BRVIX-0325	-20,3254390000000°	-40,3413909999999°
BRVIX-0326	-20,3254469999999°	-40,3414119999999°
BRVIX-0327	-20,3254509999999°	-40,3414530000000°
BRVIX-0328	-20,3254710000000°	-40,3415090000000°
BRVIX-0329	-20,3256079999999°	-40,3415090000000°
BRVIX-0330	-20,3256060000000°	-40,3414379999999°
BRVIX-0331	-20,3257380000000°	-40,3414290000000°
BRVIX-0332	-20,3257429999999°	-40,3412879999999°
BRVIX-0333	-20,3257390000000°	-40,3410759999999°
BRVIX-0334	-20,3257639999999°	-40,3408780000000°
BRVIX-0335	-20,3258120000000°	-40,3406569999999°
BRVIX-0336	-20,3258359999999°	-40,3405789999999°
BRVIX-0337	-20,3258270000000°	-40,3405030000000°
BRVIX-0338	-20,3258610000000°	-40,3404170000000°
BRVIX-0339	-20,3259299999999°	-40,3403540000000°
BRVIX-0340	-20,3262389999999°	-40,3398730000000°
BRVIX-0341	-20,3264470000000°	-40,3396659999999°
BRVIX-0342	-20,3266370000000°	-40,3394739999999°

BRVIX-0343	-20,3268439999999°	-40,3392939999999°
BRVIX-0344	-20,3269379999999°	-40,3392309999999°
BRVIX-0345	-20,3269760000000°	-40,3392060000000°
BRVIX-0346	-20,3269719999999°	-40,3391870000000°
BRVIX-0347	-20,3269670000000°	-40,3391619999999°
BRVIX-0348	-20,3266939999999°	-40,3377780000000°
BRVIX-0349	-20,3265440000000°	-40,3377170000000°
BRVIX-0350	-20,3262170000000°	-40,3375879999999°
BRVIX-0351	-20,3262677999999°	-40,3374714999999°
BRVIX-0352	-20,3262677000000°	-40,3374714000000°
BRVIX-0353	-20,3262271000000°	-40,3374519999999°
BRVIX-0354	-20,3260582356807°	-40,3373876610530°
BRVIX-0355	-20,3259330607771°	-40,3372703815299°
BRVIX-0356	-20,3259289668150°	-40,3371945286828°
BRVIX-0357	-20,3263125999999°	-40,3368864000000°
BRVIX-0358	-20,3262932000000°	-40,3368485000000°
BRVIX-0359	-20,3261923000000°	-40,3366510999999°
BRVIX-0360	-20,3261666000000°	-40,3366103999999°
BRVIX-0361	-20,3260741000000°	-40,3364597000000°
BRVIX-0362	-20,3260329000000°	-40,3363601000000°
BRVIX-0363	-20,3260328346737°	-40,3363600335725°
BRVIX-0364	-20,3259862242098°	-40,3363992462688°
BRVIX-0365	-20,3259756167134°	-40,3363804691761°
BRVIX-0366	-20,3257141078572°	-40,3355500841368°
BRVIX-0367	-20,3256478029835°	-40,3352509422333°
BRVIX-0368	-20,3257384497883°	-40,3352113984759°
BRVIX-0369	-20,3257471771526°	-40,3351806334305°
BRVIX-0370	-20,3260549651816°	-40,3350408555649°
BRVIX-0371	-20,3261425780638°	-40,3349845246701°
BRVIX-0372	-20,3261459947767°	-40,3349911692272°
BRVIX-0373	-20,3261449999999°	-40,3349829999999°
BRVIX-0374	-20,3260520000000°	-40,3348110000000°
BRVIX-0375	-20,3261229999999°	-40,3347740000000°
BRVIX-0376	-20,3260060000000°	-40,3344400000000°
BRVIX-0377	-20,3259959999999°	-40,3342120000000°
BRVIX-0378	-20,3262220000000°	-40,3341670000000°
BRVIX-0379	-20,3261279999999°	-40,3339249999999°
BRVIX-0380	-20,3260829999999°	-40,3337780000000°
BRVIX-0381	-20,3260019999999°	-40,3335349999999°
BRVIX-0382	-20,3259830000000°	-40,3331840000000°
BRVIX-0383	-20,3261510000000°	-40,3331700000000°
BRVIX-0384	-20,3263600000000°	-40,3329359999999°
BRVIX-0385	-20,3274549999999°	-40,3332719999999°
BRVIX-0386	-20,3275019999999°	-40,3332920000000°
BRVIX-0387	-20,3275669999999°	-40,3332360000000°
BRVIX-0388	-20,3276280000000°	-40,3333039999999°
BRVIX-0389	-20,3276750000000°	-40,3332849999999°
BRVIX-0390	-20,3276840000000°	-40,3332899999999°
BRVIX-0391	-20,3281759999999°	-40,3338640000000°
BRVIX-0392	-20,3283940000000°	-40,3341140000000°
BRVIX-0393	-20,3284179999999°	-40,3341409999999°
BRVIX-0394	-20,3284260000000°	-40,3341509999999°
BRVIX-0395	-20,3284459999999°	-40,3341740000000°
BRVIX-0396	-20,3283710000000°	-40,3342600000000°
BRVIX-0397	-20,3284710000000°	-40,3344250000000°
BRVIX-0398	-20,3287330000000°	-40,3347559999999°
BRVIX-0399	-20,3289170000000°	-40,3349200000000°
BRVIX-0400	-20,3288959999999°	-40,3349410000000°
BRVIX-0401	-20,3290150000000°	-40,3350860000000°
BRVIX-0402	-20,3290710000000°	-40,3351930000000°
BRVIX-0403	-20,3291940000000°	-40,3355320000000°
BRVIX-0404	-20,3292180000000°	-40,3358250000000°
BRVIX-0405	-20,3291889999999°	-40,3360250000000°
BRVIX-0406	-20,3291140000000°	-40,3363280000000°
BRVIX-0407	-20,3291320000000°	-40,3363470000000°
BRVIX-0408	-20,3292040000000°	-40,3363980000000°
BRVIX-0409	-20,3293429999999°	-40,3364829999999°
BRVIX-0410	-20,3293750000000°	-40,3364400000000°
BRVIX-0411	-20,3294550000000°	-40,3363000000000°
BRVIX-0412	-20,3295219999999°	-40,3362129999999°
BRVIX-0413	-20,3298220000000°	-40,3360519999999°
BRVIX-0414	-20,3302400000000°	-40,3359510000000°
BRVIX-0415	-20,3303650000000°	-40,3358330000000°
BRVIX-0416	-20,3305090000000°	-40,3354790000000°
BRVIX-0417	-20,3304870000000°	-40,3354210000000°
BRVIX-0418	-20,3306710000000°	-40,3351859999999°
BRVIX-0419	-20,3307720000000°	-40,3350770000000°
BRVIX-0420	-20,3309399999999°	-40,3349730000000°
BRVIX-0421	-20,3309700000000°	-40,3349309999999°
BRVIX-0422	-20,3309850000000°	-40,3348919999999°
BRVIX-0423	-20,3310040000000°	-40,3348220000000°
BRVIX-0424	-20,3310129999999°	-40,3347909999999°
BRVIX-0425	-20,3310319999999°	-40,3347670000000°
BRVIX-0426	-20,3310619999999°	-40,3347479999999°
BRVIX-0427	-20,3313369999999°	-40,3346240000000°
BRVIX-0428	-20,3314949999999°	-40,3345380000000°
BRVIX-0429	-20,3315280000000°	-40,3345070000000°
BRVIX-0430	-20,3315469999999°	-40,3344569999999°
BRVIX-0431	-20,3315370000000°	-40,3343669999999°
BRVIX-0432	-20,3314890000000°	-40,3340499999999°
BRVIX-0433	-20,3314430000000°	-40,3336550000000°
BRVIX-0434	-20,3314270000000°	-40,3333910000000°
BRVIX-0435	-20,3314130000000°	-40,3332920000000°
BRVIX-0436	-20,3314289999999°	-40,3332729999999°
BRVIX-0437	-20,3314319999999°	-40,3332490000000°
BRVIX-0438	-20,3314000000000°	-40,3331010000000°
BRVIX-0439	-20,3314609999999°	-40,3330589999999°
BRVIX-0440	-20,3314849999999°	-40,3330530000000°
BRVIX-0441	-20,3318179999999°	-40,3330030000000°
BRVIX-0442	-20,3318500000000°	-40,3329820000000°
BRVIX-0443	-20,3318830000000°	-40,3329290000000°
BRVIX-0444	-20,3319229999999°	-40,3327769999999°
BRVIX-0445	-20,3319600000000°	-40,3326690000000°
BRVIX-0446	-20,3321439999999°	-40,3323269999999°
BRVIX-0447	-20,3322570000000°	-40,3322359999999°
BRVIX-0448	-20,3323069999999°	-40,3321809999999°
BRVIX-0449	-20,3323299999999°	-40,3321080000000°
BRVIX-0450	-20,3323279999999°	-40,3320349999999°
BRVIX-0451	-20,3322420000000°	-40,3318080000000°
BRVIX-0452	-20,3318840000000°	-40,3312980000000°

BRVIX-0453	-20,3318060000000°	-40,3311689999999°
BRVIX-0454	-20,3317580000000°	-40,3310559999999°
BRVIX-0455	-20,3317230000000°	-40,3309410000000°
BRVIX-0456	-20,3316969999999°	-40,3308440000000°
BRVIX-0457	-20,3314949999999°	-40,3300460000000°
BRVIX-0458	-20,3314259999999°	-40,3297620000000°
BRVIX-0459	-20,3314039999999°	-40,3295660000000°
BRVIX-0460	-20,3314549999999°	-40,3290820000000°
BRVIX-0461	-20,3314900000000°	-40,3289419999999°
BRVIX-0462	-20,3316749999999°	-40,3284660000000°
BRVIX-0463	-20,3317220000000°	-40,3283600000000°
BRVIX-0464	-20,3320560000000°	-40,3283329999999°
BRVIX-0465	-20,3322499999999°	-40,3284440000000°
BRVIX-0466	-20,3323890000000°	-40,3284440000000°
BRVIX-0467	-20,3325279999999°	-40,3284170000000°
BRVIX-0468	-20,3326940000000°	-40,3283329999999°
BRVIX-0469	-20,3328240000000°	-40,3282040000000°
BRVIX-0470	-20,3328609999999°	-40,3281670000000°
BRVIX-0471	-20,3331349999999°	-40,3278099999999°
BRVIX-0472	-20,3332219999999°	-40,3277219999999°
BRVIX-0473	-20,3332780000000°	-40,3276390000000°
BRVIX-0474	-20,3333329999999°	-40,3275940000000°
BRVIX-0475	-20,3334920000000°	-40,3275340000000°
BRVIX-0476	-20,3335620000000°	-40,3274840000000°
BRVIX-0477	-20,3337070000000°	-40,3273340000000°

ANEXO 03 - Área de mangue em Capuaba (Área = 39.877,97 m²)

Vértices	Coordenadas geodésicas (SIRGAS 2000)	
	Latitude	Longitude
BRVIX-0478	-20,3334560000000°	-40,3268090000000°
BRVIX-0479	-20,3334319999999°	-40,3266009999999°
BRVIX-0480	-20,3330379999999°	-40,3266830000000°
BRVIX-0481	-20,3328330000000°	-40,3266969999999°
BRVIX-0482	-20,3326109999999°	-40,3267270000000°
BRVIX-0483	-20,3320640000000°	-40,3267860000000°
BRVIX-0484	-20,3317580000000°	-40,3268189999999°
BRVIX-0485	-20,3314800000000°	-40,3268380000000°
BRVIX-0486	-20,3312669999999°	-40,3268549999999°
BRVIX-0487	-20,3311440000000°	-40,3268280000000°
BRVIX-0488	-20,3309500000000°	-40,3267610000000°
BRVIX-0489	-20,3308720000000°	-40,3267410000000°
BRVIX-0490	-20,3306880000000°	-40,3265549999999°
BRVIX-0491	-20,3306729999999°	-40,3264959999999°
BRVIX-0492	-20,3306739999999°	-40,3264660000000°
BRVIX-0493	-20,3306829999999°	-40,3260950000000°
BRVIX-0494	-20,3306940000000°	-40,3253479999999°
BRVIX-0495	-20,3303730000000°	-40,3252150000000°
BRVIX-0496	-20,3303010000000°	-40,3251869999999°
BRVIX-0497	-20,3302209999999°	-40,3251579999999°
BRVIX-0498	-20,3299740000000°	-40,3250730000000°
BRVIX-0499	-20,3298709999999°	-40,3250350000000°
BRVIX-0500	-20,3298179999999°	-40,3250140000000°
BRVIX-0501	-20,3297860000000°	-40,3250019999999°
BRVIX-0502	-20,3297730000000°	-40,3249970000000°
BRVIX-0503	-20,3296420000000°	-40,3249419999999°
BRVIX-0504	-20,3291140000000°	-40,3247130000000°
BRVIX-0505	-20,3290739999999°	-40,3246920000000°
BRVIX-0506	-20,3290409999999°	-40,3246750000000°
BRVIX-0507	-20,3290069999999°	-40,3246530000000°
BRVIX-0508	-20,3289350000000°	-40,3246060000000°
BRVIX-0509	-20,3288279999999°	-40,3245069999999°
BRVIX-0510	-20,3287239999999°	-40,3244310000000°
BRVIX-0511	-20,3285500000000°	-40,3243190000000°
BRVIX-0512	-20,3283990000000°	-40,3243019999999°
BRVIX-0513	-20,3282299999999°	-40,3242550000000°
BRVIX-0514	-20,3280340000000°	-40,3242300000000°
BRVIX-0515	-20,3278479999999°	-40,3241689999999°
BRVIX-0516	-20,3276930000000°	-40,3241009999999°
BRVIX-0517	-20,3276040000000°	-40,3240460000000°
BRVIX-0518	-20,3275620000000°	-40,3240099999999°
BRVIX-0519	-20,3274329999999°	-40,3238539999999°
BRVIX-0520	-20,3273839999999°	-40,3238689999999°
BRVIX-0124	-20,3269760000000°	-40,3239940000000°
BRVIX-0123	-20,3269890000000°	-40,3240210000000°
BRVIX-0122	-20,3269990000000°	-40,3240329999999°
BRVIX-0121	-20,3277912359567°	-40,3250058338260°
BRVIX-0120	-20,3279565291244°	-40,3247178665841°
BRVIX-0119	-20,3284370257299°	-40,3247591261751°
BRVIX-0118	-20,3287838908589°	-40,3252505670410°
BRVIX-0117	-20,3289284761648°	-40,3251172880416°
BRVIX-0116	-20,3294327518702°	-40,3253251212091°
BRVIX-0115	-20,3302600592205°	-40,3256445574981°
BRVIX-0114	-20,3302361171951°	-40,3267098301191°
BRVIX-0113	-20,3310656298906°	-40,3270682322634°
BRVIX-0112	-20,3310948319557°	-40,3271799854045°
BRVIX-0111	-20,3311979698639°	-40,3272286530047°
BRVIX-0110	-20,3313047690122°	-40,3272348741660°
BRVIX-0109	-20,3319178565641°	-40,3271834692632°
BRVIX-0108	-20,3323439347248°	-40,3271357779069°
BRVIX-0107	-20,3334859681696°	-40,3270676199906°
BRVIX-0521	-20,3334830000000°	-40,3270420000000°

ANEXO 04 - Área de píer sobre água em Capuaba (cais) (Área = 28.278,93 m²)

Vértices	Coordenadas geodésicas (SIRGAS 2000)	
	Latitude	Longitude
BRVIX-0522	-20,3232252764560°	-40,3266439874517°
BRVIX-0523	-20,3245869999999°	-40,3307040000000°
BRVIX-0524	-20,3247200005000°	-40,3324069753000°
BRVIX-0525	-20,3250441026214°	-40,3371011130101°
BRVIX-0318	-20,3252280469780°	-40,3370842375665°
BRVIX-0317	-20,3253916776360°	-40,3370691297813°
BRVIX-0316	-20,3253720744546°	-40,3367279356467°
BRVIX-0315	-20,3253334110857°	-40,3367300857972°
BRVIX-0314	-20,3253310736011°	-40,3366628345695°
BRVIX-0313	-20,3252760461308°	-40,3366653713682°
BRVIX-0312	-20,3252668469845°	-40,3365107049972°
BRVIX-0311	-20,3251695733590°	-40,3365155333463°

BRVIX-0310	-20,3251473713894°	-40,3361446278788°
BRVIX-0309	-20,3251629223623°	-40,3361440290034°
BRVIX-0308	-20,3249039120549°	-40,3323943861768°
BRVIX-0307	-20,3250312892362°	-40,3323888242035°
BRVIX-0306	-20,3249536892108°	-40,3314250214147°
BRVIX-0305	-20,3248552006300°	-40,3314331222644°
BRVIX-0304	-20,3247805960547°	-40,3306434475622°
BRVIX-0303	-20,3248688839665°	-40,3306150246183°
BRVIX-0302	-20,3245787439211°	-40,3296986548531°
BRVIX-0301	-20,3244866353526°	-40,3297306612521°
BRVIX-0300	-20,3234562216968°	-40,3265691270954°

ANEXO 05 - Área de São Torquato n.º 1 (Área = 61.786,50 m²)

Vértices	Coordenadas geodésicas (SIRGAS 2000)	
	Latitude	Longitude
BRVIX-0526	-20,3297470999999°	-40,3477990000000°
BRVIX-0527	-20,3311365908010°	-40,3481024468134°
BRVIX-0528	-20,3311949788854°	-40,3478053736577°
BRVIX-0529	-20,3309947485319°	-40,3477146932442°
BRVIX-0530	-20,3311446441183°	-40,3474834061009°
BRVIX-0531	-20,3311807190823°	-40,3474215902089°
BRVIX-0532	-20,3312601000000°	-40,3472312000000°
BRVIX-0533	-20,3314153000000°	-40,3471412000000°
BRVIX-0534	-20,3318715240837°	-40,3467166047713°
BRVIX-0535	-20,3318925809657°	-40,3465810585060°
BRVIX-0536	-20,3318436286603°	-40,3461150806703°
BRVIX-0537	-20,3317520873806°	-40,3452894469892°
BRVIX-0538	-20,3305579322895°	-40,3457239699790°
BRVIX-0539	-20,3298766841992°	-40,3459121916134°
BRVIX-0540	-20,3295044279479°	-40,3459431421781°
BRVIX-0541	-20,3290644876167°	-40,3462030367950°
BRVIX-0542	-20,3290261380867°	-40,3462239324900°
BRVIX-0543	-20,3289713420446°	-40,3466440650638°
BRVIX-0544	-20,3289890210701°	-40,3468159232087°
BRVIX-0545	-20,3290123209065°	-40,3469567388189°
BRVIX-0546	-20,3290585277462°	-40,3472542296840°
BRVIX-0547	-20,3290806677901°	-40,3473353995676°
BRVIX-0548	-20,3291490986969°	-40,3474228862123°
BRVIX-0549	-20,3292964372064°	-40,3475547388492°
BRVIX-0550	-20,3294158999999°	-40,3475849999999°
BRVIX-0551	-20,3295842000000°	-40,3476898000000°
BRVIX-0552	-20,3296762000000°	-40,3477161000000°
BRVIX-0553	-20,3297569000000°	-40,3477403000000°

ANEXO 06 - Área de São Torquato n.º 2 (Área = 2.509,53 m²)

Vértices	Coordenadas geodésicas (SIRGAS 2000)	
	Latitude	Longitude
BRVIX-0554	-20,3319426326286°	-40,3464690809387°
BRVIX-0555	-20,3319397205117°	-40,3465663045811°
BRVIX-0556	-20,3319439307782°	-40,3466050222599°
BRVIX-0557	-20,3319612858406°	-40,3465719285866°
BRVIX-0558	-20,3323639390319°	-40,3456417776676°
BRVIX-0559	-20,3318760248481°	-40,3456773210332°
BRVIX-0560	-20,3319262781664°	-40,3460851761445°
BRVIX-0561	-20,3319419165646°	-40,3462404189516°

ANEXO 07 - Área de São Torquato n.º 3 (Área = 18.079,24 m²)

Vértices	Coordenadas geodésicas (SIRGAS 2000)	
	Latitude	Longitude
BRVIX-0562	-20,3321972166072°	-40,3461989768182°
BRVIX-0563	-20,3319490557609°	-40,3467481613410°
BRVIX-0564	-20,3319205916134°	-40,3468082113348°
BRVIX-0565	-20,3319112418188°	-40,3468491360930°
BRVIX-0566	-20,3319063213014°	-40,3469014730584°
BRVIX-0567	-20,3319105499365°	-40,3469389236682°
BRVIX-0568	-20,3319192585855°	-40,3469812020732°
BRVIX-0569	-20,3319370725747°	-40,3470142806801°
BRVIX-0570	-20,3319620843870°	-40,3470377289764°
BRVIX-0571	-20,3321561350293°	-40,3470447362176°
BRVIX-0572	-20,3321693073671°	-40,3470265756575°
BRVIX-0573	-20,3323848846928°	-40,3471466212786°
BRVIX-0574	-20,3328071613307°	-40,3469329310672°
BRVIX-0575	-20,3331377445858°	-40,3469009795152°
BRVIX-0576	-20,3334645926289°	-40,3465224702530°
BRVIX-0577	-20,3331610193039°	-40,3460553051420°
BRVIX-0578	-20,3332942228349°	-40,3457691157290°
BRVIX-0579	-20,3327311917150°	-40,3455583152359°
BRVIX-0580	-20,3324371180122°	-40,3455862084887°
BRVIX-0581	-20,3323971155920°	-40,3457215527480°
BRVIX-0582	-20,3323075105604°	-40,3459547944539°

ANEXO 08 - Área de São Torquato n.º 4 (Área = 5.772,86 m²)

Vértices	Coordenadas geodésicas (SIRGAS 2000)	
	Latitude	Longitude
BRVIX-0583	-20,3290948000000°	-40,3479329999999°
BRVIX-0584	-20,3290988999999°	-40,3480746000000°
BRVIX-0585	-20,3291058000000°	-40,3481975999999°
BRVIX-0586	-20,3291073000000°	-40,3482860999999°
BRVIX-0587	-20,3290820999999°	-40,3485543000000°
BRVIX-0588	-20,3290885000000°	-40,3487432000000°
BRVIX-0589	-20,3292573999999°	-40,3486344000000°
BRVIX-0590	-20,3295466000000°	-40,3484467000000°
BRVIX-0591	-20,3297258000000°	-40,3483292999999°
BRVIX-0592	-20,3297356000000°	-40,3483424000000°
BRVIX-0593	-20,3298462000000°	-40,3482695000000°
BRVIX-0594	-20,3298687000000°	-40,3482263999999°
BRVIX-0595	-20,3299083000000°	-40,3479803000000°
BRVIX-0596	-20,3295552000000°	-40,3479064999999°
BRVIX-0597	-20,3292760000000°	-40,3478062000000°
BRVIX-0598	-20,3292402999999°	-40,3477894000000°
BRVIX-0599	-20,3291781000000°	-40,3477561000000°
BRVIX-0600	-20,3290097000000°	-40,3476042000000°

ANEXO 09 - Área contígua ao Berço 902 (Área = 15.165,64 m²)

Vértices	Coordenadas geodésicas (SIRGAS 2000)	
	Latitude	Longitude
BRVIX-0601	-20,3262381030382°	-40,3488319038632°
BRVIX-0602	-20,3263447909787°	-40,3488213357903°
BRVIX-0603	-20,3263788148932°	-40,3493411306133°
BRVIX-0604	-20,3263371423046°	-40,3493442170828°
BRVIX-0605	-20,3263477774810°	-40,3494879736239°

BRVIX-0606	-20,3263884593052°	-40,3494844954931°
BRVIX-0607	-20,3264296516908°	-40,3501169759729°
BRVIX-0608	-20,3264915117790°	-40,3501788096732°
BRVIX-0609	-20,3267686032365°	-40,3501816361457°
BRVIX-0610	-20,3267950485151°	-40,3501814442672°
BRVIX-0611	-20,3268146385130°	-40,3501716535516°
BRVIX-0612	-20,3267915977022°	-40,3501603434973°
BRVIX-0613	-20,3265757329791°	-40,3481860423432°
BRVIX-0614	-20,3273256071548°	-40,3479262818924°
BRVIX-0615	-20,3271531634285°	-40,3476771089480°
BRVIX-0616	-20,3270673023110°	-40,3475643063387°
BRVIX-0617	-20,3270305736096°	-40,3475237619557°
BRVIX-0618	-20,3269256453580°	-40,3474232453190°
BRVIX-0619	-20,3267310059626°	-40,3472405417813°
BRVIX-0620	-20,3266494843372°	-40,3471507636464°
BRVIX-0621	-20,3265958347460°	-40,3470784667208°
BRVIX-0622	-20,3264786517864°	-40,3472785822734°
BRVIX-0623	-20,3265211563271°	-40,3476247030591°
BRVIX-0624	-20,3261751951822°	-40,3482030670948°

ANEXO 10 - Terminal de Granéis Líquidos - Berço 209 (Área = 374,17 m²)

Vértices	Coordenadas geodésicas (SIRGAS 2000)	
	Latitude	Longitude
BRVIX-0625	-20,3263488462553°	-40,3469600308735°
BRVIX-0626	-20,3263582056984°	-40,3469780935150°
BRVIX-0627	-20,3265572999999°	-40,3471443000000°
BRVIX-0628	-20,3265785058142°	-40,3471080721790°
BRVIX-0629	-20,3264092650239°	-40,3469555191794°
BRVIX-0630	-20,3263345726733°	-40,3465922551680°
BRVIX-0631	-20,3262835077604°	-40,3466064869446°

ANEXO 11 - Área marítima principal (Área = 2.377.125,32 m²)

Vértices	Coordenadas geodésicas (SIRGAS 2000)	
	Latitude	Longitude
BRVIX-0632	-20,32632500000000°	-40,35160200000000°
BRVIX-0633	-20,32632999999999°	-40,35156499999999°
BRVIX-0634	-20,32633400000000°	-40,35154200000000°
BRVIX-0635	-20,32642400000000°	-40,35093600000000°
BRVIX-0636	-20,32650699999999°	-40,35046400000000°
BRVIX-0637	-20,32663900000000°	-40,35023799999999°
BRVIX-0609	-20,3267686032365°	-40,3501816361457°
BRVIX-0608	-20,3264915117790°	-40,3501788096732°
BRVIX-0607	-20,3264296516908°	-40,3501169759729°
BRVIX-0606	-20,3263884593052°	-40,3494844954931°
BRVIX-0605	-20,3263477774810°	-40,3494879736239°
BRVIX-0604	-20,3263371423046°	-40,3493442170828°
BRVIX-0603	-20,3263788148932°	-40,3493411306133°
BRVIX-0602	-20,3263447909787°	-40,3488213357903°
BRVIX-0601	-20,3262381030382°	-40,3488319038632°
BRVIX-0624	-20,3261751951822°	-40,3482030670948°
BRVIX-0623	-20,3265211563271°	-40,3476247030591°
BRVIX-0622	-20,3264786517864°	-40,3472785822734°
BRVIX-0627	-20,3265572999999°	-40,3471443000000°
BRVIX-0626	-20,3263582056984°	-40,3469780935150°
BRVIX-0625	-20,3263488462553°	-40,3469600308735°
BRVIX-0631	-20,3262835077604°	-40,3466064869446°
BRVIX-0638	-20,3259965248000°	-40,3466899068000°
BRVIX-0639	-20,32597600000000°	-40,34646599999999°
BRVIX-0640	-20,32600800000000°	-40,34578200000000°
BRVIX-0641	-20,32602000000000°	-40,34528000000000°
BRVIX-0642	-20,32601600000000°	-40,34494500000000°
BRVIX-0643	-20,32591100000000°	-40,34432699999999°
BRVIX-0644	-20,32564100000000°	-40,34385000000000°
BRVIX-0645	-20,32540399999999°	-40,34333599999999°
BRVIX-0646	-20,32517200000000°	-40,34257400000000°
BRVIX-0647	-20,32521600000000°	-40,34188500000000°
BRVIX-0648	-20,32518200000000°	-40,34161300000000°
BRVIX-0322	-20,32516600000000°	-40,34127699999999°
BRVIX-0321	-20,32505399999999°	-40,33723800000000°
BRVIX-0320	-20,32519059648070°	-40,33724299129590°
BRVIX-0319	-20,32523623988410°	-40,33720391687530°
BRVIX-0318	-20,32522804697800°	-40,33708423756650°
BRVIX-0525	-20,32504410262140°	-40,33710111301010°
BRVIX-0524	-20,32472000050000°	-40,33240697530000°
BRVIX-0523	-20,32458699999999°	-40,33070400000000°
BRVIX-0522	-20,32322527645600°	-40,32664398745170°
BRVIX-0300	-20,32345622169680°	-40,32656912709540°
BRVIX-0649	-20,32339884989990°	-40,32653686329990°
BRVIX-0650	-20,32338694890000°	-40,32653589979990°
BRVIX-0651	-20,32336345630000°	-40,32653148820000°
BRVIX-0652	-20,32334071690000°	-40,32652383380000°
BRVIX-0653	-20,32331912699990°	-40,32651306989990°
BRVIX-0654	-20,32329615300000°	-40,32649646790000°
BRVIX-0655	-20,32325262960000°	-40,32646290180000°
BRVIX-0656	-20,32314816540000°	-40,32654918699990°
BRVIX-0657	-20,32283949640000°	-40,32615824910000°
BRVIX-0658	-20,32264599999999°	-40,32575400000000°
BRVIX-0659	-20,32261099999999°	-40,32565200000000°
BRVIX-0660	-20,32183333333332°	-40,32316666666667°
BRVIX-0661	-20,32170212520000°	-40,32162862750000°
BRVIX-0662	-20,32167777130000°	-40,32126013190000°
BRVIX-0663	-20,32161999999999°	-40,32038599999999°
BRVIX-0664	-20,32166666666667°	-40,31950000000000°
BRVIX-0665	-20,32146599999999°	-40,31806300000000°
BRVIX-0666	-20,32146299999999°	-40,31759800000000°
BRVIX-0667	-20,32146199999999°	-40,31746400000000°
BRVIX-0668	-20,32150000000000°	-40,31616666666667°
BRVIX-0669	-20,32149799999999°	-40,31589099999999°
BRVIX-0670	-20,32164900000000°	-40,31531999999999°

BRVIX-0671	-20,3217520000000°	-40,3149330000000°
BRVIX-0672	-20,3220430000000°	-40,3138279999999°
BRVIX-0673	-20,3222270000000°	-40,3129690000000°
BRVIX-0674	-20,3223640000000°	-40,3119370000000°
BRVIX-0675	-20,3228149999999°	-40,3085609999999°
BRVIX-0676	-20,3229400000000°	-40,3076310000000°
BRVIX-0677	-20,3231220000000°	-40,3062659999999°
BRVIX-0678	-20,3231180000000°	-40,3058120000000°
BRVIX-0679	-20,3228333333333°	-40,3031666666666°
BRVIX-0680	-20,3225760000000°	-40,3007269999999°
BRVIX-0681	-20,3224820000000°	-40,2998460000000°
BRVIX-0682	-20,3224710000000°	-40,2997440000000°
BRVIX-0683	-20,3223649999999°	-40,2986190000000°
BRVIX-0684	-20,3222810000000°	-40,2968560000000°
BRVIX-0685	-20,3222259999999°	-40,2943219999999°
BRVIX-0686	-20,3222230000000°	-40,2941869999999°
BRVIX-0687	-20,3222140000000°	-40,2938130000000°
BRVIX-0688	-20,3220410000000°	-40,2864010000000°
BRVIX-0689	-20,3220330000000°	-40,2846620000000°
BRVIX-0690	-20,3219260000000°	-40,2841369999999°
BRVIX-0691	-20,3215000000000°	-40,2819999999999°
BRVIX-0692	-20,3208710000000°	-40,2789960000000°
BRVIX-0693	-20,3195000000000°	-40,2756666666666°
BRVIX-0694	-20,3171666666667°	-40,2706666666667°
BRVIX-0695	-20,3174439999999°	-40,2676410000000°
BRVIX-0696	-20,3180180000000°	-40,2653940000000°
BRVIX-0697	-20,3183300000000°	-40,2641759999999°
BRVIX-0698	-20,3189999999999°	-40,2599999999999°
BRVIX-0699	-20,3183333333333°	-40,2501666666667°
BRVIX-0700	-20,3166666666666°	-40,2553333333332°
BRVIX-0701	-20,3126829999999°	-40,2641310000000°
BRVIX-0702	-20,3131400000000°	-40,2651099999999°
BRVIX-0703	-20,3147539999999°	-40,2685690000000°
BRVIX-0704	-20,3166666666666°	-40,2726666666667°
BRVIX-0705	-20,3197639999999°	-40,2793059999999°
BRVIX-0706	-20,3198333333333°	-40,2794999999999°
BRVIX-0707	-20,3200490000000°	-40,2804229999999°
BRVIX-0708	-20,3201379999999°	-40,2808530000000°
BRVIX-0709	-20,3208940000000°	-40,2845190000000°
BRVIX-0710	-20,3209500000000°	-40,2847890000000°
BRVIX-0711	-20,3209610000000°	-40,2878260000000°
BRVIX-0712	-20,3207999999999°	-40,2942270000000°
BRVIX-0713	-20,3209489999999°	-40,2963780000000°
BRVIX-0714	-20,3209970000000°	-40,2967299999999°
BRVIX-0715	-20,3212080000000°	-40,2982670000000°
BRVIX-0716	-20,3212930000000°	-40,2989450000000°
BRVIX-0717	-20,3213829999999°	-40,2998409999999°
BRVIX-0718	-20,3214940000000°	-40,3019720000000°
BRVIX-0719	-20,3215319999999°	-40,3027770000000°
BRVIX-0720	-20,3215000000000°	-40,3033333333332°
BRVIX-0721	-20,3215150000000°	-40,3040120000000°
BRVIX-0722	-20,3214020000000°	-40,3060230000000°
BRVIX-0723	-20,3209999999999°	-40,3103333333332°
BRVIX-0724	-20,3208010000000°	-40,3133630000000°
BRVIX-0725	-20,3207540000000°	-40,3136440000000°
BRVIX-0726	-20,3206530000000°	-40,3142689999999°
BRVIX-0727	-20,3205230000000°	-40,3150729999999°
BRVIX-0728	-20,3204079999999°	-40,3157840000000°
BRVIX-0729	-20,3203680000000°	-40,3160520000000°
BRVIX-0730	-20,3203610000000°	-40,3163140000000°
BRVIX-0731	-20,3203499999999°	-40,3164950000000°
BRVIX-0732	-20,3203269999999°	-40,3169160000000°
BRVIX-0733	-20,3203130000000°	-40,3171629999999°
BRVIX-0734	-20,3202540000000°	-40,3182099999999°
BRVIX-0735	-20,3201879999999°	-40,3187840000000°
BRVIX-0736	-20,3201149999999°	-40,3194200000000°
BRVIX-0737	-20,3200890000000°	-40,3196500000000°
BRVIX-0738	-20,3200610000000°	-40,3198960000000°
BRVIX-0739	-20,3200510000000°	-40,3200130000000°
BRVIX-0740	-20,3200349999999°	-40,3202130000000°
BRVIX-0741	-20,3200210000000°	-40,3204490000000°
BRVIX-0742	-20,3200150000000°	-40,3206850000000°
BRVIX-0743	-20,3200150000000°	-40,3209210000000°
BRVIX-0744	-20,3200210000000°	-40,3211570000000°
BRVIX-0745	-20,3200349999999°	-40,3213930000000°
BRVIX-0746	-20,3200550000000°	-40,3216280000000°
BRVIX-0747	-20,3200820000000°	-40,3218620000000°
BRVIX-0748	-20,3201149999999°	-40,3220959999999°
BRVIX-0749	-20,3201550000000°	-40,3223279999999°
BRVIX-0750	-20,3202019999999°	-40,3225590000000°
BRVIX-0751	-20,3202550000000°	-40,3227880000000°
BRVIX-0752	-20,3203139999999°	-40,3230160000000°
BRVIX-0753	-20,3203799999999°	-40,3232409999999°
BRVIX-0754	-20,3204530000000°	-40,3234640000000°
BRVIX-0755	-20,3204859999999°	-40,3235579999999°
BRVIX-0756	-20,3205600000000°	-40,3238060000000°
BRVIX-0757	-20,3207310000000°	-40,3242300000000°
BRVIX-0758	-20,3211689999999°	-40,3253699999999°
BRVIX-0759	-20,3212728134000°	-40,3258894448000°
BRVIX-0760	-20,3212917225000°	-40,3260310572999°
BRVIX-0761	-20,3212983243000°	-40,3261683405999°
BRVIX-0762	-20,3212993526000°	-40,3262938546999°
BRVIX-0763	-20,3212955774000°	-40,3264320131000°
BRVIX-0764	-20,3212825057000°	-40,3265638709000°
BRVIX-0765	-20,3212681449000°	-40,3267002263000°
BRVIX-0766	-20,3212531027999°	-40,3268121490000°
BRVIX-0767	-20,3212277238000°	-40,3269431793000°
BRVIX-0768	-20,3212024817000°	-40,3270560382000°
BRVIX-0769	-20,3211672685000°	-40,3271966659999°
BRVIX-0770	-20,3211294997000°	-40,3273106627000°
BRVIX-0771	-20,3208467059000°	-40,3280674739000°
BRVIX-0772	-20,3208200317000°	-40,3281653371000°
BRVIX-0773	-20,3207954090999°	-40,3282620718999°
BRVIX-0774	-20,3207818665999°	-40,3283631968000°
BRVIX-0775	-20,3207735507000°	-40,3284648120999°
BRVIX-0776	-20,3207719154000°	-40,3285442280999°

BRVIX-0777	-20,3207732405000°	-40,3286196349000°
BRVIX-0778	-20,3208094873000°	-40,3288961302000°
BRVIX-0779	-20,3208432743999°	-40,3291371681000°
BRVIX-0780	-20,3208767760999°	-40,3294142566000°
BRVIX-0781	-20,3211807156000°	-40,3316160589000°
BRVIX-0782	-20,3216154696000°	-40,3348386220999°
BRVIX-0783	-20,3216700000000°	-40,3349919999999°
BRVIX-0784	-20,3217369999999°	-40,3349839999999°
BRVIX-0081	-20,3217420000000°	-40,3350320000000°
BRVIX-0080	-20,3219827994247°	-40,3350016518581°
BRVIX-0079	-20,3223761987612°	-40,3379514170338°
BRVIX-0078	-20,3225590000000°	-40,3393199999999°
BRVIX-0077	-20,3225529999999°	-40,3413810000000°
BRVIX-0076	-20,3222287127751°	-40,3429214843813°
BRVIX-0075	-20,3228080000000°	-40,3430760000000°
BRVIX-0074	-20,3229190000000°	-40,3434420000000°
BRVIX-0073	-20,3228990000000°	-40,3434770000000°
BRVIX-0072	-20,3229279999999°	-40,3435680000000°
BRVIX-0071	-20,3229580000000°	-40,3435709999999°
BRVIX-0070	-20,3236775174229°	-40,3459191382866°
BRVIX-0069	-20,3236479999999°	-40,3460350000000°
BRVIX-0068	-20,3234170000000°	-40,3461840000000°
BRVIX-0067	-20,3239560000000°	-40,3472099999999°
BRVIX-0066	-20,3239910000000°	-40,3472950000000°
BRVIX-0065	-20,3239969999999°	-40,3473100000000°
BRVIX-0064	-20,3240290000000°	-40,3473859999999°
BRVIX-0063	-20,3240390000000°	-40,3474129999999°
BRVIX-0062	-20,3240680000000°	-40,3474730000000°
BRVIX-0061	-20,3240730000000°	-40,3474850000000°
BRVIX-0060	-20,3241130000000°	-40,3476039999999°
BRVIX-0059	-20,3241400000000°	-40,3476710000000°
BRVIX-0058	-20,3242579999999°	-40,3479480000000°
BRVIX-0057	-20,3243418520469°	-40,3481408905724°
BRVIX-0056	-20,3244374850665°	-40,3484463899388°
BRVIX-0055	-20,3244747120342°	-40,3485833557659°
BRVIX-0054	-20,3244840317298°	-40,3486106910817°
BRVIX-0053	-20,3245482467808°	-40,3486850986803°
BRVIX-0052	-20,3244170129481°	-40,3487569947387°
BRVIX-0051	-20,3243937244056°	-40,3488103530458°
BRVIX-0050	-20,3242030223134°	-40,3488158558436°
BRVIX-0049	-20,3242010728787°	-40,3489714700547°
BRVIX-0048	-20,3242282885967°	-40,3489713802548°
BRVIX-0047	-20,3242958622922°	-40,3489866203054°
BRVIX-0046	-20,3244041933534°	-40,3490166036255°
BRVIX-0045	-20,3246773173931°	-40,3491151569862°
BRVIX-0044	-20,3246900933451°	-40,3491266022901°
BRVIX-0043	-20,3246938039064°	-40,3491449410074°
BRVIX-0042	-20,3246888151957°	-40,3491582664495°
BRVIX-0041	-20,3246770000000°	-40,3491680000000°
BRVIX-0040	-20,3246680000000°	-40,3491720000000°
BRVIX-0039	-20,3246491656194°	-40,3491702197920°
BRVIX-0038	-20,3245829967048°	-40,3491640008254°
BRVIX-0037	-20,3245411829409°	-40,3491581619073°
BRVIX-0036	-20,3243404490654°	-40,3502621638497°
BRVIX-0035	-20,3242136898247°	-40,3504473077100°

ANEXO 12 - Área de píer sobre água em Capuaba (ao lado do Morro do Penedo) (Área = 27.630,15 m²)

Vértices	Coordenadas geodésicas (SIRGAS 2000)	
	Latitude	Longitude
BRVIX-0785	-20,3255722222222°	-40,3214583333332°
BRVIX-0786	-20,3255722222222°	-40,3212777777777°
BRVIX-0787	-20,3247599155000°	-40,3212783412000°
BRVIX-0788	-20,3229070179999°	-40,3212673943000°
BRVIX-0789	-20,3225611111111°	-40,3212666666665°
BRVIX-0790	-20,3225611111111°	-40,3215027777777°
BRVIX-0791	-20,3225611113966°	-40,3216414942829°
BRVIX-0792	-20,3229050552000°	-40,3216466462000°
BRVIX-0793	-20,3229058538456°	-40,3219899419276°
BRVIX-0794	-20,3229118307840°	-40,3219879277697°
BRVIX-0795	-20,3229176615016°	-40,3219854788682°
BRVIX-0796	-20,3229233178985°	-40,3219826070247°
BRVIX-0797	-20,3229287727150°	-40,3219793260794°
BRVIX-0798	-20,3229434638379°	-40,3219697602980°
BRVIX-0799	-20,3229461593480°	-40,3219681375055°
BRVIX-0800	-20,3229489534993°	-40,3219667145144°
BRVIX-0801	-20,3229518331332°	-40,3219654980258°
BRVIX-0802	-20,3229547846883°	-40,3219644937687°
BRVIX-0803	-20,3229577942651°	-40,3219637064725°
BRVIX-0804	-20,3229608476901°	-40,3219631398448°
BRVIX-0805	-20,3229639305841°	-40,3219627965540°
BRVIX-0806	-20,3229670284283°	-40,3219626782170°
BRVIX-0807	-20,3229701266341°	-40,3219627853910°
BRVIX-0808	-20,3229732106108°	-40,3219631175711°
BRVIX-0809	-20,3229762658350°	-40,3219636731934°
BRVIX-0810	-20,3229792779186°	-40,3219644496409°
BRVIX-0811	-20,3229822326767°	-40,3219654432572°
BRVIX-0812	-20,3229851161943°	-40,3219666493630°
BRVIX-0813	-20,3229879148919°	-40,3219680622784°
BRVIX-0814	-20,3230148758572°	-40,3219828972793°
BRVIX-0815	-20,3230204795129°	-40,3219857259969°
BRVIX-0816	-20,3230262531527°	-40,3219881401709°
BRVIX-0817	-20,3230321695264°	-40,3219901284072°
BRVIX-0818	-20,3230382007108°	-40,3219916813220°
BRVIX-0819	-20,3230443182401°	-40,3219927915857°
BRVIX-0820	-20,3230504932417°	-40,3219934539585°
BRVIX-0821	-20,3230566965710°	-40,3219936653136°
BRVIX-0822	-20,3230628989502°	-40,3219934246540°
BRVIX-0823	-20,3230690711058°	-40,3219927331150°
BRVIX-0824	-20,3230751839070°	-40,3219915939606°
BRVIX-0825	-20,3230887023590°	-40,3219885638550°
BRVIX-0826	-20,3230904518236°	-40,3219882348256°
BRVIX-0827	-20,3230922178653°	-40,3219880280214°
BRVIX-0828	-20,3230939928941°	-40,3219879443312°
BRVIX-0829	-20,3230957692810°	-40,3219879841144°
BRVIX-0830	-20,3230975393921°	-40,3219881472006°

BRVIX-0831	-20,3230992956192°	-40,3219884328883°
BRVIX-0832	-20,3231010304147°	-40,3219888399500°
BRVIX-0833	-20,3231027363229°	-40,3219893666361°
BRVIX-0834	-20,3231044060121°	-40,3219900106832°
BRVIX-0835	-20,3231060323065°	-40,3219907693232°
BRVIX-0836	-20,3231336061889°	-40,3220047931569°
BRVIX-0837	-20,3231363397896°	-40,3220060673849°
BRVIX-0838	-20,3231391468351°	-40,3220071473581°
BRVIX-0839	-20,3231420150575°	-40,3220080283566°
BRVIX-0840	-20,3231449319218°	-40,3220087065304°
BRVIX-0841	-20,3231478846805°	-40,3220091789154°
BRVIX-0842	-20,3231508604291°	-40,3220094434473°
BRVIX-0843	-20,3231538461625°	-40,3220094989698°
BRVIX-0844	-20,3231568288320°	-40,3220093452405°
BRVIX-0845	-20,3231597954026°	-40,3220089829310°
BRVIX-0846	-20,3231627329092°	-40,3220084136247°
BRVIX-0847	-20,3231656285140°	-40,3220076398099°
BRVIX-0848	-20,3231684695626°	-40,3220066648681°
BRVIX-0849	-20,3231712436382°	-40,3220054930603°
BRVIX-0850	-20,3231739386176°	-40,3220041295076°
BRVIX-0851	-20,3233255612310°	-40,3219207829139°
BRVIX-0852	-20,3233282221165°	-40,3219191970623°
BRVIX-0853	-20,3233307758916°	-40,3219174243165°
BRVIX-0854	-20,3233332108936°	-40,3219154727721°
BRVIX-0855	-20,3233355160026°	-40,3219133513415°
BRVIX-0856	-20,3233376806915°	-40,3219110697126°
BRVIX-0857	-20,3233396950751°	-40,3219086383051°
BRVIX-0858	-20,3233415499539°	-40,3219060682226°
BRVIX-0859	-20,3233432368573°	-40,3219033712021°
BRVIX-0860	-20,3233447480814°	-40,3219005595601°
BRVIX-0861	-20,3233460767249°	-40,3218976461370°
BRVIX-0862	-20,3233472167202°	-40,3218946442374°
BRVIX-0863	-20,3233481628612°	-40,3218915675703°
BRVIX-0864	-20,3233572206054°	-40,3218583433958°
BRVIX-0865	-20,3233579937841°	-40,3218558347620°
BRVIX-0866	-20,3233589280557°	-40,3218533885142°
BRVIX-0867	-20,3233600189863°	-40,3218510162623°
BRVIX-0868	-20,3233612613985°	-40,3218487292650°
BRVIX-0869	-20,3233626493957°	-40,3218465383763°
BRVIX-0870	-20,3233641763903°	-40,3218444539942°
BRVIX-0871	-20,3233658351354°	-40,3218424860112°
BRVIX-0872	-20,3233676177588°	-40,3218406437673°
BRVIX-0873	-20,3233695157997°	-40,3218389360058°
BRVIX-0874	-20,3233715202501°	-40,3218373708316°
BRVIX-0875	-20,3233736215972°	-40,3218359556734°
BRVIX-0876	-20,3233758098679°	-40,3218346972470°
BRVIX-0877	-20,3233780746766°	-40,3218336015253°
BRVIX-0878	-20,3233804052746°	-40,3218326737086°
BRVIX-0879	-20,3233827906008°	-40,3218319181999°
BRVIX-0880	-20,3233852193344°	-40,3218313385854°
BRVIX-0881	-20,3233876799490°	-40,3218309376155°
BRVIX-0882	-20,3233901607660°	-40,3218307171936°
BRVIX-0883	-20,3233926500120°	-40,3218306783654°
BRVIX-0884	-20,3233951358726°	-40,3218308213157°
BRVIX-0885	-20,3233976065502°	-40,3218311453655°
BRVIX-0886	-20,3234000503188°	-40,3218316489773°
BRVIX-0887	-20,3234024555803°	-40,3218323297608°
BRVIX-0888	-20,3234048109196°	-40,3218331844852°
BRVIX-0889	-20,3234071051578°	-40,3218342090935°
BRVIX-0890	-20,3236089474671°	-40,3219331638005°
BRVIX-0891	-20,3236105827158°	-40,3219338975538°
BRVIX-0892	-20,3236122597788°	-40,3219345162163°
BRVIX-0893	-20,3236139714569°	-40,3219350171324°
BRVIX-0894	-20,3236157104026°	-40,3219353981521°
BRVIX-0895	-20,3236174691516°	-40,3219356576395°
BRVIX-0896	-20,3236192401544°	-40,3219357944811°
BRVIX-0897	-20,3236210158087°	-40,3219358080892°
BRVIX-0898	-20,3236227884926°	-40,3219356984055°
BRVIX-0899	-20,3236245505966°	-40,3219354659009°
BRVIX-0900	-20,3236262945570°	-40,3219351115733°
BRVIX-0901	-20,3236280128875°	-40,3219346369437°
BRVIX-0902	-20,3236296982125°	-40,3219340440494°
BRVIX-0903	-20,3236313432973°	-40,3219333354356°
BRVIX-0904	-20,3236329410804°	-40,3219325141439°
BRVIX-0905	-20,3236344847032°	-40,3219315836998°
BRVIX-0906	-20,3236510275481°	-40,3219208371465°
BRVIX-0907	-20,3236532097635°	-40,3219195277043°
BRVIX-0908	-20,3236554723847°	-40,3219183818434°
BRVIX-0909	-20,3236578045167°	-40,3219174050811°
BRVIX-0910	-20,3236601949304°	-40,3219166021208°
BRVIX-0911	-20,3236626321162°	-40,3219159768283°
BRVIX-0912	-20,3236651043391°	-40,3219155322146°
BRVIX-0913	-20,3236675996949°	-40,3219152704207°
BRVIX-0914	-20,3236701061690°	-40,3219151927069°
BRVIX-0915	-20,3236726116925°	-40,3219152994474°
BRVIX-0916	-20,3236751042015°	-40,3219155901283°
BRVIX-0917	-20,3236775716943°	-40,3219160633502°
BRVIX-0918	-20,3236800022901°	-40,3219167168342°
BRVIX-0919	-20,3236823842856°	-40,3219175474340°
BRVIX-0920	-20,3236847062115°	-40,3219185511501°
BRVIX-0921	-20,3236869568876°	-40,3219197231499°
BRVIX-0922	-20,3236891254773°	-40,3219210577900°
BRVIX-0923	-20,3236912015385°	-40,3219225486443°
BRVIX-0924	-20,3236931750749°	-40,3219241885341°
BRVIX-0925	-20,3236950365844°	-40,3219259695636°
BRVIX-0926	-20,3236967771035°	-40,3219278831570°
BRVIX-0927	-20,3236983882515°	-40,3219299201003°
BRVIX-0928	-20,3236998622711°	-40,3219320705859°
BRVIX-0929	-20,3237011920646°	-40,3219343242591°
BRVIX-0930	-20,3237238224052°	-40,3219758125651°
BRVIX-0931	-20,3237247786335°	-40,3219774380464°
BRVIX-0932	-20,3237258349128°	-40,3219789923642°
BRVIX-0933	-20,3237269865472°	-40,3219804686089°
BRVIX-0934	-20,3237282284173°	-40,3219818602180°
BRVIX-0935	-20,3237295550026°	-40,3219831610049°
BRVIX-0936	-20,3237309604054°	-40,3219843651874°

BRVIX-0937	-20,3237324383783°	-40,3219854674120°
BRVIX-0938	-20,3237339823510°	-40,3219864627789°
BRVIX-0939	-20,3237355854598°	-40,3219873468632°
BRVIX-0940	-20,3237372405780°	-40,3219881157348°
BRVIX-0941	-20,3237389403480°	-40,3219887659757°
BRVIX-0942	-20,3237406772133°	-40,3219892946951°
BRVIX-0943	-20,3237424434531°	-40,3219896995428°
BRVIX-0944	-20,3237442312151°	-40,3219899787189°
BRVIX-0945	-20,3237460325524°	-40,3219901309825°
BRVIX-0946	-20,3237478394568°	-40,3219901556564°
BRVIX-0947	-20,3237496438960°	-40,3219900526313°
BRVIX-0948	-20,3237607036459°	-40,3219890282512°
BRVIX-0949	-20,3237621677930°	-40,3219889432917°
BRVIX-0950	-20,3237636340547°	-40,3219889592294°
BRVIX-0951	-20,3237650962509°	-40,3219890759974°
BRVIX-0952	-20,3237665482178°	-40,3219892931032°
BRVIX-0953	-20,3237679838356°	-40,3219896096320°
BRVIX-0954	-20,3237693970529°	-40,3219900242492°
BRVIX-0955	-20,3237707819128°	-40,3219905352074°
BRVIX-0956	-20,3237721325782°	-40,3219911403529°
BRVIX-0957	-20,3237734433556°	-40,3219918371348°
BRVIX-0958	-20,3237747087205°	-40,3219926226161°
BRVIX-0959	-20,3237759233387°	-40,3219934934863°
BRVIX-0960	-20,3237770820908°	-40,3219944460742°
BRVIX-0961	-20,3237781800925°	-40,3219954763646°
BRVIX-0962	-20,3237792127156°	-40,3219965800150°
BRVIX-0963	-20,3237820444125°	-40,3219998097409°
BRVIX-0964	-20,3237831538020°	-40,3220009899188°
BRVIX-0965	-20,3237843379272°	-40,3220020854499°
BRVIX-0966	-20,3237855910539°	-40,3220030910295°
BRVIX-0967	-20,3237869071143°	-40,3220040017881°
BRVIX-0968	-20,3237882797353°	-40,3220048133156°
BRVIX-0969	-20,3237897022708°	-40,3220055216824°
BRVIX-0970	-20,3237911678319°	-40,3220061234582°
BRVIX-0971	-20,3237926693221°	-40,3220066157290°
BRVIX-0972	-20,3237941994707°	-40,3220069961113°
BRVIX-0973	-20,3237957508683°	-40,3220072627630°
BRVIX-0974	-20,3238158595878°	-40,3220099616307°
BRVIX-0975	-20,3238187568958°	-40,3220102503236°
BRVIX-0976	-20,3238216657266°	-40,3220103406465°
BRVIX-0977	-20,3238245740070°	-40,3220102322249°
BRVIX-0978	-20,3238274696668°	-40,3220099255085°
BRVIX-0979	-20,3238303406877°	-40,3220094217704°
BRVIX-0980	-20,3238331751543°	-40,3220087231011°
BRVIX-0981	-20,3238405161346°	-40,3220066472548°
BRVIX-0982	-20,3238432121104°	-40,3220059780105°
BRVIX-0983	-20,3238459417006°	-40,3220054851321°
BRVIX-0984	-20,3238486946488°	-40,3220051704721°
BRVIX-0985	-20,3238514606109°	-40,3220050352123°
BRVIX-0986	-20,3238542291939°	-40,3220050798611°
BRVIX-0987	-20,3238569899949°	-40,3220053042508°
BRVIX-0988	-20,3238597326404°	-40,3220057075382°
BRVIX-0989	-20,3239346991938°	-40,3220192252628°
BRVIX-0990	-20,3239459800875°	-40,3220208735191°
BRVIX-0991	-20,3239573365185°	-40,3220217651708°
BRVIX-0992	-20,3239687233787°	-40,3220218966760°
BRVIX-0993	-20,3239800954381°	-40,3220212675126°
BRVIX-0994	-20,3239914075266°	-40,3220198801789°
BRVIX-0995	-20,3240026147113°	-40,3220177401859°
BRVIX-0996	-20,3240303831998°	-40,3220114741508°
BRVIX-0997	-20,3240362241622°	-40,3220103673145°
BRVIX-0998	-20,3240421210632°	-40,3220096693302°
BRVIX-0999	-20,3240480484657°	-40,3220093832089°
BRVIX-1000	-20,3240539808007°	-40,3220095101847°
BRVIX-1001	-20,3240598924780°	-40,3220100497102°
BRVIX-1002	-20,3240657579969°	-40,3220109994579°
BRVIX-1003	-20,3240715520552°	-40,3220123553313°
BRVIX-1004	-20,3240772496597°	-40,3220141114812°
BRVIX-1005	-20,3240828262325°	-40,3220162603324°
BRVIX-1006	-20,3240882577183°	-40,3220187926154°
BRVIX-1007	-20,3240935206873°	-40,3220216974072°
BRVIX-1008	-20,3241169130417°	-40,3220356620444°
BRVIX-1009	-20,3241192048337°	-40,3220369398861°
BRVIX-1010	-20,3241215619308°	-40,3220380764105°
BRVIX-1011	-20,3241239765876°	-40,3220390678833°
BRVIX-1012	-20,3241264408686°	-40,3220399110458°
BRVIX-1013	-20,3241289466760°	-40,3220406031272°
BRVIX-1014	-20,3241561703196°	-40,3220472448921°
BRVIX-1015	-20,3241618440007°	-40,3220488364787°
BRVIX-1016	-20,3241674082283°	-40,3220508152385°
BRVIX-1017	-20,3241728395198°	-40,3220531728204°
BRVIX-1018	-20,3241781149539°	-40,3220558992749°
BRVIX-1019	-20,3241832122664°	-40,3220589830956°
BRVIX-1020	-20,3241881099457°	-40,3220624112680°
BRVIX-1021	-20,3242051649803°	-40,3220752113400°
BRVIX-1022	-20,3242124162457°	-40,3220810509417°
BRVIX-1023	-20,3242192811858°	-40,3220873936301°
BRVIX-1024	-20,3242257288015°	-40,3220942107641°
BRVIX-1025	-20,3242317299773°	-40,3221014715599°
BRVIX-1026	-20,3242372576145°	-40,3221091432305°
BRVIX-1027	-20,3242422867520°	-40,3221171911337°
BRVIX-1028	-20,3242467946802°	-40,3221255789279°
BRVIX-1029	-20,3242507610428°	-40,3221342687370°
BRVIX-1030	-20,3242541679295°	-40,3221432213213°
BRVIX-1031	-20,3242569999559°	-40,3221523962540°

BRVIX-1032	-20,3242592443336°	-40,3221617521044°
BRVIX-1033	-20,3242674485875°	-40,3222014988128°
BRVIX-1034	-20,3242688286036°	-40,3222073080357°
BRVIX-1035	-20,3242705485174°	-40,3222130144301°
BRVIX-1036	-20,3242726015998°	-40,3222185956694°
BRVIX-1037	-20,3242749798179°	-40,3222240299172°
BRVIX-1038	-20,3242776738667°	-40,3222292959114°
BRVIX-1039	-20,3242806732060°	-40,3222343730491°
BRVIX-1040	-20,3242839661004°	-40,3222392414654°
BRVIX-1041	-20,3242875396667°	-40,3222438821126°
BRVIX-1042	-20,3242913799231°	-40,3222482768341°
BRVIX-1043	-20,3243614440854°	-40,3223235890762°
BRVIX-1044	-20,3243656284549°	-40,3223278082280°
BRVIX-1045	-20,3243700585493°	-40,3223317353551°
BRVIX-1046	-20,3243747162669°	-40,3223353544117°
BRVIX-1047	-20,3243795825768°	-40,3223386506103°
BRVIX-1048	-20,3243846375949°	-40,3223416104827°
BRVIX-1049	-20,3243898606668°	-40,3223442219348°
BRVIX-1050	-20,3243952304509°	-40,3223464742961°
BRVIX-1051	-20,3244007250063°	-40,3223483583636°
BRVIX-1052	-20,3244063218826°	-40,3223498664389°
BRVIX-1053	-20,3244119982109°	-40,3223509923601°
BRVIX-1054	-20,3244852747432°	-40,3223629713461°
BRVIX-1055	-20,3244913445560°	-40,3223641901831°
BRVIX-1056	-20,3244973216035°	-40,3223658459260°
BRVIX-1057	-20,3245031779366°	-40,3223679308325°
BRVIX-1058	-20,3245088861711°	-40,3223704351536°
BRVIX-1059	-20,3245144196147°	-40,3223733471788°
BRVIX-1060	-20,3245197523933°	-40,3223766532918°
BRVIX-1061	-20,3245248595702°	-40,3223803380330°
BRVIX-1062	-20,3245297172642°	-40,3223843841723°
BRVIX-1063	-20,3245343027606°	-40,3223887727899°
BRVIX-1064	-20,3245385946175°	-40,3223934833645°
BRVIX-1065	-20,3245425727658°	-40,3223984938692°
BRVIX-1066	-20,3245564186477°	-40,3224171951246°
BRVIX-0152	-20,3246343753834°	-40,3224149866789°
BRVIX-0151	-20,3246456819000°	-40,3224065696000°
BRVIX-0150	-20,3247513789999°	-40,3224074681000°
BRVIX-0149	-20,3247715260540°	-40,3224113865506°
BRVIX-0148	-20,3247754721970°	-40,3224442876522°
BRVIX-0147	-20,3248628575278°	-40,3225159942086°
BRVIX-0146	-20,3250089583019°	-40,3225528435949°
BRVIX-0145	-20,3251560786556°	-40,3224388967121°
BRVIX-0144	-20,3251872861978°	-40,3222991205267°
BRVIX-0143	-20,3252412178000°	-40,3221463314999°
BRVIX-0142	-20,3253021128470°	-40,3219561702094°
BRVIX-0141	-20,3253575099174°	-40,3218532227311°
BRVIX-0140	-20,3254910044177°	-40,3217544091078°
BRVIX-0139	-20,3256499772099°	-40,3216593874339°

ANEXO 13 - Canal de acesso a píer em Capuaba (ao lado do Morro do Penedo) (Área = 56.733,98 m²)

Vértices	Coordenadas geodésicas (SIRGAS 2000)	
	Latitude	Longitude
BRVIX-1067	-20,3256666666667°	-40,3205000000000°
BRVIX-1068	-20,3233333333333°	-40,3201666666667°
BRVIX-0664	-20,3216666666667°	-40,3195000000000°
BRVIX-0663	-20,3216199999999°	-40,3203859999999°
BRVIX-0662	-20,3216777713000°	-40,3212601319000°
BRVIX-0661	-20,3217021252000°	-40,3216286275000°
BRVIX-0791	-20,3225611113966°	-40,3216414942829°
BRVIX-0790	-20,3225611111111°	-40,3215027777777°
BRVIX-0789	-20,3225611111111°	-40,3212666666665°
BRVIX-0788	-20,3229070179999°	-40,3212673943000°
BRVIX-0787	-20,3247599155000°	-40,3212783412000°
BRVIX-0786	-20,3255722222222°	-40,3212777777777°

ANEXO 14 - Ilha do Urubu (Área = 1.673,00 m²)

Vértices	Coordenadas geodésicas (SIRGAS 2000)	
	Latitude	Longitude
BRVIX-1069	-20,3198426285724°	-40,3179872593774°
BRVIX-1070	-20,3198972770001°	-40,3179673564200°
BRVIX-1071	-20,3199090313320°	-40,3180048544705°
BRVIX-1072	-20,3199842510775°	-40,3180674106083°
BRVIX-1073	-20,3201902895024°	-40,3180007587930°
BRVIX-1074	-20,3201055852309°	-40,3177638152142°
BRVIX-1075	-20,3199650612752°	-40,3175490036109°
BRVIX-1076	-20,3198423741809°	-40,3175662203788°
BRVIX-1077	-20,3197680977552°	-40,3176266823687°
BRVIX-1078	-20,3197625986928°	-40,3177377247675°
BRVIX-1079	-20,3197476736402°	-40,3177705395253°
BRVIX-1080	-20,3197780315652°	-40,3178586703551°
BRVIX-1081	-20,3197923901805°	-40,3178592847624°

ANEXO 15 - VTMIS 01 (Morro do Moreno) (Área = 70,63 m²)

Vértices	Coordenadas geodésicas (SIRGAS 2000)	
	Latitude	Longitude
BRVIX-1082	-20,3256919993847°	-40,2772299999999°
BRVIX-1083	-20,3256589993847°	-40,2772839999999°
BRVIX-1084	-20,3257449993846°	-40,2773209999999°
BRVIX-1085	-20,3257839993846°	-40,2772679999999°

ANEXO 16 - VTMIS 03 (entre os canais de acesso aos portos de Vitória e Praia Mole) (Área = 28,03 m²)

Vértices	Coordenadas geodésicas (SIRGAS 2000)	
	Latitude	Longitude
BRVIX-1086	-20,3166972253849°	-40,2499982179999°
BRVIX-1087	-20,3166967023849°	-40,2499942479999°
BRVIX-1088	-20,3166956663849°	-40,2499903939999°
BRVIX-1089	-20,3166941363849°	-40,2499867319999°
BRVIX-1090	-20,3166921443849°	-40,2499833319999°
BRVIX-1091	-20,3166897273849°	-40,2499802599999°
BRVIX-1092	-20,3166869333849°	-40,2499775779999°
BRVIX-1093	-20,3166838163849°	-40,2499753359999°
BRVIX-1094	-20,3166804373849°	-40,2499735779999°
BRVIX-1095	-20,3166768613849°	-40,2499723389999°
BRVIX-1096	-20,3166731583849°	-40,2499716429999°
BRVIX-1097	-20,3166694013849°	-40,2499715029999°
BRVIX-1098	-20,3166656613849°	-40,2499719219999°
BRVIX-1099	-20,3166620133849°	-40,2499728919999°
BRVIX-1100	-20,3166585273849°	-40,2499743939999°

BRVIX-1101	-20,3166552713849°	-40,2499763989999°
BRVIX-1102	-20,3166523083849°	-40,2499788669999°
BRVIX-1103	-20,3166496973849°	-40,2499817509999°
BRVIX-1104	-20,3166474873849°	-40,2499849949999°
BRVIX-1105	-20,3166457213849°	-40,2499885339999°
BRVIX-1106	-20,3166444363849°	-40,2499923019999°
BRVIX-1107	-20,3166436543849°	-40,2499962239999°
BRVIX-1108	-20,3166433923849°	-40,2500002229999°
BRVIX-1109	-20,3166436543849°	-40,2500042229999°
BRVIX-1110	-20,3166444363849°	-40,2500081439999°
BRVIX-1111	-20,3166457213849°	-40,2500119119999°
BRVIX-1112	-20,3166474873849°	-40,2500154519999°
BRVIX-1113	-20,3166496973849°	-40,2500186949999°
BRVIX-1114	-20,3166523083849°	-40,2500215789999°
BRVIX-1115	-20,3166552713849°	-40,2500240469999°
BRVIX-1116	-20,3166585273849°	-40,2500260519999°
BRVIX-1117	-20,3166620133849°	-40,2500275539999°
BRVIX-1118	-20,3166656613849°	-40,2500285239999°
BRVIX-1119	-20,3166694013849°	-40,2500289429999°
BRVIX-1120	-20,3166731583849°	-40,2500288029999°
BRVIX-1121	-20,3166768613849°	-40,2500281069999°
BRVIX-1122	-20,3166804373849°	-40,2500268679999°
BRVIX-1123	-20,3166838163849°	-40,2500251099999°
BRVIX-1124	-20,3166869333849°	-40,2500228679999°
BRVIX-1125	-20,3166897273849°	-40,2500201859999°
BRVIX-1126	-20,3166921443849°	-40,2500171139999°
BRVIX-1127	-20,3166941363849°	-40,2500137139999°
BRVIX-1128	-20,3166956663849°	-40,2500100519999°
BRVIX-1129	-20,3166967023849°	-40,2500061979999°
BRVIX-1130	-20,3166972253849°	-40,2500022279999°

ANEXO 17 - Parte terrestre de Praia Mole (Área = 86.423,28 m²)

Vértices	Coordenadas geodésicas (SIRGAS 2000)	
	Latitude	Longitude
BRVIX-1131	-20,2874999999999°	-40,2333333000000°
BRVIX-1132	-20,2914919853263°	-40,2315757488062°
BRVIX-1133	-20,2913950878774°	-40,2313462744612°
BRVIX-1134	-20,2914332433429°	-40,2312570811898°
BRVIX-1135	-20,2934045570386°	-40,2304357033441°
BRVIX-1136	-20,2935798070075°	-40,2304188563793°
BRVIX-1137	-20,2937635750107°	-40,2303630068996°
BRVIX-1138	-20,2939609119181°	-40,2302577890618°
BRVIX-1139	-20,2941048668221°	-40,2302440094881°
BRVIX-1140	-20,2942054561943°	-40,2302820937433°
BRVIX-1141	-20,2942643309099°	-40,2303570223304°
BRVIX-1142	-20,2944444000000°	-40,2302778000000°
BRVIX-1143	-20,2947704725876°	-40,2301510665453°
BRVIX-1144	-20,2949449888168°	-40,2302386263020°
BRVIX-1145	-20,2951016648831°	-40,2304171996069°
BRVIX-1146	-20,3005630885031°	-40,2402340472507°
BRVIX-1147	-20,3006367309366°	-40,2404335219468°
BRVIX-1148	-20,3007013205937°	-40,2405865174178°
BRVIX-1149	-20,3007820393718°	-40,2406700304812°
BRVIX-1150	-20,3008724920653°	-40,2407038989940°
BRVIX-1151	-20,3009320961070°	-40,2406778552187°
BRVIX-1152	-20,3009920290998°	-40,2406054066511°
BRVIX-1153	-20,3010207139485°	-40,2405293943653°
BRVIX-1154	-20,3010150469787°	-40,2404464788749°
BRVIX-1155	-20,3009443438325°	-40,2402735455852°
BRVIX-1156	-20,2975989001636°	-40,2343766616764°
BRVIX-1157	-20,2975688146634°	-40,2342139766859°
BRVIX-1158	-20,2953114972525°	-40,2301520229078°
BRVIX-1159	-20,2952091156427°	-40,2300352001315°
BRVIX-1160	-20,2949478068541°	-40,2298375704257°
BRVIX-1161	-20,2947575381001°	-40,2297664602498°
BRVIX-1162	-20,2944793474810°	-40,2297460340737°
BRVIX-1163	-20,2942162572068°	-40,2298019647991°
BRVIX-1164	-20,2939843338962°	-40,2298730573688°
BRVIX-1165	-20,2936045949284°	-40,2300623111144°
BRVIX-1166	-20,2896521894227°	-40,2317613293242°
BRVIX-1167	-20,2871284838135°	-40,2327764934564°

ANEXO 18 - Parte aquática de Praia Mole n.º 1 (Área = 128.274,93 m²)

Vértices	Coordenadas geodésicas (SIRGAS 2000)	
	Latitude	Longitude
BRVIX-1168	-20,2949230713854°	-40,2292541259999°
BRVIX-1169	-20,2869439993856°	-40,2324999999999°
BRVIX-1167	-20,2871284838135°	-40,2327764934564°
BRVIX-1166	-20,2896521894227°	-40,2317613293242°
BRVIX-1165	-20,2936045949284°	-40,2300623111144°
BRVIX-1164	-20,2939843338962°	-40,2298730573688°
BRVIX-1163	-20,2942162572068°	-40,2298019647991°
BRVIX-1162	-20,2944793474810°	-40,2297460340737°
BRVIX-1161	-20,2947575381001°	-40,2297664602498°
BRVIX-1160	-20,2949478068541°	-40,2298375704257°
BRVIX-1159	-20,2952091156427°	-40,2300352001315°
BRVIX-1158	-20,2953114972525°	-40,2301520229078°
BRVIX-1157	-20,2975688146634°	-40,2342139766859°
BRVIX-1156	-20,2975989001636°	-40,2343766616764°
BRVIX-1155	-20,3009443438325°	-40,2402735455852°
BRVIX-1154	-20,3010150469787°	-40,2404464788749°
BRVIX-1153	-20,3010207139485°	-40,2405293943653°
BRVIX-1152	-20,3009920290998°	-40,2406054066511°
BRVIX-1151	-20,3009320961070°	-40,2406778552187°
BRVIX-1150	-20,3008724920653°	-40,2407038989940°
BRVIX-1149	-20,3007820393718°	-40,2406700304812°
BRVIX-1148	-20,3007013205937°	-40,2405865174178°
BRVIX-1147	-20,3006367309366°	-40,2404335219468°
BRVIX-1146	-20,3005630885031°	-40,2402340472507°
BRVIX-1145	-20,2951016648831°	-40,2304171996069°
BRVIX-1144	-20,2949449888168°	-40,2302386263020°
BRVIX-1143	-20,2947704725876°	-40,2301510665453°
BRVIX-1142	-20,2944444000000°	-40,2302778000000°
BRVIX-1170	-20,2984357000000°	-40,2374997999999°
BRVIX-1171	-20,3005379999999°	-40,2408540000000°
BRVIX-1172	-20,3009046000000°	-40,2407717000000°
BRVIX-1173	-20,3013889000000°	-40,2405556000000°

ANEXO 19 - Parte aquática de Praia Mole n.º 2 (Área = 9.399,83 m²)

Vértices	Coordenadas geodésicas (SIRGAS 2000)	
	Latitude	Longitude
BRVIX-1141	-20,2942643309099°	-40,2303570223304°
BRVIX-1140	-20,2942054561943°	-40,2302820937433°
BRVIX-1139	-20,2941048668221°	-40,2302440094881°
BRVIX-1138	-20,2939609119181°	-40,2302577890618°
BRVIX-1137	-20,2937635750107°	-40,2303630068996°
BRVIX-1136	-20,2935798070075°	-40,2304188563793°
BRVIX-1135	-20,2934045570386°	-40,2304357033441°
BRVIX-1134	-20,2914332433429°	-40,2312570811898°
BRVIX-1133	-20,2913950878774°	-40,2313462744612°
BRVIX-1132	-20,2914919853263°	-40,2315757488062°

ANEXO 20 - Área do Superporto de Vitória (Área = 6.359.554,72 m²)

Vértices	Coordenadas geodésicas (SIRGAS 2000)	
	Latitude	Longitude
BRVIX-1174	-20,2708139993860°	-40,2309309999999°
BRVIX-1175	-20,2771919993859°	-40,2337459999999°
BRVIX-1176	-20,2839509993857°	-40,2337679999999°
BRVIX-1177	-20,2848189993857°	-40,2333999999999°
BRVIX-1178	-20,2854338443857°	-40,2331393279999°
BRVIX-1179	-20,2854343343856°	-40,2331343469999°
BRVIX-1180	-20,2854378183857°	-40,2331132809999°
BRVIX-1181	-20,2854426723857°	-40,2330925249999°
BRVIX-1182	-20,2854488733856°	-40,2330721809999°
BRVIX-1183	-20,2854563893857°	-40,2330523469999°
BRVIX-1184	-20,2854651853857°	-40,2330331199999°
BRVIX-1185	-20,2854752173856°	-40,2330145949999°
BRVIX-1186	-20,2854864373857°	-40,2329968609999°
BRVIX-1187	-20,2854987903857°	-40,2329800039999°
BRVIX-1188	-20,2855122163857°	-40,2329641069999°
BRVIX-1189	-20,2855266493857°	-40,2329492469999°
BRVIX-1190	-20,2855420193857°	-40,2329354969999°
BRVIX-1191	-20,2855582523857°	-40,2329229239999°
BRVIX-1192	-20,2855752683856°	-40,2329115879999°
BRVIX-1193	-20,2855929843856°	-40,2329015449999°
BRVIX-1194	-20,2856113143857°	-40,2328928449999°
BRVIX-1195	-20,2856301683856°	-40,2328855279999°
BRVIX-1196	-20,2856494563857°	-40,2328796319999°
BRVIX-1197	-20,2856690823857°	-40,2328751849999°
BRVIX-1198	-20,2856889513856°	-40,2328722079999°
BRVIX-1199	-20,2857089673856°	-40,2328707149999°
BRVIX-1200	-20,2857290313856°	-40,2328707149999°
BRVIX-1201	-20,2857490473857°	-40,2328722079999°
BRVIX-1202	-20,2857689163856°	-40,2328751849999°
BRVIX-1203	-20,2857885423857°	-40,2328796319999°
BRVIX-1204	-20,2858078303856°	-40,2328855279999°
BRVIX-1205	-20,2858266843857°	-40,2328928449999°
BRVIX-1206	-20,2858450143856°	-40,2329015449999°
BRVIX-1207	-20,2858627303856°	-40,2329115879999°
BRVIX-1208	-20,2858797463857°	-40,2329229239999°
BRVIX-1209	-20,2858959793857°	-40,2329354969999°
BRVIX-1210	-20,2859026183857°	-40,2329414409999°
BRVIX-1211	-20,2861489993857°	-40,2328369999999°
BRVIX-1169	-20,2869439993856°	-40,2324999999999°
BRVIX-1168	-20,2949230713854°	-40,2292541259999°
BRVIX-1212	-20,2950929993854°	-40,2291849999999°
BRVIX-1213	-20,2947909993854°	-40,2102199999999°
BRVIX-1214	-20,2947689993854°	-40,2100589999999°
BRVIX-1215	-20,2947239993854°	-40,2098869999999°
BRVIX-1216	-20,2946409993854°	-40,2097499999999°
BRVIX-1217	-20,2945289993854°	-40,2096079999999°
BRVIX-1218	-20,2894269993855°	-40,2040669999999°
BRVIX-1219	-20,2893069993856°	-40,2039669999999°
BRVIX-1220	-20,2891589993855°	-40,2038959999999°
BRVIX-1221	-20,2890029993856°	-40,2038719999999°
BRVIX-1222	-20,2888339993856°	-40,2038959999999°
BRVIX-1223	-20,2887309993856°	-40,2039389999999°
BRVIX-1224	-20,2885709993856°	-40,2040529999999°
BRVIX-1225	-20,2884679993856°	-40,2041859999999°
BRVIX-1226	-20,2884059993856°	-40,2043239999999°
BRVIX-1227	-20,2856359993857°	-40,2083789999999°
BRVIX-1228	-20,2733139993860°	-40,2112569999999°
BRVIX-1229	-20,2731579993860°	-40,2113029999999°
BRVIX-1230	-20,2729959993860°	-40,2114289999999°
BRVIX-1231	-20,2728729993860°	-40,2115609999999°
BRVIX-1232	-20,2727919993860°	-40,2117679999999°
BRVIX-1233	-20,2727589993860°	-40,2119649999999°
BRVIX-1234	-20,2727589993860°	-40,2120819999999°
BRVIX-1235	-20,2727969993860°	-40,2122329999999°

ANEXO 21 - Bacia de evolução do Superporto de Vitória (Área = 282.618,57 m²)

Vértices	Coordenadas geodésicas (SIRGAS 2000)	
	Latitude	Longitude
BRVIX-1236	-20,2878309993856°	-40,2035299999999°
BRVIX-1237	-20,2878209993856°	-40,2033829999999°
BRVIX-1238	-20,2878039993856°	-40,2032359999999°
BRVIX-1239	-20,2877799993856°	-40,2030899999999°
BRVIX-1240	-20,2877489993856°	-40,2029459999999°
BRVIX-1241	-20,2877109993856°	-40,2028029999999°
BRVIX-1242	-20,2876659993856°	-40,2026629999999°
BRVIX-1243	-20,2876149993856°	-40,2025259999999°
BRVIX-1244	-20,2875559993856°	-40,2023909999999°
BRVIX-1245	-20,2874919993856°	-40,2022599999999°
BRVIX-1246	-20,2874209993856°	-40,2021329999999°
BRVIX-1247	-20,2873439993856°	-40,2020099999999°
BRVIX-1248	-20,2872609993856°	-40,2018909999999°
BRVIX-1249	-20,2871719993856°	-40,2017759999999°
BRVIX-1250	-20,2870779993856°	-40,2016669999999°

BRVIX-1251	-20,2869789993856°	-40,2015629999999°
BRVIX-1252	-20,2868749993856°	-40,2014649999999°
BRVIX-1253	-20,2867659993856°	-40,2013719999999°
BRVIX-1254	-20,2866529993856°	-40,2012849999999°
BRVIX-1255	-20,2865349993856°	-40,2012049999999°
BRVIX-1256	-20,2864139993857°	-40,2011309999999°
BRVIX-1257	-20,2862899993856°	-40,2010639999999°
BRVIX-1258	-20,2861629993856°	-40,2010039999999°
BRVIX-1259	-20,2860319993857°	-40,2009509999999°
BRVIX-1260	-20,2858999993857°	-40,2009049999999°
BRVIX-1261	-20,2857649993857°	-40,2008659999999°
BRVIX-1262	-20,2856289993857°	-40,2008349999999°
BRVIX-1263	-20,2854909993857°	-40,2008109999999°
BRVIX-1264	-20,2853519993856°	-40,2007949999999°
BRVIX-1265	-20,2852129993857°	-40,2007859999999°
BRVIX-1266	-20,2850729993857°	-40,2007849999999°
BRVIX-1267	-20,2849339993857°	-40,2007919999999°
BRVIX-1268	-20,2847949993857°	-40,2008059999999°
BRVIX-1269	-20,2846569993857°	-40,2008269999999°
BRVIX-1270	-20,2845199993857°	-40,2008569999999°
BRVIX-1271	-20,2843849993857°	-40,2008929999999°
BRVIX-1272	-20,2842509993857°	-40,2009369999999°
BRVIX-1273	-20,2841199993857°	-40,2009879999999°
BRVIX-1274	-20,2839919993857°	-40,2010469999999°
BRVIX-1275	-20,2838669993857°	-40,2011119999999°
BRVIX-1276	-20,2837449993857°	-40,2011839999999°
BRVIX-1277	-20,2836269993857°	-40,2012619999999°
BRVIX-1278	-20,2835119993857°	-40,2013469999999°
BRVIX-1279	-20,2834019993857°	-40,2014379999999°
BRVIX-1280	-20,2832969993857°	-40,2015349999999°
BRVIX-1281	-20,2831959993857°	-40,2016369999999°
BRVIX-1282	-20,2830999993857°	-40,2017449999999°
BRVIX-1283	-20,2830099993857°	-40,2018579999999°
BRVIX-1284	-20,2829259993857°	-40,2019759999999°
BRVIX-1285	-20,2828469993857°	-40,2020979999999°
BRVIX-1286	-20,2827739993857°	-40,2022239999999°
BRVIX-1287	-20,2827079993857°	-40,2023539999999°
BRVIX-1288	-20,2826479993857°	-40,2024879999999°
BRVIX-1289	-20,2825939993857°	-40,2026239999999°
BRVIX-1290	-20,2825469993857°	-40,2027639999999°
BRVIX-1291	-20,2825069993857°	-40,2029049999999°
BRVIX-1292	-20,2824739993858°	-40,2030489999999°
BRVIX-1293	-20,2824479993857°	-40,2031939999999°
BRVIX-1294	-20,2824289993858°	-40,2033409999999°
BRVIX-1295	-20,2824179993857°	-40,2034879999999°
BRVIX-1296	-20,2824129993857°	-40,2036359999999°
BRVIX-1297	-20,2824159993857°	-40,2037839999999°
BRVIX-1298	-20,2824249993857°	-40,2039319999999°
BRVIX-1299	-20,2824419993857°	-40,2040779999999°
BRVIX-1300	-20,2824659993857°	-40,2042239999999°
BRVIX-1301	-20,2824969993858°	-40,2043679999999°
BRVIX-1302	-20,2825349993857°	-40,2045109999999°
BRVIX-1303	-20,2825799993857°	-40,2046509999999°
BRVIX-1304	-20,2826319993858°	-40,2047879999999°
BRVIX-1305	-20,2826899993857°	-40,2049229999999°
BRVIX-1306	-20,2827549993857°	-40,2050539999999°
BRVIX-1307	-20,2828259993857°	-40,2051809999999°
BRVIX-1308	-20,2829029993857°	-40,2053039999999°
BRVIX-1309	-20,2829859993857°	-40,2054229999999°
BRVIX-1310	-20,2830739993857°	-40,2055379999999°
BRVIX-1311	-20,2831679993857°	-40,2056469999999°
BRVIX-1312	-20,2832679993857°	-40,2057509999999°
BRVIX-1313	-20,2833719993857°	-40,2058489999999°
BRVIX-1314	-20,2834809993857°	-40,2059419999999°
BRVIX-1315	-20,2835939993857°	-40,2060289999999°
BRVIX-1316	-20,2837109993857°	-40,2061089999999°
BRVIX-1317	-20,2838319993857°	-40,2061829999999°
BRVIX-1318	-20,2839559993857°	-40,2062499999999°
BRVIX-1319	-20,2840839993857°	-40,2063099999999°
BRVIX-1320	-20,2842139993857°	-40,2063629999999°
BRVIX-1321	-20,2843469993857°	-40,2064089999999°
BRVIX-1322	-20,2844819993857°	-40,2064479999999°
BRVIX-1323	-20,2846179993857°	-40,2064789999999°
BRVIX-1324	-20,2847559993857°	-40,2065029999999°
BRVIX-1325	-20,2848939993857°	-40,2065189999999°
BRVIX-1326	-20,2850339993857°	-40,2065279999999°
BRVIX-1327	-20,2851729993856°	-40,2065289999999°
BRVIX-1328	-20,2853129993857°	-40,2065229999999°
BRVIX-1329	-20,2854519993857°	-40,2065079999999°
BRVIX-1330	-20,2855899993857°	-40,2064869999999°
BRVIX-1331	-20,2857269993857°	-40,2064579999999°
BRVIX-1332	-20,2858619993857°	-40,2064209999999°
BRVIX-1333	-20,2859949993857°	-40,2063769999999°
BRVIX-1334	-20,2861259993857°	-40,2063259999999°
BRVIX-1335	-20,2862539993856°	-40,2062679999999°
BRVIX-1336	-20,2863799993856°	-40,2062019999999°
BRVIX-1337	-20,2865019993856°	-40,2061299999999°
BRVIX-1338	-20,2866199993857°	-40,2060519999999°
BRVIX-1339	-20,2867339993856°	-40,2059669999999°
BRVIX-1340	-20,2868439993856°	-40,2058759999999°
BRVIX-1341	-20,2869499993856°	-40,2057789999999°
BRVIX-1342	-20,2870499993856°	-40,2056769999999°
BRVIX-1343	-20,2871459993856°	-40,2055689999999°
BRVIX-1344	-20,2872359993856°	-40,2054559999999°
BRVIX-1345	-20,2873209993856°	-40,2053389999999°
BRVIX-1346	-20,2873999993856°	-40,2052159999999°
BRVIX-1347	-20,2874719993856°	-40,2050899999999°
BRVIX-1348	-20,2875389993856°	-40,2049599999999°
BRVIX-1349	-20,2875989993856°	-40,2048269999999°
BRVIX-1350	-20,2876519993856°	-40,2046899999999°
BRVIX-1351	-20,2876989993856°	-40,2045509999999°
BRVIX-1352	-20,2877389993856°	-40,2044089999999°
BRVIX-1353	-20,2877719993856°	-40,2042649999999°
BRVIX-1354	-20,2877979993856°	-40,2041199999999°
BRVIX-1355	-20,2878169993856°	-40,2039729999999°

BRVIX-1356	-20,2878289993856°	-40,2038259999999°
BRVIX-1357	-20,2878339993856°	-40,2036779999999°

ANEXO 22 - Área de fundeio n.º 1 (Área = 5.719.422,00 m²)

Vértices	Coordenadas geodésicas (SIRGAS 2000)	
	Latitude	Longitude
BRVIX-1358	-20,3666249993836°	-40,2433359999999°
BRVIX-1359	-20,3799509993833°	-40,2782439999999°
BRVIX-1360	-20,3949829993829°	-40,2433209999999°

ANEXO 23 - Área de fundeio n.º 4 (Área = 1.605.241,12 m²)

Vértices	Coordenadas geodésicas (SIRGAS 2000)	
	Latitude	Longitude
BRVIX-1361	-20,2983329993853°	-40,2199999999999°
BRVIX-1362	-20,3033329993852°	-40,2283329999999°
BRVIX-1363	-20,3133329993850°	-40,2283329999999°
BRVIX-1364	-20,3216669993847°	-40,2199999999999°

ANEXO 24 - Área de fundeio n.º 6 (Área = 1.733.372,68 m²)

Vértices	Coordenadas geodésicas (SIRGAS 2000)	
	Latitude	Longitude
BRVIX-1365	-20,3466669993841°	-40,2516669999999°
BRVIX-1366	-20,3366669993844°	-40,2516669999999°
BRVIX-1367	-20,3366669993844°	-40,2666669999999°
BRVIX-1368	-20,3466669993841°	-40,2666669999999°

ANEXO 25 - Área de espera dos práticos (Área = 194.916,33 m²)

Vértices	Coordenadas geodésicas (SIRGAS 2000)	
	Latitude	Longitude
BRVIX-1369	-20,3288609993846°	-40,2544319999999°
BRVIX-1370	-20,3287009993846°	-40,2539609999999°
BRVIX-1371	-20,3284529993846°	-40,2535349999999°
BRVIX-1372	-20,3281269993846°	-40,2531729999999°
BRVIX-1373	-20,3277369993846°	-40,2528909999999°
BRVIX-1374	-20,3272999993846°	-40,2527019999999°
BRVIX-1375	-20,3268349993846°	-40,2526119999999°
BRVIX-1376	-20,3263629993846°	-40,2526269999999°
BRVIX-1377	-20,3259039993847°	-40,2527459999999°
BRVIX-1378	-20,3254789993847°	-40,2529629999999°
BRVIX-1379	-20,3251059993847°	-40,2532699999999°
BRVIX-1380	-20,3247999993847°	-40,2536519999999°
BRVIX-1381	-20,3245769993847°	-40,2540919999999°
BRVIX-1382	-20,3244439993847°	-40,2545729999999°
BRVIX-1383	-20,3244089993847°	-40,2550719999999°
BRVIX-1384	-20,3244729993847°	-40,2555679999999°
BRVIX-1385	-20,3246319993847°	-40,2560389999999°
BRVIX-1386	-20,3248799993847°	-40,2564649999999°
BRVIX-1387	-20,3252069993847°	-40,2568269999999°
BRVIX-1388	-20,3255969993847°	-40,2571089999999°
BRVIX-1389	-20,3260339993846°	-40,2572979999999°
BRVIX-1390	-20,3264979993846°	-40,2573879999999°
BRVIX-1391	-20,3269699993846°	-40,2573729999999°
BRVIX-1392	-20,3274289993846°	-40,2572539999999°
BRVIX-1393	-20,3278539993846°	-40,2570369999999°
BRVIX-1394	-20,3282279993846°	-40,2567299999999°
BRVIX-1395	-20,3285329993846°	-40,2563479999999°
BRVIX-1396	-20,3287569993846°	-40,2559079999999°
BRVIX-1397	-20,3288889993846°	-40,2554269999999°
BRVIX-1398	-20,3289239993846°	-40,2549279999999°

ANEXO 26 - Área de despejo de dejetos de dragagem (Área = 7.982.762,17 m²)

Vértices	Coordenadas geodésicas (SIRGAS 2000)	
	Latitude	Longitude
BRVIX-1399	-20,4000889993828°	-40,1964879999999°
BRVIX-1400	-20,3970799993829°	-40,1964009999999°
BRVIX-1401	-20,3863429993831°	-40,2041179999999°
BRVIX-1402	-20,3816819993833°	-40,2195049999999°
BRVIX-1403	-20,3903359993830°	-40,2342129999999°
BRVIX-1404	-20,4130529993824°	-40,2193529999999°

PORTARIA Nº 11, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

Revoga a Portaria nº 175, de 28 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 29 de julho de 2015, e o Edital de Chamamento Público MT nº 9/2015, publicado no DOU de 10 de junho de 2015.

O MINISTRO DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA, no uso das atribuições conferidas pelo Art. 87, parágrafo único, incisos I e II da Constituição Federal de 1988; e conforme o disposto na Nota Técnica nº 24/2020/CGOR/DTROD/SNTT, de 27 de novembro de 2020, da Secretaria Nacional de Transportes Terrestres, e no Parecer nº 00972/2020/CONJUR-MINFRA/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica, resolve:

Art. 1º Fica revogada a Portaria nº 175, de 28 de julho de 2015.

Art. 2º Fica revogado o Edital de Chamamento Público MT nº 09/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

TARCISIO GOMES DE FREITAS

SECRETARIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 90, DE 15 DE JANEIRO DE 2021

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso da competência que lhe conferem os incisos I e VI do art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), a Resolução CONTRAN nº 730, de 06 de março de 2018 e a Portaria DENATRAN nº 2145, de 23 de outubro de 2020, e com base no que consta no processo administrativo nº 50000.024018/2020-27, resolve:

Art. 1º Esta Portaria homologa, por cinco anos, para a empresa NEW DRIVER LTDA., CNPJ nº 31.665.008/0001-09, situada na Rua Padre Conrado, 78, Quadra 150, Lote 11, Casa 01, Sala 202, Cidade Jardim, CEP 74413-150, Goiânia/GO, os seguintes cursos:

I - na modalidade de ensino à distância (EAD):

a) Curso para Condutores de Veículos de Transporte coletivo de passageiros;

b) Curso para Condutores de Veículos de Transporte de Escolar;

c) Curso para Condutores de Veículos de Transporte de Produtos Perigosos;

d) Curso para Condutores de Veículos de Emergência;

e) Curso para Condutores de Veículos de Transporte de Carga Indivisível e Outras Objeto de Regulamentação Específica pelo CONTRAN;

f) Curso de Atualização para Condutores de Veículos de Transporte coletivo de passageiros;

g) Curso de Atualização para Condutores de Veículos de Transporte de Escolares;

h) Curso de Atualização para condutores de Veículos de Transporte de Produtos Perigosos;

i) Curso de Atualização para Condutores de Veículos de Emergência; e

j) Curso de Atualização para Condutores de Veículo de Cargas com Blocos de Rochas Ornamentais e Outras cujo Transporte seja Objeto de Regulamentação Específica pelo CONTRAN.

II - na modalidade de ensino à distância (EAD)/semipresencial:

a) Curso Especializado Obrigatório Destinado a Profissionais em Transporte de Passageiro (Mototaxista);

b) Curso Especializado Obrigatório Destinado a Profissionais em Transporte em Entrega de Mercadorias (Motofretista);

c) Curso de Atualização Destinado a Profissionais em Transporte de Passageiro (Mototaxista); e

d) Curso de Atualização Destinado a Profissionais em Transporte em Entrega de Mercadorias (Motofretista).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CELSO MIZUNO

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

DECISÃO Nº 266, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

Autoriza a operação de sociedade empresária de serviços aéreos públicos.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso III, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 377, de 15 de março de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00058.050606/2020-82, deliberado e aprovado na 3ª Reunião Deliberativa Eletrônica, realizada nos dias 18 e 19 de janeiro de 2021, decide:

Art. 1º Autorizar, por 5 (cinco) anos, a sociedade empresária NSA AVIAÇÃO AGRÍCOLA EIRELI, CNPJ nº 37.078.633/0001-22, com sede social em Sidrolândia (MS), a explorar serviços aéreos públicos.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos públicos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da empresa, ou documento equivalente, e disponíveis no endereço https://www.anac.gov.br/eo.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL JOSÉ BOTELHO FARIA
Diretor-Presidente
Substituto

DECISÃO Nº 267, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

Autoriza a operação de sociedade empresária de serviços aéreos públicos.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso III, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 377, de 15 de março de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00058.037956/2020-53, deliberado e aprovado na 3ª Reunião Deliberativa Eletrônica, realizada nos dias 18 e 19 de janeiro de 2021, decide:

Art. 1º Autorizar, por 5 (cinco) anos, a sociedade empresária COMIS AVIAÇÃO AGRÍCOLA LTDA., CNPJ nº 07.631.692/0001-15, com sede social em São Borja (RS), a explorar serviços aéreos públicos.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos públicos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da empresa, ou documento equivalente, e disponíveis no endereço https://www.anac.gov.br/eo.

Art. 3º Fica revogada a Decisão nº 1, de 12 de janeiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de janeiro de 2016, Seção 1, página 4.

Art. 4º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL JOSÉ BOTELHO FARIA
Diretor-Presidente
Substituto

DECISÃO Nº 268, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

Autoriza a operação de associação de serviços aéreos públicos.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso III, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 377, de 15 de março de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00058.049893/2020-88, deliberado e aprovado na 3ª Reunião Deliberativa Eletrônica, realizada nos dias 18 e 19 de janeiro de 2021, decide:

Art. 1º Autorizar, por 5 (cinco) anos, a associação AEROCLUBE DE CAXIAS DO SUL, CNPJ nº 88.832.530/0001-47, com sede social em Caxias do Sul (RS), a explorar serviços aéreos públicos.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos públicos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da empresa, ou documento equivalente, e disponíveis no endereço https://www.anac.gov.br/eo.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL JOSÉ BOTELHO FARIA
Diretor-Presidente
Substituto

DECISÃO Nº 269, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

Autoriza a operação de associação de serviços aéreos públicos

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso III, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 377, de 15 de março de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00058.044281/2020-07, deliberado e aprovado na 3ª Reunião Deliberativa Eletrônica, realizada nos dias 18 e 19 de janeiro de 2021, decide:

Art. 1º Autorizar, por 5 (cinco) anos, a associação AEROCLUBE DE PIRASSUNUNGA, CNPJ nº 51.410.942/0001-89, com sede social em Pirassununga (SP), a explorar serviços aéreos públicos.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos públicos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas, ou documento equivalente, e disponíveis no endereço https://www.anac.gov.br/eo.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL JOSÉ BOTELHO FARIA
Diretor-Presidente
Substituto

DECISÃO Nº 270, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

Autoriza a operação de sociedade empresária de serviços aéreos públicos.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso III, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 377, de 15 de março de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00058.049389/2020-88, deliberado e aprovado na 3ª Reunião Deliberativa Eletrônica, realizada nos dias de 18 e 19 de janeiro de 2021, decide:

Art. 1º Autorizar, por 5 (cinco) anos, a sociedade empresária PLAFERTIL AVIAÇÃO AGRÍCOLA LTDA., CNPJ nº 31.433.045/0001-83, com sede social em Sorriso (MT), a explorar serviços aéreos públicos.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos públicos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da empresa, ou documento equivalente, e disponíveis no endereço https://www.anac.gov.br/eo.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL JOSÉ BOTELHO FARIA
Diretor-Presidente
Substituto

DECISÃO Nº 271, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

Autoriza a operação de sociedade empresária de serviços aéreos públicos.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso III, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 377, de 15 de março de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00058.052457/2020-96, deliberado e aprovado na 3ª Reunião Deliberativa Eletrônica, realizada nos dias 18 e 19 de janeiro de 2021, decide:

Art. 1º Autorizar, por 5 (cinco) anos, a sociedade empresária SANTA VITÓRIA AVIAÇÃO AGRÍCOLA LTDA., CNPJ nº 07.465.163/0001-99, com sede social em Santa Vitória do Palmar (RS), a explorar serviços aéreos públicos.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos públicos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da empresa, ou documento equivalente, e disponíveis no endereço https://www.anac.gov.br/eo.

Art. 3º Fica revogada a Decisão nº 11, de 2 de fevereiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 4 de fevereiro de 2016, Seção 1, página 15.

Art. 4º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL JOSÉ BOTELHO FARIA
Diretor-Presidente

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIA Nº 4.024, DE 18 DE JANEIRO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33, inciso XV, alínea "a", do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 8º, inciso XXII e §3º, da Lei n° 11.182, de 27 de setembro de 2005, na Resolução nº 153, de 18 de junho de 2010, nos itens 5.1.2 e 5.2.1.1, da Instrução do Comando da Aeronáutica - ICA 11-3, aprovada pela Portaria nº 146/DGCEA, de 03 de agosto de 2020, e considerando o que consta do processo nº 00065.018947/2019-31, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano Diretor do Aeródromo Público Romeu Zema / Araxá, MG (código CIAD: MG0008).

Art. 2º A aprovação de Plano Diretor do Aeroporto não sobrepõe entendimentos de processos subsequentes, correlatos à segurança operacional aeroportuária, sendo responsabilidade do operador de aeródromo manter o Plano Diretor atualizado.

Art. 3º A aprovação do Plano Diretor do Aeroporto não garante o cadastramento, pela ANAC, da expansão pretendida da infraestrutura aeroportuária, de modo que eventuais modificações de características ou cadastramentos vindouros deverão atender aos regulamentos processuais e materiais vigentes na oportunidade de sua implementação.

Art. 4º O disposto na presente Portaria não dispensa o operador de aeródromo da observância dos requisitos de licenciamento ambiental, de uso do solo e de zoneamento urbano e outras posturas.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL JOSÉ BOTELHO FARIA

PORTARIA Nº 4.032, DE 19 DE JANEIRO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso da atribuição outorgadas pelo art. 33, inciso VII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, conforme previsto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 139, e considerando o que consta do processo no 00058.036377/2020-93, resolve:

Art. 1º Conceder o Certificado Operacional Provisório de Aeroporto no 51-P/SNCP/2021 à Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade do Estado de Santa Catarina, operador do Aeroporto Regional do Planalto Serrano - Correia Pinto/SC (código CIAD: SC0181).

Parágrafo único. A certificação operacional fica condicionada, ao menos, à manutenção, pelo operador aeroportuário, dos aspectos avaliados no âmbito do processo por meio do qual a outorga foi concedida.

Art. 2º O aeroporto certificado nos termos do art. 1º operará com as seguintes especificações operativas:

I - Geral:

a) Código de referência: 3C;

b) O aeroporto pode ser utilizado regularmente por quaisquer aeronaves compatíveis com o código de referência 3C ou inferior;

c) Tipo de operação por pista/cabeceira:

1. cabeceira 09: VFR diurna / IFR - Não-precisão - diurna/noturna;
2. cabeceira 27: VFR diurna / IFR - Não-precisão - diurna/noturna.

d) Categoria Contraincêndio do Aeródromo - CAT: Inexistente;

e) Autorizações de Operações Especiais: Não há;

II - Restrição a classes e tipos de aeronaves: Não aplicável;

III - Restrição aos serviços aéreos: Não aplicável;

IV - Restrições operacionais: Não há.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

RAFAEL JOSÉ BOTELHO FARIA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIA Nº 13, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

Disciplina a solicitação, a apresentação e a apreciação de certificado de inspeção acreditada de projetos de engenharia no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária da Agência Nacional de Transportes Terrestres, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e no que consta dos autos do Processo nº 50500.041224/2020-61, decide:

Art. 1º Disciplinar a solicitação, a apresentação e a apreciação de certificado de inspeção acreditada de projetos de engenharia no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

Art. 2º Os projetos de engenharia poderão ser apresentados conjuntamente com certificado de inspeção acreditada, a pedido da Gerência de Engenharia e Meio Ambiente de Rodovias ou por interesse da concessionária.

Parágrafo único. Para obras previstas no Programa de Exploração da Rodovia originalmente contratado, os projetos executivos que contenham o certificado de inspeção acreditada serão priorizados e analisados de forma expedita.

Art. 3º A concessionária não se exime da responsabilidade técnica sobre o projeto de engenharia e a respectiva obra ou serviço, ainda que apresentado conjuntamente com certificado de inspeção acreditada.

Art. 4º O certificado de inspeção acreditada deverá ser emitido por organismo de inspeção acreditado para tais fins pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO ou por outro organismo de inspeção acreditado de reconhecimento internacional.

§ 1º Na impossibilidade devidamente justificada em se obter a certificado junto a organismo de inspeção acreditado pelo INMETRO ou por outro organismo de inspeção acreditado de reconhecimento internacional, a concessionária poderá obter o certificado perante outra entidade com notória experiência, e que seja independente, isenta, imparcial e idônea, após prévia comunicação à Gerência de Engenharia e Meio Ambiente de Rodovias.

§ 2º Os certificados e relatórios de inspeção acreditada de projetos de engenharia deverão evidenciar, de forma clara e objetiva, que todas as peças gráficas, memoriais e cálculos dos projetos estão em conformidade com os requisitos definidos nas normas da ANTT, Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, e demais entidades normatizadoras a que a concessionária está vinculada pelo contrato de concessão e pela regulação.

§ 3º Caberá ao organismo de inspeção acreditado seguir a sistemática estabelecida nos normativos vigentes do INMETRO.

§ 4º O organismo de inspeção acreditado será o responsável técnico pela inspeção acreditada do projeto de engenharia.

Art. 5º Para os contratos de concessão que prevejam a obrigação de apresentação de certificado de inspeção acreditada de projetos de engenharia, os custos e as responsabilidades relacionados à contratação do organismo de inspeção acreditado serão exclusivamente atribuídos à concessionária, não sendo cabível a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

Parágrafo único. Para os contratos de concessão que não dispuserem a respeito da obrigação de apresentação de certificado de inspeção acreditada de projetos de engenharia:

I - quando este for solicitado pela Gerência de Engenharia e Meio Ambiente de Rodovias, a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será considerada na revisão ordinária subsequente à aprovação pela ANTT da prestação de contas, conforme disposto no § 1º do art. 18 da Resolução nº 5.859, de 3 de dezembro de 2019; ou

II - quando este for apresentado por interesse da concessionária, os custos e as responsabilidades relacionados à contratação do organismo de inspeção acreditado serão exclusivamente atribuídos à concessionária, não sendo cabível a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor em 1º de março de 2021.

ANDRÉ LUÍS MACAGNAN FREIRE

SUPERINTENDÊNCIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO

PORTARIA Nº 11, DE 12 DE JANEIRO DE 2021

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e alterações e fundamentado no que consta no Processo nº 50500.090806/2020-71, resolve:

Art. 1º Desvincular o bem imóvel inscrito sob o Número de Bem Patrimonial - NBP: 3203813, denominado 718 M2 ALV ARMAZ B_PIRAI e conhecido por Armazém em Barra do Piraí de 718 m², da prestação de serviço público de transporte ferroviário de cargas concedido à MRS Logística S.A. - MRS.

Art. 2º Autorizar a desincorporação do bem imóvel mencionado no Art. 1º desta Portaria, do Anexo II do Contrato de Arrendamento nº 072/96 (Malha Sudeste).

Parágrafo Único. A desincorporação se efetivará mediante celebração do respectivo Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento nº 072/96, entre o Departamento Nacional de Infraestrutura dos Transportes - DNIT e a MRS, sob interveniência da ANTT.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JEAN MAFRA DOS REIS

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS

DECISÃO Nº 28, DE 18 DE JANEIRO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o que consta no processo nº 50500.400067/2019-04, decide:

Art. 1º Conhecer o pedido de reconsideração da EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LTDA, CNPJ 16.624.611/0098-73, protocolado sob o nº 50500.091543/2020-17, e, no mérito, negar-lhe provimento.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 24, DE 13 DE JANEIRO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o art. 8º da Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e considerando o que consta no processo nº 50500.028591/2020-79, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa VIAÇÃO OURO E PRATA S/A, CNPJ nº 92.954.106/0001-42, para a inclusão dos mercados a seguir em sua Licença Operacional - LOP, de número 98:

I - De: AÇAILÂNDIA / MA Para: ANAPU / PA, e MARABÁ / PA;

II - De: ALTAMIRA / PA Para: BOM JESUS DAS SELVAS / MA, BURITICUPU / MA e SANTA LUZIA / MA;

III - De: Para: BOM JESUS DAS SELVAS / MA, BURITICUPU / MA, MARABÁ / PA e SANTA LUZIA / MA;

IV - De: ARARI / MA Para: ALTAMIRA / PA, ANAPU / PA, ITUPIRANGA / PA, MARABÁ / PA, NOVO REPARTIMENTO / PA e PACAJÁ / PA;

V -De: BACABEIRA / MA Para: ALTAMIRA / PA, ANAPU / PA, ITUPIRANGA / PA, MARABÁ / PA, NOVO REPARTIMENTO / PA e PACAJÁ / PA;

VI - De: BOM JESUS DAS SELVAS / MA Para: ANAPU / PA;

VII - De: BRASIL NOVO / PA Para: AÇAILÂNDIA / MA, ARARI / MA, BACABEIRA / MA, BOM JESUS DAS SELVAS / MA, BURITICUPU / MA, IGARAPÉ DO MEIO / MA, MIRANDA DO NORTE / MA, PINDARÉ MIRIM / MA, SANTA INÊS / MA, SANTA LUZIA / MA, SANTA RITA / MA, SÃO LUIS / MA e VITORIA DO MEARIM / MA;

VIII - De: BURITICUPU / MA Para: ANAPU / PA

IX - De: IGARAPÉ DO MEIO / MA Para: ALTAMIRA / PA, ANAPU / PA, ITUPIRANGA / PA, MARABÁ / PA, NOVO REPARTIMENTO / PA e PACAJÁ / PA;

X - De: IMPERATRIZ / MA Para: ARAGUATINS / TO e MARABÁ / PA;

XI - De: ITUPIRANGA / PA Para: AÇAILÂNDIA / MA, BOM JESUS DAS SELVAS / MA, BURITICUPU / MA, SANTA INÊS / MA e SANTA LUZIA / MA;

XII - De: MARABÁ / PA Para: BOM JESUS DAS SELVAS / MA, BURITICUPU / MA, SANTA LUZIA / MA e VITORIA DO MEARIM / MA;

XIII - De: MEDICILÂNDIA / PA Para: ARARI / MA, BACABEIRA / MA, BOM JESUS DAS SELVAS / MA, BURITICUPU / MA, IGARAPÉ DO MEIO / MA, MIRANDA DO NORTE / MA, PINDARÉ MIRIM / MA, SANTA INÊS / MA, SANTA LUZIA / MA, SANTA RITA / MA, SÃO LUIS / MA e VITORIA DO MEARIM / MA;

XIV - De: MIRANDA DO NORTE / MA Para: ALTAMIRA / PA, ANAPU / PA, ITUPIRANGA / PA, MARABÁ / PA, NOVO REPARTIMENTO / PA e PACAJÁ / PA;

XV - De: NOVO REPARTIMENTO / PA Para: AÇAILÂNDIA / MA, BOM JESUS DAS SELVAS / MA, BURITICUPU / MA, SANTA INÊS / MA e SANTA LUZIA / MA;

XVI - De: PACAJÁ / PA Para: BOM JESUS DAS SELVAS / MA, BURITICUPU / MA e SANTA LUZIA / MA;

XVII - De: PINDARÉ MIRIM / MA Para: ALTAMIRA / PA, ANAPU / PA, ITUPIRANGA / PA, MARABÁ / PA, NOVO REPARTIMENTO / PA e PACAJÁ / PA;

XVIII - De: PLACAS / PA Para: AÇAILÂNDIA / MA, ARARI / MA, BACABEIRA / MA, BOM JESUS DAS SELVAS / MA, BURITICUPU / MA, IGARAPÉ DO MEIO / MA, MIRANDA DO NORTE / MA, PINDARÉ MIRIM / MA, SANTA INÊS / MA, SANTA LUZIA / MA, SANTA RITA / MA, SÃO LUIS / MA e VITORIA DO MEARIM / MA;

XIX - De: RURÓPOLIS / PA Para: AÇAILÂNDIA / MA, ARARI / MA, BACABEIRA / MA, BOM JESUS DAS SELVAS / MA, BURITICUPU / MA, IGARAPÉ DO MEIO / MA, MIRANDA DO NORTE / MA, PINDARE MIRIM / MA, SANTA INÊS / MA, SANTA LUZIA / MA, SANTA RITA / MA, SÃO LUIS / MA e VITORIA DO MEARIM / MA;

XX - De: SANTA INÊS / MA Para: ANAPU / PA e ARAGUATINS / TO;

XXI - De: SANTA LUZIA / MA Para: ANAPU / PA;

XXII - De: SANTA RITA / MA Para: ALTAMIRA / PA; ANAPU / PA, ITUPIRANGA / PA, MARABÁ / PA, NOVO REPARTIMENTO / PA e PACAJÁ / PA;

XXIII - De: SANTARÉM / PA Para: ARARI / MA; BACABEIRA / MA, BOM JESUS DAS SELVAS / MA, BURITICUPU / MA, IGARAPÉ DO MEIO / MA, MIRANDA DO NORTE / MA, PINDARE MIRIM / MA, SANTA LUZIA / MA, SANTA RITA / MA e VITORIA DO MEARIM / MA;

XXIV - De: SÃO LUIS / MA Para: ANAPU / PA, ITUPIRANGA / PA, NOVO REPARTIMENTO / PA e PACAJÁ / PA;

XXV - De: URUARA / PA Para: ARARI / MA, BACABEIRA / MA, BOM JESUS DAS SELVAS / MA, BURITICUPU / MA, IGARAPÉ DO MEIO / MA, MIRANDA DO NORTE / MA, PINDARE MIRIM / MA, SANTA LUZIA / MA, SANTA RITA / MA, SÃO LUIS / MA e VITORIA DO MEARIM / MA; e

XXVI - De: VITORIA DO MEARIM / MA Para: ALTAMIRA / PA, ANAPU / PA, ITUPIRANGA / PA, NOVO REPARTIMENTO / PA e PACAJÁ / PA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 25, DE 14 DE JANEIRO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o art. 8º da Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e considerando o que consta no processo nº 50500.006051/2020-34, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa VIAÇÃO OURO E PRATA S/A, CNPJ nº 92.954.106/0001-42, para a inclusão dos mercados a seguir em sua Licença Operacional - LOP, de número 98:

I - De:: BANDEIRANTES/MS para: CONFRESA/MT, PORTO ALEGRE DO NORTE/MT, REDENÇÃO/PA, RIBEIRÃO CASCALHEIRA/MT, SANTANA DO ARAGUAIA/PA, VILA RICA/MT;

II - De:: CAARAPÓ/MS para: CONFRESA/MT, PORTO ALEGRE DO NORTE/MT, REDENÇÃO/PA, RIBEIRÃO CASCALHEIRA/MT, SANTANA DO ARAGUAIA/PA, VILA RICA/MT;

III - De:: CAMPO GRANDE:/MS para: CONFRESA/MT, PORTO ALEGRE DO NORTE/MT, REDENÇÃO/PA, RIBEIRÃO CASCALHEIRA/MT, SANTANA DO ARAGUAIA/PA, VILA RICA/MT;

IV - De:: COXIM/MS para: CONFRESA/MT, PORTO ALEGRE DO NORTE/MT, REDENÇÃO/PA, RIBEIRÃO CASCALHEIRA/MT, SANTANA DO ARAGUAIA/PA, VILA RICA/MT;

V - De:: DOURADOS/MS para: CONFRESA/MT, PORTO ALEGRE DO NORTE/MT, REDENÇÃO/PA, RIBEIRÃO CASCALHEIRA/MT, SANTANA DO ARAGUAIA/PA, VILA RICA/MT;

VI - De:: ELDORADO/MS para: CONFRESA/MT, PORTO ALEGRE DO NORTE/MT, REDENÇÃO/PA, RIBEIRÃO CASCALHEIRA/MT, SANTANA DO ARAGUAIA/PA, VILA RICA/MT;

VII - De: ITAQUIRAÍ/MS para: CONFRESA/MT, PORTO ALEGRE DO NORTE/MT, REDENÇÃO/PA, RIBEIRÃO CASCALHEIRA/MT, SANTANA DO ARAGUAIA/PA, VILA RICA/MT;

VIII - De: MUNDO NOVO/MS para: CONFRESA/MT, PORTO ALEGRE DO NORTE/MT, REDENÇÃO/PA, RIBEIRÃO CASCALHEIRA/MT, SANTANA DO ARAGUAIA/PA, VILA RICA/MT;

IX - De: NAVIRAÍ/MS para: CONFRESA/MT, PORTO ALEGRE DO NORTE/MT, REDENÇÃO/PA, RIBEIRÃO CASCALHEIRA/MT, SANTANA DO ARAGUAIA/PA, VILA RICA/MT;

X - De: NOVA ALVORADA DO SUL/MS para: CONFRESA/MT, PORTO ALEGRE DO NORTE/MT, REDENÇÃO/PA, RIBEIRÃO CASCALHEIRA/MT, SANTANA DO ARAGUAIA/PA, VILA RICA/MT;

XI - De: RIO BRILHANTE/MS para: CONFRESA/MT, PORTO ALEGRE DO NORTE/MT, REDENÇÃO/PA, RIBEIRÃO CASCALHEIRA/MT, SANTANA DO ARAGUAIA/PA, VILA RICA/MT;

XII - De: RIO VERDE: DE: MATO GROSSO/MS para: CONFRESA/MT, PORTO ALEGRE DO NORTE/MT, REDENÇÃO/PA, RIBEIRÃO CASCALHEIRA/MT, SANTANA DO ARAGUAIA/PA, VILA RICA/MT;

XIII - De: SÃO GABRIEL DO OESTE/MS para: CONFRESA/MT, PORTO ALEGRE DO NORTE/MT, REDENÇÃO/PA, RIBEIRÃO CASCALHEIRA/MT, SANTANA DO ARAGUAIA/PA, VILA RICA/MT;

XIV - De: SONORA/MS para: CONFRESA/MT, PORTO ALEGRE DO NORTE/MT, REDENÇÃO/PA, RIBEIRÃO CASCALHEIRA/MT, SANTANA DO ARAGUAIA/PA, VILA RICA/MT;

XV - De: CAMPO VERDE:/MT, CANARANA/MT, GENERAL CARNEIRO/MT, JACIARA/MT , PRIMAVERA DO LESTE/MT, RONDONÓPOLIS/MT e VILA RICA/MT .para: REDENÇÃO/PA, SANTANA DO ARAGUAIA/PA;

XVI - De: RIBEIRÃO CASCALHEIRA/MT para: BARRACÃO/PR, CAIBI/SC, CAPITÃO LEONIDAS MARQUES/PR, CASCAVEL/PR, FREDERICO WESTPHALEN/RS, IJUÍ/RS, MARAVILHA/SC, PALMITOS/SC, REALEZA/PR, SANTO ANGELO/RS, SÃO JOSÉ DO CEDRO/SC, SÃO MARTINHO/RS, SÃO MIGUEL D'OESTE/SC, TRÊS DE: MAIO/RS;

XVII - De: REDENÇÃO/PA para: ÁGUA BOA/MT, BARRA DO GARÇAS/MT, CASCAVEL/PR, CONFRESA/MT, DIONÍSIO CERQUEIRA/SC, FREDERICO WESTPHALEN/RS, IRAI/RS, MARAVILHA/SC, NOVA XAVANTINA/MT, PORTO ALEGRE DO NORTE/MT, RIBEIRÃO CASCALHEIRA/MT, SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE/PR, SÃO MIGUEL D'OESTE/SC;

XVIII - De: SANTANA DO ARAGUAIA/PA para: ÁGUA BOA/MT, BARRA DO GARÇAS/MT, CONFRESA/MT, NOVA XAVANTINA/MT, PORTO ALEGRE DO NORTE/MT, RIBEIRÃO CASCALHEIRA/MT;

XIX - De: AMPERE/PR para: CONFRESA/MT, PORTO ALEGRE DO NORTE/MT, REDENÇÃO/PA, RIBEIRÃO CASCALHEIRA/MT, SANTANA DO ARAGUAIA/PA, VILA RICA/MT;

XX - De: BARRACÃO/PR para: CONFRESA/MT, PORTO ALEGRE DO NORTE/MT, REDENÇÃO/PA, SANTANA DO ARAGUAIA/PA, VILA RICA/MT;

XXI - De: CAPITÃO LEONIDAS MARQUES/PR para: CONFRESA/MT, PORTO ALEGRE DO NORTE/MT, REDENÇÃO/PA, SANTANA DO ARAGUAIA/PA, VILA RICA/MT;

XXII - De: CASCAVEL/PR para: CONFRESA/MT, PORTO ALEGRE DO NORTE/MT, SANTANA DO ARAGUAIA/PA, VILA RICA/MT;

XXIII - De: GUAÍRA/PR para: CONFRESA/MT, PORTO ALEGRE DO NORTE/MT, REDENÇÃO/PA, RIBEIRÃO CASCALHEIRA/MT, SANTANA DO ARAGUAIA/PA, VILA RICA/MT;

XXIV - De: MARECHAL CANDIDO RONDON/PR para: CONFRESA/MT, PORTO ALEGRE DO NORTE/MT, REDENÇÃO/PA, RIBEIRÃO CASCALHEIRA/MT, SANTANA DO ARAGUAIA/PA, VILA RICA/MT;

XXV - De: REALEZA/PR para: CONFRESA/MT, PORTO ALEGRE DO NORTE/MT, REDENÇÃO/PA, SANTANA DO ARAGUAIA/PA, VILA RICA/MT;

XXVI - De: SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE/PR para: CONFRESA/MT, PORTO ALEGRE DO NORTE/MT, RIBEIRÃO CASCALHEIRA/MT, SANTANA DO ARAGUAIA/PA, VILA RICA/MT;

XXVII - De: TOLEDO/PR para: CONFRESA/MT, NAVIRAI/MS, PORTO ALEGRE DO NORTE/MT, REDENÇÃO/PA, RIBEIRÃO CASCALHEIRA/MT, SANTANA DO ARAGUAIA/PA, VILA RICA/MT;

XXVIII - De: CAMPO NOVO/RS para: CONFRESA/MT, PORTO ALEGRE DO NORTE/MT, REDENÇÃO/PA, RIBEIRÃO CASCALHEIRA/MT, SANTANA DO ARAGUAIA/PA, VILA RICA/MT;

XXIX - De: FREDERICO WESTPHALEN/RS para: CONFRESA/MT, PORTO ALEGRE DO NORTE/MT, SANTANA DO ARAGUAIA/PA, VILA RICA/MT;

XXX - De: GIRUÁ/RS para: CONFRESA/MT, PORTO ALEGRE DO NORTE/MT, REDENÇÃO/PA, RIBEIRÃO CASCALHEIRA/MT, SANTANA DO ARAGUAIA/PA, VILA RICA/MT;

XXXI - De: HORIZONTINA/RS para: CONFRESA/MT, PORTO ALEGRE DO NORTE/MT, REDENÇÃO/PA, RIBEIRÃO CASCALHEIRA/MT, SANTANA DO ARAGUAIA/PA, VILA RICA/MT;

XXXII - De: IJUÍ/RS para: CONFRESA/MT, PORTO ALEGRE DO NORTE/MT, REDENÇÃO/PA, SANTANA DO ARAGUAIA/PA, VILA RICA/MT;

XXXIII - De: IRAÍ/RS para: CONFRESA/MT, PORTO ALEGRE DO NORTE/MT, RIBEIRÃO CASCALHEIRA/MT, SANTANA DO ARAGUAIA/PA, VILA RICA/MT;

XXXIV - De: PALMITINHO/RS para: CONFRESA/MT, PORTO ALEGRE DO NORTE/MT, REDENÇÃO/PA, RIBEIRÃO CASCALHEIRA/MT, SANTANA DO ARAGUAIA/PA, VILA RICA/MT;

XXXV - De: SANTA ROSA/RS para: CONFRESA/MT, PORTO ALEGRE DO NORTE/MT, REDENÇÃO/PA, RIBEIRÃO CASCALHEIRA/MT, SANTANA DO ARAGUAIA/PA, VILA RICA/MT;

XXXVI - De: SANTO ANGELO/RS para: CONFRESA/MT, PORTO ALEGRE DO NORTE/MT, REDENÇÃO/PA, SANTANA DO ARAGUAIA/PA, VILA RICA/MT;

XXXVII - De: SÃO MARTINHO/RS para: CONFRESA/MT, PORTO ALEGRE DO NORTE/MT, REDENÇÃO/PA, SANTANA DO ARAGUAIA/PA, VILA RICA/MT;

XXXVIII - De: TENENTE PORTELA/RS para: CONFRESA/MT, PORTO ALEGRE DO NORTE/MT, REDENÇÃO/PA, RIBEIRÃO CASCALHEIRA/MT, SANTANA DO ARAGUAIA/PA, VILA RICA/MT;

XXXIX - De: TRÊS DE: MAIO/RS para: CONFRESA/MT, PORTO ALEGRE DO NORTE/MT, REDENÇÃO/PA, SANTANA DO ARAGUAIA/PA, VILA RICA/MT;

XL - De: TRÊS PASSOS/RS para: CONFRESA/MT, PORTO ALEGRE DO NORTE/MT, REDENÇÃO/PA, RIBEIRÃO CASCALHEIRA/MT, SANTANA DO ARAGUAIA/PA, VILA RICA/MT;

XLI - De: TUCUNDUVA/RS para: CONFRESA/MT, PORTO ALEGRE DO NORTE/MT, REDENÇÃO/PA, RIBEIRÃO CASCALHEIRA/MT, SANTANA DO ARAGUAIA/PA, VILA RICA/MT;

XLII - De: TUPARENDI/RS para: CONFRESA/MT, PORTO ALEGRE DO NORTE/MT, REDENÇÃO/PA, RIBEIRÃO CASCALHEIRA/MT, SANTANA DO ARAGUAIA/PA, VILA RICA/MT;

XLIII - De: CAIBI/SC para: CONFRESA/MT, PORTO ALEGRE DO NORTE/MT, REDENÇÃO/PA, SANTANA DO ARAGUAIA/PA, VILA RICA/MT;

XLIV - De: CUNHA PORÃ/SC para: CONFRESA/MT, PORTO ALEGRE DO NORTE/MT, REDENÇÃO/PA, RIBEIRÃO CASCALHEIRA/MT, SANTANA DO ARAGUAIA/PA, VILA RICA/MT;

XLV - De: DIONÍSIO CERQUEIRA/SC para: CONFRESA/MT, PORTO ALEGRE DO NORTE/MT, RIBEIRÃO CASCALHEIRA/MT, SANTANA DO ARAGUAIA/PA, VILA RICA/MT;

XLVI - De: GUARUJÁ DO SUL/SC para: CONFRESA/MT, PORTO ALEGRE DO NORTE/MT, REDENÇÃO/PA, RIBEIRÃO CASCALHEIRA/MT, SANTANA DO ARAGUAIA/PA, VILA RICA/MT;

XLVII - De: MARAVILHA/SC para: CONFRESA/MT, PORTO ALEGRE DO NORTE/MT, SANTANA DO ARAGUAIA/PA, VILA RICA/MT;

XLVIII - De: PALMITOS/SC para: CONFRESA/MT, PORTO ALEGRE DO NORTE/MT, REDENÇÃO/PA, SANTANA DO ARAGUAIA/PA, VILA RICA/MT;

XLIX - De: SÃO JOSÉ DO CEDRO/SC para: CONFRESA/MT, PORTO ALEGRE DO NORTE/MT, REDENÇÃO/PA, SANTANA DO ARAGUAIA/PA, VILA RICA/MT;

L - De: SÃO MIGUEL D'OESTE/SC para: CONFRESA/MT, PORTO ALEGRE DO NORTE/MT, SANTANA DO ARAGUAIA/PA, VILA RICA/MT.

Art. 2º Conhecer os pedidos de impugnação das empresas AUTO VIAÇÃO 1001 LTDA, CNPJ nº 30.069.314/0001-01; AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA, CNPJ nº 82.647.884/0001-35 e VIAÇÃO COMETA S/A, CNPJ nº 61.084.018/0001-03 e, no mérito, negar-lhes provimento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

PORTARIA Nº 344, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 173 do Regimento Interno aprovado pela resolução/CONSAD nº 39 de 17/11/2020 e publicada no DOU de 19/11/2020, e tendo em vista o constante no Processo nº 50609.003828/2019-67, resolve:

Art. 1º DECLARAR de utilidade pública, para efeito de desapropriação e afetação para fins rodoviários, terras e benfeitorias, excluídas as áreas que compõem a faixa de domínio existente da rodovia e demais áreas pertencentes a União, delimitadas pela poligonal formada pela lista de pares de coordenadas UTM a seguir, as quais demarcam a área de utilidade pública referente às obras do Contorno Sul Metropolitano de Maringá, Rodovia 376-PR, Trecho Entr. PR-182 (A) (Div. SP/PR) - Div. PR/SC (Entr. BR-101), Subtrecho Entr. BR-376 (Mandaguaçu) - Entr. BR-376 (Fim Contorno Sul de Marialva), Segmento km 0 - km 32,5, Extensão 32,5 km, SNV 376CPR2005, 376CPR2010 e 376CPR2015.

7412750,4710 397479,2560; 7412695,8940 397507,8480; 7412645,4160 397526,6800;
7412590,2210 397538,1870; 7412552,7170 397541,0000; 7412472,8300 397534,4180;
7412303,4650 397497,3460; 7412026,8730 397843,2090; 7411792,4710 397655,9780;
7411983,1880 397417,5530; 7410848,1860 397098,2700; 7410726,3060 397057,6150;
7410619,7980 397009,6470; 7409382,2130 396393,9290; 7409276,1610 396349,0770;
7409193,9720 396324,5480; 7408120,7280 396040,0440; 7408044,8440 396023,0950;
7407973,7360 396013,4560; 7407902,0680 396009,8490; 7407798,1450 396015,2730;
7407183,8420 396087,1350; 7407015,8950 396113,9210; 7405921,1230 396335,5640;
7405966,2460 396478,0870; 7405682,9560 396577,2220; 7405625,4180 396395,4870;
7405472,7860 396427,8180; 7405386,3030 396454,6510; 7405345,5750 396471,9710;
7405268,1210 396514,7120; 7405197,1880 396567,5740; 7405134,0900 396629,5780;
7405072,9910 396709,5130; 7404691,2300 397319,3680; 7404724,1880 397360,9980;
7404508,1330 397707,1910; 7404465,7200 397680,7120; 7404376,6200 397813,9240;
7404332,2390 397868,4050; 7404291,6170 397911,8470; 7404202,6260 397990,6900;
7404104,4840 398057,7990; 7404052,4570 398086,6180; 7404122,1080 398127,1310;
7404331,9750 398229,6130; 7404203,8620 398500,8790; 7403979,1800 398391,0540;
7403833,0850 398305,6190; 7403690,9620 398217,1560; 7403579,6340 398253,1750;
7403463,5960 398298,6420; 7403405,2300 398328,7880; 7403351,1040 398362,0020;
7402531,7380 398950,0540; 7402429,9340 399017,1530; 7402335,1600 399070,6530;
7402200,9350 399131,9570; 7402065,4060 399178,6350; 7401942,9980 399210,9840;
7401516,7310 399311,8760; 7401524,4160 399323,5950; 7401537,5080 399334,9580;
7401604,0840 399369,6970; 7401553,7470 399468,3900; 7401243,3560 399310,0800;
7401233,6870 399310,4020; 7401229,1150 399321,4280; 7401252,8880 399396,1350;
7401263,2540 399439,0830; 7401268,3210 399512,1200; 7401257,1600 399584,4770;
7401241,8300 399628,6730; 7401215,2100 399684,2510; 7401161,3160 399656,7630;
7401185,8000 399606,2320; 7401194,5060 399572,8130; 7401192,5460 399534,9790;
7401182,2360 399506,4260; 7401164,8830 399481,5180; 7401147,2860 399465,7630;
7401069,0300 399423,0030; 7400340,5690 399623,1530; 7400297,0760 399636,7350;
7400219,8170 399668,9270; 7400147,3360 399710,7790; 7400113,2660 399735,1170;
7400050,1730 399790,1120; 7399994,6700 399852,7580; 7399970,0580 399886,6310;
7399937,0420 399940,7250; 7399110,3740 401569,7950; 7399071,6300 401656,2600;
7399044,9960 401736,7940; 7399026,5210 401819,5820; 7399020,4040 401861,5630;
7399014,1040 401952,1000; 7398989,8300 403173,9370; 7398990,8830 403249,6730;
7398997,2150 403309,6980; 7399015,4410 403386,9330; 7399044,5920 403460,7410;
7399084,0610 403529,5860; 7399118,0130 403575,6640; 7400948,3020 405750,3700;
7401043,7500 405876,8480; 7401111,8520 405984,3140; 7401171,9660 406096,4440;
7401223,7750 406212,6450; 7401267,0040 406332,3030; 7401301,4260 406454,7850;
7401326,8570 406579,4450; 7401343,1650 406705,6230; 7401350,2620 406832,6530;
7401358,3880 407185,3950; 7401367,1100 407251,9920; 7401388,7540 407331,4050;
7401409,6730 407382,1650; 7401435,3810 407431,7410; 7401898,2010 408257,2410;
7401949,2970 408372,4670; 7401973,0820 408443,6550; 7401991,7210 408516,3600;
7402005,1180 408590,2110; 7402013,2060 408664,8300; 7402015,9420 408739,8370;
7402013,3130 408814,8470; 7402005,3330 408889,4780; 7401992,0410 408963,3480;
7401973,5060 409036,0790; 7401949,8230 409107,3010; 7401894,7300 409235,2970;
7401028,0050 411077,6160; 7400992,6560 411163,1900; 7400968,7220 411242,8370;
7400952,6860 411324,4410; 7400943,6560 411442,3920; 7400947,0370 412710,8440;
7400950,5010 412811,2150; 7400959,1250 412893,7150; 7400973,6500 412972,7360;
7400993,5600 413050,1330; 7401368,0570 414249,1890; 7401398,0270 414333,4210;
7401426,6920 414394,5600; 7401471,5270 414466,7660; 7401506,4920 414511,3820;
7401546,1540 414554,3340; 7402338,7680 415312,9160; 7402397,4770 415373,9640;
7402443,2840 415430,7490; 7402492,7520 415508,0630; 7402532,4070 415590,8400;
7402548,3620 415633,8930; 7402572,2310 415722,5210; 7402581,6910 415780,0350;
7402587,3730 415843,6970; 7402594,3980 416096,6770; 7402646,7430 416065,6100;
7402825,3740 416366,5930; 7402088,1000 416804,1610; 7401878,0480 416521,8250;
7402298,5210 416272,2770; 7402287,5690 415856,0540; 7402278,3160 415782,6290;
7402263,9940 415729,4600; 7402243,2860 415678,4390; 7402216,5010 415630,3300;
7402164,3760 415563,4710; 7401328,4370 414760,7800; 7401278,6560 414706,5510;
7401227,6450 414641,4700; 7401162,2100 414536,1570; 7401122,1690 414451,4210;
7401085,4820 414350,3560; 7400711,7990 413155,6200; 7400687,4290 413066,1380;
7400670,5640 412987,5460; 7400655,7990 412885,3510; 7400649,3870 412799,6360;
7400646,7520 412673,2450; 7400643,7400 411434,7160; 7400649,0660 411336,9300;
7400655,8380 411281,0640; 7400677,5340 411170,6580; 7400709,9160 411062,9010;
7400754,1190 410955,1640; 7401623,0310 409108,0970; 7401664,2880 409014,1170;
7401685,7510 408951,2440; 7401698,9400 408899,3780; 7401714,0750 408793,4880;
7401713,9910 408686,5230; 7401698,6920 408580,6570; 7401668,4880 408478,0440;
7401627,9350 408387,6760; 7401167,4540 407567,0790; 7401138,6380 407510,7730;
7401106,1210 407431,9970; 7401092,8650 407391,4850; 7401072,5230 407308,7250;
7401060,5700 407224,3440; 7401056,3500 407145,0050; 7401050,3190 406838,4890;

7401044,4390 406733,2360; 7401030,9270 406628,6880; 7401009,8540 406525,3990;
7400981,3340 406423,9130; 7400945,5150 406324,7680; 7400902,5880 406228,4870;
7400852,7790 406135,5790; 7400796,3520 406046,5360; 7400717,2660 405941,7410;
7398875,1320 403752,0790; 7398835,2420 403697,1830; 7398802,8210 403645,0860;
7398774,2440 403590,7870; 7398749,6580 403534,5670; 7398729,1920 403476,7190;
7398712,9530 403417,5470; 7398701,0250 403357,3560; 7398691,9120 403275,8850;
7398689,7540 403179,2200; 7398714,3850 401938,4380; 7398722,5520 401825,7300;
7398730,8280 401768,9320; 7398755,8230 401656,9250; 7398791,8580 401547,9670;
7398839,6180 401440,5300; 7399674,3120 399795,9060; 7399721,8080 399718,1900;
7399757,7800 399668,6850; 7399838,9000 399577,1250; 7399931,1120 399496,7470;
7400032,8890 399428,8850; 7400142,5420 399374,6640; 7400225,0770 399344,6450;
7400827,2240 399178,2760; 7400817,9780 399159,5590; 7400805,9660 399146,6790;
7400752,2050 399116,3100; 7400802,4280 399017,8390; 7401098,5660 399168,8790;
7401108,8010 399168,1930; 7401112,8080 399157,5310; 7401077,3380 399041,5120;
7401071,2090 398975,1530; 7401074,9190 398930,8340; 7401084,3580 398889,1050;
7401099,3640 398849,0390; 7401126,0280 398796,0500; 7401224,5220 398846,2860;
7401201,9790 398891,6310; 7401194,9550 398915,8810; 7401197,1110 398941,0750;
7401211,4660 398966,7680; 7401237,6520 398985,8720; 7401349,4550 399043,1500;
7401881,0940 398917,2900; 7402015,8340 398879,9980; 7402089,8750 398853,2710;
7402162,0050 398821,7470; 7402231,9130 398785,5620; 7402287,4930 398752,4560;
7402394,7730 398679,5180; 7403174,7370 398118,9820; 7403235,6120 398080,3980;
7403296,4570 398046,6020; 7403356,5470 398017,7410; 7403434,2040 397986,3540;
7403525,2650 397841,4210; 7403610,9370 397895,2480; 7403620,8160 397939,8600;
7403963,4420 397863,9520; 7403991,2260 397854,8250; 7403976,1520 397784,2640;
7404049,0690 397728,4190; 7404092,9860 397685,7110; 7404132,6880 397639,0590;
7404183,8410 397565,3090; 7404330,2420 397331,1600; 7404147,1310 397074,5000;
7404395,0790 396905,6140; 7404502,0530 397055,8590; 7404837,1150 396523,0130;
7404909,2910 396430,9170; 7404953,3350 396384,4850; 7405000,4040 396341,1250;
7405050,2860 396301,0320; 7405102,7540 396264,3880; 7405157,5710 396231,3600;
7405214,4860 396202,0970; 7405273,2430 396176,7330; 7405352,4010 396149,6360;
7405425,2340 396130,7480; 7405534,3500 396107,8430; 7405500,4340 396000,7200;
7405786,4420 395910,1690; 7405830,0550 396047,9200; 7406959,8260 395819,2070;
7407145,4520 395789,6010; 7407752,2610 395718,4900; 7407855,9380 395710,4920;
7407953,0200 395711,2750; 7408001,4500 395714,7390; 7408097,6550 395727,7800;
7408147,8100 395737,9060; 7409267,1430 396033,5680; 7409374,5640 396065,6740;
7409449,6550 396094,7310; 7409512,7860 396123,8330; 7410750,6800 396739,6930;
7410836,3660 396778,5330; 7410936,0190 396811,3590; 7412168,7320 397157,7040;
7412186,7470 397162,3920; 7412428,7190 396859,7420; 7412663,0360 397047,0800;
7412511,6590 397236,4170; 7412542,7970 397241,0660; 7412565,7240 397237,2430;
7412713,2630 397160,5090; 7412855,0490 397416,7580; 7412750,4710 397479,2560

(Sistema de referência UTM Zona 22S Datum Sirgas 200)

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO LEITE DOS SANTOS FILHO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria Nº 6.756, de 23 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 24 de novembro de 2020, Seção 1, páginas 36 e 37,

Onde se lê:

" I - elaborar, analisar, aceitar e/ou aprovar Anteprojetos e Projetos de Engenharia, referentes aos casos previstos no art. 1º, à exceção daqueles previstos no inciso II e na alínea "a" do inciso III, referentes ao Programa CREMA e Restauração;"

Leia-se:

"I - elaborar, analisar, aceitar e/ou aprovar Anteprojetos e Projetos de Engenharia, referentes aos casos previstos no art. 1º, à exceção daqueles previstos no inciso II e na alínea "a" do inciso V, referentes ao Programa CREMA;"

Ministério da Justiça e Segurança Pública

SECRETARIA EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA SAA/SE/MJSP Nº 46, DE 11 DE JANEIRO DE 2021

Regulamenta o Programa de Incentivo Educacional - Proeduc, de que trata o art. 39, inciso III, da Portaria MJSP nº 11, de 6 de março de 2020 e dispõe sobre critérios e procedimentos para a concessão de incentivos educacionais destinados ao custeio de cursos de idioma estrangeiro, graduação e pós-graduação no âmbito das unidades organizacionais do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

O SUBSECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA-EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, tendo em vista o disposto na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, no Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, na Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 201, de 11 de setembro de 2019; e no inciso III do art. 39 da Portaria do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública nº 11, de 06 de março de 2020; resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Portaria regulamenta o Programa de Incentivo Educacional - Proeduc, instrumento integrante da Política de Desenvolvimento de Pessoas do Ministério da Justiça e Segurança Pública, em observância ao art. 39, inciso III, da Portaria MJSP nº 11, de 6 de março de 2020.

§ 1º O Proeduc tem por objetivo o reembolso parcial das despesas decorrentes da participação do servidor em cursos e programas de idioma estrangeiro, graduação e pós-graduação, observados os critérios e procedimentos estabelecidos nesta Portaria e na Portaria nº 11, de 2020, quando aplicável.

§ 2º A concessão do incentivo educacional de que trata o caput deste artigo, em todas as suas modalidades, dependerá da disponibilidade de recursos orçamentário-financeiros.

§ 3º O disposto nesta Portaria não se aplica:

I - aos órgãos específicos singulares do Ministério da Justiça e Segurança Pública que tenham unidade de gestão de pessoas própria; e

II - às entidades vinculadas ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.

CAPÍTULO II

DOS BENEFICIÁRIOS DO PROEDUC

Art. 2º Poderá pleitear o incentivo de que trata esta Portaria o servidor que, na data do requerimento, esteja no exercício de:

I - cargo efetivo pertencente ao quadro permanente do Ministério da Justiça e Segurança Pública, lotado e em exercício no órgão;

II - cargo efetivo, em exercício descentralizado em uma das unidades do Ministério, há, pelo menos, um ano; ou

III - cargo efetivo da administração pública, na condição de cedido ou requisitado, para exercício centralizado no Ministério da Justiça e Segurança Pública, ou para exercício descentralizado em qualquer de suas unidades, há, pelo menos, um ano.

§ 1º Para os fins desta Portaria, considera-se efetivo exercício a lotação oficial e atual do servidor solicitante, cadastrada no Sistema Integrado de Administração de Pessoal - Siape.

§ 2º O servidor ocupante de cargo em comissão, sem vínculo com a Administração Pública, somente poderá pleitear o incentivo de que trata esta Portaria para participação em curso de idioma estrangeiro necessário ao exercício do cargo.

Art. 3º Não fará jus à concessão do incentivo o servidor:

I - beneficiário de bolsa de estudo integral para o curso pleiteado;

II - em fruição de qualquer das licenças de que tratam os incisos II, III, IV, VI e VII, do art. 81, e nos arts. 207 e 210, caput, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

III - em fruição da licença prevista no inciso I do art. 81 da Lei nº 8.112, de 1990, por período superior a sessenta dias, conforme disposto no artigo 83, §2º, inciso I da mesma lei;

IV - afastado nos termos dos artigos 93 a 95 da Lei nº 8.112, de 1990;

V - em situação que permita a sua aposentadoria compulsória, antes de cumprido o disposto no § 4º do artigo 96-A da Lei nº 8.112, de 1990;

VI - aposentado, exceto quando nomeado para cargo em comissão, quando aplicar-se-ão as regras relativas ao servidor ocupante de cargo em comissão, sem vínculo com a Administração Pública;

VII - que apresente restrições decorrentes de desligamento de ações de desenvolvimento, conforme estabelecido na Portaria MJSP nº 11, de 2020;

VIII - em processo de cessão, requisição ou redistribuição para outro Órgão ou Poder, em tramitação no Ministério da Justiça e Segurança Pública; ou

IX - que tenha sofrido penalidade administrativo-disciplinar, observados os prazos estabelecidos no art. 131 da Lei nº 8.112, de 1990.

CAPÍTULO III

DO FUNCIONAMENTO DO PROEDUC

Art. 4º A unidade de gestão de pessoas divulgará, em comunicado publicado no Boletim de Serviço e na página do Ministério da Justiça e Segurança Pública, na intranet, a abertura do prazo para as inscrições no Proeduc e informará, pelo menos:

I - o número de vagas, por categoria de incentivo, observada a disponibilidade orçamentária;

II - o cronograma dos prazos para habilitação, inscrição, adesão do servidor, divulgação dos resultados e recursos; e

III - outras informações consideradas relevantes.

Art. 5º A classificação dos servidores aptos à solicitação do incentivo obedecerá à seguinte ordem de prioridade:

I - para participação em cursos de idioma estrangeiro, ser servidor:

a) do quadro efetivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública;

b) ocupante de cargo efetivo em exercício descentralizado, no Ministério da Justiça e Segurança Pública;

c) ocupante de cargo efetivo cedido ou requisitado, em exercício no Ministério da Justiça e Segurança Pública;

d) com maior tempo de exercício no Ministério da Justiça e Segurança Pública;

e) que não tenha sido beneficiário de incentivo educacional; e

f) com menor remuneração;

II - para graduação e pós-graduação, ser servidor:

a) integrante do quadro efetivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública;

b) ocupante de cargo efetivo em exercício descentralizado no Ministério da Justiça e Segurança Pública;

c) ocupante de cargo efetivo cedido ou requisitado, em exercício no Ministério da Justiça e Segurança Pública;

d) com maior tempo de exercício no Ministério da Justiça e Segurança Pública;

e) que não tenha sido beneficiado por incentivo educacional;

f) que não possua grau acadêmico correspondente ao da modalidade solicitada; e

g) com menor remuneração.

§1º Será considerada remuneração, para os fins deste artigo, o total bruto pago ao servidor, incluídas as gratificações, funções e vantagens pessoais permanentes.

§2º Caso persista o empate após a aplicação dos critérios previstos nos incisos do caput, será realizado sorteio entre os servidores, para o preenchimento das vagas.

§ 3º A ordem de classificação de que trata o caput deste artigo será considerada, também, na hipótese de demanda superior à dotação orçamentária disponível.

Art. 6º Ato do dirigente da unidade de gestão de pessoas definirá:

I - os contemplados pelo Proeduc; e

II - o valor anual do incentivo, que poderá ser revisto, a qualquer tempo, por motivo de contingenciamento orçamentário.

Parágrafo único. A lista de servidores classificados para percepção do Proeduc terá sua validade condicionada ao ano orçamentário.

Art. 7º Na eventualidade de contingenciamento ou reprogramação orçamentária, serão adotados, sucessivamente, os seguintes critérios:

I - permanência dos servidores já incluídos no Proeduc;

II - suspensão da concessão de novos incentivos; e

III - redução, pro rata, dos incentivos concedidos.

Art. 8º Haverá o cancelamento do incentivo conferido pelo Proeduc e o ressarcimento integral dos valores reembolsados ao participante, em conformidade com esta Portaria, quando ocorrer:

I - desistência injustificada ou trancamento do curso ou programa;

II - inobservância da frequência mínima exigida no curso ou programa;

III - reprovação no curso ou programa;

IV - descumprimento de qualquer condição estabelecida nesta Portaria, em especial as que regulamentam a participação e a manutenção do servidor no Proeduc;

V - retorno ao órgão de origem, a pedido do servidor, anteriormente à conclusão do curso; e

VI - vacância do cargo efetivo, anteriormente à conclusão do curso, nas seguintes hipóteses, previstas no art. 33 da Lei nº 8.112, de 1990:

a) exoneração;

b) demissão; ou

c) aposentadoria voluntária.

§ 1º Na hipótese do inciso VI do caput deste artigo o cancelamento do incentivo ocorrerá se a vacância se der:

I - antes da conclusão do curso, no caso de curso de idiomas; e

II - antes do cumprimento do tempo de permanência no órgão, nos termos do art. 96-A da Lei nº 8.112, de 1990, no caso dos cursos de longa duração.

§ 2º O servidor que tiver o incentivo cancelado ficará impedido de participar do Proeduc nos dois anos subsequentes.

§ 3º O trancamento do curso ou programa não obrigará o servidor ao ressarcimento de despesas nem atrairá a incidência do disposto no § 2º, se for previamente comunicado à área de gestão de pessoas e decorrer da fruição:

I - de licença para acompanhar cônjuge ou companheiro transferido de ofício, no interesse da administração;

II - de licença médica, desde que inviabilize a continuidade do curso ou programa; ou

III - de licença à gestante, ou aos servidores adotantes.

§ 4º Nas hipóteses dos incisos do § 3º deste artigo, se o servidor desejar retornar aos estudos deverá inscrever-se no Proeduc, submetendo-se a todas as condições estabelecidas nesta Portaria e à ordem de prioridade estabelecida no art. 5º.

§ 5º Para os fins desta Portaria, será considerada desistência injustificada do curso o afastamento do processo didático, sem o devido trancamento da matrícula e sua comprovação junto à unidade gestora do incentivo educacional.

§ 6º Em se tratando de curso de idioma o ressarcimento ao erário recairá sobre o módulo que o beneficiário estiver cursando no momento do seu desligamento.

Art. 9º A concessão de incentivo para participação em um segundo curso de idioma estrangeiro, após a aplicação dos critérios definidos no art. 5º desta Portaria, ficará condicionada à:

I - conclusão, pelo servidor, do primeiro curso de idioma;

II - existência de disponibilidade orçamentária; e

III - existência de vaga no remanescente do Proeduc, após a aplicação dos critérios definidos no art. 5º desta Portaria.

Art. 10. O servidor que aderir ao Proeduc assinará termo de aceitação das condições estabelecidas nesta Portaria.

Art. 11. Havendo a perda do direito à concessão do incentivo pelo servidor classificado, será convocado o próximo servidor da lista, respeitada a ordem de classificação estabelecida no art. 5º desta Portaria.

CAPÍTULO IV

DO INCENTIVO AO ESTUDO DE IDIOMA ESTRANGEIRO

Art. 12. Somente serão objeto do incentivo de que trata esta Portaria os cursos de idiomas estrangeiros constantes do Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP do Ministério da Justiça e Segurança Pública, elaborado anualmente.

Art. 13. Em período previamente divulgado pela unidade de gestão de pessoas, nos termos do art. 4º desta Portaria, o servidor interessado em pleitear o incentivo efetuará a sua inscrição, mediante o preenchimento de formulário específico, que deverá conter a ciência da chefia imediata.

§ 1º No ato de inscrição, o servidor deverá apresentar documento emitido pela instituição de ensino escolhida, que especifique:

a) o idioma objeto do curso ou programa;

b) o nível do curso ou programa pretendido, conforme nomenclatura utilizada pela instituição;

c) o horário de realização das aulas;

d) as datas de início e encerramento do curso;

e) a existência de convênio ou outra condição que reduza o valor do curso;

f) os critérios para aprovação e a frequência mínima exigida; e

g) os valores da matrícula, das parcelas e a forma de pagamento.

§ 2º O servidor deverá apresentar, ainda, declaração de compatibilidade da jornada de trabalho com o horário do curso pretendido, vedada a concessão do horário especial de que trata o artigo 98 da Lei nº 8.112, de 1990.

Art. 14. O Proeduc custeará as despesas com matrícula, mensalidades do curso ou programa e os materiais didáticos discriminados em nota fiscal específica, observado o limite mensal estabelecido no Anexo a esta Portaria.

CAPÍTULO V

DO INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO EM CURSOS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

Art. 15. Em período previamente divulgado pela unidade de gestão de pessoas, nos termos do art. 4º desta Portaria, o servidor interessado em pleitear o incentivo efetuará sua inscrição, mediante preenchimento de formulário específico, que deverá conter a ciência da chefia imediata.

Parágrafo único. O formulário de que trata o caput, deverá estar acompanhado dos seguintes documentos:

I - exposição de motivos que contenha a justificação da opção pelo curso;

II - manifestação da chefia imediata sobre a pertinência da capacitação solicitada;

III - declaração de total compatibilidade da jornada de trabalho com o horário do curso pretendido; e

IV - documento emitido pela instituição de ensino escolhida, que deverá conter as seguintes informações:

a) identificação do curso ou programa, incluído o nível pretendido, se graduação ou pós-graduação;

b) objetivos, conteúdo programático e o local de realização do curso ou programa;

c) o horário de realização das aulas;

d) as datas de início e encerramento do curso ou programa;

e) existência de convênio ou outra condição que reduza os custos do curso ou programa;

f) critérios para aprovação no curso e a frequência mínima exigida; e

g) os valores da matrícula, das parcelas do curso e a forma de pagamento.

Art. 16. O incentivo à participação em cursos e programas de graduação e pós-graduação, observado o limite mensal estabelecido no anexo desta Portaria, incluirá o custeio:

I - das despesas com matrícula; e

II - das parcelas ou mensalidades do curso.

Parágrafo único. O incentivo de que trata o caput não abrangerá o custeio de disciplinas cursadas em regime especial.

Art. 17. A concessão do incentivo para participação em cursos e programas de graduação ou pós-graduação ficará condicionada ao atendimento dos seguintes requisitos:

I - alinhamento do curso de interesse do servidor aos temas prioritários estabelecidos no Plano de Desenvolvimento de Pessoas do Ministério da Justiça e Segurança Pública e no Planejamento Estratégico do Órgão;

II - comprovação de que:

a) a instituição ofertante está credenciada e o curso ou programa autorizado pelo Ministério da Educação;

b) o curso e a instituição ofertante estão em conformidade com as regras estabelecidas em normativos vigentes do Ministério da Educação e com as Resoluções do Conselho Nacional de Educação; e

c) será oferecido acompanhamento por sistema de tutoria, pela instituição de ensino, nos cursos realizados na modalidade Ensino à Distância - EaD.

Parágrafo único. O não atendimento das condições previstas nos incisos do caput deste artigo implicará no indeferimento da autorização de participação do servidor.

Art. 18. O servidor beneficiário do incentivo à graduação e pós-graduação deverá:

I - observar as normas vigentes quanto ao cumprimento da jornada de trabalho; e

II - permanecer vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública por período igual ao de duração do curso, após a sua conclusão, excetuando-se as hipóteses de movimentação funcional decorrentes do interesse da Administração, ou a nomeação em novo cargo de provimento efetivo.

Art. 19. Os incentivos à graduação e à pós-graduação gerarão efeitos financeiros somente a partir da data da formalização da adesão do servidor ao Proeduc, que deverá ser registrada na respectiva portaria de concessão, a ser publicada em Boletim de Serviço.

Parágrafo único. Para adesão ao Proeduc, o servidor selecionado deverá apresentar a seguinte documentação:

I - contrato, firmado entre o servidor beneficiado e a instituição de ensino, ou documento equivalente, do qual constem:

a) período de duração do curso;

b) período de vigência do contrato assinado;

c) valores globais e mensais discriminados e detalhados, nos termos de cada modalidade do incentivo a ser concedido, considerando os gastos com mensalidades, matrícula e material didático;

d) carga horária;

e) quantidade de semestres, módulos ou assemelhados; e

f) outros documentos necessários, conforme orientação específica da unidade de gestão de pessoas do órgão;

II - formulário de adesão a ser disponibilizado pela unidade de gestão de pessoas, devidamente preenchido e assinado.

Art. 20. O curso de mestrado, doutorado e pós-doutorado que gere ônus para a administração poderá ser autorizado uma única vez para cada servidor, por espécie.

Art. 21. A participação em ações de longa duração, assim consideradas as que tenham carga horária igual ou superior a trezentas e sessenta horas-aula, por servidores requisitados ou cedidos em exercício no Ministério da Justiça e Segurança Pública, limitar-se-á a vinte por cento das vagas ofertadas, salvo em caso de haver disponibilidade de vagas remanescentes.

CAPÍTULO VI

DO REEMBOLSO

Art. 22. O Ministério da Justiça e Segurança Pública participará com até noventa por cento dos gastos efetuados pelo servidor beneficiado, em valores limitados, em cada modalidade, ao disposto no Anexo a esta Portaria.

§ 1º Para efeito do reembolso, a título de incentivo educacional, serão consideradas, no máximo, doze parcelas por ano letivo e por exercício financeiro, incluindo-se as despesas relacionadas à matrícula e ao material didático, que deverá ser discriminado em nota fiscal específica.

§ 2º A entrega do formulário de solicitação de reembolso disponibilizado pela unidade de gestão de pessoas, devidamente preenchido e assinado pelo servidor, deverá ocorrer até o dia 10 de cada mês, ou no primeiro dia útil subsequente.

§ 3º Excepcionalmente, mediante justificativa devidamente comprovada, poderá ser aceita a solicitação de reembolso acumulado por até um mês, se apresentada até o dia 10 do mês subsequente.

Art. 23. O reembolso mensal das modalidades do incentivo educacional fica condicionado à apresentação de:

I - formulário de reembolso disponibilizado pela unidade de gestão de pessoas, devidamente preenchido e assinado;

II - comprovante de pagamento, em nome da instituição de ensino beneficiária, contendo razão social, CNPJ e a discriminação dos itens que compõem o valor, o período de referência e a data de vencimento ;

III - comprovante de pagamento do material didático e prova de entrega no endereço do beneficiário, ou contra recibo diretamente fornecido ao servidor; e

IV - atesto do servidor de que os serviços foram devidamente prestados pela instituição de ensino.

Art. 24. O reembolso não contemplará juros, multas, correção monetária, mora ou quaisquer outros acréscimos que hajam sido pagos pelo beneficiário.

Art. 25. Não serão processadas as solicitações de adesão e reembolso que contenham documentos ilegíveis, com rasuras, inconsistências, ou informações incompletas.

§ 1º O Ministério da Justiça e Segurança Pública não se responsabilizará pela inviabilização do reembolso mensal no caso de informação inexata ou incorreta prestada pelo beneficiário.

§ 2º Sendo sanadas as inconsistências de que trata o caput, será possível o reembolso no mês subsequente, observado o disposto no inciso IV do art. 23. (necessário ajustar em caso de mudança no art. 23)

Art. 26. Na hipótese de reprovação no curso objeto do incentivo, o servidor restituirá ao Ministério da Justiça e Segurança Pública os valores que lhe hajam sido reembolsados, sob pena de sua exclusão do Proeduc.

Parágrafo único. O servidor restituirá também os valores reembolsados para o pagamento de disciplina, período, módulo, semestre ou ano letivo no qual tenha sido reprovado, para manutenção da condição de beneficiário do Proeduc.

CAPÍTULO VII

DA RENOVAÇÃO DO INCENTIVO

Art. 27. A renovação do incentivo educacional já concedido ao servidor terá prioridade sobre novas concessões, exigindo-se, nesses casos a apresentação de comprovante da matrícula no período e os documentos constantes dos incisos I e II do parágrafo único do art. 19.

§1º Nos casos de renovação do incentivo, o preenchimento do formulário de que trata o inciso II do parágrafo único do art. 19, será substituído pelo formulário de renovação a ser disponibilizado pela unidade de gestão de pessoas.

§2º Os documentos de que trata este artigo somente serão exigidos se não tiverem sido previamente entregues pelo beneficiário à unidade de gestão de pessoas.

Art. 28. Ocorrida a desistência do servidor, a reprovação por desempenho insatisfatório ou o descumprimento da frequência mínima exigida em disciplina componente do curso ou programa, o incentivo somente poderá ser renovado no caso de ressarcimento à Administração dos valores referentes às disciplinas reprovadas.

CAPÍTULO VIII

DA MUDANÇA DE ESTABELECIMENTO

Art. 29. Em caso de mudança de estabelecimento de ensino durante a vigência do termo de adesão, o servidor beneficiado deverá arcar com todas as despesas decorrentes, incluídas as relativas à matrícula, à eventual necessidade de compatibilização e adaptação à nova grade curricular.

Parágrafo único. A mudança de que trata o caput deste artigo deverá ser informada antecipadamente à unidade de gestão de pessoas para fins de atualização cadastral, com a entrega de novo contrato firmado e da declaração de matrícula para o período letivo.

Art. 30. O documento de conclusã o do período, módulo, semestre ou ano cursado, de acordo com a terminologia adotada no contrato com a instituição ofertante, deverá ser apresentado pelo servidor à unidade de gestão de pessoas, obrigatoriamente, no prazo de até trinta dias contados do seu término.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31. A acumulação de incentivos é permitida apenas na hipótese de participação concomitante em curso ou programa de idioma e curso ou programa de graduação ou pós-graduação.

Art. 32. Para os fins desta Portaria, a mudança de curso será considerada desistência injustificada.

Art. 33. Caberá ao servidor interessado em inscrever-se no Proeduc, para qualquer modalidade de incentivo, verificar previamente se a instituição ofertante se adequa às disposições previstas nesta Portaria.

Art. 34. A solicitação de adesão e os respectivos reembolsos de que trata esta Portaria, implicarão:

I - na automática e incondicional aceitação de suas disposições; e

II - na prévia autorização para a publicação, pela Biblioteca do Ministério da Justiça e Segurança Pública, do trabalho de conclusão de curso ou programa.

Art. 35. A constatação, a qualquer tempo, da existência de declarações inexatas ou falsas na documentação apresentada pelo beneficiário, acarretará a aplicação cumulativa das seguintes medidas, assegurada a prévia oitiva do servidor:

I - interrupção, imediata, do pagamento do incentivo;

II - ressarcimento integral dos valores recebidos pelo servidor; e

III - encaminhamento dos fatos para a apuração de responsabilidade administrativa, civil e criminal.

Art. 36. O ressarcimento ao erário, nos casos indicados nesta Portaria, será processado com observância do regulamento específico do Sistema de Pessoal Civil - Sipec.

Art. 37. Os beneficiários do Proeduc deverão atender as convocações do Ministério da Justiça e Segurança Pública para o desenvolvimento de atividades que demandem o emprego dos conhecimentos específicos adquiridos em decorrência dos estudos custeados na forma desta Portaria.

Art. 38. A inclusão do servidor no Proeduc não produzirá efeitos retroativos quanto às parcelas vencidas e pactuadas previamente à sua inscrição no programa.

Art. 39. O servidor contemplado no Proeduc assume o compromisso de entregar à unidade de gestão de pessoas, no prazo de sessenta dias após o término da ação de desenvolvimento, os seguintes documentos:

I - certificado de conclusão do respectivo nível do curso;

II - ficha de avaliação do curso, em formulário próprio, devidamente preenchida e assinada; e

III - tese, monografia ou trabalho de conclusão de curso, conforme exigência para a conclusão do respectivo curso ou programa.

§ 1º Findo o prazo estipulado no caput sem que os documentos previstos nos incisos I, II e III, tenham sido entregues, por culpa exclusiva do beneficiário, este deverá restituir os valores reembolsados pela Administração, de acordo com o disposto no art. 46 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

§ 2º A apresentação da documentação de que trata o caput deste artigo é requisito indispensável para que o servidor beneficiado possa pleitear novo incentivo educacional.

Art. 40. O Ministério da Justiça e Segurança Pública não se responsabilizará por despesas com diárias, passagens e outros custos em decorrência da participação do servidor em curso ou programa custeado no âmbito do Proeduc.

Art. 41. A manutenção do incentivo deferido pelo Proeduc fica condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira, observados os critérios estabelecidos no art. 7º desta Portaria.

Art. 42. Os atuais beneficiários de incentivos educacionais no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública deverão adequar-se às regras dispostas nesta Portaria até o final do primeiro semestre contado da sua entrada em vigor, sob pena de exclusão do Programa.

Art. 43. Os casos omissos serão resolvidos pelo dirigente da unidade de gestão de pessoas do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Art. 44. Não haverá concessão de incentivo para estudo de idioma para o qual o Ministério disponibilize turma fechada.

Parágrafo único. Fica excepcionado do disposto no caput o ocupante de cargo de Direção ou Assessoramento Superior dos níveis 4, 5 e 6, ou equivalentes, que justifique a impossibilidade de comparecimento ao curso no horário proposto, frente à necessidade do serviço.

Art. 45. Aplicam-se as disposições desta Portaria quando a participação do servidor se referir a cursos de idiomas, graduação e pós-graduação realizados em turmas fechadas patrocinadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Parágrafo único. Excetua-se da hipótese do caput deste artigo a aplicação das disposições relativas ao reembolso do incentivo, de que trata o Capítulo VI.

Art. 46. Ficam revogadas:

I - a Portaria SE/MJSP nº 738, de 7 de julho de 2006, que institui o Programa Bolsa Universitária do Ministério da Justiça; e

II - a Portaria SE/MJSP nº 1.512, de 19 de dezembro de 2017, que dá nova redação a dispositivos do Anexo da Portaria nº 738, de 7 de julho de 2006.

Art. 47. Esta Portaria Normativa entra em vigor em 1º de fevereiro de 2021.

ROGÉRIO XAVIER ROCHA

ANEXO I

Limite mensal de valores para reembolso a título de incentivo educacional	
Curso regular de idioma estrangeiro	até R$ 500,00 (quinhentos reais).
Curso de férias (limitados a três meses)	até R$ 1.000,00 (mil reais).
Curso de graduação	até R$ 900,00 (novecentos reais).
Curso ou programa de especialização *lato sensu*	até R$ 1.000,00 (mil reais).
Curso ou programa de Mestrado	até R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).
Curso ou programa de Doutorado	até R$ 2.000,00 (dois mil reais).

POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 336, DE 19 DE JANEIRO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/87459 - DELESP/DREX/SR/PF/PI, resolve:

Conceder autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa CENTURIÃO SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 07.283.885/0019-51, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Piauí, com Certificado de Segurança nº 2986/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 337, DE 19 DE JANEIRO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/92736 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa GRABER SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 87.169.900/0001-45, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente SEMPRE EMPRESA DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 01.190.738/0001-21:

9 (nove) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente SEMPRE EMPRESA DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 01.190.738/0001-21:

504 (quinhentas e quatro) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 338, DE 19 DE JANEIRO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/85173 - DELESP/DREX/SR/PF/RR, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEGURPRO VIGILÂNCIA PATRIMONIAL S.A., CNPJ nº 25.278.459/0005-06, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Roraima, com Certificado de Segurança nº 2969/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 341, DE 19 DE JANEIRO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/24860 - DELESP/DREX/SR/PF/PR, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0081-10, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Transporte de Valores, para atuar no Paraná com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/PF: nº 113/2021 (CNPJ nº 17.428.731/0081-10); nº 2229/2020 (CNPJ nº 17.428.731/0082-09); nº 2230/2020 (CNPJ nº 17.428.731/0084-62) e nº 1628/2020 (CNPJ nº 17.428.731/0083-81).

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 342, DE 19 DE JANEIRO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/71763 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TRANSVAL SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 05.061.216/0001-80, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 101/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 343, DE 19 DE JANEIRO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/3157 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

Conceder autorização à empresa CACTUS - CENTRO DE INSTRUÇÃO E FORMAÇÃO DE VIGILANTES EIRELI, CNPJ nº 16.151.730/0001-23, sediada na Bahia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

15000 (quinze mil) Munições calibre .380

12457 (doze mil e quatrocentas e cinquenta e sete) Munições calibre 12

148212 (cento e quarenta e oito mil e duzentas e doze) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 344, DE 19 DE JANEIRO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/3174 - DELESP/DREX/SR/PF/PR, resolve:

Conceder autorização à empresa CPS CURSOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 80.819.600/0001-15, sediada no Paraná, para adquirir:

Da empresa cedente VIGILANCIA URBANA EIRELI, CNPJ nº 02.116.723/0001-86:

6 (seis) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

15000 (quinze mil) Munições calibre .380

15000 (quinze mil) Munições calibre 12

60000 (sessenta mil) Munições calibre 38

240000 (duzentas e quarenta mil) Espoletas calibre 38

100000 (cem mil) Estojos calibre 38

9500 (nove mil e quinhentos) Gramas de pólvora

180000 (cento e oitenta mil) Projéteis calibre 38

110190 (cento e dez mil e cento e noventa) Espoletas calibre .380

100000 (cem mil) Estojos calibre .380

60000 (sessenta mil) Projéteis calibre .380

25000 (vinte e cinco mil) Buchas calibre 12

120 (cento e vinte) Quilos de chumbo calibre 12

27000 (vinte e sete mil) Espoletas calibre 12

25000 (vinte e cinco mil) Estojos espoletados calibre 12

25000 (vinte e cinco mil) Estojos calibre 12

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (uma) Arma de choque elétrico de lançamento de dardos energizados

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 349, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/71947 - DPF/IJI/SC, resolve:

Conceder autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa M&J SERVICOS DE SEGURANCA EIRELI, CNPJ nº 36.278.909/0001-53, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 2636/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 350, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/80396 - DELESP/DREX/SR/PF/PR, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ORBENK SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 14.576.552/0002-38, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 114/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 351, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/80675 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa DNS SEGURANCA EIRELI, CNPJ nº 24.072.792/0001-78, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2763/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 352, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/85761 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TORQUATO FREIRE SEGURANÇA E VIGILANCIA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 11.187.013/0001-38, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2904/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 353, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/88902 - DELESP/DREX/SR/PF/MA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SERVIS SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.945.678/0005-10, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar no Maranhão, com Certificado de Segurança nº 2875/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 354, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/90063 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SPARTTA FORMACAO PROFISSIONAL EM SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 01.556.478/0001-65, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em Pernambuco com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/PF: nº 109/2021 (CNPJ nº 01.556.478/0001-65) e nº 110/2021 (CNPJ nº 01.556.478/0002-46).

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 355, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/1924 - DPF/NIG/RJ, resolve:

Conceder autorização à empresa CENTURION - CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 01.968.564/0003-47, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
156 (cento e cinquenta e seis) Munições calibre 12
18712 (dezoito mil e setecentas e doze) Espoletas calibre 38
4109 (quatro mil e cento e nove) Gramas de pólvora
18712 (dezoito mil e setecentos e doze) Projéteis calibre 38
270 (duzentos e setenta) Projéteis calibre .380
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 356, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/2247 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa MODUS CENTRO DE FORMACAO E RECICLAGEM EM SEGURANCA LTDA. , CNPJ nº 10.385.850/0001-09, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
4220 (quatro mil e duzentas e vinte) Munições calibre 12
145200 (cento e quarenta e cinco mil e duzentas) Espoletas calibre 38
50000 (cinquenta mil) Estojos calibre 38
42198 (quarenta e dois mil e cento e noventa e oito) Gramas de pólvora
145200 (cento e quarenta e cinco mil e duzentos) Projéteis calibre 38
17600 (dezessete mil e seiscentas) Espoletas calibre .380
5000 (cinco mil) Estojos calibre .380
17600 (dezessete mil e seiscentos) Projéteis calibre .380
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 357, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/2249 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa MODUS CENTRO DE FORMACAO E RECICLAGEM EM SEGURANCA LTDA. , CNPJ nº 10.385.850/0002-90, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1836 (uma mil e oitocentas e trinta e seis) Munições calibre 12
89664 (oitenta e nove mil e seiscentas e sessenta e quatro) Espoletas calibre 38
50000 (cinquenta mil) Estojos calibre 38
25251 (vinte e cinco mil e duzentos e cinquenta e um) Gramas de pólvora
89664 (oitenta e nove mil e seiscentos e sessenta e quatro) Projéteis calibre 38
7754 (sete mil e setecentas e cinquenta e quatro) Espoletas calibre .380
5000 (cinco mil) Estojos calibre .380
7754 (sete mil e setecentos e cinquenta e quatro) Projéteis calibre .380
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 358, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/2896 - DPF/STS/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa CAXIAS ESCOLA DE FORMACAO E APERFEICOAMENTO DE SEGURANCAS LTDA, CNPJ nº 00.034.387/0001-05, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2000 (duas mil) Munições calibre 12
35000 (trinta e cinco mil) Espoletas calibre 38
9000 (nove mil) Gramas de pólvora
35000 (trinta e cinco mil) Projéteis calibre 38
2500 (duas mil e quinhentas) Espoletas calibre .380
2500 (dois mil e quinhentos) Projéteis calibre .380
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 359, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/2909 - DPF/JZO/BA, resolve:

Conceder autorização à empresa CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES MIRANTE DO VALE - EIRELI - EPP , CNPJ nº 06.195.490/0001-05, sediada na Bahia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
250 (duzentas e cinquenta) Munições calibre 12
34168 (trinta e quatro mil e cento e sessenta e oito) Espoletas calibre 38
13300 (treze mil e trezentos) Gramas de pólvora
4000 (quatro mil) Projéteis calibre 38
5000 (cinco mil) Espoletas calibre .380
5000 (cinco mil) Projéteis calibre .380
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1 (uma) Máquina de recarga calibre 38, 380
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 364, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/17602 - DPF/CAE/MT, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASSUNFORTE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA-EPP, CNPJ nº 12.077.771/0001-66, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar no Mato Grosso, com Certificado de Segurança nº 3080/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 365, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/78221 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ESTAMPARIA SALETE LTDA, CNPJ nº 47.379.714/0001-16 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 366, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/2857 - DELESP/DREX/SR/PF/DF, resolve:

Conceder autorização à empresa GLOBAL SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 02.265.823/0001-74, sediada no Distrito Federal, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1000 (uma mil) Munições calibre 38
300 (trezentos) Espargidores de agente químico lacrimogêneo (CS ou OC), de até 70g.
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 367, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/3282 - DELESP/DREX/SR/PF/SC, resolve:

Conceder autorização à empresa REFUGIO - CENTRO DE TREINAMENTO DE SEGURANÇA FÍSICA E PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 85.262.277/0001-45, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1000 (uma mil) Munições calibre .380
1000 (uma mil) Munições calibre 12
10000 (dez mil) Munições calibre 38
30000 (trinta mil) Espoletas calibre 38
8000 (oito mil) Gramas de pólvora
30000 (trinta mil) Projéteis calibre 38
1500 (uma mil e quinhentas) Espoletas calibre .380
1500 (um mil e quinhentos) Projéteis calibre .380
1000 (uma mil) Buchas calibre 12
20 (vinte) Quilos de chumbo calibre 12
1000 (uma mil) Espoletas calibre 12
1000 (um mil) Estojos calibre 12
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1 (uma) Arma de choque elétrico de lançamento de dardos energizados
10 (dez) Espargidores de agente químico lacrimogêneo (CS ou OC), de até 70g.
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
DIRETORIA DE OPERAÇÕES

PORTARIA DIOP Nº 5, DE 7 DE JANEIRO DE 2021

Descredencia a empresa SHINOZAKI TRANSP. E LOGÍSTICA LTDA, da prestação dos serviços de execução de escolta.

O DIRETOR DE OPERAÇÕES DA POLICIA RODOVIÁRIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, publicado na seção 1 - Extra, de 02 de janeiro de 2019, do Diário Oficial da União, e suas alterações; Em observância ao disposto no Manual de Procedimentos Operacionais nº 17, instituído pela Instrução Normativa nº 08, de 2 de maio de 2012, da Senhora Diretora-Geral da Polícia Rodoviária Federal, e atualizado pela Portaria Normativa nº 102, de 10 de maio de 2016, do Senhor Coordenador-Geral de Operações da Polícia Rodoviária Federal; e tendo em vista o disposto no processo nº 08658.019930/2010-02, resolve:

Art. 1º Descredenciar a empresa SHINOZAKI TRANSP. E LOGÍSTICA LTDA, credencial nº 233/2010, inscrita no CNPJ nº 04.416.200/0001-80, estabelecida na Rua Felisberto Freire, nº 46, Vila Nova Cachoeirinha, São Paulo/SP, CEP: 02616-090, da execução dos serviços especializados de escolta aos veículos transportadores de cargas indivisíveis excedentes em peso e/ou dimensões.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor e passa a produzir seus efeitos em 01/02/2021.

FABIO ELISSANDRO CASSIMIRO RAMOS

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA
COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS
DIVISÃO DE RESIDÊNCIA

DESPACHO

A CHEFE DA DIVISÃO DE RESIDÊNCIA DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

Declara que, ANA PAULA CRUZ E SOUSA PEDROSO JORGE, incluída na Portaria de nº 512, de 20 de julho de 1982, publicada no Diário Oficial da União em 21 de julho de 1982, de Igualdade de Direitos e Obrigações Civis e o Gozo de Direitos Políticos no Brasil, passou a assinar ANA PAULA CRUZ E SOUSA PEDROSO JORGE DINIZ, por haver contraído matrimônio com Marcos Antônio Costa Diniz, em 23 de dezembro de 1982,conforme certidão passada pelo 2º Oficio de Notas da cidade de Lagoa Santa/MG, Matrícula nº 0504430155 1982 3 00001 159 0000318 91.

MARTHA PACHECO BRAZ

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA

PORTARIA Nº 70, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: O INCRÍVEL LIVRO DE HIPNOTISMO DE MOLLY MOON (MOLLY MOON, Canadá - 2015)
Produtor(es): N. Christopher Rowley
Diretor(es): N. Christopher Rowley
Distribuidor(es): METRO INTERNATIONAL ENTERTAINMENT LTD
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Infantil
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Processo: 08000.020674/2016-16
Requerente: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 71, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: A ASSISTENTE (THE ASSISTANT, Estados Unidos da América - 2019)
Diretor(es): Kitty Green
Distribuidor(es): AMAZON PRIME VIDEO
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Processo: 08017.000061/2021-32

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 72, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: UMA DUPLA GENIAL (HAIR BRAINED, Estados Unidos da América - 2013)
Produtor(es): Sarah Bird
Diretor(es): Billy Kent
Distribuidor(es): Swen do Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Comédia
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Drogas , Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08017.000704/2020-67
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 73, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: OS BRUTAMONTES (GOON, Estados Unidos da América - 2011)
Produtor(es): Jay Baruchel
Diretor(es): Michael Dowse
Distribuidor(es): SWEN
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Comédia
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 22 (vinte e duas) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Drogas , Conteúdo Sexual e Violência Extrema
Processo: 08017.001591/2020-17
Requerente: RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES S.A.

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 74, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Série: NÃO HÁ SEGUNDA CHANCE - 1ª TEMPORADA (NO SECOND CHANCE I, França - 2015)
Produtor(es): Harlan Coben/Sydney Gallonde
Diretor(es): François Velle
Distribuidor(es): TF1 DROITS AUDIOVISUELS
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Drogas , Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08017.001782/2020-89
Requerente: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 75, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: BRASÍLIA, DO CONCRETO À POESIA: ESPECIAL JOAQUIM CARDOZO (Brasil - 2020)
Produtor(es): Central Globo de Produção
Diretor(es): Liliane Cardoso
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A

Classificação Pretendida: livre
Gênero: Documentário
Classificação Atribuída: livre
Contém: Temas Sensíveis
Processo: 08017.001836/2020-14
Requerente: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 76, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Conjunto de episódios: THE MANDALORIAN (Estados Unidos da América - 2019)
Episódios: 1 e 2
Produtor(es): Disney
Diretor(es): Jon Favreau
Distribuidor(es): DISNEY
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Ficção Científica
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Processo: 08017.001845/2020-05
Requerente: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 77, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: CONTRATO PARA A MORTE (CONTRACT TO KILL, Estados Unidos da América - 2016)
Produtor(es): Daro Film Distribution
Diretor(es): Keoni Waxman
Distribuidor(es): Rádio e Televisão Record S/A.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Ação
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 22 (vinte e duas) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Drogas , Violência e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001900/2020-59
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 78, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Programa: FELIZ NATAL COM CÁTIA FONSECA (Brasil - 2020)
Produtor(es): Rádio e Televisão Bandeirantes S.A.
Diretor(es): Rodrigo Riccó
Distribuidor(es): RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES S.A.
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Entretenimento
Classificação Atribuída: livre
Contém: Drogas Lícitas
Processo: 08017.001943/2020-34
Requerente: RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES S.A.

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 79, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Programa: 220 VOLTZ - ESPECIAL DE NATAL (Brasil - 2020)
Produtor(es): Central Globo de Produção
Diretor(es): Susana Garcia
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Comédia
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência , Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001956/2020-11
Requerente: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 80, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: SOU SUA MULHER (I`M YOUR WOMAN, Estados Unidos da América - 2020)
Diretor(es): Julia Hart
Distribuidor(es): AMAZON PRIME VIDEO
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 22 (vinte e duas) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência , Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.002030/2020-35

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 81, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: TIMMY FIASCO (TIMMY FAILURE: MISTAKES WERE MADE, Estados Unidos da América - 2020)
Diretor(es): Tom McCarthy
Distribuidor(es): DISNEY+
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Aventura
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.002034/2020-13

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 82, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Programa: SUPER DRIFT BRASIL (Brasil - 2020)
Produtor(es): Donald Dumas Motta
Diretor(es): Donald Dumas Motta
Distribuidor(es): TV ÔMEGA Ltda.
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Esportivo
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.002043/2020-12
Requerente: TV ÔMEGA LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 83, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Programa: CANTA COMIGO - ALL STARS (Brasil - 2020)
Produtor(es): RecordTV/Endemol Shine Brasil
Diretor(es): Marcelo Amiky/Rodrigo Carelli
Distribuidor(es): Rádio e Televisão Record S/A.
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Reality Show
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.002046/2020-48
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 84, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Musical: THE TEN TENORS (Austrália - 2020)
Produtor(es): Rádio e Televisão Bandeirantes S.A.
Diretor(es): Rodrigo Salomon
Distribuidor(es): RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES S.A.
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Musical
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.002059/2020-17
Requerente: RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES S.A.

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 85, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: ARIANA GRANDE: EXCUSE ME, I LOVE YOU (Estados Unidos da América - 2020)
Diretor(es): Story Syndicate/Paul Dugdale
Distribuidor(es): NETFLIX
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Documentário
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos

Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Conteúdo Sexual e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.002062/2020-31

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 86, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: VAI GUARULHOS! - O FILME (Brasil - 2016)
Produtor(es): Perigo Filmes
Diretor(es): Fabrício Gallinucci
Distribuidor(es): PERIGO FEATURES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Documentário
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.002082/2020-10
Requerente: PERIGO FILMES EIRELI

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 87, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: DUAS POR UMA (THE STAND IN, Estados Unidos da América - 2020)
Diretor(es): Jamie Babbit
Distribuidor(es): NETFLIX
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Comédia
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos

Recomenda-se sua exibição a partir das 22 (vinte e duas) horas, quando apresentado em TV abert
Contém: Drogas , Violência e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.002098/2020-14

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 88, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Título: O GRANDE GRIMÓRIO DA MAGIA DO MYTHOS DE CTHULHU (THE GRAND GRIMOIRE OF CTHULHU MYTHOS MAGIC, Estados Unidos da América - 2021)
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Categoria: Detetive/histórico/fantasia/ficção científica/sobrenatural/terror
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 18 (dezoito) anos
Contém: Violência Extrema
Processo: 08017.000034/2021-60
Requerente: FRATERNIDADE EDITORA LTDA. ME

A classificação da obra desta Portaria é baseada apenas no texto do respectivo livro.
Consequências adversas motivadas pela prática dos jogos de RPG são de responsabilidade exclusiva de seus autores e editores.

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 89, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Título: MLB THE SHOW 21 (Estados Unidos da América - 2021)
Produtor(es): SONY INTERACTIVE ENTERTAINMENTE AMERICA
Distribuidor(es): SONY INTERACTIVE ENTERTAINMENT AMERICA
Classificação Pretendida: livre
Categoria: Simulação/Esporte
Plataforma: PlayStation 4/PlayStation 5
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.000035/2021-12
Requerente: LUIS NEGRON JR.

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 90, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Título: RETURNAL (Reino Unido - 2021)
Produtor(es): SONY INTERACTIVE ENTERTAINMENT
Distribuidor(es): SONY INTERACTIVE ENTERTAINMENT EUROPE
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Categoria: Ação/Tiro em Terceira Pessoa
Plataforma: PlayStation 5
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.000037/2021-01
Requerente: IAN JONES

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 91, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Título: ARIÊ SUBTRAIR (Brasil - 2017)
Produtor(es): KRAFTHAUS DESIGNERS
Distribuidor(es): GOOGLE PLAY
Classificação Pretendida: livre
Categoria: Educacional
Plataforma: Android
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.000072/2021-12
Requerente: 18 GIGAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 92, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Título: STAYFREE - BEM ESTAR DIGITAL E TEMPO DE TELA (Turquia - 2020)
Produtor(es): STAY FREE - APPS
Distribuidor(es): GOOGLE PLAY
Classificação Pretendida: livre
Categoria: Educacional
Plataforma: Android
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.000073/2021-67
Requerente: 18 GIGAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

RESOLUÇÃO Nº 31, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

Revoga a Resolução nº 28, de 21 de agosto de 2020.

O PLENÁRIO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA, no uso das atribuições conferidas pela inciso XV, do caput do artigo 9º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011 e considerando:

O disposto nos artigos 17 e 47 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019,

A edição do Decreto nº 10.957, de 8 de janeiro de 2021, que altera o Decreto nº 9.011, de 23 de março de 2017, o qual aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, e remaneja e transforma funções de confiança, resolve:

Art. 1º Revogar, a partir de 1º de fevereiro de 2021, a Resolução nº 28, de 21 de agosto de 2020, que dispõe sobre a estrutura, a competência e o funcionamento das unidades subordinadas aos órgãos descritos no Regimento Interno do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade.

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO Nº 69, DE 19 DE JANEIRO DE 2021

Ato de Concentração nº 08700.000150/2021-71. Requerente: Barra Energia do Brasil Petróleo e Gás Ltda. Advogados: Francisco Ribeiro Todorov e Lorena Leite Nisiyama. Decido pela aprovação sem restrições.

PATRICIA ALESSANDRA MORITA SAKOWSKI
Superintendente-Geral
Substituta

DESPACHOS DE 20 DE JANEIRO DE 2021

Nº 85/2021. Ato de Concentração nº 08700.000128/2021-21. Requerentes: Geribá Investimentos Ltda. e Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial. Advogados: Paula S.J.A. Amaral Salles, Vitória Oliveira e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 84/2021. Ato de Concentração nº 08700.000122/2021-53. Requerentes: R.P. Participações em Biocombustíveis S.A. e Petrobras Biocombustível S.A. Advogados: Mariana Villela, Leonardo Maniglia Duarte e Fernanda Nemer. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 87/2021. Ato de Concentração nº 08700.006679/2020-17. Requerentes: Jaguar Empreendimentos e Desenvolvimento Imobiliário Ltda., Perplan Empreendimentos e Urbanização Ltda. Advogados: Advogados: Pedro C. E. Vicentini, Fernando Gentil Monteiro, Terence E. Beringhs, Rodrigo Gil e Outros. Decido pela aprovação sem restrições.

PATRICIA ALESSANDRA MORITA SAKOWSKI
Superintendente-Geral
Substituta

Ministério de Minas e Energia

SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

ATO DE 20 DE JANEIRO DE 2021

FASE DE REQUERIMENTO DE CONCESSÃO DE LAVRA
Outorga de Concessão de Lavra. (Cód. 4.00)
Os processos serão remetidos à Agência Nacional de Mineração, para vista e cópias.
27203.830892/1980 - Portaria Nº 116/SGM - Vale S. A. - Minério de Ferro - Barão de Cocais - Minas Gerais - 6,37 hectares.
27203.803674/1976 - Portaria Nº 117 /SGM - Vale S. A. - Minério de Ferro - Barão de Cocais - Minas Gerais - 144,49 hectares.
27209.890489/2000 - Portaria Nº 118/SGM - Purin Comércio e Distribuição Ltda. - Água Mineral - Silva Jardim - Rio de Janeiro - 22,73 hectares.
48407.871422/2011 - Portaria Nº 119/SGM - Ipirá Fértil Adubos e Fertilizantes Naturais Eireli - Piroxenito - Ipirá - Bahia - 275,69 hectares.
48410.800127/2006 - Portaria Nº 120/SGM - Coreaú Calcário Ltda. - Minério de Ferro - Catunda - Ceará - 753,67 hectares.
27203.814416/1974 - Portaria Nº 121/SGM - Vale S. A. - Minério de Ferro - São Gonçalo do Rio Abaixo e Barão de Cocais - Minas Gerais - 138,54 hectares.
48406.861151/2008 - Portaria Nº 122/SGM - Valemar Vale do Maranhão Mineração Ltda. ME - Minério de Ferro - Mimoso de Goiás - Goiás - 104,06 hectares.
48403.832343/2015 - Portaria Nº 123/SGM - Baobá Participações e Administração Ltda. Epp - Água Mineral - Conceição das Alagoas - Minas Gerais - 46,97 hectares.
48409.890937/2011 - Portaria Nº 124/SGM - Onitauá Mineradora Ltda. - Água Mineral - Cachoeiras de Macacu - Rio de Janeiro - 35,48 hectares.
48401.810312/2012 - Portaria Nº 125/SGM - Indústria de Vinagres Prinz Ltda. - Água Mineral - Lajeado - Rio Grande do Sul - 35,84 hectares.
48402.820258/2005 - Portaria Nº 126/SGM - Mineração Issa Costa Ltda. ME - Água Mineral - Piedade - São Paulo - 31,98 hectares.
48419.886295/2008 - Portaria Nº 127/SGM - Cooperativa de Produtores de Estanho do Brasil - Cassiterita - Rio Crespo e Alto Paraíso - Rondônia - 209,63 hectares.
48419.886216/2010 - Portaria Nº 128/SGM - Cooperativa de Produtores de Estanho do Brasil - Cassiterita - Rio Crespo e Alto Paraíso - Rondônia - 550,27 hectares.
48415.846151/2015 - Portaria Nº 129/SGM - Casa Grande Mineração Ltda. - Feldspato - Ipueira - Rio Grande do Norte e São Mamede - Paraíba - 49,95 hectares.
27203.830735/2003 - Portaria Nº 130/SGM - Bauminas Mineração Ltda. - Minério de Alumínio - Miraí - Minas Gerais - 1.542,46 hectares.
48402.821335/2014 - Portaria Nº 131/SGM - Irmãos Gleriano Ltda. ME - Água Mineral - Macaubal e Monte Aprazível - São Paulo - 49,22 hectares.

ALEXANDRE VIDIGAL DE OLIVEIRA
Secretário

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 475, DE 19 DE JANEIRO DE 2021

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e no art. 5º da Portaria MME nº 245, de 27 de junho de 2017, resolve:

Processo nº 48340.003819/2020-56. Interessada: Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 03.467.321/0001-99. Objeto: Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o projeto de investimento em infraestrutura de distribuição de energia elétrica (2021) que compreende a expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica, não incluídos os investimentos em obras do Programa "LUZ PARA TODOS" ou com participação financeira de terceiros, constantes do Plano de Desenvolvimento da Distribuição - PDD de referência, apresentado à ANEEL no Ano Base (A) de 2020, de titularidade da interessada, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/secretaria-executiva/projetos-prioritarios.

PAULO CESAR MAGALHÃES DOMINGUES

PORTARIA Nº 476, DE 19 DE JANEIRO DE 2021

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e no art. 5º da Portaria MME nº 245, de 27 de junho de 2017, resolve:

Processo nº 48340.003990/2020-65. Interessada: Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 08.826.596/0001-95. Objeto: Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o projeto de investimento em infraestrutura de distribuição de energia elétrica (2021) que compreende a expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica, não incluídos os investimentos em obras do Programa "LUZ PARA TODOS" ou com participação financeira de terceiros, constantes do Plano de Desenvolvimento da Distribuição - PDD de referência, apresentado à ANEEL no Ano Base (A) de 2020, de titularidade da interessada, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/secretaria-executiva/projetos-prioritarios.

PAULO CESAR MAGALHÃES DOMINGUES

PORTARIA Nº 478, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso II, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 2º, § 2º e 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, e na Portaria MME nº 416, de 1º de setembro de 2015, e o que consta no Processo nº 48360.000243/2020-37, resolve:

Art. 1º Definir, na forma do Anexo à presente Portaria, os novos montantes de garantia física de energia das Usinas Eólicas de que trata o art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 416, de 1º de setembro de 2015.

§ 1º Os montantes de garantia física das Usinas Eólicas constantes do Anexo I são determinados nos Pontos de Medição Individuais - PMI das Usinas

§ 2º Para efeitos de comercialização de energia elétrica, as perdas elétricas do PMI, conforme aplicável, até o Centro de Gravidade do referido Submercado deverão ser abatidas dos montantes de garantia física de energia definidos nesta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º Para todos os efeitos, os montantes de garantia física de energia definidos no Anexo poderão ser revisados com base na legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CESAR MAGALHÃES DOMINGUES

ANEXO

GARANTIA FÍSICA DE ENERGIA DAS USINAS EÓLICAS DEFINIDAS NO PMI

Empreendimento	Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) - ANEEL	GFrevisada (MWmed)
Jandaíra I	EOL.CV.RN.032870-7.01	5,6
Jandaíra II	EOL.CV.RN.035008-7.01	12,3
Jandaíra III	EOL.CV.RS.035270-5.01	14,8
Serra da Babilônia A	EOL.CV.BA.037083-5.01	12,0
Serra da Babilônia C	EOL.CV.BA.040609-0.01	14,5
Serra da Babilônia E	EOL.CV.BA.040611-2.01	14,1
Serra da Babilônia F	EOL.CV.BA.040612-0.01	11,4
Ventos de São Januário 15	EOL.CV.BA.032642-9.01	36,2
Ventos de São Januário 16	EOL.CV.BA.033547-9.01	37,4
Ventos de São Januário 17	EOL.CV.BA.033548-7.01	39,5
Ventos de São Januário 18	EOL.CV.BA.033549-5.01	36,7
Ventos de São Januário 19	EOL.CV.BA.037101-7.01	39,1
Ventos de Vila Mato Grosso I (antiga Vila Alagoas III)	EOL.CV.RN.036984-5.01	28,6

PORTARIA Nº 479, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso II, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 2º, § 2º e 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, na Portaria MME nº 60, de 21 de fevereiro de 2020, e o que consta no Processo nº 48360.000001/2021-24, resolve:

Art. 1º Definir os novos montantes de garantia física de energia das usinas solares fotovoltaicas na forma do Anexo à presente Portaria.

§ 1º Os montantes de garantia física de energia de que trata o caput referem-se ao Ponto de Medição Individual - PMI das usinas.

§ 2º Para efeitos de comercialização de energia elétrica, as perdas elétricas do PMI até o Centro de Gravidade do referido Submercado deverão ser abatidas do montante de garantia física de energia definido nesta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º Para todos os efeitos, os montantes de garantia física de energia definidos no Anexo desta Portaria poderão ser revisados com base na legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CESAR MAGALHÃES DOMINGUES

ANEXO

GARANTIA FÍSICA DE ENERGIA

CEG	Usina	Potência (kW)	GFrevisada (MWmed)
UFV.RS.MG.034392-7.01	Solar Jaíba 3	33.000,0	9,6
UFV.RS.MG.034394-3.01	Solar Jaíba 4	33.000,0	9,8
UFV.RS.MG.035805-3.01	Solar Jaíba 9	22.500,0	6,7
UFV.RS.CE.040708-9.01	Gameleira 1	33.000,0	10,4
UFV.RS.CE.040709-7.01	Gameleira 2	33.000,0	10,4
UFV.RS.CE.040710-0.01	Gameleira 3	33.000,0	10,4
UFV.RS.CE.040711-9.01	Gameleira 4	33.000,0	10,4

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

DESPACHO Nº 3.625, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2020

O SUBSTITUTO DO DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme a Portaria nº 5.273, de 21 de agosto de 2018, no uso de suas atribuições regimentais; de acordo com a deliberação da Diretoria, e o que consta do Processo nº 48500.006119/2020-33, decide conhecer e, no mérito, dar provimento ao Pedido de Medida Cautelar interposto pela Light Serviços de Eletricidade S.A., com vistas a afastar a consequência definida no Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 01, de 1996, até o fechamento da Consulta Pública nº 35, de 2020.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 115, DE 19 DE JANEIRO DE 2021

Processo nº: 48500.005704/2020-16. Interessado: Fótons de São Marino Energias Renováveis S.A. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga - DRO das Centrais Geradoras Fotovoltaicas - UFVs relacionadas no anexo i deste Despacho. A íntegra deste Despacho e seu anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

RENATO MARQUES BATISTA
Superintendente Adjunto

DESPACHO Nº 124, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

Processo nº: 48500.004895/2020-07. Interessado: Triângulo Energia Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga - DRO da Central Geradora Termelétrica - UTE Triângulo, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG nº UTE.AI.MG.050155-7.01, com 50.000 kW de Potência Instalada, utilizando bagaço de cana de açúcar como combustível, localizada no município de Tupaciguara, estado de Minas Gerais, em favor da empresa Triângulo Energia Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 37.978.223/0001-38. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

RENATO MARQUES BATISTA
Superintendente Adjunto

RETIFICAÇÃO

Na Resolução Autorizativa, nº 9.514, de 8 de dezembro de 2020, constante no Processo n° 48500.003819/2017-71, publicada no DOU nº 237, de 11 de dezembro de 2020, Seção 1, página 136, onde se lê: "RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 9.514, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2020.", leia-se: "RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 9.514, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020."

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO Nº 120, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

Processo nº: 48500.001556/2019-27. Interessada: Transmissora Amapar SPE S.A. - AMAPAR Decisão: (i) atestar a conformidade das características técnicas do projeto básico das instalações de transmissão objeto do Contrato de Concessão nº 07/2019-ANEEL, elaborado pela Transmissora Amapar SPE S.A. - AMAPAR em conformidade com as demais especificações e requisitos técnicos das instalações de transmissão descritas no Anexo I do Contrato de Concessão de Transmissão nº 07/2019-ANEEL; (ii) reconhecer a totalidade dos valores correspondentes a segunda fatura referentes aos estudos vinculados a concessão, descritos na Décima Primeira Subcláusula da Cláusula Quarta do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 07/2019-ANEEL. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

IVO SECHI NAZARENO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DE 20 DE JANEIRO DE 2021

Decisão: Liberar as unidades geradoras para início da operação em teste a partir de 21 de janeiro de 2021.

Nº 121. Processo nº 48500.000554/2019-11. Interessados: EOL POTIGUAR B141 SPE S.A. Usina: EOL Vila Maranhão I. Unidade Geradora: UG1 a UG5, de 3.550 kW cada, totalizando 17.750 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Serra do Mel, estado do Rio Grande do Norte.

Nº 122. Processo nº 48500.000641/2020-10. Interessados: CLWP Eólica Parque IX S.A. Usina: EOL Campo Largo IX. Unidade Geradora: UG6, de 4.200 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Umburanas, estado da Bahia.

Nº 123. Processo nº 48500.000432/2017-62. Interessados: Eldorado Brasil Celulose S.A. Usina: ute Onça Pintada. Unidade Geradora: UG1, de 50.000 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Três Lagoas, estado do Mato Grosso do Sul.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TARIFÁRIA

RETIFICAÇÃO

No Despacho n. 96, de 15 de janeiro de 2021, constante do Processo n. 48500.004668/2019-30, publicado no DOU n. 12, de 19 de janeiro de 2021, Seção 1, página 49, foi alterado o anexo. A íntegra deste Despacho e seu anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Onde se lê:
ANEXO
QUOTAS DE CUSTEIO DO PROINFA - TRANSMISSORAS
MÊS DE REFERÊNCIA: MARÇO DE 2021
DATA DE RECOLHIMENTO: ATÉ 10 DE FEVEREIRO DE 2021

TRANSMISSORA	DUODÉCIMO (R$)
CEEE-T	2.260.384,94
CEMIG-T	1.791.768,74
CHESF-T	3.718.576,88
COPEL-T	149.479,97
CTEEP	480.084,62
ELETRONORTE-T	1.626.201,69
FURNAS-T	3.249.529,15
CELG-T	5.674.840,82
SMTE	312.848,51
AFLUENTE	103.156,47
COQUEIROS	4.623,62
BRILHANTE	1.222,11
TER	11.099,97
ITATIM	1.316,87
TAESA-GTESA	241.713,25
TDG	-
ELETROSUL	281.220,47
ONTE	-
TOTAL	19.908.068,10

Leia-se:
ANEXO
QUOTAS DE CUSTEIO DO PROINFA - TRANSMISSORAS
MÊS DE REFERÊNCIA: MARÇO DE 2021
DATA DE RECOLHIMENTO: ATÉ 10 DE FEVEREIRO DE 2021

TRANSMISSORA	DUODÉCIMO (R$)
CEEE-T	1.626.201,69
CEMIG-T	3.718.576,88
CHESF-T	3.249.529,15
COPEL-T	480.084,62
CTEEP	2.260.384,94
ELETRONORTE-T	5.674.840,82
FURNAS-T	1.791.768,74
CELG-T	149.479,97
SMTE	312.848,51
AFLUENTE	103.156,47
COQUEIROS	4.623,62
BRILHANTE	1.222,11
TER	11.099,97
ITATIM	1.316,87
TAESA-GTESA	241.713,25
TDG	-
ELETROSUL	281.220,47
ONTE	-
TOTAL	19.908.068,10

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA DE ARRECADAÇÃO

DESPACHO
Relação nº 10/2021

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) cientes(s) da não apresentação de recurso administrativo; restando-lhe(s) pagar ou parcelar o débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (alínea a, Inciso XII do art. 2º da Lei nº 13.575/2017, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução. Processo de Cobrança nº: 48403.935399/2013-68 Notificado: PEDREIRA SÃO JOÃO LTDA CNPJ/CPF: 16.951.824/0001-87 NFLDP nº: 2680/2013
Valor: R$ 146.635,67

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente
Interino

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS

ALVARÁ Nº 184, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48062.871280/2020-97-CEPEMI CENTRO DE PESQUISA E EXTRAÇÃO MINERAL LTDA (Documento SEI: 2136932)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 185, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48054.831588/2020-07-HOLDING CLASS INVESTIMENTOS LTDA (Documento SEI: 2136949)

JOTÁVIO BORGES GOMES
Substituto

ALVARÁ Nº 186, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48054.831591/2020-12-HOLDING CLASS INVESTIMENTOS LTDA (Documento SEI: 2136972)

JOTÁVIO BORGES GOMES
Substituto

ALVARÁ Nº 187, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48054.831594/2020-56-HOLDING CLASS INVESTIMENTOS LTDA (Documento SEI: 2136987)

JOTÁVIO BORGES GOMES
Substituto

ALVARÁ Nº 188, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48062.871284/2020-75-CEPEMI CENTRO DE PESQUISA E EXTRAÇÃO MINERAL LTDA (Documento SEI: 2136998)

JOTÁVIO BORGES GOMES
Substituto

ALVARÁ Nº 189, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48054.831595/2020-09-HOLDING CLASS INVESTIMENTOS LTDA (Documento SEI: 2137001)

JOTÁVIO BORGES GOMES
Substituto

ALVARÁ Nº 190, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48054.831596/2020-45-HOLDING CLASS INVESTIMENTOS LTDA (Documento SEI: 2137006)

JOTÁVIO BORGES GOMES
Substituto

ALVARÁ Nº 191, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48062.871286/2020-64-CEPEMI CENTRO DE PESQUISA E EXTRAÇÃO MINERAL LTDA (Documento SEI: 2137018)

JOTÁVIO BORGES GOMES
Substituto

ALVARÁ Nº 192, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48065.800258/2020-32-CAEIRA CANTA GALO EXTRACAO E COMERCIO DE CALCARIO LTDA (Documento SEI: 2137025)

JOTÁVIO BORGES GOMES
Substituto

ALVARÁ Nº 5.632, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48054.831759/2020-90-Vale do Anjo Transportes Extracao e Comercio de Areia Ltda Me (Documento SEI: 2089863)

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

ALVARÁ Nº 5.633, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48054.831743/2020-87-Minerallis Capital Consultoria e Intermediação de Negócios Ltda. (Documento SEI: 2089864)

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

ALVARÁ Nº 5.634, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48054.831753/2020-12-Eduardo Luiz Ferreira Junior (Documento SEI: 2091476)

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

ALVARÁ Nº 5.635, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48054.831754/2020-67-Eduardo Luiz Ferreira Junior (Documento SEI: 2091550)

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

ALVARÁ Nº 138, DE 16 DE JANEIRO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48062.871492/2020-74-Paulo Cesar de Lima (Documento SEI: 2128356)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 193, DE 19 DE JANEIRO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48071.846240/2020-06-Leão do Norte Engenharia e Participações Ltda (Documento SEI: 2137211)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 194, DE 19 DE JANEIRO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48062.871391/2020-01-Medson Fontana Amaral (Documento SEI: 2137233)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 195, DE 19 DE JANEIRO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48064.890112/2020-81-Edson Ribeiro valentim leal (Documento SEI: 2137289)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 196, DE 19 DE JANEIRO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48076.896189/2020-25-PABLO G CERQUEIRA (Documento SEI: 2137296)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 197, DE 19 DE JANEIRO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48066.815270/2020-31-Antonio Albarino Borges (Documento SEI: 2137342)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 198, DE 19 DE JANEIRO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48077.803151/2020-15-P.R.A. ORCIOLI CONSULTORIA GEOLOGICA EIRELI (Documento SEI: 2137344)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 199, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48062.871499/2020-96-leandro conceicao da silva (Documento SEI: 2137607)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 201, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48070.848229/2020-82-Iberobras Construção Civil e Empreitadas (Documento SEI: 2139517)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 202, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48071.846264/2020-57-PROPAV CONSTRUCAO E MONTAGEM LTDA (Documento SEI: 2139837)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 203, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48062.871506/2020-50-J LOURIEDISON O SANTANA (Documento SEI: 2140555)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 266, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48069.826297/2020-20-JOSE APARECIDO FERNANDES (Documento SEI: 2140803)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 267, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48062.871494/2020-63-J P SILVA ROCHA - ESTUDOS GEOLOGICO (Documento SEI: 2140838)

JOTÁVIO BORGES GOMES
Substituto

ALVARÁ Nº 4.939, DE 19 DE JANEIRO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48062.871253/2020-14-Blue Sky Mineração Ltda Epp (Documento SEI: 2137335)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 5.113, DE 19 DE JANEIRO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48062.871294/2020-19-Carlos Antonio São Pedro Cruz Júnior (Documento SEI: 2137321)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 5.271, DE 19 DE JANEIRO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48065.800275/2020-70-Cerâmica Cariré Ltda Me (Documento SEI: 2137222)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 5.272, DE 19 DE JANEIRO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48070.848185/2020-91-Leão do Norte Engenharia e Participações Ltda (Documento SEI: 2137208)

JOTÁVIO BORGES GOMES

DESPACHO

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o Requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
48059.851578/2020-30-ELO MINERACAO - EXPLORACAO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA (Documento SEI: 2137196)

JOTÁVIO BORGES GOMES
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 15/2021

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
219/2021-872.643/2013-BRASIL EMPREENDIMENTOS PESQUISAS E MINERACAO LTDA EPP-
220/2021-872.754/2013-MIQUEIAS ADRIANO DA SILVA LOPES-
221/2021-872.755/2013-MIQUEIAS ADRIANO DA SILVA LOPES-
222/2021-872.756/2013-MIQUEIAS ADRIANO DA SILVA LOPES-
223/2021-870.841/2020-3D GRANITOS LTDA ME-
224/2021-870.854/2020-3D GRANITOS LTDA ME-
225/2021-870.886/2020-JÚLIO MARTINS CARDOSO DOS SANTOS-
226/2021-870.887/2020-JÚLIO MARTINS CARDOSO DOS SANTOS-
227/2021-870.891/2020-GILDASIO DE CASTRO DOURADO FILHO-
228/2021-870.907/2020-JÚLIO MARTINS CARDOSO DOS SANTOS-
229/2021-870.929/2020-FOXFIRE METALS INTERMEDIAÇÃO COMERCIAL LTDA.-
230/2021-870.937/2020-GKM KARMEL COMERCIO DE JOIAS LTDA-
231/2021-870.965/2020-AILTON PINHEIRO DA SILVA-
232/2021-870.966/2020-FOXFIRE METALS INTERMEDIAÇÃO COMERCIAL LTDA.-
233/2021-870.968/2020-CEPEMI CENTRO DE PESQUISA E EXTRAÇÃO MINERAL LTDA-
234/2021-870.972/2020-ULISSES BRAVIN SALES-
235/2021-870.979/2020-CEPEMI CENTRO DE PESQUISA E EXTRAÇÃO MINERAL LTDA-
236/2021-870.980/2020-ANTONIO DE JESUS OLIVEIRA NETO-
237/2021-870.989/2020-CHRYSUS PARTICIPACOES S.A.-
238/2021-870.992/2020-CHRYSUS PARTICIPACOES S.A.-
239/2021-870.993/2020-CHRYSUS PARTICIPACOES S.A.-
240/2021-870.994/2020-CHRYSUS PARTICIPACOES S.A.-
241/2021-870.995/2020-CHRYSUS PARTICIPACOES S.A.-
253/2021-871.013/2020-CHRYSUS PARTICIPACOES S.A.-
252/2021-871.012/2020-CHRYSUS PARTICIPACOES S.A.-
251/2021-871.011/2020-CHRYSUS PARTICIPACOES S.A.-
250/2021-871.010/2020-CHRYSUS PARTICIPACOES S.A.-
249/2021-871.009/2020-CHRYSUS PARTICIPACOES S.A.-
248/2021-871.008/2020-CHRYSUS PARTICIPACOES S.A.-
247/2021-871.005/2020-CHRYSUS PARTICIPACOES S.A.-
246/2021-871.004/2020-CHRYSUS PARTICIPACOES S.A.-
245/2021-871.002/2020-CHRYSUS PARTICIPACOES S.A.-
244/2021-870.998/2020-CHRYSUS PARTICIPACOES S.A.-
243/2021-870.997/2020-CHRYSUS PARTICIPACOES S.A.-
242/2021-870.996/2020-CHRYSUS PARTICIPACOES S.A.-
254/2021-871.014/2020-CHRYSUS PARTICIPACOES S.A.-
255/2021-871.015/2020-CHRYSUS PARTICIPACOES S.A.-
256/2021-871.016/2020-CHRYSUS PARTICIPACOES S.A.-
257/2021-871.017/2020-CHRYSUS PARTICIPACOES S.A.-
258/2021-871.018/2020-CHRYSUS PARTICIPACOES S.A.-
259/2021-871.019/2020-CHRYSUS PARTICIPACOES S.A.-
260/2021-871.020/2020-CHRYSUS PARTICIPACOES S.A.-
261/2021-871.021/2020-CHRYSUS PARTICIPACOES S.A.-
262/2021-871.022/2020-CHRYSUS PARTICIPACOES S.A.-
263/2021-871.023/2020-CHRYSUS PARTICIPACOES S.A.-
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
204/2021-870.857/2020-S.A. PAULISTA DE CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO-
205/2021-870.858/2020-S.A. PAULISTA DE CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO-
206/2021-870.882/2020-CASSIA ALMEIDA SOUZA REIS MACEDO ME-
207/2021-870.911/2020-GOETZE LOBATO ENGENHARIA S A-
208/2021-870.924/2020-INCENOR INDÚSTRIA CERÂMICA DO NORDESTE LTDA-
209/2021-870.935/2020-ADEILTON CARLOTA NASCIMENTO 00630992509-
210/2021-870.942/2020-LEANDRO CONCEICAO DA SILVA-
211/2021-870.953/2020-DOIS A ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA-
212/2021-870.970/2020-FLAVIA CRISTINA WILKE ALVES-
213/2021-870.974/2020-3D GRANITOS LTDA ME-
214/2021-870.975/2020-RUBENS SILVA FERRAZ-
215/2021-871.032/2020-ARGILA PLANETA LTDA.-
216/2021-871.033/2020-JÚLIO MARTINS CARDOSO DOS SANTOS-
217/2021-871.085/2020-HIDRAMAR MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA-
218/2021-871.101/2020-CONSTRUTORA ABROLHOS LTDA-

JOTAVIO BORGES GOMES
Substituto

DESPACHO
Relação nº 17/2021

Fase de Concessão de Lavra
Aprova o relatório de reavaliação de reservas(425)
820.912/1980-PEDREIRA DO PARDO LTDA.-BASALTO
001.463/1963-ANGLOGOLD ASHANTI CÓRREGO DO SÍTIO MINERAÇÃO S.A.-OURO
003.963/1962-VALE S A-MINÉRIO DE FERRO
005.799/1959-COMPANHIA GERAL DE MINAS-BAUXITA
800.237/1974-VOTORANTIM CIMENTOS S A-CALCÁRIO
815.816/1971-COMPANHIA GERAL DE MINAS-ARGILA REFRATÁRIA
830.314/1980-INTERCEMENT BRASIL S A-CALCÁRIO E ARGILA
830.767/1981-ANGLOGOLD ASHANTI CÓRREGO DO SÍTIO MINERAÇÃO S.A.-MINÉRIO DE OURO
830.943/1979-ANGLOGOLD ASHANTI CÓRREGO DO SÍTIO MINERAÇÃO S.A.-OURO
802.101/1971-PEDREIRAS BAHIA LTDA.-GRANULITO
871.285/1997-PEDREIRAS BAHIA LTDA.-GRANULITO
871.286/1997-PEDREIRAS BAHIA LTDA.-GRANULITO
820.471/2005-PEDREIRA DO PARDO LTDA.-BASALTO
860.824/1979-MINERAÇÃO SERRA GRANDE S.A.-MINERIOS DE OURO E PRATA
860.402/2001-COPEBRAS INDÚSTRIA LTDA-FOSFATO
820.762/1988-TELEBRITA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.-DIABASIO
Aprova o relatório de Pesquisa de nova substância(1106)
001.463/1963-ANGLOGOLD ASHANTI CÓRREGO DO SÍTIO MINERAÇÃO S.A.-PRATA
800.237/1974-VOTORANTIM CIMENTOS S A-ARGILA
830.767/1981-ANGLOGOLD ASHANTI CÓRREGO DO SÍTIO MINERAÇÃO S.A.-MINÉRIO DE PRATA
830.943/1979-ANGLOGOLD ASHANTI CÓRREGO DO SÍTIO MINERAÇÃO S.A.-PRATA
802.101/1971-PEDREIRAS BAHIA LTDA.-SAIBRO
871.285/1997-PEDREIRAS BAHIA LTDA.-SAIBRO
871.286/1997-PEDREIRAS BAHIA LTDA.-SAIBRO

JOTAVIO BORGES GOMES
Superintendente
Substituto

DESPACHO
Relação nº 20/2021

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
264/2021-850.789/2019-MAGNO DE OLIVEIRA JUNIOR-
265/2021-850.524/2020-VALE S A-

JOTAVIO BORGES GOMES
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHO
Relação nº 335/2020

Fase de Concessão de Lavra
Aprova o novo Plano de Aproveitamento Econômico da jazida(416)
826.466/2004-J. A. GAI COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA EPP

JOSE JAIME SZNELWAR
Superintendente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE SANTA CATARINA

DESPACHO
Relação nº 4/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
815.075/2014-REIS E FILHOS LTDA EPP-OF. N°417/2021/DIREM-SC/ANM
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
815.272/2019-GESSNER TERRAPLANAGEM E LOCAÇÕES LTDA ME-Diabásio (brita) e Saibro-Pouso Redondo/SANTA CATARINA
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
815.877/2016-COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA SANTA ANA LTDA EPP- Área de 98,64 ha para 24,46 ha-Saibro-Tijucas/SANTA CATARINA
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
815.377/2016-DOLORES CORREIA-AI N°14/2021/GER-SC/DIREM-SC
815.195/2019-PARISI BRITAGEM E TERRAPLENAGEM LTDA-AI N°5/2021/GER-SC/DIREM-SC
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
815.526/2001-MINERAÇÃO SANTA MARIA LTDA-OF. N°375/2021/DIFAM-SC/ANM
815.097/1991-ÁGUAS MINERAIS CAROLINA ADMINISTRADORA DE BENS LTDA-OF. N°1500/2020/DIFAM-SC/GER-SC
815.060/1998-SBM - SUL BRASILEIRA DE MINERACAO LTDA-OF. N°494/2021/DIFAM-SC/ANM
815.424/1986-COMPANHIA HIDROMINERAL DE PIRATUBA-OF. N°1523/2020/DIFAM-SC/GER-SC
Determina o arquivamento do Auto de Infração(462)

815.049/1999-On Investimentos e Pesquisas Ltda Epp- AI N° 2058/2020
815.097/1991-Águas Minerais Carolina Administradora de Bens Ltda- AI N° 110/2012
Nega o pedido de suspensão temporária dos trabalhos de lavra(438)
815.049/1999-ON INVESTIMENTOS E PESQUISAS LTDA
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
815.097/1991-ÁGUAS MINERAIS CAROLINA ADMINISTRADORA DE BENS LTDA-OF. N°1516/2020/DIFAM-SC/GER-SC e 1532/2020/DIFAM-SC/GER-SC
815.102/1989-SBM - SUL BRASILEIRA DE MINERACAO LTDA-OF. N°494/2021/DIFAM-SC/ANM
815.310/1994-SBM - SUL BRASILEIRA DE MINERACAO LTDA-OF. N°494/2021/DIFAM-SC/ANM
815.763/1996-SBM - SUL BRASILEIRA DE MINERACAO LTDA-OF. N°494/2021/DIFAM-SC/ANM
815.079/1998-SBM - SUL BRASILEIRA DE MINERACAO LTDA-OF. N°494/2021/DIFAM-SC/ANM
815.110/1998-SBM - SUL BRASILEIRA DE MINERACAO LTDA-OF. N°494/2021/DIFAM-SC/ANM
815.356/2007-SBM - SUL BRASILEIRA DE MINERACAO LTDA-OF. N°494/2021/DIFAM-SC/ANM
815.492/2010-SBM - SUL BRASILEIRA DE MINERACAO LTDA-OF. N°494/2021/DIFAM-SC/ANM
815.061/1992-SBM - SUL BRASILEIRA DE MINERACAO LTDA-OF. N°494/2021/DIFAM-SC/ANM
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
815.178/2014-SBM - SUL BRASILEIRA DE MINERACAO LTDA-OF. N°564/2021/DIFAM-SC/ANM
815.250/2001-EBELE TRANSPORTES EIRELI-OF. N°529/2021/DIFAM-SC/ANM
815.085/2002-EDISON PAULO SABATKE-OF. N°663/2021/DIFAM-SC/ANM
Aprova Plano de Aproveitamento Econômico da jazida(707)
815.178/2014-SBM - SUL BRASILEIRA DE MINERACAO LTDA
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
815.250/2001-EBELE TRANSPORTES EIRELI- Registro de Licença N° 893/2006 - Vencimento em 29/09/2022
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1739)
815.178/2014-SBM - SUL BRASILEIRA DE MINERACAO LTDA-OF. N°494/2021/DIFAM-SC/ANM
815.029/2016-SBM - SUL BRASILEIRA DE MINERACAO LTDA-OF. N°494/2021/DIFAM-SC/ANM
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
815.165/2019-TERRA VIVAH COMERCIO ATACADISTA EIRELI-OF. N°376/2021/DIFAM-SC/ANM
815.270/2010-OLIVER TERRAPLANAGEM E EXTRAÇÃO DE AREIA EIRELI-OF. N°433/2021/DIREM-SC/ANM
815.054/1992-DILNEI FRANCISCO DE LIMA EPP-OF. N°424/2021/DIFAM-SC/ANM
815.752/2008-ELIANE REVESTIMENTOS CERAMICOS LTDA-OF. N°414/2021/DIFAM-SC/ANM
815.222/2011-TERRA MATER PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.-OF. N°469/2021/DIREM-SC/ANM
815.400/1998-CERB CONSTRUTORA E EXPLORAÇÃO DE ROCHAS E BRITAGEM LTDA-OF. N°511/2021/DIFAM-SC/ANM
815.139/2008-NOVO HORIZONTE MINERACAO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME-OF. N°539/2021/GER-SC/ANM
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
815.098/2007-BCL EMPREENDIMENTOS LTDA-BRAÇO DO NORTE/SC, GRÃO PARÁ/SC - Guia n° 2/2021 - GERÊNCIA REGIONAL/SC-50.000toneladas/ano-Brita- Duração da Guia:3 ano(s) a partir da data de expedição da Licença Ambiental
815.469/2018-CERÂMICA GUAREZI LTDA EPP-TREZE DE MAIO/SC - Guia n° 3/2021 - GERÊNCIA REGIONAL/SC --12.000toneladas/ano --Argila- Duração da Guia:3 ano(s) a partir da data de expedição da Licença Ambiental
Indefere requerimento de Guia de Utilização(626)
815.589/2002-COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA SANTA ANA LTDA EPP
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1737)
815.062/1992-SBM - SUL BRASILEIRA DE MINERACAO LTDA-OF. N°494/2021/DIFAM-SC/ANM
815.430/1993-SBM - SUL BRASILEIRA DE MINERACAO LTDA-OF. N°494/2021/DIFAM-SC/ANM
815.645/1996-SBM - SUL BRASILEIRA DE MINERACAO LTDA-OF. N°494/2021/DIFAM-SC/ANM
815.800/2007-SBM - SUL BRASILEIRA DE MINERACAO LTDA-OF. N°494/2021/DIFAM-SC/ANM
815.262/2008-SBM - SUL BRASILEIRA DE MINERACAO LTDA-OF. N°494/2021/DIFAM-SC/ANM
815.324/2011-SBM - SUL BRASILEIRA DE MINERACAO LTDA-OF. N°494/2021/DIFAM-SC/ANM
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
815.268/2020-FLORESTAL GATEADOS LTDA.-Registro de Licença N° 1/2021 - GERÊNCIA REGIONAL/SC - Vencimento em 02/10/2040
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
815.264/2019-ENCOPLAC ENGENHARIA CONSTRUÇÃO PLANEJAMENTO CANOINHAS LTDA-OF. N°477/2021/DIFAM-SC/ANM
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
815.074/2014-REIS E FILHOS LTDA EPP-OF. N°416/2021/DIREM-SC/ANM
815.288/2014-EXTRAÇÃO DE AREIA ARGILA E TRANSPORTE SANTA HELENA LTDA-OF. N°598/2021/DIREM-SC/ANM
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
815.258/2019-PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA-OF. N°597/2021/DIFAM-SC/ANM
815.300/2020-MUNICIPIO DE TUBARAO-OF. N°664/2021/DIFAM-SC/ANM

MARCUS GERALDO ZUMBLICK
Gerente

DESPACHO
Relação nº 8/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
815.520/2015-ARIEL CARLOS SCHROEDER
826.125/2000-G.R. MINERADORA DE AREIA LTDA
815.677/2016-CNS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
815.079/1998-SBM - SUL BRASILEIRA DE MINERACAO LTDA-OF. N°662/2021/DIFAM-SC/ANM
815.060/1998-SBM - SUL BRASILEIRA DE MINERACAO LTDA-OF. N°660/2021/DIFAM-SC/ANM
815.763/1996-SBM - SUL BRASILEIRA DE MINERACAO LTDA-OF. N°755/2021/DIFAM-SC/ANM
Instaura processo administrativo para declaração de caducidade da concessão de lavra /prazo para defesa 60 dias(490)
802.290/1978-UNIMIN DO BRASIL LTDA-OF. N°675/2021/DIFAM-SC/ANM
Autoriza a suspensão temporária dos trabalhos de lavra(437)
815.403/2004-TECMICER - MINERAÇÃO COMÉRCIO E TRANSPORTE DE MINÉRIOS CERÂMICOS LTDA- Início:14/10/2019-Término:14/01/2021
815.419/2002-TECMICER - MINERAÇÃO COMÉRCIO E TRANSPORTE DE MINÉRIOS CERÂMICOS LTDA- Início:15/10/2019-Término:14/01/2021
Autoriza a retomada dos trabalhos de lavra:(2137)
PORTARIA DE LAVRA ANM nº 13/1980, DOU de 15/01/2016 - Processo nº 815.403/2004 - TECMICER - MINERAÇÃO COMÉRCIO E TRANSPORTE DE MINÉRIOS CERÂMICOS LTDA - ARGILA - A contar da data 15/01/2021.
PORTARIA DE LAVRA ANM nº 304 de 08/04/1980, DOU de 08/10/2012 - Processo nº 815.419/2002 - TECMICER - MINERAÇÃO COMÉRCIO E TRANSPORTE DE MINÉRIOS CERÂMICOS LTDA - ARGILA, CAULIM - A contar da data 15/01/2021.
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
815.079/1998-SBM - SUL BRASILEIRA DE MINERACAO LTDA- AI N° 16/2021/GER-SC/DIFAM-SC
815.060/1998-SBM - SUL BRASILEIRA DE MINERACAO LTDA- AI N° 18/2021/GER-SC/DIFAM-SC
Fase de Licenciamento
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
815.781/2011-AGLEMAR ANTONIO BERTE EIRELI ME- Cessionário:Zanetti Prestação de Serviços Eireli- CNPJ 27.498.449/0001-88- Registro de Licença N° 1966/2015- Vencimento da Licença: 08/05/2050
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
815.029/2016-SBM - SUL BRASILEIRA DE MINERACAO LTDA-OF. N°868/2021/DIFAM-SC/ANM
Aprova Plano de Aproveitamento Econômico da jazida(707)
815.029/2016-SBM - SUL BRASILEIRA DE MINERACAO LTDA
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
815.188/2012-COMÉRCIO DE PEDRAS AR LTDA ME- Registro de Licença N° 1534, de 01/11/2012 - Vencimento em 09/10/2024
815.202/2003-EXTRAÇÃO DE AREIA COLEONI LTDA- Registro de Licença N° 1037, de 14/09/2005 - Vencimento em 23/12/2021
815.562/2012-KERBERMIX MINERAÇÃO LTDA- Registro de Licença N° 1640, de 2016 - Vencimento em 15/12/2025
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
815.562/2005-PLASTIART INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS EIREL-OF. N°146/2021/DIFAM-SC/ANM
815.408/2012-AREIAS DE JAGUARUNA LTDA-OF. N°818/2021/DIFAM-SC/ANM
815.549/2010-MINERAÇÃO SANTA BARBARA LTDA ME-OF. N°852/2021/DIFAM-SC/ANM
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
815.839/2008-SULCATARINENSE MINERAÇÃO, ARTEFATOS DE CIMENTO, BRITAGEM E CONSTRUÇÃO LTDA-OF. N°844/2021/DIFAM-SC/ANM
Indefere requerimento de Guia de Utilização(626)
815.787/2009-TERRAPLENAGEM HOSANG EIRELI
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
815.065/2020-FISCHER SA AGROINDUSTRIA-OF. N°893/2021/DIFAM-SC/ANM
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
815.205/2020-JEAN CARLOS DA CONCEIÇÃO-OF. N°810/2021/DIREM-SC/ANM
815.204/2020-JEAN CARLOS DA CONCEIÇÃO-OF. N°759/2021/DIREM-SC/ANM
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(133)
815.203/2020-JEAN CARLOS DA CONCEIÇÃO-OF. N°36/2021/DIREM-SC/ANM
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
815.734/2017-CUSTODIO CRIPPA

MARCUS GERALDO ZUMBLICK
Gerente

DESPACHO
Relação nº 9/2021

Fase de Licenciamento
Retificação de despacho(1391)
815.398/2015-TRANSPÉZIA AMBIENTAL LTDA EPP - Publicado DOU de 11/01/2021, Relação n° 101/2020, Seção I, pág. - Onde se lê: "...CNPJ 05.752.374/0001-87...), Leia-se: "...CNPJ 01.906.026/0001-66..."

MARCUS GERALDO ZUMBLICK
Gerente

DESPACHO
Relação nº 12/2021

Fase de Licenciamento
Torna sem efeito despacho publicado(1417)
815.077/2016-JOAIA ADMINISTRADORA DE BENS EIRELI EPP- DOU de 30/09/2020 (Relação nº 90/2020)

MARCUS GERALDO ZUMBLICK
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO PARÁ

DESPACHO
Relação nº 6/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito despacho publicado(192)
850.796/2007-MINERACAO FLORESTA DO ARAGUAIA S A- DOU de 18/02/2020 e 09/07/2020

MARIA DO ROSÁRIO MIRANDA COSTA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 7/2021

Não conhece solicitação protocolizada por falta de previsão legal.(1865)
850.796/2007-NÃO CONHECER o pedido de desistência (renúncia) apresentado por RENARD RODRIGUES SOARES, através da Juntada nº. 48405-001176/2017 - 17 de 17/04/2017.

MARIA DO ROSÁRIO MIRANDA COSTA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO PARANÁ

DESPACHO
Relação nº 1/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
826.586/2010-INCASOLO INDÚSTRIA DE CALCÁRIO PARA SOLO LTDA.
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
826.146/2020-KLABIN S.A-CÂNDIDO DE ABREU/PR - Guia n° 01/2021-8500ton/ano-cascalho- Duração da Guia:3 ano(s) a partir da data de expedição da Licença Ambiental
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
826.221/2020-KLABIN S.A-OF. N°1202/2021
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
826.038/2014-AREIAL DO VALE LTDA-Areia-Antônio Olinto/PR
826.725/2012-ANDREIS MINERAÇÃO LTDA-Areia, Cascalho-Guaíra/PR
826.723/2012-ANDREIS MINERAÇÃO LTDA-Areia, Cascalho-Guaíra/PR, Terra Roxa/PR
826.683/2012-ANTONIO AGOSTINHO REBUTINI-Saibro-Rio Negro/PR
826.458/2010-EUGENIA CAVASSIN WIERTEL-Basalto-Guamiranga/PR
826.185/2010-EUGENIA CAVASSIN WIERTEL-Basalto-Guamiranga/PR, Prudentópolis/PR
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
826.724/2012-ANDREIS MINERAÇÃO LTDA- Área de 7,22 ha para 5,14 ha-Areia, Cascalho-Terra Roxa/PR
827.028/2013-FLORESTAL ALVORADA FLORESTAMENTO E REFLORESTAMENTO LTDA.- Área de 47,11 ha para 27,37 ha-Saibro-Jaguariaíva/PR
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
826.104/2013-DAVI REIS MESSAGGI-ALVARÁ N°3940/2014
Fase de Concessão de Lavra
Nega aprovação do rótulo de água mineral(480)
004.743/1940-MOCELLIN & CIA LTDA
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
004.743/1940-MOCELLIN & CIA LTDA- Fonte Dona Dedé, Marca Bonafont Água Leve, embalagens de 500 mL e 1.5L (sem gás) e 500 mL (com gás) devendo constar o número do processo minerário ANM com 17 dígitos.- CAMPO LARGO/PR
004.743/1940-MOCELLIN & CIA LTDA- Fontes Dona Dedé e Ouro Fino, Marca Ouro Fino: embalagens de 200 mL (copo sem gás), 310 mL (copo sem gás), 350 mL (com e sem gás), 500 mL (com e sem gás), 1.5 L (com e sem gás) - uso embalagem com gás sujeito à aprovação do P.A.E., 6 L sem gás, 10 L sem gás (descartável e retornável) - uso embalagem descartável sem gás sujeito à aprovação do P.A.E., 20 L sem gás; Marca Ouro Fino Leve: embalagens de 310 mL sem gás - uso sujeito à aprovação do P.A.E.; Marca Ouro Fino Fitness: embalagens de 510 mL sem gás - uso sujeito à aprovação do P.A.E.; Marca Ouro Fino Blue: embalagens de 5L sem gás - uso sujeito à aprovação do P.A.E.; Marcas Ouro Fino Gourmet White, Ouro Fino Gourmet Blue, Ouro Fino Gourmet Pink, Ouro Fino Gourmet Red: embalagens de 300 mL sem gás - uso sujeito à aprovação do P.A.E.; Marca Ouro Fino Gourmet Red: embalagens de 300 mL com gás - uso sujeito à aprovação do P.A.E.- CAMPO LARGO/PR
826.386/2001-EMPRESA DE ÁGUAS PÉ DA SERRA LTDA EPP- Fonte Morro Grande, Marca Serra do Atlântico, embalagens descartáveis de 200 ml sem gás, 330 ml com e sem gás, 500 ml com e sem gás, 500 ml com e sem gás (multicor), 1.5 litros sem gás, 5 litros sem gás, 10 litros sem gás e embalagem retornável de 20 litros sem gás.- MORRETES/PR
Prorroga o prazo para o início dos trabalhos de lavra(402)
826.221/1999-FURNAS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA- Prazo:3 anos
826.443/2000-FURNAS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA- Prazo:4 anos
Autoriza a suspensão temporária dos trabalhos de lavra(447)
826.382/1999-XINGÚ CONSTRUTORA LTDA- Início:28/09/2017-Término:28/09/2022
Fase de Direito de Requerer a Lavra
Prorroga por 01 (um) ano o prazo para requerer a Concessão de Lavra(2243)
826.599/2013-JOÃO MARIA FERNANDES E CIA LTDA
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
826.459/2015-PEDREIRA RIO TURVO LTDA- Registro de Licença N° 27/2016 - Vencimento em 05/12/2022
826.242/2010-CERÂMICA SANTO ANTONIO MELECIO LTDA ME- Registro de Licença N° 36/2013 - Vencimento em 03/12/2029
Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)
826.143/2015-MINERAÇÃO DRISNER LTDA EPP
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
826.602/2016-MINERAÇÃO NOGAL LTDA ME-OF. N°17/2021
826.886/2011-AREIAL ALELUIA LTDA. EPP-OF. N°144/2021
826.352/2008-MINERAÇÃO SÃO JUDAS LTDA.-OF. N°178/2021
826.064/2017-A. ROSSATO AGROPECUÁRIA LTDA.-OF. N°233/2021
826.059/2017-INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CAL CAPIVARI LTDA.-OF. N°210/2021
826.662/1996-TERRA MATER PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.-OF. N°369/2021
826.534/2006-MINERAÇÃO TABATINGA LTDA. ME-OF. N°359/2021
826.074/2011-COMPANHIA CANAVIEIRA DE JACAREZINHO-OF. N°367/2021
826.733/2016-ARENA MINERAÇÃO LTDA. ME-OF. N°393/2021
826.237/2011-JECAAV COMÉRCIO E SERVIÇOS DE BENEFICIAMENTO DE MINERAIS LTDA. EPP-OF. N°523/2021
826.568/2010-REDI FERTILIZANTES DO BRASIL LTDA.-OF. N°513/2021
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
826.239/1998-EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA ORSO LTDA ME-OF. N°1896/2020/SEFAM - PR/GER-PR-60 dias
826.170/2002-EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA ORSO LTDA-OF. N°1844/2020/SEFAM - PR/GER-PR-60 dias
826.541/2012-RODRIGO LUIS HOBI E CIA. LTDA.-OF. N°2025/2020/SEFAM-PR/GER-PR-60 dias
826.016/2016-C.A.RAMOS DA SILVA EIRELI EPP-OF. N°1211/2020/SEFAM - PR/GER-PR-60 dias
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2106)
826.622/2007-COMPACTA MINERADORA LTDA-OF. N°600/2021/SEFAM-PR/ANM
826.611/2007-COMPACTA MINERADORA LTDA-OF. N°603/2021/SEFAM-PR/ANM
826.525/2003-ARENORTE EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIAS LTDA ME-OF. N°605/2021/SEFAM-PR/ANM
826.071/2010-NOEMI REDERD VIDAL AREAL ME-OF. N°615/2021/SEFAM-PR/ANM
826.471/2008-GEMINAS MINERADORA LTDA-OF. N°616/2021/SEFAM-PR/ANM
826.470/2008-GEMINAS MINERADORA LTDA-OF. N°618/2021/SEFAM-PR/ANM
826.314/1999-C.A. TRECENTI E E.M. LIMA PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.-OF. N°620/2021/SEFAM-PR/ANM
Reitera exigência(366)
826.540/2012-HOBI S A MINERAÇÃO DE AREIA E CONCRETO-OF. N°1085/2021-60 dias
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
826.209/2019-NANE CONSTRUÇÕES E ESCAVAÇÕES LTDA.-Registro de Licença N° 01/2021 - Vencimento em 31/12/2039
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
826.262/2020-J. A. GAI COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA EPP-OF. N°91/2021/CAREAS-PR/ANM
826.267/2020-GRAMAZINI MINERAÇÃO LTDA-OF. N°95/2021/CAREAS-PR/ANM
826.283/2020-PAVIMAR CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA-OF. N°330/2021/CAREAS-PR/ANM
826.290/2020-EDER DINIZ-OF. N°427/2021/CAREAS-PR/ANM
826.291/2020-CLAUDIO MORESCO DA COSTA-OF. N°552/2021/CAREAS-PR/ANM
826.295/2020-SILVIO MELCHIORETTO-OF. N°607/2021/CAREAS-PR/ANM
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
826.264/2020-SOLO MINERAL EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME
826.279/2020-MINERAÇÃO ROGALSKI LTDA
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
826.259/2020-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.
826.260/2020-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.

CARLOS ALBERTO DIETER
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE RONDÔNIA

DESPACHO
Relação nº 3/2021

Fase de Lavra Garimpeira
Renova prazo de validade da Permissão de Lavra Garimpeira(523)
886.084/2006-COOPERATIVA DE GARIMPEIROS MINERALCOOP - PLG Nº 66/2006 de 15/12/2006- Vencimento em 01/10/2024
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Outorga o Registro de Extração, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação(922)
886.034/2020-DEPTO DE ESTRADAS, ROD, INFRAESTR E SERV PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA DER- Registro de Extração N°06/2020 de 20/01/2021
886.028/2020-DEPTO DE ESTRADAS, ROD, INFRAESTR E SERV PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA DER- Registro de Extração N°08/2021 de 20/01/2021
886.029/2020-DEPTO DE ESTRADAS, ROD, INFRAESTR E SERV PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA DER- Registro de Extração N°09/2021 de 20/01/2021
886.027/2020-DEPTO DE ESTRADAS, ROD, INFRAESTR E SERV PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA DER- Registro de Extração N°07/2021 de 20/01/2021

JOAQUIM RIBEIRO NETO
Gerente

Ministério das Relações Exteriores

GABINETE DO MINISTRO

RETIFICAÇÃO

Nas portarias do Ministro de Estado das Relações Exteriores, publicadas no Diário Oficial da União nº 12, de 19/01/2021, Seção 1, pág 57:
Onde se lê: "Portaria de 18/01/2021", leia-se: "Portaria de 15/01/2021".

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PORTARIA DE 18 DE JANEIRO DE 2021

O SECRETÁRIO-GERAL, SUBSTITUTO, DAS RELAÇÕES EXTERIORES, de acordo com o disposto no art. 3º da Portaria nº 98, de 24 de janeiro de 2011, e no art. 1º da Portaria nº 640, de 06 de novembro de 2015, resolve:
Conceder passaporte diplomático, com base no art. 6º, § 3º, do Decreto nº 5.978, de 04 de dezembro de 2006, a:

Nome	Cargo	Órgão	Validade do Passaporte
Danilo Isaac Calhares	Assessor Técnico Militar da Ajudância de Ordens da Presidência da República	Presidência da República	30/06/2023

PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

RETIFICAÇÃO

No art. 5º da Portaria GM/MS nº 3.942, de 31 de dezembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 250-E, Seção 1, de 31 de dezembro de 2020, página 28, onde se lê: "Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 1ª (primeira) parcela de 2020", leia-se: "Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 1ª (primeira) parcela de 2021".

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 20, DE 15 DE JANEIRO DE 2021

Dá publicidade aos resultados das análises de prestações de contas anuais de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON)).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto n.º 9.795, de 17 de maio de 2019, com alterações dadas pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019, e alterado pelo Decreto nº 10.477, de 27 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União de 28 de agosto de 2020; considerando os art. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamenta os citados programas; e o art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação n° 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que estabelece a necessidade de publicação do resultado da análise da prestação de contas relativas aos projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), resolve:
Art. 1º Publicar os seguintes resultados das análises das prestações de contas anuais de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON):
Razão Social: Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro - Hospital Pequeno Príncipe.
CNPJ: 76.591.569/0001-30.
Município/UF: Curitiba/PR.
Título do projeto: FORMAÇÃO CONTINUADA HPP Pronto? Sim, Pronto.
Órgão responsável pela análise: Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES/MS).

Tipo de análise: Execução física.
Período analisado: Exercícios de 2016, 2017 e 2018.
Processo NUP: 25000.076734/2015-85.
Embasamento: PARECER TÉCNICO Nº 14/2020-COMOP/CGATES/DEGES/SGTES/MS (0015572458), Despacho DEGES (0016399742) e DESPACHO GAB/SGTES (0018126791).
Resultado: APROVADO COM RESSALVAS.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NIVALDO ALVES DE MOURA FILHO

PORTARIA Nº 21, DE 18 DE JANEIRO DE 2021

Dá publicidade ao resultado de análise de pedido de readequação de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019, e alterado pelo Decreto nº 10.477, de 27 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União, de 28 de agosto de 2020; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); e considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, resolve:
Art. 1º Publicar o seguinte resultado de pedido de readequação de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD):
DADOS DA INSTITUIÇÃO
NUP: 25000.012849/2019-75
Razão Social: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TUPACIGUARA
CNPJ: 23.098.924/0001-78
Município/UF: Tupaciguara/MG.
DADOS DO PROJETO
Título do projeto: Inovação Tecnológica dos Atendimentos da APAE de Tupaciguara.
Extrato do projeto (Resumo): Ampliar o serviço de reabilitação/habilitação por meio da aquisição de novos equipamentos proporcionando as pessoas com deficiências atendidas na instituição uma maior independência e condições de vida.
Prazo de execução inicialmente aprovado: 24 (vinte e quatro) meses.
Valor do projeto inicialmente aprovado: R$ 329.198,35 (trezentos e vinte e nove mil, cento e noventa e oito reais e trinta e cinco centavos).
DADOS DO PEDIDO
Valor de readequação solicitado: R$ 216.260,85 (duzentos e dezesseis mil, duzentos e sessenta reais e oitenta e cinco centavos).
Prazo de execução solicitado: 18 (dezoito) meses.
Fundamento legal: Art. 69 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.
DADOS DA ANÁLISE DO PEDIDO
Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES/MS).
Tipo de análise: Mérito.
Parecer conclusivo: Parecer de Mérito nº 215/2020-CGSPD/DAET/SAES/MS (0015870558), reiterado pelo Parecer de Mérito nº 377/2020-CGSPD/DAET/SAES/MS (0017717644).
Resultado: APROVADO O PEDIDO DE READEQUAÇÃO.
Valor aprovado da readequação: R$ 216.260,85 (duzentos e dezesseis mil, duzentos e sessenta reais e oitenta e cinco centavos).
Prazo de execução aprovado: 18 (dezoito) meses.
Art. 2º Fica revogado o inciso III do art. 1º da Portaria nº 1.212, de 27 de novembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 231, na data de 29 de novembro de 2019, Seção 1.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NIVALDO ALVES DE MOURA FILHO

PORTARIA Nº 22, DE 18 DE JANEIRO DE 2021

Dá publicidade ao resultado de análise de pedido de readequação de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto n.º 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019, e alterado pelo Decreto nº 10.477, de 27 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União, de 28 de agosto de 2020; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); e considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, resolve:
Art. 1º Publicar o seguinte resultado de pedido de readequação de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON):
DADOS DA INSTITUIÇÃO
NUP: 25000.020618/2019-35
Razão Social: Associação Mario Penna
CNPJ: 17.513.235/0001-80
Município/UF: Belo Horizonte/MG
DADOS DO PROJETO
Título do Projeto: Implementação de um Biobanco e desenvolvimento de um painel de biomarcadores para oncologia de precisão do câncer de ovário e mama.
Extrato do Projeto (Resumo): implementar um Biobanco no Núcleo de Ensino e Pesquisa do Instituto Mario Penna (NEP-IMP), integrado ao sistema nacional, para armazenamento de amostras teciduais pareadas (tecido neoplásico e não-neoplásico) e outros fluidos corporais, inicialmente de câncer de ovário (CO) e câncer de mama (CM), inclusive para subsidiar amostras para o desenvolvimento de biomarcadores moleculares, celulares e sistêmicos de prognóstico e resposta ao tratamento, através da integração de técnicas de imunohistoquímica, citometria de fluxo e biópsia líquida em pacientes respondedoras e não-respondedoras ao tratamento radioquimioterápico
Prazo de execução: 36 meses.
Valor inicialmente aprovado do projeto: R$ 4.781.185,60 (quatro milhões, setecentos e oitenta e um mil cento e oitenta e cinco reais e sessenta centavos).
DADOS DO PEDIDO
Valor de readequação solicitado: R$ 5.737.398,03 (cinco milhões, setecentos em trinta e sete mil, trezentos e noventa e oito reais e três centavos).
Fundamento legal: Art. 70 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.
DADOS DA ANÁLISE DO PEDIDO
Órgão responsável pela análise: Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde (SCTIE/MS)
Tipo de análise: Mérito
Parecer conclusivo: Parecer Técnico nº 96/2020-COPP/CGFPS/DECIT/SCTIE/MS (0016358389) e Despacho GAB/SCTIE (0017756439).
Resultado: APROVADO O PEDIDO DE READEQUAÇÃO.
Valor aprovado da readequação: R$ 4.854.306,00 (quatro milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil trezentos e seis reais).
Art. 2º Revogar o inciso VII, do art. 2º da Portaria SE/MS nº 1.199, de 22 de novembro de 2019, publicada no DOU nº 229, na data de 27 de novembro de 2019, Seção 1, página 99.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NIVALDO ALVES DE MOURA FILHO

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE

PORTARIA Nº 37, DE 18 DE JANEIRO DE 2021

Redefine registro das Equipes de Atenção Primária e Saúde Mental no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,
Considerando a Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;
Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;
Considerando a Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;
Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e
Considerando a solicitação da Secretaria de Atenção Primária em Saúde para ajustes nas regras de registro das equipes sob sua gestão, no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, constante do Processo 25000.148069/2020-04, resolve:
Art. 1º Fica redefinido o registro das Equipes de Atenção Primária e Saúde Mental no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), de forma que a classificação de Tipo de Equipe de Saúde passe a vigorar conforme as definições do Anexo I desta Portaria.
Parágrafo único. Os gestores municipais e estaduais terão o prazo de 3 (três) competências após a implementação do disposto nesta Portaria para reclassificar as equipes para o novo formato.
Art. 2º Fica redefinido o modelo de informação do Módulo Equipes do CNES conforme Anexo II desta Portaria.
Art. 3º A classificação de Serviços Especializados da Atenção Primária passa a vigorar conforme as definições do Anexo III desta Portaria.
Parágrafo único. Os gestores municipais e estaduais terão o prazo de 3 (três) competências após a implementação do disposto nesta Portaria para reclassificar as equipes no novo formato.
Art. 4º A classificação de Motivo de Desativação de Equipes de Saúde passa a vigorar conforme as definições do Anexo IV desta Portaria.
Art. 5º As regras de consistência relacionadas à composição das equipes, carga horária e outras que sejam necessárias ao gerenciamento das equipes de saúde de atenção primária e de saúde mental passarão a ser realizadas por sistema de gestão e monitoramento sob a responsabilidade da Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS/MS), e não serão mais realizadas no CNES.
Art. 6º As regras de cadastro das equipes de Atenção Domiciliar e equipes Multidisciplinares de Atenção à Saúde Indígena serão definidas por Portarias específicas da SAES.
Art. 7º Cabe aos estabelecimentos de saúde, através de seus responsáveis técnicos ou responsáveis administrativos, bem como aos gestores estaduais, municipais ou do Distrito Federal, o cadastramento e a manutenção dos dados cadastrais dos estabelecimentos e equipes a estes vinculados conforme definido na Portaria nº 311/SAS/MS/2007 e Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS/2017, Título VII, Capítulo IV, Seção II.
Art. 8º Cabe à Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS/MS) fornecer orientações técnicas relativas ao cadastramento das informações no módulo de Equipes de Saúde sob a sua gestão, aplicação de regras de negócio relativas a esse módulo, bem como a análise da base de dados em nível federal e aplicação das regras de pagamento conforme Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), portarias de consolidação e financiamento.
Art. 9º Fica mantida a Regra Contratual "71.11 Estabelecimento de saúde sem geração de crédito - NASF, exceto FAEC", de inserção descentralizada.
Parágrafo único. Cabe ao Gestor Municipal, Estadual e do Distrito Federal a responsabilidade de informar a regra contratual descrita no caput deste artigo no cadastro do estabelecimento para não geração de crédito de procedimentos de Média e Alta Complexidade no Sistema de Informação Ambulatorial (SIA), realizadas por estabelecimentos que realizam o serviço 159 - Atenção Básica, classificação 006 - Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Primária.
Art. 10 Ficam desativadas as Adesões de Programas e Projetos 09.11 - Adesão do Município ao programa Nacional de Melhoria do Acesso e Qualidade (PMAQ), 09.16 - Programa Saúde na Hora - USF 60 horas, 09.17 - Programa Saúde na Hora - USF 60 horas com saúde bucal e 09.18 - Programa Saúde na Hora - USF 75 horas com saúde bucal e os incentivos "81.16 - ESP em municípios com GH = 1 e taxa de população prisional <1%" a "81.39 - ESP em municípios com GH = 6 e taxa de população prisional >10%".
Parágrafo único. Os estabelecimentos atualmente registrados com os códigos descritos no caput deste artigo receberão alteração na competência final nessas marcações, assim que houver implementação das alterações previstas nesta portaria no sistema do CNES.
Art. 11 Cabe à Coordenação-Geral de Gestão de Sistemas de Informações em Saúde do Departamento de Regulação, Avaliação e Controle (CGSI/DRAC/SAES/MS), como área gestora do CNES, formalizar junto ao Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS/SE/MS) a demanda para operacionalização desta Portaria no CNES.
Art. 12 Ficam revogadas as Portarias nº 749/SAS/MS, de 10 de outubro de 2006, publicada no DOU nº 197, de 13 de outubro de 2006, seção 1, páginas 78 e 79, Portaria nº 750/SAS/MS, de 10 de outubro de 2006, publicada no DOU nº 197, de 13 de outubro de 2006, seção 1, páginas 79 a 82, Portaria nº 154/SAS/MS, de 15 de maio de 2009, publicada no DOU nº 92, de 18 de maio de 2009, seção 1, página 87 e 88, Portaria nº 334/SAS/MS, de 7 de outubro de 2009, publicada no DOU nº 194, de 9 de outubro de 2009, seção 1, página 130, Portaria nº 576/SAS/MS, de 19 de setembro de 2011, publicada no DOU nº 181, de 20 de setembro de 2011, seção 1, páginas 79 a 81, Portaria nº 703/SAS/MS, de 21 de outubro de 2011, publicada no DOU nº 33, de 15 de fevereiro de 2012, seção 1, páginas 66 a 69, Portaria nº 941/SAS/MS, de 22 de dezembro de 2011, publicada no DOU nº 246, de 23 de dezembro de 2011, seção 1, páginas 68 a 70, Portaria nº 160/SAS/MS, de 1º de março de 2012, publicada no DOU nº 43, de 02 de março de 2012, seção 1, páginas 74 a 76, Portaria nº 17/SAS/MS, de 15 de janeiro de 2013, publicada no DOU nº 12, de 17 de janeiro de 2013, seção 1, páginas 37 e 40, Portaria nº 256/SAS/MS, de 11 de março de 2013, publicada no DOU nº 50, de 14 de março de 2013, seção 1, páginas 43 e 44, Portaria nº 142/SAS/MS, de 28 de fevereiro de 2014, publicada no DOU nº 43, de 5 de março de 2014, seção 1, páginas 59 e 60, Portaria nº 305/SAS/MS, de 10 de abril de 2014, publicada no DOU nº 70, de 11 de abril de 2014, seção 1, páginas 71 e 72, Portaria nº 973/SAS/MS, de 29 de setembro de 2014, publicada no DOU nº 188, de 30 de setembro de 2014, seção 1, página 73, Portaria nº 1.142/SAS/MS, de 29 de outubro de 2014, publicada no DOU nº 210, de 30 de outubro de 2014, seção 1, páginas 103 e 104, Portaria nº 13/SAS/MS, de 8 de janeiro de 2015, publicada no DOU nº 7, de 12 de janeiro de 2015, seção 1, página 22, os artigos 4º, 5º e anexo I da Portaria nº 554/SAS/MS, de 7 de maio de 2018, publicada no DOU nº 117, de 20 de junho de 2018, seção 1, páginas 31 e 23, Portaria nº 634/SAS/MS, de 27 de maio de 2019, publicada no DOU nº 103, de 30 de maio de 2019, seção 1, página 69 e Portaria nº 99/SAES/MS, de 7 de fevereiro de 2020, publicada no DOU nº 29, de 11 de fevereiro de 2020, seção 1, páginas 57 e 58.
Art. 13 Torna sem efeito a Portaria nº 18/SAS/MS, de 7 de janeiro de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 7, de 10 de janeiro de 2019, Seção 1, página 75.
Art. 14 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos operacionais a partir da disponibilização da versão do CNES que contemple as modificações, conforme cronograma disponível no site http://cnes.saude.gov.br.

LUIZ OTAVIO FRANCO DUARTE

ANEXO I

REFORMULAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DE EQUIPES DE SAÚDE

Ficam incluídos os seguintes tipos de equipes: 70 - eSF - Equipe de Saúde da Família, 71 - eSB - Equipe de Saúde Bucal, 72 - eNASF-AB - Equipe do Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Primária, 73 --eCR - Equipe dos Consultórios na Rua, 74 - eABP - Equipe de Atenção Primária Prisional, 75 - eMAESM - Equipe Multiprofissional de Atenção Especializada em Saúde Mental e 76 - eAP - Equipe de Atenção Primária.

Ficam excluídos os seguintes tipos de equipes: 01 - ESF, 02 - ESFSBM1, 03 - ESFSBMII, 04 - EACS, 05 - EPEN, 06 - NASF1, 07 - NASF2, 10 - EACSSBM1, 11 - EACSSBM2, 12 - ESFR, 13 - ESFRSBMI, 14 - ESFF, 15 - ESFFSB, 16 - EAB1, 17 - EAB2, 18 - EAB3, 19 - EAB1SB, 20 - EAB2SB, 21 - EAB3SB, 24 - ESF1, 25 - ESF1SBM1, 26 - ESF1SBM2, 27 - ESF2, 28 - ESF2SBM1, 29 - ESF2SBM2, 30 - ESF3, 31 - ESF3SBM1, 32 - ESF3SBM2, 33 - ESF4, 34 - ESF4SBM1, 35 - ESF4SBM2, 36 - ESFTRANS, 37 - ESFTRANSSBM1, 38 - ESFTRANSSBM2, 39 - ESFRSBMII, 43 - ESBMI, 44 - ESBMII, 45 - NASF3, 40 - ECRMI, 41 - ECRMII, 42 - ECRMIII, 49 - EAP, 50 - EABP1, 51 - EABP1SM, 52 - EABP2, 53 - EABP2SM, 54 - EABP3, 58 - EMAESM1, 59 - EMAESM2, 60 - EMAESM3.

TIPO DE EQUIPE
08 - EMSI - Equipe Multidisciplinar de Saúde Indígena
22 - EMAD tipo I - Equipe Multidisciplinar de Atenção Domiciliar Tipo I
23 - EMAP - Equipe Multidisciplinar de Apoio
46 - EMAD tipo II - Equipe Multidisciplinar de Atenção Domiciliar Tipo II
47 - EAD - Equipe de Cuidados Domiciliares
70 - eSF - Equipe de Saúde da Família
71 - eSB - Equipe de Saúde Bucal
72 - eNASF-AP - Equipe do Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Primária
73 - eCR - Equipe dos Consultórios na Rua
74 - eAPP - Equipe de Atenção Primária Prisional
75 - eMAESM - Equipe Multiprofissional Atenção Especializada em Saúde Mental
76 - eAP - Equipe de Atenção Primária

CORRELAÇÃO ENTRE A CLASSIFICAÇÃO DE EQUIPES DE SAÚDE ANTERIOR E NOVA

TIPOS DE EQUIPE ANTERIORES	NOVOS TIPOS DE EQUIPE
01 ESF - Equipe de Saúde da Família, 04 EACS - Equipe de Agentes Comunitários de Saúde, 12 ESFR - Equipe de Saúde da Família Ribeirinha, 14 ESFF - Equipe de Saúde da Família Fluvial, 24 ESF1 - Estratégia de Saúde da Família tipo I, 27 ESF2 - Estratégia de Saúde da Família tipo II, 30 ESF3 - Estratégia de Saúde da Família tipo III, 33 ESF4 - Estratégia de Saúde da Família tipo IV e 36 ESFTRANS - ESF Transitória	70 ESF - Equipe de Saúde da Família
02 ESFSBM1 - ESF com Saúde Bucal MI, 03 ESFSBM2 - ESF com Saúde Bucal MII, 10 EACSSBM1 - Equipe Agentes Comunitários com Saúde Bucal MI, 11 EACSSBM2 - Equipe Agentes Comunitários com Saúde Bucal MII, 13 ESFRSBM1 - ESF Ribeirinha com Saúde Bucal MI, 15 ESFFSB - ESF Fluvial com Saúde Bucal, 25 ESF1SBM1 - ESF tipo I com Saúde Bucal MI, 26 ESF1SBM2 - ESF tipo I com Saúde Bucal MII, 28 ESF2SBM1 - ESF tipo II com Saude Bucal MI, 29 ESF2SBM2 - ESF tipo II com Saude Bucal MII, 31 ESF3SBM1 - ESF tipo III com Saúde Bucal MI, 32 ESF3SBM2 - ESF tipo III com Saúde Bucal MII, 34 ESF4SBM1 - ESF tipo IV com Saúde Bucal MI, 35 ESF4SBM2 - ESF tipo IV com Saúde Bucal MII, 37 ESFTRANSSBM1 - ESF Transitória com Saúde Bucal MI, 38 ESFTRANSSBM2 - ESF Transitória com Saúde Bucal MII, 39 ESFRSBMII - ESF Ribeirinha com Saúde Bucal MII	70 ESF - Equipe de Saúde da Família e 71 ESB - Equipe de Saúde Bucal*
43 - ESB MI - Equipe de Saúde Bucal modalidade I* e 44 - ESB MII - Equipe de Saúde Bucal modalidade II*	71 ESB - Equipe de Saúde Bucal*
06 - NASF1 - Núcleo de Apoio a Saúde da Família modalidade 1, 07 - NASF2 - Núcleo de Apoio à Saúde da Família modalidade 2 e 45 - NASF3 - Núcleo de Apoio à Saúde da Família modalidade 3	72 ENASF-AP - Equipe do Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Primária
40 ECR MI - Equipe dos Consultórios na Rua Modalidade I, 41 ECR MII - Equipe dos Consultórios na Rua Modalidade II e 42 ECR MIII - Equipe dos Consultórios na Rua Modalidade III	73 - ECR - Equipe dos Consultórios na Rua
05 EPEN - Equipe de Atenção à Saúde do Sistema Penitenciário, 49 EAP - Equipe de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei, 50 EABP1 - Equipe de Atenção Básica Prisional tipo I, 51 EABP1SM - Equipe de Atenção Básica Prisional tipo I com Saúde Mental, 52 EABP2 - Equipes de Atenção Básica Prisional tipo II, 53 EABP2SM - Equipe de Atenção Básica Prisional tipo II com saúde mental e 54 EABP3 - Equipe de Atenção Básica Prisional tipo III	74 - EAPP - Equipe de Atenção Primária Prisional
58 EMAESM1 - Equipe multiprofissional de Atenção Especializada em Saúde Mental MI, 59 EMAESM2 - Equipe multiprofissional de Atenção Especializada em Saúde Mental MII e 60 - EMAESM3 - Equipe multiprofissional de Atenção Especializada em Saúde Mental MIII	75 - EMAESM - Equipe Multiprofissional de Atenção Especializada em Saúde Mental
16 - EAB1 - Equipe de Atenção Básica tipo I, 17 - EAB2 - Equipe de Atenção Básica tipo II, 18 - EAB3 - Equipe de Atenção Básica tipo III	76 EAP - Equipe de Atenção Primária
19 - EAB1SB - Equipe de Atenção Básica tipo I com Saúde Bucal*, 20 - EAB2SB - Equipe de Atenção Básica tipo II com Saúde Bucal* e 21 - EAB3SB - Equipe de Atenção Básica tipo III com Saúde Bucal*	76 EAP - Equipe de Atenção Primária e 71 ESB - Equipe de Saúde Bucal*

* As Equipes de Saúde Bucal deverão ser desvinculadas das outras estratégias de Atenção Primária, e gerar um número de Identificação Nacional de Equipes (INE) específico para as equipes 71 - eSB.

ANEXO II

REFORMULAÇÃO DO MODELO DE INFORMAÇÃO - MÓDULO EQUIPES

O modelo de informação do Módulo de Equipes foi elaborado utilizando a seguinte notação:

Coluna 1 (Nível): indica a relação de dependência do elemento aos demais. Um número maior significa que aquele item depende ou está subordinado ao de número menor e anterior à ele no modelo. Assim, um elemento de nível 2 é subitem de um elemento de nível 1, um de nível 3 é subitem de um de nível 2 e assim sucessivamente.

Coluna 2 (Ocorrência): demonstra a obrigatoriedade e a quantidade de ocorrências do elemento:

- [0..] - indica que o elemento é opcional;
-[1..] - indica que o elemento é obrigatório;
- [..1] - indica que o elemento só pode ocorrer uma única vez;
- [..N] - indica que o elemento pode ocorrer várias vezes.

Coluna 3 (Seção/Item): descrição do elemento ou de um agrupador de elementos (seção).

Coluna 4 (Tipo de Dados): demonstra a forma de representar o elemento.

Coluna 5 (Conceito): conceitua ou esclarece o elemento.

NÍVEL	OCORRÊNCIA	SEÇÃO/ITEM	TIPO DE DADO	CONCEITO
1	*[1..N]*	*Equipes*		
2	[1..N]	Identificação da Equipe		
3	[1..1]	CNES	07 Caracteres Alfanuméricos	Número de registro do estabelecimento de saúde no CNES ao qual a equipe está vinculada
3	[1..1]	Nome Fantasia	Caracteres Alfanuméricos	Nome Fantasia do estabelecimento de saúde ao qual a equipe está vinculada
3	[1..1]	Identificador Nacional de Equipes (INE)	10 Caracteres Numéricos	Número identificador de equipes multiprofissionais preconizadas por Políticas Nacionais.
3	[1..1]	Tipo de Equipe	Tabela de Domínio	Identifica a estratégia de atenção preconizada em Política Nacional no formato ao qual a equipe atua.
3	[1..1]	Nome de Referência	Caracteres Alfanuméricos	Nome pela qual a Equipe é identificada pela gestão local ou usuários do SUS
3	[1..1]	População Assistida	Check	Tipo de população específica que a equipe assiste
3	[1..1]	Data de Ativação	Data	Data de início da atuação da equipe naquele estabelecimento
3	[0..1]	Data de Desativação	Data	Data de início de desativação da equipe naquele estabelecimento
3	[0..1]	Motivo da Desativação	Tabela de Domínio	Motivo pelo qual a equipe foi desativada
2	[1..1]	Composição da Equipe		
3	[1..N]	CNS	Seleção	Cartão Nacional de Saúde do profissional que participa da equipe
3	[1..1]	Nome do Profissional	Seleção	Nome do profissional que atua da equipe
3	[1..1]	CBO	Seleção	Ocupação em que o profissional atua na equipe conforme Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)
3	[1..1]	CHS na Equipe	02 Caracteres Numéricos	Carga horária semanal em que o profissional atua na equipe
3	[1..1]	Data de Entrada na Equipe	Data	Data de início da atuação do profissional naquela equipe
3	[0..1]	Data de Saída da Equipe	Data	Data de final da atuação do profissional naquela equipe
2	[0..1]	Identificação Complementar		
3	[0..N]	Unidades de Apoio	Secção	Identifica as Unidade de Apoio (Satélite) identificadas conforme programação visual padronizada das unidades de saúde do SUS
4	[0..N]	Nome de Referência	Caracteres Alfanuméricos	Nome de Referência do endereço complementar utilizado como Unidade de Apoio
4	[1..1]	Data de Ativação	Data	Data de ativação do endereço complementar
3	[0..N]	Apoio à Estabelecimentos / Equipes	Secção	Identifica quais estabelecimentos ou equipes recebem apoio de uma outra equipe
4	[0..N]	CNES	Seleção	Número CNES do Estabelecimento apoiado pela equipe
4	[0..N]	INE	Seleção	Número INE de equipe apoiada pela equipe
3	[0..N]	Embarcações de Apoio	Secção	Embarcações de pequeno porte para o deslocamento dos profissionais da equipe identificadas conforme programação visual padronizada das unidades de saúde do SUS
4	[0..N]	Número da Embarcação	Caracteres Alfanuméricos	Número da embarcação identificada conforme programação visual padronizada das unidades de saúde do SUS
4	[0..N]	Nome da Embarcação	Caracteres Alfanuméricos	Nome de referência da embarcação conforme programação visual padronizada das unidades de saúde do SUS
3	[0..N]	Mapeamento Indígena	Secção	Apenas para equipes 08 EMSI
4	[0..N]	DSEI	Seleção	Identifica o Distrito Sanitário Especial Indígena aos quais pertencem as aldeias atendidas pela Equipe Multidisciplinar de Atenção à Saúde Indígena
4	[0..N]	Polo Base	Seleção	Identifica os Polos Base aos quais pertencem as aldeias atendidas pela Equipe Multidisciplinar de Atenção à Saúde Indígena
4	[0..N]	Aldeia	Seleção	Identifica as aldeias atendidas pela Equipe Multidisciplinar de Atenção à Saúde Indígena

ANEXO III

REFORMULAÇÃO DO SERVIÇO ESPECIALIZADO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA

Fica alterado o nome do serviço especializado 159 Atenção Básica e de sua classificação 001 Atenção Básica para Atenção Primária.

Ficam incluídas no Serviço Especializado 159 - Atenção Primária, as classificações 004 - Estratégia de Saúde da Família, 005 - Saúde Bucal, 006 - Núcleo de Ampliado à Saúde da Família e Atenção Primária, 007 - Atenção Primária para População Ribeirinha, 008 - Consultório na Rua, 009 - Atenção Básica para população Prisional e 010 - Atenção Primária para Adolescentes em Unidade Socioeducativa.

Ficam excluídos os serviços especializados 100 - Atenção à Saúde no Sistema Penitenciário, 101 - Estratégia de Saúde da Família, 102 - Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde, 109 - Atenção à Saúde dos Adolescentes em Conflito com a Lei, 147 - Serviço de Apoio à Saúde da Família, 161 - Consultório na Rua e a classificação 002 - Atenção Básica com Saúde Bucal do serviço especializado 159 - Atenção Primária;

O processo de reclassificação automático dos serviços especializados será descrito no leia-me da versão de implementação das alterações no CNES.

SERVIÇO ESPECIALIZADO	CLASSIFICAÇÃO	GRUPO	CBO E OCUPAÇÃO
159 Atenção Primária	001 Atenção Primária	1	2251-42 - Médico da Estratégia de Saúde da Família ou 2251-70 - Médico Generalista ou 2251-30 - Médico de Família e Comunidade ou 2251-25 - Médico Clínico.
			2235-65 - Enfermeiro da Estratégia de Saúde da Família ou 2235-05 - Enfermeiro.
	003 Academia da Saúde	1	2241-E1 - Profissional de Educação Física na Saúde, 2516-05 - Assistente Social, 2239-05 - Terapeuta Ocupacional, 2236-05 - Fisioterapeuta, 2238-10 - Fonoaudiólogo, 2515-10 - Psicólogo Clinico, 1312-C1 - Sanitarista, 5153-05 - Educador Social, 2263-05 - Musicoterapeuta, 2263-10 - Arteterapeuta, 2237-10 - Nutricionista, 2628* - Artistas da Dança (Exceto Dança Tradicional e Popular), 3761* - Dançarinos Tradicionais e Populares
	004 Estratégia de Saúde da Família	1	2251-42 - Médico da Estratégia de Saúde da Família ou 2251-70 - Médico Generalista ou 2251-30 - Médico de Família e Comunidade
			2235-65 - Enfermeiro da Estratégia de Saúde da Família ou 2235-05 - Enfermeiro
			3222-05 - Técnico de Enfermagem ou 3222-45 - Técnico de Enfermagem da Estratégia de Saúde da Família ou 3222-30 - Auxiliar de Enfermagem ou 3222-50 - Auxiliar de Enfermagem da Estratégia de Saúde da Família
			5151-05 - Agente Comunitário de Saúde
	005 Saúde Bucal	1	2232-08 - Cirurgião-Dentista Clínico Geral ou 2232-93 - Cirurgião-Dentista da Estratégia de Saúde da Família.
			3224-05 - Técnico em Saúde Bucal ou 3224-15 - Auxiliar em Saúde Bucal ou 3224-25 - Técnico em saúde bucal da estratégia de saúde da família ou 3224-30 - Auxiliar em saúde bucal da estratégia de saúde da família
	006 Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Primária	1	1312-25 - Sanitarista ou 2233-05 - Médico Veterinário ou 2234* - Farmacêuticos ou 2236* - Fisioterapeutas ou 2237-10 - Nutricionista ou 2238-10 - Fonoaudiólogo Geral ou 2239-05 - Terapeuta Ocupacional ou 2241* - Profissionais da educação física ou 2251* - Médicos Clínicos ou 2252-50 - Médico Ginecologista/Obstetra ou 2515* - Psicólogos e psicanalistas ou 2516-05 - Assistente Social ou 5153-05 Educador Social
	007 Atenção Primária para População Ribeirinha	1	2251-42 - Médico da Estratégia de Saúde da Família ou 2251-70 - Médico Generalista ou 2251-30 - Médico de Família e Comunidade
			2235-65 - Enfermeiro da Estratégia de Saúde da Família ou 2235-05 - Enfermeiro.
			3222-05 - Técnico de Enfermagem ou 3222-45 - Técnico de Enfermagem da Estratégia de Saúde da Família ou 3222-30 - Auxiliar de Enfermagem ou 3222-50 - Auxiliar de Enfermagem da Estratégia de Saúde da Família
	008 Consultório na Rua	1	2235-05 - Enfermeiro ou 2515* - Psicólogos e psicanalistas ou 2516-05 Assistente Social ou 2251* - Médicos Clínicos ou 5153-10 Agente de Ação Social ou 2239-05 Terapeuta Ocupacional ou 3222-30 - Auxiliar de Enfermagem ou 3222-05 - Técnico de Enfermagem ou 2241* - Profissionais da educação física ou 3224-05 - Técnico em Saúde Bucal ou 2232* - Cirurgiões-dentistas
	009 Atenção Primária para População Prisional	1	2251* - Médicos clínicos
			2235* - Enfermeiros e Afins
			3222* - Técnicos e Auxiliares de Enfermagem
			2239-05 - Terapeuta Ocupacional
			2236* - Fisioterapeutas
			2515* - Psicólogos e psicanalistas
			2516-05 - Assistente Social
			2234* - Farmacêuticos
			2237* - Nutricionistas
	010 Atenção Primária para Adolescentes em Unidade Socioeducativa	1	2251-42 - Médico da Estratégia de Saúde da Família ou 2251-70 - Médico Generalista ou 2251-30 - Médico de Família e Comunidade
			2235-65 - Enfermeiro da Estratégia de Saúde da Família ou 2235-05 - Enfermeiro.
			2251-33 - Médico Psiquiatra ou 2515* - Psicólogos e psicanalistas ou 2516-05 - Assistente Social ou 2235* - Enfermeiros e Afins 2239-05 - Terapeuta Ocupacional

* Poderá ser utilizada qualquer CBO desta família de ocupações.

ANEXO IV

TABELA DE MOTIVO DE DESATIVAÇÃO DE EQUIPES DO CNES

Ajusta o nome do Motivo de Desativação 02 para Reorganização da Atenção Primária.

Ficam excluídos os motivos de desativação: 01 - Reorganização da Estratégia de Saúde da Família, 03 - Dificuldade de Contratação de Profissional Médico, 04 - Dificuldade de Contratação de Profissional Enfermeiro, 05 Dificuldade de Contratação de Profissional Cirurgião Dentista, 06 - Dificuldade de Contratação de Profissional de Nível Médio, 10 - Dificuldade de Contratação de Profissional Técnico ou Auxiliar de Enfermagem, 11 - Dificuldade de Contratação de Profissional Técnico ou Auxiliar de Saúde Bucal, 12 - Dificuldade de Contratação de Profissional Psicólogo, 13 - Dificuldade de Contratação de Profissional Assistente Social, 14 - Dificuldade de Contratação de Profissional Terapeuta Ocupacional, 15 - Dificuldade de Contratação de Profissional Fisioterapeuta e 16 - Dificuldade de Contratação de Profissional Nutricionista.

COD	MOTIVO DE DESATIVAÇÃO DE EQUIPES
02	Reorganização da Atenção Primária
07	Problema de estrutura física
08	Auditoria/Supervisão
09	Falta de Equipe Mínima*

* Aplicável apenas às equipes de Atenção Domiciliar e Saúde Indígena.

PORTARIA Nº 45, DE 19 DE JANEIRO DE 2021

Defere a Renovação do CEBAS da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Resende, com sede em Resende (RJ).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 23/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.149520/2020-01, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Resende, CNPJ nº 31.460.108/0001-90, com sede em Resende (RJ).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ OTAVIO FRANCO DUARTE

PORTARIA Nº 46, DE 19 DE JANEIRO DE 2021

Defere a Concessão do CEBAS da Associação Civil Corpo de Bombeiros Voluntários de São Sebastião do Caí, com sede em São Sebastião do Caí (RS).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 22/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.213300/2019-04, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela atuação exclusiva na promoção da saúde, sem exigência de contraprestação do usuário pelas ações e serviços de saúde realizados, em conformidade com o art. 8-A da Lei nº 12.101, de 2009, da Associação Civil Corpo de Bombeiros Voluntários de São Sebastião do Caí, CNPJ nº 00.703.743/0001-28, com sede em São Sebastião do Caí (RS).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 3 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ OTAVIO FRANCO DUARTE

PORTARIA Nº 47, DE 19 DE JANEIRO DE 2021

Defere a Renovação do CEBAS da Associação Protetora da Infância de Itambacuri, com sede em Itambacuri (MG).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 24/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.167840/2020-34, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Protetora da Infância de Itambacuri, CNPJ nº 21.163.811/0001-83, com sede em Itambacuri (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 8 de dezembro de 2020 a 7 de dezembro de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ OTAVIO FRANCO DUARTE

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

DIRETORIA COLEGIADA

DECISÃO DE 19 DE JANEIRO DE 2021

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 530ª Reunião de Diretoria Colegiada, realizada em 13 de janeiro de 2021, aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Tipo de Infração	Valor da Multa (R$)
33910.008427/2020-02	Agemed Saúde S.A.	Art. 77 da RN 124/06	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.013989/2019-26	Odontoprev S/A	Art. 82 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
33910.024513/2019-11	São Francisco Sistemas de Saúde Sociedade Empresária Limitada	Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.023161/2019-86	Salutar Saúde Seguradora S.A.	Art. 77 da RN 124/06	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
33910.026598/2019-71	Unimed Vale do Aço Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 da RN 124/06	47.520,00 (quarenta e sete mil e quinhentos e vinte reais)
33910.025608/2019-51	Plano Hospital Samaritano Ltda	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil, oitocentos reais)
33910.023491/2019-71	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 77 da RN 124/06	105.600,00 (cento e cinco mil e seiscentos reais)
33910.011240/2019-44	Sul America Companhia de Seguro Saúde	Art. 82-A da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.011077/2019-10	Unimed-Rio Cooperativa do Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 78 da RN 124/06	60.000,00 (Sessenta mil reais)
33910.003179/2019-61	Promed Assistência Médica Ltda	Art. 57 da RN 124/06	39.600,00 (trinta e nove mil e seiscentos reais),
33910.029830/2019-23	Unimed Recife Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 62-A da RN 124/06	50.000,00 (cinquenta mil reais)
33910.014635/2019-07	Salutar Saúde Seguradora S.A.	Art. 77 da RN 124/06	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
33910.031272/2019-66	Vision Med Assistência Médica Ltda	Art. 57 da RN 124/06	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
33910.018228/2019-61	Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Art. 78 da RN 124/06	59.400 (cinquenta e nove mil e quatrocentos reais)
33910.003388/2020-49	Agemed Saúde S.A.	Art. 77 da RN 124/06	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.002355/2020-81	Agemed Saúde S.A.	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.022563/2019-63	Samp Espírito Santo Assistência Médica Ltda	Art. 62 da RN 124/06	55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais)
33910.030660/2019-20	Multi Saúde Assistência Médica e Hospitalar Ltda	Art. 77 da RN 124/06	43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais)
33910.025930/2019-81	Sociedade Espanhola de Beneficência	Art. 78 da RN 124/06	12.000,00 (doze mil reais)
33910.022922/2019-82	Salutar Saúde Seguradora S.A.	Art. 77 da RN 124/06	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
33910.024670/2019-26	Unimed Porto Alegre - Cooperativa Médica Ltda	Art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
33910.030360/2019-41	Agemed Saúde S.A.	Art. 77 da RN 124/06	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.023581/2019-62	Promed Assistência Médica Ltda	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil, oitocentos reais),
33910.018567/2019-47	Cooperativa Central Unimed de Cooperativas de Assistência à Saúde do Rio Grande do Sul Ltda	Art. 77 da RN 124/06	43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais)
33910.023163/2019-75	Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos	Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.013884/2019-77	Unimed Cuiabá Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.025690/2019-14	Unimed Sergipe - Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 78 da RN 124/06	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
33910.024411/2019-03	Terramar Administradora de Plano de Saúde Ltda	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil, oitocentos reais),
33910.019344/2019-05	Sul America Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.019378/2019-91	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	Art. 78 da RN 124/06	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33910.018839/2019-17	Operadora Unieste de Planos de Saúde Ltda	Art. 77 da RN 124/06	31.680,00 (trinta e um mil seiscentos e oitenta reais)
33910.004929/2020-56	Uniconsult - Administradora de Benefícios e Serviços Ltda	Art. 57 da RN 124/06	31.185,00 (trinta e um mil, cento e oitenta e cinco reais)
33910.023374/2019-16	Sul America Companhia de Seguro Saúde	Art. 78 da RN 124/06	59.400,00 (cinquenta e nove mil e quatrocentos reais)
33910.026302/2019-12	Jardim América Saúde Ltda	Art. 84 da RN 124/06	24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
33910.011373/2019-11	Bradesco Saúde S.A.	Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.027439/2018-11	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Art. 20-D e 82 da RN 124/06	143.000,00 (cento e quarenta e três mil reais)
33910.030658/2019-51	São Francisco Sistemas de Saúde Sociedade Limitada	Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.006939/2018-10	Telo - Fundação Embratel de Seguridade Social	Art. 35 e 36 da RN 124/06	86.200,00 (oitenta e seis mil e duzentos reais)
33910.012324/2019-03	Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.002417/2020-55	Agemed Saúde S.A.	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.016572/2019-15	Grupo Hospitalar do Rio de Janeiro Ltda	Art. 78 da RN 124/06	191.400,00 (cento e noventa e um mil e quatrocentos reais)
33910.001120/2019-39	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 57 da RN 124/06	49.599,00 (quarenta e nove mil e quinhentos e noventa e nove reais)
33910.014941/2019-35	Unimed Campo Grande MS Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 da RN 124/06	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.005188/2020-21	Unimed Goiania Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 82 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
33910.006944/2019-03	Sul America Companhia de Seguro Saúde	Art. 57 da RN 124/06	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
33910.019260/2019-63	Unimed de Manaus Coop. do Trabalho Médico Ltda	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.031057/2019-65	Associação Auxiliadora das Classes Laboriosas	Art. 78 da RN 124/06	26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais)
33910.013615/2019-19	São Francisco Sistemas de Saúde Sociedade Empresária Limitada	Art. 77 da RN 124/06	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
33910.032722/2019-38	Agemed Saúde S.A.	Art. 77 da RN 124/06	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.022401/2019-25	Unimed Campinas - Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 da RN 124/06	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos)
33910.005741/2019-91	Unimed - Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 62 da RN 124/06	55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais)
33910.029378/2019-08	Esmale Assistência Internacional de Saúde Ltda		Arquivamento
33910.029466/2019-00	Agemed Saúde S.A.	Art. 77 da RN 124/06	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.031303/2019-89	Agemed Saúde S.A.	Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.029779/2019-50	Unimed Ponta Grossa Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.030815/2019-28	Agemed Saúde S.A.	Art. 77 da RN 124/06	63.360,00 (sessenta e três mil e trezentos e sessenta reais)

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

ROGERIO SCARABEL BARBOSA
Diretor - Presidente
Substituto

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

2ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

RESOLUÇÃO RE Nº 232, DE 19 DE JANEIRO DE 2021

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
MEDICAMENTO EXPERIMENTAL
CE
NÚMERO DE PROCESSO EXPEDIENTE
ASSUNTO DE PETIÇÃO

WCT Serviços de Pesquisa Clínica LTDA. - 11.334.242/0001-38
Fostamatinibe dissódico
1/2021
25351.643886/2020-83 4386568/20-2
10751 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em processo do Dossiê de Desenvolvimento Clínico de Medicamento (DDCM) de ORPCs - Sintético
25351.899543/2021-52 0240960/21-7
10483 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em Processo de Pesquisa Clínica de ORPC's - Medicamentos Sintéticos
QUINTILES BRASIL LTDA - 02.529.870/0001-88
Meplazumabe
2/2021
25351.863018/2021-07 0175143/21-3
10755 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em processo do Dossiê de Desenvolvimento Clínico de Medicamento (DDCM) de ORPCs - Produtos Biológicos
25351.886139/2021-19 0223967/21-1
10478 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em Processo de Pesquisa Clínica de ORPC's - Produtos Biológicos
INSTITUTO BUTANTAN - 61.821.344/0001-56
Antígeno do vírus inativado SARS-CoV-2
47/2020
25351.617676/2020-30 0185257/21-4
10824 - ENSAIOS CLÍNICOS - Emenda Substancial a Protocolo Clínico

4ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

COORDENAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS

RESOLUÇÃO RE Nº 240, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

Farmácia Popular de Londrina Ltda / 13.252.138/0002-00
25351.855376/2021-38 / 7779675
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0156836211

S R D ALMEIDA COMERCIO - ME / 23.396.434/0001-58
25351.855374/2021-49 / 7779658
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0156830212

DROGARIA CARVALHO E SANTIAGO M LTDA / 40.203.466/0001-09
25351.855375/2021-93 / 7779661
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0156833217

NORDESTE FARMA COMERCIO VAREJISTA DE MEDICAMENTOS LTDA / 38.029.976/0001-60
25351.809109/2021-99 / 7779644
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0063985211

GISLAYNE ALVES DA SILVA -DROGARIA / 37.649.577/0001-39
25351.974379/2020-99 / 7779631
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4469023201

RESOLUÇÃO RE Nº 241, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

COMERCIAL DE MEDICAMENTOS COMPLEXO PHARMA LTDA / 27.361.998/0001-06 25351.256902/2017-04 / 7517805 7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0192696219 ---------- GADELHO BRANDAO ARAUJO / 34.437.948/0001-20 25351.628086/2019-07 / 7689748 7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0192710218 ---------- COMERCIAL DE MEDICAMENTOS COMPLEXO PHARMA LTDA / 27.361.998/0002-97 25351.379736/2017-13 / 7528642 7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0192686211 ---------- IDEALFARMA LTDA / 14.601.890/0001-00 25351.400499/2014-14 / 7234740 7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 0182501211 ---------- wr drogaria ltda. / 07.171.745/0001-62 25351.575221/2013-19 / 7005144 7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0192727212 ---------- MARIANE DE FREITAS CARLOS ME / 24.311.717/0001-12 25351.043527/2016-22 / 7456046 7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 0077610211 ---------- danielle coelho dos santos guisso eireli / 34.049.929/0001-27 25351.714207/2019-24 / 7698341 7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 0190580215 ---------- SEBASTIAO MANOEL DE ALMEIDA LTDA / 37.978.344/0001-80 25351.667139/2020-31 / 7773672 7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0192722211 ---------- ILEIVA RAMOS SILVA DROGARIA / 36.146.149/0001-20 25351.935418/2020-32 / 7757975 7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0192716217 ---------- DROGARIA MENEGHETTI SERRA NEGRA LTDA / 07.681.879/0001-23 25351.124332/2014-33 / 7131013 7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0192692216 ---------- J. V. GREGORIO &GREGORIO LTDA / 05.994.714/0001-86 25351.006846/2004-36 / 0404322 7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0192700211 ---------- COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA / 88.212.113/0491-09 25351.011674/2017-37 / 7496911 7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0192712214 ---------- COMERCIAL DE MEDICAMENTOS COMPLEXO PHARMA LTDA / 27.361.998/0005-30 25351.708820/2020-46 / 7736062 7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0192680212 ---------- FARMACIA DO TRABALHADOR SULAMERICANA LTDA / 19.325.969/0005-94 25351.375897/2016-49 / 7479733 7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0192684215 ---------- LEANDRO TEODORO LIUTE DROGARIA LTDA / 20.708.652/0001-92 25351.705667/2014-57 / 7335068 7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0192682219 ---------- drogaria barato status / 07.406.673/0001-95 25351.552906/2014-60 / 7289704 7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 0182505214 ---------- COMERCIAL DE MEDICAMENTOS COMPLEXO PHARMA LTDA / 27.361.998/0003-78 25351.860487/2018-61 / 7629645 7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0192678211 ---------- DROGARIA ALTO PARAISO EIRELI / 20.260.676/0001-21 25351.737874/2014-71 / 7341582 7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0192690210 25351.737874/2014-71 / 7341582 7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 0192731211 ---------- FERNANDO CESAR SILVA / 34.429.695/0001-43 25351.682793/2020-74 / 7738001 7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0192714211 ---------- DROGARIA MAIS ECONOMIA LTDA / 11.325.372/0001-04 25351.698696/2013-74 / 7054782 7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 0182503218 ---------- farmacia vidori ltda / 18.950.262/0001-82 25351.657670/2013-76 / 7019446 7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 0192729219 ---------- ERICA ROCHA SILVERIO EIRELI / 05.677.457/0001-59 25351.046365/2003-82 / 0395851 7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0192698215 ---------- Farmacia Mergener LTDA / 39.622.716/0001-66 25351.766383/2020-85 / 7776449 7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0192705211 ---------- G. R. Chaves eireli / 36.927.140/0001-57 25351.958073/2020-95 / 7750153 7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0192718213

RESOLUÇÃO RE Nº 242, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

GOMES &BARCELOS PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA-ME / 21.211.618/0001-70 25351.529680/2015-84 / 7413321 7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0192725216 MOTIVO DO INDEFERIMENTO: Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da RDC nº 25/2011.

RESOLUÇÃO RE Nº 243, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para a Empresa de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constante do anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria nº. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

Diego Ribeiro Manipulados LTDA / 35.926.184/0001-08
25351.532822/2020-58 / 1246691
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 4176140205

RESOLUÇÃO RE Nº 244, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

VJ FARIAS DISTRIBUIDORA LTDA / 22.857.446/0001-70 25351.821260/2021-03 / 4029175 723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0091642213 ---------- Arcan Distribuidora de Materiais Cirúrgicos LTDA - ME / 17.320.035/0001-00 25351.323550/2020-05 / 8215481 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3757260201 ---------- PETONY TRANSPORTES LTDA / 08.375.242/0001-71 25351.815818/2021-11 / 4029192 728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 0076861210 ---------- AGWCOMEX IMPORTACAO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS LTDA / 21.333.449/0001-41 25351.823837/2021-11 / 4029158 722 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - IMPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 0095130217 ---------- DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS AGRESTE LTDA / 15.778.410/0001-35 25351.815952/2021-12 / 1248843 702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0077008219 ---------- LOPES DE CASTRO COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA / 04.015.643/0001-60 25351.840700/2021-13 / 3100401 740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0125210213 ---------- R W DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 22.884.063/0001-90 25351.815816/2021-14 / 8215511 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0076858219 ---------- UDI ENTREGAS URGENTES LTDA. / 04.399.873/0001-70 25351.821145/2021-21 / 8215391 862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 0091508215 ---------- plena distribuidora de medicamentos ltda / 37.897.425/0001-55 25351.996559/2020-21 / 1248917 7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 4486954203 ---------- ODONTOMED T/A LTDA / 27.205.945/0001-04 25351.821351/2021-31 / 8215416 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0091745217 ---------- UDI ENTREGAS URGENTES LTDA. / 04.399.873/0001-70 25351.821143/2021-31 / 1248888 701 - AFE -

CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 0091506212 ---------- S&P TRADING REPRESENTACAO COMERCIAL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA / 22.878.868/0001-21 25351.609449/2020-31 / 8215495 859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTADORA / 4322214207 ---------- QLS - QUALITY LIFE SCIENCES IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA / 37.182.605/0001-50 25351.808480/2021-33 / 1248675 703 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - IMPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 0063278219 25351.808480/2021-33 / 1248675 702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0063297213 ---------- DISTRIBUIDORA SUICA &PAPELARIA LTDA / 20.166.545/0001-80 25351.840841/2021-36 / 8215464 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0125326211 ---------- RCL IMPORTACAO, COMERCIO E LOCACAO DE MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA / 24.996.224/0002-44 25351.815876/2021-37 / 8215507 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0076924211 ---------- G. SOARES DE CARVALHO EIRELI / 28.766.496/0001-28 25351.815957/2021-37 / 3100399 740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0077013212 ---------- DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS AGRESTE LTDA / 15.778.410/0001-35 25351.815749/2021-38 / 3100431 740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0076783219 ---------- LUCIANA CAMARGO VIEIRA GOMES / 28.907.588/0001-80 25351.821159/2021-44 / 4029127 721 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS PARA HIGIENE - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 0091522218 ---------- CANAA COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA / 38.860.298/0001-82 25351.821293/2021-45 / 8215478 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0091683211 ---------- ML FARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR LTDA / 39.320.582/0001-29 25351.821208/2021-49 / 8215402 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0091582211 ---------- AWE COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA / 21.383.870/0001-67 25351.821284/2021-54 / 3100428 737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 0091673216 ---------- DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS AGRESTE LTDA / 15.778.410/0001-35 25351.816033/2021-58 / 4029113 723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0077099214 ---------- AGWCOMEX IMPORTACAO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS LTDA / 21.333.449/0001-41 25351.823829/2021-67 / 8215420 859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTADORA / 0095123211 ---------- LOPES DE CASTRO COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA / 04.015.643/0001-60 25351.840701/2021-68 / 8215447 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0125211210 ---------- ML FARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR LTDA / 39.320.582/0001-29 25351.821243/2021-68 / 1248965 702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0091624215 ---------- R W DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 22.884.063/0001-90 25351.815817/2021-69 / 1248979 702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0076860213 ---------- RIO DO NORTE TRANSPORTE E LOGISTICA LTDA / 08.052.725/0001-35 25351.821410/2021-71 / 4029144 728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 0091811210 ---------- VINORTE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 38.314.675/0001-88 25351.841100/2021-72 / 1248934 702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0125575211 ---------- Endolog Logísticas e Armazéns Ltda / 26.390.085/0007-40 25351.808490/2021-79 / 8215356 855 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ARMAZENADORA / 0063284219 25351.808490/2021-79 / 8215356 862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 0063329212 ---------- DISTRIBUIDORA SUICA &PAPELARIA LTDA / 20.166.545/0001-80 25351.840715/2021-81 / 3100414 740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0125221215 ---------- BRENO COELHO DE BARROS 00281028605 / 28.988.873/0001-73 25351.824321/2021-86 / 8215433 860 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - VAREJISTA / 0096670215 ---------- RM CLASS TRANSPORTE EXECUTIVO LTDA / 18.134.389/0001-23 25351.821144/2021-86 / 1248891 701 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 0091507219 ---------- DENTAL SHOP COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS EIRELI EPP / 08.576.457/0001-50 25351.821232/2021-88 / 1248951 702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0091612217 ---------- COOPERATIVA DOS TRANSPORTADORES AUTONOMOS DE CARGAS DE SAO CARLOS / 02.566.288/0001-91 25351.815949/2021-91 / 4029100 728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 0077005210 ---------- VYS HEALTH DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA / 37.659.499/0001-53 25351.840696/2021-93 / 4029161 723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0125204213 ---------- VINORTE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 38.314.675/0001-88 25351.840819/2021-96 / 8215451 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0125302215

RESOLUÇÃO RE Nº 245, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

Dermalis Distribuidora de Produtos para Saúde Ltda / 07.866.991/0005-62
25351.148899/2020-43 / 8209701
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3431497209

COMPANHIA DO MEDICO COMERCIAL LTDA / 00.599.932/0001-00
25016.035660/2006-67 / 8031950
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 4520990203

Brasil Devices Equipamentos Hospitalares EIRELI / 34.680.592/0001-51
25351.739418/2019-70 / 8193498
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4478894205
---
gr med produtos medicos e hospitalares ltda me / 23.884.078/0001-11
25351.155872/2016-87 / 8138205
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4478897204

ECKERT &ZIEGLER BRASIL COMERCIAL LTDA / 02.887.124/0002-47
25000.000744/00-56 / 8001259
70144 - AFE - ALTERAÇÃO - MODIFICAÇÃO NA EXTENSÃO DO CNPJ DA MATRIZ, EXCLUSIVAMENTE EM VIRTUDE DO ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 34/2007 DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (EXCETO AFE PRODUTOS PARA SAÚDE - POR ESTABELECIMENTO) / 3739847204

RESOLUÇÃO RE Nº 246, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para as Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

DANILO ANDRE TEIXEIRA ROCHA 08462391679 / 37.959.208/0001-42
25351.825346/2021-05 /
701 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 0098797212
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de relatório de inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente. Conforme estabelecido pelo artigo 51 da Lei Nº 6.360/76 e pelo artigo 3º do Decreto Nº 8.077/13, a Autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

AMGS COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. / 20.858.411/0001-20
25351.840702/2021-11 /
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0125212216
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
A empresa já possui AFE vigente para a classe de produtos solicitada, nº 8.00442-3, contrariando o disposto na RDC nº 222/2006, RDC nº 76/2008 e Lei 9782/99. É necessário solicitar o cancelamento da autorização anterior antes da obtenção de uma nova.

MAXMED COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE SAUDE LTDA / 38.614.781/0001-87
25351.815715/2021-43 /
860 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - VAREJISTA / 0076748219
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Os produtos com os quais a empresa pretende trabalhar citados na petição, tais como, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar, instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico e hospitalar, são de uso profissional, não caracterizando assim o comércio varejista de produtos para saúde, conforme as definições do artigo 2º, inciso V e VI da RDC nº 16/2014. A empresa deverá peticionar Autorização de Funcionamento para a atividade de distribuidora.

VAP PRODUTOS PARA LIMPEZA EIRELI / 00.884.457/0001-06
25351.815791/2021-59 /
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0076829219
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
O documento apresentado pela empresa foi emitido pela autoridade sanitária local competente há mais de 12 (doze) meses, contrariando o artigo 17º, da RDC nº 16/2014.

R W DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 22.884.063/0001-90
25351.815815/2021-70 /
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0076856216
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente; conforme disposto nos artigos 15 e 18 da RDC nº 16/2014. Conforme o estabelecido pelo artigo 51 da Lei nº 6360/76 e pelo artigo terceiro do decreto nº 8.077/13, a autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

WALIMED PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA / 20.732.011/0001-73
25351.815820/2021-82 /
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0076863212
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente; conforme disposto nos artigos 15 e 18 da RDC nº 16/2014. Conforme o estabelecido pelo artigo 51 da Lei nº 6360/76 e pelo artigo terceiro do decreto nº 8.077/13, a autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

RESOLUÇÃO RE Nº 247, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Cancelar, a pedido, a Autorização de Funcionamento da Empresa constante no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

Arcan Distribuidora de Materiais Cirúrgicos LTDA - ME / 17.320.035/0001-00
25351.547835/2014-02 / 8110686
877 - AFE - CANCELAMENTO - PRODUTOS PARA SAÚDE / 0181251213

RESOLUÇÃO RE Nº 248, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento da Empresa constante no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

Millenium Serviços Comercio e Distribuiçao Ltda / 04.258.235/0001-39
25351.067897/2018-30 / 8162505
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2761956206
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não cumprimento da exigência formulada sob o número de notificação 2767321/20-9, contrariando os artigos 6º e 11 da RDC nº 204/2005. A empresa não encaminhou documento que em que constasse a atividade objeto da ampliação de atividades, qual seja a importação de produtos para saúde.

RESOLUÇÃO RE Nº 249, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria nº. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

MACAW BRASIL TRANSPORTES - EIRELI - EPP / 21.526.849/0001-73
25351.816032/2021-11 / 1248874
7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 0077098218

VINORTE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 38.314.675/0001-88
25351.840709/2021-24 / 1248948
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 0125214219

EASELABS LABORATORIO FARMACEUTICO LTDA. / 17.299.140/0001-05
25351.815987/2021-43 / 1248861
731 - AE - CONCESSÃO - INDÚSTRIA DE MEDICAMENTOS / 0077050215

SÃO GABRIEL TRANSPORTES EIRELI - ME / 15.488.297/0030-98
25351.840695/2021-49 / 1248921
7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 0125203217

UDI ENTREGAS URGENTES LTDA. / 04.399.873/0001-70
25351.821146/2021-75 / 1248903
7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 0091509211

BCI BRASIL CHINA IMPORTADORA S/A / 11.463.963/0001-48
25351.815981/2021-76 / 1248857
706 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - IMPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 0077043219

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE nº 4.158, de 15 de outubro de 2020, publicada no Diário Oficial da União - DOU N° 199, de 16 de outubro de 2020, Seção 1, Págs. 84 e 86.

Onde se lê:

farmacia ouvidor centro ltda - me / 23.859.711/0001-11
25351.797381/2016-51 / 7431123
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3043672209

Leia-se:

ANDREIA PEREIRA DE MELO / 23.859.711/0001-11
25351.797381/2016-51 / 7431123
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3043672209

Ministério do Turismo

GABINETE DO MINISTRO

DECISÃO Nº 2, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

Nos termos do § 1º, do art. 50, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e considerando o consignado no § 2º, do art. 20, da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, CONHEÇO do recurso interposto pela proponente Paulicéia, Arquitetura, Restauro e Projetos Culturais Ltda, CNPJ nº 04.877.772/0001-67, nos autos do Processo nº 01400.007737/2011-74 e NEGO-LHE PROVIMENTO, mantendo-se a reprovação da prestação de contas do projeto cultural, com base nas razões contidas no Parecer Técnico do Objeto Pronac nº 112971, da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura do Ministério da Cidadania, na Nota Técnica nº 35/2020/COAOB/CGARE/DFIND/SEFIC/SECULT, da Secretaria Especial da Cultura do Ministério do Turismo, bem como no Parecer Jurídico nº 00549/2020/CONJUR-MTUR e no disposto no Despacho nº 01253/2020/CONJUR-MTUR, ambos da Consultoria Jurídica junto ao Ministério do Turismo.

GILSON MACHADO GUIMARÃES NETO
Ministro

DECISÃO Nº 3, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

Nos termos do § 1º, do art. 50, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e considerando o consignado no § 2º, do art. 20, da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, CONHEÇO do recurso interposto pela proponente B.F. Produções Ltda, CNPJ nº 01.135.772/0001-01, nos autos do Processo nº 01400.037241/2011-25, e NEGO-LHE PROVIMENTO, mantendo-se a reprovação da prestação de contas do projeto cultural, com base nas razões contidas na Análise nº 13/2020/CAFIF/CGPCONT/SGFT/GSE, da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura, da Secretaria Especial da Cultura, bem como no Parecer Jurídico nº 00565/2020/CONJUR-MTUR/CGU/AGU e no Despacho nº 01372/2020/CONJUR-MTUR/CGU/AGU, ambos da Consultoria Jurídica junto ao Ministério do Turismo.

GILSON MACHADO GUIMARÃES NETO
Ministro

DECISÃO Nº 4, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

Nos termos do § 1º, do art. 50, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e considerando o consignado no § 2º, do art. 20, da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, NÃO CONHEÇO do recurso interposto pelo proponente Alexandre Camillo Tessitote, CPF nº 157.XXX.XXX-00, nos autos do Processo nº 01400.000509/2011-73, mantendo-se a reprovação da prestação de contas do projeto cultural N.A.U - Núcleo de Arte Urbana, Pronac nº 110346, com base nas razões contidas no Ofício nº 193/2020/DIPC/CGPCONT/SGFT/GSE, bem como no Parecer Jurídico nº 00557/2020/CONJUR-MTUR/CGU/AGU e no disposto no Despacho nº 01268/2020/CONJUR-MTUR/CGU/AGU, ambos da Consultoria Jurídica junto ao Ministério do Turismo.

GILSON MACHADO GUIMARÃES NETO
Ministro

SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA

SECRETARIA NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 35, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Homologar os projetos culturais relacionados nos anexos desta portaria, que após terem atendido aos requisitos de admissibilidade estabelecidos pela Lei 8.313/91, Decreto 5.761/06 e a Instrução Normativa vigente, passam a fase de obtenção de doações e patrocínios.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
204396 - Turnê do Espetáculo CHICO SANTO E A VACA ESTRELA
MANOEL DE MATOS CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA.
CNPJ/CPF: 09.626.800/0001-97
Processo: 01400004387202085
Cidade: Jales - SP;
Valor Aprovado: R$ 675.069,86
Prazo de Captação: 21/01/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: O projeto é uma Turnê do Espetáculo CHICO SANTO E A VACA ESTRELA, um monólogo que retrata a rotina de um pequeno produtor de leite. Será realizada, como contrapartida social, o Workshop ARTE E CULTURA PARA A VIDA.

204415 - RESSACA DA CULTURA
AUDIO LIGHT Â- PRODUÇÕES CULTURAIS, LOCAÇÃO E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SOM E LUZ LTDA
CNPJ/CPF: 06.237.758/0001-24
Processo: 01400004406202073
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 1.033.263,00
Prazo de Captação: 21/01/2021 à 31/05/2021
Resumo do Projeto: Realização do projeto RESSACA DA CULTURA (Festival/Mostra), evento cultural a ser realizado em Belo Horizonte, com apresentações de teatro infantil (Espetáculo de Artes Cênicas), teatro comédia (Espetáculo de Artes Cênicas) e música (Apresentação Musical). Realização de 2 palestras (Contrapartidas Sociais) e 2 oficinas (Curso / Oficina / Estágio).

204424 - !PULSA! Movimento Arte Insurgente
Olhares - Instituto Cultural
CNPJ/CPF: 12.521.546/0001-77
Processo: 01400004415202064
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 4.297.159,00
Prazo de Captação: 21/01/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Realizar o projeto !PULSA! Movimento Arte Insurgente, um festival artístico transdisciplinar, nas regionais da cidade de São Paulo, composto de: mostra de espetáculos teatrais, com artistas nacionais e internacionais; intervenções artísticas em espaços públicos, como performances, grafite, práticas desportivas; formação pedagógica, ou seja, realização de seminários, workshops, rodas de conversa, residência artística; redes solidárias de benfeitorias para a comunidade; e a feira cultural, que terá atrações musicais, artes urbanas, exposições de livros, venda de comida, artesanato, projeção de filmes, contrapartidas sociais, dentre outras atividades.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
205178 - 35 ANOS DE LAURA
CONSTELAR - ARTE, DIVERSAO E CULTURA LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 13.584.611/0001-76
Processo: 01400005169202068
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 2.572.414,00
Prazo de Captação: 21/01/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: No ano 2021 a Casa de Cultura Laura Alvim, situada na Av. Vieira Souto no Rio de Janeiro completará 35 anos de existência. Em comemoração à essa data, serão realizadas exposições, espetáculo e oficinas no espaço cultural.

205184 - NÓS - MÁSCARAS COM ARTES
INSTITUTO OLGA KOS DE INCLUSAO CULTURAL
CNPJ/CPF: 08.745.680/0001-84
Processo: 01400005175202015
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 335.227,20
Prazo de Captação: 21/01/2021 à 30/11/2021
Resumo do Projeto: Realização de Oficinas de Artes para pessoas com deficiência e sem deficiência em vulnerabilidade social que proporcionará uma imersão em processos criativos para confecção de máscaras. Será realizada uma Exposição Final com as máscaras, resultado das oficinas de arte, onde haverá um baile e um desfile dos participantes. É previsto ainda Palestras para os participantes, seus familiares e público espontâneo, e Oficinas Abertas de máscaras como contrapartida social.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
204445 - Amaro Seixas Neto, uma biografia
CARLOS ANDRE DAMIANI SEBEN
CNPJ/CPF: 910.504.809-53
Processo: 01400004436202080
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Aprovado: R$ 106.738,17
Prazo de Captação: 21/01/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Produto principal: Livro. Produto secundário - Contrapartida: Palestra em instituição pública de ensino sobre a obra de Amaro. Tema do produto principal e secundário: Abordaremos a vida e a obra de Amaro Seixas Neto, um dos 'bruxos da Ilha de Santa Catarina'. Astrônomo amador e autodidata, pesquisador de fenômenos meteorológicos, ele relatou (seguramente com uma boa dose de ficção autoral) grande parte do folclore ilhéu, em especial de recantos menos acessíveis em sua época.

PORTARIA Nº 36, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Homologar a prorrogação do prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
177692 - Pao com Ovo tourne em São Paulo
LUNA PRODUCOES E EVENTOS LTDA ME
CNPJ/CPF: 21.625.381/0001-74
Cidade: Açailândia - MA;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

181220 - Educando Para Um Mundo Melhor 5
Associação Beneficiente Cultural Religiosa Centro Judaico do Brooklin
CNPJ/CPF: 04.180.343/0001-36
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

181604 - Tradição, Cultura e Integração
JANAINA APARECIDA PASSOS ROSA BENTO
CNPJ/CPF: 949.118.600-06
Cidade: Rio do Sul - SC;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
178680 - Circuito de Exposições de Artes Plásticas
LUMIAR PRODUCAO DE EVENTOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 15.674.814/0001-89
Cidade: Fortaleza - CE;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
185653 - BiblioHack LAB
Associação Casa da Árvore
CNPJ/CPF: 09.169.589/0001-20
Cidade: Poços de Caldas - MG;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 31/12/2020

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 20, DE 19 DE JANEIRO DE 2021

Aplica a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União à empresa QG COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA.

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE PERNAMBUCO, com fundamento no art. 56, inc. XIII, do Regimento Interno Diretivo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria SG/MPF Nº 357, de 5 de maio de 2015, e alterado pela Portaria PGR/MPF nº 45, de 30/1/2019, e conforme consta no Processo de Gestão Administrativa nº 1.26.000.000688/2020-18;, resolve:

Art. 1º Aplicar à QG COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA, inscrita no CNPJ sob o nº 18.406.054/0001-17, a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, e o consequente descredenciamento no SICAF, pelo prazo de 03 (três) meses, com fundamento no art. 7º, da Lei n.° 10.520/2002, combinado com o art. 18, V, da Instrução Normativa n.° 2, de 3 de março de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLÁUDIO HENRIQUE CAVALCANTE MACHADO DIAS
Procurador da República
Chefe Administrativo da PRPE
Em exercício

PORTARIA Nº 21, DE 19 DE JANEIRO DE 2021

Aplica a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União à empresa ROMULO LUIZ SANTANA DA SILVA.

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE PERNAMBUCO, com fundamento no art. 56, inc. XIII, do Regimento Interno Diretivo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria SG/MPF Nº 357, de 5 de maio de 2015, e alterado pela Portaria PGR/MPF nº 45, de 30/1/2019, e conforme consta no Processo de Gestão Administrativa nº 1.26.000.002420/2020-11; resolve:

Art. 1º Aplicar à ROMULO LUIZ SANTANA DA SILVA, inscrita no CNPJ sob o nº 35.176.111/0001-38, a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, e o consequente descredenciamento no SICAF, pelo prazo de 03 (três) meses, com fundamento no art. 7º, da Lei n.° 10.520/2002, combinado com o art. 18, V, da Instrução Normativa n.° 2, de 3 de março de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLÁUDIO HENRIQUE CAVALCANTE MACHADO DIAS
Procurador da República
Chefe Administrativo da PRPE
Em exercício

Poder Legislativo

CÂMARA DOS DEPUTADOS
FUNDO ROTATIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

CNPJ 26.994.574/0001-16

PRESTAÇÃO DE CONTAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Cumprindo o disposto na Resolução n.º 60, de 1994, apresentamos a Prestação de Contas Analítica do Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados relativa ao mês de novembro de 2020. A Administração do Fundo prestará os esclarecimentos que se fizerem necessários à perfeita compreensão das demonstrações.

FUNDO ROTATIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
CNPJ 26.994.574/0001-16
BALANÇO PATRIMONIAL

Período: Novembro/2020 **Valores em R$**

ATIVO			PASSIVO		
	2020	2019		2020	2019
ATIVO CIRCULANTE	**788.725.896,15**	**734.936.695,69**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**426.129,70**	**439.362,01**
Caixa e Equivalentes de Caixa	775.860.582,25	727.297.970,98	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	10.856,45	48.560,19
Créditos a Curto Prazo	**12.865.313,90**	**7.846,36**	Demais Obrigações a Curto Prazo	415.273,25	390.801,82
Clientes	455,00	7.846,36			
Demais Créditos e Valores	17.782.327,63	7.630.878,35			
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo	-4.917.468,73	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**12.604.081,06**	**12.853.816,98**	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	**12.604.081,06**	**12.853.816,98**	**TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL**	**426.129,70**	**439.362,01**
Créditos a Longo Prazo	12.604.081,06	-	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**		
Demais Créditos e Valores	12.604.081,06	12.853.816,98	**Resultados Acumulados**	**800.903.847,51**	**747.351.150,66**
			Resultado do Exercício	53.559.393,87	58.248.668,72
			Resultados de Exercícios Anteriores	747.351.150,66	689.102.481,94
			Ajustes de Exercícios Anteriores	-6.697,02	-
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**800.903.847,51**	**747.351.150,66**
TOTAL DO ATIVO	**801.329.977,21**	**747.790.512,67**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO**	**801.329.977,21**	**747.790.512,67**

Período: Novembro/2020 **Valores em R$**

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES					
ATIVO	**2020**	**2019**	**PASSIVO**	**2020**	**2019**
ATIVO FINANCEIRO	775.860.582,25	727.297.970,98	PASSIVO FINANCEIRO	2.618.580,44	1.007.915,91
ATIVO PERMANENTE	25.469.394,96	20.492.541,69	PASSIVO PERMANENTE	-	-
TOTAL DO ATIVO	**801.329.977,21**	**747.790.512,67**	**TOTAL DO PASSIVO**	**2.618.580,44**	**1.007.915,91**
			SALDO PATRIMONIAL	**798.711.396,77**	**746.782.596,76**

Período: Novembro/2020 **Valores em R$**

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO					
ATIVO			**PASSIVO**		
	2020	**2019**		**2020**	**2019**
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**35.007.253,68**	**64.226.214,96**	**SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**	-	**337.342,60**
Atos Potenciais Ativos	**35.007.253,68**	**64.226.214,96**	Atos Potenciais Passivos	-	**337.342,60**
Direitos Contratuais	35.007.253,68	64.226.214,96	Obrigações Contratuais	-	337.342,60
TOTAL	**35.007.253,68**	**64.226.214,96**	**TOTAL**	-	**337.342,60**

Período: Novembro/2020 **Valores em R$**

QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	**SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO**
Recursos Ordinários	-
Recursos Vinculados	**773.242.001,81**
Alienação de Bens e Direitos	1.385.381,50
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	771.856.620,31
TOTAL	**773.242.001,81**

FUNDO ROTATIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
CNPJ 26.994.574/0001-16
BALANÇO FINANCEIRO

Período: Novembro/2020 **Valores em R$**

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
	2020	2019		2020	2019
Receitas Orçamentárias	**56.552.323,84**	**62.595.639,03**	**Despesas Orçamentárias**	**9.604.041,58**	**7.248.624,42**
Vinculadas	**87.415.955,61**	**98.630.131,92**	**Vinculadas**	**9.604.041,58**	**7.248.624,42**
Alienação de Bens e Direitos	609.716,01	127.735,00	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	9.604.041,58	7.248.624,42
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	86.806.239,60	98.502.396,92			
(-) Deduções da Receita Orçamentária	**-30.863.631,77**	**-36.034.492,89**			
Transferências Financeiras Recebidas	**651,72**	**4.030,61**	**Transferências Financeiras Concedidas**	**28.601.422,43**	**32.966.900,49**
Independentes da Execução Orçamentária	651,72	4.030,61	Independentes da Execução Orçamentária	28.601.422,43	32.966.900,49
Movimentação de Saldos Patrimoniais	651,72	4.030,61	Movimento de Saldos Patrimoniais	28.601.422,43	32.966.900,49
Recebimentos Extraorçamentários	**30.769.645,59**	**43.895.969,64**	**Pagamentos Extraorçamentários**	**554.545,87**	**11.520.862,46**
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	24.471,43	390.585,00	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	2.744,27
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	2.143.281,95	618.245,07	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	553.424,37	1.594.093,40
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.121,50	9.924.269,69	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.121,50	9.924.024,79
Outros Recebimentos Extraorçamentários	28.600.770,71	32.962.869,88	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Restituições a Pagar	-	180,18			
Arrecadação de Outra Unidade	28.600.770,71	32.962.689,70			
Saldo do Exercício Anterior	**727.297.970,98**	**667.471.123,86**	**Saldo para o Exercício Seguinte**	**775.860.582,25**	**722.230.375,77**
Caixa e Equivalentes de Caixa	727.297.970,98	667.471.123,86	Caixa e Equivalentes de Caixa	775.860.582,25	722.230.375,77
TOTAL	**814.620.592,13**	**773.966.763,14**	**TOTAL**	**814.620.592,13**	**773.966.763,14**

FUNDO ROTATIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
CNPJ 26.994.574/0001-16
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Período: Novembro/2020 **Valores em R$**

	2020	2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**49.304.729,74**	**56.196.800,31**
INGRESSOS	**84.545.151,76**	**105.359.074,21**
Receita Patrimonial	**1.226.708,50**	**-763.684,72**
Receita de Serviços	**174.791,07**	**383.896,73**
Remuneração das Disponibilidades	**47.009.038,44**	**52.100.551,51**
Outras Receitas Derivadas e Originárias	**7.532.069,82**	**10.747.140,51**
Outros Ingressos Operacionais	**28.602.543,93**	**42.891.170,18**
Ingressos Extraorçamentários	1.121,50	9.924.269,69
Restituições a Pagar	-	180,18
Transferências Financeiras Recebidas	651,72	4.030,61
Arrecadação de Outra Unidade	28.600.770,71	32.962.689,70
DESEMBOLSOS	**-35.240.422,02**	**-49.162.273,90**
Pessoal e Demais Despesas	**-6.637.253,40**	**-6.271.070,98**
Legislativo	-6.637.253,40	-6.271.070,98
Transferências Concedidas	**-624,69**	**-277,64**
Intragovernamentais	-624,69	-277,64
Outros Desembolsos Operacionais	**-28.602.543,93**	**-42.890.925,28**
Dispêndios Extraorçamentários	-1.121,50	-9.924.024,79
Transferências Financeiras Concedidas	-28.601.422,43	-32.966.900,49
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**-742.118,47**	**-1.437.548,40**
INGRESSOS	**609.716,01**	**127.735,00**
Alienação de Bens	609.716,01	127.735,00
DESEMBOLSOS	**-1.351.834,48**	**-1.565.283,40**
Aquisição de Ativo Não Circulante	-710.598,37	-1.292.283,40
Outros Desembolsos de Investimentos	-641.236,11	-273.000,00
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**48.562.611,27**	**54.759.251,91**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	**727.297.970,98**	**667.471.123,86**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	**775.860.582,25**	**722.230.375,77**

FUNDO ROTATIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
CNPJ 26.994.574/0001-16
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Período: Novembro/2020 **Valores em R$**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2020	2019
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**97.503.000,80**	**106.184.143,74**
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	**32.340.492,39**	**41.273.360,97**
Venda de Mercadorias	146.690,60	357.174,23
Vendas de Produtos	19.062,04	16.146,16
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	32.174.739,75	40.900.040,58
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	**47.423.104,03**	**52.600.301,98**
Juros e Encargos de Mora	21.641,65	4.436,07
Variações Monetárias e Cambiais	538.255,30	495.314,40
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	46.863.207,08	52.100.551,51
Transferências e Delegações Recebidas	**651,72**	**4.030,61**
Transferências Intragovernamentais	651,72	4.030,61
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	**609.716,01**	**127.735,00**
Ganhos com Alienação	609.716,01	127.735,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	**17.129.036,65**	**12.178.715,18**
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	83.499,72	545.739,41
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	17.045.536,93	11.632.975,77
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**43.943.606,93**	**55.335.099,84**
Pessoal e Encargos	**624,69**	**-**
Encargos Patronais	624,69	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	**120.968,47**	**539.131,38**
Serviços	120.968,47	539.131,38
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	**92.747,25**	**-**
Variações Monetárias e Cambiais	92.747,25	-
Transferências e Delegações Concedidas	**29.953.256,91**	**34.539.996,71**
Transferências Intragovernamentais	28.601.422,43	32.966.900,49
Transferências ao Exterior	-	7.812,82
Outras Transferências e Delegações Concedidas	1.351.834,48	1.565.283,40
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	**7.272.956,99**	**14.136.524,10**
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	3.507.010,46	486.659,71
Desincorporação de Ativos	3.765.946,53	13.649.864,39
Tributárias	**-**	**277,64**
Contribuições	-	277,64
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	**6.503.052,62**	**6.119.170,01**
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	6.503.052,62	6.119.170,01
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**53.559.393,87**	**50.849.043,90**

MAURO LIMEIRA MENA BARRETO
Diretor-Geral em exercício

EVANDRO LOPES COSTA
Diretor do Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade
Contador - CRC/DF 7504/O-8

FRANCISCO GLAUBER LIMA MOTA
Diretor da Coordenação de Contabilidade
Contador - CRC/DF 9291/O-6

FRANCISCO DE ASSIS PINHEIRO MARQUES
Chefe do Serviço de Controle do FRCD
Contador - CRC/MT 9016/O-4 T-DF

Poder Judiciário

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO

ATO TRT 17ª PRESI Nº 2, DE 14 DE JANEIRO DE 2021

Dispõe sobre o quadro de dotação de armamento, munição e equipamentos de proteção balística no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região.

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE E CORREGEDORA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17.ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO os artigos 6º, inciso XI, e 7º-A, ambos da Lei nº 10.826/2003, com as alterações promovidas pela Lei n° 12.694, de 24 de julho de 2012;

CONSIDERANDO as disposições estabelecidas na Resolução Conjunta nº 4/2014, do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO o disposto no art. 6º da RESOLUÇÃO CSJT N.º 175, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016 e no art. 6º da RESOLUÇÃO CSJT Nº 203, DE 25 DE AGOSTO DE 2017;

CONSIDERANDO o disposto no ATO TRT 17.ª PRESI N.º 78/2019, o qual dispõe sobre utilização de instrumentos de menor potencial ofensivo no âmbito deste Tribunal;

CONSIDERANDO as determinações contidas na Resolução CNJ nº 344 de 2020, a qual criou a Polícia Judicial;

CONSIDERANDO a relevância da Segurança Institucional para garantir o livre e independente exercício das missões constitucionais inerentes a esta Corte;

CONSIDERANDO ser indispensável estabelecer medidas administrativas de segurança tendentes a salvaguardar a incolumidade física dos membros da magistratura e servidores ameaçados em razão do exercício da função;

CONSIDERANDO a necessidade de dotar a Segurança Institucional do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região de meios eficazes de defesa no exercício da segurança pessoal dos magistrados, servidores e usuários;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 9.847 de 25 de junho de 2019 e na Portaria nº 136 - COLOG de 08 de novembro de 2019, que exigem a comunicação prévia ao Comando do Exército Brasileiro com apresentação do quadro de dotação no qual se demonstre o quantitativo de equipamentos de uso controlado que se pretende adquirir;

CONSIDERANDO o disposto no art. 7º da Resolução CSJT n° 203/2017 que atribui ao Presidente a competência para definir tipo de armamento, modelo, calibre e munição a serem adquiridas e utilizadas pelo Tribunal, respeitando-se a legislação aplicável e mediante prévia análise técnica da unidade de segurança do Tribunal;

CONSIDERANDO, por fim, a manifestação técnica com as justificativas acerca dos modelos, calibres e quantidades de armamentos realizada pelo Setor de Segurança deste Tribunal e anexada ao processo 2444-35.2018.5.17.0500 que dá origem a criação deste Ato, resolve:

Art. 1º Estabelecer o quadro de dotação de armamento, munição e equipamentos de proteção balística, produtos controlados pelo Exército Brasileiro, passíveis de serem adquiridos por este Tribunal, destinados à Segurança Institucional.

Art. 2º Os equipamentos e produtos aqui definidos irão compor o quadro de dotação deste Tribunal, conforme anexo único deste Ato Normativo.

Art. 3º Este Ato Normativo entra em vigor na data de sua publicação.

Des. ANA PAULA TAUCEDA BRANCO

ANEXO I

DOTAÇÃO DE ARMAMENTO, MUNIÇÃO E EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO BALÍSTICA

1. TABELA DE DOTAÇÃO DE ARMAMENTO E MUNIÇÃO

ARMAMENTO	TIPO	PISTOLA		CARABINA	ESPINGARDA
	Emprego	De porte		Portátil	
	Calibre	.380	9mm	5,56	12
	Dotação (unidade)	8	8	2	2
MUNIÇÃO	Operações diárias (estimativa anual)	256	256	100	50
	Treinamento (estimativa anual)	1600	1600	1000	1000

2. TABELA DE DOTAÇÃO DE ARMAMENTO E MUNIÇÃO NÃO LETAL

	QTDE
Dispositivo lançador de dardos elétricos incapacitantes	32
Cartuchos de dardos energizantes com alcance mínimo de 5 (cinco) metros	ACESSÓRIO
Espargidor do Agente Pimenta (ambiente interno e externo)	35

3. TABELA DE DOTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO BALÍSTICA

TIPO	NÍVEL DE PROTEÇÃO	QTDE
Colete à prova de balas	III-A	40

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

DECISÃO COFEN Nº 6, DE 15 DE JANEIRO DE 2021

Aprova o pedido de renúncia do mandato de Conselheiro Federal Efetivo a partir do dia 1º de janeiro de 2021, apresentado pelo Dr. Manoel Carlos Neri da Silva.

A Presidente do Conselho Federal De Enfermagem - Cofen, em conjunto com o Primeiro-Secretário em Exercício da Autarquia, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas na Lei nº 5.905 de 12 de julho de 1973, bem como pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Resolução Cofen nº 421, de 15 de fevereiro de 2012;

CONSIDERANDO o disposto no art. 22, X e XI, do Regimento Interno do Cofen, aprovado pela Resolução Cofen nº 421/2012, que autoriza o Conselho Federal de Enfermagem a baixar Resoluções, Decisões e demais instrumentos legais no âmbito da Autarquia;

CONSIDERANDO ser imperativa a necessidade de renúncia do mandato de Conselheiro Federal para que possa o renunciante assumir mandato de Conselheiro Regional perante o Conselho Regional de Enfermagem de Rondônia, para o qual foi eleito na eleição de 2020, face a incompatibilidade de exercício simultâneos de mandatos de Conselheiro Federal e de Conselheiro Regional;

CONSIDERANDO os termos do art. 15 do Código Eleitoral do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem, aprovado pela Resolução Cofen nº 612/2019, decide:

Art. 1º Aprovar o pedido de renúncia do mandato de Conselheiro Federal Efetivo a partir do dia 1º de janeiro de 2021 apresentado pelo Dr. Manoel Carlos Neri da Silva.

Art. 2º Publique-se.

NÁDIA MATTOS RAMALHO
Presidente do Conselho

ANTÔNIO MARCOS F. GOMES
1º Secretário
Em exercício

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 15ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 17, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2020

Dispõe sobre a instituição do Plano de Cargos, Carreiras e Salários do Conselho Regional de Educação Física da 15ªRegião - CREF15/PI (PCCS/CREF15/PI).

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 15ª REGIÃO - CREF15/PI, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, observado o disposto nos arts. 39 e 40 do seu Estatuto, bem como os art. 43 e 80 do seu Regimento. CONSIDERANDO a Lei Federal nº. 9.696/98, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Educação Física; CONSIDERANDO a necessidade de um PCCS/CREF15/PI; CONSIDERANDO a necessidade de tratamento isonômico para todos os empregados; CONSIDERANDO a Constituição Federal de 1988 em seu art.37, que cabe a administração pública obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade; CONSIDERANDO as prerrogativas previstas no Art. 22 do Estatuto do CREF15/PI; CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do CREF15/PI, em sessão ordinária realizada em 19 de dezembro de 2020. resolve:

Art. 1º - Instituir o Plano de Cargos, Carreiras e Salários do Conselho Regional de Educação Física da 15ªRegião - CREF15/PI.

Art. 2º - Tornar pública a aprovação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários do Conselho Regional de Educação Física da 15ªRegião - CREF15/PI, cujo inteiro teor encontra-se disponível em sua página eletrônica: www.cref15.org.br.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo-se todos os seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2021.

DANYS MARQUES MAIA QUEIROZ

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 18ª REGIÃO

PORTARIA Nº 54, DE 18 DE SETEMBRO DE 2020

O Conselheiro Presidente do Conselho Regional de Psicologia da 18ª Região - Mato Grosso, no uso das atribuições legais e Regimentais, que lhe são conferidas pela Lei 5.766, de 20 de dezembro de 1971, regulamentada pelo Decreto nº 79.822 de 17 de julho de 1977 [...] resolve:

Art. 1º Tornar pública a renúncia a pedido do cargo de Conselheiro Suplente do Conselheiro Carleandro Roberto de Souza, inscrito no CRP nº 18/02030, a contar da presente data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor a contar da data de sua assinatura.

GABRIEL HENRIQUE PEREIRA DE FIGUEIREDO

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Conecte-se à informação oficial

